

## 1. Introdução e objectivos.

As “marcas de oleiro” em *terra sigillata* encerram informação muito qualificada em termos de definição cronológica e de origem dos vasos que as ostentam. Por essa razão, são utilizadas pela investigação assiduamente como objecto de estudo em abordagens da história económica da Antiguidade, mas também, e de um ponto de vista estritamente arqueológico, como elementos de grande utilidade para definição das cronologias dos seus contextos específicos de proveniência e/ou das dinâmicas dos sítios onde foram recolhidas.

No caso presente, a esmagadora maioria das “marcas de oleiro” apresentadas corresponde a exemplares colectados em contextos arqueológicos bem definidos, o que potencia a informação por elas proporcionada. Noutro sentido, o local de recolha corresponde à necrópole romana de *Olisipo* mais extensamente intervencionada até ao momento, área funerária de uma cidade a que se vem atribuindo uma grande importância durante o período alto-imperial romano.

Acresce que ao trabalho desenvolvido sobre *Olisipo* nas últimas duas décadas, se vem apontando uma deficiência profunda: a incipiente compulsão de dados recolhidos, que inclui, em particular, os elementos inéditos acumulados nas intervenções arqueológicas urbanas da Praça da Figueira em 1961 e 1962 (por exemplo RIBEIRO 1994). Considerando também a intervenção mais recente que teve lugar entre 1999 e 2001, é intenção expressa do presente trabalho iniciar a disponibilização de dados respeitantes à época romana de um dos espaços de Lisboa que proporcionou maior número de elementos para o conhecimento do seu passado. Trata-se, sublinhe-se, de uma primeira abordagem a um extenso volume de informação que encerra grande diversidade no tipo de registo produzido, de grande variabilidade qualitativa, que não procura substituir as diversas sínteses que se impõem perante a importância do sítio.

Contudo, julga-se mais adequado metodologicamente construir essas mesmas sínteses com base em abordagens parcelares, de incidência contextual e/ou temática. Assim, considerando o seu interesse para o conhecimento do local e da cidade em que se insere, elegeram-se as “marcas de oleiro” como objecto de estudo, utilizadas tendo em vista atingir objectivos complementares dentro de um âmbito cronológico específico situado entre a segunda metade do século I a.C. e a primeira metade do século II d.C., e que se podem, sinteticamente, esquematizar da seguinte forma:

- perspectivar o papel de *Olisipo* como centro de consumo e redistribuição de *terra sigillata* para a Lusitânia ocidental
- verificar os tipos de comércio de *terra sigillata* presentes em *Olisipo* no período em causa, particularmente a sua possível relação com circuitos de carácter institucional
- definir as fontes de aprovisionamento de *terra sigillata* de *Olisipo*
- definir os padrões de consumo e descarte da *terra sigillata* em *Olisipo*
- definir as cronologias dos contextos reconhecidos nas intervenções arqueológicas urbanas da Praça da Figueira, contribuindo assim para o estudo da evolução urbanística da área em que se insere o espaço intervencionado, a zona suburbana Oeste de *Olisipo*

Existe uma razão suplementar para a opção pela temática abordada: a controvérsia que encerra a intervenção arqueológica urbana desenvolvida na Praça da Figueira entre 1999 e 2001, e as responsabilidades que, neste âmbito, são sentidas pelo autor. Pretende-se, explicitamente, disponibilizar informação relevante para o conhecimento da *Olisipo* alto-imperial e, implicitamente, proporcionar um elemento para a reflexão sobre a forma de fazer arqueologia em cidades históricas do actual território português e, no caso particular, em Lisboa.

## **2. A prática arqueológica na cidade de Lisboa.**

A prática arqueológica actual da cidade de Lisboa não está dotada de infra-estruturas sólidas, não se encontra enquadrada por qualquer ideia globalizante formalizada em projecto e que tenha por objectivo o conhecimento do passado da cidade, as acções desenvolvidas pelos diversos intervenores não são coordenadas e articuladas, as metodologias adoptadas pelas diversas equipas não são compatíveis, inclusive no interior de cada uma delas. Por este conjunto de razões, a prática arqueológica lisboeta não se enquadra no entendimento de Arqueologia Urbana defendido por diversos autores (LE MOS e MARTINS 1992 *apud* GASPARET AL. 1997, SILVA 1994 *apud* Idem, Idem e SILVA 1999).

As lacunas indicadas constituem limitações importantes. Contudo, ao longo dos últimos quinze anos de actividade há que registar também os desenvolvimentos positivos,

de que o mais significativo é a prática arqueológica estar hoje mais enraizada na vida da cidade. Esta afirmação é constatável pelo aumento do número de estruturas arqueológicas alvo de integração urbana e pelo conjunto de resultados científicos entretanto obtido, importante salto qualitativo no conhecimento do passado da cidade, mesmo apesar do crónico deficit de publicação dos dados a que já se fez menção acima. De igual forma é sintomático que a partir de 1996 se desenvolvem em Lisboa projectos arqueológicos de âmbito zonal que podem ser entendidos como enquadrados na definição de Arqueologia Urbana referenciada no parágrafo inicial: o projecto do Teatro Romano e o Projecto Integrado do Castelo de São Jorge.

Lisboa constitui um caso especial no âmbito da arqueologia das cidades portuguesas. Por um lado é a capital e o maior aglomerado urbano do país, o que confere uma maior visibilidade à sua arqueologia e, portanto, uma mais fácil mediatização. Por outro, acumula essa condição com a de principal centro do poder político e económico nacional, o que acarreta uma muito maior pressão sobre o desenvolvimento da actividade arqueológica, mas também, e em sentido oposto, uma muito maior disponibilidade de meios financeiros e humanos.

A especificidade de Lisboa passa, de igual forma, pelo seu enorme potencial arqueológico, derivado de se tratar de um dos núcleos urbanos de maior antiguidade e intensidade ocupacional do território português e, em simultâneo, por constituir o de maior extensão em resultado de um conjunto de fenómenos históricos de que se destacam os relacionados com o “Terramoto do 1º de Novembro de 1755”.

O conjunto de atributos enunciados faz com que a relevância da prática arqueológica lisboeta esteja para além da de um mero caso no conjunto das cidades portuguesas. Por questões estruturais do país, o tipo de soluções urbanísticas adoptado na capital alastra, frequentemente, para o restante território. Assim, o interesse do conhecimento da evolução e resultados da arqueologia de Lisboa para a disciplina é acrescido, não se limitando aos seus conteúdos científicos ou patrimoniais, sendo a avaliação crítica da prática arqueológica de importância estratégica.

A cidade tem um longo historial de achados, descobertas e intervenções, feito de períodos de maior actividade e outros de maior discrição, iniciado com o humanismo renascentista e que conheceu um especial vigor durante o antiquarismo de meados do século XVIII a inícios do século XIX. No século XX ocorreram acções que pareciam anunciar um arranque de intervenções em continuidade na cidade, nomeadamente as protagonizadas por Irisalva Moita ao longo da década de ´60, que incidiram sobre a Praça

da Figueira (1960, 1961 e 1970), a instalação da rede do Metropolitano (1960-1964) e o Teatro Romano (1966-1967). A intermitência das acções daquela década terminaria com o vazio patenteado a partir de 1970, quebrado com os trabalhos de 1981-1982 na Casa dos Bicos, que, para alguns autores, marcam o início de uma prática contínua de escavações em meio urbano em Lisboa (FABIÃO 1994; LEMOS 1998 apud SILVA 1999). Porém, com rigor esse arranque aconteceu apenas a partir de 1989 (GASPAR et al. 1997; SILVA 1999) e prolongou-se até ao presente.

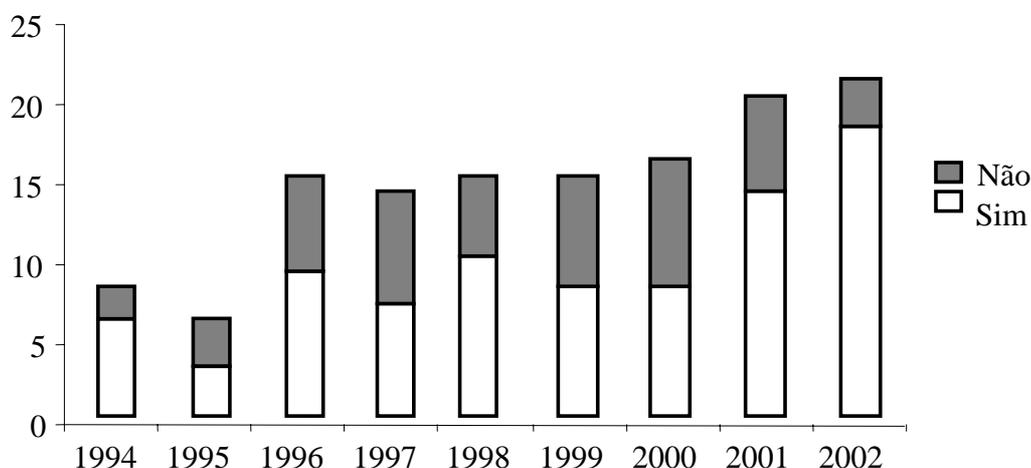
Durante a primeira metade da década de '90 do século XX a quase totalidade das intervenções foi executada por duas equipas, ligadas respectivamente à administração central (Departamento de Arqueologia dos ex-Instituto Português do Património Cultural e ex-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) e à autarquia (Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa), tendo desempenhado um papel preponderante os responsáveis que lideravam ambas, respectivamente, Clementino Amaro e Dias Diogo.

Neste curto espaço de tempo, e à excepção do Teatro Romano, as acções corresponderam a um tipo de arqueologia reactiva, normalmente situações de emergência. Nalguns casos foi possível transformar este tipo de escavações em trabalhos em continuidade e extensão, de que se destacam os casos dos Claustros da Sé Catedral e das denominadas Termas dos Cássios. Neste período foi patente quer a exiguidade de meios utilizados quer a inexistência de uma clara definição do âmbito de competências, ocorrendo trabalhos da equipa autárquica sobre espaços tutelados pela administração central e vice-versa, motivando a perplexidade da comunidade arqueológica (FABIÃO 1994).

A partir de meados da década de '90 do século XX verificou-se o crescimento do número de intervenções arqueológicas urbanas de carácter preventivo em relação às de emergência (GASPAR et al. 1997). As razões desta evolução são variadas, mas pode entender-se ter aí desempenhado um papel fundamental a inclusão de uma componente arqueológica explícita no principal instrumento jurídico de gestão urbanística da cidade, o Plano Director Municipal (1994). Isto apesar de algumas lacunas evidentes que encerra, como o esquecimento da maioria dos sítios arqueológicos de época romana localizados no exterior da zona urbana *de Olisipo* ou a não consideração de parcelas importantes da arqueologia náutica de Lisboa e de todas as estruturas militares à excepção das cercas medievais da cidade.

A avaliação dos resultados da implementação do Plano Director revela uma apreensão gradual das novas regras de actuação urbana pelos vários agentes interventores

(promotores imobiliários, concessionárias de subsolo, empresas e outras entidades públicas), como se depreende da apreciação do gráfico 1 (infra).



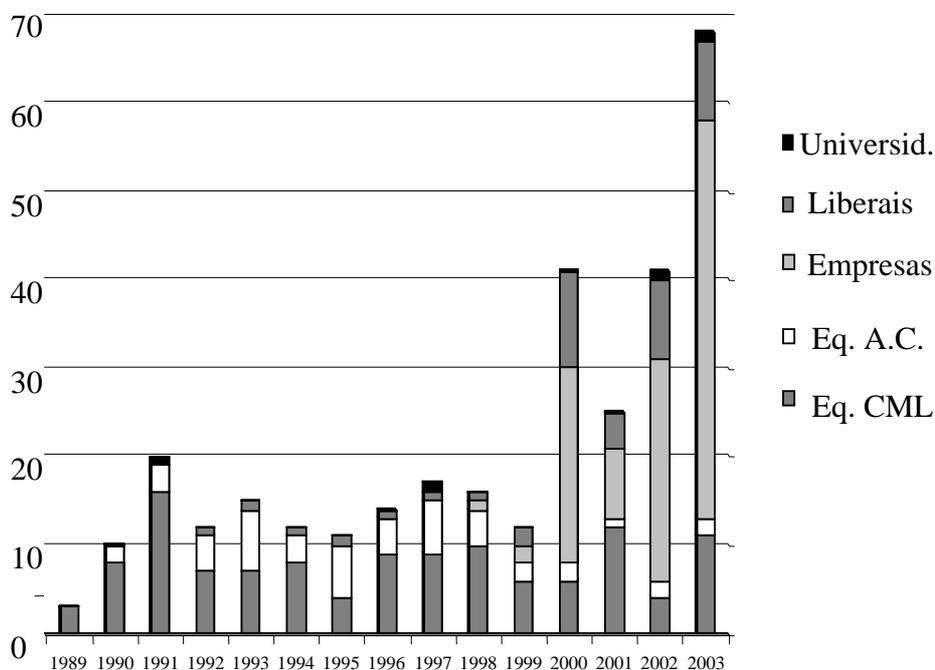
**Gráfico 1-** Histograma das Intervenções Arqueológicas Urbanas de Lisboa decorridas entre 1994 e 2002 e sua conformidade relativamente à componente arqueológica do Plano Director Municipal de Lisboa (foram excluídas as intervenções programadas).

A criação do Instituto Português de Arqueologia em 1997, e a sua efectiva operacionalidade no ano seguinte, aliada ao perfil implementado, exclusivamente regulador e fiscalizador da actividade arqueológica, comportou desenvolvimentos positivos, nomeadamente o reforço genérico da capacidade negocial dos arqueólogos.

Em sentido diverso, acarretou o afastamento da administração central do seu papel de interventor privilegiado na arqueologia da cidade, remetida que foi às acções que trazia em desenvolvimento, de que se destacam os trabalhos dos Claustros da Sé Catedral, os desenvolvidos no âmbito do Projecto Integrado do Castelo de São Jorge (da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa) e, mais tarde, na “Antiga Casa Sommer”.

Este facto novo permitiria o crescimento da equipa camarária ligada ao Museu da Cidade a partir de 1996, e abriria um espaço que seria ocupado progressivamente por empresas e profissionais liberais, interventores hoje dominantes em termos do número de intervenções praticadas (ver gráfico 2, infra). Tendência constante na capital, e que se vem mantendo ao longo das últimas duas décadas, é o desfasamento das universidades face à arqueologia da cidade onde se inserem (Idem; GASPAR e tal. 1997; SILVA 1999).

Este quadro novo, que coincide com a viragem do milénio, acarreta outro tipo de problemáticas à arqueologia lisboeta e obriga a repensar os “papéis” desempenhados pelos vários organismos e pessoas envolvidas.



**Gráfico 2-** Histograma das Intervenções Arqueológicas Urbanas de Lisboa em Lisboa que tiveram lugar entre 1989 e 2003 (dados recolhidos na Carta Arqueológica de Lisboa da CML - Divisão de Museus e Palácios).

As matérias de fiscalização das intervenções parecem resolvidas no panorama actual da arqueologia portuguesa, cabendo aos dois institutos públicos (Instituto Português de Arqueologia e Instituto Português do Património Arquitectónico) e, em certa medida, aos serviços da autarquia. O mesmo parece acontecer no que respeita à divulgação cultural dos resultados e ao depósito dos espólios que, por vocação, cometem ambos ao Museu da Cidade, e, em menor medida, aos dois institutos públicos citados. Porém, a responsabilidade da elaboração dos estudos sobre os resultados vem sendo rechaçada pelos principais actuais interventores, dado que escapam à lógica empresarial e dos profissionais liberais, estando em curso uma promoção do acumular de dados que resulta na consequente exponenciação do já referido deficit de publicação, crónico, que se vinha apontando à arqueologia de Lisboa. Talvez seja nesta matéria que as universidades da capital possam também desempenhar um papel fundamental.

Parte dos problemas que a forma de fazer arqueologia em Lisboa hoje encerra resultam da inexistência de uma estruturação sólida da actividade, que ocorre desde o

arranque das intervenções no final da década de '80 do século XX. Acresce que, no espaço de tempo verificado, a evolução da prática em Lisboa registou mutações profundas, bem situadas cronologicamente. Este conjunto de fenómenos implica que as soluções a adoptar deverão considerar, por um lado, o capital acumulado ao longo das duas décadas de actividade, por outro, que o(s) modelo(s) a implementar sejam dotados de agilidade e adaptabilidade aos desenvolvimentos previsíveis.

## **2.1. Aspectos de enquadramento, práticas e metodologia das intervenções arqueológicas urbanas da Praça da Figueira.**

A Praça da Figueira é uma das áreas da cidade de maior tradição na investigação arqueológica de Lisboa.

Um dos trabalhos pioneiros de Irisalva Moita ocorreu em 1953 no subsolo de um estabelecimento comercial, de nome “Irmãos Unidos”, típica “tasca” lisboeta localizada no quarteirão que separa o Rossio da Praça da Figueira, para onde dá a sua entrada principal. Neste lugar a investigadora registou fotograficamente uma parte bem conservada da escadaria da Igreja do Hospital Real de Todos-Os-Santos, revelada por trabalhos de rebaixamento do piso (MOITA 1993).

Em 1960, entre 22 de Agosto e 24 de Setembro, Moita executou a escavação de uma área importante dos restos daquele edifício público de origem quatrocentista, bem como da parte confinante do antigo Convento de São Domingos e a antiga capela de Nossa Senhora do Amparo, que se encontrava entre ambas as construções, conjunto ameaçado de eminente destruição pela instalação da primeira rede de Metropolitano da capital (MOITA 1964-66, 1993 e 1994).

Este trabalho corresponde à primeira escavação de carácter preventivo executada em Lisboa, tendo envolvido meios humanos importantes. Com a percepção clara da importância do achado, Moita promoveu uma série de iniciativas tendo em vista a opinião pública: disponibilizando-se para os jornais, a rádio, teve inclusive lugar a que se julga ser das primeiras reportagens televisivas de escavações arqueológicas em meio urbano em Portugal (em arquivo no Museu da Cidade e na R.T.P.). No mesmo sentido, procurou conferir visibilidade à escavação promovendo a abertura nos taipais da obra de pontos de observação do exterior, com o assentimento e concordância de Metropolitano e Câmara Municipal, que são evocados por populares e, o que é curioso, por arqueólogos de origem lisboeta.

Na mesma proporção do impacte público, os sete milhões de escudos com que, à data, a Câmara Municipal de Lisboa teve que indemnizar o Metropolitano de Lisboa pela paragem de um mês dos trabalhos (MOITA 1993: pág. 20). Esta verba terá influenciado as opções da autarquia aquando dos achados de época romana e poderá estar na base do condicionamento à actividade de Moita no restante “acompanhamento” do desenvolvimento da rede, efectuado noutros locais.

Apesar dos contributos positivos aportados pelo trabalho sobre o Hospital Real de Todos-Os-Santos e estruturas anexas, ele enfermou de limitações metodológicas, pois a preocupação primordial com a exumação dos restos construtivos e de objectos de valor museográfico não deixou lugar a qualquer sensibilidade para a dinâmica estratigráfica e para a dispersão espacial/sectorial dos achados artefactuais. Por esta razão, os registos descritivos conservados são muito incompletos e mesmo os levantamentos arquitectónicos são claramente insuficientes (veja-se, por exemplo, o relativo ao Cano Real de São Domingos, subjacente ao “Hospital”- MOITA 1964-66).

A investigadora do Museu da Cidade continuou a efectuar a peritagem da expansão da rede do Metropolitano. Contudo, talvez por força dos constrangimentos de prazos de obra e da menor abertura da autarquia em se envolver em novos gastos derivados da salvaguarda arqueológica, a metodologia que havia implementado na Praça da Figueira prosseguiu, de forma ainda mais limitada: para uma série de observações em diversos locais de que não possuímos hoje mais do que artefactos, é certo que museograficamente interessantes, a sua referência genérica de proveniência (Socorro, Martim Moniz, Rua da Palma, Largo dos Duques de Cadaval,...) e, excepcionalmente, uma ou outra fotografia. Trata-se de elementos referentes às épocas baixo-medieval e moderna (SILVA e GUINOTE 1998).

O mesmo tipo de prática perduraria até 1970. Nesta data Moita recolheu os elementos epigráficos e de decoração arquitectónica do Hospital Real aparecidos durante os trabalhos de colocação da estátua equestre de D. João I no seu primeiro local, o centro da Praça da Figueira.

Ainda referente à continuidade da sua peritagem arqueológica dos trabalhos do Metropolitano, em 1961 Irisalva Moita tratou uma construção romana de grandes dimensões aparecida no subsolo do Rossio. Por solicitação da fiscalização da obra, em Março, deslocou-se ao local para observar a estrutura, um “tabuleiro” forrado a “formigão” (*opus signinum*) paramentado na face lateral visível por um muro em alvenaria (MOITA

1968), hoje sabemos que correspondente a parte da *spina* do circo de *Olisipo* (VALE e FERNANDES 1997).

Ilustrando o tipo de prática da Conservadora do Museu da Cidade, a estrutura foi limpa, fotografada e elaborado o seu levantamento planimétrico por um topógrafo ligado ao Metropolitano (MOITA 1968; FARINHA 1989). Não se conhece, porém, qualquer recolha de artefactos efectuada junto da construção.

Em 18 de Abril de 1961, Moita deslocou-se ao estaleiro do Metropolitano para observar artefactos recolhidos em três sepulturas de incineração romanas, encontradas próximas umas das outras e recolhidas sob um pavimento de “betonilha” (*opus signinum*), no subsolo da Praça da Figueira: trata-se do “conjunto I”, de que obteve um esquema de localização (MOITA 1968: fig. 2).

As deslocações posteriores de Irisalva Moita à Praça da Figueira nunca incluíram o local do aparecimento das sepulturas romanas e as recolhas de “espólio” suceder-se-iam ao longo de 1961: em 12 de Julho as nove sepulturas do que designou por “conjunto II”; em 2 de Dezembro, o “conjunto III”; a 5 do mesmo mês o “conjunto IV”; o “conjunto V”, em 16 de Dezembro. Em síntese, do total de catorze “conjuntos”, a informação que transmitiu é indirecta para os citados, não sendo claro se presenciou o aparecimento dos “conjuntos VII e X” (Idem).

A percepção pela investigadora da importância do património de época romana que se encontrava a ser destruído no subsolo da Praça da Figueira foi gradual e não imediato.

A ineficácia da metodologia que adoptou, que descreve como “apenas acompanhar as obras do Metropolitano” (Idem: pág. 39), foi reconhecida pela própria em função do crescente ritmo dos achados. Por essa razão, opinou em 7 e 18 de Dezembro que só através de uma escavação sistemática poderia acautelar as entidades presentes no subsolo, solicitando a autorização da hierarquia camarária para proceder à mesma (Idem). A municipalidade optou, porém, por não assumir os trabalhos, tendo informado em 23 de Dezembro a Junta Nacional da Educação, entidade que então tutelava o património arqueológico, dos achados efectuados e da sua intenção de não envolvimento (Idem).

Afortunadamente, nessa altura os trabalhos do Metropolitano na zona haviam sido suspensos por outras razões.

Porém, o recomeço destes em 5 de Fevereiro de 1962 motivou o alerta de Irisalva Moita que foi, pela hierarquia camarária, “recomendada a acompanhar aquelas obras para acautelar os achados ocasionais que se fossem registando, até que finalmente fosse decidida a paragem das obras do Metropolitano para o conseqüente início dos trabalhos” (Idem: pág.

43). Desta forma, e apenas entre esta data e o dia 9 do mesmo mês, conduziu a investigadora escavações com dois trabalhadores cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Da totalidade da sua actividade sobre a necrópole resultou a referência a vinte e cinco sepulturas e um conjunto de estruturas que interpretou como associadas, de que foi produzido um levantamento pelo topógrafo da autarquia (Idem: Pl. III).

A informação documental sobre a intervenção de Irisalva Moita resume-se ao relatório que publicou quase na íntegra (MOITA 1968), complementado por algumas reflexões suas posteriores (MOITA 1994), pelo relatório elaborado por Manuel Heleno para a Junta Nacional de Educação (HELENO 1965), por dados constantes do «Diário das Escavações» de Bandeira Ferreira (FERREIRA 1962a) e em trabalhos de Brazão Farinha, olisipógrafo que à altura desempenhava funções na equipa técnica de engenharia do Metropolitano (FARINHA 1989).

A percepção adquirida pela investigadora das entidades que “acompanhou” foi muito condicionada pelas opções metodológicas adoptadas e que resultaram numa intermitência de recolha de dados, obtidos maioritariamente por via indirecta, tendo-lhe proporcionado uma leitura algo desarticulada do cemitério romano. Teve, contudo, os méritos de despoletar a escavação arqueológica imediatamente posterior, de ter isolado e/ou recolhido conjuntos artefactuais funerários romanos e de ter, posteriormente, tornado acessível a um público alargado uma parcela importante do passado da cidade através de uma pequena zona expositiva criada na estação do Metropolitano do Rossio (localizada no subsolo da Praça da Figueira, e que perdurou até 1983).

Ao contrário dos trabalhos de Irisalva Moita, a escavação de Bandeira Ferreira continua quase totalmente inédita. Para além de algumas menções feitas mais recentemente por Brazão Farinha (FARINHA 1989), as únicas publicações produzidas por membros da equipa correspondem a um curto artigo do responsável que resume uma comunicação efectuada na Sociedade de Geografia de Lisboa (FERREIRA 1962b) e um outro, de Fernando Castelo Branco (BRANCO 1961- mas necessariamente elaborado em 1962), no qual se publica uma planta de síntese das estruturas romanas integradas na malha urbana actual, elaborada por Eduardo Prescott Vicente.

A escavação teve início a 11 de Fevereiro de 1962, dois dias após a saída da investigadora camarária do espaço da necrópole, e pode caracterizar-se como correspondente a uma intervenção arqueológica de emergência.

A fonte principal para o seu estudo é o “Diário das Escavações” (FERREIRA 1962a), manuscrito que Bandeira Ferreira elaborou para a Junta Nacional da Educação, complementado num aspecto importante pela planta de Prescott Vicente a que aludimos acima, pois em nenhum lugar do relatório se apresenta a integração dos resultados da escavação no edificado contemporâneo. Infelizmente, desconhecemos se o “Diário” ainda existe, e só se pode aceder através da microfilmagem ou fotocópia da mesma, existentes no Museu da Cidade, o que não se revelou totalmente satisfatório devido à fraca qualidade da reprodução da maior parte das fotografias que o ilustravam.

As primeiras apreciações feitas por Bandeira Ferreira referiram-se aos trabalhos anteriores, em relação aos quais opinou de forma muito negativa: veja-se as referências a “escavações catastróficas dos dias 8 e 9 de Fevereiro que eu ainda vira” (Idem: pág. 4) ou “tirei também uma série de fotografias para documentar o estado – em certos pontos deplorável- em que encontrei a escavação arqueológica, quando iniciei as escavações” (Idem: pág. 9).

Ao contrário de Moita, Bandeira Ferreira contou com a colaboração de arqueólogos experimentados, destacando-se Eduardo Prescott Vicente, que assumiu a direcção dos levantamentos e que terá tido influência na metodologia aplicada. Participaram também outros investigadores, como José João Fernandes Gomes, João Luís Saavedra Machado, Fernando Castelo Branco e Rodrigues Miguéis, e um “corpo” de estudantes do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que integrava Luís Filipe Tomás e Maria Luísa Oliveira Marques (Idem).

A zona intervencionada havia sido muito afectada pelas escavações do Metropolitano e pelo “acompanhamento” de Irisalva Moita. Assim, a área disponível correspondia a um trecho do terço central, longitudinal no sentido da zona onde se iria implantar a estação “Rossio”, limitado a Norte e a Sul por dois tapumes de contenção, mencionados quer por Moita (MOITA 1968: fig.2) quer pelo “Diário” (FERREIRA 1962a). Todos os níveis romanos que se encontravam para além destes tapumes haviam já desaparecido, tendo sido apenas escavada a Sul uma área onde se verificaram achados da Pré-História Final (CARDOSO e CARREIRA 1997), incluindo uma estrutura pétreo ovóide que requer revisão (FERREIRA 1962a: pp. 301-305, com levantamentos detalhados).

Uma das primeiras constatações feitas por Bandeira Ferreira foi a da existência de uma via romana que estruturava o espaço funerário e que tinha escapado à percepção de Moita, que a utilizara como caminho de “escoamento das terras” (Idem: pág. 9).

Dado partes de muros serem ainda visíveis, a opção adoptada foi a de definir vários sectores: T a Oeste da via e os restantes, localizados a Este da via, correspondentes a diferentes ambientes definidos pelos restos construtivos –compartimentos B, BA, BB (?), C, D, o arruamento/”viela V” e o poço/”puteus” P (Idem). Todos os muros do mesmo compartimento receberam a designação de uma letra em grego, seguida de numeração romana para cada um, de Norte para Sul e no sentido dos ponteiros do relógio.

As escavações de 1962 produziram um registo substancialmente mais abundante do que o “acompanhamento” anterior, de que se destacam planimetrias a escalas de pormenor (1/10), «croquis» com a localização de artefactos e de recolhas de amostras sedimentológicas, alguns perfis estratigráficos e alçados sistemáticos de pormenor das superestruturas arquitectónicas reveladas. As cotas altimétricas apresentadas são ou relativas ao tecto da estação do Metropolitano, pelo que são passíveis de conversão, ou relativas entre si (e portanto, também recuperáveis a partir daquelas).

O tratamento dado pelo “Diário” às várias áreas é, porém, desequilibrado. Para o sector T, por exemplo, possuímos muito poucos elementos devido ao furto do caderno de campo da arqueóloga que coordenava o sector durante os trabalhos (Idem); o compartimento B possui um nível de detalhe nos registos muito superior ao dedicado ao vizinho BA, aliás de muito maiores dimensões.

Dadas as circunstâncias em que decorreram os trabalhos, em que se procurou articular a sua execução com as necessidades do Metropolitano, o seu desenvolvimento passou pela escavação de poços correspondentes à zona de sustentação do tecto do Metro e à desmontagem sucessiva dos muros dos compartimentos assim que estes se encontravam integralmente escavados para ceder área à obra, pelo que foi muito importante o rigor dos levantamentos para a formação, elaborada posteriormente, da planta final.

Apesar da evidente sensibilidade espacial e estratigráfica, a escavação não atingiria os níveis de rigor de escavações posteriores. Tratou-se ainda assim e para a época, de uma intervenção de grande preocupação metodológica, independentemente das limitações derivadas da trabalhosa inteligibilidade dos registos e, sobretudo, do óbice óbvio da não escavação da via romana.

Até ao presente o grande volume de artefactos recolhidos, tal como a informação constante dos registos existentes, nunca foi integralmente tratado, não correspondendo às expectativas entretanto geradas na comunidade arqueológica (RIBEIRO 1994: pág. 85).

Figura 1

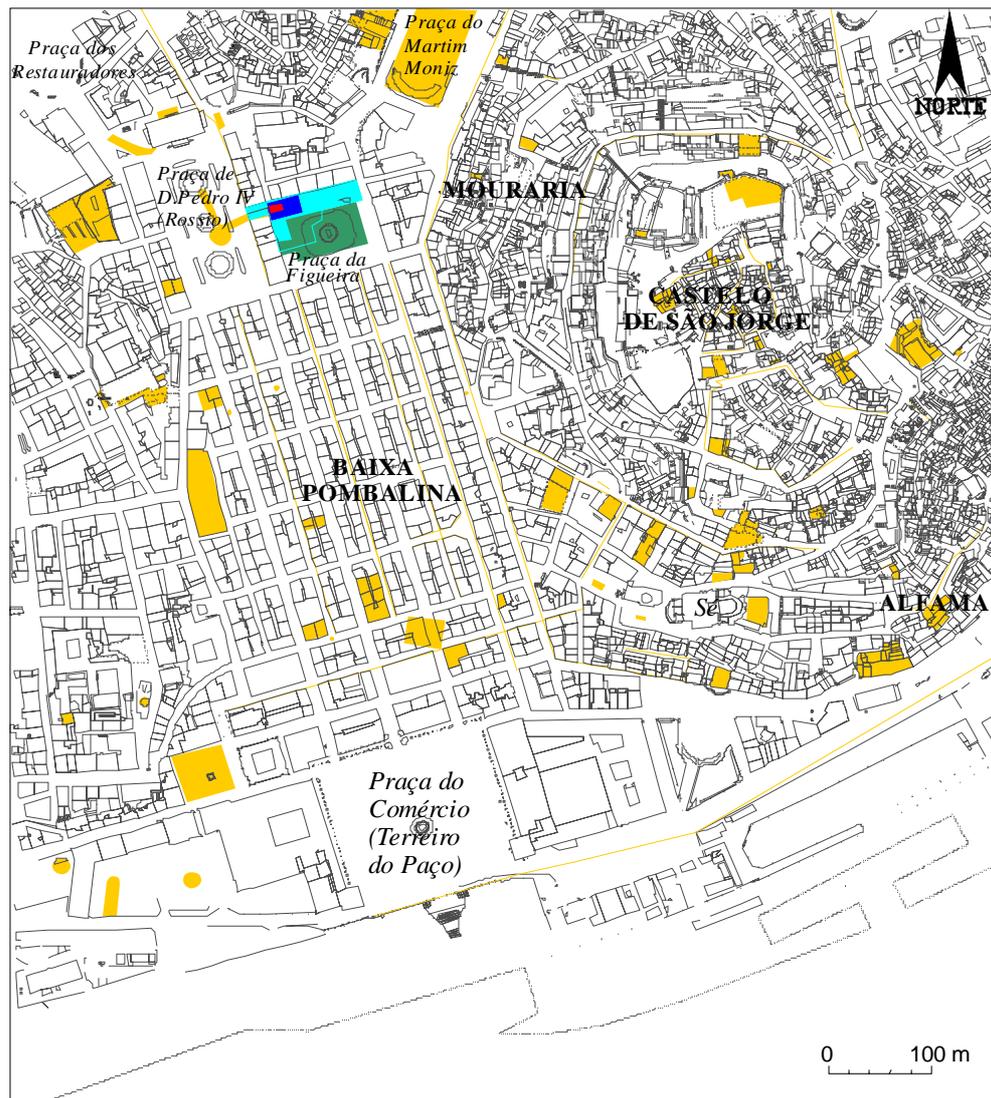


Figura 1- Enquadramento das Intervensões Arqueológicas Urbanas na Praça da Figueira (com especial referência às que incidiram sobre a Necrópole Noroeste de *Olisipo* no núcleo histórico central da cidade de Lisboa.

A última intervenção arqueológica na Praça da Figueira possuiu carácter preventivo e ocorreu entre 1999 e 2001, decorrendo de um programa camarário, delineado em 1994, de reabilitação e requalificação daquele espaço público e sua envolvente.

Dadas as carências de estacionamento na cidade, o projecto integrava-se no programa de construção de uma rede de instalações subterrâneas com esse fim (cerca de 50 parques previstos), aliás uma das principais propostas avançadas em actos eleitorais sucessivos (1989, 1993 e 1997) pela coligação partidária vencedora.

No caso da Praça da Figueira o programa contemplava a recuperação do imóvel com frentes para o Rossio e para esta praça, para onde se previa a instalação de um grande espaço comercial ligado subterraneamente ao estacionamento a construir no subsolo e à rede de Metropolitano aí existente. Os intrincados desenvolvimentos posteriores levaram à separação entre estas componentes.

Dado tratar-se de um programa camarário, e considerando o anterior envolvimento do Museu da Cidade na escavação do Hospital Real de Todos-Os-Santos em 1960 e o seu esforço de investigação sobre a história do edifício, desenvolvido ao longo de mais de uma década, criou-se o entendimento de que deveria ser esta instituição a assumir a coordenação científica arqueológica.

A intervenção oficial de arqueólogos no processo foi, lastimavelmente, tardia. De facto, quando em final de 1996 se desenvolveram os primeiros contactos, já a Câmara Municipal há muito celebrara o contrato em que concessionava os direitos de superfície com o fim específico da construção do estacionamento subterrâneo (sem qualquer acautelamento relativo ao património que se sabia existir no subsolo) e, inclusivamente, tinham sido elaborados e sujeitos à apreciação os primeiros projectos de especialidade.

Após dois anos de acompanhamento processual pelos arqueólogos do Museu da Cidade, e perante o impasse decorrente das perspectivas contraditórias entre aqueles e o concessionário, o entendimento gerado entre a Presidência da Câmara Municipal e a Direcção de então do Instituto Português de Arqueologia (adiante mencionado por I.P.A.) viabilizou a construção da estrutura prevista para o subsolo, obrigando-a ao acompanhamento de trabalhos arqueológicos dotados de meios e de tempo considerados suficientes. A opção do I.P.A. foi a de privilegiar o valor científico do património, aplicando o princípio da “preservação pelo registo”, posteriormente consagrado na actual “Lei de Bases do Património Cultural” (Dec.Lei 107/2001).

A intervenção arqueológica no local foi executada em três fases, temporal e metodologicamente distintas: procedeu-se, num primeiro momento, à peritagem em obra

das sondagens geotécnicas, entre Fevereiro e Junho de 1999; executou-se depois o acompanhamento da execução da estrutura primária de contenção, entre Setembro e Dezembro de 1999; no final teve lugar a escavação arqueológica da área a afectar, entre Dezembro de 1999 e Março de 2001.

Embora constituam um aspecto marginal no âmbito deste trabalho, merecem menção os resultados muito distintos apresentados pelos dois primeiros momentos da intervenção arqueológica: à grande utilidade dos elementos resultantes da observação das sondagens geotécnicas, equivalentes a um nível preliminar de abordagem aos problemas técnico-científicos que se iriam colocar mais tarde na escavação (uma primeira leitura, difusa, da potencialidade arqueológica do subsolo, uma primeira visão da paleotopografia da área, não detectável de outra forma, a correcta localização dos níveis freáticos, ...), corresponde a ineficácia da segunda em função da opção de engenharia adoptada para a contenção perimetral (execução de paredes moldadas).

A escavação foi idealizada em função dos três grandes horizontes crono-estratigráficos de que se conhecia a existência: o Hospital Real e ocupações baixo-medievais subjacentes, e os níveis de época romana, correspondentes à necrópole, via e, hipoteticamente, circo.

Para atingir esses resultados foi implementada uma metodologia de escavação mista, onde estavam presentes muitas das propostas da “open-area” de Barker-Harris (BARKER 1983; HARRIS 1992), nomeadamente a utilização de Unidades Estratigráficas (adiante mencionadas pela sigla U.E.) acompanhadas das respectivas fichas e “matrizes de Harris”, a procura da desmontagem sucessiva dos estratos considerados mais recentes, o reconhecimento dos interfaces considerados relevantes, a execução de registos planimétricos pormenorizados de algumas das U.E.s, reconhecidas como mais significativas. Outros aspectos relacionam-se com a necessidade verificada do recurso a aspectos próprios às técnicas mais “tradicionais”, sobretudo a primazia dada ao registo vertical de parte das U.E. (as que intercalavam os grandes horizontes ocupacionais), a utilização de uma malha quadrangular de referência (de 5 x 5 metros, articulada com os limites da obra, com uma abcissa alfabética, de Oeste para Este, e uma ordenada, numérica, invertida por conveniência, ou seja, em sentido crescente de Norte para Sul) e, motivado pela menor preparação e entrosamento dos escavadores (arqueólogos, assistentes de arqueólogo e operários), a utilização pontual de testemunhos até se atingirem níveis ocupacionais coerentes e a escavação por planos de algumas U.E. mais potentes ou de

conjuntos deposicionais onde se verificou maior dificuldade de distinção das várias entidades presentes.

O objectivo primordial era o de disponibilizar para a apreciação científica e, sobretudo, patrimonial, os grandes momentos de ocupação do local de forma “sincrónica”. Tendo-se concretizado para o primeiro horizonte, correspondente ao Hospital Real de Todos-Os-Santos e ocupação imediatamente anterior, verificar-se-ia a impossibilidade de o conseguir para os de época medieval islâmica e romana. As razões deste insucesso prenderam-se com as soluções de engenharia adoptadas e consideradas as mais adequadas pelos especialistas no domínio da engenharia de estruturas (projectista e consultores da autarquia), sobretudo as questões de segurança perimetral, com atestado impacte no edificado confinante com a praça.

Parece hoje claro que estas soluções envolviam procedimentos considerados indispensáveis pelo projectista, não explicitados nem apreciados previamente pela componente arqueológica (por essa razão baptizados, com alguma ironia, de “surpresas técnicas”), mas de grande impacte neste domínio patrimonial. Perante a recusa em assumir os riscos inerentes, a acatção desses procedimentos obrigou a uma total alteração do programa da intervenção arqueológica e da consequente reelaboração das calendarizações, implicando o reforço substancial dos meios humanos e técnicos envolvidos (a equipa total chegou a atingir 14 arqueólogos, 5 assistentes de arqueólogo, 4 desenhadores e 60 operários) e uma redução dos tempos de intervenção sectorial e total.

Ainda assim, se para o conjunto estrutural de época medieval islâmica se conseguiu articular os trabalhos, forjando duas grandes áreas contíguas, sucessivamente expostas, já para as entidades estratigráficas de época romana, e em função de um enquadramento a todos os níveis desfavorável (onde as pressões de vária índole se manifestaram, e que resultaram em destruições de parcelas importantes, não intervencionadas arqueologicamente), só se conseguiu proceder à abertura de sectores, raramente se conseguindo exumar dois de forma contínua, dado que os entretanto escavados eram sucessivamente “desmontados”. Os trabalhos assumiram nesta fase um carácter mais consentâneo com um trabalho de emergência do que preventivo.

Por esta razão, a compreensão da dinâmica ocupacional romana daquele espaço foi feita cumulativa e sectorialmente, o que resultou das circunstâncias aludidas mas também das duas grandes infra-estruturas urbanas existentes no subsolo da Praça da Figueira que haviam anteriormente seccionado e destruído outras parcelas: uma subestação eléctrica

central, edificada cerca de 1965, e a da Carris, construída em 1990, ao que se sabe sem qualquer “acompanhamento” arqueológico.

Este conjunto de razões explica porque se aplicaram a algumas das U.E. reconhecidas designações numéricas diferentes, ou porque a compreensão da via se deverá fazer em função dos dois sectores onde esta foi reconhecida com alguma coerência.

Desde o início que a intervenção da Praça da Figueira foi concebida considerando uma última fase, correspondente ao tratamento dos dados e preparação de uma monografia, em que o suporte financeiro caberia, na maior parte, ao concessionário. A mesma não foi, porém, acautelada pelo(s) jurista(s) envolvido(s), pelo que é com um âmbito bastante mais limitado que vem sendo executada, com os escassos meios que foi possível disponibilizar pela Divisão de Museus e Palácios, aumentando assim, e necessariamente, o tempo requerido para a sua conclusão.

Num desenvolvimento não previsto, e procurando a abertura da informação recolhida ao exterior, partilhada pelos responsáveis pela intervenção arqueológica e pelo Museu da Cidade (de que o presente trabalho é também reflexo), nos últimos quatro anos promoveu-se a realização de um número significativo de trabalhos de âmbito académico sobre materiais e contextos recolhidos na Praça da Figueira, de diversos horizontes cronológicos e temáticos, realizados por alunos de estabelecimentos de ensino superior (sobretudo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), no âmbito das licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Como objectivo final do tratamento da informação arqueológica da Praça da Figueira estabeleceu-se a construção de um sistema de informação geográfica dedicado em exclusivo à arqueologia da Praça da Figueira, que se converta posteriormente num instrumento de disponibilização pública da informação tratada mas também num utensílio para o posterior desenvolvimento de estudos temáticos sobre o local.

### **3. Panorâmica do estado actual dos conhecimentos sobre a evolução urbana de *Olisipo* na época alto-imperial romana.**

A historiografia de Lisboa destacou as boas aptidões portuárias e o favorável posicionamento geo-estratégico como uma das justificações para a sua importância durante longos períodos do seu passado. Localizada na foz do maior rio da Península Ibérica, a cidade funcionou, a espaços, como relevante local de charneira na navegação entre o

Atlântico e o Mediterrâneo (MANTAS 1976 *apud* ALARCÃO 1988; MANTAS 1990 e 1999, ALARCÃO 1992 e 1994, AMARO 1994, MACIEL 1994, RIBEIRO 1994) e, no âmbito provincial romano, terá adquirido a primazia enquanto “centro abastecedor” da Lusitânia, o que lhe valeu ter sido qualificada de sua “capital litoral” (MANTAS 1990: pág. 160), em disputa e/ou em complementaridade com *Emerita*, *Salacia* e *Ossonoba* (ALARCÃO 1988: pág. 151).

Os autores da Antiguidade Clássica mencionaram *Olisipo* algumas vezes, ligando a sua origem a Ulisses, destacando as riquezas da região (como o ouro aluvionar, gemas—GUERRA 1995: pág. 140-, a mítica fecundidade das éguas do Tejo— Idem: pp. 37, 91 e 119), indicando uns poucos lugares (o *promontorius olisiponensis*, talvez o Cabo da Roca— Idem: pp. 85-86-, o *Mons Sacrus* de Varrão e Columela, identificado por Leite de Vasconcelos com a Serra de Monsanto— Idem: pág. 140) e *miriabilia* como o que motivou o envio de uma legação olisiponense ao Imperador Tibério a propósito do aparecimento de um Tritão na costa (Idem: pp 121-122).

De maior interesse histórico serão as referências de Estrabão ao papel detido pelo aglomerado no quadro das campanhas de *Decimus Iunius Brutus* em 138 a.C. (MAIA 1983, MACIEL 1994), matéria adiante aflorada, e a menção de Plínio-O-Velho ao estatuto jurídico-administrativo da cidade (MANTAS 1990, RIBEIRO 1994, FARIA 1995). Em relação a esta última questão, Vasco Mantas e José Cardim Ribeiro propuseram, em data recente, a existência de um estatuto prévio ao de município em época tardo-republicana, rebatido de forma fundamentada por António Marques de Faria (FARIA 1995: pp. 91-93). De notar que esta controvérsia não colocou em causa a data atribuída à municipalização, situada com alguma consensualidade entre 31 e 27 a.C. (Idem).

Outra fonte importante para a história de *Olisipo* é o abundante acervo epigráfico, encontrado na cidade, mas também no extenso território da sua *ciuitas*, objecto de uma extensa lista de publicações que trata os mais variados aspectos do seu conteúdo, da estrutura socio-económica das suas populações até à sua religiosidade (verbibliografia em RIBEIRO 1994; MANTAS 1999).

As sínteses sobre a evolução e estrutura urbanas do aglomerado romano elaboradas até ao momento, quer parcelares quer globais, têm-se servido dos elementos de há muito proporcionados pela olisipografia, complementados pelos escassos dados disponibilizados pela prática arqueológica que se vem desenvolvendo na cidade desde 1989 (conferir bibliografia em RIBEIRO 1994, a completar com HAUSCHILD 1990, ALARCÃO 1992 e

1994, AMARO 1994, MACIEL 1994, SALVADO 1994, FERNANDES 1997, SILVA 1997 e 1999, MANTAS 1999).

Conceptualmente, os diversos pontos da cidade actual onde se registaram contextos dos primeiros séculos da Era vem sendo abordados uniformemente, não se explicitando na maioria das publicações a diferença urbanística entre as diversas áreas de ocupação em época romana, matéria afluída nalgumas ocasiões (por exemplo em ALARCÃO 1994, RIBEIRO 1994, SILVA 1997 e 1999): está-se a fazer referência à diferenciação a que a análise tem de proceder, necessariamente, entre *pomerium* e área suburbana, entidades urbanísticas romanas de distinta identidade e funcionalidade com base em pressupostos mentais e religiosos próprios, objecto de regulamentação legal e indispensáveis no momento de definir a área da cidade romana *stricto sensu*.

Ainda em referência às metodologias de análise, e perante a fragmentariedade dos conhecimentos sobre as diversas zonas de *Olisipo*, escassas vezes se procurou utilizar critérios que colocassem sobre um denominador comum a diversidade de estruturas romanas detectadas, particularmente no que respeita à sua orientação (HAUSCHILD 1990, MANTAS 1990, RIBEIRO 1994, SILVA 1997 e 1999).

Entretanto, publicações recentes parecem anunciar transformações significativas no panorama de compulsão do elevado número de dados inéditos acumulados, que ocorre em resultado das deficiências estruturais de que a arqueologia de Lisboa enferma (GASPAR et al. 1997). Esta mudança comporta também aspectos qualitativos importantes, por os novos elementos resultarem de escavações com uma maior preocupação estratigráfica. Assumindo uma orientação tópica e epocal (sobretudo BUGALHÃO 2001 e PIMENTA 2004), ou dedicadas a estudos específicos que contemplam contextos e/ou artefactos de época romana, de importância variável, obrigaram a uma revisão profunda das leituras que haviam sido elaboradas sobre a evolução, características e configuração da cidade alto-imperial.

Neste quadro, uma das alterações mais significativas resultou dos trabalhos do projecto e equipa do Castelo de São Jorge, liderados por Alexandra Gaspar e Ana Gomes desde 1996. Aqui, um número muito elevado de intervenções arqueológicas urbanas vem documentando a dinâmica da área, a que a olisipografia atribuía um importante papel na história da cidade.

A investigação anterior ao projecto do Castelo, apoiada em muito escassa documentação arqueológica, preconizava que ao sítio corresponderiam várias ocupações que interessam no âmbito do presente trabalho: um assentamento da Idade do Bronze Final,

origem mais remota de Lisboa enquanto fenómeno urbano (CARDOSO 1994), o *ubi* do povoado sidérico, local relevante durante a época alto-imperial romana (CASTILHO 1939, SILVA 1944, MAIA 1983, MOITA e LEITE 1986, MANTAS 1990, MACIEL 1994, MOITA 1994, SALVADO 1994) e o hipotético espaço onde teria sido montado um acampamento militar romano no quadro das campanhas de *Decimus Junius Brutus*, mencionadas por Estrabão (SILVA 1944: pág. 41).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área ao longo dos últimos dez anos confirmaram alguns dos entendimentos referidos: permitiram prefigurar o espaço do morro como área de povoamento de relativa densidade na Idade do Ferro, identificável com um aglomerado sidérico de consideráveis dimensões, bem como uma intensa presença romana a partir do terceiro quartel do séc. II a.C., desprovida de contactos itálicos prévios (PIMENTA 2004- contrariando as perspectivas anteriores de diversos autores- MAIA 1983; RIBEIRO 1994; SOUSA 1996a) e colocada em relação com a instalação de um contingente militar directamente relacionável com as iniciativas de “O Galaico” (PIMENTA 2004). Em sentido contrário, as ocupações mais antigas foram datadas dos séculos VII-VI a.C. (GASPAR et al. 2004), e a extensão intervencionada permitiu demonstrar a fragilidade dos dados sobre os quais assentava a leitura do morro enquanto área relevante na época alto-imperial dado que, não só o conjunto de artefactos com aquela cronologia recolhido é quantitativamente irrisório (em cerca de quinhentas ânforas recolhidas, 1,5% podem ser atribuídas a fabricos elaborados após a mudança da Era- PIMENTA 2004: pág. 88), como apenas numa das escavações se detectaram vestígios construtivos e contextos estratigráficos atribuíveis àquele período (GASPAR et al. 2004). Portanto, e no que ao urbanismo da *Olisipo* alto-imperial se refere, o principal contributo aportado pelos trabalhos arqueológicos do projecto do Castelo é o da comprovação da sua quase “desocupação” a partir dos finais da época tardo-republicana romana, o que pode ser interpretado como resultado do episódio, que terá de se entender como traumático, que constituiu a ocupação militar romana do lugar do povoado ocorrida nos finais do séc. II a.C. (Idem; PIMENTA 2004: pp. 44 e 98).

Este desenvolvimento assumiu um carácter de novidade relativamente às anteriores leituras sobre a cidade romana imperial na sua globalidade, reduzindo em cerca de 8 Ha a área ocupada por *Felicitas Iulia Olisipo*, o que terá que ser tido em consideração e colocado em relação com a distinção entre *pomerium* e *suburbia*, a que fizemos menção antes, na hora de avaliar a dimensão da área ocupada pela cidade romana alto-imperial.

Nesta matéria, os estudos que abordaram o aglomerado romano vinham considerando uma ampla área correspondente não só à encosta Sul do morro do Castelo, onde se instalaram diversos edifícios públicos (“Templo de Cibele”, *Thermae Cassiorum*, Teatro e *forum* municipal, este com várias propostas de localização), mas também toda a ampla área artesanal e portuária ubicada entre as faixas litorais do Esteiro da Baixa e do próprio Tejo (englobando o criptopórtico da Rua da Prata e as diversas unidades de transformação de pescado detectadas na “Baixa Pombalina” e Casa dos Bicos).

Ora, considerando novos contributos do projecto do Castelo de São Jorge, os conhecimentos disponíveis sobre a localização das oficinas de transformação de pescado entretanto acumulados (AMARO 1994, BUGALHÃO 2001), que implicam funcionalidades não residenciais, das áreas de necrópole alto imperial atestadas (mapas em MANTAS 1999: pág. 26, SILVA 1999: pág. 63, BUGALHÃO 2001: pág. 53), necessariamente localizadas no exterior do *pomerium*, e ainda das intervenções arqueológicas que proporcionaram evidência negativa quanto à ocupação romana do local, com todas as cautelas que se advoga para este tipo de argumento, o perímetro provável da área residencial de *Felicitas Iulia Olisipo* reduz-se a c. 15 Ha, face aos anteriores c. 30 Ha preconizados. Trata-se de uma dimensão bem mais modesta do que a admitida antes, sobretudo considerando que inclui vastos espaços ocupados pelos edifícios públicos já conhecidos e talvez outros, ainda por identificar.

O perímetro urbano da cidade, em sentido estrito, seria definido por uma muralha fundacional, edificada na sequência da municipalização augústea, e a sua existência fora preconizada por Jorge de Alarcão (ALARCÃO 1994: pág. 58). No desconhecimento do traçado, Vieira da Silva propôs um semelhante ao da “Cerca Velha” medieval, mas Alarcão atribuiu-o à muralha baixo-imperial (Idem). De facto, troços da estrutura defensiva tardia romana, a que se sobrepuseram depois os medievais, haviam sido identificados em 1982 nos trabalhos da Casa dos Bicos (Figura 2 -16), e incluíam um torreão semicircular, mais tarde substituído por uma torre de planta rectangular (DUARTE e AMARO 1986: pp. 150-151). Em 2002, um outro troço tardo-romano foi revelado pelos trabalhos de Manuela Leitão em Alfama, na Rua de São João da Praça (Figura 2 -13), onde se escavou parcialmente um torreão, também semicircular, articulado com um pano de c. 5,00 m de espessura média, também no local onde esteve implantada a “Cerca Velha” medieval de Lisboa (LEITÃO et al. 2004). Em 2004, a intervenção arqueológica na antiga Casa Sommer, em Alfama (Figura 2- 11), dirigida por Ana Gomes, detectou próximo do traçado

da mesma muralha medieval as fundações de uma muralha romana tardia com uma largura aproximada próxima dos 5,00 m (GOMES et al. 2004).

Neste último local, a estrutura adossava e incorporava uma anterior, de espessura próxima dos 2,00 m, dimensão compatível com a das muralhas fundacionais de cronologia Julio-Cláudia conhecidas na Hispânia (Mérida, Conimbriga, Barcelona, ...), e que deverá, portanto, corresponder à primeira atestação arqueológica da existência de uma muralha deste tipo em *Olisipo* (Idem).

É difícil entrever o perímetro definido por esta muralha alto-imperial com precisão. É provável que a Sul estaria próxima da zona depois percorrida pela “Cerca Velha”, como a intervenção da “Antiga Casa Sommer” (Figura 2– 11) demonstrou (Idem); contudo, deveria excluir o espaço ocupado pelas cetárias da Casa dos Bicos (Figura 2– 16), bem como o da possível sepultura referenciada na Ribeira Velha (Figura 2–15) em data anterior ao terramoto de 1755 (MANTAS 1999). No lado Oeste da cidade, o “Templo de Cibele” descoberto ao Largo da Madalena/Rua das Pedras Negras (Figura 2– 6) pode corresponder ao edifício do *forum* municipal, hipótese aventada, com matizes diferentes, por Jorge de Alarcão, Cardim Ribeiro e Vasco Mantas, socorrendo-se de fundamentos arqueológicos e urbanísticos (ALARCÃO 1994: pág. 58, MANTAS 1994 *apud* RIBEIRO 1994: pág. 84 e Idem). A ser assim, as cetárias descobertas muito próximo deste local (Figura 2– 20) (DIOGO e TRINDADE 2000b), implicariam que a muralha fundacional passasse algures entre estas construções e o dito largo. Mais a Norte, deveria incluir o edifício das *Thermae Cassiorum* (Figura 2– 5) até inflectir na direcção da Porta da Alfôfa da “Cerca Velha” medieval, em cujo paramento estava incorporado um grande lintel epigrafado pertencente a uma construção pública de época alto-imperial que mencionava um *legatus augusti pro praetor* (SILVA 1944: n.º 21, pp. 112-114).

No quadrante oposto da cidade, a muralha deveria formar um ângulo na zona ribeirinha, a seguir ao Chafariz d’El Rei (Alfama), subindo em direcção ao troço de São João da Praça que referimos acima (Figura 2– 13). A partir daí, e considerando as condicionantes topográficas, pode colocar-se a hipótese de não se ter afastado substancialmente do traçado da “Cerca Velha”, até atingir as Portas do Sol desta. É difícil conjecturar o traçado que a Norte fecharia a cintura, ligando assim os troços ocidental e oriental antes descritos, não tendo as intervenções arqueológicas efectuadas recentemente entre o Largo dos Lóios e o Palácio Belmonte revelado quaisquer vestígios significativos de época alto-imperial.

Os elementos disponíveis sobre a configuração do traçado urbano no interior do perímetro definido pelo percurso hipotético da muralha fundacional são muito limitados, correspondendo aos permitidos pela cartografia antiga e pelos dados resultantes de escavações arqueológicas. Estes últimos resumem-se, quase exclusivamente, aos proporcionados pelas intervenções ainda em curso nos Claustros da Sé Catedral de Lisboa (Figura 2– 9), aos poucos disponibilizados das escavações nos edifícios públicos já conhecidos (Teatro Romano -Figura 2– 2- e *Thermae Cassiorum* -Figura 2– 5), aos conhecidos sobre a intervenção no Largo de Santo António da Sé (Figura 2– 8) e aos das intervenções em curso, muito recentemente iniciadas, na antiga Casa Sommer (Figura 2– 11- GOMES et al. 2004) e no Palácio dos Marqueses de Angenja (Figura 2– 12- sob a direcção de Manuela Leitão -informação oral da própria).

Na Sé Catedral foi detectado o único conjunto coerente de construções inquestionavelmente não públicas do *pomerium*, que se articula com um dos *cardines* secundários da cidade, carácter denunciado pelos c. 2,60 m de largura do tabuleiro, e pela construção do piso em patins sucessivos articulados com degraus, pavimentado a laje (MATOS 1994: pág. 109 *apud* SILVA 1999: pág. 47). Sendo inequívoca a sua relação urbanística com o Teatro Romano próximo, dada a coincidência de orientação a 6/7º NO, a cronologia augústea de edificação que lhe foi atribuída baseou-se em fundamentos escassos e frágeis (Idem). Terá de se aguardar pela publicação das campanhas mais recentes, agora dirigidas por Alexandra Gaspar, para se poder aferir a validade da proposta inicial indicada (Idem).

O Teatro, suficientemente caracterizado em termos arquitectónicos (HAUSCHILD 1990), não beneficia ainda da publicação integral dos resultados das escavações dirigidas por Dias Diogo entre 1989 e 1993. Ainda assim, parece adequada a proposta inicial de Theodor Hauschild, que situou a sua erecção “na época de Augusto ou dos primeiros césores” (Idem: pág. 65). Talvez a mesma se possa situar com maior precisão numa data um pouco posterior a Augusto, em função das bases áticas pertencentes à *frons scaenae* serem dotadas de plinto e ao tratamento das *opera quadratta*, características que distinguem a decoração arquitectónica do edifício cénico lisboeta dos paralelos augústeos apontados por Hauschild, de qualquer das formas com anterioridade à campanha de “marmorização” promovida em 57 d.C. e que incidiu sobre *proscenium*, *orchestra* e *aditus maximus*, tal como o investigador alemão havia demonstrado (SILVA 1999: pág. 46).

Colocando em relação os dados disponíveis sobre as construções reveladas nas escavações dos Claustros da Sé (Figura 2– 9) e do Teatro Romano (Figura 2– 2), e tomando em consideração a difícil topografia da encosta onde estão implantados, parece plausível que algures entre a extremidade Norte do troço do *cardine* secundário revelado no primeiro dos sítios e o muro das traseiras do Teatro, descoberto nos trabalhos de 2002, se localize um importante *decumanus*.

Parece sugestivo que a orientação do corpo da Catedral seja muito próxima da das construções romanas da zona citadas, sendo admissível que este *decumanus* passasse junto da fachada Norte da Sé de Lisboa (edificada no séc. XII d.C.), podendo estar ainda fossilizado a Este da Catedral na actual Travessa das Merceeiras, onde o alinhamento da fachada Sul da desmantelada Igreja de São Martinho (edificada no séc. XIII d.C. - Figura 2– 10) documenta a antiguidade da artéria. Existe, aliás, toda uma vasta área da estrutura urbana do edificado actual a oriente e para Norte do eixo da Catedral e Teatro onde são patentes “linhas” de alguma ortogonalidade com a orientação das construções romanas presentes nos dois locais, orientadas em torno dos 6/7º NO.

Apesar de outras localizações aventadas para a localização do *forum* municipal (ver RIBEIRO 1994), parecem mais consistentes as propostas de Jorge de Alarcão, José Cardim Ribeiro e Vasco Mantas (ALARCÃO 1994, RIBEIRO 1994, MANTAS 1999), que o situam a Oeste do eixo “Catedral-Teatro Romano”. O seu alinhamento seria o da proposta de Cardim Ribeiro baseada nos traços conservados no urbanismo medieval e moderno (RIBEIRO 1994: pág. 84), situada em torno dos 6º NE, correspondente também ao das cetárias escavadas na Casa dos Bicos (Figura 2– 16) e Rua dos Fanqueiros (Figura 2– 20 e 21- SILVA 1997 e 1999), bem como ao trajecto proposto pelo mesmo autor para a via que percorria a Sul a cidade, a via *Olisipo-Scallabis* (Idem).

Na esteira da proposta de Cardim Ribeiro, o desenho urbano ainda conservado na faixa de edificado da actualidade situada abaixo do alinhamento da Igreja da Madalena, da de Santo António da Sé e da Catedral, parece indicar a existência de um urbanismo anterior fossilizado, conservando a orientação indicada (6º NE). Esta suposição, baseada na referida disposição das construções, parece reforçada pela métrica patente no local. Dois exemplos bem ilustrativos são: o das artérias rectilíneas que ligam ao Arco das Portas do Mar da “Cerca Velha”, paralelas ao local onde subjaz hoje a dita muralha, distando entre ambas 105 m, a que correspondem com exactidão três *actus*; a distância entre o mesmo Arco e a linha paralela de traseiras dos prédios que tornejam para a actual Travessa do Almargem, de 70 m, equivalentes a dois *actus*.

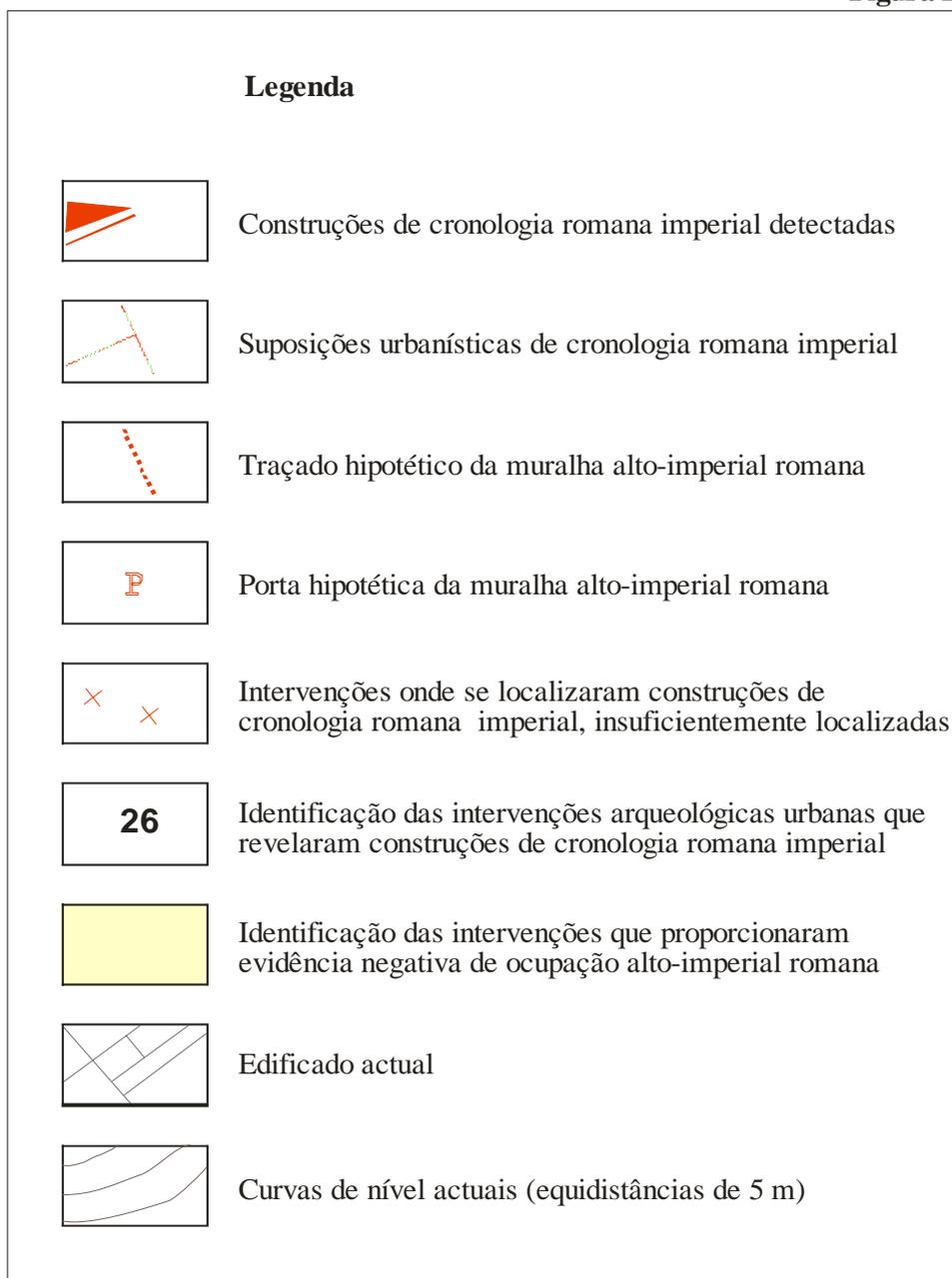
Estas observações dão algum fundamento à hipotética existência de uma planificação do edificado, elaborado em época alto-imperial. Infelizmente, as intervenções arqueológicas que incidiram sobre esta área da cidade romana e que forneceram contextos do período que aqui interessa ou permanecem quase totalmente inéditas (Casa dos Bicos - Figura 2- 16-, Largo de Santo António da Sé -Figura 2- 8-, Calçada do Correio Velho - Figura 2-7-, Palácio dos Condes de Penafiel -Figura 2- 4-, Termas dos Cássios/Rua das Pedras Negras -(Figura 2-5-, Rua da Madalena) ou, pelas opções de preservação patrimonial das estruturas, não forneceram elementos sobre a data de edificação das construções (Cetárias da Rua dos Fanqueiros -Figura 2-20-, DIOGO e TRINDADE 2000b- e da Rua dos Douradores -Figura 2-22 a 24-, SEPÚLVEDA et al. 2003), sendo por isso impossível aventar as cronologias de instalação respectivas. Apesar desta limitação importante, é plausível que o programa/plano tivesse sido desenvolvido na sequência da dedução de Augusto, como propôs Jorge de Alarcão (ALARCÃO 1992 e 1994).

A zona Sudeste da cidade romana era, até ao momento, aquela sobre a qual os conhecimentos disponíveis eram em número mais reduzido. Várias são as razões, cabendo destacar-se que a área não foi afectada pelo plano de reconstrução que se seguiu ao terramoto de 1755 (relembre-se que foi na sua sequência que se descobriram Criptoportico da Rua da Prata, *Thermae Cassiorum*, Teatro Romano e outras construções insuficientemente caracterizadas) e também porque foi objecto de menor número de intervenções arqueológicas urbanas recentes. Nesta zona, o prosseguimento dos trabalhos na antiga Casa Sommer (Figura 2- 11), que apresenta já resultados espectaculares (uma estrutura criptoporticada, um fontanário, uma área lajeada, uma sequência de ocupações tardo-romanas bem definida e caracterizada pelos escavadores, todo o primeiro piso de um compartimento revestido a fresco e pavimentado a mosaico e, enfim, as muralhas romanas de *Olisipo* – GOMES et al. 2004) e no Palácio dos Marqueses de Angenja (Figura 2- 12- onde, entre outras, foi detectada uma estrutura romana, possivelmente hidráulica, que hipoteticamente se poderá relacionar com o ancestral aproveitamento das águas das nascentes que alimentam o centenário Chafariz d’El Rei e que correm ainda hoje no espaço do Palácio- informação oral da responsável dos trabalhos, Manuela Leitão), poderão vir a confirmar a origem remota romana das configurações urbanas desta área da cidade actual, também sugeridas pelos alinhamentos do edificado actual.

No exterior do perímetro delineado pela muralha fundacional localizavam-se as áreas funerárias e o circo de *Olisipo* (Figura 2- 33 e 34- FERNANDES 1997, VALE e FERNANDES 1997, SILVA 1997 e 1999; SEPÚLVEDA et al. 2002, VALE e SOUSA

2003). Desconhece-se se as zonas ocupadas pelas oficinas de transformação de pescado e outras actividades artesanais se localizariam fora do perímetro, bem como o criptopórtico da Rua da Prata (Figura 2– 19), de funcionalidade ainda controversa (ALARCÃO 1994, FABIÃO 1994, MACIEL 1994 e RIBEIRO 1994).

O papel de *Felicitas Iulia Olisipo* enquanto centro produtor de produtos piscícolas só foi reconhecido em data recente, e na sequência dos vários achados de tanques: em 1981/82

**Figura 2**

reconheceram-se quatro cetárias na Casa dos Bicos (Figura 2– 16-, DUARTE e AMARO 1986), em 1983 surgiu um outro conjunto na Rua Augusta (MANTAS 1990), em 1991 detectaram-se outras estruturas similares na Sondagem 34 da Rua dos Correeiros (Figura 2– 29-, FERNANDES 1997, SILVA 1997), no mesmo ano descobrem-se duas cetárias no subsolo dos n.ºs 51-57 da Rua dos Fanqueiros (Figura 2– 21-, AMARO 1994), iniciou-se a escavação do que se viria a transformar no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Figura 2–25-, BUGALHÃO 2001) e do espaço designado por Rua Augusta-Mandarin Chinês (Figura 2–30-, BUGALHÃO 2003), em 1993 foram descobertas duas cetárias na esquina da Rua dos Fanqueiros com a Rua da Conceição (Figura 2–20-, DIOGO e TRINDADE 2000b) e uma outra no n.º 66 da Rua da Prata (Figura 2–18-, SANTOS e MARQUES 1997), em 1997 reconhecem-se em diversos pontos da Rua dos Douradores estruturas similares (Figura 2–22 a 24-, SEPÚLVEDA et al. 2003), e, finalmente, numa intervenção no Largo das Alcaçarias, em 2004, foram detectados restos de um tanque que poderá corresponder também a uma cetária (Figura 2-14-, informação oral de Manuela Leitão, responsável dos trabalhos). Este conjunto de descobertas recentes deverá ser colocado em relação com as estruturas insuficientemente caracterizadas que se localizaram em 1937 no prédio hoje integrado na sede do Banco Comercial Português (Figura 2–26-, SILVA 1944: pág. 72, nota 1).

Trata-se de um número elevado de achados, muito fragmentário e disperso, mas que permite supor uma extensão mínima de 500 m ocupados por unidades de transformação de pescado distribuídas ao longo da área suburbana ocidental de *Olisipo* e junto das margens fluviais do Tejo e do Esteiro da Baixa.

Apenas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Figura 2– 25) foi possível caracterizar espacialmente as oficinas: sendo nalguns casos difícil discernir as áreas de circulação entre as várias unidades, e conseqüentemente o tipo de exploração e de propriedade, parecem corresponder a explorações de pequena dimensão e capacidade (BUGALHÃO 2001).

De um ponto de vista urbanístico, as orientações conhecidas para as várias cetárias permitem supor estarem condicionadas urbanisticamente: as cetárias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e da Rua Augusta-Mandarin Chinês (Figura 2–25 e 30) têm uma orientação próxima do Norte geográfico, tal como o troço escavado da via Sul; as estruturas detectadas na Sondagem 34 da rua dos Correeiros (Figura 2– 29) e as diversas localizadas na área do cruzamento da Rua dos Douradores com a Rua de São Nicolau (Figura 2– 24) assumem uma orientação de c. 17º NO; os tanques escavados na

parte Sul da Rua dos Douradores (Figura 2– 22), na Rua dos Fanqueiros (Figura 2– 20 e 21), na Rua da Prata (Figura 2– 18) e Casa dos Bicos (Figura 2– 16) assumem a orientação que se supõe ser a do *forum* municipal, 6° NE. A escassez de dados de escavação publicados e as opções de conservação patrimonial não permitir aferir os ritmos de construção e, sequer, se existe uma adequação do traçado urbanístico às condicionantes topográficas, como o Esteiro e a margem do Tejo, como parece ter acontecido no interior do *pomerium*. A esta lógica aparente parece ter escapado o criptopórtico da Rua da Prata (Figura 2–19), orientado a 17° NE, mas aqui é admissível a sua adequação à forma como estaria estruturada a área portuária.

As necrópoles instaladas do lado oriental da cidade romana alto imperial desenvolviam-se ao longo de um espaço próximo ao da via *Olisipo-Scallabis*, que da capital conventual se tripartia em direcção a *Emerita* ou *Bracara*. Os dados que conhecemos correspondem a referências antigas, esparsas no tempo, respeitantes a espaços algo distantes: na Calçada do Cardeal, a Sul do actual Campo de Santa Clara, quando Pero de Mendonça procedia à construção do seu palácio no século XVII (actual Palácio Covas), descobriram-se, segundo Marinho de Azevedo, “muitas abobedas feitas de argamassa, e dentro algumas urnas de vidro grosso escuro, e outras de chumbo, cheias de carvões e cinzas, em que se devião guardar as cinzas dos defuntos; que os gentios queimavão, conforme a seus ritos; e os mais notáveis destes vasos erão dous, que ainda se conservão inteiros em casa do Monteiro-Mór Francisco de Mello: os quais parecem de porcelana grossa da India...Também se achou nele hum ídolo de bronze de dous meninos abraçados, na forma, que os Astrólogos figurão a Castor, e Pollux filhos de Iupiter e Leda (...)” (MOITA 1994: pág. 54); na actual Estação dos Caminhos de Ferro de Santa Apolónia, na zona confinante com a Travessa Lázaro Leitão esquina com a Travessa da Cruz da Pedra, registou-se, antes de 1884, o aparecimento de “algumas sepulturas romanas, muitas delas cobertas de tijolo, e contendo urnas funerárias com ossos carbonizados, e outras antigualhas curiosas” na escavação de uma rotunda para as locomotivas (CASTILHO 1939: pág. 117). Ambas as referências históricas constituem os únicos dados que permitem afirmar uma utilização funerária do espaço que ladeava o troço da via *Olisipo-Scallabis*, provavelmente o eixo viário mais importante da cidade, como testemunham os miliários encontrados na Casa dos Bicos e em Chelas (MANTAS 1990, RIBEIRO 1994).

Para Norte desta zona, nas proximidades das Portas do Sol da “Cerca Velha”, vários autores têm defendido a existência de uma necrópole romana, apoiados no achado de epígrafes funerárias romanas naquele local e ao longo de um trajecto correspondente a um

hipotético caminho que passaria pelo Mosteiro de São Vicente de Fora, cuja existência está confirmada apenas para a época medieval (SILVA 1944: pp. 63-64; MOITA 1994: pág. 54). O achado de uma sepultura de inumação do séc. III d.C. em 1997, na intervenção arqueológica dirigida por Ana Gomes e Maria José Sequeira na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Figura 2-1-, informação oral de Ana Gomes), parece confirmar aquele entendimento, mas, ao tratar-se de um elemento isolado corresponde apenas a um indício a acrescentar aos anteriores.

A Sul, na zona onde outrora se localizou a Ribeira Velha, no exterior da “Cerca Velha” medieval, achou-se nos finais do século XVI-século XVII nas obras de edificação do Palácio dos Condes de Portalegre (Figura 2-15) “um cipo lavrado de folhagens, e junto dele uma urna de vidro grosso, quebrada, contendo ainda algumas cinzas, muitas moedas romanas de ouro e prata, arrecadas, manilhas e outras jóias preciosas”, tendo o Cosmógrafo-Mór filipino Valentim de Sá procedido ao registo da inscrição, depois lançada nos alicerces do edifício (CASTILHO 1939: pág. 125). Apesar do interesse do testemunho histórico, trata-se do único e frágil fundamento para a existência de uma utilização funerária da área.

Já em pleno Vale da Baixa foi detectada uma outra necrópole na área Sul da Rua dos Correeiros: um conjunto de sepulturas de inumação e incineração escavadas entre 1991 e 1995 no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Figura 2-25-, BUGALHÃO 2001: pp.32-34) e, também em 1991, uma sepultura de incineração descoberta sob o pavimento de uma unidade de transformação de pescado numa sondagem na mesma rua (Figura 2-29-, FERNANDES 1997; DIOGO et al. *apud* SILVA 1997).

A cronologia de época republicana romana atribuída por Jacinta Bugalhão (BUGALHÃO 2001: pág. 32) revelou-se mais alta do que o mobiliário funerário associado autoriza (SILVA 1997). O seu funcionamento terá ocorrido entre o último terço do séc. I a.C. e os meados do séc. I d.C., quando foi desactivada para a instalação das unidades de transformação de pescado que se lhe sobrepõem (SILVA 1997 e 1999). Se contemporânea da muralha fundacional implicará a exclusão desta área do perímetro do *pomerium*.

A presença de um troço viário, prolongamento pelo Vale da Baixa da via *Scallabis-Olisipo* em direcção ao território Oeste da *ciuitas* (BUGALHÃO 2001: pág. 31), não pode ainda ser definitivamente relacionado com a presença deste espaço funerário: por um lado porque desconhecemos os contornos da necrópole, que, no mínimo, se prolonga por uma estreita faixa de 50 m no sentido Sul-Norte, por outro, porque os contextos estratigráficos relacionados com a construção da via não foram objecto de estudo e publicação,

desconhecendo-se a cronologia da sua instalação, que pode não ser coincidente com o período activo dos sepultamentos e outras práticas documentadas (BUGALHÃO 2001: pág. 34).

No subsolo do actual Rossio localizava-se o circo da cidade, de que foram escavadas pequenas parcelas em 1961, por Irisalva Moita (Figura 2-34-, MOITA 1968), em 1994 e 1996, por Clementino Amaro, coadjuvado por Ana Vale (Figura 2-33-, VALE e FERNANDES 1997; FERNANDES 1997; VALE 2000; VALE e SANTOS 2003).

O estudo da *terra sigillata* recolhida nos contextos interpretados como de construção revelou indicadores da edificação da *spina/euripus* e áreas anexas da *arena* que podem ser remetidas para o período final dos Imperadores Flávios ou já sob os Antoninos, considerando a presença maioritária de produções gálicas e hispânicas e a escassa representatividade dos fabricos com origem africana (SEPÚLVEDA et al. 2002). Contudo, existem perspectivas contraditórias: Ana Vale e Vítor Santos defendem uma datação do século III d.C. (VALE e SANTOS 2003); Lídia Fernandes remete para épocas mais recuadas, talvez do século II d.C. (FERNANDES 1997); foi aventada também uma proposta em torno dos meados do século I d.C. (SILVA 1999).

A área escavada é, contudo, insuficiente para se poder caracterizar cronologicamente um edifício deste tipo. Vale a pena recordar a profunda arritmia na edificação do circo de *Emerita*, onde arqueologicamente se comprovou um arranque da obra no período Júlio-Cláudio, interrompida por um período indeterminado, vindo a *cauea* a ser terminada apenas já sob os Flávios (NOGALES BESARRATE 2000). Aliás, na capital provincial trata-se de um fenómeno recorrente em edifícios desta magnitude, como se constatou na consistente revisão dos momentos construtivos do Teatro de Mérida, inaugurado muito incompleto em 16-15 a.C., com o hemiciclo fechado e iniciada a estrutura da frente cénica apenas com Cláudio (DURÁN CABELLO 2004).

Parece pouco sólida a argumentação que defende uma edificação do circo olisiponense no século III d.C., baseada: no pressuposto de inspiração no modelo arquitectónico do *circus maximus*, nomeadamente na presença de *euripus* (que no exemplar de Roma se julga datar de Trajano, mas que, como os próprios autores indicam, poderá também remontar a Nero –VALE e SANTOS 2003); na hipotética relação do edifício lúdico com o aqueduto reconhecido por D. Fernando de Almeida em Belas (Idem), não comprovada, bem como na cronologia do século III d.C. atribuída por aquele investigador a esse equipamento (Idem), de que se desconhece o suporte material; finalmente, nas estruturas detectadas sob a *spina*, a que se atribui uma funcionalidade funerária

conectando-as à necrópole vizinha que teria sido então desactivada (Idem), mas a escavação não revelou qualquer contexto ou indício de práticas funerárias associadas a essas mesmas estruturas (VALE 2000).

A percepção da orientação do circo olisiponense é menos problemática, e deverá corresponder à proposta inicial, que fazia coincidir o lado contrário aos cárceres à inflexão semicircular na muralha medieval da época de D.Fernando I (VALE e FERNANDES 1997). Já a coincidência da configuração do limite oriental da *cauea* com o alinhamento do Hospital Real de Todos-Os-Santos, em linha quebrada, não corresponde, conforme os resultados entretanto obtidos na intervenção arqueológica da Praça da Figueira 1999-2001.

Na extremidade Norte da “Baixa Pombalina” desenvolvia-se a necrópole que compreendia os elementos funerários revelados no subsolo da Praça da Figueira (Figura 2 - 32 e 35), em São Domingos (Figura 2 -36 a 38), na Calçada do Garcia (Figura 2 -39-, SILVA 1997) e na Encosta de Santana, ao Martim Moniz (Figura 2 -40-, MURALHA et al.2002), que designamos por “necrópole Noroeste de Olisipo”, seguindo princípios metodológicos semelhantes aos adoptados no estudo de áreas funerárias de outros sítios urbanos peninsulares (caso de Córdova –VAQUERIZO 2001 e 2002).

#### **4. A necrópole Noroeste de *Olisipo*.**

A extensão original da necrópole Noroeste de *Olisipo* é-nos desconhecida. Anteriormente aos trabalhos de 1999-2001 da Praça da Figueira foi proposto, pelo menos graficamente, que o seu limite a Sul se situaria na zona mediana da praça actual (MANTAS 1990 e 1999; SILVA 1997 e 1999). Contudo, a intervenção referida comprovou que se desenvolveria mais para Sul, na medida em que foram exumados vestígios estruturais até à extremidade da escavação, as estruturas de contenção do estacionamento que hoje lá se encontra. Neste sentido, não existem elementos que permitam delimitar a Sul a área utilizada como necrópole. Em direcção a Norte, os achados do Largo de São Domingos constituem o marco mais setentrional da zona hoje conhecida. Alguns autores acreditam que se desenvolvesse até à actual Avenida da Liberdade, mais para Norte e para Oeste, mas apoiam-se em informação pouco credível, limitada ao testemunho de (desconhecidos/anónimos) engenheiros que terão estado ligados à construção do metropolitano na década de '60 do século XX e sem qualquer outro suporte material (ENCARNAÇÃO e FERNANDES 1997). Tal implicaria que o espaço funerário se afastasse substancialmente do traçado das vias, o que não se verificou em qualquer dos

troços escavados arqueologicamente, quer na Praça da Figueira (verinfra) quer na Encosta de Santana (MURALHA et al. 2002).

Com o seu desenvolvimento condicionado a Oeste pela presença do circo de *Olisipo*, o espaço funerário ocupou também as áreas anexas a um caminho secundário que percorria a base da Encosta do monte de Santana, que possivelmente entroncaria com a “Via Norte” da cidade por alturas do actual Largo de São Domingos. Associadas a este caminho estariam as sepulturas descobertas na Calçada do Garcia no séc.XIX (SILVA 1997), o que parece suficientemente comprovado pela área ocupada por sepultamentos dos séculos I e II d.C. descobertos em associação a uma via fósil escavada em 2002 na Encosta de Santana (MURALHA et al. 2002) e, em 2004 e 2005, no mesmo sítio, ao longo de um outro caminho subsidiário que, a partir daquele, descia a pendente para se dirigir para a antiga margem direita da Ribeira de Arroios (informação oral de Manuela Leitão, responsável pelos trabalhos).

A apresentação exterior dos espaços funerários da necrópole Noroeste parece ter utilizado distintas formas em função das zonas onde se localizava, evidenciando uma hierarquização em função da maior ou menor proximidade à “Via Norte”. As maiores diferenças não respeitam aos mobiliários funerários mas, e sobretudo, ao facto de que, enquanto que no subsolo da Praça da Figueira as diferentes escavações revelaram uma continuidade de estruturas arquitectónicas correspondentes às utilizações funerárias dos primeiros séculos da Era, nas áreas restantes (Encosta de Santana/Calçada do Garcia) são raras as construções associadas aos sepultamentos. Também distintas são as técnicas construtivas reveladas nas duas áreas: na Praça da Figueira as estruturas correspondentes aos recintos e/ou outras construções de carácter “monumentalizado” foram edificadas em alvenaria de argamassa (com uma única excepção, já do século III d.C.) ao passo que na Encosta de Santana o foram em pedra seca com um ligante argiloso, o que implicou com uma muito maior economia.

A principal área funerária da Necrópole Noroeste corresponderia àquela associada à “Via Norte”, o principal eixo estruturante desta área suburbana de *Olisipo*.

A referência mais antiga relacionável com a necrópole corresponde à menção pelo *Anonimus Neapolitanus*, no terceiro quartel do século XVI, de uma epígrafe funerária embutida na fachada da antiga Igreja de São Domingos, dedicada a um *Q. Caesius Fundanus* (CIL II, n.º 4997, SILVA 1944: n.º 109, pág. 224).

Na mesma época verificaram-se outros achados, registados na *História de São Domingos* da autoria de Frei Luís de Sousa: «*Achamos por memórias antigas que entrava por este sítio um grande esteiro do mar, que devia ser fundo para agasalhar navios: do que vimos por nossos olhos certeza, não só conjecturas no ano de 1571 quando se abriam os alicerces para o dormitório que agora serve. Porque se descobriram silhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argolas de bronze bem travadas e pendentes dela, como em cais, para servirem de amarrar navios; e por outra parte montões de casca de marisco. Donde não fica sendo maravilha que houvesse outro esteiro, que subisse até ao Mosteiro de Chelas*» (citado por BRANCO 1961, onde se critica a versão vertida por SILVA 1939: pág. 13, nota 3, depois repetida, por exemplo, em MOITA 1994: p.66, nota 85).

As leituras modernas deste achado vincularam-se à primitiva interpretação como cais fluvial feita pelo frade beneditino (MOITA 1968, MOITA e LEITE 1983, LEITE 1987, MOITA 1994a e 1994b; *a contrario sensu* BRANCO 1961), e a uma ideia preconcebida da importância e navegabilidade do esteiro em épocas recuadas, baseada e influenciada ainda por um conjunto de lendas hagiográficas de origem medieval, aliás as mesmas que Frei Luís de Sousa pretendia demonstrar. O carácter lacónico da descrição original não permite porém uma caracterização mínima, espacial, tipológica ou funcional.

Dados a que deverá ser dada outra relevância foram recolhidos por José Valentim de Freitas em data anterior a 1870. Este pioneiro investigador de Lisboa, que executou os levantamentos do monumento romano da Rua da Prata em 1859, relatava no seu desaparecido *Caderno* (CASTILHO 1939, MOITA 1968, SILVA 1997 e 1999, ENCARNAÇÃO e FERNANDES 1997) o achado de um conjunto de três sepulturas de incineração durante os trabalhos de instalação do abastecimento de água canalizada na Calçada do Garcia, na encosta da Colina de Santana. Mencionadas algumas vezes na literatura arqueológica de Lisboa (SILVA 1944, BRANCO 1961, MOITA 1968, 1985 e 1994, MOITA e LEITE 1983, LEITE 1987, ALARCÃO 1994), foram interpretadas por Jorge de Alarcão como possivelmente pertencentes a uma necrópole de uma *uilla* suburbana (Idem). O conjunto foi alvo de reavaliação recente (SILVA 1997), tendo sido possível relocalizar parte do espólio, que se julgava perdido, e rever a proposta de Alarcão, atribuindo a um mesmo cemitério quer estas três sepulturas quer outras, resultantes de achados fortuitos verificados em zonas próximas em datas posteriores, conforme já havia defendido Fernando Castelo Branco (BRANCO 1961).

As obras que tiveram lugar no Largo de São Domingos, em 1898, revelaram «*vestígios de construções, ossadas humanas e ao mesmo tempo duas inscrições (...) e vários*

tijolos rectangulares (em latim *lateres*), alguns destes marcados grosseiramente com uma espécie de N» (VASCONCELOS 1900a: pág. 283). Na sumária apreciação do conjunto que deu entrada no Museu Etnológico foi-lhe atribuída uma cronologia posterior ao século II d.C. (Idem). Não possuímos, porém, qualquer descrição no momento do achamento que de alguma forma permita perceber os contextos de recolha dos vários elementos, porque nos foram transmitidos pelo testemunho indirecto, e mais tardio, de Leite de Vasconcelos. Se as duas epígrafes não levantam problemas de atribuição à época romana, e se confiarmos na longa experiência de Leite de Vasconcelos ao datar os tijolos digitados, já as construções referidas e as ossadas deverão ser apreciadas com maior cautela. De facto, os trabalhos arqueológicos de emergência realizados pelo extinto Gabinete do Teatro Romano no mesmo Largo, em 1991, revelaram a existência de um cemitério intensamente utilizado em época medieval-moderna, relacionado com o adro da Igreja de São Domingos (DIOGO e TRINDADE 1999 e 2000), ao qual poderão pertencer, no todo ou em parte, quer as estruturas quer os restos esqueléticos detectados em 1898.

Em 1960, ocorreu a intervenção de Irisalva Moita no Hospital Real de Todos-Os-Santos. A investigadora continuou a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos expansão da rede de Metropolitano, e em 1961 produzir-se-iam os achados de época romana na Praça D. Pedro IV (Rossio). Dado o posterior reconhecimento da necrópole no subsolo da Praça da Figueira, Moita entendeu que a estrutura detectada no subsolo do Rossio deveria estar relacionada com aquele outro espaço: uma via de acesso ou um cais fluvial (MOITA 1968, 1994a e 1994b). Em conferência, infelizmente inédita, proferida na Casa Veva de Lima (Lisboa) em Dezembro de 1990, o Arq. Manuel Mateus apresentou a primeira proposta de revisão da interpretação desta construção, atribuindo-a a um circo romano. A sua hipótese viria a ser confirmada pelos resultados dos trabalhos arqueológicos de 1994 e 1996 (VALE e FERNANDES 1994, VALE e FERNANDES 1997, FERNANDES e ENCARNAÇÃO 1997, VALE 2000).

Em 18 de Abril de 1961, Irisalva Moita recolheu os primeiros achados verificados em sepulturas romanas localizadas no subsolo da Praça da Figueira. A sua percepção de que se tratava de uma necrópole extensa só ocorreu, porém, entre o final daquele ano e os inícios do seguinte. Durante este espaço de tempo, foi recolhendo das instalações do Metropolitano os vários elementos que iam sendo colectados nas escavações no subsolo da praça. A Junta Nacional de Educação envolver-se-ia no processo e assumiria a escavação do local sob a direcção de Fernando Bandeira Ferreira (HELENO 1965), substituindo Moita que, entretanto, e por sua iniciativa, empreendera alguns dias de escavação no

subsolo (5 a 9 de Fevereiro de 1962- MOITA 1968). Com o conhecimento prévio dos elementos colectados em 1961/1962, a área seria extensamente intervencionada entre 1999 e 2001.

A interpretação dos dados resultantes das diferentes acções praticadas nos níveis de época romana na Praça da Figueira não é, porém, fácil: por um lado, e como antes referimos, os colhidos por Bandeira Ferreira estão inéditos e por tratar, apresentando problemas de compatibilidade com os publicados por Irisalva Moita; por outro, da intervenção de 1999-2001, resultou um volume muito grande de registos e de recolhas que exige meios não disponíveis no momento ou, em alternativa, um espaço de tempo bastante mais longo do que o verificado até ao momento; por último, a área a Sul da escavação de 1962 foi totalmente destruída e representa um vazio informativo para a época romana que não se pode desprezar.

Em relação à campanha mais recente, o tipo de registos praticado, o desenvolvimento do seu tratamento e a circunstância de termos estado presentes durante todo o tempo da intervenção ajudam à configuração de uma visão geral, decorrente do próprio processo de escavação e do posterior trabalho de gabinete já executado, suficientes para nos proporcionar uma interpretação geral do sítio, muito embora estejamos conscientes de se tratar de um conjunto de propostas cuja validade terá que ser testada ao longo da investigação posterior, incluindo a do presente trabalho.

Procurou-se ultrapassar as dificuldades que colocam as intervenções de 1961-1962 procedendo à revisão detalhada dos elementos descritivos e gráficos constantes do “Diário das Escavações” (FERREIRA 1962a), e à conversão do mesmo tipo de registos apresentado por Moita (MOITA 1968). Em relação a este último aspecto, num primeiro momento pareceu problemática a articulação dos dados colhidos por ambos os investigadores, pois, da observação das plantas de síntese, dificilmente se concluiria tratar-se da mesma área e, nalguns casos, das mesmas construções:

- Moita mostra diversas estruturas que expressam alguma ortogonalidade, onde não é clara a ligação dos troços de muro IX, XIV e XV com o restante conjunto (MOITA 1968: Pl.III) mas, na planta de Prescott Vicente apresentada por Bandeira Ferreira e Fernando Castelo Branco (FERREIRA 1962a; BRANCO 1961) as estruturas possuem uma ortogonalidade e coerência que idealizamos para um conjunto romano;

- na planta do “acompanhamento” está ausente qualquer indicação de uma via que estruturasse o espaço (MOITA 1968: Pl.III), ao contrário da produzida por Prescott Vicente onde esta é evidente (BRANCO 1961; FERREIRA 1962a);

- à primeira vista, o grande muro estruturante do espaço de orientação SE-NO apresentado por Moita, onde se rasgam três portas, não tem equivalência com qualquer estrutura apresentada por Bandeira Ferreira; contudo, a própria investigadora remete a explicação daqueles vãos e dos “cubículos” com os quais se articulavam para a escavação posterior (MOITA 1968: pp. 44-45) e, noutro sentido, o estado em que Bandeira Ferreira encontraria as estruturas seria diferente do observado por Moita, pois esta removeu a soleira que descreve e apresenta (Idem; integra a exposição permanente do Museu da Cidade) e o espaço que sofreu o seu “acompanhamento” foi, de seguida, utilizado pela obra para depósito de entulho e ferro (FERREIRA 1962a: pág. 9).

A conclusão de se tratar, genericamente, da mesma área de intervenção é possível através da comparação de um outro levantamento apresentado por Moita, onde é assinalada a área trabalhada pela investigadora na estação do Metropolitano “Rossio” (MOITA 1968: Pl.II), com aquela publicada por Castelo Branco, onde as construções reveladas pela escavação estão inseridas na malha urbana (BRANCO 1961).

Outros elementos de ambos os relatórios precisam melhor a coincidência entre as duas áreas. Para além das pouco frequentes referências mútuas, Bandeira Ferreira conseguiu recuperar a informação do local exacto onde havia sido recolhido o *ossilegium* paralelepípedo em chumbo com a respectiva tampa correspondente ao “conjunto IV” do “acompanhamento”, que só fora observado nas instalações da obra do Metropolitano (FERREIRA 1962a: pp. 46-47). A coincidência entre ambas as localizações apresentadas, na esquina interior entre o muro SE-NO e o SO-NE por Moita, e no canto interior NO do “compartimento B/A” de Ferreira, permite articular, com segurança, a maioria das estruturas reconhecidas antes e depois de 9 de Fevereiro de 1962.

A única dificuldade que se coloca é a do prolongamento do muro SE-NO e canalização paralela a esta estrutura, indicados por Irisalva (MOITA 1968: Pl.III) para o espaço onde Ferreira assinala a presença da via, e onde não se reconheceu muro ou conduta alguma (FERREIRA 1962a). A explicação mais plausível para esta discrepância é a do erro do levantamento fornecido por Moita, provocado pela intermitência dos achados e pela construção de uma visão de conjunto dos elementos efectuada apenas *a posteriori*, e a correspondência de muro e canalização aos revelados pela escavação no limite Norte do “compartimento D”, hipótese que parece confirmada pela ausência de capeamento da referida conduta e de o seu interior estar já preenchido com “entulhos recentes” no momento da escavação de Bandeira Ferreira (Idem) e de Moita ter apresentado o seu levantamento de pormenor com o respectivo capeamento (MOITA 1968: fig. 3)

Pelas razões expostas, demos preferência aos dados constantes do “Diário das Escavações” (Idem) por parecerem os mais fiáveis, integrando os resultantes do “acompanhamento” quando passíveis de revisão.

A articulação entre os dados resultantes das intervenções de 1961/1962 e 1999/2001 foi feita a partir dos elementos mais seguros definidos nas primeiras (aqueles bem documentados, os “contextos fechados”, achados documentados descritiva e graficamente ou que permitiram uma revisão suficientemente articulada e coerente,...), alguns dos quais reinterpretados em função dos contributos da escavação mais recente ou de paralelos peninsulares bem caracterizados.

Da conjugação dos elementos acima apreciados resultou a periodização sobre a ocupação de época romana apresentada no presente trabalho, que deriva do momento actual da investigação, ainda incipiente, e deverá ser entendida como uma primeira aproximação à matéria.

Os contornos são, deliberadamente, redutores: optou-se, por exemplo, por conscrever a um único segmento a primeira utilização como área funerária do espaço, o que corresponde a um longo período temporal, a um conjunto numeroso de acções registadas e, porventura, o período de maior riqueza e diversidade informativa detectado; em sentido oposto, as poucas acções atestadas como correspondentes à mais antiga instalação urbanística no local foram valorizadas, considerando a sua importância relativa para a história da dinâmica da cidade de *Olisipo* alto-imperial.

O profundo ineditismo dos elementos referentes à necrópole e outras estruturas obrigou a conferir a algumas partes do discurso uma maior extensão descritiva, sem intenção de exaustividade. Contudo, os contextos das épocas que fogem ao âmbito cronológico do presente trabalho, os de meados do século II d.C. em diante, foram tratados de forma sumária. Deles constam apenas alguns elementos de definição cronológica considerados mais pertinentes, aferidos a partir de contextos específicos e relevantes para a compreensão da diacronia da ocupação.

Estes procedimentos serão, com certeza, questionáveis. Apenas se pode apresentar como justificação a intenção operativa que esteve presente na sua elaboração no âmbito do presente trabalho, onde um dos objectivos é o de contribuir para o esclarecimento dos ritmos evolutivos da cidade num período específico. Espera-se que, com o desenvolvimento posterior da investigação sobre a Praça da Figueira, se possa proporcionar modelos explicativos mais completos e sofisticados, com maior profundidade de análise.

- **Fase I**- Evidências de época romana anteriores à instalação do primeiro urbanismo alto-imperial (Figura 3).

Sobre uma potente unidade estratigráfica de origem sedimentar (entre c.0,60 e 0,90 m de espessura), de estrutura laminar, composta por areias finas de coloração amarela alaranjada sobrepostas (U.E. 8810 = 8538 = 8854 = 9527 = ...), bem calibradas, estéril de um ponto de vista arqueológico e que ocupava a totalidade da escavação arqueológica de 1999 - 2001, depositaram-se areias de coloração castanha acinzentada escura (U.E. 8871=8959) contendo fragmentos cerâmicos e raros líticos atribuíveis à Idade do Bronze Final, muito localizadas na área Noroeste intervencionada.

O interface entre as duas unidades evidenciou canais aquíferos de orientação aproximada e pendente descendente NE-SO, e duas áreas ovaladas próximas entre si, com uma maior concentração de materiais e contendo inclusões de maior dimensão, articuladas com os referidos canais. O conjunto destas entidades presentes no registo arqueológico é de interpretação ambígua, mas deverá corresponder a fenómenos ocorridos contemporaneamente àqueles que vêm sendo detectados na intervenção arqueológica próxima da Encosta de Santana-Martim Moniz (MURALHA, COSTA e CALADO 2002).

Completando esta sequência sobrepõe-se a U.E. 8809, uma outra unidade de características similares à U.E. 8871=8959 e que prolonga o perfil de enchimento daquela. Parece corresponder a uma mesma dinâmica deposicional relacionada com o preenchimento do vale de inundação de um talvegue que se situaria um pouco mais para Norte e para Oeste da área da Praça da Figueira onde estes vestígios foram detectados.

Os artefactos recolhidos na U.E. 8809 são de cronologias diversas, onde se incluem fragmentos aparentemente semelhantes aos recolhidos na U.E. 8871, talvez atribuíveis também à Idade do Bronze Final, de permeio com escassos fragmentos de asas de rolo, pertencentes a potes/ânforas datáveis genericamente da Idade do Ferro. Conjuntamente com estes artefactos colectaram-se dois pequenos fragmentos de parede de vasos em cerâmica campaniense, da Classe A, inclassificáveis tipologicamente, que permitem remeter a cronologia de formação deste contexto para o século II a.C.- segundo terço do século terço do século I a.C., portanto já dentro do período de dominação romana de *Olisipo*.

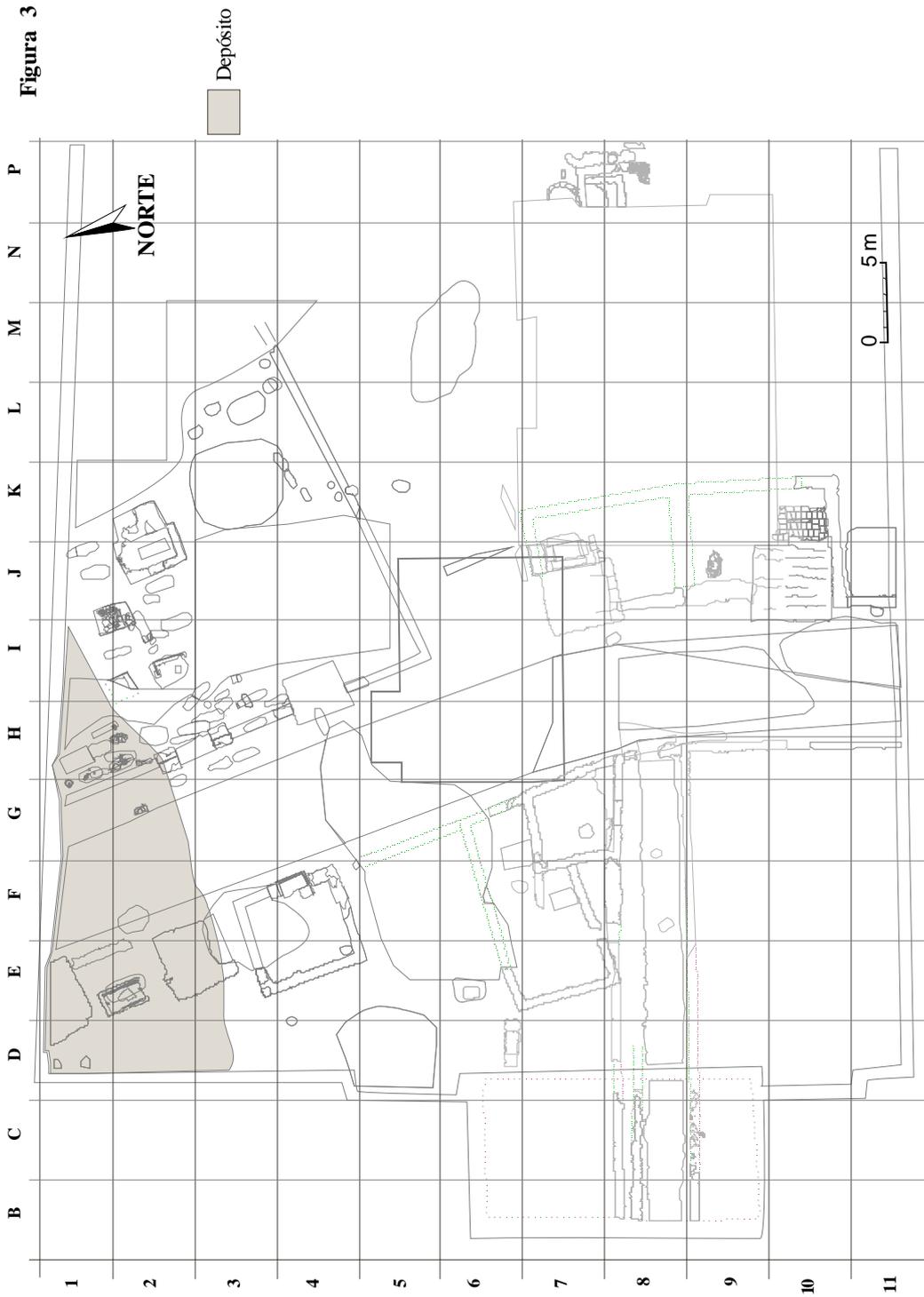


Figura 3 - Unidade Estratigráfica correspondente à ocupação romana da Fase I detectada na Praça da Figueira.

**Fase II-** Evidências correspondentes à instalação do primeiro urbanismo alto-imperial (Figura 4).

O primeiro urbanismo alto-imperial detectado na Praça da Figueira corresponde a um conjunto funcionalmente diversificado de entidades arqueológicas, e mostrou uma distribuição espacial também muito díspar.

Um dos elementos mais relevantes desta fase corresponde aos ténues vestígios de uma primeira pavimentação da “Via Norte” de *Olisipo* em “terra-batida” composta essencialmente por calco-arenitos e cascalho de seixo, muito compacta (U.E. 8219), e acções correspondentes à preparação da instalação da mesma (U.E. 8230, 8231, 8238, 8268, 9049-9055), apenas detectados apenas no sector escavado mais a Sul da área intervencionada em 1999-2001.

Os instantes seguintes da mesma fase da periodização obliteraram profundamente a dinâmica deste primeiro momento da estrutura viária, não permitindo assim descortinar com clareza a sua orientação precisa e as suas dimensões. É no entanto possível estimar uma largura de piso superior a 5,10 m, e uma área lateral não construída, a Oeste, de cerca de 0,90 m (próximos dos 3 pés romanos). Trata-se de uma estrutura com paralelos próximos em Mérida, também de carácter peri-urbano (SÁNCHEZ-BARREO e GÓMEZ NIEVES 1998).

A Oeste da via foi revelado um espaço amplo, coevo, de que foram escavados aproximadamente 200 m<sup>2</sup>, que se prolongava para Oeste e para Sul dos limites da intervenção. Encontrava-se delimitado por dois muros, construídos em argamassa de coloração amarelada e com 0,50 m de espessura, um de orientação Sul-Norte (U.E. 6582), outro de orientação este-Oeste (U.E. 8554), formando uma esquina.

A intervenção desta zona, e para esta fase, mais não conseguiu do que confirmar a sua contemporaneidade com a via, que, portanto, deveria assumir uma orientação similar. Noutro sentido, não se detectou evidência arqueológica que permita aferir de uma funcionalidade funerária do espaço, tendo sido apenas documentada a sua utilização como área despejo já no séc. III d.C. Note-se, de qualquer das formas, a ausência de vestígios que pudessem testemunhar uma funcionalidade funerária, nem para este momento, nem, sequer, para os posteriores de cronologia romana.

Em paralelo com o muro Norte deste espaço (U.E. 6582) corria uma outra via, perpendicular à “Via Norte”, reconhecida ao longo de cerca de 30 metros. Apresentava uma composição muito semelhante ao da “Via Norte”: um primeiro pavimento (U.E. 8545), também arqueado no centro e descendente para ambas as extremidades, delimitado

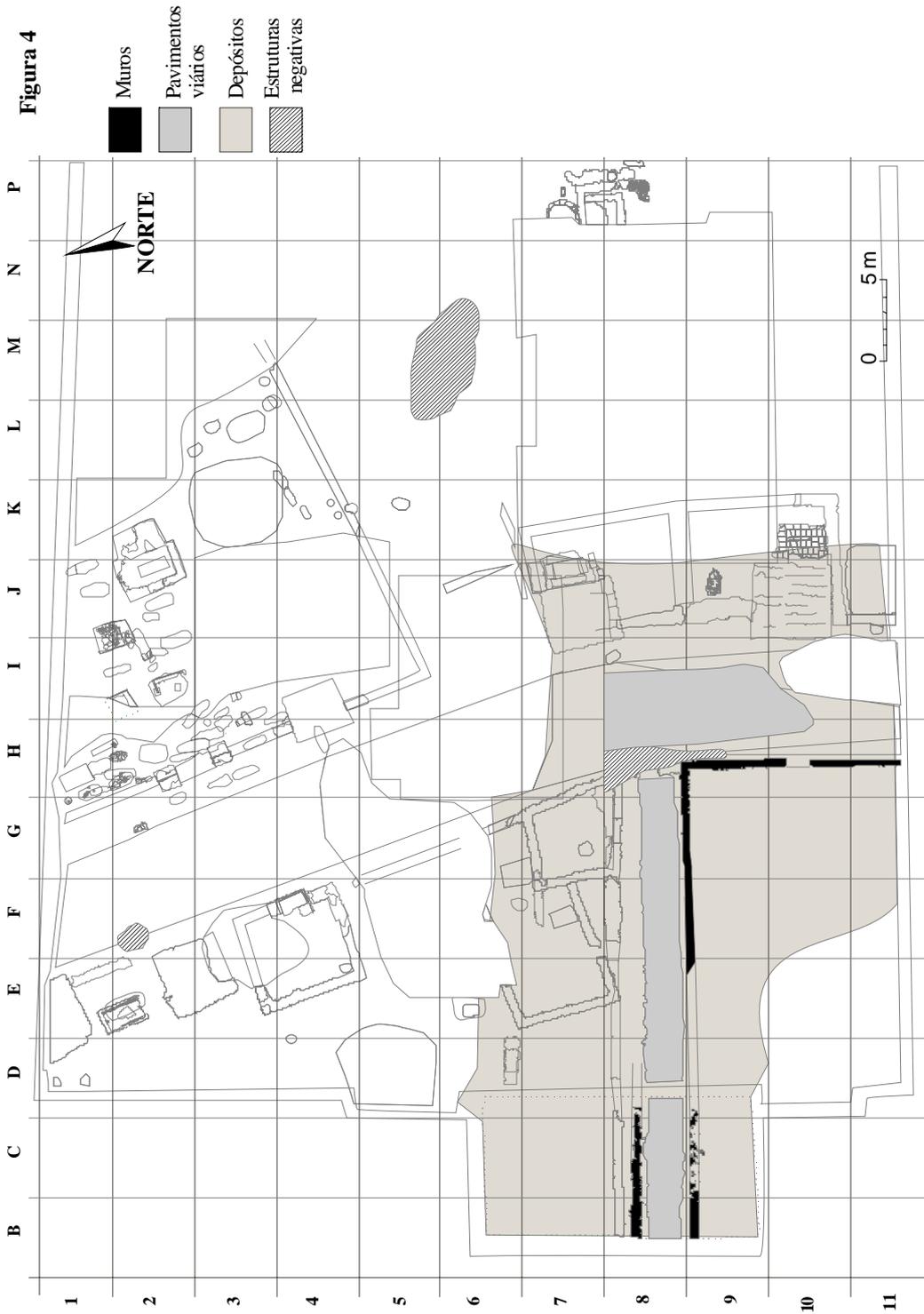


Figura 4 - Unidades Estratigráficas mais relevantes correspondentes à ocupação romana da Fase II detectada na Praça da Figueira.

lateralmente por uma fiada de pedra de média dimensão, ligeiramente sobrelevada em relação ao piso. A sua largura, situada em torno dos 2,95 m (10 pés romanos), denuncia o carácter secundário que lhe foi atribuído.

A Norte, esta estrutura viária era delimitada por um muro, de constituição semelhante às U.E.s 6582 e 8545, totalmente desmantelado até ao alicerce num momento atribuível à fase IV (ver adiante), e apenas identificado num curto troço de cerca de 1,50 m, no limite ocidental da intervenção arqueológica de 1999-2001. Este achado, permitiu definir faixas laterais não construídas com cerca de 0,30 m de largura, medida próxima do pé romano, e uma distância entre muros de delimitação aproximada dos 12 pés romanos (c. 3,60 m).

A orientação destas estruturas, a 18° NO, é quase coincidente com a da compartimentação interna do Hospital Real de Todos-Os-Santos (bem como com a “Baixa Pombalina”), o que pode significar que este edifício medieval de alguma forma poderá ter conservado, retomado ou desenvolvido um desenho urbano elaborado a partir dos traços de cronologia romana correspondentes à fase II. A evidência detectada na dinâmica da Praça da Figueira não permitiu, no entanto, documentar de forma concludente uma tradição de traçado contínua ao longo das várias épocas, pelo que a hipótese avançada deverá ser tomada com as devidas cautelas.

Uma fossa detrítica, foi detectada nas unidades de escavação H-I / 8-9, tendo sido possível apenas escavar uma parte, na medida em que a Norte fora obliterada pela construção da subestação da Carris em 1990. Possuía uma relação directa com a construção dos muros referidos, sendo coeva destes, estando o seu interface superior destruído por uma unidade estratigráfica de regularização para a instalação da “Via Norte” (U.E. 8268), sob a qual se encontrava.

No seu enchimento (U.E.s 8097, 8098 e 8099), para além de ossos longos de mamíferos (ovicaprídeos e bovinos), foi recolhido um conjunto de cerâmica fina, de que se destaca *terra sigillata* itálica e sud-gálica, bem como duas moedas em liga de cobre, materiais que remetiam o contexto, genericamente, para a primeira metade do século I d.C. (procurará afinar-se a cronologia mais adiante- ver Capítulo 6.6). Trata-se de uma datação compatível com as recolhas efectuadas em associação com as restantes estruturas (Idem).

Outras duas fossas, também detríticas, foram reveladas durante os trabalhos arqueológicos de 1999-2001: uma de maiores dimensões, no ângulo formado pelas quadrículas K-L / 5-6 (U.E. 8060), outra detectada mais a Norte, em F 2 (U.E. 8933). Nelas, ou predominava a *terra sigillata* itálica sobre a sud-gálica (U.E. 8060), ou esta estava ausente (U.E. 8933), pelo que se considerou estar perante um mesmo âmbito

cronológico. A situada em F2 encerrava algum significado urbanístico, por, em termos espaciais, estar parcialmente sobreposta pelo troço mais antigo da “Via Norte”, localizado pelos trabalhos no sector F-G / 1-4. Dado o desenvolvimento dos estudos ter documentado a inexistência, nesta zona, das unidades estratigráficas correspondentes aos momentos mais recuados da vida da “Via Norte”, a presença da estrutura negativa implica que esta tenha assumido um primeiro traçado um pouco distinto dos que se lhe seguiram.

A visão sectorial imposta pelas condições em que os trabalhos se desenrolaram proporcionou o registo numeroso de uma ou várias unidades estratigráficas de características semelhantes (U.E.s 6544, 6566, 8268, 8661, 8678, 8808, 8874, 9104, 9287 e 9526), cuja correspondência não podemos garantir no momento. Tratava-se de areias acinzentadas claras, por vezes assumindo tonalidades esverdeadas, contendo pequenas manchas ferruginosas, bem distribuídas. Concentradas na metade Oeste da zona escavada em 1999-2001, nelas foram colectadas algumas cerâmicas finas, com destaque para, mais uma vez, uma proporção superior de *terra sigillata* itálica sobre a sud-gálica. Algumas observações permitem avançar, com segurança, a interpretação do conjunto deste registo como correspondente a um trabalho de regularização/terraplenagem da área: em H 8 o registo U.E. 8268 está intercalado por unidades de preparação para a construção da “Via Norte” ; em F e G 7, verificou-se a ocorrência de manchas de dispersão de pedra calcária de pequena dimensão; os (poucos) materiais foram recolhidos nos planos de escavação superiores da(s) unidade(s).

- **Fase III-** Evidências correspondentes à época de funcionamento da necrópole “monumentalizada” (Figuras 5 a 7).

A utilização funerária dos espaços laterais à “Via Norte” de *Olisipo*, na área da actual Praça da Figueira, dataria, segundo diversos autores e em função dos poucos dados disponíveis antes do presente estudo, dos meados do século I d.C. (HELENO 1965, ENCARNAÇÃO e FERNANDES 1997, SILVA 1997 e 1999).

O início desta funcionalidade corresponderia à época em que assumiria uma maior monumentalidade, ocorrida logo a partir do início da sua instalação, evidência do fenómeno de transformação da ritualidade da morte que ocorre em cidades hispanas a partir dos finais da República e, sobretudo, na época dos Júlio-Cláudios, que se manifesta na adopção de uma estruturação urbana para os espaços e edificações funerárias (VAQUERIZO 2001 e 2002). Esta nova mentalidade foi adquirida pelas diferentes

comunidades a um ritmo progressivo, mas rápido, que se constata não só na tipologia dos espaços arquitectónicos como, também, nas manifestações epigráficas e na evolução da adopção dos mobiliários funerários “romanos” (Idem).

É, neste enquadramento, interessante atentar-se no caso das necrópoles de Lisboa conhecidas para o período Julio-Cláudio/Flávio: comparem-se as observações produzidas a partir das sepulturas da Necrópole Noroeste (Calçada do Garcia - SILVA 1997, Praça da Figueira - MOITA 1968 e FERREIRA 1962a e Encosta de Santana/2002 -MURALHA, COSTA e CALADO 2002), onde os elementos mais antigos são atribuíveis, em função dos dados publicados, a meados-finais do século I d.C. (aspecto aferido com maior precisão no Capítulo 7), com os da Necrópole da Rua dos Correiros (“Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros” - BUGALHÃO 2001 e Sondagem 34 na mesma rua - DIOGO et al.1991 *apud* SILVA 1997 e FERNANDES 1997), que deverão ser datados de entre 25 a.C. e 50 d.C. Para o lapso de tempo entre as duas necrópoles, relativamente curto, a prática funerária atestada na Noroeste é, exclusivamente, a incineração, enquanto que na da Rua dos Correiros existem apenas três sepulturas de incineração para sete de inumação (BUGALHÃO 2001: pp. 31-32) e aqui ocorre já mobiliário funerário “romano” (sobretudo unguentários cerâmicos –idem: pág. 31; em associação com a sepultura de incineração da Sondagem 34 da Rua dos Correiros, foi também recolhido um unguentário com a mesma tipologia- DIOGO et al. 1991; SILVA 1999). Apesar da exiguidade dos dados disponíveis, parece que a prática mais corrente na *Olisipo* de finais do séc. I a.C.-meados do século I d.C. era a inumação, o que tem paralelo em Valencia (RIBERA LACOMBA 2002), e que o fenómeno de transformação da ritualização da morte, aludido antes, ocorreu ao longo de um escasso lapso de tempo, situado apenas no pleno século I d.C.

A utilização do espaço da Praça da Figueira enquanto necrópole fez-se de forma estruturada, tendo-se constatado que ocupou fundamentalmente as áreas mais próximas da “Via Norte”, não se fazendo com amplitude *in agro*. As excepções são as da grande área de entrada porticada, onde a maioria dos sepultamentos dos séculos I a III d.C. se fez próximo dos portões e ao longo das paredes, e no “Conjunto edificado T”, escavado em 1962, para o qual existem aliás poucos elementos de caracterização da dinâmica ocupacional. Exceptua-se desta utilização o recinto mais antigo, construído durante o início da fase II, que, como referimos antes, não teve funcionalidade funerária documentada pela intervenção arqueológica (*versupra*).

Os edifícios e os recintos funerários simples (isto é, sem cobertura e, num caso, sem porta – U.E. 9508), revelados em 1999-2001, parecem datar ainda do século I d.C., embora

a sua utilização se tenha prolongado no tempo, como documentam os sepultamentos atribuíveis ao séc. II/III d.C. praticados no seu interior (mobiliário funerário com a presença de unguentários vítreos da forma Isings 82A).

A revisão dos dados recolhidos por Bandeira Ferreira e Irisalva Moita (FERREIRA 1962a, MOITA 1968), referentes ao que denominámos por “Edifício SE” e “Edifício NE”, permitiu datar a sua construção da mesma época (ver Figuras 5 e 6 e quadros 1 a 4, infra).

### QUADRO 1

N.º	Tipo	Descrição sumária	Referência	Localização
1 e 2	Bustum	<i>Cinerarium</i> - ânfora da Cl.25/Dr.20; Epígrafe, utilizada como tampa, mencionando Creusa, escrava de Avita, falecida aos 16 anos.	MOITA 1968: “Conjunto XII”.	Fig. 5- 1 e 2
3	Depos. secundária	<i>Urna</i> –Pote de duas asas em cerâmica comum, tapado com <i>tabula</i> epigrafada com a inscrição voltada para baixo (reutilizada), referente a <i>Iulia Passerla</i> , de 4 anos.	FERREIRA 1962a: pp. 318 e 134-foto	Fig. 5- 3
4	Idem	<i>Urna-Olla</i> em cerâmica comum. Violava o pavimento I.	Idem: pág. 135.	Fig. 5- 4
5	Idem	<i>Urna-Olla</i> em cerâmica comum.	Idem: pág. 109.	Fig. 5- 5
6	Idem	<i>Urna-Olla</i> em cerâmica comum.	Idem: pág. 116	Fig. 5- 6
7	Idem	<i>Urna-Olla</i> em cerâmica comum.	Idem: pág. 271	Fig. 5- 7
8	Inumação em caixa de tijolo	Sepultura muito destruída, com o corpo orientado a Este, sem mobiliário funerário identificado. Enterramento tardio, violava o “pavimento II”.	Idem: pp. 195, 352 E 355 A	Fig. 5- 8

Quadro 1- Práticas funerárias documentadas no interior do “Edifício NE”.

### QUADRO 2

N.º	Tipo	Descrição sumária	Referência	Localização
10	Depos. secundária	<i>Cinerarium-dolium</i> de duas asas. Conteúdo desconhecido.	FERREIRA 1962a: pág. 282.	Fig. 5- 12
11	Inumação em fossa	Inumação muito destruída, sem mobiliário funerário identificado. Provavelmente tardia.	FERREIRA 1962a: pp. 318 e 134-foto	Fig. 5- 11
12	Idem	Sepultamento de equídeo.	Idem: pág. 137.	Fig. 5- 12
13	Ustrinum ?	“Concentração de carvões”.	Idem: pág. 361	Fig. 5- 13
14	Depos. secundária	<i>Cinerarium-Dolium</i> . Mobiliário- Pequenos potes de produção Norte-alentejana (?), decorados a rosetilha.	MOITA 1968- “Conj.XI”, pág. 70	Não ilustrado

Quadro 2- Práticas funerárias documentadas no exterior do “Edifício NE”, junto a este.

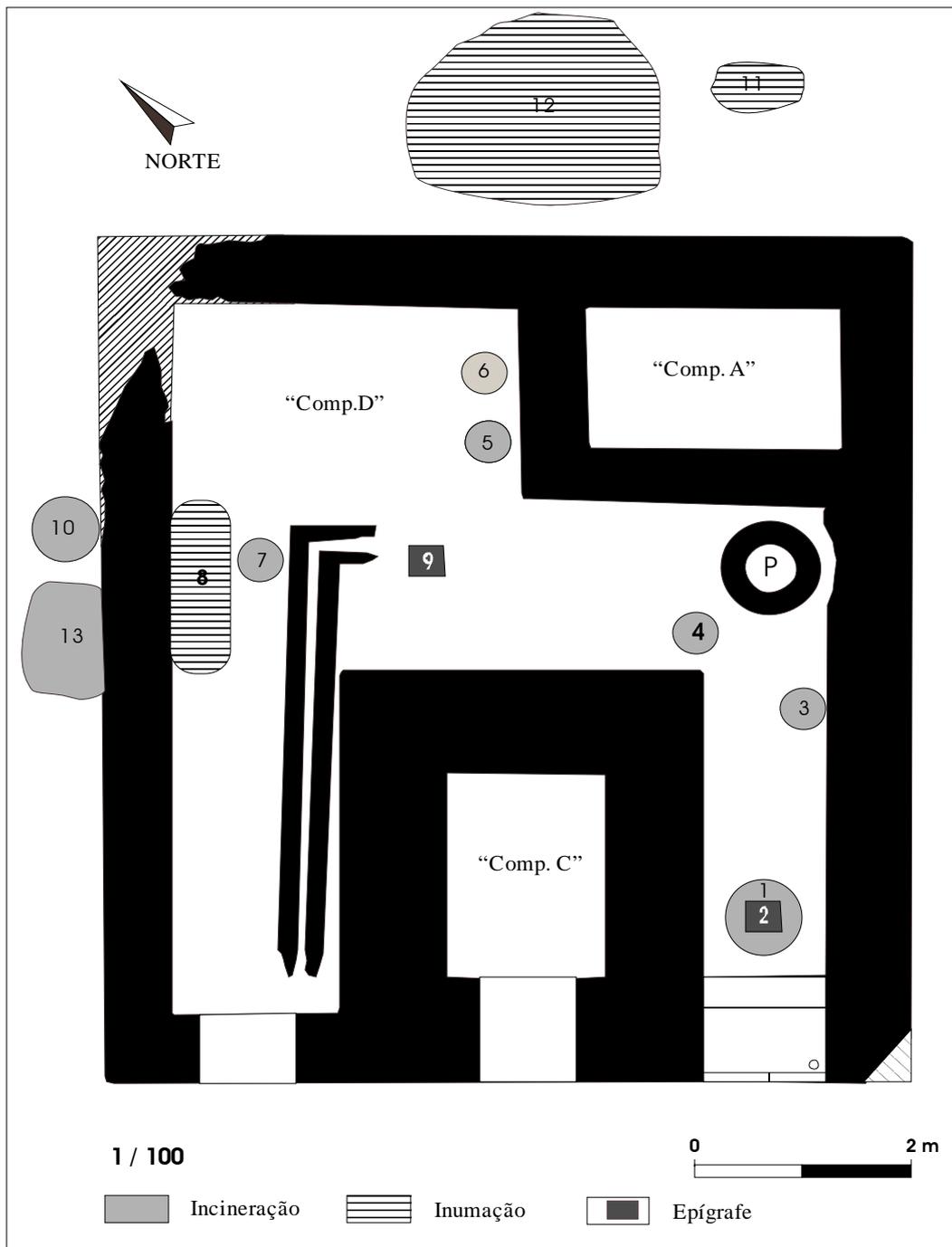


Figura 5: Planta do “Edifício Noroeste” do sector intervençionado em 1962, com reconstituição da localização dos elementos funerários documentados (base FERREIRA 1962a).

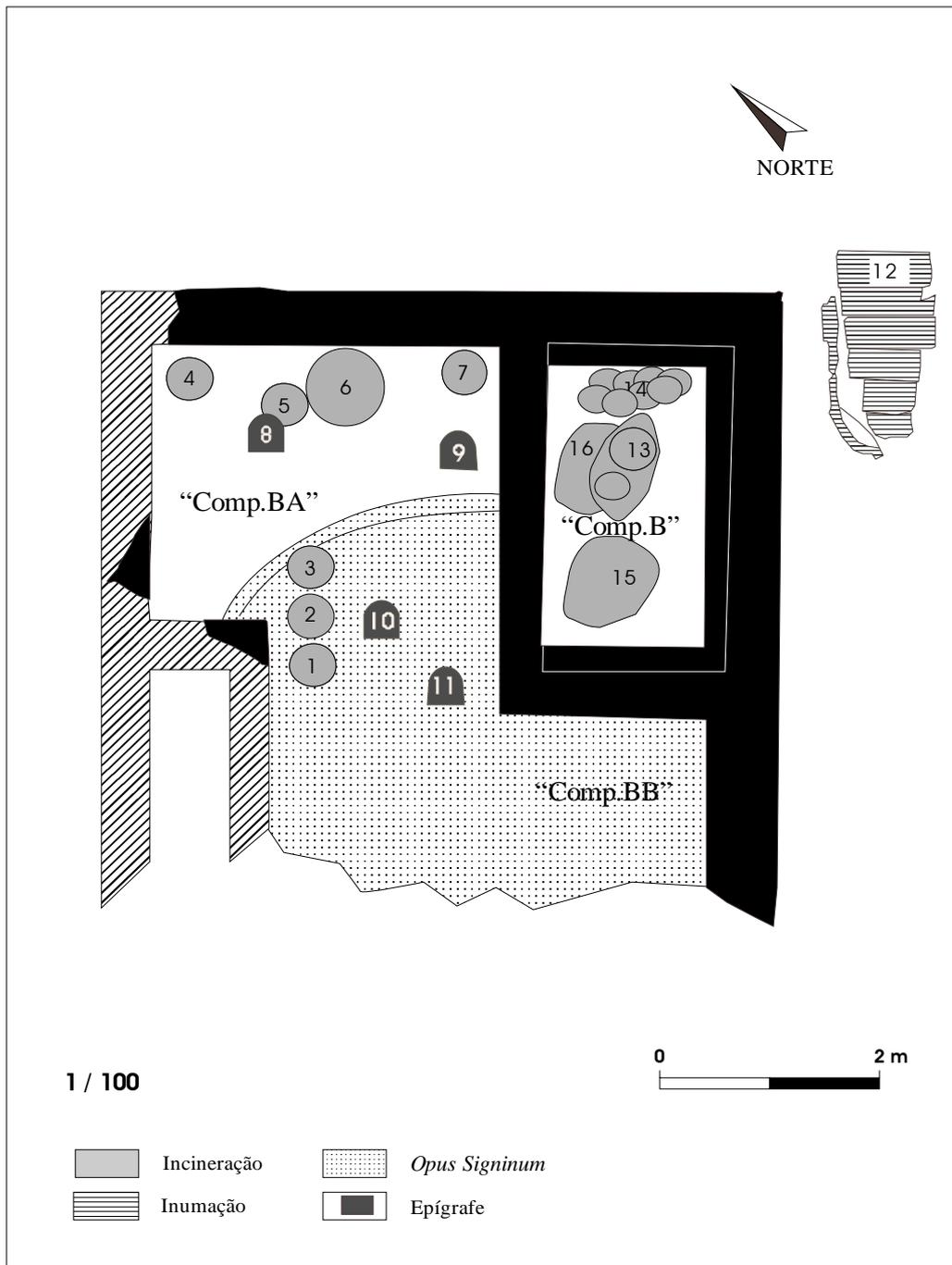


Figura 6 : Planta do “Edifício Sudoeste” do sector intervencionado em 1962, com reconstituição da localização dos elementos funerários documentados (base FERREIRA 1962a).

## QUADRO 3

N.º	Tipo	Descrição sumária	Referência	Localização
1	Depos. secundária	<i>Cinerarium</i> - tipo desconhecido. Urna- <i>olla</i> . Mobiliário-taça de vidro.	MOITA 1968: “Conjunto I” - pp. 35, 55, Est. IX e 66, n.º 15.	Fig. 6- 1
2	Idem	<i>Cinerarium</i> - tipo desconhecido. Urna- <i>olla</i> . Mobiliário-Lucerna Dr.20(?), dois potes de produção Norte-alentejana, um púcaro de duas asas em cerâmica comum, sete vasos em terra sigillata de fabrico sud-gálico e cinco unguentários em vidro.	Idem.	Fig. 6- 2
3	Idem	<i>Cinerarium</i> - tipo desconhecido. Urna- <i>olla</i> . Mobiliário não identificado	Idem..	Fig. 6- 3
4	Idem	<i>Cinerarium</i> - tipo desconhecido. Urna -caixa de chumbo paralelepipedica. Mobiliário- unguentário de vidro do tipo Isings 6 e pote pequeno em cerâmica comum.	Idem: 37, 55-“Con- junto IV” e FERREIRA 1962a: pág. 290.	Fig. 6- 4
5	Idem	<i>Cinerarium</i> - Ânfora da Classe 25/Dr.20 tapada com a inscrição mencionada em 8, fragmentada.		Fig. 6- 5
6	Idem	<i>Cinerarium- Dolium</i> contendo caixa de chumbo com o grafito <i>QCF</i> repetido três vezes no bojo e uma vez na aba da tampa; no topo desta estava grafado também <i>CINERES QCF</i> . Urna- em vidro, tipo Isings 67, de que se conserva apenas o bordo.	MOITA 1968: pág. 49. FERNANDES e ENCARNAÇÃO 1997, com leitura defeituosa.	Fig. 6- 6
7	Idem	Urna- <i>olla</i> . Sem mobiliário identificado.	FERREIRA 1962a: pág. 109	Fig. 6- 7
8	Loculi parietal	<i>Tabula</i> de Titus Callaeus Saluianus.	Idem.	Fig. 6- 8
9	Idem	<i>Tabula</i> de Vrsia Fundana, Vrsius Nicerotis e Publius Vrsius Nicerotis.	Idem.	Fig. 6- 9
10	Idem	<i>Tabula</i> de Caius Terentius Saturninus. Vrsius Nicerotis.	Idem: pp. 249 e 252.	Fig. 6- 10
11	Idem	<i>Tabula</i> de Caius Vrsius Clemens.	Idem: pp. 244 e 252.	Fig. 6- 11
13	Depos. secundária	Urna- <i>olla</i> . Mobiliário- Um prato Drag. 18 sud-gálico.	Idem: pág. 110	Fig. 6- 13
14	Idem	Sem urna. Mobiliário funerário- em terra sigillata, dois pratos Drag. 18, três taças Drag.24/25, uma taça Drag. 27 e outra Ritt.8, sud-gálicas.	Idem: pág. 110	Fig. 6- 14
15	Idem	Sem urna. Mobiliário- moeda em bronze (perdida), pregos em ferro e fíbula tipo Aucissa.	Idem: pág. 110A	Fig. 6- 15
16	Idem	Sem urna. Mobiliário funerário- lucerna, fíbula (perdida) e disco de fuso em osso.	Idem: pág. 110A	Fig. 6- 16

Quadro 3- Práticas funerárias documentadas no interior do “Edifício SE”.

## QUADRO 4

N.º	Tipo	Descrição sumária	Referência	Local.
12	Inumação em caixa de tijolo	O indivíduo estava orientado a SE, junto das traseiras do edifício, alinhado com o monumento. Os artefactos recolhidos (fragmento de taça em t.s. sud-gálica e fragmento de pote) não oferecem garantias de corresponder ao mobiliário funerário.	FERREIRA 1962a: pp. 34, 40, 215-216.	Fig. 6- 12
17	Idem	“Tijoleiras postas ao alto formando um recinto fechado”.	MOITA 1968: pág. 39- “Conj.VI”.	Não localizado

Quadro 4- Práticas funerárias documentadas no exterior do “Edifício SE”, junto a este.

A dinâmica de ocupação dos dois edifícios fez-se a partir do período Cláudio-Flávio, e prolongou-se durante os séculos posteriores. A mesma permanência, de utilização dos espaços, foi amplamente documentada na área escavada em 1999-2001, em especial no grande recinto com porta porticada.

Em função dos dados disponíveis, a “monumentalização acentuou-se durante os séculos II e III d.C., conforme aliás parece ser corrente em necrópoles urbanas de zonas bem romanizadas do ocidente. Esta parece ser a datação da maioria dos edifícios de grande variedade tipológica arquitectónica (torres, díptilos, templiformes, ...- TOYNBEE 1982).

Destes momentos, da fase III, dão testemunho os diversos monumentos funerários de grande dimensão, de que apenas foram reconhecidas em 1999-2001 as fundações maciças. Deste, merece destaque o conjunto de recintos e três embasamentos de grandes monumentos (entre I / 4 e J / 7-10), construído num momento avançado do século II d.C. ou na primeira metade do século III d.C. (datação aferida pela presença de *terra sigillata* clara africana A e C, bem como de formas hispânicas com perfis atribuíveis a essa época, nos contextos correspondentes aos níveis de regularização para a construção), que utilizou uma mesma argamassa rósea rica em cal e um desenho dos alinhamentos que procurou harmonizar as distintas orientações do traçado viário.

A mesma “monumentalização” está patente na construção de simples sepulturas, maioritariamente de incineração: duas construções cupiformes, edificadas no local de incineração (em E 2 e em G 1), que corresponderiam a estruturas enterradas; uma outra construção com a mesma forma, mas forrada a *opus signinum* porque se encontraria visível (em J 7); uma caixa de tijolo ladeada por uma plataforma em tijoleira destinada a receber uma incineração (datada a partir do único elemento do mobiliário sobrevivente, um fundo de lucerna carbonizado com marca de GABMERC, de pleno século II d.C.- localizada em K 10); três monumentos de planta tendencialmente quadrangular, revestidos a estuque pintado (em I-J / 1-2- infelizmente o grau de destruição apenas permitiu documentar a temática num deles- faixas finas negras horizontais sobre um marmoreado de tonalidade rósea ou amarelo torrado), também executados sobre o local da incineração e cobrindo a caixa cistóide em tijolo que servia de *ossilegium/urna* (datados, pela conjunto de *sigillata* clara africana C e vidros que compunham o mobiliário funerário, de momentos avançados do séc.III d.C.); um monumento (em I-K / 2-3) de rebordo plano forrado a *opus signinum* dotado de tabuleiro lateral forrado com o mesmo material, que possuiria hipoteticamente uma zona de encaixe para uma epígrafe (uma estela ?), e vestígios de cobertura recoberta a estuque pintado, cobrindo uma elaborada caixa de tijoleira escavada no solo, destinada à

inumação de um adulto jovem (datável de meados do século III d.C., dada a presença de uma lucerna do tipo Rio Tinto-Aljustrel com paralelo exacto nas reveladas no naufrágio Cabrera III, ocorrido em 257 d.C., ou pouco após- BOST 1992 et al.: pág. 180 a 187).

Contemporaneamente com estas construções verificou-se a ocorrência de outras práticas mais discretas, em que as incinerações correspondem a *busta* de caixa cistóide em tijolo, a ânforas da Classe 25 (Dressel 20), reutilizadas em deposições primárias ou secundárias, a sepultamentos em fossa simples (sobretudo inumações, que surgem ainda durante o século II d.C. mas que se vulgarizam e predominam no seguinte, praticadas com ou sem a utilização de caixão em madeira).

Para além dos enterramentos, entidades presentes no registo documentam outro tipo de práticas associadas a rituais fúnebres. Referimo-nos, em particular, a duas estruturas negativas de funcionalidade distinta, a U.E. 9013, em D 7, e a U.E. 8630, em F 7. A elas voltaremos, ao tratar os contextos (infra- Capítulo 7).

O troço da “Via Norte” reconhecido na Praça da Figueira corresponde a um traçado em “linha quebrada”, característica do desenho viário romano (MANTAS 1990), com uma mudança de orientação a partir do entroncamento com a “via secundária”, de onde assume uma orientação a 30° NO.

Os dois sectores da “Via Norte” escavados na Praça da Figueira revelaram dinâmicas diferentes no que se refere a este período do faseamento: enquanto que a Sul (H-I / 8-11) a estrutura parece ter sido apenas objecto de reforma ( piso U.E. 8220 e preparação U.E. 9055; vala lateral de drenagem a este- U.E. 8221 e a Oeste- U.E. 9047), a Norte (F-H / 1-4) verificou-se uma intervenção urbanística mais profunda, que obliterou as entidades do registo anteriores, e que incluiu:

- a deposição de uma(s) nova(s) unidade(s) estratigráfica(s) de constituição semelhante à dos depósitos interpretados como de regularização da fase II, que difere apenas na tonalidade dominante, aqui esverdeada (U.E.s 3845, 8012, 8677, 9286, 9521);

- uma mais cuidada preparação para receber o piso (U.E. 9916, de constituição semelhante às U.E.s 8220 e 8545), composta no essencial por pedra de média dimensão (U.E. 9907);

- a delimitação lateral por fiada de pedra de média dimensão, apenas efectuada a Oeste, e a construção de um fino pavimento de argamassa esbranquiçada (8928), em articulação com o espaço de porta porticada (U.E. 8006) localizado a este, estruturas que parecem coevas dos trabalhos de construção deste sector da via.



Figura 7 - Unidades Estratigráficas mais relevantes correspondentes à ocupação romana da Fase III detectada na Praça da Figueira.

Nos conjuntos cerâmicos associados aos contextos mencionados, a *terra sigillata* sud-gálica é maioritária, embora se verifiquem ocorrências de produções itálicas (que podem também corresponder a elementos remobilizados das unidades estratigráficas da fase anterior).

Nesta reforma profunda foram respeitadas as estruturas anteriores, mas, como mencionámos a propósito da fossa U.E. 8933 da fase II, pelo menos a Norte o traçado é inteiramente novo, e é acompanhado pelas construções funerárias mais antigas reveladas quer pelos trabalhos de 1999-2001 (estrutura porticada- U.E. 8006), quer pelos de 1961-2 (“Edifício SE” e “NE” e, eventualmente, o “conjunto estrutural T”).

Já a Sul, verifica-se um muito ligeiro desfasamento do alinhamento da via principal face ao anterior, agora com uma orientação próxima dos 20° NO, que parece correspondido pelo alinhamento de um muro de recinto funerário (U.E. 4306) e embasamento maciço (U.E. 4329) do respectivo monumento funerário encontrados no limite Sul da escavação (J-K / 11).

Em ambos os troços da “Via Norte” foi possível documentar a largura total, situada entre os 5,95 e os 6,02 m, dimensão equivalente à aferida em troços também peri-urbanos de Mérida, como o detectado na zona de La Barriada Plantonal de la Vera (SÁNCHEZ BARRERO e GÓMEZ NIEVES 1998: pág. 559).

A “via secundária” apresentou elementos correspondentes a, pelo menos, duas campanhas de reforma: uma repavimentação (U.E. 8530), o desmantelamento do muro Norte e sua substituição por um outro em pedra seca, construído um pouco mais para Norte (U.E. 8535=8192), intervenção acompanhada pelo encerramento com um portão duplo com ferrolho (de que foram encontrados as pedras de apoio e a pedra que recebia o ferrolho) da zona de ligação com a “Via Norte”. Não deixa de parecer sugestivo este encerramento ou condicionamento de acesso de uma via pública, considerando que, pelo menos a partir de determinada época, a sua direcção era a de um edifício público, o circo.

O conjunto de acções referido acima corresponde, em simultâneo, ao momento de construção de um novo pavimento na “Via Norte”, com uma cuidada elaboração, com fiadas laterais em pedra e piso de constituição e dimensões do tabuleiro semelhantes ao anterior. A sua orientação era divergente em relação ao traçado mais antigo no troço detectado a Sul, mas a Norte respeitou-se integralmente o mesmo alinhamento.

Profundamente alteado em relação ao anterior (U.E.s 9904, 9905 e 9906- troço Norte, U.E.s 8173, 8177, 8234, 8242, 8249, 8250, 8262-troço Sul), trata-se da evidência de uma intervenção urbanística que datará de um período que ainda não conseguimos precisar

melhor, situado entre os meados do século II d.C. e os meados do século III d.C. (presença de *terra sigillata* clara africana A, com fragmentos de taças das formas Hayes 9b e 17, de taças decoradas da forma 37 em *terra sigillata* hispânica do grupo de La Rioja, *dolium* epigrafado, ...).

- **Fase IV**- Evidências correspondentes à época de «desmonumentalização» da necrópole (Figura 8).

As intervenções arqueológicas de 1961/2 revelaram sepulturas de inumação, algumas das quais praticadas na faixa não edificada localizada entre a fachada de monumentos funerários e o limite este da “Via Norte”. Esta evidência sugeriu a Irisalva Moita uma utilização funerária do espaço em época tardia, provavelmente no século III d.C. (“Conjunto VI”- MOITA 1968).

A intervenção arqueológica de 1999-2001 permitiu recolher elementos que permitem uma melhor caracterização do fenómeno que originou aquele tipo de contextos, precisar a cronologia da sua formação e o seu significado.

No lado ocidental da via (D-F / 1-6) escavou-se uma unidade estratigráfica, U.E. 3802, onde se registou a ocorrência frequente de pedra de média dimensão. De grande potência e extensão, assentava directamente sobre os restos muito destruídos de dois embasamentos maciços de monumentos funerários de planta quadrangular, bem como sobre um recinto funerário sem porta, também ele profundamente destruído. Perpendicularmente à “Via Norte”, esta unidade estratigráfica apresentava uma cota quase equivalente à da fiada de limite da estrutura viária (3º piso mais recente- U.E. 9904), desenvolvendo-se em acentuada pendente, descendente à medida que se afastava daquela. Foi interpretada como correspondente ao enchimento de uma depressão causada por uma intensa actividade de roubo de pedra, que escavara até as alvenarias das construções, documentando um episódio de destruição dos edifícios deste sector da necrópole.

O mesmo tipo de observações foi produzido do lado oposto da “Via Norte”, no espaço correspondente ao muro com porta porticada (F-G / 3-4), onde uma unidade estratigráfica, U.E. 8873, encostava ao topo dos muros conservados do recinto, e revelou no seu interface inferior uma bolsa de concentração de estuque branco, algum do qual moldurado, outrora pertencente à referida porta.

Na restante área escavada foram detectados contextos similares, com destaque para: a área SE (espaço de uso não determinado construído na fase II-ver supra), onde se registou uma acumulação sucessiva de finas unidades estratigráficas (U.E.s 3944, 6503, 6521, 6522, 6542,...), onde se recolheram abundantes “artefactos datantes” com cronologias dos séculos II d.C. e III d.C. (numerosos fragmentos em *terra sigillata* clara africana A, um número mais reduzido de *terra sigillata* clara africana C, um *antoninianus* de Galieno, seis *antoniniani* de consagração de Cláudio II); os embasamentos de monumentos funerários em J / 7-8 e J / 10-11, que ostentavam apenas o negativo de assentamento de grandes silhares; a recolha de, apenas, três elementos romanos de decoração arquitectónica em lióz/mármore- dois capitéis jónicos reaproveitados num poço medieval islâmico e uma grande peça de entablamento (U.E. 3802).

Este conjunto de contextos indicava que a ocorrência de fenómenos de roubo de pedra, era generalizada e intensiva, uma mutação estrutural que, tendo provocado a “desmonumentalização” deste sector da necrópole Noroeste de *Olisipo*, ocorreu numa data posterior a 270 d.C., mas não muito distante (cronologia dos supra mencionados *antoniniani*).

O achado de uma sepultura de inumação em F 2, praticada em caixão de madeira depositado numa fossa simples escavada na U.E. 3802, permitiu precisar um pouco melhor o momento em que ocorreu este fenómeno de profundo significado urbanístico. Para além de paralelos peninsulares bem datados para a tipologia da inumação, situados em torno da segunda metade do século III d.C.-século IV d.C. (MARTINS e DELGADO 1990; VAQUERIZO 2001 e 2002), o mobiliário funerário associado remetia também para um horizonte temporal semelhante: uma taça de vidro transparente da forma Isings 42a (a que é atribuída uma datação dos Flávios aos inícios do século III d.C.- ISINGS 1959: pág. 58), uma taça da forma Hayes 17 em *terra sigillata* clara africana A (150-250 d.C. – RAYNAUD 1993: pág. 172), um prato da forma Hayes 50A, em fabrico C2 da *terra sigillata* clara africana (230-300 d.C. –Idem: pág. 186), um numisma em liga de cobre, que apesar de ilegível apresenta um “flan” distinto do dos *antoniniani* (mais largo e espesso que estes, pelo que pode tratar-se de um bronze ou até já de um *follis* dos tipos cunhados sob a tetrarquia ou por Constantino I), um pote em cerâmica comum (colocado no exterior do caixão, junto da zona dos pés) e fragmentos de um copo em vidro transparente, inclassificável pelo seu estado de conservação.

Os intervalos cronológicos mais antigos parecem colocar, numa primeira análise, alguns problemas. Porém, e no que às duas peças em *terra sigillata* se refere, parece

Figura 8

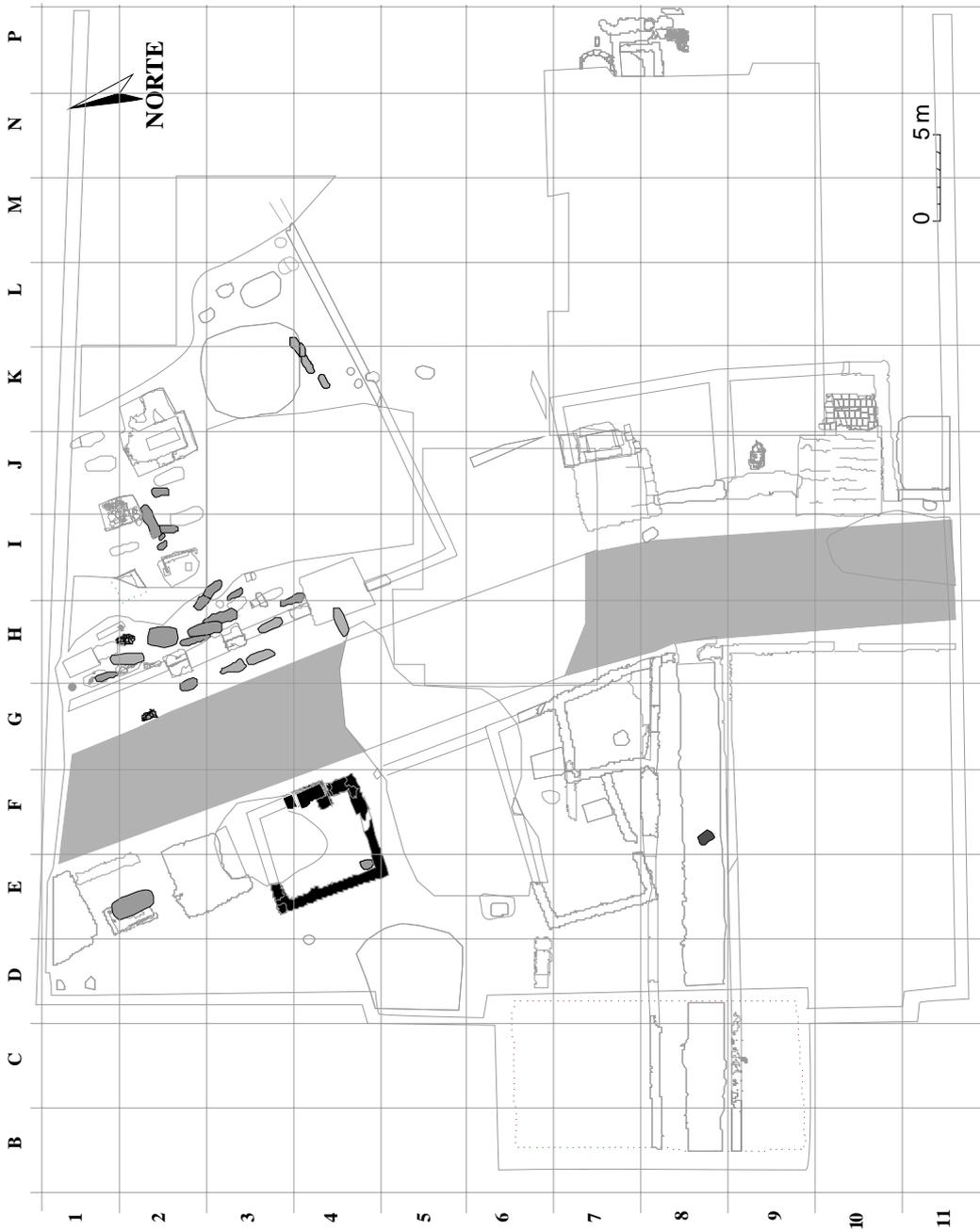


Figura 8 - Unidades Estratigráficas mais relevantes correspondentes à ocupação romana da Praça da Figueira.

significativo que a forma Hayes 50a em fabricos C1 2 tenha surgido em contextos bem datados da segunda metade do século III d.C., como o correspondente à destruição de Ampurias de 264 d.C., os de meados do século III d.C. escavados na Alcudia de Elche (PAZ PERALTA 1991: pág. 181), ou, o que nos parece muito mais significativo, no naufrágio de Cabrera III, ocorrido em 257 d.C. ou pouco após, onde surge associada, justamente, à taça Hayes 17 em *terra sigillata* clara africana A (BOST et aliae 1992: pág. 180 a 187). Os dados parecem encerrar grande coerência, corroborando a datação para a inumação num momento dentro do último terço do século III d.C., durante o qual deverá ter ocorrido a desmonumentalização da necrópole Noroeste de *Olisipo*.

Com cronologias posteriores a este momento foram detectadas sepulturas ocupando as faixas não edificadas laterais à “Via Norte”, concentradas sobretudo na zona da porta porticada, inumações em fossa simples e algumas incinerações (com *ossilegium* e mobiliário depositados no interior de caixas cistóides em tijolo). O espólio associado remete a datação da maioria das sepulturas para, novamente, o século III d.C. e a primeira metade do século IV d.C.

Uma incineração, um *bustum*, merece referência por ter sido executada no meio da “via secundária” (F 8) e assinalada com um silhar estucado. Por implicar a desactivação da estrutura secundária, mais uma vez não podemos deixar de chamar a atenção para a relevância deste achado para a história do circo olisiponense.

O fenómeno de “desmonumentalização” da necrópole Noroeste de *Olisipo*, que parece ter sido executado num tempo curto, pode ter sido devido a uma necessidade de edificação rápida. A construção de uma muralha no Baixo-Império, que já havia sido aventada como explicação para apenas terem sido recolhidas *tabulae* epigrafadas na Praça da Figueira (SILVA 1997 e 1999), pode ter sido responsável pelo profundo desmantelamento das construções e edifícios funerários.

A “Via Norte” sofreria uma renovação do piso (U.E.s 9902, 9903), que ainda não sabemos situar temporalmente com precisão.

- **Fase V-** Evidências correspondentes à época de utilização eventual do espaço como zona funerária (Figura 9).

A partir de um momento impreciso do século IV d.C., o espaço da Praça da Figueira deixou de ser utilizado como área de necrópole. Talvez a explicação para o facto corresponda à cristianização da cidade, que gerara novas formas de ritualização da morte, e trouxera outra ideologia, com uma distinta topografia urbana.

Data desta época a última reforma sofrida pela “Via Norte”: um novo piso (U.E. 9900), colocado parcialmente sobre o anterior, bem datado por dois numismas do imperador Arcádio (385-409 d.C.), encontrados sob o pavimento nos dois troços escavados. Trata-se da última intervenção conhecida num equipamento público de *Olisipo*, a de maior economia de esforço documentada na área escavada em 1999-2001.

A Oeste da estrutura viária, reaproveitando e reconstruindo parcialmente os muros e todo o sector que formava esquina com a “via secundária” (F-G / 6-7), foi implantado um conjunto de estruturas, muito insuficientemente caracterizadas de um ponto de vista funcional, mas seguramente não funerárias. Definiam compartimentos, dois tendo evidenciado restos de pavimento em *opus signinum*, um dos quais com uma cavidade de limpeza, e um outro que revelou uma sucessão de três pisos em terra batida.

Nos contextos estratigráficos interpretados como de abandono destas estruturas foram recolhidos, entre outros materiais, restos de dois vasos em *terra sigillata* clara africana D, relativamente bem conservados: um prato da forma Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma Hayes 91B, a que são atribuídas cronologias situadas entre, respectivamente, 425-475 d.C. e 380-500 d.C. (RAYNAUD 1993: pp. 192 e 194). Em função destes dados pode-se situar a ocupação em pleno século IV d.C.

Com uma relação de posteridade com as estruturas desta fase enunciadas até ao momento, mas ainda em época tardo-romana, foram praticas inumações eventuais e muito dispersas. À excepção de dois adultos, detectados em D 1, os restantes quatro correspondiam a neo-nados ou infantis jovens, sepultados em pontos distantes da área escavada (I 8, K 4, K 5 e L 3), sem espólio associado, pelo que se torna extremamente difícil precisar a sua cronologia.

Sobre este conjunto de evidências depositaram-se diversas unidades estratigráficas contendo materiais cerâmicos romanos, exclusivamente.

Sobre a “Via Norte” foram reveladas unidades arenosas pouco espessas, de estrutura lamelar, ao qual estavam associados muito escassos artefactos, muito fragmentários. Pode tratar-se de evidência da utilização do trajecto viário em datas posteriores, mas a hipótese interpretativa carece de outro tipo de informação mais qualificada.

Em toda a área escavada, e sobrepondo-se também às unidades antes referidas, foi revelada 8804, potente e argilosa (8804), que, pelas suas características, parece indicar um período de deposição muito lento e um momento de abandono da área. Trata-se da última evidência assimilável ao período romano revelada pelos trabalhos arqueológicos de 1999-2001.

Figura 9

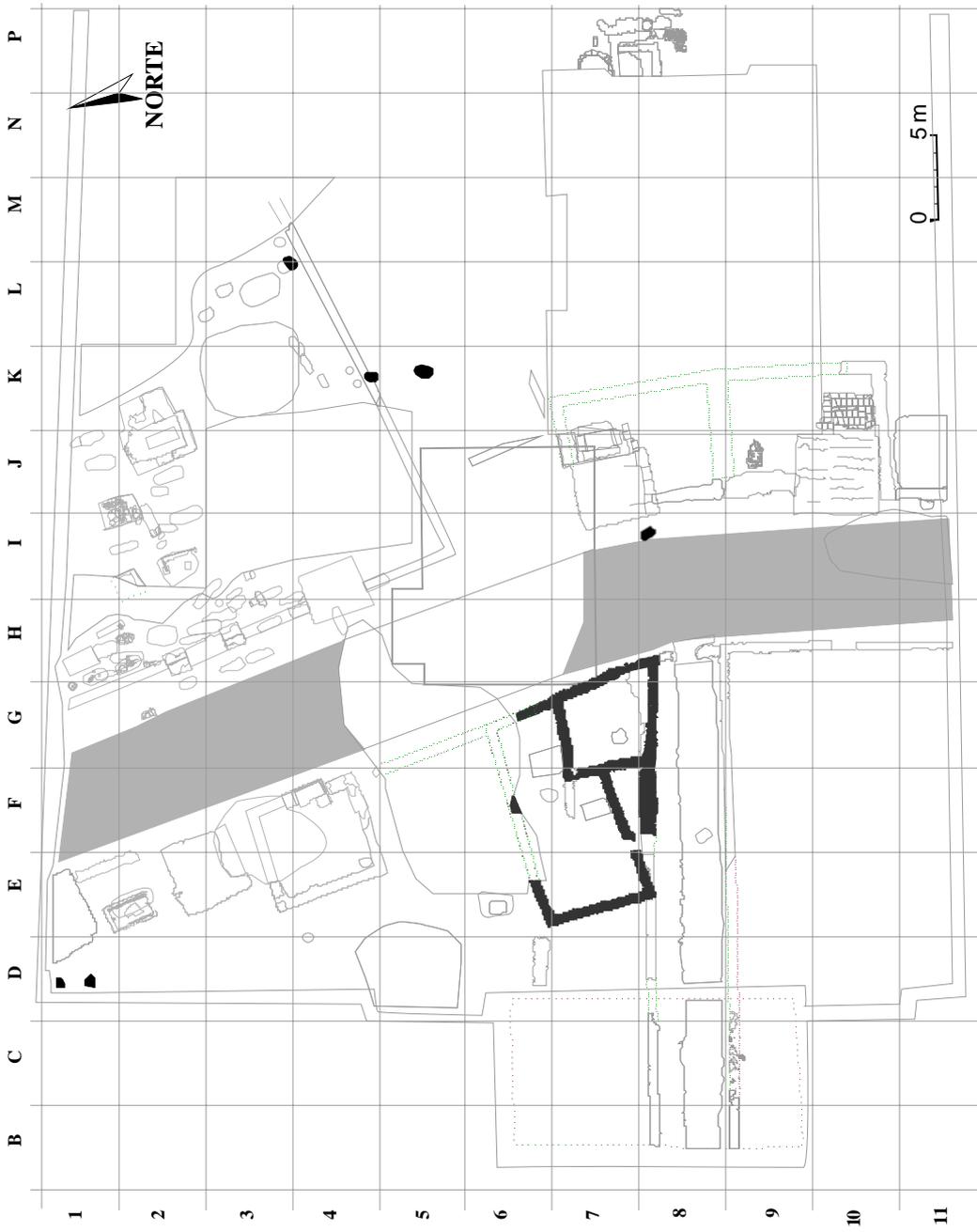


Figura 9 - Unidades Estratigráficas mais relevantes correspondentes à ocupação romana da Praça da Figueira.

## 5. “Marcas de oleiro” em *terra sigillata*: algumas questões prévias.

### 5.1. Contornos conceptuais de *terra sigillata*.

O termo *terra sigillata* é utilizado na actualidade para designar um conjunto, ceramologicamente variado, de produções oleiras fabricadas numa área alargada do mundo antigo entre o século II a.C. e a época alto-medieval.

Sem qualquer correspondência com designações utilizadas na época romana, foi empregue pela primeira vez em 1779 pelo erudito arretino Francesco Rossi para se referir a vasos ostentando marcas epigráficas (PUCCI 1985: pp. 365 e 371).

A expressão utilizada no século XVIII não teve, porém, sequência, e deve-se a H. Draggendorf a “invenção” moderna do termo, feita no seu trabalho clássico publicado em 1895 (Idem: pág. 365). O investigador alemão empregou a expressão tendo em consideração as decorações aplicadas nas produções que tratou – itálicas e gálicas-, executadas a punção, que em latim se designa *sigillum*, e a ligação do termo a eventos históricos precisos, como as cerâmicas utilizadas nas festividades *sigillaria* (Idem).

A classe cerâmica a que se referia continuou ainda a ser identificada pelas expressões anteriormente empregues, na sua maioria “emprestadas” de um célebre trecho de Plínio (*Naturalis Hist.* 35, 160-161 *apud* PUCCI 1985: pág. 365), caso de “vasos arretinos”, “vasos saguntinos”, “vasos samianos” e “vasos de Pérgamo”. Rapidamente, porém, o emprego de «*terra sigillata*» ganhou a preferência dos investigadores e, em simultâneo, ampliou o seu conteúdo, passando a designar quer os vasos lisos quer os decorados (OSWALD e PRICE 1920: pp. 3-4). Apesar da forma, também célere, como alastrou às várias “nacionalidades arqueológicas”, foi-lhe oferecida uma maior resistência pelos investigadores anglicanos e alguns orientistas, entretanto ultrapassada.

A definição ceramológica actual utiliza fundamentos tecnológicos mas também históricos.

De entre os primeiros destaca-se a utilização de fornos de altas temperaturas, e consequentes processos de cozedura empregues, e a peculiaridade do revestimento no que respeita à constituição: uma solução argilosa não oleosa e ligeiramente distinta daquela da pasta (VIEGAS 2000: pág. 30 *apud* QUARESMA 2002: pág. 11).

As diversas e estreitas relações de origem das várias produções que se abrigam sob o termo constituem o segundo critério aplicado, histórico.

Para as produções ocidentais a questão é relativamente pacífica dada a anterioridade aretina, que directa ou indirectamente acabaria por influenciar e/ou originar os restantes fabricos, sendo possível explicar a disseminação das olarias num quadro de expansão da romanidade. Para o Oriente, porém, a questão assume outros contornos, pois existe aí uma forte tradição oleira iniciada em época helenística, e as explicações baseadas em fenómenos de imitação, de migração de oleiros e de desenvolvimento das várias produções conhecidas, não são operativas.

Existe um conjunto de distintas produções orientais oriundas de centros localizados na Ásia Menor e Chipre (POBLOME et al. 2001: pág. 144) que emprega um revestimento de tonalidades geralmente avermelhadas e que possui âmbitos de difusão muito diferentes, desde as classes de circulação restrita regional como a “*sigillata* de Sagalassos” (SLANE 2001; POBLOME et. al. 2001) até outras de longo alcance de distribuição, como a *sigillata* oriental A, que chegou a atingir o extremo ocidental europeu como se verificou recentemente em Santarém (VIEGAS 2003) e Faro (VIEGAS 2004). Desenvolvidos a partir da época helenística, assumiram características tecnológicas que os permitem definir como *terra sigillata* a partir dos inícios do século II a.C., para a *sigillata* oriental A (POBLOME et al. 2000).

A sua difusão, eminentemente centrada no mediterrâneo oriental, e o reduzido número de trabalhos monográficos que lhes foram dedicados até ao momento (segundo K. Slane apenas cinco—SLANE 2001: pág. 365), condicionaram o discurso acerca do aparecimento das primeiras produções ocidentais.

A discussão em torno da origem das mais antigas produções ocidentais, itálicas, foi iniciado há muito, e os diversos autores podem escalonar-se em duas posturas fundamentais: uma de cariz orientalista, que defende a importância dos contributos com essa origem (Oxé- OXÉ 1933 *apud* OSWALD e PRICE 1920; Oswald e Price- Idem; Pucci- PUCCI 1985; B. Hoffman- HOFMANN 1986); outra que valoriza o carácter determinantemente itálico da origem dessa produção (Goudineau- GOUDINEAU 1968; Peacock- PEACOCK 1982; Ettliger- ETTLINGER 1990; Hayes- HAYES 1997, G. Fülle- FÜLLE 1997, P. Kenrick- KENRICK 2000).

A problemática em torno da origem da *terra sigillata* itálica gerou, aliás, outras expressões derivadas, de conteúdo conceptual ambíguo. É o caso da criação do termo “*pré-sigillata*”, por Nino Lamboglia, empregue em relação a um conjunto de fabricos na sua maioria elaborados na área itálica, cuja relação com o surgimento da produção da *sigillata* itálica propriamente dita é questionável (WELLS 1990: pág. 4). C. Goudineau contestou de

imediate a expressão (*apud* Idem), e, mais recentemente, Wells rejeitou-a, conjuntamente com outras que aplicam os prefixos “proto” e “pré” em referência a produções que antecedem ou preludiam a *sigillata* de tipo itálico, sugerindo a adopção de “imitação” (Idem). No contexto itálico, a aplicação dos prefixos “pré” e “proto” pode resultar problemática, ao implicitamente esquecer a existência e importância das produções de *sigillata* oriental, anteriores no tempo ao surgimento das produções ocidentais.

Na mesma sequência, e de acordo com estes mesmos princípios conceptuais, torna-se questionável a designação de “pré-*sigillata* sud-gálica”, aplicada às primeiras produções dos centros oleiros de Bram, Narbonne, Lyon-Loyasse, Montans e La Graufesenque (PASSELAC 1986 mas especialmente PASSELAC 1993c: pág. 532 e POLAK 2000: pp. 33-34). O problema coloca-se pela possível confusão a que se presta a utilização do prefixo para estes fabricos derivados de influências itálicas directas e mais ou menos profundas (PASSELAC 1986: pp. 35-6; PASSELAC 1993c), e a correspondente “pré-*sigillata*” que antecedeu a produção itálica a que nos referimos atrás. Trata-se de uma questão de enfoque, que perspectiva a génese da produção sud-gálica a partir das produções supra citadas.

Picon criticou recentemente o termo numa óptica tecnológica (PICON 2002). Refere que centros que produziram “pré-*sigillata*” continuaram o seu fabrico em paralelo com o da *sigillata* “verdadeira”, justificando assim que não se tratou de uma incapacidade técnica que impediu os oleiros de obter o fabrico “verdadeiro” (Idem). Mais refere que seria incompreensível que oleiros seguramente itálicos, como alguns dos presentes em La Murette-Lyon, não dominassem os processos ou tivessem que percorrer um trajecto de adaptação às condições locais (Idem: pág. 161). Termina o seu raciocínio referindo casos de centros como La Graufesenque, onde o fabrico de “pré-*sigillata* sud-gálica” se prolongou para além do início da produção da “verdadeira” *sigillata*, e, de forma categórica, Lezoux, que laborou desde a época de Augusto, fabricando ininterruptamente “pré-*sigillata*” até ao século II d.C. (Idem). M. Picon chama, nessa sequência, a atenção para a difusão estritamente local/regional deste tipo de cerâmica, e defende que a questão assumiria contornos comerciais e não tecnológicos (Idem).

O investigador francês propõe uma classificação baseada em critérios tecnológicos: “*Sigillatas* de modo de cocção A e B”, para as denominadas “pré-*sigillatas* gálicas” e “*Sigillatas* de modo de cocção C” para as “verdadeiras” (Idem: pág. 162).

Outros termos similares de conotação evolucionista também se revelam de utilização problemática: é o caso de “*sigillata* hispânica precoce”, adoptado recentemente por Simon

Keay, Fernando Amores (AMORES e KEAY 1999) e Encarnación Serrano Ramos (SERRANO RAMOS 1999), em referência à “Cerâmica de tipo Peñaflor”/ “*Sigillatas* de imitação tipo Peñaflor”/ “Presigillata”/ “Cerâmica de Verniz Vermelho Julio-Cláudia” (Idem: pág. 231), que para além de tecnologicamente não se enquadrar na definição de *terra sigillata* (são cerâmicas não sinterizadas), presta-se a confusão com expressão empregue para designar o grupo mais antigo de indivíduos representado nas “marcas de oleiro” do grupo de Trício, os “precozes” (SAÉNZ PRECIADO 2000b: pág. 289).

A discussão em torno deste tipo de questões terá suscitado a intervenção de J. Poblome, R. Brullet e O. Bounegru, investigadores dedicados ao estudo do mundo oriental, que defendem o alargamento do conteúdo do termo *sigillata* a todas as produções relacionadas historicamente e que procurem tecnologicamente um fabrico com revestimento mais ou menos vitrificado (POBLOME et al. 2000). A proposta dos autores referidos não só alarga os critérios de inclusão, como é fundamentada nas ligações, comprovadamente estabelecidas num determinado período, entre os fabricos dos dois lados do Mediterrâneo, tendo defendido a importância dos padrões de intercâmbio “socio-cultural, económico, religioso, administrativo e militar, envolvendo uma variedade de outros bens, pessoas e ideias” existentes à época, que justificam o fenómeno do “boom de produção dos chamados serviços augústeos” (Idem). Acentuam também que, ao longo da evolução da cerâmica de mesa romana, o impulso emprestado pela *sigillata* itálica da época de Augusto à disseminação de produções com determinadas características corresponde ao único momento onde se pode verificar um “fenómeno de integração cerâmica à escala do império” (Idem: pág. 282).

Nos estudos sobre a Antiguidade a aplicação do termo *terra sigillata* é hoje quase consensual, e faz-se em referência a um conjunto de olaria de mesa de época helenística e romana que ostenta um revestimento de coloração avermelhada, obtido por sinterização (POLAK 2000: pág. 15).

## 5.2. Conceito de “marca de oleiro”.

A expressão “marca de oleiro” tem-se aplicado de forma relativamente indiscriminada às impressões executadas sobre produtos oleiros variados, desde a cerâmica de revestimento a produções de carácter mais delicado, aplicadas com punção, sinete, gravadas com estilete ou pintadas.

Em referência especificamente à *terra sigillata*, a prática foi tomada de outras classes de “cerâmicas finas” mais antigas e empregue nas primeiras produções desta “família ceramológica”, nomeadamente na *sigillata* oriental A (POBLOME et al. 2000).

O emprego do termo faz-se em relação a marcas executadas durante o processo de fabrico, podendo conter texto, grafomorfos, elementos geométricos ou figurativos.

O entendimento da expressão “marcas de oleiro” pode-se traduzir por «marca que identifica o oleiro», referindo-se individualmente àquele que produziu o vaso, ou, em alternativa, «a uma marca aplicada por um oleiro» (POLAK 2000: pág. 40). Na primeira asserção o termo é desajustado, pois nem todas as marcas identificam o oleiro ou quem a aplicou: podem-se citar impressões com texto dirigido ao leitor, como as saudações *ave uale* ou *neques*, patentes em *sigillata* sud-gálica (Idem), marcas que se referem ao proprietário e não ao oleiro (Idem: pág. 41), marcas de carácter propagandístico como *arretina/um* em *sigillata* itálica (OCK 244), gálica (HOFFMAN et al. 2002), oriental A e B (ZABELICKY-SCHEFFENEGGER 1995; POBLOME et al. 2001), ou as resultantes da responsabilidade da execução de moldes, que não são coincidentes com as dos produtos deles saídos.

O segundo entendimento citado não corresponde totalmente, embora resulte mais abrangente e inclua também as estampagens excluídas a que nos referimos acima. Porém, o alargamento do conteúdo força a admissão de outras marcas efectuadas durante a elaboração dos vasos, caso específico de alguns grafitos pré-cozedura executados por trabalhadores envolvidos no processo da sua produção. Ora, este conjunto epigráfico não se encontra abrangido por aquilo que se entende por estudos de “marcas de oleiro” de cerâmica da antiguidade, designação que o uso perpetuou até ao presente, mas que se revela de contornos imprecisos.

Termos alternativos como “marca interna”, foram sugeridos recentemente por Polak, mas o investigador holandês refere-se em sentido estrito a esse tipo de impressões (POLAK 2000: pág. 40).

Num âmbito abrangente, que englobe as marcas internas e as colocadas no molde, denominadas “marcas intra-decorativas”, talvez fosse mais adequado o emprego da expressão “marca estampada ou impressa”, e é em referência a este entendimento que empregamos a expressão “marcas de oleiro” e a utilizámos neste trabalho.

### 5.3. O propósito da estampagem.

Num congresso em 1992, instado a elaborar uma síntese sobre as “marcas” em *terra sigillata*, Giuseppe Pucci inicia o seu texto com uma desanimadora intervenção: questionado sobre qual a função das “marcas” em *terra sigillata*, responde “se devesse ser totalmente sincero, deveria responder um puro e simples: não o sabemos” (PUCCI 1993: pág. 73).

O desenvolvimento do texto de Pucci mostra a diversidade de situações atestadas para os diferentes grupos de *sigillata*, incluindo no interior de um mesmo centro e na mesma época, pelo que não existe uma resposta satisfatória aplicável indiscriminadamente a todas as produções, (Idem).

Colocando a questão em termos abstractos, semióticos, Bernard Hofmann defende que a marcação dos vasos de *sigillata* representa um acto de “autenticação” de algo, de “confirmação”, de “atribuição de um valor, de uma qualidade e, em certa medida, corresponde também a um acto de publicidade” (HOFMANN 1986: pág. 72).

A origem do hábito epigráfico de estampagem nas produções ocidentais de *sigillata* é, exclusivamente, itálica, dado que a marcação de cerâmica nas produções de verniz negro – que depois originariam as primeiras produções em vermelho – é desconhecida a Sul de Cápua, a parte integrante do mundo grego da Península (PUCCI 1993: pág. 73). Trata-se, de acordo com Morel, não só de uma mudança de prática, verificada ao longo dos séculos IV e III a.C., onde a marca deixa de ser uma “marca de artista” para se transformar numa “marca de fábrica”, mas de um fenómeno caracteristicamente romano, historicamente relacionado com a colonização de territórios, dado a estampagem estar atestada sobretudo nas colónias latinas de *Rimini*, *Alba Fucens*, *Fregellae*, *Interamna Lirenas* e *Cales*, salientando a condição de cidadania do indivíduo nomeado no texto através da menção da tribo (*apud* Idem).

O uso perdeu-se durante o século II a.C., depois da segunda guerra púnica, e alguns autores, como Pedroni, relacionam o seu desaparecimento com o plesbiscito cláudio de 218 a.C., e a circunstância de as marcas constituírem uma prova concreta da participação da *nobilitas* em empresas comerciais (PEDRONI 1988 *apud* Idem).

Nos primeiros momentos da marcação da *terra sigillata* itálica, as impressões entroncam na tradição de marcação da campaniense, de intenção decorativa, desenvolvendo-se posteriormente como relacionada com os proprietários ou responsáveis das oficinas, que podem ter desempenhado magistraturas locais, ou que correspondem,

nalguns casos, a terra tenentes atestados epigraficamente (PUCCI 1985; FÜLLE 1997). De forma alguma identificam ou relacionam de forma concludente os estratos superiores da sociedade romana com a empresa oleira (Idem).

O propósito da marcação dos vasos foi recentemente objecto de apreciação crítica por vários investigadores, com destaque para os trabalhos de Gunnar Fülle (1997: pp. 114-117), Philip Kenrick (2000: pp. 10-11) e Marinus Polak (2000: pp. 39-42).

Referindo-se especificamente à produção itálica, Fülle argumenta que o propósito dos oleiros itálicos era o de promover o produto e o de fornecer informação necessária à organização da produção e/ou venda (FÜLLE 1997: pág. 115). Desenvolve este segundo aspecto, especificando que se pode subdividir em: quantificar a produtividade de um trabalhador individual no interior de uma oficina; identificar os contributos de distintos oleiros para uma fornada executada em regime comunitário; identificar os itens fabricados para o cumprimento de um contrato específico (Idem).

O primeiro argumento pode adequar-se ao conjunto de marcas que ostenta dois nomes, correspondentes a indivíduos colocados em posições hierarquicamente distintas no âmbito da produção, mas falha em relação a um número de olarias com grande volume de compulsão das quais conhecemos apenas o proprietário (KENRICK 2000: pág. 10), mas também em relação aos oleiros dependentes que conhecemos por grafitos e não por marcas (KENRICK 1997).

P. Kenrick contesta a aplicação daquela argumentação à *sigillata* itálica noutros aspectos, nomeadamente a inexistência de fundamentos para a admissão da utilização generalizada de fornos de carácter comunitário nas produções itálicas (KENRICK 2000: pág. 10), que se encontra atestada com base em escavações e em listagens/róis de fornada para produções gálicas, como as de La Graufesenque e Le Rozier (o segundo local com apenas dois exemplos de róis documentados- MARICHAL 1988: pp.260-261; POLAK 1998; POLAK 2000), Montans (dois exemplares- PEACOCK 1982: pág. 126; MARICHAL 1988: pp. 260-261), Lezoux (um rol- PEACOCK 1982: pág. 126), Rheinzabern e Blickweiler (um cada- MARICHAL 1988: pág. 261), ou orientais, como a da *sigillata* de Pérgamo (um ról- POBLOME et al. 2001). Contudo, um determinado número de olarias itálicas terá também utilizado esse modelo de enforamento, com base na existência de listagens/róis de fornada de Arezzo e Orla (PEACOCK 1982: pág. 126).

Outro tipo de evidência arqueológica, como a da associação de diversos oleiros em contextos estratigráficos atribuíveis a uma mesma fornada defeituosa, não é suficiente para se poder afirmar estarmos perante esse modelo comunitário de enforamento, pois em

muitos casos corresponde a um oleiro, ou proprietário de olaria, sob cuja alçada foi dirigido o processo de cozedura de vasos modelados por outrem, mediante alguma contrapartida. Poder-se-iam citar vários casos para as distintas produções, de que o de Torrita di Siena é um bom exemplo: na olaria itálica de *Caius Vmbricius Cordus*, ali localizada, para além dos seus vasos cozeram-se também, minoritariamente, outros assinados por *C.Vmbricus Hospes*, *Camurius* e *Manneius* (PUCCI 1992; PUCCI e MASCIONE 2003: pág. 230).

Para o caso específico da *terra sigillata* itálica não está suficientemente documentada arqueologicamente a organização da produção para que se possa afirmar a generalização da existência de fornos comunitários. Os indícios disponíveis apontam, aliás, em sentido contrário, apenas o permitindo admitir para determinadas oficinas e em determinadas ocasiões (KENRICK 2000: pág. 10). O argumento invocado por Fülle (1997: pág.115) só é aplicável nalguns casos, embora se ajuste para as outras produções atrás mencionadas, onde está seguramente atestada a prática.

Em relação ao terceiro argumento de Fülle, o de identificar os itens fabricados para cumprir um contrato específico, os nossos conhecimentos sobre a organização da comercialização e distribuição dos vasos das diversas produções de *sigillata* é tão limitado que não permite sustentar a afirmação daquele investigador.

Contudo, os estudos elaborados para as produções de La Graufesenque e relacionadas, como a de Le Rozier, parecem indicar uma relação contratual entre vários oleiros, seguramente independentes entre si, de que um exemplo que se pode indicar é o da atestada associação entre o “decorador” de moldes, também produtor de vasos, e os oleiros que produziram com esses mesmos moldes, dado que os mesmos “utilizadores de moldes produziram para vários “decoradores” (MEES 1994).

Um dos aspectos mencionados, mas não desenvolvido pelo investigador escandinavo, foi-o por P. Kenrick e diz respeito à relevância da marca em termos comerciais: o valor estético/decorativo das primeiras marcas itálicas e o seu relacionamento com o maior desenvolvimento do texto; a importância do texto mesmo quando se trata de uma abreviatura, sublinhando o possível valor identificativo de siglas e até de símbolos; o emprego de marcas com o texto *arretinum/a* numa intenção de promover o produto em produções gálicas (KENRICK 2000: pp. 11-12; GENIN, HOFFMANN e VERNHET 2002), podendo-se citar também exemplos orientais (ZABELICKY-SCHEFFENEGGER 1995) e itálicos que não *sigillata* (OCK.244.27).

A evolução da marcação, enquanto hábito epigráfico, não foi, porém, constante. No domínio das produções itálicas, a quase totalidade dos vasos é marcada: em Pompeia e

Herculano, em 1000 peças 50 não foram marcadas; em Magdalenensberg, das 1600 peças, 117 não ostentam marca; em Haltern a totalidade dos vasos completos é marcada, o mesmo acontecendo com os vasos lisos achados em Corinto (PUCCI 1993: pág. 74); por fim, em Arezzo, numa entulheira datada do pleno auge de produção do oleiro itálico de maior volume de compulsão, *Cn. Ateius*, para 1200 marcas Kenrick apenas repertoriou 12 vasos não marcados (KENRICK 1997). Um panorama semelhante apresenta a produção tardo-itálica, parecendo que a marca *in planta pedis* e *in planta manus*, tomadas da produção anterior e surgidas cerca de 15 d.C., corresponderia a uma espécie de atestado de qualidade do vaso (Idem).

Contudo, o comportamento da produção gálica é distinto, porque vinculado directamente aos aspectos da produção, nomeadamente à prática generalizada de enforamento comunitário. Aí, e como demonstram os róis/listagens grafitadas, a marcação permitia distinguir o contributo de cada oleiro para uma determinada fornada (MARICHAL 1988; POLAK 1998 e 2000).

A partir da década de 60 do século I d.C., e no âmbito de uma reorganização interna das oficinas de La Graufesenque, a criação de novas formas não é acompanhada de marcação, caso dos “serviços flávios” propostos por Vernhet (POLAK 2000: pág. 41-42; DANNELL 2002: pág. 213), o que constitui um problema de difícil explicação para Marinus Polak (Idem). Uma proposta de solução para esta questão foi avançada por G.B.Dannell, e baseia-se em princípios simples: apenas algumas olarias produziram os novos tipos, pelo que não teriam tido a necessidade de os marcar, entenda-se de os identificar, o que parece comprovado por exemplares marcados encontrados no centro produtor onde se quebrou o selo (inutilizando o vaso- Idem); no mesmo sentido, e de acordo com o investigador britânico, ter-se-á deixado de marcar os vasos da forma Drag. 37 porque os oleiros saberiam reconhecer com facilidade pela decoração os seus próprios produtos (DANNELL 2002: pág. 219). Contudo, parece difícil explicar porque se identificaram com impressão certos vasos decorados e outros não, dada a utilização dos mesmos punções decorativos em formas “novas” e “antigas”, como acontece, por exemplo, no carregamento da embarcação de Cala Culip IV, datado de cerca de 80 d.C., onde os vasos de forma mais antiga Drag. 29 são todos marcados, mas não os “novos” Drag. 37 (NIETO e PUIG 2001).

Constatou-se, portanto, que nos finais do século I d.C. a prática de marcação está em declínio no grande centro gaulês, perdendo-se por completo cerca de 120 d.C., justamente quando o “mercado” para os seus produtos se contraiu para um âmbito local e regional.

A questão relaciona-se também, e estreitamente, com as produções hispanas. É no mesmo contexto temporal, isto é, a partir das referidas reformas ocorridas em La Graufesenque, que a *terra sigillata* produzida na Península Ibérica conhece a sua fase de expansão comercial, e convém lembrar a influência profunda exercida pelos modelos sud-gálicos na produção dos centros hispânicos, pelo que é compatível que tenham sido adquiridos hábitos epigráficos próximos dos daquela produção. Daí, também, que as formas marcadas fossem, muito maioritariamente, os pratos e taças padronizados (Drag.15/17, 18, 24/25, 27 e Hispânica 46) e os restantes apenas muito esporadicamente (Hispânica 4, Drag. 17, 33, 35 e 36), quer em Andújar (SOTOMAYOR MURO, ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCIA 1999) quer em La Rioja (SÁENZ PRECIADO 1999). Mas, mais uma vez, desconhecemos as razões que levaram os oleiros hispanos a abandonar a prática antes ou durante os meados do séc. I d.C., dado encontrarem-se enquadrados em modelos de organização interna da produção distinta da praticada em La Graufesenque.

A diversidade da prática da marcação interna nas diversas produções põe em evidência que as motivações para a marcação da *terra sigillata* deverão ser situadas no tempo e no âmbito de cada um dos diversos centros oleiros.

#### **5.4. Os estudos de “marcas de oleiro” em *terra sigillata* em Portugal: uma sinopse cronológica.**

As primeiras publicações que trataram “marcas de oleiro” em *terra sigillata* recolhidas em território português, ocorreram nos finais do século XIX: o volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* dedicado à Hispânia, e seu suplemento, procuram recolher as marcas identificadas em sítios e museus portugueses; os dois primeiros estudos específicos foram, porém, iniciados por Rui de Serpa Pinto, dedicados a achados efectuados em sítios “castrejos” do Norte de Portugal (OLEIRO 1950: pág. 225).

No mesmo período, o início da publicação do «O Arqueólogo Português» permitiria a Leite de Vasconcelos produzir algumas notas, dispersas pelos números da primeira série da revista (VASCONCELOS 1895, 1898, 1900b e 1914), com especial atenção aos exemplares depositados no Museu Municipal de Alcácer do Sal.

Apenas em 1949 se assistiu ao aparecimento de outro estudo especializado de uma peça marcada, com a publicação por Eugénio Jalhay de um artefacto recolhido na Citânia de Sanfins (Idem).

No ano seguinte Bairrão Oleiro produziu o primeiro *corpus* de marcas em *terra sigillata* sud-gálica encontrada em Portugal, apresentado em comunicação ao «VI Congresso de Arqueología del Sudeste (Alcoy)» (OLEIRO 1950). Apresentou quarenta e duas marcas atribuídas a trinta e quatro oleiros (duas com oleiros associados), distribuídas por catorze sítios arqueológicos e dois Museus onde estavam depositados exemplares sem indicação de proveniência.

Este trabalho teve sequência um ano depois, com um novo estudo, mais abrangente, que englobou também as produções itálicas e hispânicas. Nele tecem-se algumas considerações sobre a importação e hipótese de produção desta classe cerâmica em território português (OLEIRO 1951). Bairrão Oleiro procederá ainda, em colaboração com Abel Viana e Fernando Nunes Ribeiro, ao tratamento das marcas da *uilla* de Lobeira Grande, em Beja (FERREIRA, OLEIRO e VIANA 1957). Circunstâncias concretas da vida do investigador fizeram-no depois derivar para outros temas da antiguidade, pelo que os seus trabalhos sobre marcas de *sigillata* não tiveram sequência.

Em 1958-1959 é publicado o estudo de Nunes Ribeiro sobre a colecção que reunira de marcas em *terra sigillata* de Represas (RIBEIRO 1958), correspondente ao mesmo sítio romano antes denominado por Lobeira Grande, nome da herdade que entretanto adquirira a Leonel Pedro Banha da Silva. Os trabalhos do arqueólogo pacense revelaram um número muito superior ao conhecido até então em Portugal, acrescentando cento e vinte e uma marcas ao *corpus* de B. Oleiro (OLEIRO 1951), surpreendentemente resultantes de achados de superfície. O tema foi alvo de recente reapreciação por Maria da Conceição Lopes (LOPES 1991).

O estudo de Nunes Ribeiro apresentava no entanto um aspecto metodológico relevante, ao anexar boas fotografias das marcas estudadas e ao referenciar a forma do vaso, quando identificável com segurança. O interesse continuava, porém, muito centrado nos aspectos estritamente epigráficos.

Também nesse ano Manuel Farinha dos Santos elaboraria a sua episódica incursão na matéria, tendo elaborado a sua dissertação de licenciatura sobre a *terra sigillata* em Portugal (SANTOS 1958).

Por coincidência, seria também em 1958 que Adília Alarcão inaugurou os seus estudos sobre *terra sigillata*, com a publicação das produções hispânicas depositadas em museus do Norte do país (ALARCÃO 1958). Seguir-se-ia uma série de trabalhos ao longo das décadas de 1960 e 1970, dedicados a conjuntos provenientes de escavações (por exemplo: *Villa Cardílio* ou o cemitério romano de Valdoca, de colaboração com Jorge de

Alarcão, em 1966), depositados em museus portugueses (exemplos do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa, em 1960/1, e do Museu Machado de Castro, em 1970). Estes beneficiaram, como a própria afirma, do início das “escavações metódicas em Conimbriga” em 1962 (ALARCÃO 1971: pág. 421) e também do início da publicação da revista «Conimbriga» que, como se sabe, assumiu um importante papel dinamizador e de revitalização no âmbito dos estudos de Arqueologia Clássica em Portugal.

Apesar dos trabalhos pontuais de outros investigadores, como por exemplo Octávio da Veiga Ferreira e Rui Freire de Andrade (FERREIRA e ANDRADE 1964), Adília Alarcão evidenciou um nível de cuidado superior no tratamento das marcas, face aos trabalhos contemporâneos e anteriores: a correcção da transcrição e leitura epigráfica; a análise tecnológica; o desenho arqueológico, com uma ilustração frequente, de grande qualidade e detalhe; a sistematização da linguagem descritiva empregue; a maior amplitude da bibliografia utilizada. Consequentemente, os trabalhos de A. Alarcão proporcionaram uma visão mais fina da cronologia, das características e da evolução formal das produções.

Neste contexto cronológico, foi elaborada a primeira síntese geral sobre “marcas de oleiro” em território português, correspondente à dissertação de licenciatura em História de Seomara Luzia Bastos [Veiga] Ferreira (FERREIRA 1969a).

O trabalho, de que foi posteriormente publicada uma versão reduzida (FERREIRA 1969b), encerra limitações importantes, sobretudo a nível conceptual: ao tratar em conjunto todo o tipo de marcas sobre suportes cerâmicos que conseguiu repertoriar, abordou epígrafes que dificilmente se poderão relacionar com oleiros (FERREIRA 1969b: 146 a 155), tendo ultrapassado a amplitude admitida para o tema. Esta orientação limitou os resultados da síntese, onde boa parte resvalou para questões nos domínios da história das religiões (Idem).

Apesar das fragilidades apontadas, apesar de, à semelhança dos trabalhos anteriores a A. Alarcão, enfermar também de limitações metodológicas, onde a falta de ilustração e de descrição formal dos suportes das marcas são exemplos, a «Dissertação» de Seomara da Veiga Ferreira apresenta a vantagem de tratar de um conjunto importante até então desconhecido, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, acompanhado de boas ilustrações das marcas propriamente ditas (FERREIRA 1969a). Ultrapassado pela investigação posterior, constituiu ainda assim um primeiro *corpus*, com um índice específico para as marcas em *sigillata* que terá sido útil para a construção dos *corpora* sobre território português que se lhe seguiram.

Também com origem na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1971 Maria G. Pereira Maia produziu a sua «Dissertação» de licenciatura em História sobre a *sigillata* de Tróia (MAIA 1971a), que deu início à sua série de estudos sobre a matéria, abordando exemplares do *castellum* de Manuel Galo (Mértola) (MAIA 1974a), Chões Salgados-Miróbriga (?) (1971b) e, sobretudo, de Tróia (MAIA 1974a, 1974c, 1977a e 1977b).

O primeiro estudo de Maria Maia não tem sido suficientemente valorizado. Apesar das limitações na abordagem ceramológica (em parte derivadas da dificuldade de acesso à bibliografia que menciona- MAIA 1971), construiu o primeiro trabalho português onde se privilegiou a informação contextual e estratigráfica, seleccionando o conjunto proveniente de alguns dos sectores escavados (fábrica de salga, termas- talhões NE e SE, tanque R.22, embora tratando também de outro espólio sem indicação de proveniência), com consequências para o conhecimento da diacronia do sítio.

Adília Alarcão elaborara, em 1970, a primeira síntese sobre a *sigillata* itálica em Portugal (ALARCÃO 1971). Para além dos aspectos de carácter metodológico e formal, ou da maior vastidão e profundidade na recolha de informação, possuía o objectivo declarado de proporcionar um primeiro panorama sobre os ritmos de importação no território português, inexistente até então (Idem: pp. 421-429).

Em função do objectivo que enunciou, dedicou uma atenção pormenorizada às marcas repertoriadas, ocupando estas boa parte da publicação, com uma preocupação na definição da origem dos centros produtores que beneficiou da publicação, ocorrida havia pouco, da obra de Goudineau e do «*Corpus Vasorum Arretinorum*» (Idem: pág. 422).

As várias publicações de Adília Alarcão sobre *sigillata*, como as de sua autoria que versavam lucernas, as de Jorge de Alarcão sobre vidros romanos, Manuela Delgado sobre *sigillata* Clara ou as de Françoise Mayet –esta especificamente dedicada às “*marcas de oleiro*” sobre *terra sigillata* hispânica (MAYET 1973)-, parecem ter obedecido a uma estratégia que visava o enquadramento das diferentes classes de artefactos obtidas nas escavações Luso-Francesas de Conimbriga.

Como corolário, no que à *sigillata* se refere, o volume IV das «*Fouilles de Conimbriga*» conteria os estudos das produções itálica e sud-gálica, por A. Alarcão (1975a e 1975b), hispânica, por Françoise Mayet (MAYET 1975) e Clara, por Manuela Delgado (DELGADO 1975).

O volume terá sido enriquecido com os resultados da mesa-redonda «*A Propos des Céramiques de Conimbriga*» realizada um pouco antes da sua publicação, em Março de

1975 (AAVV 1975). Os dados foram sujeitos à crítica, tendo sido apresentadas as sínteses complementadas com os dados resultantes das campanhas de escavação antigas, e apreciadas por um conjunto de ceramólogos que reunia a maioria dos mais proeminentes investigadores sobre a matéria, sendo interessante notar a ausência dos de nacionalidade alemã.

Com uma clara intenção de internacionalização dos “saberes produzidos”, os volumes das «Fouilles» apresentaram um modelo de tratamento da informação que inspiraria muitos dos trabalhos de investigação que se lhe seguiram no imediato, sempre de menor fôlego.

Nessa sequência, há a destacar as publicações específicas da *sigillata* de sítios objecto de escavações recentes, como seja o caso de Chões Salgados-Miróbriga ou de Alcácer do Sal (DIAS 1977 e 1978), ou enquadrados em estudos de sítios como por exemplo a necrópole de Santo André (NOLEN e DIAS 1981).

Em 1980, após dois estudos sobre arqueologia de Alcácer do Sal, Dias Diogo procedeu à elaboração de dois *corpora* de marcas em *sigillata* itálica e sud-gálica (DIOGO 1980a e 1980b). De uma óbvia utilidade, ambos os trabalhos foram elaborados com uma base estritamente bibliográfica, de forma que parece exaustiva. Contudo, não se verificou a observação/revisão dos exemplares colectados, facto que limitou os resultados.

Em 1984, estes *corpora* tiveram como consequência a elaboração da primeira síntese portuguesa sobre história económica onde se procurou definir a transição entre a importação da *sigillata* itálica e sud-gálica (DIOGO 1984). No ano seguinte dava à estampa em Espanha uma publicação com o mesmo conteúdo, elaborada numa perspectiva de internacionalização (DIOGO 1985).

O tratamento preferencial dado às produções marcadas da Gália e da Península Itálica tinham uma justificação: as bases sobre as produções hispânicas eram muito menos seguras.

Contudo, também em meados da década de 1980, são produzidas duas sistematizações sobre esta produção: por Françoise Mayet (MAYET 1984) e por M<sup>a</sup>. Angeles Mezquiriz (MEZQUIRIZ IRUJO 1985).

Estes dois trabalhos incorporaram os avanços no domínio do estudo da *sigillata* hispânica verificados na década anterior, nomeadamente os que se referem ao melhor conhecimento dos grandes centros produtores, de alguns dos centros receptores (de que Pamplona é o mais importante), e as exposições da «mesa-redonda» ocorrida em Madrid, em 1983 (BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995: pág. 182).

As sínteses de F. Mayet e de M.A. Mezquiriz, evidentemente que não dedicadas em exclusivo a Portugal, tratam sistematicamente o conjunto de marcas deste território (MAYET 1984), construindo os primeiros, e ainda mais actualizados, *corpora* de marcas hispânicas, seguindo os princípios metodológicos que se haviam exposto em Madrid (MAYET 1983).

Ambos os trabalhos permitiram o tratamento das peças de *sigillata* marcada hispânica, feito a par das produções gálicas e itálicas.

Prosseguiu, de forma específica, a compulsão de marcas encontradas, destacando-se dois sítios urbanos: Alcácer do Sal (FARIA et al. 1987) e Braga (DELGADO e SANTOS 1984; DELGADO 1985).

Em 1994, Conceição Lopes publicou o trabalho sobre a *terra sigillata* recolhida por Fernando Nunes Ribeiro em Represas (LOPES 1991). A investigadora conimbricense reviu sistematicamente todos os fragmentos, do qual só se conhecia a maioria das marcas, e introduziu em Portugal a noção da conveniência da utilização de meios informáticos na abordagem de conjuntos daquela magnitude, que aliás permanece como o de maior expressão quantitativa no país conhecido até ao momento.

O estudo de M.<sup>a</sup> C. Lopes aplica as metodologias de avaliação quantitativa e de compreensão cronológica, diacrónica, aplicados anteriormente em Conimbriga (ALARCÃO 1975a e 1975b; MAYET 1975) e *Baelo Claudia* (BOURGEOIS e MAYET 1991), ensaiando a sua interpretação em termos de história económica (LOPES 1991: pp. 95-101). O tratamento das marcas foi, porém, um pouco relativizado pois, como a própria autora nos transmite, escusou-se ao seu tratamento integral por concordar com as propostas anteriormente apresentadas para os exemplares itálicos (ALARCÃO 1971) e hispânicos (MAYET 1984), procedendo apenas à revisão das marcas sud-gálicas (: pág. 40). Desta maneira, é necessário recorrer às publicações das duas outras investigadoras citadas e ao trabalho inicial de Nunes Ribeiro para aceder às ilustrações dos exemplares. Em falta permanece a ilustração da maioria dos vasos marcados, apesar de se dispor da classificação tipológica elaborada por M. Conceição Lopes (idem).

Entretanto muitos outros elementos foram surgindo, de forma dispersa, enquadrados em estudos de materiais provenientes de achados recentes (por exemplo: FARIA 1998, QUINTEIRA 1998) ou de revisões de colecções depositadas em museus (por exemplo: DIOGO e COSTA 1994 ou NOLEN 1994).

Destacam-se porém, de entre o conjunto deste tipo de publicações produzidas nos últimos anos, as referentes às escavações da Ilha do Pessegueiro, pela construção de

hipóteses explicativas dos ritmos da importação do sítio e da sua importância para a história económica do local –infelizmente sem marcas registadas- (SILVA e SOARES 1993); o trabalho de Pedro C. Carvalho, pela valoração da *sigillata* na caracterização da dinâmica crono-estratigráfica no âmbito do *forum* de Coimbra (CARVALHO 1998); de Conceição Lopes, Catarina Viegas e de Eurico Sepúlveda, que vêm salientando a presença de produções, respectivamente, gálicas de Montans, de *sigillata* oriental e de tardo-itálicas no território português (LOPES 1989, VIEGAS 2002 e 2003 e SEPÚLVEDA 1996); de Teresa Pires de Carvalho, que tratou as marcas encontradas em Monte Mózinho (CARVALHO 1994); de Rui Morais, que tratou em 1998 a *terra sigillata* itálica e sud-gálica, enquadrada por outra “cerâmica fina” dos momentos mais antigos do alto-império encontrada em Braga (MORAIS 1998a), na sequência da sua dissertação de mestrado que versava ânforas, entretanto publicada (MORAIS 1998b).

Os trabalhos referenciados, porém, não apresentaram novidades nos procedimentos metodológicos adoptados, seguindo os modelos fixados pelos trabalhos de Conimbriga e, depois, *Baelo Claudia*. Representam, porém, o surgimento de uma nova geração de investigadores, a par de outros mais experimentados, com um contributo importante para o conhecimento da *terra sigillata* em território português.

Sítios urbanos de época romana, dois dos quais têm sido objecto de escavações continuadas, apresentaram os mais importantes avanços no conhecimento sobre os ritmos e tipo de difusão da *terra sigillata*: referimo-nos aos estudos dos dados de Monte Mózinho, por Teresa Pires de Carvalho (CARVALHO 1998), Santarém e Faro, por Catarina Viegas (VIEGAS 2001, 2002 e 2003) e de Chões Salgados-Mirobriga (?), por José Carlos Quaresma (QUARESMA 1999 e 2002).

Todos os trabalhos procuraram tratar a informação segundo modelos quantitativos de há muito veiculados (ORTON 1980, ORTON et al. 1997) e recomendados, nomeadamente, pelo «Protocolo de Mont Beuvray (1998)» (ARCELIN e TUFFREAU-LIBRE 1998: pp. 141-157).

As inovações introduzidas nas abordagens não se esgotam no tratamento quantitativo, o que é mais expressivo no caso de José Carlos Quaresma (QUARESMA 2002): o investigador aproveitou as sequências stratigráficas disponíveis para a avaliação dos ritmos de importação, cotejando-os com contextos datados coevos (por exemplo Usk-MANNING 1993, entre outros) e beneficiou da utilização da obra fundamental para o estudo da *sigillata* produzida em La Graufesenque publicada por Marinus Rien Polak (POLAK 2000).

O grande incremento sofrido pela arqueologia portuguesa nos últimos anos, que se manifesta no número muito elevado de escavações, irá com certeza fornecer novas informações a partir dos muitos dados que permanecem inéditos (Porto, *uilla* do Cerro da Vila, Teatro Romano e Termas dos Cássios em Lisboa, para citar alguns casos), fornecendo um quadro mais completo da distribuição dos produtos assinados por determinados oleiros em território português e, desejavelmente, apresentando contributos importantes para a melhor caracterização cronológica das produções hispânicas alto-imperiais de que se sente uma profunda carência (BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995).

## **6. As “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira.**

### **6.1. Critérios da selecção.**

Procurou apresentar-se, neste trabalho, todos os fragmentos de *terra sigillata* com “marca de oleiro” revelados pelas intervenções arqueológicas da Praça da Figueira.

O desenvolvimento das tarefas de selecção levou em consideração as diferenças de registo e tratamento das recolhas efectuadas nas diferentes intervenções.

Irisalva Moita procedeu à inventariação dos artefactos que incorporou no Museu da Cidade, com o conteúdo que consta na sua publicação dedicada ao “acompanhamento” da Praça da Figueira (MOITA 1968).

A campanha de escavações de 1962 produziu recolhas acompanhadas de etiquetas em papel indicando as referências que constam no “Diário das Escavações” (FERREIRA 1962a). Contudo, como os artefactos não foram objecto de qualquer tratamento a seguir à escavação, o estabelecimento da sua relação com os dados do “Diário” são problemáticos dado que a inventariação posterior executada na Divisão de Museus detectou o desaparecimento –irrecuperável– de algumas das indicações da etiquetagem. A opção então adoptada foi a da inventariação em ficha individual de cada um dos artefactos conservados nos depósitos, identificados por uma abreviatura (PF.62- Praça da Figueira, escavação de 1962) seguida de um número sequencial e cumprindo os parâmetros descritivos definidos pelo “Inventário Museológico da Divisão de Museus e Palácios da Câmara Municipal de Lisboa”.

A metodologia implementada nos trabalhos de 1999-2001 considerou pertinente o isolamento das cerâmicas finas durante o próprio processo de escavação. Por outro lado, foi executada uma segunda triagem durante o tratamento preliminar das recolhas (lavagem e

marcação) ocorrida no estaleiro de obra e, posteriormente, nas instalações da Divisão de Museus e Palácios onde estão depositadas. Ambos os procedimentos visavam uma maior celeridade no tratamento posterior da informação recolhida referente a alguns contextos e classes de artefactos específicos.

A metodologia de registo da intervenção mais recente foi distinta da praticada para os restantes elementos, pois, para além da distinção de técnicas de escavação, a expectativa de gerar um grande volume e diversidade de materiais conduziu à opção de considerar cada recolha como uma unidade, identificada por uma abreviatura (PF.00- Praça da Figueira, escavação de 1999-2001) seguida de um número sequencial que corresponde ao número da recolha. No interior desta numeraram-se de seguida os materiais que iam sendo analisados.

A adopção desta última metodologia de registo dos materiais permitiu uma muito maior rapidez no armazenamento e manuseamento da informação, com a construção de uma base de dados de grande simplicidade onde foram introduzidas as referências contextuais e de depósito correspondentes a cada unidade de recolha.

Neste sentido não existe nenhuma incompatibilidade entre as metodologias de registo adoptadas para os elementos recolhidos nas intervenções anteriores e aquelas em execução porque ambas têm preocupações e objectivos diferentes, conceptualizando os objectos numa perspectiva, respectivamente, museológica ou arqueológica. Daí que, por exemplo, aqueles considerados de valor museográfico recolhidos em 1999-2001 poderão, em qualquer momento, ser integrados no “Inventário Museológico do Museu da Cidade”, beneficiando do trabalho sobre eles desenvolvido pela investigação arqueológica.

Foi adoptada a opção de seleccionar também os elementos mais incompletos, por vezes limitados aos limites da impressão, à semelhança de outros trabalhos recentes (VIEGAS 2001; QUARESMA 2002). Justifica-se pela necessidade da consideração destes elementos em determinados parâmetros do estudo, como a contabilização de formas marcadas representadas ou, também, porque a própria configuração da marca pode proporcionar informação cronológica qualificada ou, menos frequentemente, a identificação do oleiro.

A execução das tarefas de selecção dos exemplares foi desenvolvida em dois momentos distintos:

- numa primeira fase procedeu-se ao isolamento dos vasos e fragmentos com marca de oleiro do conjunto de cada uma das recolhas;

- num segundo momento, foram verificados todos os fragmentos que não ostentavam marca, procurando recuperar o maior número possível de elementos pertencentes a um mesmo vaso.

A selecção não pôde, contudo, ser plenamente cumprida. Não conseguimos localizar nas instalações da Divisão de Museus alguns dos fragmentos de *terra sigillata* recolhidos na escavação dirigida por Bandeira Ferreira. Afortunadamente, as fichas descritivas individuais do “Inventário Museológico do Museu da Cidade”, elaboradas pela arqueóloga Manuela Leitão, continham as indicações do grupo de produção a que pertenciam, a forma e/ou tipo, uma descrição formal sucinta e assinalavam a presença de marcas. A inventariação correspondente aos fragmentos com impressão estava acompanhada de «croquis» interpretativo e, nalguns casos, de decalque e fotografia, permitindo na maioria dos casos a sua fácil identificação. Por essa razão foram considerados neste trabalho, podendo garantir-se ter sido tratada a totalidade das marcas recolhidas nas diferentes intervenções arqueológicas da Praça da Figueira.

## **6.2. Metodologia do estudo e apresentação das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira.**

O estudo das marcas da Praça da Figueira tinha objectivos muito definidos que, como referimos na parte inicial do trabalho (1. Introdução e objectivos), pretendia obter a informação o mais qualificada possível em termos cronológicos e de origem dos vasos.

Pelas razões também expostas no capítulo inicial, privilegiou-se a informação respeitante aos contextos, tendo em vista a definição, o mais rigorosa possível da respectiva cronologia de formação. Os dados recolhidos em estratigrafia datada do período que interessa no âmbito do presente trabalho, entre finais do século I a.C. e os meados do século II d.C., fornecem também elementos para a definição dos padrões de descarte da *terra sigillata* em *Olisipo*. Justifica-se assim a apresentação sumária dos contextos com aquela cronologia que sucede ao catálogo das “marcas de oleiro”, beneficiando da informação cronológica qualificada proporcionada por estas (Capítulo 7).

Os exemplares recolhidos em contextos formados em momentos posteriores aos meados do século II d.C., datados em função da dinâmica estratigráfica e por outros materiais, foram também considerados, por se considerar que encerram informação intrínseca. Foram tratados da mesma forma que os restantes a nível de catálogo, tendo em vista os objectivos no âmbito da história económica de *Olisipo* que são objecto do presente estudo.

Os parâmetros de análise seguiram os desenvolvimentos dos estudos de “marcas de oleiro” em *terra sigillata* mais recentes, nomeadamente os produzidos por Philip Kenrick, H. Comfort e A.Oxé para o conjunto das produções itálicas (OCK), os de B.R. Hartley e Brenda Dickinson (HARTLEY e DICKINSON 1993 e 2001) e, sobretudo, de Marinus Polak para a produção sud-gálica (POLAK 2000). O estado de conhecimentos sobre a *terra sigillata* hispânica ainda não nos permite obter o mesmo tipo de resultados para este grupo (conf. BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995).

Os diversos investigadores prestam uma atenção especial à relação entre a impressão e o punção que a produziu.

A forma de obtenção de um punção por uma oficina produtora de *sigillata* marcada variava em função dos diversos grupos da “família cerâmica”: nas produções de âmbito mais restrito, como a “*sigillata* de Sagalassos” (POBLOME et. al. 2001), os diferentes oleiros parece terem-se servido dos mesmos abridores de punção; as observações produzidas para algumas das oficinas itálicas, como por exemplo a de *Cneus Ateius*, são as de que era limitado o número de abridores de punção quando a oficina laborava em Arezzo e se transferiu para Pisa, em 5 a.C. (KENRICK 1997), dada a semelhança da grafia observável nas diferentes marcas deste período (OCK 275 e 276); no âmbito do mesmo grupo, o punção assinado *Marini*, da mesma oficina, foi interpretado por Stenico como correspondente ao trabalhador utilizava o punção (STENICO 1966: pág. 39), mas poderia talvez também corresponder ao fabricante dos punções? ; Hofmann interroga-se se a profissão mencionada numa inscrição de Lyon, (*negotiator* ?) *artis c(h)aracterariae* diria respeito a um fabricante ou negociante de punções ou de inscrições (CIL XIII, n.º 1982-HOFMANN 1986: pág. 44), e defende também para as oficinas do centro de La Graufesenque que o abridor de punção teria sido um artesão especializado que servia vários oleiros mediante contrapartida (Idem), perspectiva que Marinus Polak rebate, defendendo o contrário, independentemente de admitir a laboração de apenas um restrito número de indivíduos, de que é exemplo extremo a oficina de *L. Cosius Virilis*, que pelas particularidades a nível da forma das cartelas e unidade de grafia ao longo de toda a produção, distinta da das restantes, pressupõe que todos os punções foram fabricados pelo mesmo indivíduo (POLAK 2000: pág. 39).

Retomando os aspectos metodológicos, Kenrick (na esteira de Oxé e Comfort- OCK), Polak (POLAK 2000) e Hartley (Hartley- citado por DANELL 1998: pág. xiv), partem de vários pressupostos comuns, de que se destaca o princípio de que, a cada marca ou impressão, corresponde um punção e que este teve uma vida útil determinável no tempo

A vida de um punção variava em função dos diferentes materiais em que era executado, estando documentados arqueologicamente em osso (produção sud-gálica, La Graufesenque- KENRICK 2000: pág. 12, nota 7; POLAK 2000: pág. 39, que informa que alguns possuem a gravação dos dois lados do objecto), elaborados propositadamente em cerâmica (produção itálica, Arezzo- KENRICK 1997: pág. 182; HOFMANN 1986: pág. 42), obtidos a partir de um fragmento de um vaso de *sigillata* (produção sud-gálica, La Graufesenque- KENRICK 2000: pág. 12, nota 7; HOFMANN 1986: pág. 42- *adversus* POLAK 2000: pág. 39, que afirma só existirem neste centro punções em osso; produção este-gálica, Rheinzabern e Lavoye- POLAK 2000: pág. 39; produção hispânica, Talavera de la Reina- JUAN TÓVAR 1983: pág. 167, fig. 5).

A existência de outro tipo de material do punção, de que não se conhecem exemplares, é inferida a partir do estudo das marcas: é o caso dos exemplares itálicos que Kenrick supõe terem sido, provavelmente, metálicos, em resultado do enorme número de marcações conhecidas e da ausência de desgaste, como o correspondente a OCK1775.9 (KENRICK 2000: pág. 12, nota 7) ou a OCK.275.13 (KENRICK 1997: pág. 183 e fig. 4, n.º 9); em madeira terão sido também produzidos punções, como o que produziu a impressão encontrada em Haltern (SCHURNBEIN 1982: pág. 65, Abb. 16; outros exemplos em KENRICK 2000: pág. 13).

Existiram também punções obtidos através de moldagem de uma impressão. Hartley detectou a sua existência em fabricos gálicos, explicando que a sua identificação se faria pela similitude da sua impressão com outras marcas iguais mas de dimensões superiores, circunstância resultante do encolhimento provocado pela cozedura do punção-cópia, que estimou em 10/15% (HARTLEY 1977 *apud* POLAK 2000: pág. 40). Polak calcula uma redução maior das dimensões baseado na sequência do processo, ou seja, na utilização do punção noutra vaso, o qual também encolheria durante a cozedura (POLAK 2000: pág. 40).

As diferentes formas como o texto foi gravado permitem também induzir o tipo de material em que o punção era fabricado, dado a forma de gravação variar em função do tipo de suporte: nos punções fabricados propositadamente em argila o processo poderia passar pela gravação de um positivo ou, em alternativa, seria escavado (HOFMANN 1986: pág. 44); os punções de metal passariam por um processo semelhante; os de osso foram escavados, tal como os supostos em madeira; os que utilizaram fragmentos de *sigillata* foram obtidos pelo simples aplanar da superfície, tendo-se depois esgrafitado ou gravado o texto.

Noutro sentido, a utilização intensiva de alguns dos punções levou à deterioração do objecto, constatável através das marcas. Existem numerosas impressões que permitem detectar um processo de degradação progressiva, constatável no constrangimento dos limites das cartelas até atingir as letras, muito comumente verificável também nos extremos das impressões a que faltam letras, de que se poderia citar o exemplo do punção de *Modestus* de La Graufesenque, onde se lê nuns casos OFMOD e, nos exemplares executados mais tardiamente, OFMOI (TYERS 1996: pág. 36-37).

Noutros casos, a acção de limpeza da argila fresca que aderira ao punção provocava um desgaste sucessivo do relevo da gravação, também constatável através das marcas produzidas (POLAK 2000: pág. 39).

Menos frequentemente a existência de incisões no campo epigráfico pode resultar da acção anteriormente descrita ou da tentativa de reavivar os caracteres.

A longevidade de um punção derivava também do número de vezes que um punção foi utilizado. Possuímos, porém, muito poucos elementos sobre esta matéria, para as várias produções. Os dados mais fiáveis correspondem aos elementos resultantes da escavação da Via Nardi, em Arezzo, objecto de estudo recente por Kenrick (KENRICK 1997) e das “fossas” de La Graufesenque (POLAK 2000), apesar da limitação de se tratar de despejos de fornada no local de produção. Dos elementos colhidos em ambos os sítios é possível afirmar que os vários punções utilizados nas olarias das diversas produções de *sigillata* conheceram frequências de utilização muito diferentes: o punção que produziu a marca itálica OCK.275.13 (KENRICK 1997: pág. 183 e fig. 4, n.º 9) poderá ter produzido cerca de 21.000 vezes, enquanto que as duas impressões mais atestadas no local ocorrem apenas 80 vezes (Idem); o punção que produziu a marca sud-gálica tipo Vechten A105 está atestado 150 vezes na “fossa de Gallicanus” (POLAK 2000: pág. 175). Qualquer um destes números é contrastante com as marcas apenas registadas uma ou duas vezes nas diversas produções (Cf. OCK para as Itálicas, que permitiram a Kenrick constatar a irregularidade no interior das diversas oficinas itálicas- KENRICK 2000: pág. 13; OSWALD 1931, para as gálicas; MAYET 1984, para a produção hispânica).

A observação detalhada da impressão permite, portanto, estabelecer relações cronológicas entre diferentes impressões registadas e, a partir da relação destas com achados efectuados em contextos bem datados, estabelecer a diacronia relativa da utilização do punção que as produziu.

A apreciação dos suportes dos vasos permite também introduzir mais um elemento de definição cronológica (mais útil para a *sigillata* itálica -KENRICK 2000: pp. 8-9-, embora

os estudos morfométricos de Vechten tenham permitido dispor de uma visão da evolução das formas sud-gálicas mais subtil e, conseqüentemente, útil para a definição das datações das marcas com esta origem- POLAK 2000).

Conforme a prática já antes adoptada nos estudos “clássicos” sobre a *terra sigillata* itálica (primeira versão do *Corpus Vasorum Arretinorum*- Cf. OCK) e gálica (OSWALD e PRICE 1920), com continuidade nos estudos mais recentes (Kenrick -OCK, Polak-POLAK 2000 e Hartley- TYERS 1996: pp.31-33) foi privilegiada neste trabalho a informação resultante de contextos historicamente datados, tomada dos autores citados (Idem). Polak explicita que é preferível a utilização destes contextos, onde a informação é mais fiável e cronologicamente qualificada, aos locais e contextos datados pelo método estratigráfico em que, na maior parte dos casos, é a própria *terra sigillata* a datar o depósito (POLAK 2000: pp. 43-45). Como já referimos antes, o estado actual dos nossos conhecimentos sobre a *terra sigillata* hispânica não permite o mesmo tipo de tratamento (ver infra, Capítulo 6.5.2; conf. BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995).

Entre os contextos utilizados para datar as produções itálicas e gálicas contam-se conjuntos de formação muito diversa: estabelecimentos militares, níveis de incêndio de sítios de habitat (cidades e *uici*), naufrágios, depósitos portuários, lojas, armazéns e cemitérios. Esta variedade de locais despista a existência de possíveis distorções induzidas por factores sociais, económicos ou mentais ligados aos agentes da sua formação.

Explicitados que estão os pressupostos metodológicos aplicados no estudo das “marcas de oleiro” da Praça da Figueira, julga-se conveniente explicar a forma como efectuámos a correspondência das impressões:

- em primeiro lugar procedemos ao registo em desenho vectorizado em ambiente digital, elaborado a partir das imagens das marcas obtidas por fotografia, digitalização e, nalguns casos mais problemáticos, decalque, o que permitiu obter uma magnificação visual das marcas de qualidade;

- num segundo momento, efectuou-se a impressão em acetato dos desenhos das impressões, por forma a dispor de um instrumento facilmente manuseável, que permitisse a sobreposição com os desenhos ou fotografias de marcas constantes das publicações de referência e outra bibliografia complementar, procurando a correspondência de punções;

- a informação assim obtida foi progressivamente armazenada numa tabela elaborada em Excel, acumulando os dados relativos aos paralelos provenientes de contextos datados historicamente;

- paralelamente, e no mesmo ambiente informático, foi sendo acumulada a informação que pode proporcionar indicações de proveniência dos vasos, quer no que se refere às pastas das cerâmicas (analisadas macroscopicamente, com uma lupa de aumento de 20 x, na medida em que não nos foi possível fazer uso de metodologias arqueométricas), quer a aspectos morfológicos;

- na fase de elaboração do catálogo de marcas, procurou-se também cruzar a informação relacionada, de relevância cronológica, nomeadamente, a respeitante à morfologia dos vasos que comportavam marca.

Na apresentação do catálogo, desenvolveram-se critérios de apresentação comuns para os diferentes grupos de produção. Trabalhos portugueses recentes adoptaram ou adaptaram o modelo seguido no estudo de Teresa Pires de Carvalho a propósito das “marcas de oleiro” recolhidas no povoado de Monte Mózinho (CARVALHO 1994), inspirado no trabalho de Pérez Gonzalez sobre a *sigillata* de Herrera de Pisuerga (PÉREZ GONZÁLEZ 1989): casos de Braga (MORAIS 1998), Santarém (VIEGAS 2001 e 2003) e Chões Salgados - Mirobriga ? (QUARESMA 2002 e 2003). Tal como estes autores, adaptámos a proposta inicial, procurando porém manter uma estrutura próxima da original.

Assim, as marcas apresentam-se organizadas em função dos distintos grupos de produções mais relacionadas: itálicas, compreendendo a produção itálica e tardo-itálica (segundo o princípio adoptado pelo *Corpus Vasorum Arretinorum*- OCK); gálicas (termo que preferimos a galo-romanas, empregue sobretudo por investigadores franceses- DAF; MAYET e BOUGEOIS 1991), incluindo as produções sud-gálicas e centro-gálicas atestadas na Praça da Figueira (segundo o princípio adoptado por Hartley e Dickinson- HARTLEY e DICKINSON 1993, DICKINSON 1986, 1996); no final, as produções hispânicas.

Para cada um dos grupos de produção foram elaborados pequenos textos introdutórios, com a intenção de enquadrar a apresentação do catálogo.

Na apresentação de cada um dos grupos de produção apresentam-se as impressões ordenadas por oleiros, alfabeticamente, indicando as marcas respectivas de cada oleiro e a obra de referência entre parêntesis curvos, explicitando, num pequeno comentário prévio, os elementos em que nos baseámos para atribuir a cronologia, origem e, em certos casos, a forma do vaso.

Seguem-se as tabelas uniformizadas indicando:

- no primeiro campo, o número de ordem da marca, ordenada segundo uma sequência simples, por termos considerado pouco relevante a informação relativa ao número de recolha para o leitor;
- no segundo campo, é indicada a localização da oficina;
- no terceiro campo, é indicada a tipologia formal do vaso ou, quando esta não é determinável, a forma geral, tendo-se optado por não distinguir taças de tigelas, da mesma forma que não se destrinçaram pratos de pratéis;
- no quarto campo, é indicada a caracterização macroscópica da pasta e do revestimento;
- no quinto campo, a oficina a que é atribuível a marca;
- no sexto campo a leitura epigráfica do texto da marca;
- no sétimo campo, a indicação do paralelo estabelecido em obra de referência ou, quando este não se verificou, o preenchimento menciona a indicação *similis*, para marcas similares, mas não exactamente correspondentes, ou *hapax*, quando constituem um novo registo do punção;
- no oitavo campo, é indicado intervalo cronológico atribuído à utilização do punção, determinado a partir de contextos datados historicamente (ver supra) e/ou da apreciação das características formais do suporte (o vaso cerâmico).

As características das pastas e revestimentos foram descritas com base na observação macroscópica com lupa de aumento a 20x executada com luz natural e permitiu a distinção dos seguintes fabricos (a letra refere-se à pasta e o número ao revestimento; a coloração indica a referência do *Munsell Soil Chart*):

- Pastas de produções Itálicas de *terra sigillata*:

**Pasta A-** Coloração avermelhada clara (2.5YR 6/6-8), branda, granulosa, contendo muito raros elementos não plásticos de muito pequena dimensão.

**Pasta B-** Coloração avermelhada clara (5 YR 7/4), menos branda que a anterior, contendo elementos não plásticos de muito pequena dimensão.

**Pasta C-** Coloração castanho-avermelhada (2.5 YR 6/6), dura, de fractura quase nítida, contendo muitos elementos não plásticos de muito pequena dimensão.

**Pasta D-** Coloração rosada clara (10R 5/6), dura, granulosa, com muitos elementos não plásticos de coloração esbranquiçada.

**Pasta E-** Coloração vermelho-acastanhada (2YR7/4), dura, granulosa, com abundantes elementos não plásticos.

- Revestimentos de produções Itálicas de *terra sigillata*:

**Revestimento 1-** Coloração vermelho-castanhada (2.5YR 4/6), baço, pouco resistente, fino e manchado.

**Revestimento 2-** Coloração vermelho-castanhada (2.5YR 5/8), brilhante, resistente, fino e manchado.

**Revestimento 3-** Coloração vermelho-castanhada (2.5YR 4-5/8), brilhante, resistente, medianamente espesso e manchado.

**Revestimento 4-** Semelhante ao anterior, mas mais homogéneo.

**Revestimento 5-** Coloração castanhado-avermelhada (2.5YR 4-7/8), baço, resistente, fino e manchado.

**Revestimento 6-** Coloração acastanhada (2.5YR 3-3/6), resistente, muito fino e manchado.

- Pastas de produções gálicas de *terra sigillata*:

**Pasta A-** Coloração avermelhada clara (2.5YR 6/6 a 7.5 R 6/6), dura, compacta, de fractura nítida, contendo muito raros elementos não plásticos de muito pequena dimensão.

**Pasta B-** Coloração avermelhada clara (2.5YR 4/8-6/8), dura, medianamente compacta, granulosa, com abundantes elementos não plásticos de muito pequena dimensão, amarelado-esbranquiçados;

**Pasta C-** Coloração avermelhada clara (2.5YR 4/8-6/8), dura, medianamente compacta, granulosa, com abundantes elementos não plásticos de pequena dimensão, amarelado-esbranquiçados;

**Pasta D-** Coloração rosa-salmão (2.5 Y.R 7/6), dura, compacta, contendo raros elementos não plásticos de muito pequena dimensão.

- Revestimentos de produções gálicas de *terra sigillata*:

**Revestimento 1-** Coloração castanho-avermelhada (2.5Y/R 4/8), fino, baço, resistente e, por vezes, manchado.

**Revestimento 2-** Coloração avermelhada (10R 4/8), de brilho acetinado, resistente, mas mais espesso que o anterior.

**Revestimento 3-** Coloração castanho-avermelhada (2.5Y/R 4/6), quase baço, resistente e fino.

**Revestimento 4-** Coloração castanho-avermelhada (2.5 Y/R 4/4), baço, resistente e fino.

**Revestimento 5-** Coloração castanha (10 R 4/6), baço, muito resistente e fino.

- Pastas de produções hispânicas de *terra sigillata*:

**Pasta A-** Coloração vermelho-alaranjada (10 R 5/8), granulosa, com muitos elementos não plásticos de pequena dimensão.

**Pasta B-** Semelhante à anterior mas muito mais bem calibrada.

**Pasta C-** Coloração castanha (2.5YR 7/6), mais dura que a anterior, granulosa, com abundantes elementos não plásticos (calcites) de coloração amarelada.

- Revestimentos de produções hispânicas de *terra sigillata*:

**Revestimento 1-** Coloração vermelho-alaranjada (10 R 5/8) , espesso e muito brilhante.

**Revestimento 2-** Coloração castanho-avermelhada (2.5YR 4/8), mais fino que o anterior e baço.

**Revestimento 3-** Coloração castanho-avermelhada (2.5 YR 4/6), fino, brilhante e com algumas manchas.

As tipologias adoptadas correspondem às mais frequentemente utilizadas nos estudos sobre *terra sigillata* mais recentes: o *Conspectus Formarum Terra Sigillatae Italico Modo Confectae (Conspectus)* para as produções itálicas de *terra sigillata*; a nomenclatura de Polak para a *terra sigillata* de produção gálica (POLAK 2000); a terminologia apresentada na reunião de Andújar-Jaén sobre *terra sigillata hispânica* (ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999).

Optámos por apresentar os desenhos dos suportes e marcas à escala natural, dispensando-nos assim de apresentar a descrição formal dos vasos.

Na leitura do texto utilizámos grafismos convencionais para designar pormenores da leitura: uma letra pontuada por baixo indica que o carácter está incompleto; um conjunto de

letras sublinhadas correspondem à utilização de um nexu no texto; um conjunto de letras com sublinhado duplo corresponde a caracteres em nexu e incompletos; os parêntesis rectos indicam uma restituição da leitura de um ou vários caracteres que originalmente se encontrariam presentes no texto (quando interrogada corresponde a um caracter indeterminado, duas interrogações a dois caracteres indeterminados); o parêntesis curvo contendo reticências a falhas no texto.

Para a indicação do paralelo de referência das “marcas de oleiro” foram utilizadas as obras de referência ou sínteses mais recentes para os distintos fabricos detectados: o *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK) para as produções Itálica e Tardo-Itálica; a *terra sigillata* sud-gálica recorrendo ao *South Gaulish Terra Sigillata with Potters Stamps from Vechten* (POLAK 2000), complementado com algumas informações com a listagem dos “*Documents D’Archéologie Française n.º 6*” (DAF- AAVV 1986) e outros trabalhos; para a *terra sigillata* hispânica foi adoptado o catálogo ilustrado de “*Les Céramiques Sigillées Hispaniques*” (MAYET 1984), complementado pelas indicações e índice da recente obra colectiva “*Terra Sigillata Hispánica*” (ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999).

### **6.3. As “marcas de oleiro” em produções itálicas da Praça da Figueira.**

#### **6.3.1. Sinopse dos estudos sobre as “marcas de oleiro” das produções itálicas de *terra sigillata*.**

As primeiras referências históricas à *terra sigillata* itálica foram feitas por eruditos medievais italianos (PUCCI 1985: pág. 371). As primeiras observações mais detalhadas surgiram com o primeiro *Corpus* de marcas encontradas em Arezzo, elaborado em 1492 por Marco Attilio Alessi, que compreendia 84 variedades (Idem: pág. 371; OCK: v).

Os estudos antiquaristas italianos do século XVIII produziram uma nova recolha de epigrafia *sigillaria*, incluída por Anton Francesco Gori em 1734 na sua *Iscrizioni antiche del’Etruria* (PUCCI 1985: pág. 371).

Em 1779, anos após um achado ocasional verificado em Cincelli (perto de Arezzo), proceder-se-ia à primeira escavação dedicada à recuperação deste tipo de vestígios por Francesco Rossi. O seu autor relacionou a cerâmica com o famoso trecho de Plínio que viria a condicionar por um século a terminologia atribuída à classe (Idem).

Os meados e finais do século XIX italiano iriam assistir a uma série de escavações vocacionadas para o estudo da sigillata itálica (Idem).

Em 1895 foi publicado o artigo de Dragendorff que apresentou três tabelas ilustrativas das formas dos vasos que lançaram as bases da nomenclatura actual. Dessas, apenas a primeira se referia à *sigillata* itálica, correspondente às formas 1 a 16, das quais apenas as duas últimas foram discutidas (POLAK 2000: pág. 65). A intenção do investigador germânico não era a de elaborar uma tipologia, mas apenas a de ordenar os vasos de forma a que suportassem a sua argumentação histórica (Idem).

Pouco tempo após, em 1899 e 1901, dão à estampa os volumes XV,2 e XI,2,1 do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, onde, respectivamente, H. Dressel e M.Ihm reuniram as marcas da Península Itálica (Idem).

Sensivelmente na mesma altura, inaugurou-se um período de investigação correspondente aos trabalhos elaborados no quadro dos *Obergermanisch-Raetische Limes des Römerreiches*, iniciados em 1894, com importantes contributos crono-tipológicos derivados dos contextos historicamente bem datados estudados: casos do tratamento dos resultados das escavações de Haltern (1909) e Petrisberg (1939) por Loeschke, de Oberaden (1938 e 1942) por Oxé e Loeschke, e de Oxé sobre o material recolhido nas escavações mais recentes de Haltern (1943) (Idem: pp. 372-373).

A partir dos meados da década de '50 do século XX, e durante a década seguinte, A. Stenico produziu uma série de monografias sobre a produção decorada de diversas oficinas, e procedeu à distinção e primeiras definições do fabrico Tardo-Itálico, com incidência no conhecimento das marcas.

1968 seria um ano fundamental para os estudos da *terra sigillata* itálica: publicou-se a primeira versão do *Corpus Vasorum Arretinorum*, por Comfort e por Oxé (falecido antes), e Goudineau procedeu à sistematização da produção lisa, até então relegada para um papel de relativa secundaridade.

A edição do *Corpus* resultou na base fundamental para todos os estudos sobre marcas até à revisão actual, publicada em 2000 (OCK). Oxé afirmara que a obra estaria pronta a publicar. Contudo, foi objecto de uma intensa revisão editorial por Comfort, que se decidiu por uma publicação “desactualizada”, rápida, com a consciência de que algumas das propostas de Oxé estariam já então ultrapassadas (KENRICK 2000: pág. 3). É impressionante saber que desde de 1955 Comfort trabalhava a colectar dados para um eventual suplemento e que estaria, ainda em 1990, a proceder a recolhas para o mesmo (Idem).

O trabalho de sistematização de C. Goudineau foi elaborado com base no estudo de um sector da escavação de Poggio Moscini (Bolsena), com estratos datados dos séculos I a.C. – I d.C., onde a *terra sigillata* itálica era abundante. Experimentando a insuficiência das propostas anteriores, empreendeu o estudo *ex nouo* desta classe cerâmica (PUCCI 1985: pp. 373-374) e produziu uma primeira periodização e uma nova tipologia mais pormenorizada em que articulava os dados das formas com as “marcas de oleiro” (GOUDINEAU 1968).

Nos anos 70 do século XX verificaram-se progressos assinaláveis no conhecimento de vários aspectos desta classe cerâmica: destacam-se como contributos mais relevantes a descoberta do centro produtor de La Montée de La Murette-Lyon (PICON et. al 1975), e a aplicação de metodologias arqueométricas.

O centro oleiro de La Murette-Lyon veio revelar um conjunto de dados muito importantes, por constituir o único centro conjunto de olarias itálicas de alguma importância sobre o qual temos um conhecimento arqueológico contextual qualificado. Os resultados levantaram questões de âmbitos muito diversificados, mas centrados sobretudo no significado do sítio e seu enquadramento em termos de comercialização e estrutura socio-económica da produção, ainda hoje objecto de discussão.

Elaborados a propósito deste centro provincial, estudos arqueométricos de vários investigadores, com M. Picon em destaque, não só revolucionaram a perspectiva sobre o quadro das importações, de que o caso de Haltern é o mais conhecido (SCHNURBEIN 1982: pág. 131), como resolveram questões de localização de olarias e até de centros produtores baseados em dados escassos e inseguros –descartando-se Luni como centro produtor, por exemplo- e lançando novas bases científicas para as atribuições de origem da *sigillata* itálica.

Este caminho seguido pela investigação acabaria por construir um conjunto de dados de referência químicos, petrográficos e mineralógicos para as diversas produções (*Conspectus*: pp. 36-38), permitindo a percepção de um quadro diferente das exportações e da sua importância relativa de um sítio para outro (ver por exemplo DESBAT et al. 2000).

A publicação *do Atlante delle Forme Ceramiche*, em 1985, incluiu uma proposta tipológica nova elaborada por Pucci (PUCCI 1985). Nela o investigador italiano produz um enquadramento histórico da evolução dos estudos, e elabora a propósito de algumas das questões fundamentais sobre a classe cerâmica: as origens, a estrutura socio-económica da produção, a organização da mesma e a evolução e características das últimas produções da Península Itálica. Em função destes conteúdos, a sua proposta tafonómica, que o próprio

autor explicita como correspondendo a apenas um catálogo morfológico (Idem: pág. 380), possui uma relevância menor.

Ainda por influência de Comfort (KENRICK 2000:pág. 3), surgiria em 1990 uma nova proposta de classificação formal, o *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae (Conspectus)*, que, apesar de alvo de alguma crítica, como a da sua “curiosa selectividade” (PASSELAC 1993a: pág. 554), é hoje a adoptada na generalidade, o que reflecte a sua operatividade.

No *Conspectus* Kenrick definiria, sucintamente, algumas das novas perspectivas sobre a evolução das “marcas de oleiro” (KENRICK 1990).

O último grande desenvolvimento no estudo das marcas, ocorrido em 2000, é a nova edição do *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK). Numa perspectiva contemporânea, em que os meios informáticos se vão constituindo como ferramenta do arqueólogo/ceramólogo, a edição é acompanhada por um cd-rom.

Os seus contributos vão muito além desta particularidade, e correspondem, sobretudo, à discussão e/ou abordagem das matérias mais essenciais ao enquadramento histórico e arqueológico das marcas, como sejam a sua origem e propósito, a estrutura interna socio-económica das oficinas, os conhecimentos produzidos sobre os centros produtores, a organização da comercialização e a geografia da investigação (KENRICK 2000).

Por outro lado Kenrick introduz uma nova proposta de periodização, elaborada fundamentalmente com as marcas e orientada para o estudo das mesmas. A sua validade extravasa manifestamente esse âmbito, e cria também novos conceitos operativos como, por exemplo, o de “dependente/principal” para se referir à natureza social e jurídica variável de dois indivíduos diferentes patentes na mesma marca (Idem: pp.15-24).

A publicação recente desta obra de referência, com as novas indicações cronológicas dela constantes, irá, com certeza, proporcionar a revisão de muitas das propostas de datação de contextos alto-imperiais elaboradas com base na classificação de marcas da edição anterior do *Corpus Vasorum Arretinorum*, bem como implica um reajustamento dos quadros evolutivos das importações itálicas para diversas regiões.

### **6.3.2. Problemáticas nos estudos das produções de *terra sigillata* itálica.**

Apesar da grande quantidade e qualidade dos estudos, a *terra sigillata* itálica coloca hoje uma diversidade de problemáticas e encerra algumas limitações profundas.

Do conjunto de assuntos em discussão destacam-se dois: as origens da produção itálica e a estruturação socio-económica das oficinas.

No primeiro aspecto perfilam-se duas posturas distintas: uma que valoriza os contributos orientais e outra que defende os fundamentos essencialmente itálicos das origens da *sigillata* itálica.

Os trabalhos de Oxé postularam um fundamento oriental para o aparecimento dos fabricos itálicos: papel de relevo teria sido desempenhado pelo oleiro imigrante *M. Perennius Tigranes*, que teria introduzido as técnicas e gostos das produções de época helenística (OXÉ 1909 *apud* OSWALD e PRICE 1920: pág. 273 e OXÉ 1933 *apud* PEACOCK 1982: pág. 116).

A proposta de Oxé foi, de há muito, rejeitada. O desenvolvimento da investigação posterior foi anulando sucessivamente os seus pressupostos, concretamente o da cronologia do início da produção, mais alta do que aquele investigador havia suposto, da identidade dos oleiros mais antigos, de forma alguma relacionável com aquele indivíduo, ou a convicção de que Arezzo constituía o único centro produtor a laborar nos momentos iniciais, o que não se verifica.

Na esteira de Oxé, Pucci retomaria o argumento da migração de oleiros de oriente para ocidente que justificaria o surgimento das primeiras produções (PUCCI 1973 *apud* PUCCI 1985: 368). A fragilidade da proposta de Pucci seria também invalidada pela inexistência de evidências concretas que suportem a origem oriental dos oleiros, dado que o argumento que empregou, da onomástica grega de alguns dos primeiros oleiros, esbarra na objecção de que na época a atribuição de nomes helénicos a escravos se encontrava profundamente vulgarizada (PEACOCK 1982: pág. 116).

O paralelismo formal entre algumas das peças do repertório formal itálico e certas produções orientais seria outro dos fundamentos para a valorização do contributo oriental. As semelhanças resumem-se, porém, à similitude de um dos vasos itálicos mais característicos, o cálice com decoração em relevo, com as denominadas “taças megáricas” (OSWALD e PRICE 1920: pág. 237 e HOFMANN 1986 pp. 7-8).

O seu fabrico processou-se sobretudo em Éfeso, mas também no Metaponto, na Dalmácia (PEACOCK 1982: pág. 116) e Atenas (OSWALD e PRICE 1966: pp. 237 - 238). Existem também exemplares assinados por indivíduos de onomástica latina, o que lhes denuncia uma origem algures na Península Itálica (PEACOCK 1982: pág. 116).

Estas últimas descartam a influência estritamente oriental, que se poderia, assim, ter exercido de forma apenas indirecta.

Hayes veio recentemente chamar a atenção para a questão da datação das “taças megáricas”. Fabricadas entre 150 e 75 a.C., possuem uma cronologia demasiado alta para ter influenciado os cálices itálicos e/ou a sua característica decoração em relevo (HAYES 1997: pág. 41).

Os argumentos dos defensores de uma origem eminentemente autóctone da produção da *sigillata* itálica (DRAGGENDORF 1895 apud POLAK 2000: pág. 65; PEACOCK 1982; ETTLINGER 1990; KENRICK 2000; ...) apresentaram argumentação consistente: do ponto de vista humano, tecnológico e formal, a Península Itálica tinha tradição oleira e condições para a execução da produção; o repertório formal dos vasos mais antigos acusa a influência directa das “cerâmicas de verniz negro” itálicas; as próprias marcas mais antigas têm a sua origem na aplicação de impressões radiais, executadas com finalidade decorativa nos fundos internos dos vasos da produção de tipo campaniense; a coincidência de localização das primeiras olarias com a das produções de “verniz negro”; o primeiro período de produção da *sigillata* itálica acusa uma relação estreita entre as “cerâmicas de verniz negro” com a mesma origem através dos vasos bícromos (vermelho e preto), de que o exemplo mais flagrante é o de Cales, que possuiu uma importante produção de vasos de “verniz negro” a partir do século III a.C. e depois produz sucessivamente “campaniense”, *sigillata* itálica e *sigillata* de verniz negro, esta última ainda na década de '20 do século I d.C. (KENRICK 2000: pág.28).

Algum papel, no entanto, desempenharam as produções orientais na ruptura do gosto pelo negro, substituído pelo vermelho. As produções de *terra sigillata* oriental A, que chegavam em quantidades apreciáveis ao Adriático, Sul de Itália e Campânia, terão , influenciado a sensibilidade dos oleiros itálicos. Em síntese, “(...) os novos elementos da indústria arretina estavam presentes na Itália antes de 30 a.C., com a excepção revestimento vermelho brilhante, que não apresenta nenhuma dificuldade técnica (...), o fenómeno arretino pode bem resultar de uma consciência crescente acerca do Oriente, e de uma tentativa indígena de acompanhar a moda” (PEACOCK 1982: pág. 116).

Mais recentemente, e sem colocar em causa o contributo essencialmente itálico, investigadores italianos chamaram a atenção para algumas particularidades históricas relevantes relacionadas com o surgimento da produção, ou pelo menos com o seu desenvolvimento rápido e muito centrado inicialmente em Arezzo: põem em evidência a influência que poderão ter tido artesãos levantinos, orientais como Tigranes e Bargathes, e o quadro local político daquela cidade e seu território, clientelar de Sila e Pompeu e objecto de *deductio* pelo segundo após as suas campanhas contra os piratas e os reis

Mitridates e Tigranes e o triunfo celebrado em 61 a.C. (PEDRONI 1995 apud RIZZO 2003: pág. 72 e nota 44).

A estrutura produtiva da *sigillata* itálica tem sido um dos aspectos abordados de há longa data (OXÉ 1909 apud PUCCI 1985: pág. 365; OSWALD PRICE 1920, ...).

A problemática desenvolveu-se de início muito centrada em torno do “problema de Ateius”, outrora levantado por Oxé, e foi objecto de contributos recentes muito relevantes de Pucci (PUCCI 1985), Wells (*Conspectus*: pp. 8-9), Gunnar Fülle (FÜLLE 1997) e Philip Kenrick (KENRICK 1997 e 2000). A questão coloca-se também, e em paralelo, à migração de oleiros itálicos para oriente (ZABELICKY-SCHEFFENEGGER 1995), e corresponde à discussão em torno da existência de sucursais e sedes de olaria *sigillaria*.

Oxé defendeu a correspondência da existência de punções com o mesmo nome em fabricos comprovadamente distintos à existência de sucursais, a propósito de *Ateius* (OXÉ 1933 apud PUCCI 1985: pág. 365 e segs.). Os desenvolvimentos da investigação nos anos 70 do século XX proporcionaram novas bases que reforçaram as asserções avançadas antes pelo investigador alemão. O ponto de partida foi a descoberta do centro oleiro de *sigillata* itálica de La Montée de la Muette, em Lyon, com dados de fundamentação diversificada e de grande consistência: arqueométricos (PICON et al. 1973; WIDEMANN et al. 1975) e contextuais (KENRICK 2000: pág. 29).

Aí foram atestados quarenta oleiros distintos, entre os quais (*C.*) *Attius*, *Rasinius*, *C. Sentius* e *L. (Titius) Thyrsus*, responsáveis por cerca de 75% do volume de produção marcada (Idem: pág. 29). A estes há ainda a acrescentar os outros oleiros que trabalharam também na P. Itálica como *Ateius* (PICON et al. 1973; WIDEMANN et al. 1975), *Rodo* (TILLARD 1996: pág. 7), *L. Gellius* associado a *L. Sempronius*, *Xanthus* e o mesmo associado a *Zoilus* (KENRICK 2000: pág. 50).

Os estudos arqueométricos efectuados posteriormente viriam a confirmar o importante papel que o centro oleiro de Lyon desempenharia na perca dos mercados do Norte pelos produtos itálicos a partir de 15/20 d.C. (HOFMANN 1986: pp. 10-11; KENRICK 2000: pp. 36-37). A experiência de Lyon motivaria o estabelecimento de outras produções na Gália Narbonense, de tal forma que em Haltern (abandonado apenas cerca de 9 d.C.) só estavam presentes fabricos de Lyon e provinciais, largamente prevalentes sobre os itálicos (SCHURNBEIN 1982: pág. 131), mas, início de um processo patente, trinta anos depois, no acampamento de Hofheim, próximo de Haltern, onde só se fizeram representar produtos de La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 48).

Retornando aos oleiros presentes em Lyon, todos eles estão atestados em centros itálicos.

Pucci desenvolveu os conceitos de Oxé, defendendo que os resultados relacionados com Lyon representariam a evidência arqueológica da existência de uma oficina central e da criação de oficinas subsidiárias provocada pelo estímulo comercial gerado, procurando assim responder ao mercado através das ditas sucursais (PUCCI 1985: pág. 369; HOFMANN 1986: pp. 10-11). A sua bem articulada fundamentação convenceu até investigadores de história económica da “Escola Primitivista” como M. Finley, a aceitar a excepção –única– da indústria de *sigillata* itálica no quadro da sua concepção da estruturação do trabalho na Antiguidade (Cf. referências múltiplas em FINLEY 1982).

Recentemente Gunnar Fülle elaborou um trabalho crítico acerca da forma como vinha sendo perspectivada a evidência arqueológica da *sigillata* itálica, com destaque para Lyon, rejeitando os conceitos de oficina sucursal e central (FÜLLE 1997: pág. 143).

Anteriormente a este investigador, outros haviam tentado explicações alternativas, como Jean Louis Tillard, que propusera que a ocorrência de *C. Sentius* se trataria de um caso de homonímia (TILLARD 1996: pág. 7). Estas são, porém, facilmente invalidadas, pois o punção corresponde exactamente ao atestado em Itália (OCK: n.º 1862, pág. 392).

No trabalho de Fülle, o investigador argumenta que a incidência dos nomes dos oleiros itálicos poderia ser explicada de outras formas, de que se destaca o possível estatuto jurídico peculiar que se poderia atribuir a alguns dos representados, a possível deslocação de oleiros e circunstâncias contratuais específicas que envolveriam o fabrico (FÜLLE 1997: pp.126-127).

Para a primeira hipótese explicativa, recorda a possível presença de escravos dotados de *peculium et concessio liberae administrationes*, que, portanto, não se encontrariam dependentes economicamente do *dominus*, podendo identificar-se apenas pelo *nomen* por corresponderem ao único indivíduo no local com aquela onomástica (Idem: pág. 128).

Por outro lado, defende um carácter de contratualização comercial para a *sigillata* itálica não distinto do das outras produções oleiras, bem como uma estrutura da produção correspondente, ou seja, ao estímulo provocado pelo mercado caberia uma resposta simples, com o estabelecimento de outra oficina (Idem: pág. 145).

Kenrick apreciou criticamente o trabalho de Fülle, chegando a conclusões distintas. Embora aceitando a maioria das propostas deste investigador, particularmente as de deslocação de oleiros e da possibilidade de estatuto jurídico peculiar para alguns dos trabalhadores, rebate a perspetivação da estrutura da produção e comercialização da

*sigillata* itálica como tendo assumido formas semelhantes às de outras classes cerâmicas como as ânforas, as lucernas e a *sigillata* gálica, defendendo que o tipo de relação contratual documentado para aquelas “terá uma relevância apenas marginal no que à *terra sigillata* itálica se refere” (KENRICK 2000: pág. 15).

Admite, porém, a existência pontual deste tipo relações, rejeitando no entanto a generalização para toda a produção proposta por Fülle: exemplifica com o caso da associação de Lyon entre *Xanthus* e *Zoilus*, em que apenas o primeiro está documentado também *a solo*, ou do fabrico provincial de *C.Sentius* distinto do de Lyon detectado pelas análises de Haltern (SCHURNBEIN 1982: pág. 131), que documentaria justamente a “evidência de oficinas tentando estabelecer a sua cota de mercado pelo estabelecimento de instalações externas nalguma forma de colaboração mútua” (Idem: pág. 50).

A argumentação de Fülle colocou em causa a existência de oficinas centrais e de sucursais delas directamente dependentes e, na sequência do raciocínio, nega a intervenção de um “investidor-decisor” de “mentalidade capitalista” (FÜLLE 1997: pág. 145). Porém, os desenvolvimentos mais recentes da investigação demonstraram a existência de excepções a esta proposta: caso da comprovada opção, apenas possível de justificar por questões economicistas, por uma localização mais próxima das infra-estruturas portuárias marítimas das oficinas de *Cneus Ateius*, em 5 a.C., e que se traduziu na sua mudança da interior Arezzo para Pisa (KENRICK 1997, desmontando um dos argumentos de Pucci-Pucci 1985: pág. 369).

Fora do âmbito interpretativo, o conhecimento das produções de *sigillata* itálica encerra limitações estruturais importantes. Uma das de maior impacto tem que ver com a qualidade dos dados que dispomos para os centros de produção, pois verifica-se uma notória escassez de elementos resultantes de escavações modernas efectuadas nos locais itálicos: em Arezzo, a única intervenção significativa que teve lugar no século XX ocorreu em 1954-5 (Via Nardi- KENRICK 2000: pág. 26), pois todas as restantes foram executadas nos séculos XVIII e XIX (Idem: pp. 25-28); os dados de Pisa, embora de grande significado, correspondem a escavações de áreas muito exíguas, como a da Via Santo Stefano (3 x 1,80 metros – Idem: 30), de material encontrado em entulheiras (Idem e Via San Zeno- Idem: pág. 30), ou desprovido de contexto stratigráfico (Isola di Migliarino; Poggio Fiori- Idem: pág. 31); contornos semelhantes assumem os dados das olarias dos outros centros como o Vale do Pó e Pozzuoli (Idem: pág. 33). De facto, a grande massa de dados materiais provenientes da localização das olarias itálicas com que hoje lidamos é

resultante de escavações sem grande sensibilidade estratigráfica (HOFMANN 1986: pp. 121-122).

À falta de elementos sobre a contextualização das recolhas dos centros, acrescenta-se a não publicação dos dados de algumas das intervenções mais importantes: da escavação da Via Nardi, em Arezzo, conhece-se apenas uma curta e insuficiente publicação da intervenção (KENRICK 2000: pág. 27 ou WETTER 1993: pág. 39), considerando o número total de fragmentos, estimado em 350 000 fragmentos e 8400 marcas, e que destas apenas 1200 foram registadas por Philip Kenrick (KENRICK 1997).

Outra limitação importante é específica às fases inicial e final, definidas pelas periodizações disponíveis.

No período arcaico de Goudineau/Fase A de Kenrick (GOUDINEAU 1968; KENRICK 2000), situado entre 40 a.C. e 20/15 a.C., as primeiras marcas, radiais, correspondem a uma produção ainda não padronizada (GOUDINEAU 1968). Valorou-se primordialmente uma intenção estética, evidente na disposição radial, nos formatos - tampouco padronizados nas dimensões e tipos-, nos conteúdos exclusivamente fitomórficos ou zoomórficos ou no cuidado colocado na execução dos punções anepígrafos de uma boa parte delas (exemplos- KENRICK 2000: pág. 11). Os textos, quando ocorrem, são geralmente curtos, constituídos por poucos caracteres (Idem: pág. 9).

Falta-nos o conhecimento de elementos fundamentais que permitam identificar a oficina (contextos de produção; análises laboratoriais), pois nada obsta, teoricamente, a que a mesma olaria utilize diferentes punções ou o inverso.

Ainda no decurso desta fase ocorre uma progressiva complexificação da estrutura da produção, centrada sobretudo em Arezzo, e a um alargamento do repertório formal (*Conspectus*; PASSELAC 1993a). Estes fenómenos tiveram consequências também ao nível das marcas, que passam a ser colocadas preferencialmente no centro do fundo interno do vaso, embora as marcas radiais ainda venham a perdurar até à fase seguinte da periodização, sinais de uma forte desvalorização das preocupações estéticas em favor de uma forte ligação das impressões aos aspectos de produção/comercialização (KENRICK 2000: pág. 36).

Noutro sentido, a principal dificuldade do estudo das marcas deste período radica na sua escassez (Idem e ver a tabela de Kenrick reproduzida abaixo- KENRICK 2000: pág. 37=Quadro 5).

QUADRO 5

Origem	A 40-0/15 a.C.		B 20 a.C.-15 d.C.		C 15-50 d.C.		D + 50 d.C.		“Output” de vasos- todos os períodos	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Arezzo	107	48.2	438	28.5	107	18.4	22	15.8	9977	30.1
It.Central	27	12.2	204	13.3	67	11.5	31	22.3	3577	10.8
Pisa	12	5.4	64	4.2	33	5.7	21	15.1	5534	16.7
Vale do Pó	1	0.5	189	12.3	149	25.6	29	20.9	3570	10.8
Pozzuoli	7	3.2	95	6.2	12	2.2			705	2.1
Lyon	68	30.6	63	4.1					1572	4.8
Outros (conhecidos)			93	6.0	21	3.6	16	11.5	3286	9.9
Desconhec.			393	25.6	193	33.1	20	14.4	4871	14.7
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>		<b>1539</b>		<b>583</b>		<b>139</b>		<b>33092</b>	

A outra fase das periodizações que encerra grandes limitações no conhecimento é a definida por Kenrick como “C”, que situa entre 15 e 50 d.C. (KENRICK 2000: pp. 36-37), assimilável ao “Tardio” de Goudineau, posterior a 12/16 d.C. (GOUDINEAU 1968).

A melhor ilustração da problemática é o comentário de Kenrick a propósito da publicação das marcas de Mérida (PÉREZ OUTEIRIÑO 1990): “o material foi acrescentado quando já tinham sido registadas 17000 entradas no catálogo; ainda assim, e apesar de não se registarem novos oleiros (...), da lista de 128 marcas não menos de 58 representaram novos tipos. Como podia ser? Porque oleiros já bem atestados estão aqui representados por tipos de marcas que não haviam sido achados noutros sítios? Se dissesse respeito a um ou dois oleiros, poder-se-ia postular um relacionamento comercial especial com a região, mas isso não podia ser verdade para tantos oleiros. No presente não tenho explicação para oferecer, senão a do meu que receio de que o nosso conhecimento da *Sigillata* Itálica nas suas fases tardias (após a perca dos mercados do Norte) ainda represente apenas a ponta do iceberg!” (KENRICK 2000: pág. 12).

Os fundamentos deste estado dos conhecimentos havia sido já apontado por Mercedes Roca Roumens em 1992, ao chamar a atenção para o facto de as bases das cronologias de que dispomos estarem construídas a partir de sítios concretos, especificamente acampamentos militares e cidades, “os quais possuem uma problemática histórica muito diversa no que se refere a datas de fundação, destruição, abandono, etc.”(ROCA ROUMENS 1992: pág. 112).

De facto, não dispomos para esta época de indicações cronológicas equivalentes às que os acampamentos militares germânicos forneceram para as produções do “período B”

ou “Clássico”, porque os fabricos itálicos já não estão aí presentes, e a informação disponível da bacia do Mediterrâneo não tem oferecido a mesma fiabilidade e precisão.

Outro factor de limitação aos conhecimentos desta época advém das próprias “marcas de oleiro” e da sua relação com o desenvolvimento dos estudos sobre a estruturação das olarias. As alterações formais que as marcas sofrem a partir de 15 d.C., na sequência das inovações introduzidas no período tardo-augústeo, limitam-lhes o desenvolvimento do texto (nos tipos *in planta pedis* e *in planta manus*). Como estes novos modelos são os dominantes, as referências a “dependentes” tornam-se escassas, pelo que diminui a quantidade de informação relativa à composição interna das oficinas.

Em relação a este período tem-se configurado uma imagem de decadência progressiva da estrutura produtiva.

Ensaíamos, a partir dos elementos disponíveis no novo *Corpus Vasorum Arretinorum*, uma avaliação quantitativa desta perspectiva, com os seguintes resultados (eliminámos os oleiros de maior volume de produção –mais de 60 entradas-, por considerar que o seu grande peso desvirtuaria a imagem geral, bem como as atribuições cronológicas incertas, considerando apenas os dados numéricos):

**QUADRO 6**

Anos (d.C.)	Intervalo Inf. Oleiros OCK (Registos)	Intervalo Sup. Oleiros OCK (Registos)	Intervalo Inf. Marcas OCK (Entradas)	Intervalo Sup. Marcas OCK (Entradas)
10 a 14	6	121	58	1895
15 a 19	226	53	1110	677
20 a 24	2	55	16	987
25 a 29	2	1	13	11
30 a 34	90	27	1160	652
35 a 39	3	1	46	18
40 +	36	26	669	507
<b>TOTAL</b>	<b>367</b>	<b>300</b>	<b>3072</b>	<b>4747</b>

Quadro 6- Frequências de intervalos superiores e inferiores de Oleiros e entradas do *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK).

A primeira ilação a tirar dos resultados é a de que os valores mais elevados se atomizam em torno de algumas datas: 10 d.C., para os limites cronológicos superiores de entradas de marcas (não equivalente a número de vasos mas ao número de vezes que se registaram na base de dados- Idem: pág. 78) e de intervalo superior de oleiros registados; 15 d.C., para os limites cronológicos inferiores de oleiros; 20 d.C., para os limites

superiores de entradas de marcas; 30 d.C. para o intervalo inferior de oleiros e limites inferiores e superiores de entradas de marcas.

Esta atracção entre valores e datas deriva do estado actual dos nossos conhecimentos. Kenrick explicita os factores que levou em consideração para o estabelecimento das cronologias, tais como a introdução da marca *in planta pedis*, ocorrida em 15 d.C. ou pouco após (KENRICK 1990: pp. 147 e segs.), as formas dos vasos marcados (com base no *Conspectus*), a suposição de uma vida média das olarias de pequena produção de cerca de 20 anos, e outros que explicita detalhadamente, com a indicação das respectivas limitações (KENDRICK 2000: pág. 9).

Os resultados não devem, portanto, ser apreciados como se de datações absolutas se tratassem. Eles formam uma visão desfocada, obtida a partir dos elementos disponíveis produzidos pela investigação mais recente. Desenham apenas tendências.

A tabela elaborada visou dois objectivos em simultâneo: por um lado verificar quantos oleiros haviam começado ou terminado a sua actividade nos períodos em causa, para avaliar se haveria uma possível correspondência; por outro, e na ausência de dados gerais suficientemente válidos sobre volumes de produção, verificar o número de entradas por período, aqui entendido como indicador –também ele problemático - do número de vasos fabricado.

GRÁFICO 3

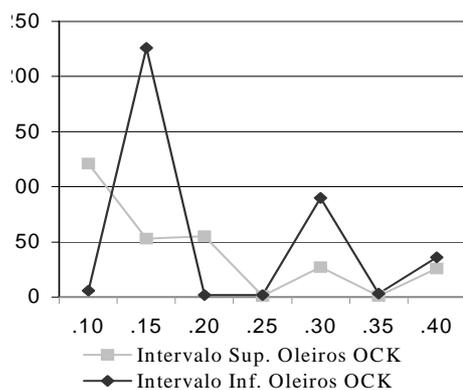
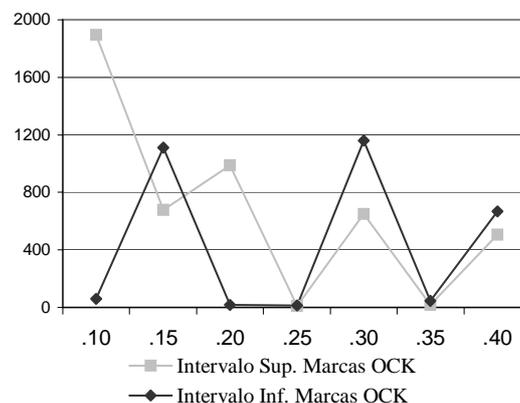


GRÁFICO 4



O indicador do gráficos relativo aos oleiros assim obtido (gráfico 3) não aponta para uma queda do seu número, dado que os valores atingidos pelos oleiros a que se atribui o final da actividade neste período ser compensada, e até um pouco ultrapassada, pelo número dos que terão iniciado a sua laboração na mesma época (com um pico em 15 d.C. devido aos oleiros conhecidos sobretudo graças às marcas em *planta pedis*).

As entradas de marcas que aqui possuem o limite superior da sua baliza cronológica sofrem uma quebra inicial expressiva, só depois compensada pelo número das que aqui encontram os seus limites mais baixos. Verifica-se, porém, um equilíbrio a partir daí.

A apreciação dos indicadores parece apontar, portanto, para uma menor produtividade durante o “período C” em comparação com o anterior.

Recordamos, porém, a exclusão que efectuámos dos oleiros de maior volume de produção. O caso das produções “ateianas” é exemplificativo: a laboração de Lyon cessa cerca de 10 d.C. (269 entradas), mas as produções pisanas de *Cneus Ateius* (862 entradas), de *Cn. Ateius Crestus* (74 entradas) e *Euhodus* (143 entradas) terão cessado apenas cerca de 25 d.C., enquanto a de *Mahes* (374 entradas) e *Xanthus* (829 entradas) um pouco antes, talvez em 20 d.C. (OCK). No total lidamos com mais de 2000 entradas “ateianas”, mas dado o longo período de laboração, é impossível distinguirmos individualmente as mais antigas das mais recentes. A maior parte deverá, contudo, corresponder à época de Augusto.

Outras grandes produções cessaram seguramente antes de 10 d.C., como a de *Sextus Annius* (219 entradas), mas, ao invés, as de *Publius Cornelius* (333 entradas) e *Rasinius* (447 entradas), também de Arezzo, sobreviveram até cerca de 40 d.C. Mais uma vez aqui se coloca a questão da longevidade e do volume de produção entre o momento inicial e final da laboração.

É plausível que da perca progressiva dos mercados do Norte verificada entre 10 e 40 d.C. (HOFMANN 1986: pp. 10-11; KENRICK 2000: pp. 36-37) se tenham ressentido as olarias de maior envergadura, mais do que as de menor dimensão. Por outro lado, e a avaliar pelos dados disponíveis no momento, a área ocidental mediterrânea, embora abastecida maioritariamente por fabricos itálicos, testemunha uma quebra no consumo destas produções comparativamente ao “período B” de Kenrick (Idem) ou “Clássico” de Goudineau (GOUDINEAU 1968).

### **6.3.3. Tipologia e cronologia das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* itálica.**

As primeiras marcas, de tipo radial, surgiram com as primeiras produções da Península Itálica, e correspondem normalmente a cartelas de grande dimensão aplicadas múltiplas vezes nos vasos, tendo sido utilizadas até cerca de 10 a.C., embora se registem casos que atingem a mudança da Era (KENRICK 2000: pág. 9).

As marcas que se lhes sucederam, como acontece com a forma e o fabrico, evidenciam normalização e inovação: as estampilhas rectangulares inscritas em duas linhas, ornadas ou não, são características da época médio e tardo-augústea, embora não exclusivas (Idem) – a título de exemplo, a contabilização das marcas dos “dependentes” de *Publius Cornelius*, que operam também e ainda sob Tibério, mostra que dos 182 variantes de punções repertoriados, 166 são deste tipo (OCK: pp. 193- 201).

Neste período os oleiros de Pozzuoli introduzem estampilhas circulares no fundo de taças tronco-cónicas com o texto inscrito numa grinalda, modelo rapidamente adoptado por oficinas com outras localizações (KENRICK 1990: pág. 147).

Na mesma época as oficinas de *Ateius* terão sido responsáveis pela introdução das marcas em trifólio e *tabella ansata* (Idem). Este tipo de marcas está ausente de Haltern, abandonado em 9 d.C., e presente na fase 1 de Velsen, atribuída à expedição comandada por Germânico em 15/16 d.C., pelo que deverão ter tido origem entre as duas datas (POLAK 2000: pág. 53). Logo incorporadas nos repertórios de outras oficinas, Kenrick questiona-se se não terá sido no mesmo quadro e nas oficinas de *Ateius* que teriam surgido as primeiras marcas *in planta pedis*, considerando a capacidade criadora patente na introdução dos restantes tipos (KENRICK 1990: pág. 147). Este último tipo de marca, introduzido em 15 d.C., correspondeu a uma espécie de sinal de garantia de qualidade do fabrico itálico do vaso (Idem).

As marcas *in planta pedis* são o último modelo generalizado toda a produção itálica, e constituem um bom indicador cronológico “posde-quem”; a sua extensa utilização nas produções Itálica e Tardo-Itálica constitui, em sentido contrário, uma limitação cronológica importante, pois foram aplicadas ao longo de um período de mais de cem anos (KENRICK 2000: pág.9).

A recente edição do *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK) disponibilizou uma tipologia de marcas mais completa e actualizada, que corresponde às variantes de algumas formas elementares: rectângulos, elipses, rombóides, círculos, polifóleos, lúnulas, *planta manus* e *pedis* e triângulos. A simples enumeração destas distintas configurações das cartelas é um bom testemunho da riqueza e diversidade da *sigillata* itálica, mas também da sua inerente complexidade.

### 6.3.4. Catálogo das “marcas de oleiro” em produções itálicas da Praça da Figueira.

Os trabalhos de 1961 e 1962 não forneceram qualquer recolha de marcas em *terra sigillata* itálica e tardo-itálica. A intervenção de 1999-2001 permitiu a recolha de trinta e três marcas correspondentes a fabricos efectuados na Península Itálica, representando cerca de 20% do conjunto das diferentes produções que evidenciaram marcas de oleiro.

O estudo das marcas de produções itálicas da Praça da Figueira apresentou novos contributos para o conhecimento geral de ambas as produções:

- foram identificadas sete marcas itálicas não repertoriadas no *Corpus Vasorum* (n.ºs 3, 4, 5, 13, 21, 22 e 23);
- foi identificado com segurança um novo dependente de *Publius Cornelius, Phart*( ) (n.º 13), eliminado na revisão do *Corpus Vasorum Arretinorum* por P.Kenrick (OCK- vaso 26289), bem como, com grande probabilidade, um novo oleiro, SPE (n.º 22);
- a peça marcada de *Sextus Murrius Festus*, um cálice, constitui uma novidade formal para o oleiro, e permite rever o seu papel no âmbito das primeiras produções tardo-itálicas elaboradas em Pisa.

Algumas das leituras produzidas encerram limitações e deverão ser entendidas com as reservas que lhes colocámos: são os casos das marcas n.º 1, 5 e 6.

De um ponto de vista formal, o domínio das marcas bilíneas, com nove/dez exemplos, e em *planta pedis*, com sete, é bastante ténue, não atingindo o conjunto, metade das formas presentes. Esta indicação tem algum valor cronológico porque constituem os dois tipos formais de marca que consecutivamente predominaram, respectivamente, na época plena de Augusto e de Tibério.

No entanto, esta diversidade formal, patente também na diversidade de oleiros representados (vinte e três distribuídos por vinte e oito marcas diferentes), resultará de um certo “cosmopolitanismo” de *Olisipo* durante o período representado pelas produções itálicas.

#### *Amandus i* ? (OCK 81)- n.º 1

A marca está incompleta e fragmentada, não permitindo uma leitura exacta. Do texto identifica-se sequencialmente um A, um relevo borrado - vestígio de letra ou ponto - e um D final.

A consulta do *Corpus Vasorum* (OCK) permite colocar as hipóteses mais verosímeis de *Amandus i* (OCK 81) e de *Cn. Ateii D*( ) (OCK 287). Estando estampada num prato, a

segunda hipótese é de excluir por se tratar de fabricante exclusivo de taças tronco-cónicas (OCK: pág. 136). Resta, portanto, o primeiro oleiro, embora façamos a atribuição com as reservas a que obrigam as dificuldades causadas pelo mau estado de conservação da marca.

O perfil conservado do conjunto dos fragmentos, onde se nota o desenvolvimento do pé (alto) e o ressalto interno em semicírculo que estabelece a separação do bordo (ausente) do fundo, permite a classificação do vaso como pertencendo ao tipo Consp. 19.2.1 (*Conspectus*: pp. 84-85; PASSELAC 1993a: pág. 559-560).

As únicas indicações acerca do período de laboração de *Amandus i* que constam do *Corpus Vasorum* são a posterioridade a 30 d.C. (OCK: pág. 89).

O limite cronológico superior da forma Consp. 19.2.1, de 30 d.C., é de articulação problemática com o período de laboração do oleiro a que a marca foi atribuída, apesar de ao tipo de base presente, B.2.7, corresponder uma cronologia compatível, tibério-cláudia (*Conspectus*: pág. 156). O mesmo tipo de problemas coloca um vaso de *Amandus i* da forma Consp. 20.3 (período tardo-augústeo a tibério- Idem: pág. 86) com a marca in *planta pedis AMAN* (atribuída a A.Manneius- CARRETERO VAQUERO 2000: pp. 346 e 349, fig.231-5), recolhido no acampamento da *Ala II Flavia* de Rosinos de Vidriales (Zamora, Espanha), estabelecimento militar instalado após 74 d.C., no último quarto do século I d.C.-inícios do seguinte (Idem: pp. 27-30).

A datação apresentada considera a identificação provável da marca, estampada em vasos de Magdalenensberg (OCK: pág. 88 vasos 1178 e 4346), encontrados em contextos datados *ante quem* de 45 d.C.

1	Vale do Pó ?	Consp. 19.2	E5	Amandus i ?	(...) <u>AND</u> (?)	81.4	30- 45 d.C.
---	--------------	-------------	----	-------------	----------------------	------	-------------

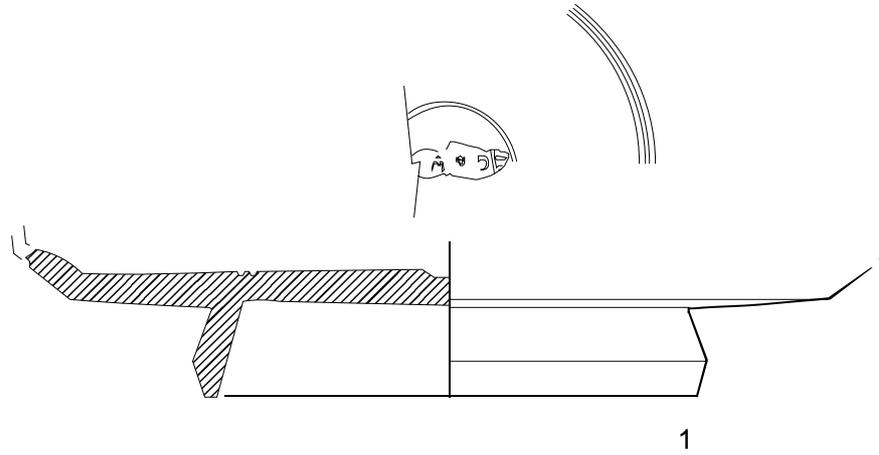
### **Cn. Ateius** (OCK 307) e **Ateius (3)**- nºs 2-3

*Cneus Ateius* é um dos oleiros itálicos de maior volume e diversidade de produção.

A existência de marcas relacionadas com o *nomen Ateius* em fabricos atestados de Arezzo, Pisa e La Muette-Lyon geraram a controvérsia interpretativa a que atrás nos referimos. Os trabalhos de Gunnar Fülle (FÜLLE 1997) e, em especial, de P. Kenrick (KENRICK 1997), apresentam contributos importantes para o esclarecimento do “problema de *Ateius*”, estando hoje comprovada a transferência das suas oficinas de Arezzo para Pisa cerca de 5 a.C.

Os dois exemplares deste oleiro presentes na Praça da Figueira pertencem já a momentos avançados da sua produção, o que se pode apreciar através da forma das marcas.

Figura 10



Esc. 1 / 1



Figura 10- Vaso de tipo itálico com a marca n.º 1, atribuída a Amandus i.

A marca em *planta pedis* n.º 2 está danificada, mas a sua restituição é pouco complicada.

O exemplar n.º 3 apresenta uma forma de cartela 361 (OCK: pág. 531), muito utilizada por *Ateius* (OCK: 270-74 a 81) e que Kenrick remete para *Ateius v*, agrupamento das marcas de “origem incerta” (OCK: pág.122). A grafia utilizada, ATEE, não se encontra, porém, repertoriada no *Corpus Vasorum* (OCK). No fundo externo ostenta um grafito, executado pós cocção com punção fino, com o caracter H.

A tipologia de ambas as taças tronco-cónicas é datada de um período em que se supõe que a oficina de La Montée de La Murette-Lyon já não funcionaria e em que *Cneus Ateius* abandonara há muito Arezzo (KENRICK 1997). Uma origem pisana para as marcas é, portanto, a mais provável.

2	Pisa	Consp. B. 4.2	D 5	Cn. Ateius	<u>CNATEI</u>	276.53-4 similis	15-30 d.C.
3	Pisa	Consp. 4.7	A 4	Ateius (?)	<u>ATEE</u>	hapax	15-30 d.C.

#### **Cn. Ateii Primus** (OCK 307)- n.º 4

A impressão de *Primus Cn. Ateii* não se encontra repertoriada no *Corpus Vasorum* (OCK: 307).

O punção mais semelhante dos –apenas– três aí inventariados (Idem: 307.1) é também bilinear, o texto está organizado da mesma forma (principal/dependente), mas a grafia do escravo é diferente, e no exemplar da Praça da Figueira está ausente o elemento decorativo. Para além destes elementos que distinguem a impressão encontrada em Lisboa, bastante distinta das inventariadas em OCK, é também de menores dimensões.

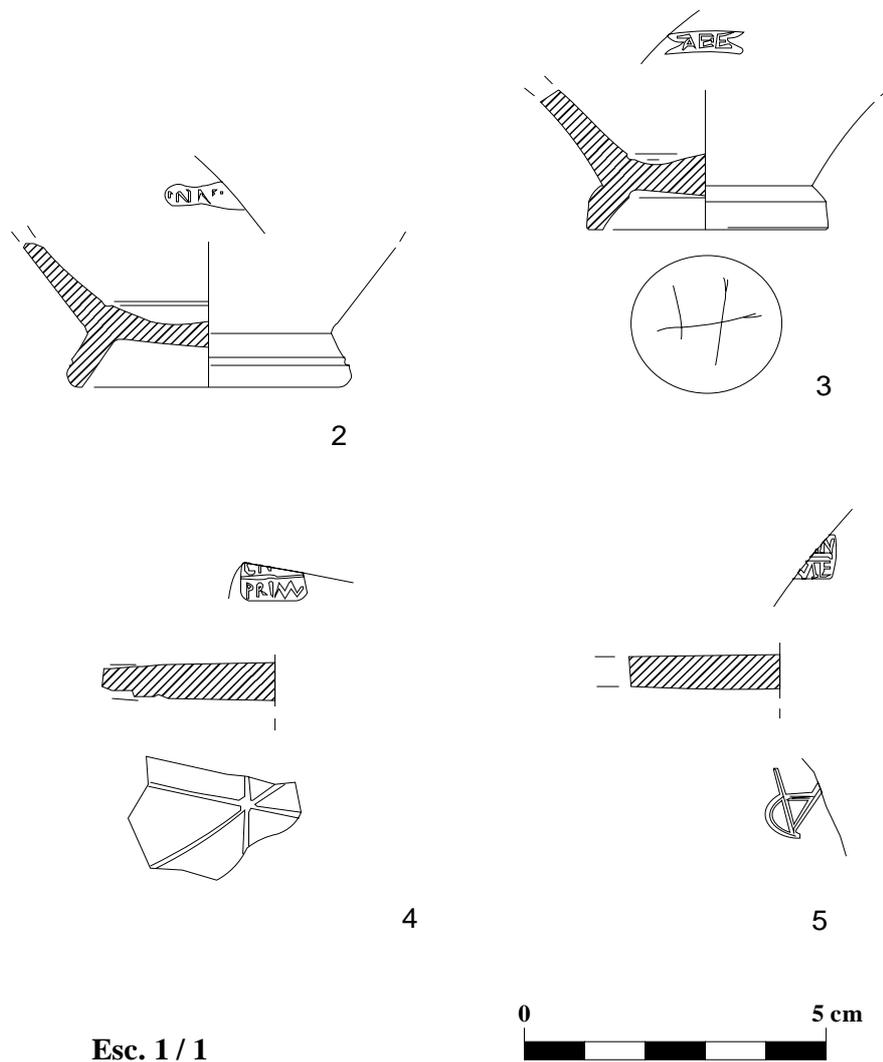
O fragmento conserva no fundo externo um grafito radial, pós-cozedura, de significado difícil de descortinar.

4	Pisa	Prato	A 3	Cn. Ateii Primus	<u>CN(...)</u> / <u>PRIMV</u>	307 hapax	> 1 – 20 d.C.
---	------	-------	-----	------------------	-------------------------------	-----------	---------------

#### **Cn. Ateii Eros(?)** (OCK 290)- n.º 5

O fragmento pertence seguramente a um prato, ostentando uma marca central de um dependente de *Cn. Ateius* de que se lê apenas o N final. Os escravos conhecidos que possuem o N entre as letras do seu nome e utilizam marcas bilineares são *Amarantus* (281), *Arn( )* (283), *Arretinus* (284), *Ingenuus* (297), *Narcissus* (302), *Onesimus* (303), *Sabinus* (311), e *Xanthus* (316).

Figura 11



Esc. 1 / 1

Figura 11- Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 2, de Cneus Ateius (2), n.º 3, com marca de Ateius (3), n.º 4, de Primus Cn. Ateii e n.º 5, de um dependente de Cn. Ateius, provavelmente Eros.

Todos colocam problemas: o primeiro tem uma só marca bilinear conhecida (Idem: 281.1); o segundo, que terá laborado a partir de 30 d.C., apenas é conhecido por uma marca bilinear de grafia muito distinta (Idem: 283.1); do terceiro a sua única marca conhecida é oval, apesar de bilinear (Idem: 284); os quarto, quinto e sexto mencionados são de excluir liminarmente, dada a localização terminal do N ainda visível (Idem 279, 302, 303); o penúltimo apenas é conhecido por uma marca (OCK: 311.1); o último é um dos elementos mais activos entre os dependentes de *Ateius*, mas não utiliza a abreviatura XAN (Cf. Idem: 316.1-26).

Acabámos por atribuir com muitas reservas a marca a *Eros*, escravo de *Cn. Ateius*, que apresenta punções com texto em genitivo, um dos quais abreviado: Eron (Cf. Idem: 290.4). O emprego do nexu AT é muito compatível com Cneus Ateius, o que é corroborado pela grafia dos caracteres.

A nova proposta do OCK indica a existência de dois oleiros homónimos, do qual apenas o primeiro teria laborado em Arezzo (Idem: pág. 136). Como o autor não desenvolve a matéria, deduzimos que o segundo, o que considerará mais tardio, ter-se-á deslocado para Pisa com *Cn. Ateius* em 5 a.C., como a maioria dos seus outros dependentes (KENRICK 1997).

O problema inultrapassável da impressão da Praça da Figueira é a ordem dependente/principal, pois não está repertoriada uma única marca ateiana onde esta se verifique (Idem), apesar de atestado com uma frequência relativa noutros oleiros e seus dependentes.

Como apontamento, refira-se o grafito “AP”, executado após a cozedura e gravado na face externa do fundo.

Independente dos problemas colocados na análise do conteúdo, corresponde a uma nova marca de um dependente de *Cn. Ateius* não representada em OCK, com uma cronologia indicada pela forma da marca.

5	Pisa	Prato	A 3	Cn. Ateii Eros ?	(...)N / (...) <u>NATE</u>	Hapax	5 a.C. - 20 d.C
---	------	-------	-----	---------------------	-------------------------------	-------	-----------------

#### A. *Annius Crispus* (OCK 123)- n.º 6

Da marca bilinear com traço intermédio lêem-se apenas as partes inicial e terminal da primeira linha, porque a zona central resultou mal estampada.

A sua identificação como correspondente *A. Annus Crispus* é feita com as reservas motivadas pelas dificuldades colocadas pela deficiente impressão. A grande similitude

com as marcas OCK 123.6 a 123.10 sugeriram-nos a atribuição àquele oleiro, pela qual optámos em detrimento de outras hipóteses em que a interpretação dos dois primeiros caracteres foi AII ou AN. A. *Annius Crispus* é, segundo o OCK, um fabricante sobretudo de taças (OCK: pág. 95), o que corresponde ao exemplar lisboeta.

O vaso, uma taça de pé espesso mas curto, em que a parede externa do fundo quase atinge o plano da base do pé, é classificável no tipo Consp. 26.1, integrado no Serviço IV de Haltern e produzido a partir da mudança da Era (*Conspectus*: pág. 98; PASSELAC 1993a: pág. 561).

A conjugação das características formais do vaso com a cronologia admitida para A. *Annius Crispus* (entre 15 a.C. e 5 d.C.), fundamentou a proposta apresentada, um pouco mais alargada para o intervalo superior porque parece que Kenrick na sua revisão terá utilizado a regra dos 20 anos de actividade média para oleiros não muito representados (KENRICK 2000), o que no caso presente parece questionável em face das 45 entradas atestadas no *Corpus Vasorum* (OCK: pág. 95).

6	Arezzo	Consp. 26.1	A3	A. Annus Crispus	AN(...)/ (...)	123.7-10	1 d.C.- 10 d.C.
---	--------	----------------	----	---------------------	-------------------	----------	--------------------

### *Atticus* (3) (OCK 340)- nº 7

Kenrick distingue vários oleiros com este nome (OCK: 339-341). A marca presente da Praça da Figueira é atribuída ao oleiro mais bem representado naquele trabalho, que laborou em Pozzuoli (Idem: 340).

Porque as análises laboratoriais dos vasos de Haltern indicaram uma origem pisana para um exemplar (SCHURNBEIN 1982; OCK 340.11), Kenrick introduziu algumas reticências na atribuição da origem, no entanto esclarecendo que se pode colocar a hipótese de laboração nos dois locais (OCK: pág. 147). A marca do acampamento do *limes* germânico deverá corresponder a um episódio particular da actividade do oleiro, mas é em *tabula ansata* (SCHURNBEIN 1982: pl. 73), distinta da encontrada em Lisboa. A semelhança da grafia entre ambas (OCK 340.11 e 340.8), a maior entre todas as impressões registadas no *Corpus Vasorum*, terá significado cronológico.

Desde a primeira edição do *Corpus* que se identifica *Atticus* iii com o dependente de N. *Naeuius Hilarus* que operou seguramente em Pozzuoli, relação que Kenrick julga consistente e de manter (OCK: pp. 147, 297-299).

Figura 12

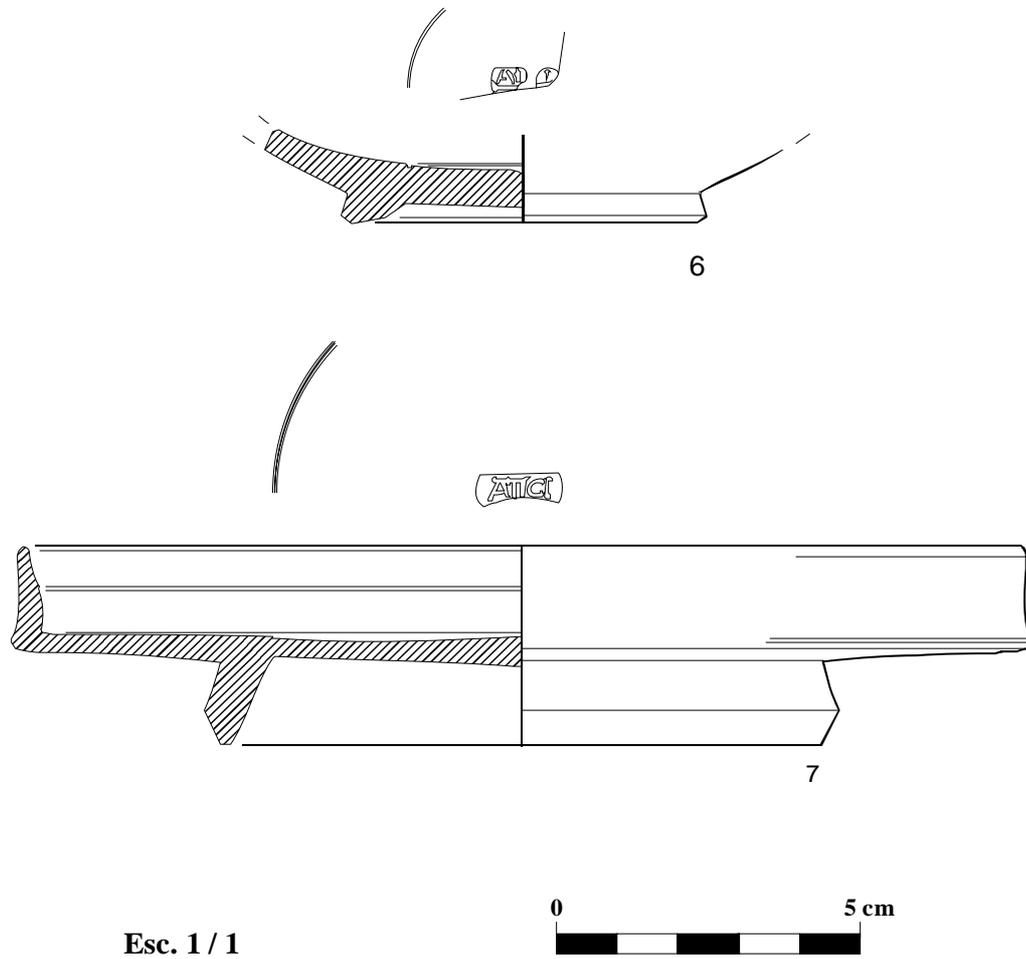


Figura 12- Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 6, de A. Annius Crispus, e n.º 7, de Atticus iii.

A indicação cronológica proposta considerou cronologia da forma do prato onde se encontra estampada a marca mas também a semelhança com a grafia da impressão de Haltern, sítio ocupado entre 5 a.C. e 9 d.C.

7	Pozzuoli	Consp. 18.1.1	A 2	Atticus (3)	ATICI	340.8	10 a.C.- 10 d.C.
---	----------	------------------	--------	-------------	-------	-------	---------------------

### ***Publius Cornelius* (2) (OCK 624)- nº.s 8-12**

*Publius Cornelius* é um dos oleiros de maior volume de produção atribuída, talvez um pouco matizada pela grande longevidade da sua laboração.

Tratando-se de um conjunto pouco numeroso de marcas itálicas, ainda assim as identificadas como pertencentes a *Publius Cornelius* destacam-se pela variedade formal: circulares com palma (8 -OCK 624.58), triangulares (9 -OCK 624.64), rectangulares com linha superior (10 -OCK 624.17-38) e rectangulares simples (11 e 12 -OCK 624.22 e 624.20-21).

O *Corpus Vasorum* ressalva a muito escassa representatividade de marcas em planta pedis indicando o *praenomen* (OCK: pág. 190), mas tal não implica que as presentes correspondam a uma cronologia anterior a 15 d.C.

Alguns dos fragmentos permitem atribuir cronologias mais afinadas, obtidas a partir das formas presentes: o nº. 8, impresso numa taça da forma Consp. 23.1 que conserva o perfil completo e o nº. 11, que atendendo ao perfil do pé deverá integrar-se na mesma forma. A. Klynne, com base no estudo dos materiais de Prima Porta (Roma), recuou o limite cronológico inferior da forma ao período tardo-augústeo (KLYNNE 2002: resumo). Um paralelo perfeito para esta última impressão surgiu em Vindonissa, sítio ocupado a partir de 16 d.C. (OCK: vaso 5692).

Os restantes não permitem esse tipo de observações: do nº. 9, não podemos afirmar mais do que pertencer a uma taça tronco cónica; a pequena dimensão dos nº.s 10 e 12 não deixa perceber a forma dos vasos, sendo impossível adscrevê-las a uma tipologia.

Segundo Kenrick, a relativa pouca frequência de marcas in *planta pedis* pode indicar que, quando estas foram iniciadas, já o *praenomen* era muitas vezes omitido (OCK: oleiro 624). Considerámos, por consequência, todo o período de laboração de *Publius Cornelius*, na indisponibilidade de outra informação qualificada para as restantes das marcas presentes na Praça da Figueira.

8	Arezzo	Consp. 23.1	B4	P. Cornelius	P(...)/ (palma)	624. 58 similis	10-40 d.C.
9	Arezzo	Taça	A3	P. Cornelius	...)/ RN/ EL	624. 64	5 a.C – 40 d.C.
10	Arezzo	?	A3	P. Cornelius	P.CORN	624. 17-38	5 a.C – 40 d.C.
11	Arezzo	Consp. B. 4.3	B4	P. Cornelius	P.CORNE	624. 22	10–40 d.C
12	Arezzo	?	A3	P. Cornelius	(...)RNE	624. 20-21	5 a.C – 40 d.C.

### ***Publii Cornelii Phart(enius)***- nº 13

A forma da marca, uma cartela rectangular de duas linhas separadas por um traço (OCK 261), é utilizada sobretudo durante a época de Augusto. O texto da primeira linha está muito bem impresso, lendo-se sem dificuldade PHART. A segunda linha, fracturada, permite restituir, sem problemas, P.COR, abreviatura muito utilizada na(s) oficina(s) de *Publius Cornelius*.

Trata-se, portanto, da impressão de um punção relativo a um “dependente”, certamente de estatuto servil. *O Corpus Vasorum* (OCK) não regista, porém, nenhum escravo com este nome. Contudo, a ausência resulta da revisão a que Kenrick procedeu de um vaso (uma base do tipo *Conspectus B. 3.16*) identificado em Ampurias por Oxé, que não conseguiu localizar, único testemunho desta impressão (Idem: vaso 26289). Oxé lera PHART ou PHARI, interpretando-o como *Phart(enius)*, leitura que Kenrick rejeitou, atribuindo a marca ampuritana perdida aos escravos *Hilarus* ou *Quartus* de *P.Cornelius* (Idem). A impressão da Praça da Figueira permite afirmar a correcção da primitiva leitura por A. Oxé.

A cronologia da marca deverá situar-se, em função da forma da marca e da actividade conhecida para *Publius Cornelius*, entre a mudança da Era (Idem) e o principado de Tibério, considerando a utilização desta forma de marca por um dos dependentes de *P.Cornelius, Firmus* (OCK 646), aplicada em vasos de tipologia característica desta época.

13	Arezzo	?	C3	Phart(enius) Cornelii	PHART / P. COR	hapax	> 1 d.C. - d.C.
----	--------	---	----	-----------------------	----------------	-------	-----------------

### ***Publii Cornelii Speratus*** (OCK 639)- nº 14

A marca de *Speratus* encontra um paralelo perfeito no exemplar OCK 676.2. A impressão presente no fragmento recolhido na Praça da Figueira é deficiente, pois tem a segunda linha muito incompleta.

A outra diferença em relação ao exemplo mencionado tem significado cronológico: na marca lisboeta o S final da primeira linha está bem marcado, enquanto que ao listado em

Figura 13

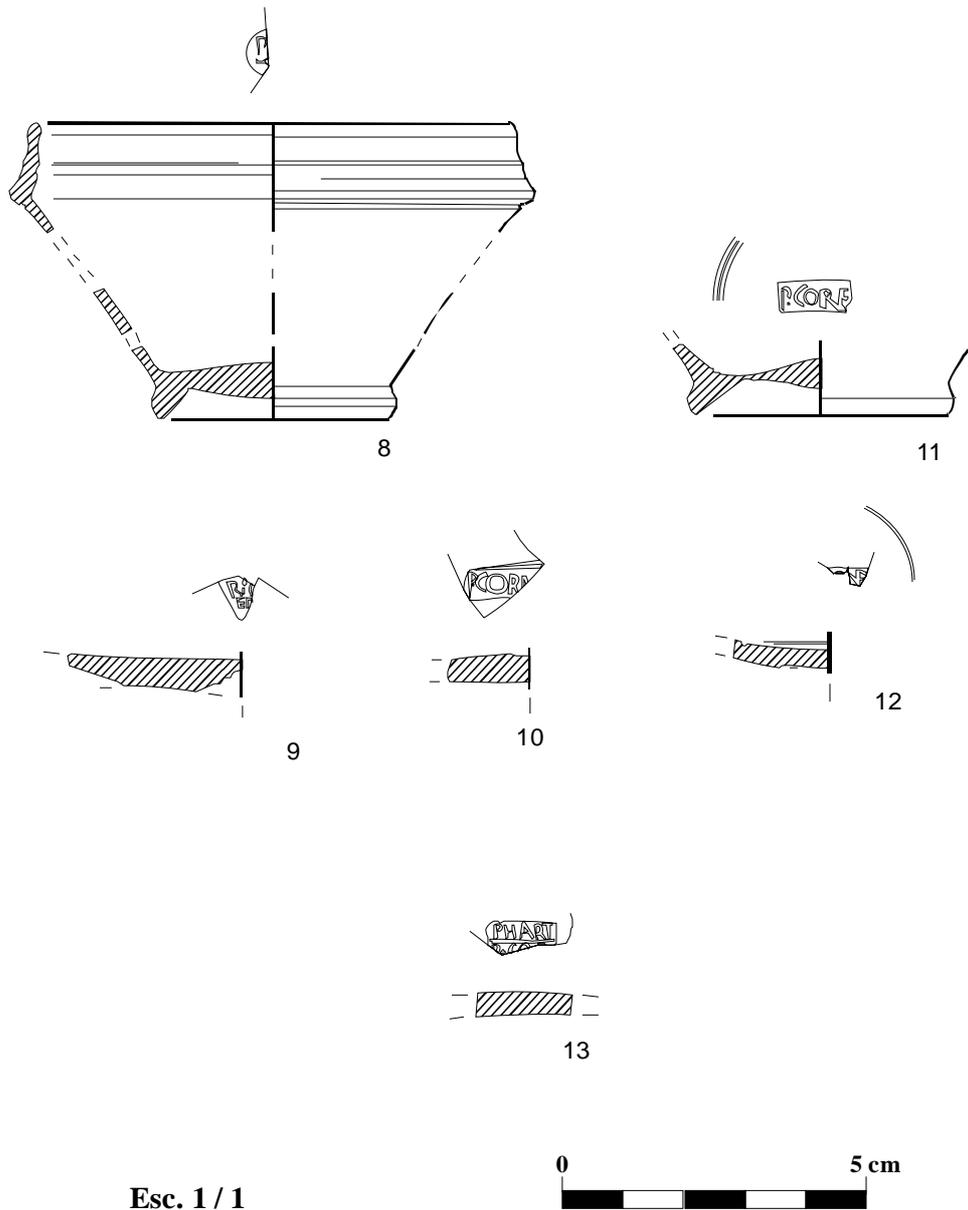


Figura 13 -Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 8 a 12, de Publius Cornelius (2), e n.º 13, de Phart(enius) Publii Corneli.

OCK já falta este carácter, pelo que, tratando-se do mesmo punção, este já se encontrava desgastado naquela altura.

O pé baixo e pouco desenvolvido da taça tronco-cónica e a ausência de canelura interna na diferenciação da parede do fundo remetem o vaso recolhido em Lisboa para os momentos mais avançados de alguns dos distintos tipos de taça tronco-cónica a que pode corresponder, nomeadamente a Consp. 22 e 25.

14	Arezzo	Consp. B.3.2	C3	Speratus P. Cornelii	SPERATVS/ (...)RN	639.2	>1 d.C.
----	--------	--------------	----	----------------------	-------------------	-------	---------

#### *Ennius* (OCK 761)- nº 15

*Ennius* operou em Pozzuoli em data que o *Corpus Vasorum* apenas indica como posterior à mudança da Era, tendo-se especializado na produção de taças (OCK: pág. 215).

Não repertoriada em OCK, uma marca executada com o mesmo punção foi recolhida no naufrágio “Planier 1” (L’HOUR 1984: pág. 62, fig. 6 n.º 3), que se presume ter ocorrido durante o primeiro quarto do século I d.C., mais provavelmente durante o primeiro decénio (Idem: pág. 63), o que constitui a indicação cronológica mais precisa disponível.

A marca da Praça da Figueira foi executada numa taça tronco-cónica *Conspectus* 22.2.1, com uma cronologia situada entre 15 a.C. e 15 d.C., forma característica de Pozzuoli, no que concorda com a marca (*Conspectus*: pág. 90; PASSELAC 1993a: pág. 560).

15	Pozzuoli	Consp. 22.2	B3	Ennius	ENN(...)	761. 2	1-15 d.C.
----	----------	-------------	----	--------	----------	--------	-----------

#### *Eros ?* (?) - n.º 16

O cognomen *Eros* está muitas vezes atestado para dependentes, como constitui o caso presente.

O texto tem a particularidade de se apresentar com a ordem dependente/principal, que, não sendo regra, é frequente. A grafia do *cognomen* apresenta também o S invertido.

Apesar destas características, a consulta exaustiva do *Corpus Vasorum* não permitiu a identificação do *dominus*. As hipóteses mais prováveis são as de *Q. Ancharius* (102), *C. Annius* (145), *L. Annius* (176), *Avillius* (377) e *C. Crispus* (568).

A cronologia é indicada a partir da tipologia formal do vaso e da forma da marca.

16	?	Consp. B.4.1	C 1	Eros (?)	EROS (S retro) / (...)ICI(?)	_____	1 – 20 d.C.
----	---	--------------	-----	----------	------------------------------	-------	-------------

Figura 14

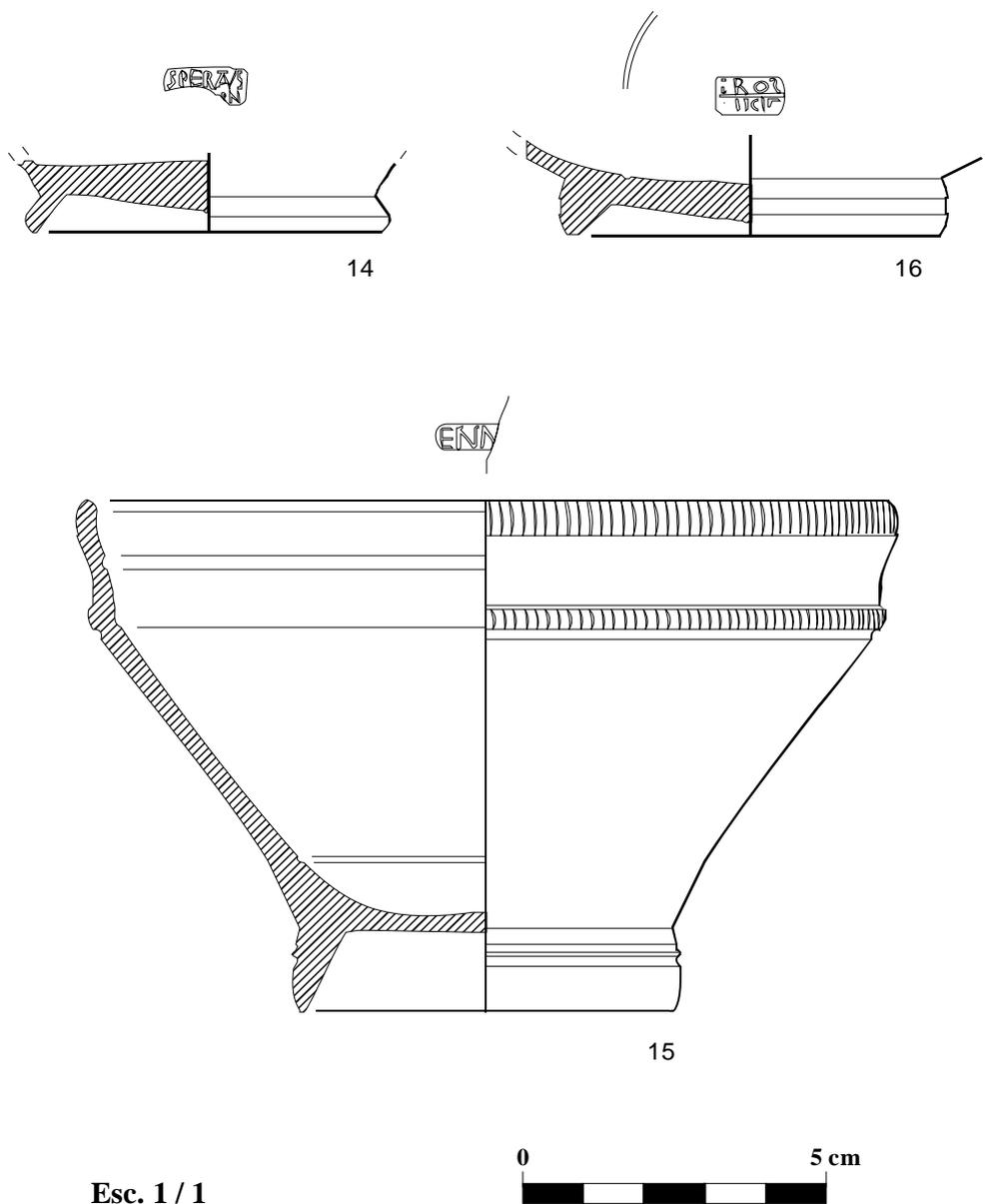


Figura 14 - Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 14, de Speratus Publii Corneli, n.º 15, de Eros, dependente de outro oleiro, e n.º 15, de Ennius.

***Hilarus (5) / N. Naevius Hilarus*** (OCK 953)- n.º 17

São vários os oleiros com este nome distinguidos pelo *Corpus Vasorum* (OCK).

A marca circular recolhida na Praça da Figueira foi classificada por Kenrick sob o item “*Hilarus (5)*”, “miscellaneous” (OCK: pág. 250), onde reúne as marcas dos *Hilarii* activos em Pozzuoli (950), no Vale do Pó (951) e em La Murette-Lyon (952). Para o paralelo exacto do exemplar lisboeta indica uma hipótese de origem na Itália Central (Idem), mas desconhecemos em que fundamentou a sua opinião.

Ao contrário da perspectiva original de Oxé, a revisão actual do *Corpus Vasorum* não associa esta impressão de *Hilarus* a *N. Naevius Hilarus* (Idem). O autor britânico é, relativamente a este oleiro, algo ambíguo, dado que explicitamente hesita entre a opinião de Oxé, conforme à identidade deste *Hilarus* com *N. Naevius Hilarus* (que admite nas referências a libertos(?) como *Atticus (3)*- OCK: 340) e a distinção entre *N. Naevius* e *Hilarus*, que entende como oleiros independentes associados (OCK: 1250).

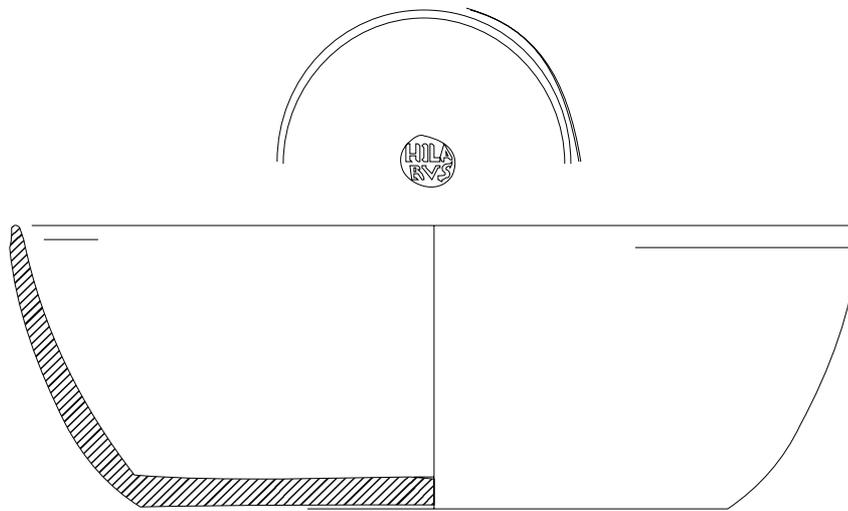
A opinião de Oxé tem outros suportes que não se podem descartar, nomeadamente a utilização preferencial pelos dependentes de *N. Naevius Hilarus* de marcas circulares enquadradas por grinalda, que Kenrick agrupa sob o principal *Naevius ii* (1232), como acontece com *Agathemerus* (1233), *Felix* (1239), *Primus* (1242), *Princeps* (1243), *Speculator* (1244 e 1978) e *Vitulus* (1247). No mesmo sentido, também na última edição do *Corpus* este tipo de marca surge com o texto *Hilarus* como presumivelmente correspondente a *N. Naevius Hilarus* (OCK: pág. 250).

Embora sigamos a designação mais recente para o autor da marca, pensamos que ela deverá corresponder a *N. Naevius Hilarus*, dada a forma pouco esclarecedora como Kenrick desmontou as relações estabelecidas por Oxé para esta oficina durante a revisão (OCK).

Impressão semelhante à da Praça da Figueira foi recolhida em Saintes, na camada 4 de Ma Maison, contexto datado de 10 a.C. a 20 d.C. (OCK: vaso 4941). Trata-se de uma indicação pouco útil, dado que a cronologia da forma do vaso lisboeta, a pouco frequente Consp.9- Serviço III de Haltern, é mais precisa (*Conspectus*: pág. 66; PUCCI 1985: pág. 394; PASSELAC 1993a: pág. 557).

17	Pozzuoli	Consp. 9	A 2	Hilarus (5) / N. Naevius Hilarus	HILA/RVS	953.3	1-20 d.C.
----	----------	----------	-----	----------------------------------	----------	-------	-----------

**Figura 15**



17

**Esc. 1 / 1**



Figura 15- Vaso de tipo itálico com marca de Hilarus (5)=N.Naevius Hilarus.

**Murrius** (OCK 1202)- n.º 18

O OCK apresenta diversos punções semelhantes de *Murrius*, com oficina talvez em Pisa, um dos quais se distingue por apresentar correspondência com a grafia do exemplar lisboeta (OCK: 1202.2). Infelizmente não se encontra ilustrado, pelo que não sabemos se se trata de um paralelo perfeito.

A pequenez do fragmento não permite apreciar um perfil que permita definir a tipologia do vaso, com probabilidade uma taça tronco-cónica. A datação proposta corresponde ao período de laboração atribuído ao oleiro pelo *Corpus Vasorum* (OCK: pág. 287).

18	Pisa ?	Taça	A 4	Murrius	MVRR	1202.22 ?	1-30 d.C.
----	--------	------	-----	---------	------	-----------	-----------

**Sextus Murrius Festus** (OCK 1212)- n.º 19

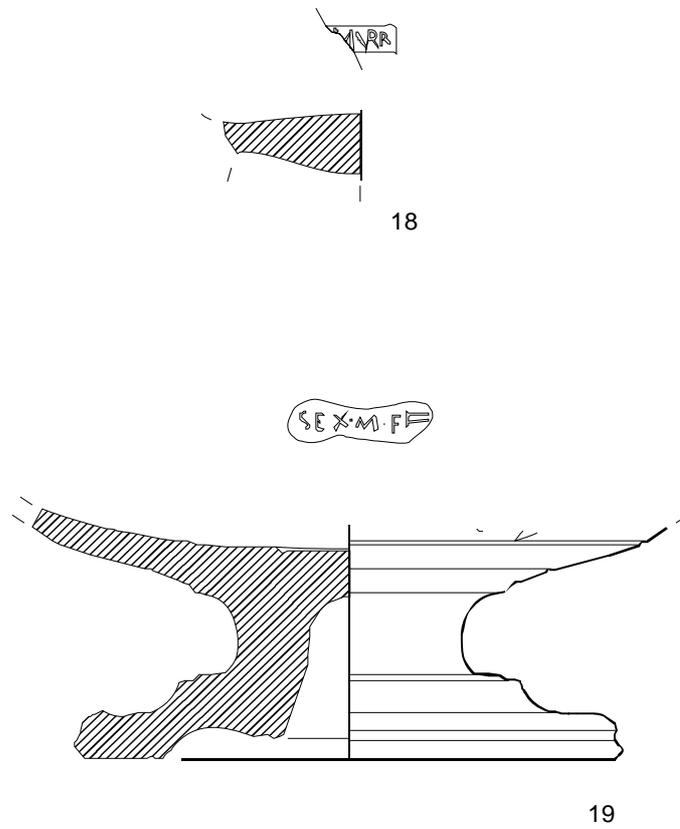
O cálice decorado de fabrico tardo-italico assinado por *Sextus Murrius Festus* constitui um dos contributos mais relevantes de todo o conjunto de marcas recolhidas na Praça da Figueira, pela problemática e significado que encerra.

A produção tardo-italica decorada teve um início de produção numa data posterior a 79 d.C., cronologia baseada na presença abundante de produções lisas atestadas em Pompeia e Herculano e na correspondente ausência de fabricos decorados dos mesmos oleiros aí representados, já detectada por Comfort, entre os quais *Sextus Murrius Festus* (PUCCI 1985 e 1990). As novas escavações sob a praça do fórum de Pompeia e área limítrofe –onde os contextos mais tardios se situam em 62 d.C. -, bem como a intervenção recente de Meta Studans –contextos datados de 64 d.C. ou pouco após -, na praça do Coliseu de Roma, vieram confirmar as observações de Comfort (especialmente MEDRI 1991: pág. 27; RIZZO 2003: pp. 79-84).

Contudo, os vasos tardo-italicos decorados são quase invariavelmente executados sobre formas inspiradas na produção sud-gálica, apesar do repertório decorativo ter uma raiz díspar, quer gálica quer, também, inspirados nas últimas produções propriamente itálicas (MEDRI 1991).

O vaso da Praça da Figueira, de que o estado de conservação não deixa perceber a gramática decorativa, utiliza uma forma “propriamente itálica”, como acontece aliás em muitos dos pratos e taças lisas da primeira fase de produção tardo-italica (Idem; RIBERA I LACOMBA 1989, especialmente pp. 178-182). A sua excepcionalidade é a de tratar-se de um cálice decorado, forma rara onde, em dois exemplares de Arezzo, se copiaram vasos de *Xanthus* e *Zoilus*, indício interpretado por Medri como correspondente a uma primeira fase

Figura 16



Esc. 1 / 1



Figura 16- Vaso de tipo itálico com a marca n.º 18, de Murrius, e vaso tardo-itálico com a a marca n.º 19, de Sextus Murrius Festus.

experimental da produção que a autora data de um período anterior à segunda metade da década de 70 d.C. (MEDRI 1991: pp. 27-28)

A raridade da forma está testemunhada no maior conjunto da Península Ibérica, Tossal de Manizes, onde apenas foi recolhido um cálice assinado por *Sextus Murrius T.* (RIBERA I LACOMBA 1989: n.º25), oleiro que trabalhou durante o principado de Cláudio (OCK: 1217), presumidamente anterior a *Festus* (datação atribuída de entre 60 e 150 d.C.-OCK: 1212). Outro vaso com esta tipologia, depositado no Museu de Estocolmo, mas com probabilidade proveniente de Itália, apresenta uma modelação do pé muito semelhante à do exemplar lisboeta, (WETTER 1993: pág. 83, n.º. 147) e é assinado por *M. Perennius Crescens* (1408) que operou em Pisa entre 30 e 60 d.C., um dos primeiros oleiros a produzir *terra sigillata* tardo-italica.

O cálice da Praça da Figueira vem, portanto, alargar o repertório formal conhecido de *Sextus Murrius Festus*, situando-se necessariamente nos primeiros momentos da sua produção, e integrá-lo na “fase experimental” definida por Medri (MEDRI 1991: pp. 27-32).

19	Pisa	Cálice	E6	Sextus Murrius Festus	SEX.M.F	1212.25	60-80 d.C.
----	------	--------	----	--------------------------	---------	---------	------------

### *C. P. P(isanus)* (OCK 1342)- n.º 20

Um dos primeiros oleiros da denominada produção tardo-italica, *C. P. P(isanus)*, está representado na Praça da Figueira por uma marca incompleta, executada num vaso de muito pequenas dimensões, provavelmente uma taça Consp. 34, 37 ou similar (*Conspetus*).

*C. P. P(isanus)* laborou sobretudo ao longo da segunda metade do século I d.C. (OCK: pág. 310). A sua olaria deveria localizar-se em Pisa ou arredores, tendo surgido moldes de *sigillata* decorada assinados por libertos de *Cneus Ateius* marcados com punção seu (e de *Lucius Rasinius Pisanus*) naquela cidade italiana (PUCCI 1990: pág. 14; MEDRI 1991: pp. 27 e 28), bem como vasos por si assinados (a mesma marca da Praça da Figueira-OCK: vaso 14240) na entulheira mais recente escavada na Via de San Zeno (KENRICK 1997). Porém, Klumbach supôs que as oficinas se situariam junto da foz do rio Arno (WETTER 1993: pág. 63).

A presença de vasos com a sua assinatura está atestada nos contextos datados de Pompeia e Herculano (Idem). Segundo a diversidade dos autores a sua actividade ter-se-á

iniciado em torno dos meados do séc. I d.C., estabelecendo uma continuidade com as produções itálicas mais tardias (PUCCI 1990; WETTER 1993; OCK).

As características visuais de pasta e revestimento do vaso com marca elíptica de Lisboa são indistinguíveis dos fabricos itálicos, o que deverá remeter a cronologia para os momentos iniciais da produção tardo-itálica.

20	Pisa	Consp. 34 ou 37	C1	C.P.P(isanus)	C.P.P(...)	1342.9	50-80 d.C.
----	------	--------------------	----	---------------	------------	--------	------------

#### *Philargurus* (1) (OCK 1444)- n.º 21

O OCK distingue dois oleiros com este nome (OCK: 1444 e 1445). A circunstância de se tratar de uma marca em *planta pedis* permite excluir o que laborou em época mais recuada (*Philargurus* (2)-OCK 1445), e adscrever à olaria que funcionou em Pozzuoli entre 1 e 20 d.C. (Idem: pág. 328).

A impressão de Lisboa não se encontra repertoriada no OCK, onde aliás apenas se apresentam duas impressões, nenhuma das quais com o formato agora atestado (Idem).

A impressão, incompleta, é de muito reduzidas dimensões e apresenta um *ductus* fino e cuidado, com algumas semelhanças com o exemplar OCK 1444.1 (Idem). O I não é visível, mas admitimos a sua presença em função da possível utilização de um nexu HI, muito corrente em oleiros itálicos.

De um ponto de vista cronológico a marca situar-se-á nos momentos finais da actividade conhecida para *Philargurus* (1), posterior a 15 d.C.

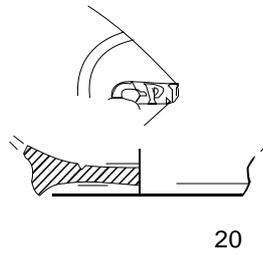
21	Pozzuoli	Taça ?	B 3	Philargurus (1)	PHILAR (... ?)	2523. hapax	> 15 d.C.
----	----------	--------	-----	-----------------	-------------------	----------------	-----------

#### *SPE* (?)- n.º 22

A marca encontra-se estampada numa taça tronco-cónica de perfil completo Consp.22.6, com uma cronologia situável entre 10 d.C. e 30 d.C. (*Conspectus*: pág. 90).

Verifica-se que se encontra truncada na sua parte inferior, e a deficiente impressão na zona do segundo carácter da primeira linha dificulta a leitura. É possível, contudo, restituir esta letra por T, F ou P: excluímos a primeira hipótese dada a ausência de vestígios assimiláveis à haste superior; entre as segunda e terceira, mais prováveis, optámos por P considerando o traçado horizontal inferior observável.

Figura 17



20



21

Esc. 1 / 1



Figura 17- Vaso tardo-itálico com a marca n.º 20, de C.P.P., E vaso de tipo itálico com a marca n.º 21, de Philargurus i.

Apesar de termos efectuado a consulta exhaustiva do OCK, daí não resultou a identificação do oleiro e, o que é mais importante, não existe nenhum paralelo conhecido para a impressão.

A grafia utiliza caracteres de dimensões um pouco superiores ao normal na epigrafia sigillaria. O círculo central, colocado numa segunda linha, admite a probabilidade de um maior desenvolvimento do texto, com a inclusão de uma terceira linha. Embora não seja forçosa a sua existência, uma suposta colocação centralizada da marca na peça confere maior consistência a essa probabilidade.

Com todas as limitações inerentes, optámos por atribuir a peça a um oleiro sem desenvolvimento do texto e que designámos por “SPE”, correspondente talvez a uma abreviatura de *tria nomina*, de *nomen* e/ou *cognomen*, embora outras hipóteses sejam admissíveis, nomeadamente a de um oleiro já documentado, *Speculator*, que laborou em Pozzuoli entre cerca de 1 d.C. até um pouco depois de 15 d.C. (OCK 1978). Porém, a grafia empregue por este oleiro nos seus punções que produziram diversificadas formas de marca (circular envolta em grinalda, sem esta, rectangular monolinear de extremidades bífidas, rectangular alongada de cantos arredondados e em planta pedis –OCK 1978:1 a 5), não se assemelha à da impressão lisboeta.

A cronologia indicada é atribuída com base nos pormenores da modelação do vaso, concretamente a curvatura e detalhe na elaboração do bordo, que o remetem para os momentos mais recuados do fabrico do tipo.

22	?	Consp. 26.1	A 3	SPE	SPE. (/ ... ?)	Hapax	1-20 d.C.
----	---	----------------	-----	-----	-------------------	-------	-----------

### **Tarquitius** (OCK 2038)- n.º 23

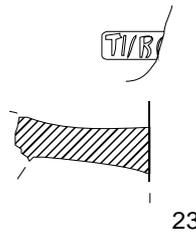
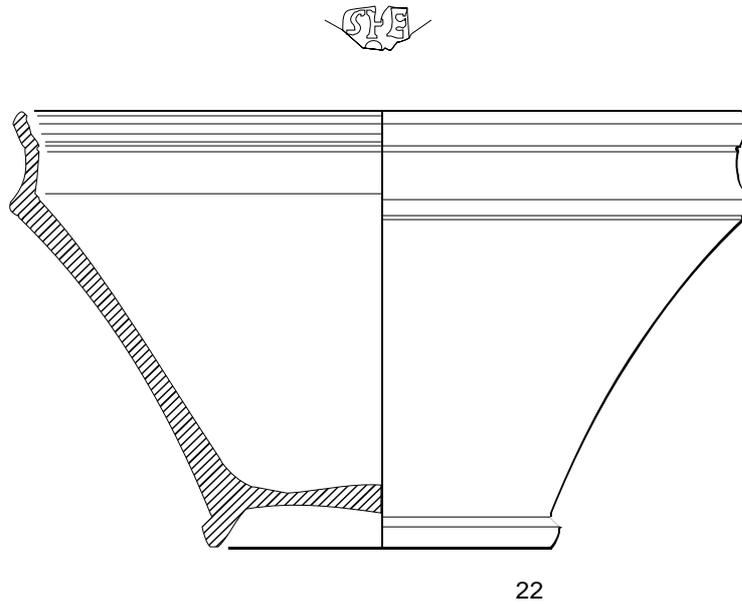
De acordo com o *Corpus Vasorum*, *Tarquitius* laborou em local desconhecido, entre 20 a.C. e a mudança da Era (OCK: pág. 417).

A impressão do fragmento recolhido na Praça da Figueira, incompleta, não se encontra repertoriada naquela obra e apresenta como principal diferença dos punções aí registados a deficiente gravação do segundo carácter, um A. A grafia é, no entanto, muito semelhante, em especial com a do punção OCK 2038.3.

A origem, como referimos, é desconhecida. A observação macroscópica do fragmento do fundo de taça da Praça da Figueira isola o tipo de revestimento deste exemplar do utilizado nos restantes vasos de produção itálica com marca inventariados.

23	?	Taça	D 5	Tarquitius	TARQ(...) (A invertido)	2038. hapax	20 a.C.- 1 a.C.
----	---	------	-----	------------	----------------------------	----------------	--------------------

Figura 18



Esc. 1 / 1



Figura 18- Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 22, de S.P.E.(?), e n.º 23, de Tarquitius.

**C. Vibienus (2)** (OCK 2373)- n.º 24

Kenrick atribui a localização da oficina de *C. Vibienus* a Arezzo, mas discute a existência de uma segunda oficina em Roma ou de uma deslocação para aí, baseado na concentração de achados em torno da *Vrbs* (OCK: pág. 473, invocando também a atribuição de *C. Vibienus Faustus* à Itália Central e a eventual equivalência de ambos os oleiros- Idem: 2373, 2377 e 2378).

A impressão detectada na Praça da Figueira foi executada numa taça tronco-cónica de que o perfil conservado não permite descortinar a tipologia com precisão. O pequeno desenvolvimento do pé e o perfil mais direito do fundo parece indicar a forma Consp.23, fabricada desde a época tardo-augústea (KLYNNE 2002: Summary) até ao terceiro quartel do séc. I d.C. (*Conspectus*: pág. 92; PASSELAC 1993a: pág. 561). A presença de um Sulco interior, na zona de inflexão que estabelece a separação entre a parede e o fundo, aproxima o vaso de Lisboa de vasos de época clássica, nomeadamente do tipo mais corrente Consp. 22 a que poderá corresponder.

Atendendo à cronologia atribuída à actividade de *C. Vibienus* ii, entre 1 d.C. e depois de 40 d.C. (OCK: pág. 473, sugerida por achados em contextos muito tardios, flávios), mas também às particularidades formais da taça recolhida na Praça da Figueira, propõe-se a cronologia indicada.

24	Arezzo	Taça	A 3	Caius Vibienus	C(.)VIB	2373.52	1 d.C. – 20 d.C.
----	--------	------	-----	----------------	---------	---------	---------------------

**L. Vibius** (OCK 2419)- n.º 25

A marca n.º 25 corresponde a uma das que mais dificilmente se conseguiu identificar. A forma da cartela é facilmente integrável no tipo 457/8 do *Corpus* (OCK: pág. 532). O texto é “grafomorfo”, estando ainda presentes quatro incisões verticais e oblíquas, numa linha incompleta. Durante as consultas exaustivas do OCK encontrámos um paralelo perfeito para a impressão da Praça da Figueira (OCK 2419.6), que na primeira linha apresenta um total de sete incisões e, na segunda, a legenda L. VIBI (Idem), pelo que a atribuição é feita com grande segurança.

Impressões similares à da Praça da Figueira foram recolhidas em Neuss, sítio ocupado depois de 20 a.C. (OCK: vaso 1407).

O perfil do fragmento, que compreende o fundo do vaso e o arranque da parede, autoriza a adscrição a uma forma Consp. 7.1, datável de 40 a.C. a 5 d.C. (*Conspectus*: pág.

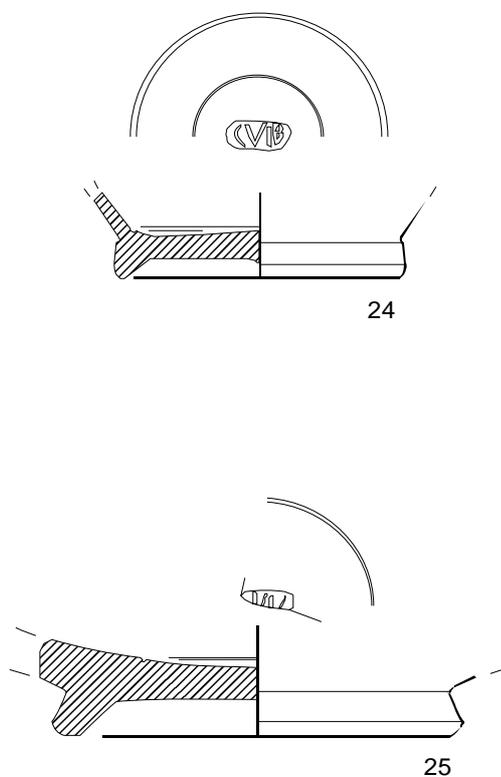
**Figura 19****Esc. 1 / 1**

Figura 19- Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 24, de Caius Vibienus (2), e n.º 25, de Lucius Vibius.

64; PASSELAC 1993a: pág. 556), o que está de acordo com a cronologia atribuída ao funcionamento da olaria de *L. Vibius* (15 a.C. a 5 d.C.- OCK: pág. 484).

25	Itália Central ?	Consp. 7.1	B 3	L. Vibius	(...)/III/ (...)	2419.6	15 a.C.– 5 d.C.
----	---------------------	---------------	-----	-----------	------------------	--------	--------------------

### *Volusus* (OCK 2523)- n.º 26

Kenrick identifica *Volusus* com *M. Valerius Volusus* (OCK 2317 e 2318- OCK: pág. 503), atribuindo-lhe um período de funcionamento situado entre 10 a.C. e 20 d.C.

A marca, em trifólio, corresponde ao tipo OCK 2523.34 (Idem), estampada no fundo interno de uma taça de tipologia indeterminada. A impressão reproduzida no *Corpus Vasorum* não corresponde a um paralelo exacto do exemplar lisboeta: as dimensões são diferentes; a folhagem do elemento fitomórfico está invertida em relação ao exemplar de referência; o prolongamento da haste do motivo prolonga-se para a gravação do L. A grafia é, com muita precisão, a mesma.

A forma da marca remete o intervalo cronológico inferior para um momento afastado do início da actividade de *Volusus*, com probabilidade situado já durante a Era.

26	Pisa	Taça	C 2	Volusus	(...)(palma) LVSI	2523.34 similis	> 1 d.C. – d.C.
----	------	------	-----	---------	----------------------	--------------------	--------------------

### *Vrbanus* (1) (OCK 2528)- n.º 27

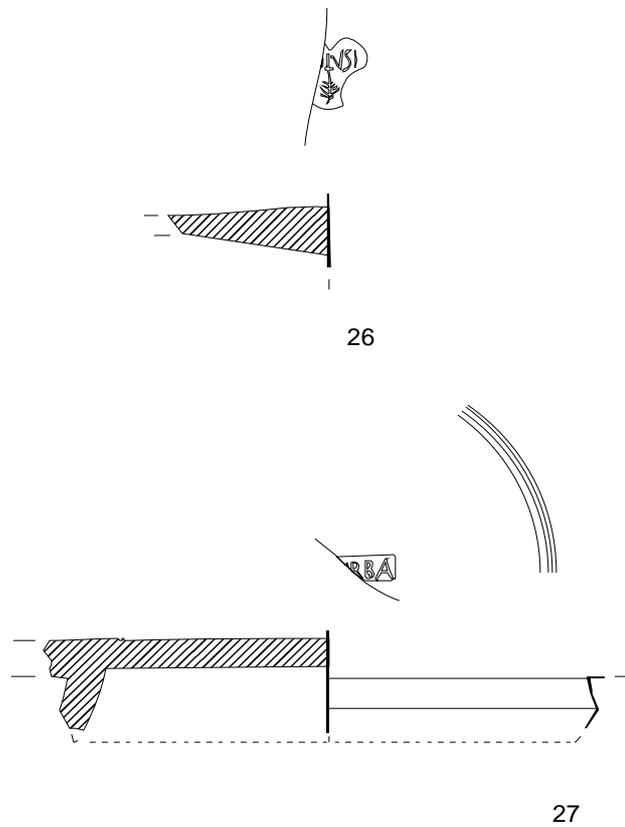
O *Corpus Vasorum* distingue *Vrbanus* de um homónimo atestado em vários punções de La Murette-Lyon (2529) e de *L. Vrbanus* (2530), também de Pozzuoli, com base na cronologia de laboração. Com efeito, ao oleiro representado na Praça da Figueira é atribuído um espectro mais alargado, e um início de actividade mais tardio (OCK: pp. 504-505). A grafia dos três oleiros é bastante semelhante, nomeadamente a utilização de nexo VR nos seus punções, mas constitui uma solução epigráfica bastante difundida em oleiros seguramente distintos (atestada, por exemplo, em *C. Murius* –OCK 1198-, *Murius* –OCK 1199-, *Camurius* –OCK 514-, *Murranus* –OCK 1200-, ...).

Em Magdalenensberg, em contextos anteriores a 45 d.C., ocorre quatro vezes a marca aparentada com a da Praça da Figueira (OCK: vasos 1730, 3026, 3027 e 3209).

A laboração de *Vrbanus* i é situada pelo *Corpus Vasorum* como posterior à mudança da Era (Idem) e, embora aquele trabalho não o especifique, a existência de uma marca em *planta pedis* (Idem: 2528.4) pressupõe que estivesse ainda activo cerca de 15 d.C.

27	Pozzuoli	Consp. B. 2.7	A 2	Urbanus (1)	VRBA	2528.3 similis	1– 30 d.C.
----	----------	------------------	-----	-------------	------	-------------------	------------

Figura 20



Esc. 1 / 1



Figura 20- Vasos de tipo itálico com as marcas n.º 26, de Volusus, e n.º 27, de Urbanus i.

**Xanthus (2)= Cn. Ateius Xanthus** (OCK 2536 e 316)- n.º 28

*Xanthus* operou inicialmente como dependente de *Cneus Ateius* (276), estando relacionado com a actividade das oficinas ateianas a partir do momento em que estas se deslocam de Arezzo para Pisa em 5 a.C. (KENRICK 1997). A inventariação de uma marca radial sua (OCK 316.1), apesar de atribuída a Pisa pelo *Corpus Vasorum* (Idem), poderá corresponder à actividade desenvolvida anteriormente à deslocação para a costa ocidental da Itália.

*Xanthus* produziu também em La Mulette-Lyon, onde estão atestadas impressões suas isoladamente e em associação com *Zoilus* (Idem: pág. 510).

A sua actividade pisana, à qual corresponderá a marca encontrada em Lisboa, desenvolve-se entre 5 a.C. e os meados do século I d.C. (Idem: pág. 506), tendo atingido a sua manumissão quando laborava nesta localidade.

A marca, incompleta, é em *planta pedis*, executada num taça do tipo Consp. 26.1.2, datável de toda a primeira metade do século I d.C. (Conspectus: pág. 98; PASSELAC 1993a: pág. 561), em que o estado fragmentário do bordo não permite descortinar a presença, ou não, de decoração aplicada.

28	Pisa	Consp. 26.1.2	C 3	Xanthus(2) / Cn. Ateius Xanthus	XAN(...)	2536.132	15-50 d.C.
----	------	---------------	-----	---------------------------------	----------	----------	------------

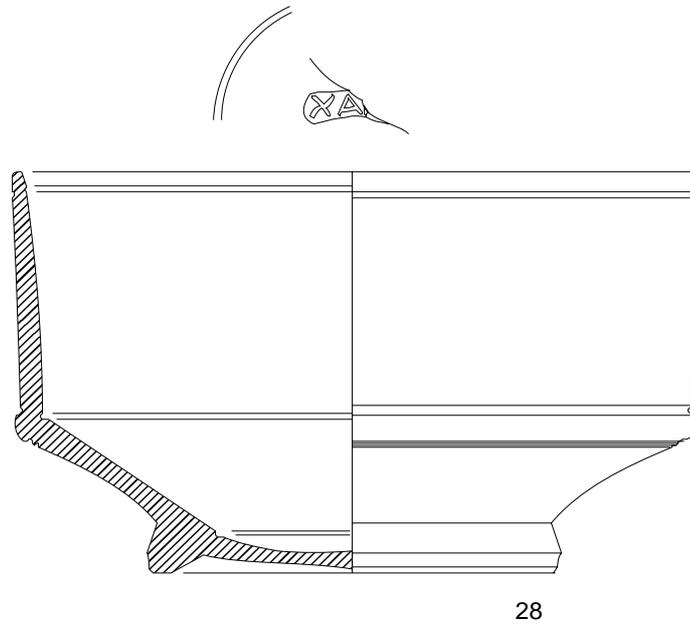
**Oleiro não identificado-** bilineares- n.º s 29-30

A impressão da marca n.º 29 é muito deficiente, pelo que a identificação do oleiro se revelou impossível, apesar da consulta intensiva do OCK. Temos aliás dúvidas na leitura dos caracteres que parece apresentar.

A cronologia foi indicada com base na forma da marca, frequente durante o principado de Augusto, e nos pormenores formais que o fragmento de prato apresenta: a decoração executada a rosetilha no fundo interior e a espessura do arranque do pé, que apontam para as formas Consp.1.2. (datada de 15 a.C.-1 a.C. - PASSELAC 1993a: pág. 555), Consp.10.3 (datada de 30 a.C.-10 a.C. - PASSELAC 1993a: pág. 557), Consp. 11 (datada do horizonte de “Dangsteten-Oberaden”, de meados do principado de Augusto – *Conspectus*: pág. 90; ou entre 15 a.C. e 1 a.C. - PASSELAC 1993a: pág. 557) ou ainda Consp.12.1 (produzida entre 15 a.C. e 15 d.C.- Idem).

A dimensão do fragmento n.º 30 mais não autoriza do que propor tratar-se de uma taça. A impressão apresenta apenas os limites de uma marca bilínear, com palma associada.

**Figura 21**



**Esc. 1 / 1**



Figura 21- Vaso de tipo itálico com a marca n.º 28, de Xanthus (2)/Cneus Ateius Xanthus.

A cronologia deste fragmento resulta da análise contextual (ver capítulo 7.), bem como da forma de marca, mais frequente sob Augusto (OCK 261).

29	?	Prato	C 2	?	(?)V(...) / (quadrado) AV(...)	_____	15 a.C. – d.C.
30	?	Taça	B 3	?	(...)O (ou D) / (...) (palma)	_____	15 a.C. – d.C.

### Oleiro não identificado- trifólio- n.º 31

A marca em trifólio está muito incompleta e os vestígios de letras que apresenta poderão não corresponder e ter sido provocados pela exaustão da utilização do punção ou por uma má impressão.

O número de oleiros que utilizaram punções compatíveis com a impressão da Praça da Figueira é bastante limitado (*Crestus* (285), *L. Fastidienus* (809), *Fuscus ii* (858), *M.P.S.* (1534), *Mahes* (1087), *L. Ple( ) Amar( )* (1477), *Pupius* (1585), *Xanthus ii* (2536) e *Zoilus ii* (2544) ), mas não descortinámos elementos suficientes que nos permitissem arriscar uma atribuição.

31	?	Consp. 20 ?	B 3	?	(...)O(...)L (... ?)	_____	> 1 d.C.
----	---	----------------	-----	---	-------------------------	-------	----------

### Oleiro não identificado- *planta pedis* anepígrafa (OCK 2557)- n.º 32

A impressão está incompleta, mas a sua pequena dimensão permite afirmar tratar-se de uma marca anepígrafa semelhante ou correspondente ao tipo OCK 2557.1.

32	?	Taça	A 3	?	Anepígrafa	OCK. 2557	15 d.C. – d.C.
----	---	------	-----	---	------------	-----------	-------------------

### Oleiro não identificado- *planta pedis* ilegível- n.º 33

Da impressão apenas é visível a parte terminal direita de uma *planta pedis* e vestígios de uma haste oblíqua de letra.

Impressa sobre um prato de forma indeterminável, a sua cronologia corresponde à da forma de marca.

33	?	Prato	B 3	?	(...)V(?)	_____	> 15 d.C.
----	---	-------	-----	---	-----------	-------	-----------

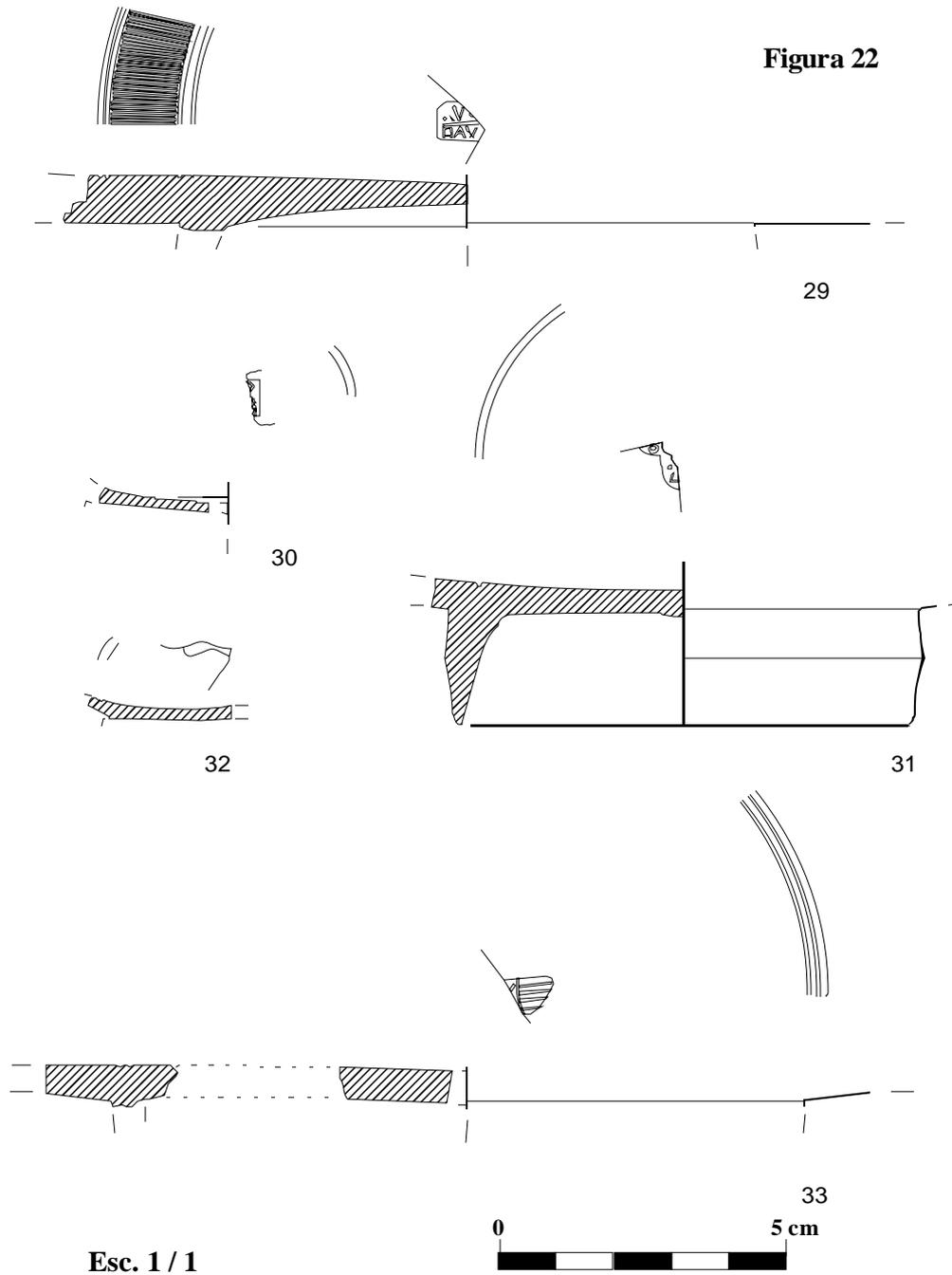


Figura 22- Vasos de tipo itálico com as marcas ilegíveis n.ºs 29 a 33.

#### 6.4. As “marcas de oleiro” em produções gálicas da Praça da Figueira.

##### 6.4.1. Sinopse dos estudos sobre “marcas de oleiro “ em *terra sigillata* gálica.

A história da investigação da *terra sigillata* gálica foi objecto de uma síntese recente por Bernard Hofmann (HOFMANN 1986: pp. 121-132). O trabalho, muito orientado para o público francófono, privilegia claramente as produções gálicas, e resulta de uma extrema utilidade no âmbito do presente item. Estabeleceu um faseamento da investigação dividido em quatro períodos: o “dos percursos”, anterior a 1895; o “dos primeiros cientistas”, anterior à primeira “grande guerra”; o “de entre as duas grandes guerras”, de 1914 a 1945; finalmente, a “época moderna” da investigação (Idem: pp. 121-122).

As primeiras publicações que procedem à recolha de marcas em *sigillata* gálica correspondem às obras publicadas em 1857, pelo alemão Fröhner, que reúne 2200 impressões em várias classes cerâmicas, incluindo *terra sigillata*, indicando apenas a proveniência, e do francês Schuermans, que colige 6000 marcas em vasos, também de origens e fabricos diversos (HOFMANN 1986: pp. 122-123).

Neste período dos “percursos”, delimitado por Hofmann na sua síntese sobre a história da investigação sobre a *terra sigillata* (Idem:pp.121-132), destaca-se a obra de 1893 do francês Th. Habert, que registou 1500 marcas em cerâmica de distintas classes onde, pela primeira vez, se utilizou um parâmetro regional (Borgonha) e se apresentou a reprodução das impressões (Idem: pág. 123).

Contudo, e em função das limitações da pesquisa na época, os estudos não procuraram a definição da origem das marcas identificadas.

A publicação do artigo de Draggendorf de 1895 lançou as bases da terminologia formal ainda hoje utilizada no estudo da *sigillata* gálica (POLAK 200: pág. 65), e evidenciou através do seu tratamento dos dados a normalização das formas da produção (HOFMANN 1986: pág. 124), correspondendo por isso ao início do segundo período de investigação, denominado por Hofmann como o “dos primeiros cientistas” (Idem).

Talvez se possa recuar esta fase a 1894, data da primeira publicação dos resultados das escavações dos estabelecimentos militares romanos do *limes* germânico e da *Rhaetia*, sob a direcção de Fabricius, Hettner e Sarwey (os *Obergermanisch-Raetische Limes des Römesreiches* –adiante mencionado por O.R.L.- Idem: pág. 125), em cujo quadro foi publicado o estudo de Draggendorf.

Os O.R.L. viriam a revelar um conjunto de obras clássicas, elaboradas com base nos materiais recuperados nos diversos sítios militares, entre os quais se contavam numerosos fragmentos de vasos gálicos marcados que serviriam para o estabelecimento de diversos estudos morfológicos, salientando-se, para a *sigillata* sud-gálica dos provenientes do Erdlager-Hoffheim por Ritterling (1912 *apud* POLAK 2000: pág. 66).

Entre 1905 e 1912, e com o mesmo enquadramento, Knorr, professor de desenho industrial em Stuttgart, aprofundaria os conhecimentos sobre a produção de *sigillata* decorada com base nos sítios de Cannstatt, Köngen, Rottweil e Rottenburg, a partir dos quais lançou as bases metodológicas para as sínteses que produziria na segunda fase da periodização (HOFMANN 1986: pág. 126).

No âmbito da investigação alemã da mesma época, Fölzer em 1913 produz um trabalho que procedeu ao esclarecimento da localização de diversos oleiros gálicos que laboraram em La Madeleine, Luxeuil, L'Argonne e Trèves e locais então desconhecidos (Idem: pág. 127-128) e, entre 1901 e 1914, Ludowicci publicou os estudos sobre as escavações da oficina palatina de Rheinzabern, que apresentaram desenvolvimentos importantes para a caracterização dos fabricos do grupo este-gálico (Idem: pág. 125).

Seria fora do âmbito germânico que surgiriam dois outros trabalhos clássicos: Déchelette, em França, publicou em 1904 a sua obra de carácter enciclopédico, onde se manifesta o maior interesse pelas produções decoradas (BÉMONT 1986: pp. 13-14), e na Escócia, Curle elaborou o estudo das duas séries cronologicamente distintas de *sigillata* presentes no acampamento militar romano de Newstead, ambas correspondentes à instalação dos dois muros de fronteira edificados nos principados de Adriano e de Antonino, permitindo o aperfeiçoamento da tipologia dos vasos e dos grupos que os produziram (HOFMANN 1986: pág. 127; CURLE 1912).

Entre duas “grandes guerras” seriam estabelecidas algumas das orientações especializadas de análise da *sigillata* gálica que ainda hoje predominam: o estudo das marcas, das formas e das decorações produzidas a molde (BÉMONT 1986: pp. 13-14).

Partindo dos dados disponíveis, Knorr elabora a sua primeira síntese sobre as decorações da *terra sigillata* gálica, publicada em 1919 (Idem: pág. 126), obra ainda hoje de grande utilidade, mas que enferma do óbice de atribuição de estilos a oleiros com base nas marcas internas, dado que se desconhecia então que o utilizador de moldes poderia não corresponder necessariamente ao “decorador” e, sequer, que os moldes poderão ter sido alvo de comércio.

F. Oswald e D. T. Price produziram em 1920 a segunda obra de síntese de carácter geral dedicada à *terra sigillata* (OSWALD e PRICE 1920). Nela, embora tenham abordado matérias relacionadas com outros grupos de *sigillata* (tratando nomeadamente alguns aspectos do grupo itálico e das suas origens), dedicaram uma preferencial atenção à *sigillata* “provincial”, gálica, que subdividem em vários grupos: sud-gálico ou Ruteno, englobando os fabricos conhecidos à época de La Graufesenque, Montans e Banassac; centro-gálico ou Arvério, compreendendo os centros produtores detectados em Lezoux, St. Rémy-en-Rollat, Lubié la Palisse e Vichy; este-gálico, que incluía as olarias identificadas em Luxeuil, “olaria de *Satto* e *Saturninus*”, Heilingenberg, La Madeleine, Ittenweiler, Trèves, Rheinzabern, Lavoye, Les Allieux, Avocourt, Compiègne, Eschweilerhof, Blickweiler, Remagen, Sinzig, Vindonissa e Mandeure; Trans-Renano, que compreendia as produções de Heddernheim, Bregenz, Westerdorf e Kräherwald (Idem: pág. 11).

O seu objectivo, explícito no subtítulo, era o de definição cronológica. Procederam, por isso, a uma reajustamento do faseamento antes avançado por Déchelette, propondo uma seriação em três períodos, mais detalhadamente desenvolvida para o primeiro grupo “provincial”: 40-75 d.C., 75-110 d.C. e pós 110 d.C. (Idem: pp. 13-38).

A orientação do “*Introduction*” (Idem) seria desenvolvida com maior profundidade nos anos seguintes por F. Oswald, ao publicar, sucessivamente, dois *corpora* dedicados a cada uma das temáticas a que fizemos menção acima: o *Index of Potter’s Stamps on Terra Sigillata (Samian Ware)* (OSWALD 1931) e *Index of Figure Types on Terra Sigillata (Samian Ware)* (OSWALD 1937 *apud* BÉMONT 1986: pág. 15, nota 2).

A informação cronologicamente mais qualificada de que Oswald e Price dispunham resultava, em boa parte, do seu conhecimento dos achados ocorridos em território britânico, particularmente nos variados acampamentos militares romanos, e da sua conjugação com outros elementos de contextos bem datados como os resultantes dos “fortes” do *limes* germânico.

Sensivelmente ao mesmo tempo das publicações de Oswald, foi publicada a monografia do padre Hermet, dedicada ao importante sítio de La Graufesenque (HERMET 1934 *apud* Idem; HOFMANN 1986: pág. 130), que inaugurou o estudo monográfico dos centros produtores produzido a partir dos achados verificados no local (em particular os róis/listagens de enforamento) e de recolhas efectuadas noutros sítios (particularmente os bem datados do *limes* germânico).

Os restantes anos que precederam a segunda “grande guerra” corresponderam, porém a um período de menor publicação (Idem).

Os primeiros estudos do “período moderno” caracterizaram-se pelo maior interesse por abordagens monográficas dos sítios de produção e de consumo.

Assumiu um importante o papel o recém criado organismo estatal de investigação francês, e a conseqüente publicação da revista *Gallia*: aí editou Durand-Lefèbvre as marcas dos vasos originários de Montans depositados no Museu de Toulouse em 1948 (Idem: pág. 132).

Embora com antecedentes, existiu uma relação directa dos estudos com as conseqüências da “segunda grande guerra”. A reconstrução das cidades europeias afectadas pelo conflito conduziu à recolha de numerosos vasos gálicos, provocando o aparecimento de diversos trabalhos: o estudo de Glasbergen sobre o sítio holandês de Valkenburg (1944), de Hawkes e Hull sobre Colchester (1947), de Oswald sobre *Margidunum* (1948), de K. Kenion sobre Leicester (1948), de N. Lamboglia sobre Vintimiglia (1950) (Idem: pág. 134). Outros sítios importantes não afectados, bem datados historicamente, beneficiariam também da atenção dos arqueólogos, caso Augst, estudada por E. Ettliger (1952) (idem).

O pós-guerra beneficiou também do impulso da investigação dado pelo ceramólogo Howard Comfort, motivado pelas capacidades de datação desta classe cerâmica (Idem). Ao promover a criação, na década de '50 do século XX, da associação *Rei Cretariae Romanae Fautuores* (R.C.R.F.), o Norte-americano proporcionou as condições para um maior intercâmbio da informação entre os investigadores das várias nacionalidades. Outra conseqüência, indirecta, do aparecimento dos R.C.R.F., foi o de ter servido de inspiração para a criação, mais tardia, mas em paralelo, de organizações similares em França e na Grã-Bretanha: a *Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en Gaule*, promovida por M. Lutz, C. Bémont, H. Vernhet e A. Vernhet, e mais recentemente, da *Society for the Roman Pottery Studies*.

Em 1958 o conhecimento das oficinas de Lezoux foi objecto de tratamento monográfico por Stanfield e G. Simpson (STANFIELD e SIMPSON 1958 *apud* HOFMANN 1986: pág. 132). Os autores basearam-se nos dados do limes britânico para estabelecer as cronologias dos oleiros deste importante centro este-gálico, sem porém abordar aqueles do século I d.C. (Idem).

Dos vários estudos publicados nos anos ‘1960 merece destaque a publicação do material de Neuss (1967), elaborada por Mary, onde propôs a revisão das leituras e datações propostas por Oswald para muitos dos oleiros sud-gálicos (Idem).

Em 1963 iniciou-se outra linha de investigação fundamental para o conhecimento das “marcas de oleiro” gálicas: no Reino Unido, e perante a percepção das grandes limitações do “*Index*” de Oswald (OSWALD 1931), Felicity Wild, Brenda Dickinson e Brian Hartley empreenderam a recolha intensiva das impressões destinada à elaboração de um novo *corpus* (DANELL 1998: pág. xiv). Este trabalho, ainda hoje em desenvolvimento, partiu de alguns pressupostos metodologicamente inovadores na investigação da epigrafia *sigillaria*: com uma atenção especial dedicada à grafia, desenho e estado de conservação da “marca de oleiro”, os investigadores tiveram a percepção de que a cada estampagem correspondia um punção e de que a degradação deste, patente na impressão, encerrava um significado cronológico (Idem).

O principal desenvolvimento desta época, porém, ocorreu nos finais da década de ‘1960 e inícios da seguinte, e consistiu nos resultados da aplicação de técnicas laboratoriais de análise, arqueométricas. Esta abordagem das cerâmicas rompeu com as metodologias de atribuição de proveniência até aí praticas, baseadas nos critérios e parâmetros mais tradicionais como a dispersão, a morfologia dos vasos, as decorações e as próprias “marcas de oleiro” das diferentes produções gálicas (PICON et. al. 1975; BOCQUET e PICON 1994).

A partir dos inícios da década de ‘70 do século XX ocorreu a detecção de boa parte dos centros produtores de *sigillata* e de “imitações mais antigas da Gália: La Montée de La Murette-Lyon (1973- WIDEMANN 1975), Bram (1970- PASSELAC 1986) e Jonquières-Saint-Saturnin (LAUBENHEIMER e ALBAGNAC 1986). O mesmo sentido assumiu a revisão dos vasos atribuídos a um centro não localizado da região de Narbonne (SOLIER e SABRIÉ 1979 apud PASSELAC e SABRIÉ 1986).

O primeiro local citado, embora se incluía na produção itálica, veio proporcionar um quadro explicativo mais complexo para o surgimento dos fabricos gálicos nas regiões meridionais e centrais, indiciado pela presença de oleiros itálicos nos restantes locais citados e pelo reequacionar dos dados de Montans e La Graufesenque, que conduziu às mesmas conclusões, isto é, do importante papel desempenhado pelo factor itálico no surgimento da produção propriamente gálica (BÉMONT 1986: pág. 14).

A investigação desta década viria a beneficiar também do achado de contextos fechados em locais de produção cerâmica, “depósitos” (no sentido de depósitos portuários

e lojas- RHODES 1989) e de “mercadoria em trânsito” (Idem): é o caso da “Fossa de Gallicanus”, da “Fossa de Cluzel 15” e do “Depósito do Grande Forno”, em La Graufesenque (POLAK 2000: pp. 409-410); dos depósitos portuários de New Fersh Wharf-Londres (DICKINSON 1986) e La Nautique-Narbonne (FICHES et. al. 1979); dos naufrágios marítimos como o de Port-Vendres II (COLLS et al. 1977), ou fluviais como o de Vichy-Allier (RHODES 1989: pág. 50); as lojas de Castleford e Colchester (RHODES 1989: pp. 53-54).

Da mesma forma, o registo de recolhas de marcas noutros contextos bem datados prosseguiu, caso de sítios militares romanos da Grã-Bretanha como os de Fishbourne, Great Casterton, Ilkley, Slack, *Segontium*, entre outros (Cf. POLAK 2000: pp. 407-414)

Em 1976 C. Bémont publicou *a terra sigillata* das escavações de *Glanum*, que incluía um conjunto significativo de vasos gálicos (BÉMONT 1976). Nele, a investigadora procede a apreciações críticas sobre o significado das marcas presentes no sítio, que dividiu em séries relacionadas com o período de actividade conhecido para as diversas oficinas, e cuja validade era aplicável a outros locais, destacando, mais uma vez, a insuficiência dos dados do *Index* (OSWALD 1931) para a apreciação do volume de produção dos vários oleiros atestados, vital para a construção de hipóteses explicativas sobre a importância da sua representação (BÉMONT 1976: pp. 256-246).

No mesmo ano Vernhet procede à sistematização dos serviços flávios de La Graufesenque (VERNHET 1976 *apud* POLAK 2000: pág. 19).

Proseguia, entretanto a preparação do “*Index*” de Hartley e Dickinson atrás mencionado. Em 1975 o manuscrito atingiu 1 m de altura (!), mas estava bastante condicionado pela não concessão de acesso às colecções de Millau referentes a La Graufesenque (DANELL 1998: pág. xiv). Ainda assim, o seu conteúdo metodológico e as novas datações iam aparecendo nas diversas publicações dos seus autores, em parceria ou isoladamente (ver lista bibliográfica correspondente em POLAK 2000 ou em DOOL e PENTNEY 1998).

Em 1986 foi produzida uma síntese “estado da questão” sobre a *terra sigillata* gálica alto-imperial, orientada para a apresentação dos centros produtores, respectivos produtos e relações (DAF). Do seu conteúdo destacou-se, para além de alguns dados até então inéditos, os aspectos que fundamentam as relações mais ou menos estreitas entre os diferentes centros, e a abordagem da organização socio-económica das oficinas (MARICHAL 1986; JACOB e LEREDDE 1986).

Os mesmos temas “em agenda” seriam retomados em 1994, aquando da reunião de Millau (MEES 1994, BET et. al. 1994, EBNÖTHER et. al. 1994), e, posteriormente, por artigos dispersos de diversos autores (sobretudo MARICHAL 1988 e VERNHET e BÉMONT 1990 *apud* POLAK 1998; Idem; POLAK 2000; DANNELL 2002).

A investigação prosseguiu, em paralelo, centrada no estudo dos centros produtores, procurando-se aperfeiçoar a caracterização dos distintos fabricos, de que se poderia citar o exemplo de La Graufesenque e os trabalhos onde se publica e sintetiza os dados dos contextos mais antigos, datados do principado de Augusto, de grande relevância para a compreensão da origem dos oleiros mais antigos, alguns dos quais de grande longevidade (GENIN, HOFFMANN e VERNHET 2002; GENIN e VERNHET 2002).

Noutro sentido, prosseguiu e foi dada uma maior relevância aos aspectos do estudo morfométrico dos vasos cerâmicos antes iniciados (citem-se os casos de La Nautique – FICHES, GUY e PONCIN 1979-, Cala Culip IV – NIETO PRIETO 1986, Baelo Claudia – BOUGEOIS e MAYET 1986 e Vechten- POLAK 1994 e 2000).

A informática assumiria no final de século um papel importante, ao permitir lidar com uma massa de dados volumosa, que seria impraticável com tecnologia tradicional. Um dos reflexos da sua aplicação à *terra sigillata*, particularmente vantajosa para sítios urbanos onde a classe assume uma grande relevância quantitativa e fornece indicações cronológicas, transparece das comunicações apresentadas na reunião de Mont Beuvray (ARCELIN e TUFFREAU-LIBRE 1998), da digitalização do tratamento da *sigillata* decorada do naufrágio de Cala Culip IV (NIETO e PUIG 2001), e da informatização do arquivo das “marcas de oleiro” de Wild/Hartley/Dickinson, que se encontra no momento presente em execução na Universidade de Leeds (DANELL: pág. xiv). Esta última obra constituirá, certamente, a futura base de trabalho sobre as “marcas de oleiro” gálicas.

Marinus Rien Polak publicou, em 2000, o resumo da sua tese, elaborada com base no grande conjunto de “marcas de oleiro” de La Graufesenque recolhidas no acampamento militar romano de Vechten, na Holanda (POLAK 2000). O trabalho de Polak corresponde à síntese mais actualizada sobre a *sigillata* sud-gálica disponível e produziu uma análise mais fina da produção: por um lado, as marcas foram estudadas na perspectiva morfométrica da subtil evolução dos vasos, já demonstrada em trabalho anterior (POLAK 1994); por outro, com base nos resultados obtidos e em análises arqueométricas, o autor corrige algumas das atribuições de proveniência de Oswald (OSWALD 1931); finalmente, aplicando os mesmos parâmetros de estudo aplicados por Hartley e Dickinson (ver *supra*),

apresentou cronologias de utilização para os punções de muito maior precisão e mais solidamente fundamentadas.

#### **6.4.2. Problemáticas no estudo das “marcas de oleiro” em T.S. Gálica.**

Os fabricos gálicos, especialmente os meridionais produzidos a partir de 40 d.C., desenvolveram grandes relações entre os vários centros oleiros, patentes nas marcas dos mesmos indivíduos presentes nos diferentes locais (POLAK 2000: pp. 20 e 30), na adopção de decorações semelhantes (BET et. al. 1994), na comercialização de moldes (Idem) e numa normalização da produção ao nível das formas e dimensões dos vasos e da aparência das pastas e dos revestimentos (POLAK 1994).

Esta profunda relação coloca dificuldades ao investigador actual de distinguir com precisão a proveniência dos vasos e fragmentos que estuda baseado exclusivamente na análise macroscópica: poderíamos citar como exemplos os problemas que se colocaram a Marinus Polak na distinção entre os vasos de La Graufesenque e Banassac (POLAK 2000: pág. 29) ou a Conceição Lopes entre certos fabricos de La Graufesenque e de Montans, que a autora afirma indeterminável sem o recurso a análises laboratoriais (LOPES 1991: pág. 38).

A marca de oleiro das produções gálicas apresenta, por consequência, uma informação mais qualificada e revela-se de maior utilidade no momento de determinar a percentagem de importações dos diferentes centros.

Contudo, a existência de determinadas marcas num vaso nem sempre permite efectuar essa atribuição com segurança: o problema coloca-se com especial incidência nas peças que evidenciam marca intra-decorativa, dado o comércio de moldes na antiguidade (MEES 1994).

A existência de homónimos em sítios distintos ou a actividade do mesmo indivíduo em mais do que um local introduz um outro factor de dificuldade. Na impossibilidade de dispor de análises laboratoriais, a única forma de destrinçar a origem será a da observação cuidadosa da impressão e verificar a sua equivalência com uma outra registada em contexto de produção ou que tenha sido sujeita a análise arqueométrica.

Os problemas colocados pela homonímia também se verificam no interior de um mesmo centro oleiro. Citando um exemplo do *Index* de Oswald, *Primus* é atribuído a vários locais durante 60 anos (OSWALD 1931: pág. 248-250 e 414). Considerando a vida profissional de um oleiro, estimada entre 20 e 40 anos para a produção centro-gálica

(HOFMANN 1986: pág. 82), é mais credível que estejamos em presença de mais do que um indivíduo. A distinção entre os vários oleiros é então efectuada a partir da análise detalhada dos punções, da sua cronologia e da tipologia dos vasos fabricados: Polak atribui ao referido *Primus* identidades distintas para o oleiro que trabalhou em Montans, em Valéry/ Carrade/ Espalion e La Graufesenque/Le Rozier (POLAK 2000: pág. 296-297).

A informação de que Oswald dispunha na época era bastante menos qualificada do que a da actualidade: faltavam descobrir muitos dos centros produtores, especialmente sud-gálicos e centro-gálicos, as análises laboratoriais ainda não haviam sido tentadas, boa parte das marcas não haviam sido ainda registadas e muitos dos “contextos fechados” escavados posteriormente revelaram elementos de aferição cronológica relevante.

Apesar das limitações de há muito reconhecidas ao trabalho fundamental de Oswald, estas estão presentes em muitos dos estudos mais recentes. O problema não se restringe, porém, à validade dos dados proporcionados pelo investigador britânico, e é de fundamento metodológico. É que os pressupostos que conformam as propostas de Hartley, Dickinson (DANELL 1998: pág. xiv) e Polak (POLAK 2000) raramente foram aplicadas no momento de avaliar o fornecimento de um sítio ou de um conjunto, e é prática vulgar considerar não a cronologia do punção mas o intervalo de laboração do oleiro. Este procedimento corresponde à introdução de um factor de distorção importante, por valorizar na interpretação global os somatórios das diferentes intervalos das datações.

Outros aspectos que vêm sendo objecto de debate relacionam-se com a estrutura da produção.

Ao contrário da produção itálica, onde os “dependentes” de estatuto servil estão muito bem atestados, na produção gálica apenas se conhece um caso (HARTLEY 1977: pág. 153 *apud* PEACOCK 1982: pág. 122). A evidência epigráfica parece confirmada pelos dados colhidos nas escavações dos cemitérios de Lezoux e Rheinzabern, onde os espólios das sepulturas não evidenciaram elementos que permitissem concluir da existência de acentuada estratificação social (Idem). Jacob e Leredde vão mais longe e afirmam que o mundo dos oleiros gauleses era essencialmente de pequenos artesãos livres (JACOB e LEREDDE 1986: pág. 23).

Outra fonte para a compreensão da estrutura social das olarias é fornecida pelas listagens ou róis de vasos reveladas em Lezoux e La Graufesenque, grafadas em pratos ou fragmentos e elaboradas para controlo do enforamento (Idem: pág. 126). O número de exemplares é, no entanto, muito díspar, pois conhecem-se raros exemplos das olarias centro-gálicas (PEACOCK 1982: pág. 122) e em La Graufesenque foram recolhidos cerca

de 160, dos quais apenas um quarto foi publicado por Marichal (MARICHAL 1988; POLAK 1998).

O investigador francês interpretou as listagens de La Graufesenque como correspondentes à existência de uma prática de enforamento comunitário para alguns dos oleiros, constituindo os róis um documento que se pretendia perene (MARICHAL 1986: pág. 19).

Para além do rol de oleiros e vasos que contribuíram para uma fornada, alguns dos textos contêm também o vocábulo *casidanos*, interpretado como equivalente gaulês de *flamen* (MARICHAL 1981 *apud* Idem: pág. 19).

O papel desempenhado por este sacerdote/magistrado é-nos desconhecido, mas Marichal atribui-lhe uma função reguladora da produção e interpreta-o como correspondendo ao topo de uma organização de tipo colegial dos oleiros (Idem).

O conhecimento histórico de legislação de Cláudio que autorizava a organização de *collegia* para além do âmbito funerário e a sua correspondência à organização expressa nos róis (Idem) colocava problemas de cronologia, dada a quase coincidência de datas entre a atribuída aqueles documentos e a promulgação da legislação. Contudo, a revisão das cronologias dos róis mais antigos por Marinus Polak, situou o início da prática na época de Nero (POLAK 1998: pág. 115).

Leredde e Jacob, porém, desvalorizam a interpretação de Marichal e, ao invés, defendem a não existência de “qualquer associação profissional constrangedora” (JACOB e LEREDDE 1986: pág. 23). A questão continua em discussão.

Marinus Polak, noutro sentido, utilizou a mesma documentação para demonstrar a participação de indivíduos no processo produtivo que, apesar de livres, desempenhariam tarefas para outros oleiros, sendo, portanto, seus assalariados: é o caso dos mencionados nos grafitos mas que não marcaram vasos, como *Deprosagijos* e *Cosojus* (este último teria trabalhado sucessivamente para *Felix* e para *Tritos* na modelação de determinados tipos de vasos), ou de *Tritos*, que forneceu quase exclusivamente *licuias*, *acitabili* e *paraxidi* para *Castus*, mas produziu outro tipo de vasos para outros oleiros (POLAK 1998: pág. 121).

Da mesma forma, o registo de fornadas mostra que certos oleiros não possuíam forno próprio e recorriam ao de outros para a cozedura dos seus vasos (Idem; MARICHAL 1986 e 1988). Não se verifica, por consequência, uma relação constante entre o oleiro que não dispõe de forno e aquele que aceita os seus vasos (Idem).

A organização da produção em La Graufesenque parece ter sido bastante flexível mas também especializada (POLAK 1998: pág. 121).

A forma como se estruturava a comercialização é o outro aspecto de avaliação importante no estudo das “marcas de oleiro”, mas as fontes para o seu estudo são bastante limitadas: não possuímos dados suficientes que nos permitam formular uma noção de preços (QUARESMA 2002: pág. 80) e epigrafia revela-nos pouco acerca do comércio da *terra sigillata*. A evidência arqueológica fornece, porém, algumas indicações.

O comércio da sigillata utilizava um transporte essencialmente marítimo constituindo uma rede complexa de meios de comunicação e instalações de apoio (SÁENZ PRECIADO 1999).

A *terra sigillata* gálica, produzida num espaço geográfico interior, utilizava os caminhos terrestres mas também as linhas fluviais como vias de escoamento dos produtos, de que a pequena embarcação da foz do Loire com um carregamento de Lezoux é um dos testemunhos (RHODES 1986: pág. 50).

Os produtos atingiam depois portos marítimos com carácter redistribuidor: o depósito de La Nautique-Narbonne, deverá corresponder aos despejos da cerâmica recebida antes do seu embarque para o outro(s) porto(s) de destino (FICHES et. al. 1979).

Navios de dimensões diferentes procediam então ao transporte destes portos para os destinos, empregando cargas mistas: por exemplo, o pequeno navio de 8 toneladas de Cala Culip IV (Catalunha), partira da zona de Narbonne com 79 ânforas da Classe 25/Dressel 20, 1475 vasos de paredes finas da Bética, 2761 vasos de terra sigillata sud-gálica e 20 lucernas de fabrico da cidade de Roma (NIETO e PUIG 2001); o navio de maior calado de Port Vendres II (Golfo de Marselha), continha uma carga principal de 18 lingotes de estanho, cerca de 50 ânforas da Classe 25/Dressel 20, 15 da Classe 15/Haltern 70, cerca de 10 da Classe 31/Dressel 28, menos de 10 da Classe 17/Beltrán I e um “número elevado” mas indeterminado de vasos de terra sigillata sud-gálica (COLLS et. al. 1977); infelizmente, não conhecemos nada das características do navio afundado nos finais do século II d.C. em Pudding Pan Rock (Kent), embora a sua carga principal fosse seguramente constituída por vasos de *terra sigillata* e *terra nigra* de Lezoux, completada por telha (RHODES 1989: pp. 50-51).

Outros depósitos portuários que incluíam sobretudo *sigillata* gálica, como os de New Fresh Wharf e St.Magnus House (Londres-DICKINSON 1986; MILLET 1982; BIRD 1986: pág. 139, fig. 78), Arles (RHODES 1989: pág. 50), Bittene Manor (Reino Unido) constituem evidência do descarregamento nos portos de recepção e são interpretados como locais próximos a armazéns de cerâmica (RHODES 1989: pág. 49).

Desses armazéns foram escavados vestígios arquitectónicos e de conteúdo: em Gauting (Alemanha), onde um primeiro continha um pouco mais de 200 figuras de terracota e 240 jarros em cerâmica comum e outro, localizado cerca de 50 m a Sul, continha 4000 fragmentos de vasos de *terra sigillata* (predominantemente centro-gálica mas também sud-gálica); em Londres foi revelado um armazém contendo *sigillata* nos anos '30 do século XX, mas os dados são insuficientes (Idem: pág. 58).

Dos armazéns o produto era depois reenviado para as lojas. Os elementos referentes a estas são mais abundantes, e testemunham diferentes tipos de venda. Estão documentados casos de não especialização como o de Bellheim (Alemanha) que continha vidro, cerâmica e terá funcionado também como ferraria. Outros, porém, demonstravam a importância do comércio dos vasos em *sigillata* gálica, evidenciando uma quase exclusividade, acompanhada de objectos em vidro ou noutra cerâmica fina: a de Bregenz (Áustria), localizada junto do *forum* da cidade romana, encerrava 400-500 vasos em *sigillata* originária de Lezoux; a de Budapeste (Hungria), localizada no *kardo maximus*, revelou um pequeno número de lucernas e *sigillata* de Lezoux e Rheinzabern; as quatro lojas próximas do acampamento militar de Castleford revelaram almofarizes de *Camulodunum*, c. 200 vasos decorados de Lezoux e um número indeterminado de outra *sigillata* gálica lisa; as duas lojas de Colchester, localizadas muito próximas do *forum*, no *decumanus maximus*, forneceram uma um número volumoso mas indeterminado de *terra sigillata* sud-gálica, alguma cerâmica vidrada a chumbo da Gália e 26 fragmentos de lucerna e a outra apenas *terra sigillata* de La Graufesenque; a do *uicus* de Burghofe (Alemanha), revelou vidro, *sigillata* sud-gálica e objectos de bronze (RHODES 1989) e do *uicus* de Oberwinterthur (Suíça), evidenciou 435 vasos em *terra sigillata* de La Graufesenque, 20 estatuetas em terracota de Vénus, alguma cerâmica de paredes finas e diversas formas de cerâmica comum (EBNÖTHER et al. 1994). Poderiam citar-se outros exemplos similares de Magdalensberg, Mainz, (Alemanha), St.Albans, Winchester e Wroxeter (Reino Unido) (RHODES 1989).

Os contextos fechados que acabámos de descrever ilustram que apesar de o transporte da *sigillata* gálica se efectuar de forma mista, com base nos dados disponíveis no momento, a partir do desembarque das mercadorias o seu armazenamento e distribuição assumia um carácter especializado, apresentando-se nos postos de venda em exclusivo ou acompanhado de cerâmica fina, lucernas, vidro, ou, mais ocasionalmente, de objectos em bronze ou pequena estatuária em terracota.

Desconhecemos, porém, o papel desempenhado pelos oleiros no comércio.

A partir do estudo de cerâmica lisa, existem investigadores que defendem a especialização de determinados oleiros gálicos de uma mesma produção em sectores de mercado regionais (CASTILLANO CASTILLO 2000).

Os estudos desenvolvidos por Allard Mees sobre *sigillata* sud e centro-gálica decorada mostram uma distribuição geográfica diferenciada dos produtos saídos dos moldes de determinados oleiros, independente de quem apõe a impressão interna (MEES 1994: pp. 20-21). Na “loja” de Oberwinterthur (Suíça) os vasos decorados saíram de moldes de *Passienus* e encontram-se marcados internamente por *Aveius*, mas, nos vasos lisos do mesmo sítio este último está ausente, o que leva Mees a concluir que poderão ter sido os “fabricantes de moldes” a comerciar a *sigillata* ou, pelo menos a desempenhar um papel importante, decisor, na sua comercialização (Idem: pág. 21). A hipótese foi, no entanto, rebatida por Armand Desbat e Alain Vernhet (Ver discussão a seguir a Idem: pág. 41). A questão permanece, portanto, em aberto.

#### 6.4.3. Tipologia e Cronologia das “marcas de oleiro” em T.S. Gálica.

As primeiras impressões que encontramos na *sigillata* gálica reproduzem os modelos itálicos, e correspondem, em parte, a oleiros oriundos daquela Península, envolvidos nas primeiras produções sud-gálicas: tal é o caso da marca de *Laetus* em Aspiran (GENTY 1986: pág. 115, fig. 15), do mesmo *Laetus* com *Oricla* e de *Primus*, que laboraram em Jonquières-Saint Saturnin, que reproduzem as *planta pedis*, trifólios, marcas circulares e bilineares da produção itálica (LAUBENHEIMER e ALBAGNAC 1986: pág. 118, fig.16). Certos oleiros destes centros, seguramente gauleses, assinam fazendo uso do mesmo tipo de cartelas, como é o caso de *Senomus* e *Septimus* (Idem), acontecendo algo de semelhante em La Graufesenque, onde as marcas bilineares e enquadradas por grinalda são usuais até os meados do principado de Tibério (POLAK 2000: pág. 24).

Ao longo do segundo quartel do século I d.C. a produção sud-gálica iria abandonar as tradições itálicas (Idem).

De um ponto de vista formal as impressões em *terra sigillata* gálica cedo se normalizam e, quando se atinge o período de Cláudio, já só se fazem representar marcas internas em três tipos de cartela: rectangulares, rectangulares de cantos arredondados e rectangulares de extremidades convexas. As marcas acompanham a normalização que envolveu os restantes aspectos do fabrico gálico, e a especialização das oficinas reporta-se também aos abridores de punções, sendo raras as excepções a este quadro.

Cerca do ano 60 d.C., o centro produtor de La Graufesenque sofre alterações fundamentais: cria o centro dependente de Le Rozier; deixa de produzir certas formas como a Drag. 16, Ritt.1, Ritt.8 e 9 e Drag. 11, que são talvez substituídas pelos “serviços flávios” e pela nova taça Drag.37; (POLAK 2000: pág. 25). Nesta época, sem que se conheçam as motivações, deixa de se marcar determinados vasos, diminuindo a frequência da prática (NIETO PRIETO 1989: pág. 197).

No final do principado de Nero regista-se o aparecimento nos mercados de vasos de qualidade inferior, que se manifesta na menor qualidade de pastas e revestimentos devida a uma fiscalização da produção menos apertada (POLAK 2000: pág. 30).

À época flávia corresponde a um período de maior frequência de marcas com grafia menos cuidada. A criação mais original desta época ocorreria na olaria de *L. Cosius Virilis*, de La Graufesenque, que introduziria marcas enquadradas por linhas e a zona terminal de variados formatos, como “em ponta de seta”, “em cauda de andorinha” ou “em semicírculo” (Idem: pl.24, punções V34-36). Tratou-se, porém, de uma experiência sem sequência na produção gálica, mas que deverá ter influenciado alguns oleiros da *terra sigillata* hispânica como *L. C. A.* (Mayet 1984: pl. CCXIII, n.ºs 285-290).

O conteúdo dos textos apresenta uma evolução semelhante à dos vasos, vulgarizando-se a aplicação de expressões raras na produção itálica, como *manus*, *fecit* e *officina* (POLAK 2000: pág. 25). O significado destas expressões é colocado em relação com a dimensão das olarias, pelo menos para o centro de La Graufesenque: com base no conjunto de Vechten Polak observou a utilização maioritária da expressão *officina* pelos oleiros de maior volume de produção e, pelo contrário, o emprego mais extensivo dos termos *manus*, *fecit* ou a indicação do nome em nominativo, pelos oleiros menos representados (Idem: pp. 147-150).

A comparação entre os vários centros e grupos evidencia também a utilização de textos distintos: o emprego de *officina* é pouco frequente fora de La Graufesenque (Idem: pág. 40), sendo mais vulgarizada a utilização de *manus* e, em menor medida, *fecit* (Cf. OSWALD 1931 e DAF).

Algumas observações produzidas em marcas de distintos centros produtores, dependentes ou muito estreitamente relacionados, permitem verificar que muitas vezes os punções utilizados pelos mesmos indivíduos são distintos de um local para outro. Pode citar-se os casos das impressões de *Amandus* de Banassac (HOFMANN 1986b: pág. 108, fig. 10), La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 164) e Montans (MARTIN 1986a: pág. 60); de *Cocus* de Banassac (HOFMANN 1986b: pág. 108, fig. 10) e La Graufesenque (POLAK

2000: pág. 209); de *Rufinus* de Banassac (HOFMANN 1986b: pág. 108, fig. 10) e de qualquer dos *Rufinii* de La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 308).

A diferença de impressões entre os distintos centros oleiros pode significar a utilização de vários punções em simultâneo para destrinçar os vasos e/ou, simplesmente, um desfasamento no tempo entre os diferentes locais.

#### 6.4.4. Catálogo das “*marcas de oleiro*” em produções gálicas da Praça da Figueira.

As diferentes intervenções arqueológicas da Praça da Figueira permitam recolher um conjunto de cento e treze impressões efectuadas sobre vasos de produção gálica.

O conjunto de “*marcas de oleiro*” apresenta uma grande variedade de oleiros representados, onde nenhum parece assumir uma preponderância marcada sobre os restantes, de alguma maneira como acontecia para a *terra sigillata* itálica. Não deixa de alguma forma ser surpreendente que alguns oleiros de grande produção e difusão peninsular dos seus produtos estejam tão fracamente representados no conjunto: poder-se-ia citar os casos de *Aquitanus*, *Caluus*, *Primus* i e *Vitalis* ii. No mesmo sentido, registem-se as ausências de produtos assinados, por oleiros com estas características, como *Bassus* i.

De entre as impressões recolhidas a que foi possível adscrever uma origem merecem destaque duas: uma que identifica um fabrico atribuível a Lezoux (n.º 82), e uma outra estampada num vaso provavelmente oriundo de Le Rozier (n.º 94).

***Albinus*** (POLAK 2000: pp. 158-159)- n.º 34

O punção de *Albinus* foi muito utilizado e está atestado em vários exemplares de La Nautique-Narbonne, contexto datado dos inícios do principado de Nero (FICHES et al. 1979: pág. 191, fig. 4, n.º 7 e pág. 213, fig.20) e num vaso recolhido no forte legionário de Nijmegen, edificado em 69 d.C. (POLAK 2000: pág.162).

34	La Gra.	Drag. 27	A 2	Albinus	OF[.]ALBIN	A 31	50 - 70 d.C.
----	---------	----------	-----	---------	------------	------	--------------

***Amandus* i** (POLAK 2000: pág.164)- n.º 35

Produtos deste oleiro estão bem atestados em contextos do período de Nero, como os correspondentes ao incêndio de Londres de 61 d.C., ao primeiro depósito da vala do forte de Cirencester, formado em data aproximada, num *tumulus* neroniano em Berlingen, e nos contextos do período 2 do forte de Valkenburg (POLAK 2000: pág. 164), sendo consensual

Figura 23

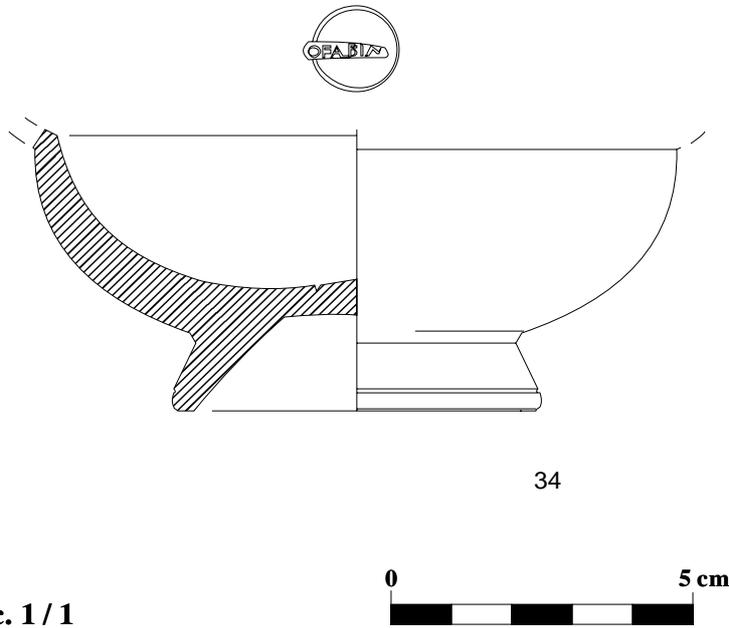


Figura 23- Vaso sud-gálico com a marca n.º 34, de Albinus.

que a sua actividade se desenvolve em época pré-flávia (Idem; HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 207).

O exemplar da Praça da Figueira, apesar de numerosos outros paralelos, não foi ainda registado em contextos datados historicamente, pelo que a cronologia indicada resulta do período de laboração da oficina do oleiro.

35	La Gra.	Drag. 27	B 3	Amandus I	(...)MAND	-----	40 - 70 d.C.
----	---------	----------	-----	-----------	-----------	-------	--------------

*Anextlatus* (POLAK 2000: pág. 165)- n.º 36

A marca ostenta uma grafia muito cuidada, muito característica dos punções utilizados por este oleiro ruteno de escassa produção (POLAK 2000: pág. 165).

Paralelos exactos foram recolhidos na “Fossa de Cirratus” de La Graufesenque, datada de 35-40 d.C. (Idem: pág. 409), e do forte de Velsen 1, abandonado cerca de 40 d.C. (Idem: pág. 413).

36	La Gra.	Prato	B 3	Anextlatus	(...)EXTLA(...)	A 46	20 – 45 d.C.
----	---------	-------	-----	------------	-----------------	------	--------------

*Annius* (OSWALD 1931: pág. 17)- n.ºs 37 – 40.

Segundo Oswald, *Annius* é um oleiro pré-flávio (OSWALD 1931: pág. 17), não se tendo conseguido encontrar contextos datados historicamente que fixassem a cronologia dos punções representados na Praça da Figueira para produzir as diferentes impressões.

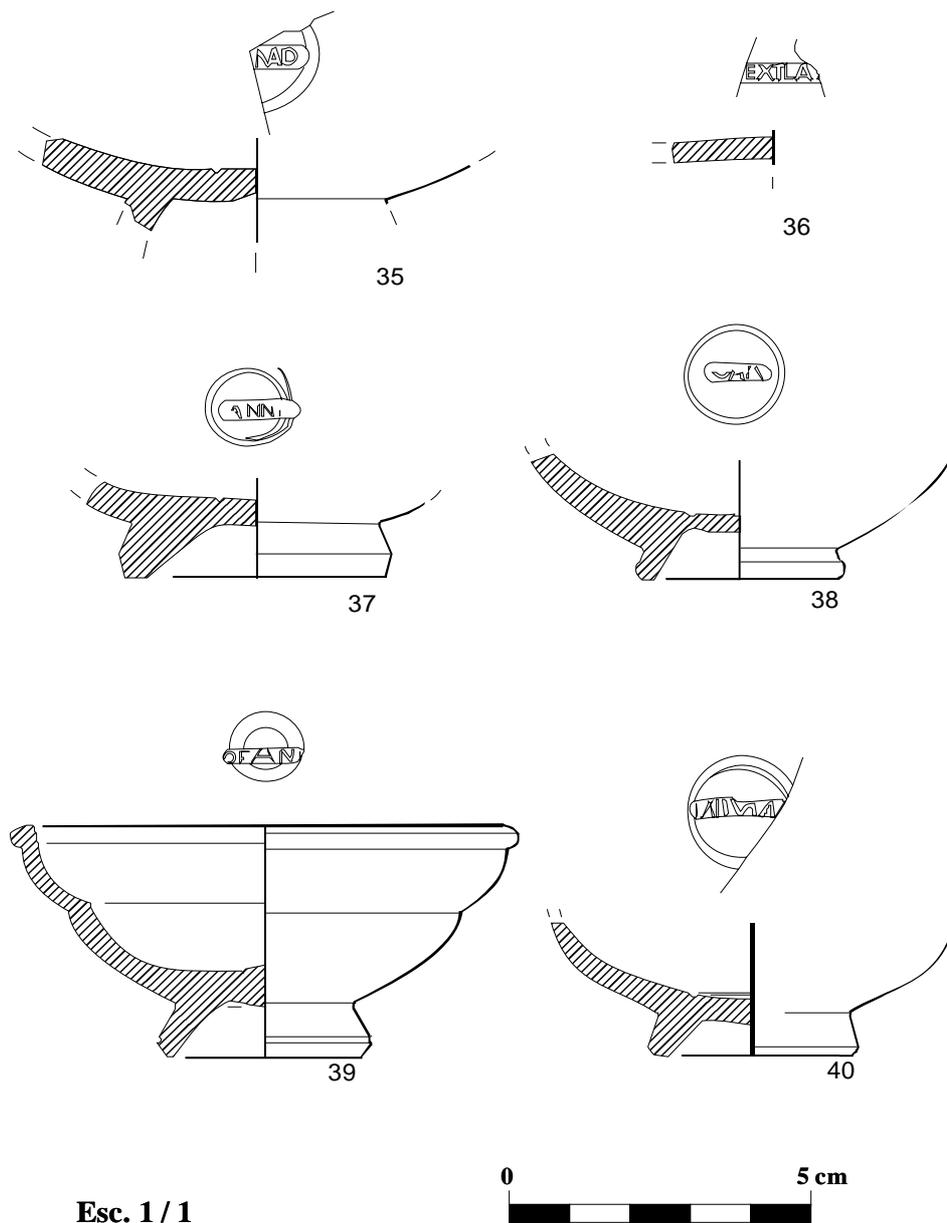
A atribuição do n.º 37 é feita com reservas, dada a deficiente impressão do punção, a irregularidade da grafia e o deficiente estado de conservação da marca.

37	La Gra.	Drag.27 ou 24/25	B 3	Annius	ANNI	-----	> 40d.C.
38	La Gra.	Drag.27 ou 24/25	A 2	Annius	OAN	-----	> 40 d.C.
39	La Gra.	Drag.27	A 2	Annius	OF ANI	-----	40 - 70 d.C.
40	La Gra.	Drag.27	B 3	Annius	ANIIM(retro)	-----	40 - 70 d.C.

*Aquitanus* (POLAK 2000: pp. 167-171)- n.ºs 41 - 42

A impressão n.º 41 de *Aquitanus* mostra o texto completo do punção, como em Usk (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 207, n.º 8), Gloucester-Kingsholm, forte militar edificado em 49 d.C. e abandonado nos anos 60 d.C., e no cemitério de Hunerberg em Nijmegen, mais tarde presente noutros vasos incompleto, motivando a proposta de Polak aqui adoptada (POLAK 2000: pág. 167), ligeiramente distinta da avançada antes por Hartley e Dickinson, situada entre 50 e 65 d.C. (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 207).

Figura 24



Esc. 1 / 1

Figura 24- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 35, de Amandus i, n.º 36, de Anextlatus, e n.º s 37 a 40, de Annius.

O n.º 42 corresponde a uma marca muito fragmentária. A sua atribuição é, porém, feita com segurança, por corresponder com exactidão à impressão de Vechten A 60 (POLAK 2000: pág. 168), aplicada quase exclusivamente em pratos Drag. 15/17 e 18, e encontrada em diversos contextos datados historicamente: no incêndio da “Loja de Cerâmica I” de Colchester, ocorrido em 61 d.C., no forte de Erdlager-Hoffheim, construído cerca de 40 d.C. e abandonado antes de 70 d.C. (Idem: pág. 410), no forte de Rheingönheim, construído na mesma época que o anterior e abandonado antes de 72/73 d.C. (Idem: pág. 412), no forte de Utrecht, construído depois de 47 d.C. (Idem: pág. 414), nos níveis do período I do assentamento fortificado de Zwammerdam, construído em data posterior a 47 d.C. e destruído em 69/70 d.C. e numa sepultura de Weisenau, conjuntamente com peças marcadas de *Bassus i* e *Licinus* (Idem).

41	La Gra.	Drag. 18 ou 15/17	B 2	Aquitanus	OF.AQVI TANI	A 56	45 - 55 d.C.
42	La Gra.	Drag. 18 ou 15/17	B 3	Aquitanus	OFÄ(...)	A 60	45 - 65 d.C.

*Ardanus* (OSWALD 1931: pág. )- n.º 43

A impressão de *Ardanus* está mal grafada, sendo pouco perceptível o carácter final, correspondente a um N, colocado em nexa com o A anterior.

*Ardanus* laborou em La Graufesenque na época dos Imperadores Cláudios, tendo outras marcas representadas em Mainz, em contextos cláudios, e Xanten, em contextos do período de Cláudio-Nero (OSWALD, PRICE 1920: pp. 174 e176). Corroborando a proposta de Oswald e Price, os únicos paralelos datados para a impressão da Praça da Figueira encontram-se estampados em três taças Drag. 24/25 e um prato recolhidos em La Nautique-Narbonne (FICHES et al. 1979: pág. 191, fig. 4, n.º 9 e pág.192), contexto formado nos primeiros anos do principado de Nero.

43	La Gra.	Drag. 15/17	A 1	Ardanus	OARDAN	-----	55 - 65 d.C.
----	---------	-------------	-----	---------	--------	-------	--------------

*Auetus* (POLAK 2000: pág. 175) - n.º 44

A datação da impressão n.º 44 está bem estabelecida: conhecem-se cerca de cento e cinquenta impressões deste punção de *Auetus* em pequenas taças Drag.27 e 24/25 da “fossa de Gallicanus”, formada cerca de 55-60 d.C., conjuntamente com os outros exemplos de contextos datados historicamente de *Camulodunum*, sob ocupação romana entre 43 d.C. e 61 d.C., e do forte de Erdlager-Hofheim, ocupado durante as décadas de 40 e 60 d.C.,

Figura 25

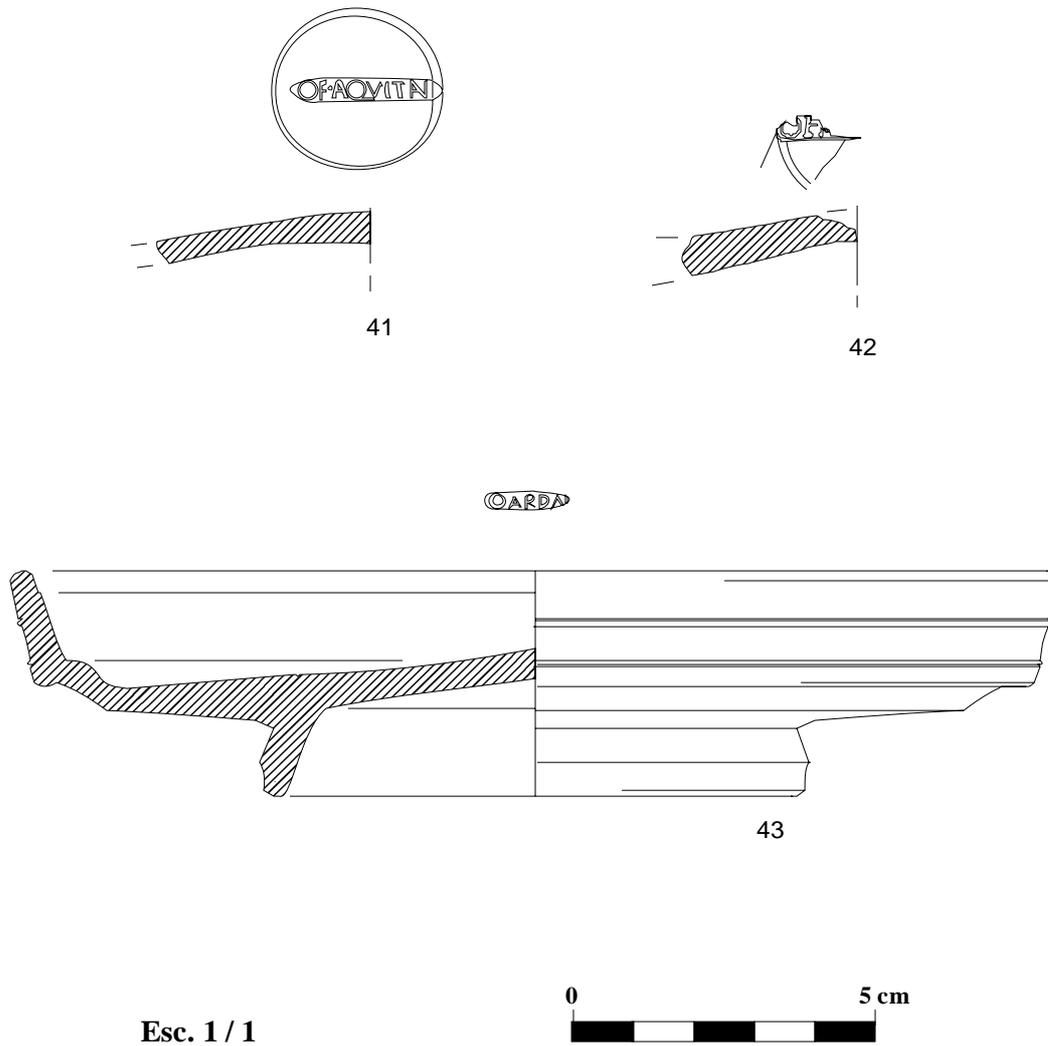


Figura 25- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 41 e 42, de Aquitanus, e n.º 43, de Ardanus.

elementos que permitiram a Polak definir a cronologia da utilização do punção (POLAK 2000: pág. 175).

44	La Gra.	Drag.27	C 2	Avetus	AVE	A105	40-60 d.C.
----	---------	---------	-----	--------	-----	------	------------

**Axinus** (Daf: pág. 279)- n.º 45

Existe, em Banassac, um oleiro Ax( ) e, em La Graufesenque, um outro chamado *Axinus* (DAF: pág. 279).

As marcas do Ax( ) de Banassac são epigraficamente muito diferentes da impressão da Praça da Figueira dado incluírem, invariavelmente, um elemento fitomórfico associado (HOFFMANN 1986: pág. 108, fig.10).

Não conseguimos encontrar na bibliografia consultada exemplos das marcas de *Axinus*, sendo mais provável a sua correspondência com este oleiro. Reforçando esta atribuição o emprego da expressão OFI(cina), quase exclusivo nas produções sud-gálicas a La Graufesenque.

45	La Gra.	Drag.18 ou 15/17	C 2	Axinus	OFIAX	-----	> 40 d.C.
----	---------	---------------------	-----	--------	-------	-------	-----------

**Billicatus** (POLAK 2000: pág. 184-186) – n.º 46

A impressão de *Billicatus* da Praça da Figueira encontra-se obliterada. Contudo, possui um paralelo exacto no punção do tipo B 69 de Vechten, para o qual existem paralelos datados como os da “Fossa de Cirratus” de la Graufesenque, formada em 35-40 d.C., e no forte de Velsen 1, evacuado cerca do ano 40 d.C. (POLAK 2000: pág. 186).

46	La Gra.	Ritt.8	B 2	Billicatus	BIIL(...)	B 69	30-50 d.C.
----	---------	--------	-----	------------	-----------	------	------------

**Cabucatus** (POLAK 2000: pág. 189)– n.º 47

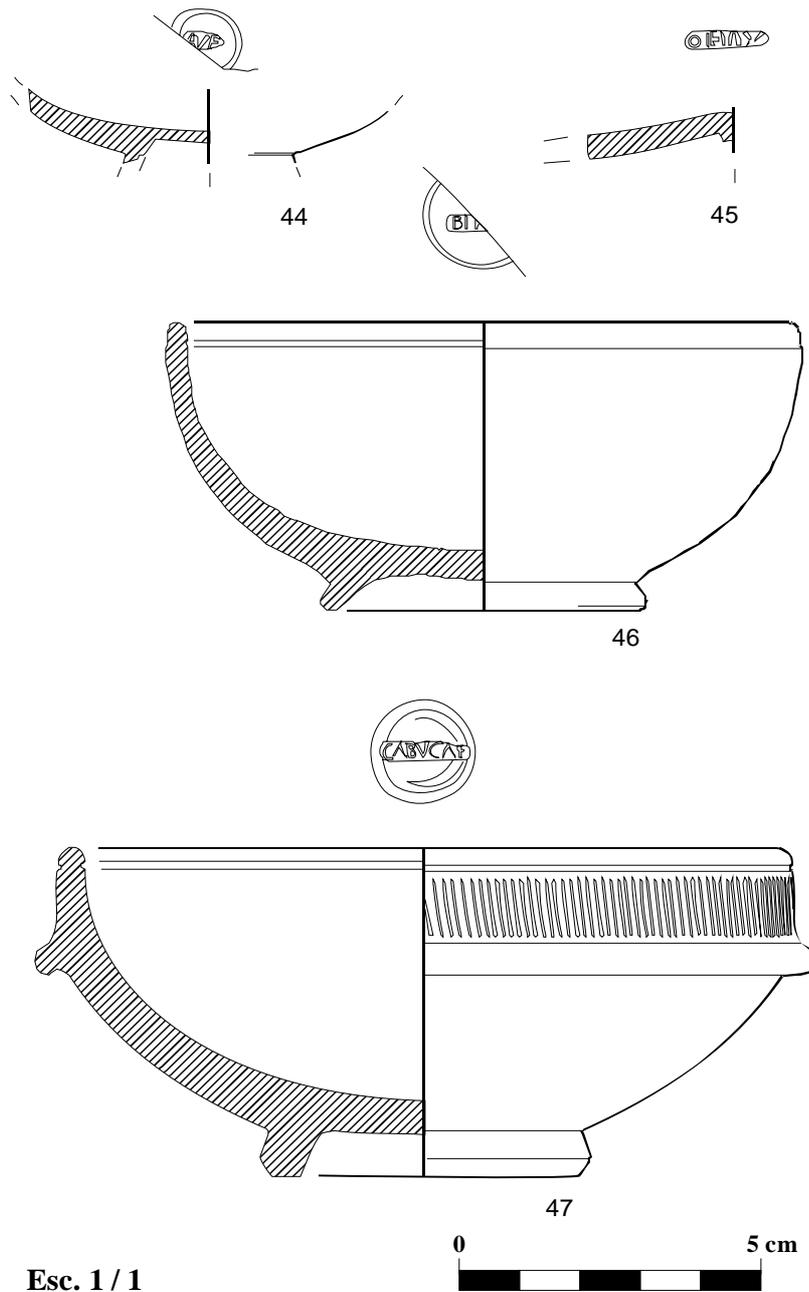
A marca da Praça da Figueira não encontra paralelo proveniente de contexto datado historicamente.

No entanto, e dadas as semelhanças com a impressão do punção do tipo C 2 de Vechten, deverá corresponder-lhe a mesma cronologia (POLAK 2000: pág. 189). Polak referenciou um número apreciável de contextos da época dos Flávios onde se regista esse tipo, mas também um caso proveniente de contextos relacionados com o incêndio de Londres ocorrido em 61 d.C., admitindo ser essa uma data próxima do início de utilização do punção (idem).

A apreciação das características formais da taça da Praça da Figueira permitem situá-la com maior probabilidade em época cláudia, ou nos inícios do principado de Vespasiano.

47	La Gra.	Drag.24/25	A 1	Cabucatus	CABVCAT	C 2 similis	60-75 d.C.
----	---------	------------	-----	-----------	---------	----------------	------------

Figura 26



Esc. 1 / 1

Figura 26- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 44, de Avetus, n.º 45, de Axinus, n.º 46, de Billicatus, e n.º 47, de Cabucatus.

**Caluus** (POLAK 2000: pp.193-195)– n.º 46

*Caluus* é um oleiro que laborou sobretudo em época dos Flávios, estando bem atestado em contextos desse período, supondo-se ter trabalhado até, no máximo, 85 d.C. (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 208; Idem 2001: pág. 25).

A impressão da Praça da Figueira tem paralelos exactos bem datados de *Asciburgium*, forte abandonado em 81/82 d.C., Gloucester, estabelecimento militar fundado em 66 d.C. e nas *canabae* próximas do forte legionário de Nijmegen (POLAK 2000: pág. 192).

48	La Gra.	Drag.27	C 4	Calvus	OFCALVI	C 24	65-80 d.C.
----	---------	---------	-----	--------	---------	------	------------

**Capitus/o** (POLAK 2000: pág. 197)– n.º 49

A actividade de *Capito* ou *Capitus* está documentada durante os principados de Cláudio e Nero (POLAK 2000: pág. 197).

A impressão executada no vaso lisboeta foi executada com o mesmo punção utilizado em vasos de Camulodunum, em contextos dos anos 60 d.C., e Colchester, ocupada até 65 d.C., fundamentos da proposta de datação de Polak (Idem).

49	La Gra.	Drag.24/25	A 2	Capito	CAPITO.F	C 60	40-60 d.C.
----	---------	------------	-----	--------	----------	------	------------

**Castus** (POLAK 2000: pp. 199-201)– n.ºs 50 - 51

A aplicação do punção utilizado nos exemplares da Praça da Figueira é conhecida em vasos lisos e decorados pré-flávios, tendo sido recolhidas impressões no forte legionário de Usk e em York, em contextos da época de Vespasiano, o que possibilitou a Hartley e Dickinson avançar com uma datação situada no intervalo 60 d.C.-75 d.C. (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 208).

M. Polak, baseado numa impressão igual encontrada em Vechten numa forma Ritt. 8 e num prato de perfil da época de Vespasiano, propõe uma cronologia entre 60 d.C. e 80 d.C. (POLAK 2000: pág.200).

50	La Gra.	Drag. 15/17	A 2	Castus	OFC <u>CASTI</u>	C 73	60-80 d.C.
51	La Gra.	Drag.18 ou 15/17	C 2	Castus	OFC <u>CAST</u> (...)	C 73	60-80 d.C.

Figura 27

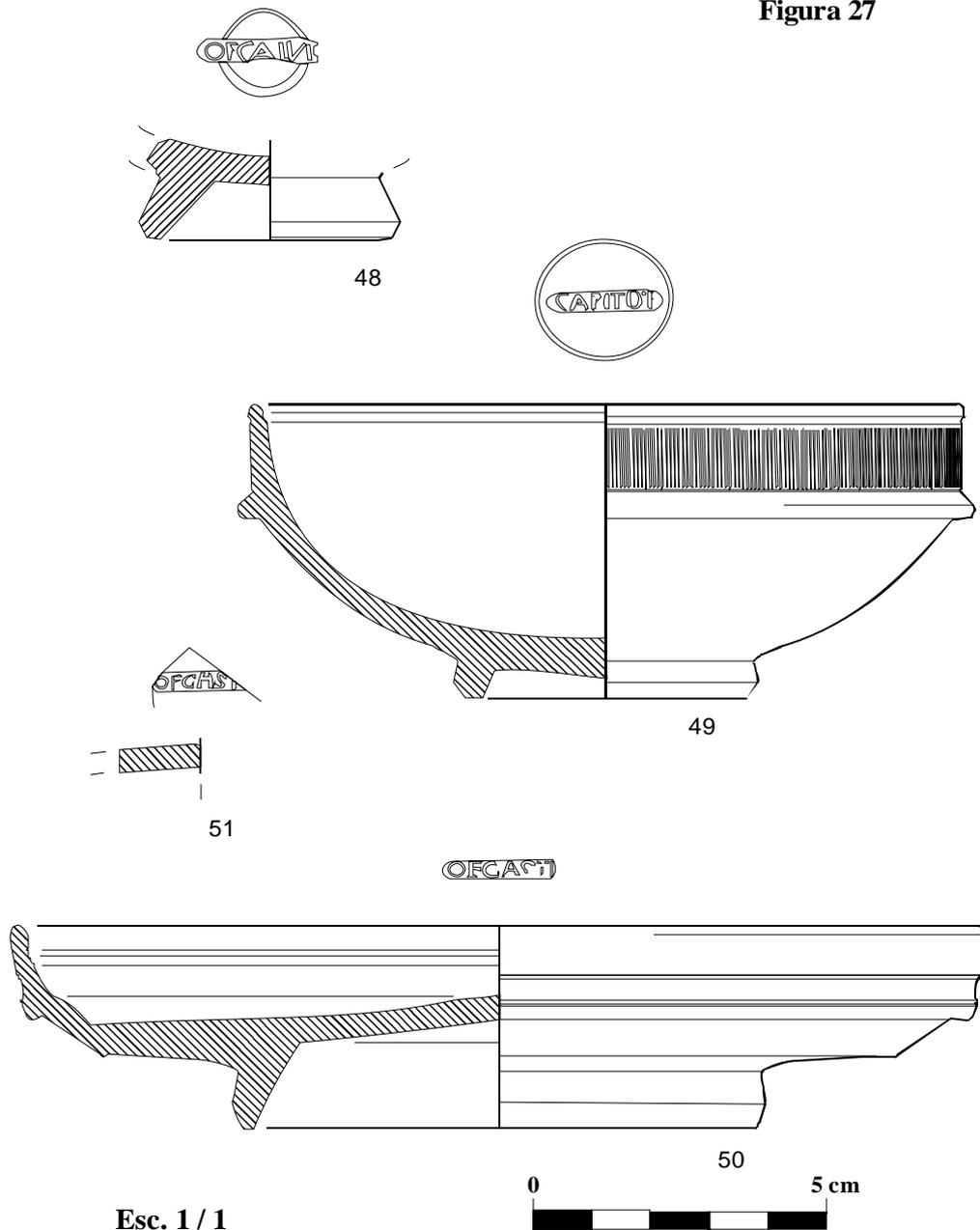
**Esc. 1 / 1**

Figura 27- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 48, de Calvus, n.º 49, de Capitus/o, e n.ºs 50 e 51, de Castus.

*Chres*( ) (POLAK 2000: pp. 213-216)– n.ºs 52 - 53

O conjunto de marcas reveladas pelas escavações da Praça da Figueira inclui dois exemplares onde é possível ler CHR, marcados em vasos de fabrico seguramente sud-gálico. O texto CHRES está atestado no conjunto de La Nautique-Narbonne (FICHES et. al. 1976: pág. 191, fig.4, n.º 19) e em *Baelo Claudia* registou-se uma outra marca bastante nítida CH(...), que Mayet e Bourgeois lêem *Ch*(...) mas consideram a possibilidade de uma leitura, *Cr*(...) (BOUGEOIS e MAYET 1991: pág. 151, e pág. 189, n.º 34). Trata-se, em ambos os casos, de vasos pequenos onde se verificou a necessidade de abreviar o desenvolvimento do texto.

Polak rejeita a leitura *Chrestus* proposta por Oswald, (OSWALD 1931: pág. 76), equivalente ao oleiro *Crestus/io* (Idem, ver infra), porque o exemplo indicado pelo investigador britânico correspondia a uma marca itálica (POLAK 2000: pág. 213).

Fiches, Guy e Poncin não arriscaram o desenvolvimento da marca recolhida na La Nautique-Narbonne, designando o oleiro que a produziu por *Chres*( ) (FICHES et. al. 1976: pág. 191) , a mesma como seria repertoriado no índice do *Daf*, onde se indica a sua localização em La Graufesenque (DAF: pág. 280), proposta que seguimos.

Os pormenores formais da taça n.º 52, sobretudo a ausência do Sulco no pé que regista uma incidência maior e bem marcada a partir de 70 d.C. (POLAK 2000: pág. 121), remetem o vaso da Praça da Figueira para momentos mais tardios da produção sud-gálica. Segundo Passelac e Vernhet, as características presentes no vaso datarão já de época dos Flávios, embora o bordo ainda não atinja a configuração mais massiça dos finais do século I d.C. (PASSELAC e VERNHET 1993: pág. 573), bases da datação que atribuímos.

A base do vaso n.º 53, apesar da curvatura pouco pronunciada do arranque da parede, deverá integrar-se no mesmo tipo formal. As características do pé permitem enquadrar a taça no mesmo período.

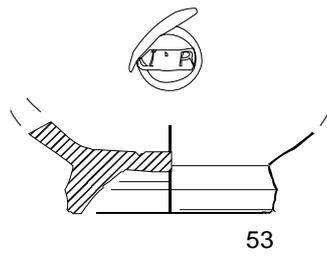
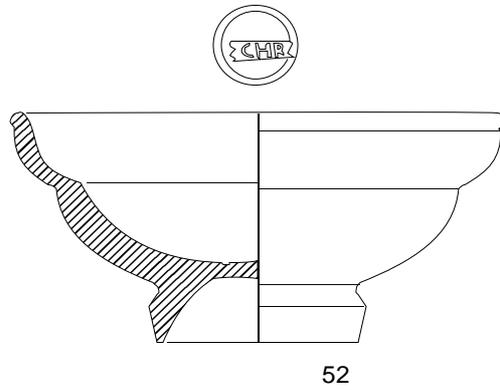
52	La Gra.	Drag. 27	B 3	<i>Chres</i> ( )	CHR	-----	65 – 85 d.C.
53	La Gra.	Drag. 27	C 3	<i>Chres</i> ( )	CH̄R	-----	> 70 d.C.

*Cocus* (POLAK 2000: pp. 209-210)– n.º 54

O vaso assinado por *Cocus* possui características formais que o situam em época cláudia.

A marca não tem paralelo exacto mas, impressões retrógradas com o mesmo texto foram detectadas na “Fossa de Gallicanus”, de La Graufesenque, formada cerca de 55 - 60

Figura 28



Esc. 1 / 1



d.C., em contextos do período 2 de Valkenburg, situado entre 47 e 64 d.C., e também em taças Ritt. 9, fundamentos da cronologia indicada por Polak (POLAK 2000: pp. 209-210).

54	La Gra.	Drag. 24/25	A 3	Cocus	OCOCI (retro)	C135 similis	30-60 d.C.
----	---------	-------------	-----	-------	------------------	-----------------	------------

*Crestio* (POLAK 2000: pág. 213-216)– n.ºs 55 - 56

Polak argumenta a existência de apenas um único oleiro chamado *Crestio*, recusando as propostas de Oswald de um único *Crestus* (grafia não atestada em marcas) e de Hartley/Dickinson (baseadas em punções de grafia retrógrada *Cresti*), mas também de *Chrestus*, também aventada por Oswald, porque o exemplo indicado não corresponde a uma marca sud-gálica (POLAK 2000: pág. 213).

A impressão do n.º 55 é epigraficamente bastante semelhante ao tipo C 169 de Vechten, mas apresenta o R invertido. A marca do sítio holandês foi datada com base num grande número de contextos datados onde foi encontrada e que a remetem para a época dos imperadores Cláudios (Idem: pág. 216). A atribuição dessa mesma cronologia parece adequada também em função da morfologia do vaso.

O n.º 56, que não pudemos observar, apareceu estampada em vasos recolhidos em Colchester, Neuss, Nijmegen e Richborough e Vechten, mas em nenhum deles em contextos bem estabelecidos cronologicamente. Polak fundamentou a sua proposta de datação com base nas características formais do vaso que analisou (Idem).

55	La Gra.	Drag. 24/25	A 1	Crestio	CRESTI (R invertido)	C169 similis	50-70 d.C.
56	La Gra.	Drag. 24/25 ou 27	B 3	Crestio	CRE(...)	C 171	55-70 d.C.

*Crispus* (POLAK 2000: pág. 217)– n.º 57

O punção de *Crispus* utilizado no vaso da Praça da Figueira não encontra paralelo conhecido de contextos datados historicamente. A configuração das suas extremidades é original, e por se tratar de um tamanho pequeno de vaso, foi utilizado um punção com texto abreviado, em que não se pode determinar a declinação.

A datação proposta considera o período inicial de laboração do oleiro, motivado pela forma do vaso, mas poderá corresponder também aos momentos mais avançados da mesma: punções terminando em *manus* (punção 7a do *Crispus iii* de Hartley e Dickinson-HARTLEY e DICKINSON 2001: pág. 26) que ocorrem no naufrágio ocorrido em 80-85 d.C. de Cala Culip IV, em sítios fundados em 70-75 d.C. e em 79-87 d.C. (Idem: pág. 28) e até mais tardios, trajâneos (POLAK 2000: pág. 217); aqueles com o texto apresentando

Figura 29

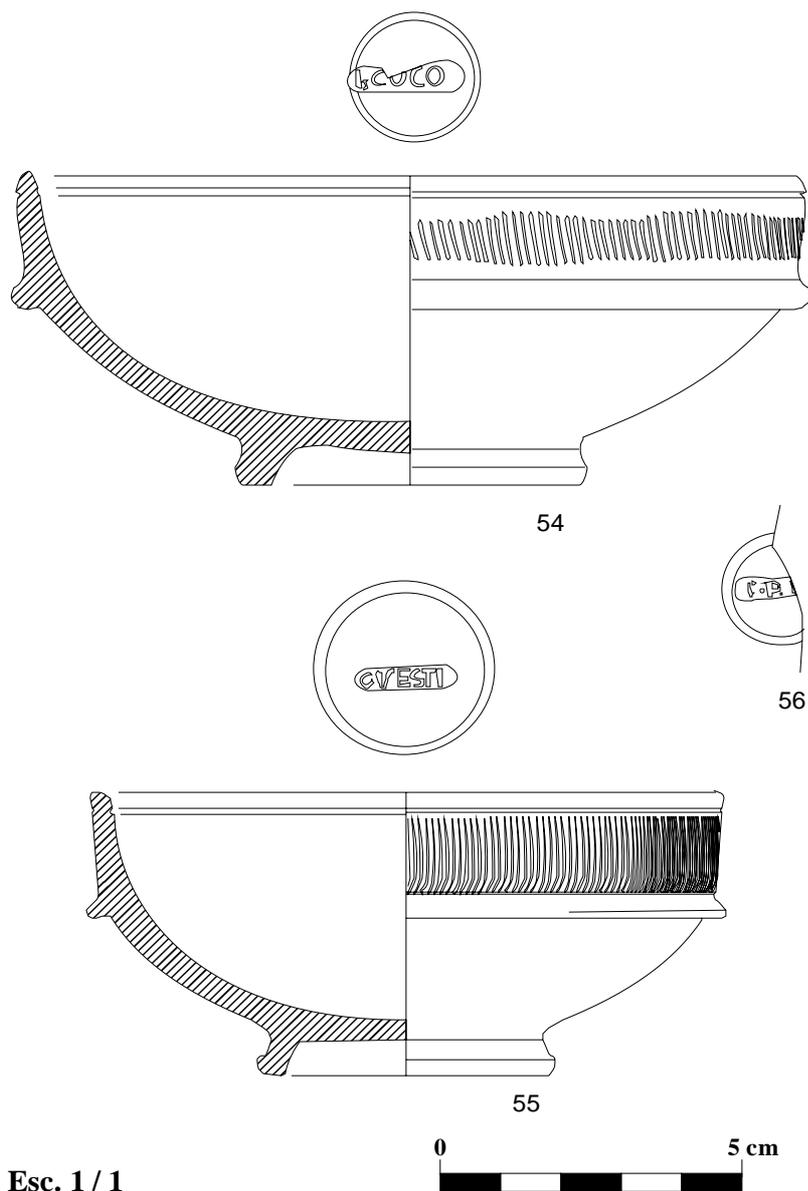


Figura 29- Vasos sud-gálicos com as marcas n.º 54, de Cocus, e n.ºs 55 e 56, de Crestio/us  
(a n.º 56 foi elaborada a partir de decalque).

apenas o *cognomen* do oleiro em genitivo estão atestados apenas para contextos datados historicamente com posteridade a 70 d.C., nomeadamente numa sepultura da época de Domiciano, em Ober-Florstadt, forte construído cerca de 85 d.C., e em La Graufesenque associado a vasos marcados *Masculus ii* e a uma moeda de Domiciano de 90-91 d.C. (Idem: pág. 217); alguns punções com o nome em nominativo foram atribuídos por M. Polak à época dos imperadores Cláudios (Idem).

57	La Gra.	Drag.24/25	B 4	Crispus	CRIS	-----	40-80 d.C.
----	---------	------------	-----	---------	------	-------	------------

**Dontio** (POLAK 2000: pág. 221)– n.º 58

Não pudemos analisar o fragmento de vaso, pelo que as observações produzidas são feitas exclusivamente com recurso às indicações do inventário e à revisão da cronologia e da localização da oficina efectuadas por Polak (POLAK 2000: pág. 221).

58	La Gra.	Drag.27	----	Dontio	[?]DONTIO	-----	65-85 d.C.
----	---------	---------	------	--------	-----------	-------	------------

**Emius** (OSWALD 1931: pág. 114)– n.ºs 59 – 62

Os textos IIMII/IMII/IMI são classificados por vários investigadores como iletrados/grafomorfos, casos de Marinus Polak (tipo Vechten Y 246, que lê IINII mas a imagem permite restituir IIMI, com uma proposta de datação de 55-80 d.C.- POLAK 2000: pág. 380) e Allard Mees (MEES 1995: pág. 180 apud PEREIRA 2001: pág. 42, nota 129),

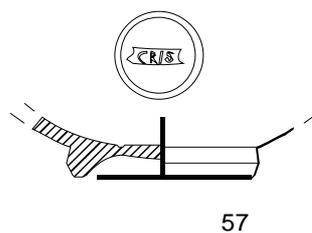
Oswald classificara este grupo de marcas como pertencendo ao oleiro *Emia*, que situou algures no Sul da Gália (OSWALD 1931: pág. 114). A leitura de Oswald foi objecto de revisão, sugerindo-se *Emius* (COLLS et al. 1977: pág. 109, nota 355; MAYET 1978: pág. 85). Bémont e Bourgeois, porém, mantêm *Eme*( ) ou *Emia* (DAF: pág. 278).

Os punções com este texto apresentam uma homogeneidade epigráfica e cronológica grande (estando ausentes dos contextos datados posteriores a 80 d.C. que consultámos), devendo ter sido executados pelo mesmo gravador de punções.

Essa coerência justifica o seu tratamento individualizado, sendo admissível a existência de um oleiro chamado *Emius*, leitura de Colls e outros investigadores, que preferimos pelas razões indicadas (COLLS et al. 1977: pág. 109, nota 355).

Oswald situou o início da actividade do oleiro em época de Vespasiano, desenvolvendo-se depois ao longo do período dos Flávios (OSWALD 1931: pág. 114). A indicação do investigador britânico foi desmentida pela investigação posterior, nomeadamente pelo achado de produtos assinados *Imi/Emii* em contextos seguramente anteriores como os naufrágio de Port Vendres II (COLLS et al. 1977) e talvez Wroxeter

**Figura 30**



**Esc. 1 / 1**



Figura 30- Vaso sud-gálico com a marca n.º 57, de Crispus.

(MAYET 1978: pág. 85). A confirmar estas indicações, a existência de vasos de tipologia pré-flávia, como a taça Ritt. 8 (SOUSA 1996: pág. 213, n.º 4), e de outros em fabrico marmoreado, inclusive em sítios da Península Ibérica como Tróia (Idem) e *Baelo Claudia* (MAYET e BOUGEOIS 1991: pág. 152, n.ºs 55 e 56).

Esta última característica situa *Emius*, seguramente, em La Graufesenque, indicação que consta da listagem do DAF (DAF: pág. 281).

Um paralelo datado exacto para a impressão n.º 59 foi registado em dois exemplares estampados em taças Drag. 27 recolhidos no naufrágio da época de Cláudio de Port Vendres II (COLLS et al. 1977: pág. 109, n.ºs 14 e 15), datável da época de Cláudio. Uma impressão equivalente, já obliterada dos dois últimos caracteres, encontra-se no *forum* de Conímbriga, em contextos fechados datados de 75-80 d.C. (ALARCÃO 1975b: pág. 114, n.º 257), e testemunha a exaustão do punção com o desaparecimento dos dois últimos caracteres. Ambas as indicações justificam a datação proposta.

Para as marcas n.ºs 60 a 61 não conseguimos encontrar referenciados paralelos provenientes de contextos fechados, indicando-se a cronologia geral proposta para o oleiro (ou para o grupo de marcas).

A impressão n.º 62 corresponde ao tipo Vechten Y 246, que citámos acima, adoptando-se a datação proposta por Polak (POLAK 2000: pág. 380).

59	La Gra.	Drag. 24/25	B 3	Emius	IIMII	-----	40-75 d.C.
60	La Gra.	Drag. 29 ?	A 3	Emius	IMI	-----	40-80 d.C.
61	La Gra.	Drag. 27	B 3	Emius	IMI	-----	40-80 d.C.
62	La Gra.	Drag. 27	B 4	Emius	IMIꞀ	Y 246	55-80 d.C.

***Firmus i*** (POLAK 2000: pp. 227-228)– n.º 63

*Firmus i* terá iniciado a sua laboração ainda em época de Tibério (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 210), tendo trabalhado em La Graufesenque até cerca de 60-65 d.C. (Idem; POLAK 2000: pág.227). Ao datar os exemplares com texto idêntico ao da Praça da Figueira, contudo, Polak atribui-lhes uma datação que se prolonga até 70 d.C. (Idem: pp. 227-228).

Não tendo encontrado nenhum paralelo exacto para o exemplar n.º 63, os de cronologia mais antiga com texto igual (Vechten F 33- Idem: pág. 227) diferem do exemplar lisboeta pela grafia, mais próxima dos exemplares mais tardios de Vechten (F 34

Figura 31

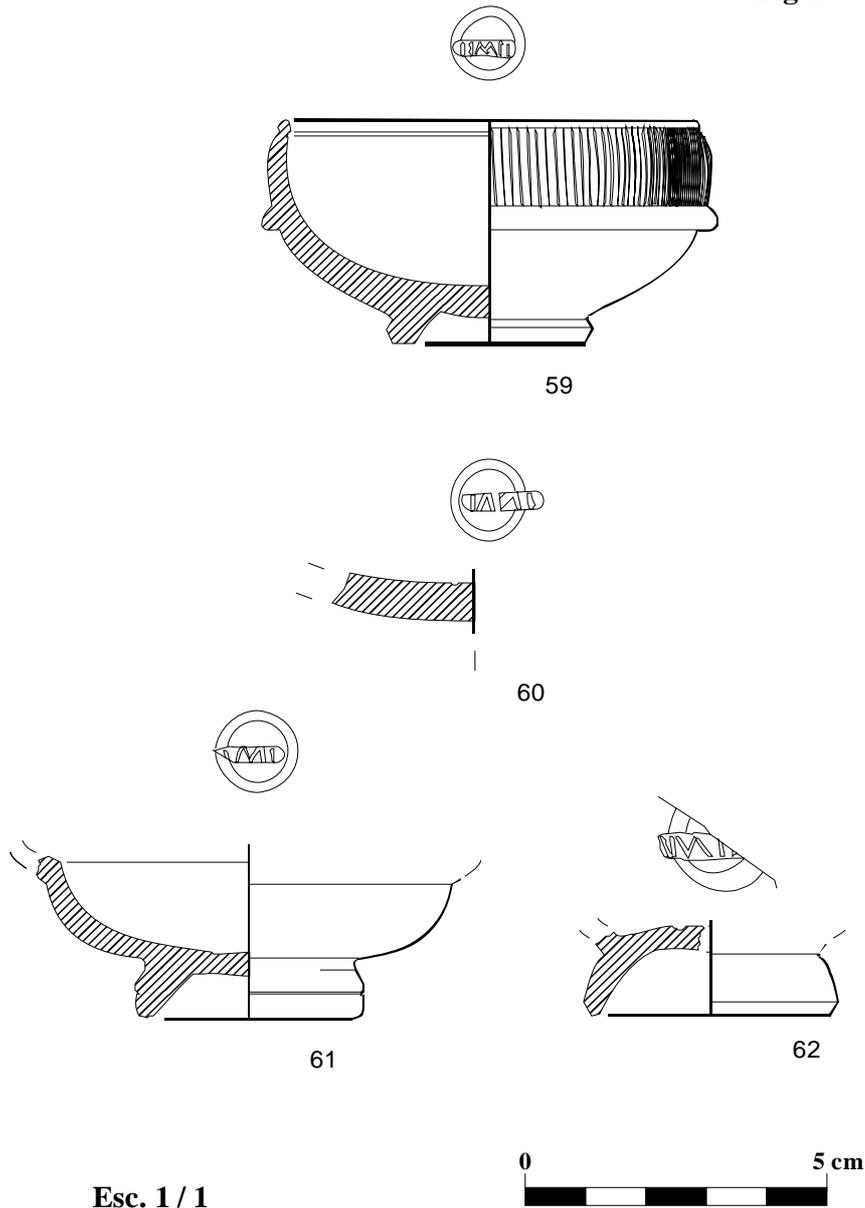


Figura 31- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 59 a 62, de Emius.

e 35- Idem: pp.227-228) e de contextos da época de Nero do forte de Usk (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 210, nºs 58-60).

63	La Gra.	Prato	C 4	Firmus i	FIRMO	-----	50-65 d.C.
----	---------	-------	-----	----------	-------	-------	------------

*Gallicanus* (POLAK 2000: pp. 233-234)– n.º 64

A impressão de *Gallicanus* encontra paralelo apenas num contexto datado, a “fossa de Gallicanus” de La Graufesenque, formada em 55-60 d.C., onde foi encontrada estampada em mais de trinta vasos Drag.29 e em doze exemplares de vasos lisos (POLAK 2000: pág.233).

64	La Gra.	?	B 4	Gallicanus	OFGALIC	G 2	45-65 d.C.
----	---------	---	-----	------------	---------	-----	------------

*Ingenuus* (POLAK 2000: pág. 241)– n.º 65

Não encontramos paralelo datado historicamente para a marca de *Ingenuus*, oleiro que operou em La Graufesenque um pouco antes dos meados do séc. I d.C. e que ainda estava activo durante o principado de Domiciano (POLAK 2000: pág. 241).

Embora o texto e a sua organização sejam distintos, as características da grafia são muito aproximadas à da impressão registada em La Nautique-Narbonne (FICHES et al. 1979: pág. 191, fig. 4, n.º 41), e do tipo Vechten I 2, datado de entre 60 e 80 d.C. (POLAK 2000: pág. 241). Esta sugestão cronológica parece confirmada pelo suporte da marca, que surge enquadrada por duas caneluras concêntricas colocadas no fundo interno, característica evolucionada dentro do tipo.

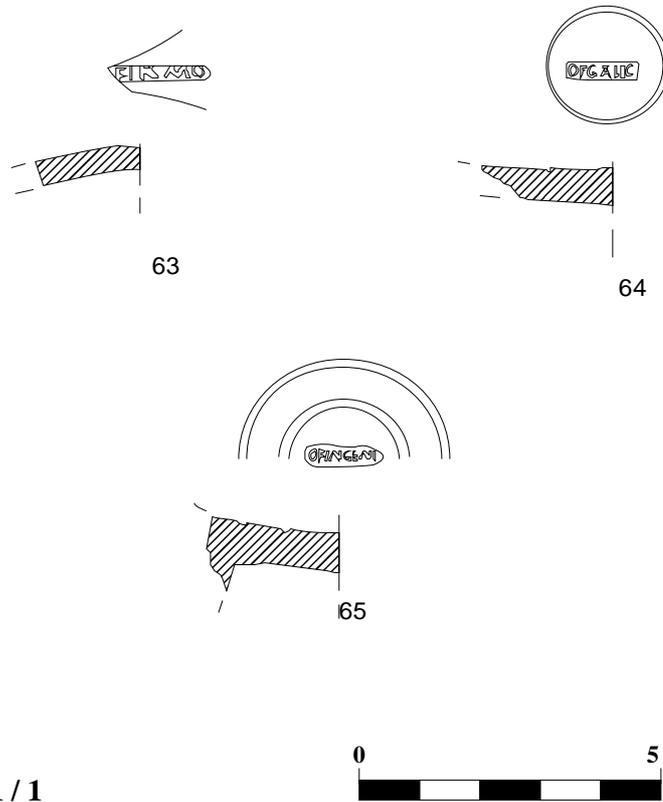
65	La Gra.	Drag. 33	A 4	Ingenuus	OFINGENVI	-----	55-75 d.C.
----	---------	----------	-----	----------	-----------	-------	------------

*Iucundus (i)* (POLAK 2000: pp. 242-243)– n.º 66

O cognomen *Iucundus* é bastante comum na onomástica romana, o que fez Oswald supor a existência dois oleiros que se sucederam no tempo em La Graufesenque (OSWALD 1931: pág. 148). Knorr opinara antes noutra sentido, admitindo a existência de um só oleiro de La Graufesenque, proposta preferencialmente seguida por Polak (POLAK 2000: pág. 242). O investigador holandês, porém, admite também a probabilidade da existência de dois oleiros distintos, atribuindo a um mais antigo os punções de Vechten I 17, 18 e 20 a 22 (Idem).

A marca do prato Drag. 18 corresponde ao punção Vechten I 22, atribuível a *Iucundus i* (POLAK 2000: pp. 242-243) e encontra paralelos exactos nos contextos datados de Gloucester-Kingsholm, forte ocupado entre 49 e os anos 60 d.C., Erdlager-Hoffheim,

Figura 32



Esc. 1 / 1

Figura 32- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 63, de Firmus, n.º 64, de Galicanus, e n.º 65, de Ingenus.

forte ocupado cerca de 40 d.C. e abandonado antes de 70 d.C., num prato da mesma forma recolhido numa sepultura de Hunerberg-Nijmegen (Idem: pág. 242) e num outro encontrado em contextos construtivos da época de Cláudio, em Conímbriga (ALARCÃO 1975b: pág. 116, n.º 273).

66	La Gra.	Drag.18	A 4	Iucundus (i)	IVCVND	I 18	45 – 65 d.C.
----	---------	---------	-----	--------------	--------	------	--------------

***Iullinus*** (POLAK 2000: pág. 246)– n.º 67

A marca de *Iullinus* é-nos conhecida exclusivamente por fotografia. Possui paralelos em contextos do principado de Nero no forte de Usk, no depósito de Burghöfe, datado de 70 d.C., numa conduta do forte de Inchtuthil, assentamento militar ocupado entre 82/83 e 86/87 d.C., em Newstead, forte ocupado entre 80/81 e 100 d.C., em Okarben, forte construído sob Vespasiano e abandonado sob Trajano, (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 210), no forte legionário ou *canabae* de Nijmegen e cemitério de Nijmegen-Oeste (POLAK 2000: pág. 246) e em contextos flávios de Conimbriga (ALARCÃO 1975b: pág. 117, n.º 277).

Os distintos autores apresentam propostas cronológicas com ligeira cambiante para o intervalo inferior: Polak data a marca entre 65 d.C. e 100 d.C. (POLAK 2000: pág. 246) e Hartley e Dickinson entre 75 e 95 d.C. HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 210).

67	La Gra.	Drag.18	-----	Iullinus	IVLLIN (N retro)	I 32	65-100 d.C.
----	---------	---------	-------	----------	---------------------	------	----------------

***Iulius i*** (POLAK 2000: pág. 246)– n.º 68

As marcas de *Iulius i* são pouco frequentes, estando atestadas na variante do n.º 68 da Praça da Figueira, muito mal impressa, em taças da mesma forma da “Fossa de Cirratus” de La Graufesenque, formada em 35-40 d.C., e numa sepultura de Hunerberg- Nijmegen (POLAK 2000: pág. 246).

O punção utilizado para marcar a taça da Praça da Figueira estava, porém, exausto, o que explicará, quer a má grafia, visível nalguns dos caracteres, quer o facto de se apresentar truncado, faltando-lhe já o L final do paralelo de Vechten (Idem). Por essa razão propõe-se um limite inferior mais baixo do que o indicado na obra do investigador holandês.

68	La Gra.	Drag.27	A 3	Iulius i	OꝞIV	I 29	30-45 d.C.
----	---------	---------	-----	----------	------	------	------------

Figura 33

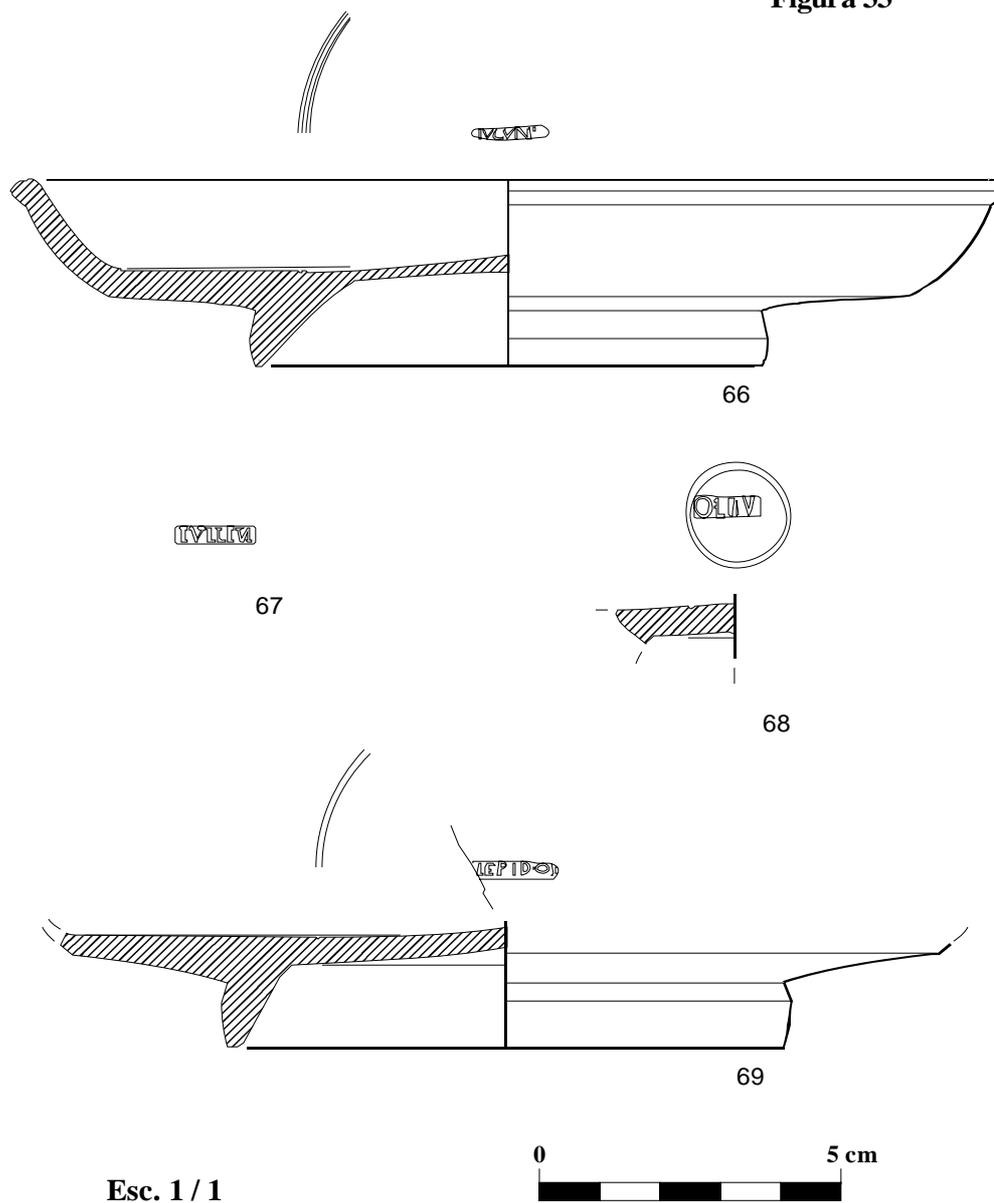


Figura 33-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 66, de Lucundus i, n.º 68, de Iulius i, e n.º 69, de Lepido. A marca n.º 67, de Iullinus, foi obtida a partir de fotografia.

**Lepido** (POLAK 2000: pág. 251)– n.º 69

Lepido é um oleiro de pouca difusão e impressões executadas com punções seus semelhantes ao da Praça da Figueira foram encontrados na “fossa de Gallicanus”, datada de 55-60 d.C. (BÉMONT 1987: pp. 331-342), e em Velsen 1, pelo que deverá ter estado activo num período longo entre Tibério e Nero (POLAK 2000: pág. 251).

O texto é testemunho do desenvolvimento da própria olaria no tempo, e pertence aos seus momentos finais devido à utilização do termo OF(*icina*).

69	La Gra.	Drag.18	C 2	Lepido	LEPID.OF	—	50-70 d.C.
----	---------	---------	-----	--------	----------	---	------------

**Le( )** – n.º 70

A impressão é nítida, mas a leitura é bastante problemática, não se podendo concluir, com segurança, tratar-se de uma marca “iletrada”.

Os dois primeiros caracteres são bem legíveis, mas o restante do texto é complexo: os eventuais V são apenas hipóteses; o último carácter assemelha-se muito ao R grafado invertido (no caso presente será invertido e retrógrado) do n.º 55 da praça da Figueira (ver supra); as semelhanças com a grafia daquele exemplar ocorrem também com o E.

A cronologia indicada baseou-se na morfologia da peça, considerando também a semelhança epigráfica com a outra marca lisboeta mencionada e o contexto bem datado onde foi recolhida.

70	La Gra.	Drag. 24/25	A 3	Le( )	LEVVV(?)R (R e segundo V invertidos; R retro)	—	50-70d.C.
----	---------	----------------	-----	-------	--	---	-----------

**Lentulus** (POLAK 2000: pág. 251)– n.ºs 71 - 72

Os dois pratos que ostentam a impressão do mesmo punção de *Lentulus* apresentam a mesma morfologia. Apesar de um deles ter entretanto perdido a referência de escavação, os dados do “ Diário das Escavações “ permitem restituir a proveniência de ambos de um mesmo espaço funerário (“compartimento BB”- FERREIRA 1962a).

A marca encontra paralelos datados numa sepultura da época de Nero de Nijmegen e no Erdlager-Hofheim, forte ocupado cerca de 40 d.C. e abandonado antes de 70 d.C. (POLAK 2000: pág. 251).

71	La Gra.	Drag. 18	A 5	Lentulus	LENTVF	L 10	45-70 d.C.
72	La Gra.	Drag. 18	A 5	Lentulus	LEN(...)	L 10	45-70 d.C.

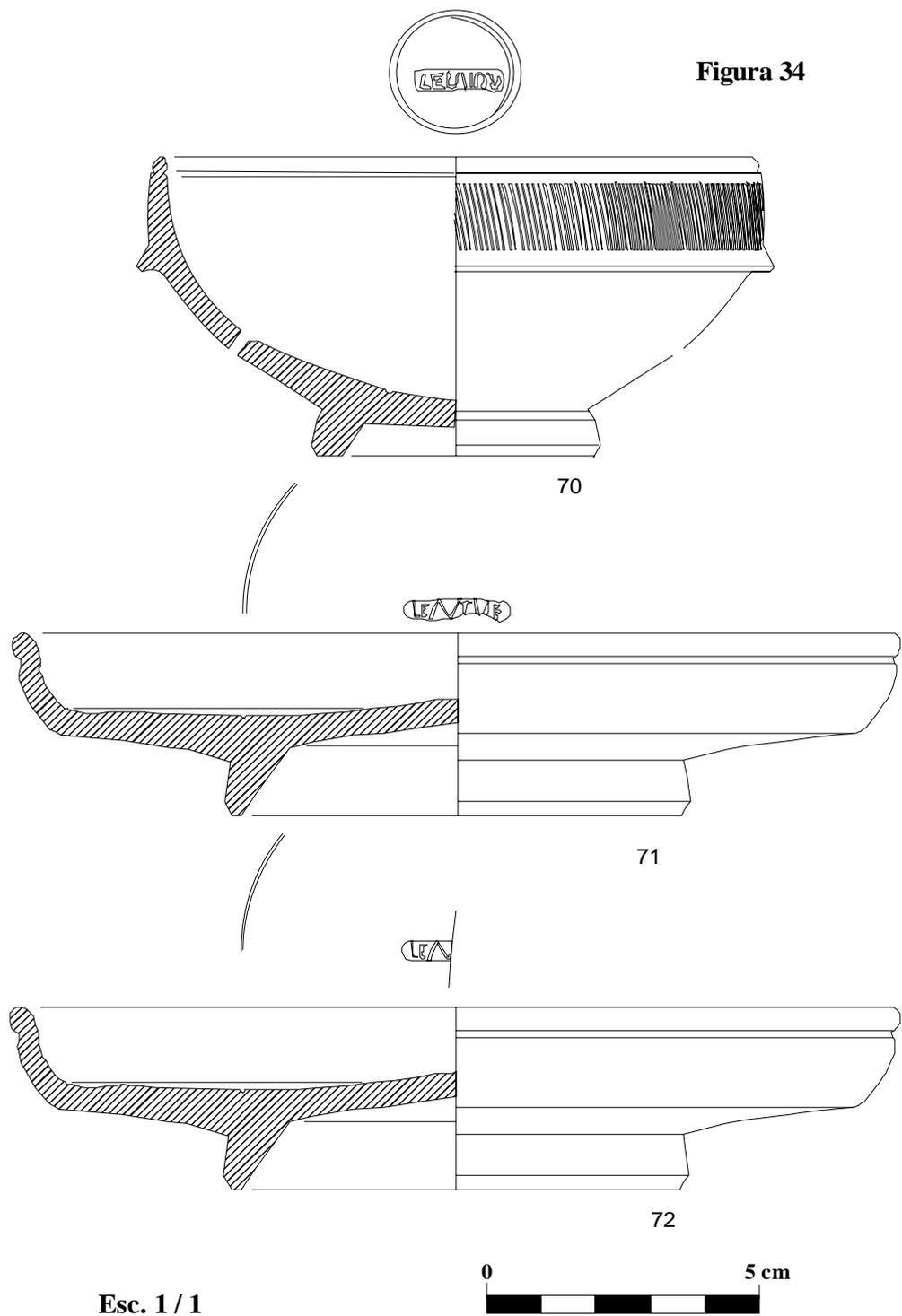


Figura 34

Figura 34- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 70, de Le( ) (?), e n.ºs 71 e 72, de Lentulus.

**Licinus** (POLAK 2000: pp.252-253)– n.ºs 73 - 75

As marcas de *Licinus* estão muito bem representadas em contextos da época de Cláudio e de Nero (POLAK 2000: pág. 252).

O texto da impressão de *Licinus* n.º 73 é raro. A grafia cuidada e a utilização da expressão *F(ecit)* deverá entender-se no âmbito da história do próprio oleiro, relacionando-se com os momentos iniciais da laboração da oficina que antecederam o emprego de *OF(icina)*, aplicado nas olarias de maior volume de produção de La Graufesenque (POLAK 1998 e 2000: pág. 40).

O punção n.º 74 tem um paralelo datado no conjunto de La Nautique-Narbonne (FICHES et al. 1979: pág. 191, fig. 4, n.º 45), muito embora a forma da cartela seja distinta.

O n.º 75 apresenta uma grafia idêntica mas, por não termos conseguido identificar nenhum paralelo exacto, a cronologia indicada é a correspondente à actividade do oleiro.

73	La Gra.	Drag. 18	A 1	Licinus	LICINVF	-----	40-55 d.C.
74	La Gra.	Drag.27	B 2	Licinus	OF <sub>L</sub> ICN	L 15 similis	55-65 d.C.
75	La Gra.	Ritt.9	A 3	Licinus	LICN	-----	40-70 d.C.

**Lupus** (POLAK 2000: pp. 255-256)– n.º 76

Um paralelo exacto para a marca de *Lupus* provém de um contexto datado de 61 d.C. da fortaleza legionária de Lincoln; contudo, a sua presença em Fishbourne remete-o também para cronologias um pouco mais tardias que fundamentaram a proposta apresentada por Polak para o exemplar de Vechten (POLAK 2000: pág.255). Surge também na fortaleza de Usk, em contextos já do principado de Vespasiano, e numa forma Drag. 30 com decoração neroniana encontrada em Rheingönheim, que justificaram a datação sugerida por Hartley e Dickinson, entre 55 e 70 d.C. (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 210), ligeiramente discrepante da defendida por Polak.

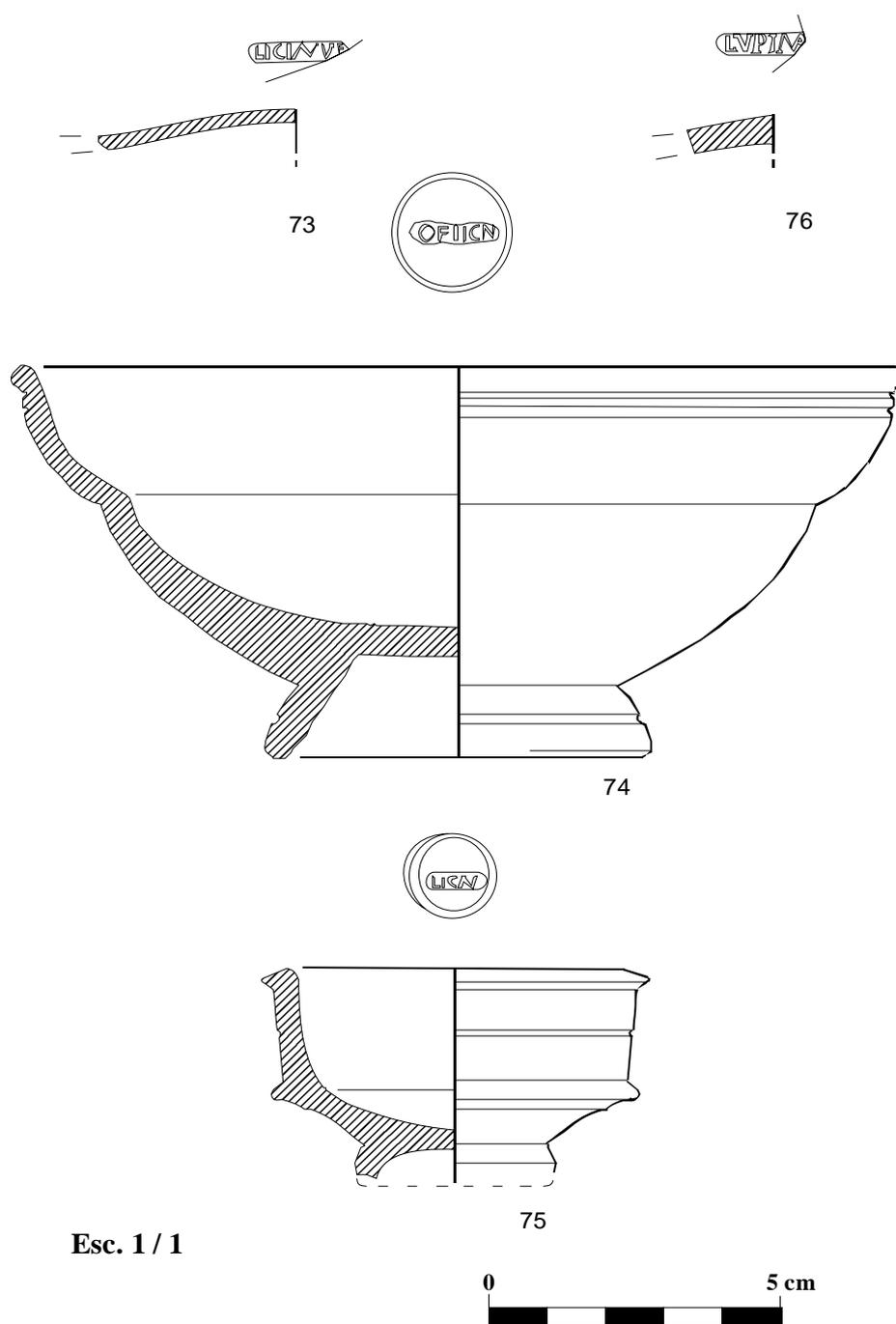
76	La Gra.	Drag.18 ou 15/17	B 4	Lupus	LVPIMA (...)	L 37	50-75 d.C.
----	---------	---------------------	-----	-------	-----------------	------	------------

**Maccarus** (POLAK 2000: pp. 256-258)– n.º 77

A impressão de *Maccarus* está muito incompleta, estando centralizada em relação a uma canelura dupla.

Possui um paralelo exacto para a impressão e enquadramento em Vechten, mas nenhum dos cinco exemplares citados por Polak é proveniente de contexto datado historicamente (POLAK 2000: pág. 258).

Figura 35



Esc. 1 / 1

Figura 35- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 73 a 75, de Licinus, e n.º 76, de Lupus.

Por algumas das marcas se encontrarem em taças Ritt.5, o mesmo investigador julga tratar-se da aplicação de um dos punções mais antigos utilizados pelo oleiro (Idem: pp. 256 - 258).

77	La Gra.	Drag. 24/25	B 3	Maccarus	<u>MAC</u> (...)	M 12	35-55 d.C.
----	---------	-------------	-----	----------	------------------	------	------------

**Manduillus** (POLAK 2000: pp. 258-260)– n.º 78

A impressão de *Manduillus* é próxima da revelada num prato da forma Drag.15/17 e de uma taça Ritt.8 de Vechten, encontrando paralelos datados no forte de Erdlager-Hofheim, já abandonado na década de 70 d.C., e Trajanusplein-Nijmegen, destruído em 69/70 d.C. (POLAK 2000: pág. 259). A única diferença visível é a haste direita do N, que naqueles exemplos é mais oblíqua.

A reconstituição do texto será MAND(OF), que está legível nos exemplos citados. Rejeitámos as hipóteses MANDVIL.MA (Idem), porque o maior desenvolvimento do texto resultaria muito descentrado no vaso, e a versão mais curta, MANDV, apresenta uma grafia mais descuidada.

78	La Gra.	Drag.18 ou 15/17	A 4	Manduillus	<u>MAND</u> (...)	M 20 similis	50-70 d.C.
----	---------	---------------------	-----	------------	-------------------	-----------------	------------

**Memor** (POLAK 2000: pp. 268-269)– n.ºs 79 - 81.

A impressão n.º 79 é muito deficiente, tendo-se revelado de leitura muito problemática. O texto, OFMEMO, foi reconstituído com base numa análise aturada, mas não encontramos nenhum equivalente, inclusive entre os estudos que abordam marcas desprovidas indicações sobre dados contextuais específicos. A má impressão admite a existência dos traços horizontais do E, sendo provável a sua atribuição a *Memor*.

No fundo externo do vaso foi executado o grafito, pós-cozedura, *Quarttonis*.

No n.º 80 a letra inicial exclui a utilização nesta parte do texto do termo OF(*icina*), pelo que um conjunto grande de assinaturas de oleiros fica excluída. Do carácter seguinte apenas restou a haste superior, direita, podendo portanto corresponder a E, F, T e Z. A primeira hipótese é a única possível. Tratando-se de um fabrico sud-gálico, atribuição de origem induzida pelas características da pasta, corresponderá a um dos oleiros com o nome começado por ME: *Melainus*, *Melus*, *Memor*, *Mercator*, *Media*( ), *Armi*( ), *Mere*( ), *Mesilus* ou *Meuillus* e *Metu*( ). O recurso que utilizámos na adscrição a um oleiro foi o da observação da grafia pouco usual do M, que nos permitiu atribuir com maior probabilidade o punção a *Memor*, dado afastar-se das grafias dos primeiros M utilizadas nas marcas dos restantes oleiros e corresponder à patente no exemplar M 61 de Vechten (POLAK 2000:

Figura 36

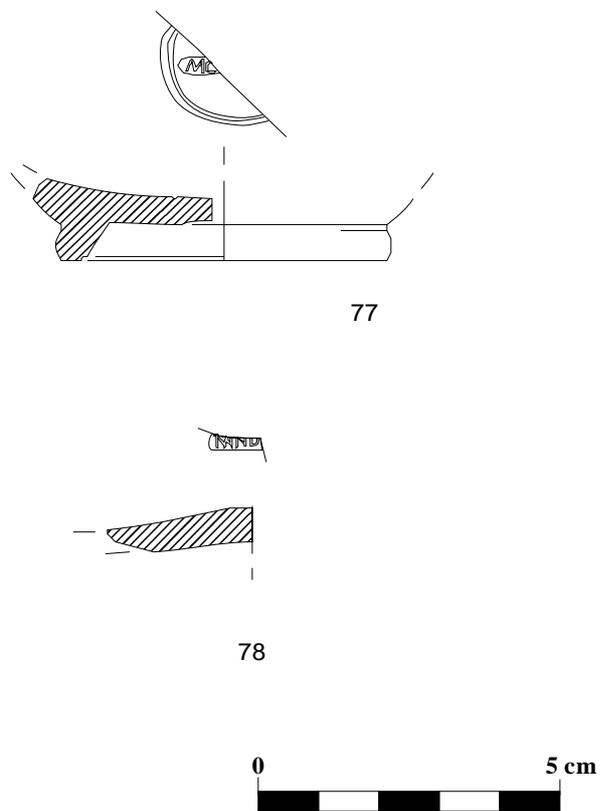


Figura 36- Vasos sud-gálicos com marcas n.ºs 77, de Maccarus, e n.º 78, de Manduvilus.

pág. 268), embora o texto deste se inicie com o termo OF(*icina*). Apesar da argumentação elaborada, a atribuição é executada com reservas, dado que o “abridor” de punções poderá ter trabalhado para mais do que uma oficina.

A marca n.º 81, muito fragmentada, não permite mais do que sugerir, sem grande margem de segurança, dois oleiros sud-gálicos bem representados na Península: *Celer* e *Memor*. De notar a menos frequente colocação da expressão OF(*icina*) após o nome do oleiro.

Todas as datações propostas têm por base o período de actividade do oleiro e as características formais dos suportes.

79	La Gra.	Drag.33	C 3	Memor	FOMEMO	-----	60-80 d.C.
80	La Gra.	Taça ?	A 4	Memor ?	ME(...)	-----	60-85 d.C.
81	La Gra.	Prato ?	A 2	Memor, Celer ?	(...)R OF	-----	> 60 d.C.

### **Minatio** (Daf: pág. 283)– n.º 82

A marca do oleiro *Minatio* foi estampada num prato da forma Drag. 16, pouco corrente em território hispânico.

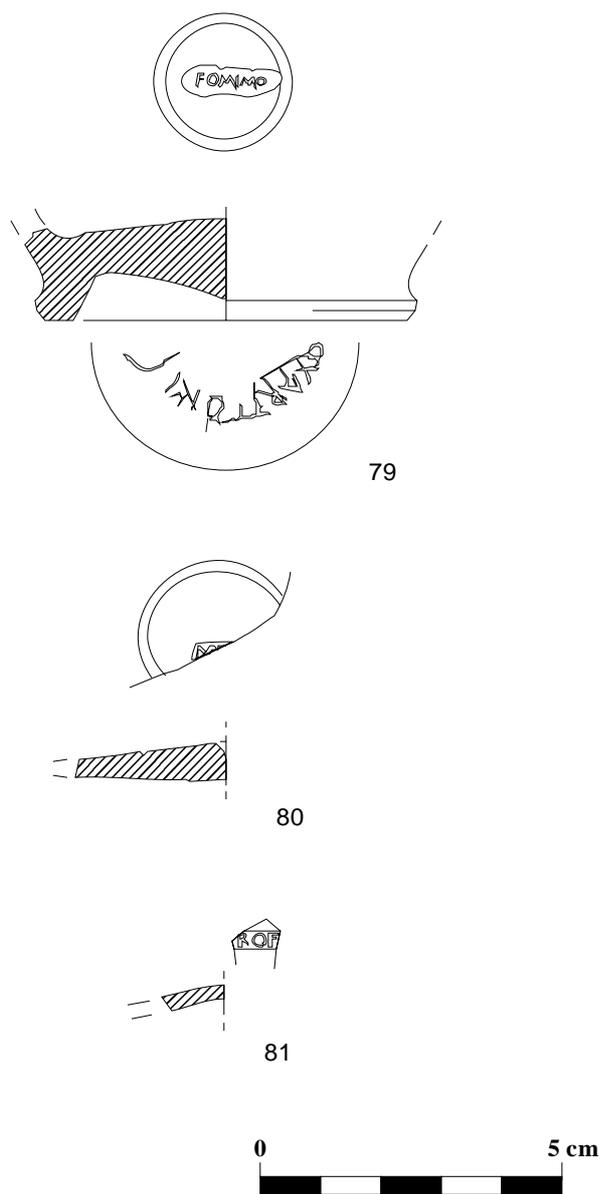
O oleiro nomeado na marca surge adscrito a Lezoux na listagem de Bémont e Bourgeois, com base em informação de Hartley (DAF: pp. 278, nota 2 e 283).

A aparência do revestimento do prato não se distingue de alguns vasos do grupo de La Graufesenque. Esta observação poderá explicar-se pela forte influência exercida pelo grande centro ruteno sobre Lezoux durante todo o século I d.C. (BET, DELAGE e VERNHET 1994), durante o qual se verificou um intercâmbio de objectos de trabalho (punções decorativos) e de saberes oleiros entre os dois sítios, que permitem colocar como hipótese a deslocação mais ou menos frequente de trabalhadores especializados entre os ambos os centros (Idem: pp. 45-46).

O que é possível observar da pasta, nas zonas onde o verniz está danificado, apresenta o aspecto descrito para os fabricos de meados do século I d.C. de Lezoux: coloração rosa salmão, elementos não plásticos esbranquiçados (BET e VERTET 1986: pág. 139). A descrição dos revestimentos característicos de Lezoux, de coloração vermelha alaranjada, brilhante (Idem), não corresponde, mas pode dever-se a processos pós-deposicionais.

O único paralelo de vaso marcado por *Minatio* que conseguiu repertoriar foi uma taça da forma Drag. 33 recolhida num dos fortes militares da muralha de Antonino, Cadder (Escócia- CLARCKE 1933: pp. 121-124), encontrada conjuntamente com vasos marcados por *Cinnamus*, *Comprinnus* e *Peculiaris*, oleiros da época antonina de Lezoux. Contudo, no

Figura 37



Esc. 1 / 1

Figura 37- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 79 a 81, atribuídas a Memor.

sítio foram colectados em 1852 fragmentos de vasos de *sigillata* e em vidro de cronologia anterior, interpretados como relacionados com uma presença no século I d.C. no âmbito das campanhas da década de 80 promovidas por *Agrícola* (Idem).

A cronologia da forma foi colhida em Passelac e Vernhet, que indicam uma datação entre os inícios do principado de Tibério e meados do de Nero (PASSELAC e VERNHET 1993: pág. 572). O tipo Drag. 16 não é dos mais comuns produzidos naquele centro (BET e VERTET 1986: pág. 139).

82	Lezoux	Drag.16	D 2	Minatio	MINATI <u>IO</u> F	-----	30-60 d.C.
----	--------	---------	-----	---------	--------------------	-------	------------

**Modestus** (POLAK 2000: pp. 270-272)– n.ºs 83 - 84

A marca n.º 83 de *Modestus* tem como paralelos datados Rheingönheim, o Período III de Valkenburg e talvez o Erdlager-Hofheim, o que, conjuntamente com a aplicação atestada nas formas Ritt.8 e 9 e Drag. 24/25, fez Polak defender uma datação pré-flávia (POLAK 2000: pág. 271).

A impressão n.º 84 encontra-se muito incompleta, sendo apenas visível a letra terminal, um M. A atribuição a este oleiro faz-se com base na existência de uma impressão executada com o mesmo punção com o texto retrógrado e incompleto MOD(...), em Conímbriga, estampada num vaso encontrado sob um pavimento de rua colocado no período dos Flávios (ALARCÃO 1975b: pág. 120).

O conjunto de textos mais simplificados de *Modestus*, como o presente, estão datados das décadas iniciais da actividade da oficina (POLAK 2000: pág. 272).

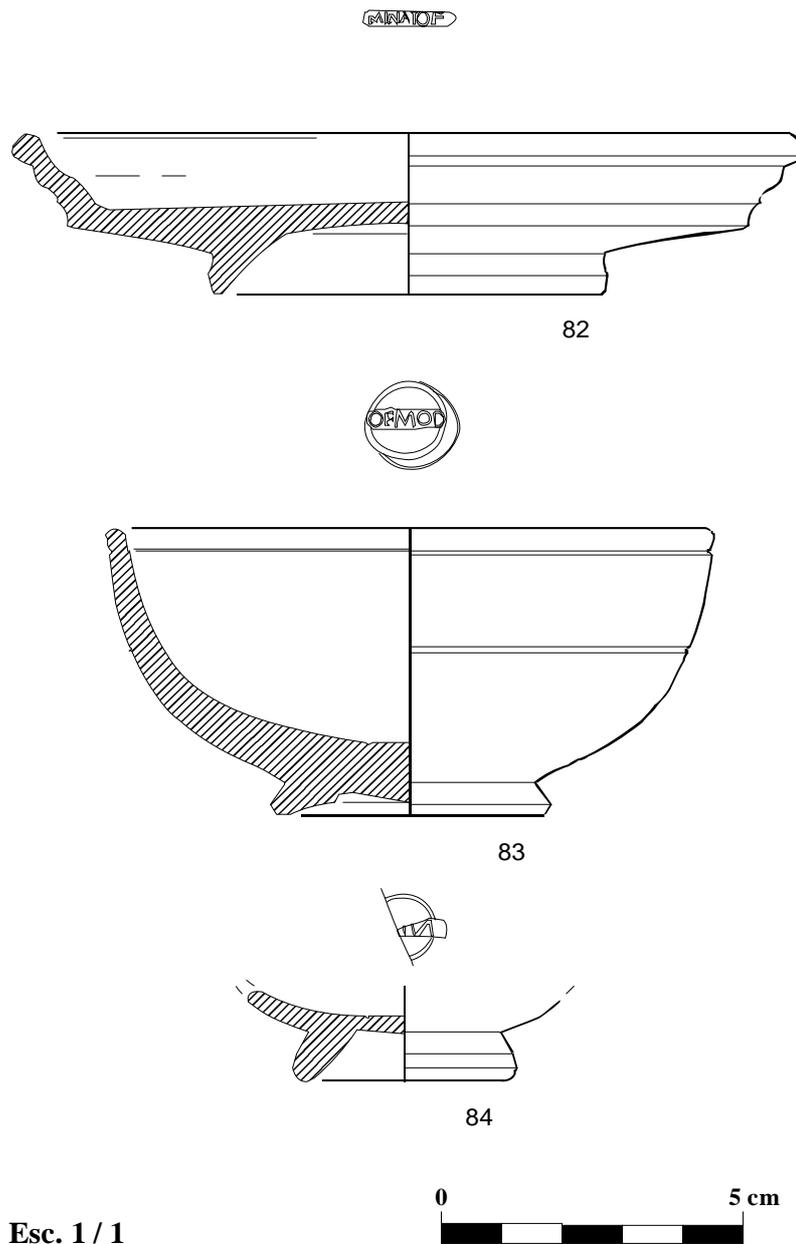
83	La Gra.	Ritt. 8	C 2	Modestus	OFMOD	M 84	50-70 d.C.
84	La Gra.	Ritt.8/Drag. 24/25	A 3	Modestus	M(...) (retro)	-----	50-70 d.C.

**Mommo** (POLAK 2000: pp. 272-274)– n.ºs 85 - 87

O punção de *Mommo* n.º 85, aplicado numa pequena taça Drag.24/25, tem correspondência exacta com os encontrados nos fortes de Vechten e Rheingönheim (POLAK 2000: pág.274), o segundo dos quais ocupado cerca de 40 d.C. e abandonado em 72/3 d.C. (Idem: 412). Utiliza o texto mais em voga no período compreendido entre Nero e Vespasiano (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 212).

O punção utilizado no vaso que ostenta a impressão n.º 86 é retrógrado e encontra vários paralelos, infelizmente nenhum dos quais em contextos datados historicamente, e a sua cronologia foi fornecida pelos outros paralelos não retrógrados com esse tipo de procedência (POLAK 2000: pág. 272-273; HARTLEY e DICKINSON 2001: pág. 27).

Figura 38



Esc. 1 / 1

Figura 38- Vaso centro-gálico com a marca n.º 82, de Minatio. Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 83 e 84, de Modestus.

O n.º 87, apesar de muito fragmentado, corresponde a um paralelo exacto de Vechten, encontrado também em contextos datados historicamente como os dos fortes legionários de Lincoln, ocupado entre 60 e 78 d.C., Rottweil, edificado sob Vespasiano, Saalburg, estabelecido em 83/85 d.C., *Segontium*, construído em 78 d.C., e, sobretudo, num vaso com a mesma tipologia encontrado nas *canabae* junto do forte legionário de Nijmegen (POLAK 2000: pág. 274).

85	La Gra.	Drag. 24/25	B 3	Mommo	MOM	M 102	55-70 d.C.
86	La Gra.	Ritt. 8	B 4	Mommo	OFMOM (retro)	-----	60-85 d.C.
87	La Gra.	Drag. 24/25	B 3	Mommo	OM(...)(retro)	M 100	65-85 d.C.

***Murranus*** (POLAK 2000: pp. 276-278)– n.ºs 88 - 89

São poucas as impressões conhecidas do punção de *Murranus* que produziu a marca n.º 88, destacando-se a sua presença na “fossa de Gallicanus”-La Graufesenque, formada entre 55 e 60 d.C. (POLAK 2000: pág. 278). A morfologia do prato do tipo Drag. 15/17 encontrado em Vechten motivou o recuo do intervalo inferior atribuído pelo mesmo autor (Idem).

A marca n.º 89 foi executada com punção de texto reduzido devido ao pequeno tamanho da taça, e não encontrámos paralelo em contexto datado. A grande semelhança com os punções utilizados durante a época de Cláudio e de Nero, confirmadas pela morfologia do vaso, fundamentam a proposta de cronologia apresentada.

88	La Gra.	Prato	B 3	Murranus	<u>MVRAN</u> (...)	M 131	45 - 65 d.C.
89	La Gra.	Drag. 24/25	A 2	Murranus	<u>MVR</u>	M 124 similis	40 - 70 d.C.

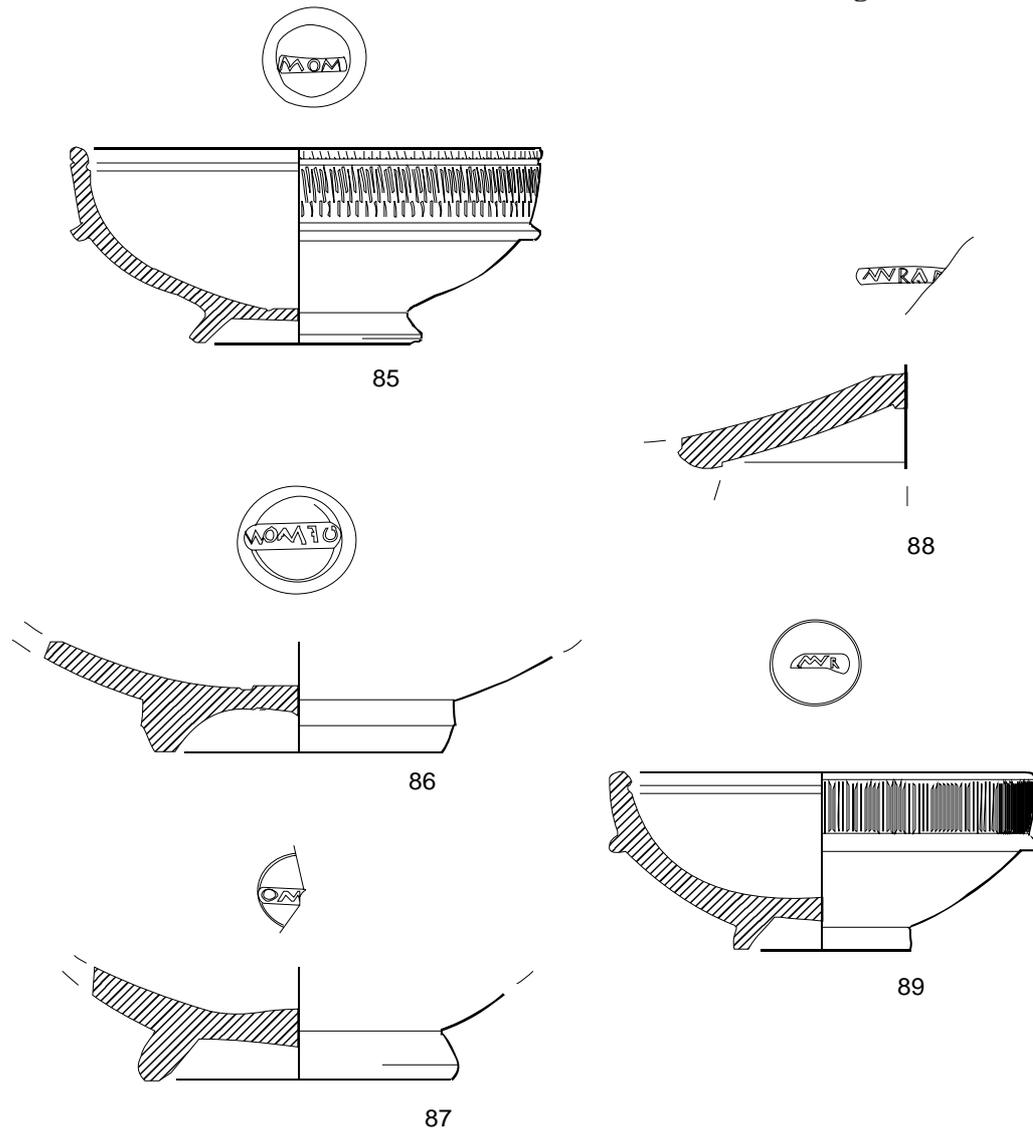
***Niger*** (POLAK 2000: pp. 280-281)– n.º 90

A marca da Praça da Figueira, embora atribuída a *Niger* sem reservas, não pôde ser observada.

O desenho que consta da inventariação do Museu da Cidade, porém, não ofereceu grandes dificuldades de atribuição, e só se deverá manter sob reserva alguns pormenores de leitura, especificamente os relativos ao estado de conservação dos caracteres.

A identificação da variante de punção fez-se em função das características epigráficas do texto, idêntico ao de impressões encontradas em vasos de Baginton, forte ocupado entre cerca de 60 e 80 d.C., Valkenburg, em contextos do período 2, situado entre 47 d.C. e 62 d.C. (POLAK 2000: pág. 281), Usk e talvez York (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 212, n.º 118). Nestes dois últimos sítios britânicos é-lhe atribuída uma datação entre 55 e

Figura 39



Esc. 1 / 1

Figura 39-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 85a 87, de Mommo, e n.ºs 88 a 89, de Murranus.

70 d.C. (Idem), mas Polak indica um intervalo superior um pouco mais baixo (POLAK 2000: pág. 281).

Segundo Hartley e Dickinson, para além de uma impressão sobre uma taça Ritt.9, todas as restantes conhecidas foram estampadas sobre Drag. 27 (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 212), o que nos permitiu definir a tipologia do vaso, dado que a inventariação indicava esta forma, ou em alternativa, a Drag. 24/25.

90	La Gra.	Drag. 27	C 1	Niger	OF. <u>NIGR</u>	N 8	55 - 75 d.C.
----	---------	----------	-----	-------	-----------------	-----	--------------

*Passienus* (POLAK 2000: pp. 282-285)– n.º 91

O mesmo punção de *Passienus* encontrado na Praça da Figueira foi aplicado em vasos recolhidos nos contextos do incêndio de Colchester, ocorrido em 61 d.C., no forte militar de Gloucester-Kingsholm, ocupado entre 49 d.C. e os anos 60 d.C. (POLAK 2000: pág. 284) e em Usk, em contextos da época de Nero (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 213).

Para o exemplar deste último sítio é proposta uma datação entre 50 e 65 d.C. (Idem), um pouco distinta da de Polak, que a situa entre 50 e 70 d.C. (POLAK 2000: pág. 284), talvez considerando o período global de actividade do oleiro, que se prolonga até Domiciano (Idem: pág. 282).

91	La Gra.	Drag.24/25	A 5	Passienus	O. <u>PASEN</u>	P 11	50-70 d.C.
----	---------	------------	-----	-----------	-----------------	------	------------

*Patricius* (POLAK 2000: pp. 285-287)– n.º 92

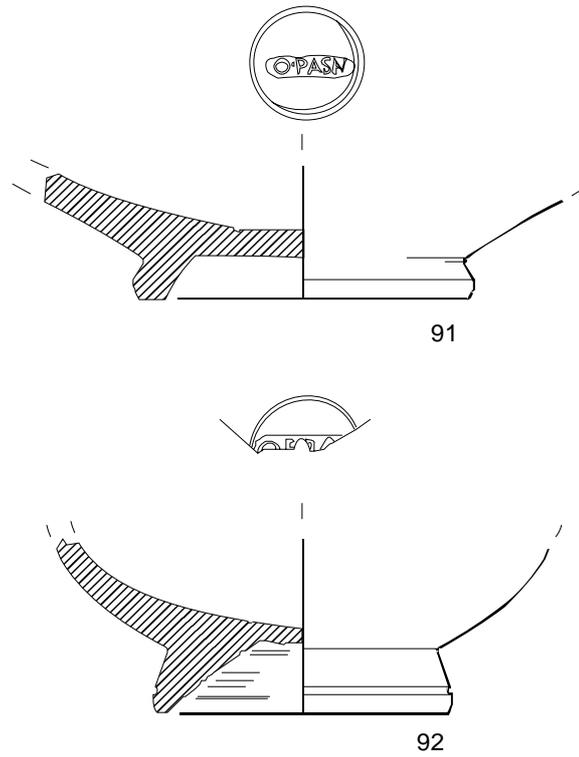
A marca que atribuímos a *Patricius* está muito incompleta e oferece dificuldades de leitura.

Em Vechten encontrámos uma impressão que constitui um paralelo exacto para o exemplar lisboeta, que ocorre também nos contextos flávios de Nijmegen, Rottweil e York (POLAK 2000: pág. 286). Polak opina, porém, que com base no perfil do vaso do acampamento militar que estudou o punção deverá ter sido utilizado ainda em época de Nero (Idem).

Este entendimento é confirmado pelo vaso da Praça da Figueira, que apresenta as mesmas características morfológicas indicadas para a taça de Vechten inventariada (Idem).

92	La Gra.	Drag. 27	A 4	Patricius	OF[.] <u>IPA</u> (...)	P 30	65-85 d.C.
----	---------	----------	-----	-----------	------------------------	------	------------

Figura 40



Esc. 1 / 1



Figura 40- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 91, de Passienus, e n.º 92, de Patricius.

**Primus (i)** (POLAK 2000: pp.296-302) – n.º 93

O fragmento apresenta uma marca mal estampada e fragmentada. O espaço visível não admite a existência de ponto a seguir a expressão inicial que antecede o nome. A grafia do M, de hastes laterais relativamente direitas, aponta para um grupo restrito de paralelos. A altura dos caracteres indicia, especificamente, a correspondência a um deles, documentado nas formas Drag. 24, 27, 15/17, Ritt. 8 e 9, e encontrado nos contextos datados do forte de Aislingen, destruído cerca de 69/70 d.C., *Camulodunum*, na destruição de 61 d.C., Colchester, na “Loja de cerâmica I”, com a mesma data, e no Erdlager-Hofheim, forte ocupado entre cerca de 40 d.C. e durante a década de 60 d.C. (POLAK 2000: pág. 299).

Admitindo-se a existência de vários indivíduos com o mesmo cognome a laborar em La Graufesenque, mas perante a dificuldade em distingui-los Polak indica a existência provável de pelo menos três oleiros homónimos, estando o mais antigo activo já sob Tibério (Idem: pp. 296-297), e ao qual pertencerá por hipótese a marca da Praça da Figueira.

93	La Gra.	Drag. 24/25	A 3	Primus (i)	OFPRIMI	P 108	40-65 d.C.
----	---------	-------------	-----	------------	---------	-------	------------

**Pudens** (POLAK 2000: pp. 303-304)– n.º 94

A marca de *Pudens* tem paralelos datados nos fortes de Carlisle, contruído em 72/74 d.C., Hedderheim, estabelecido durante os Flávios, Ilkey, edificado cerca de 80 d.C., e nas *canabae* junto ao forte legionário de Nijmegen, dados que apoiaram a datação indicada (POLAK 2000: pág. 303). Encontra-se também numa taça Drag. 29 recolhida em Rottweil que ostenta uma decoração não anterior a 80 d.C. (Idem).

Polak conclui tratar-se de um punção já muito exausto e obliterado, pois ainda observa no exemplar de Vechten um vestígio de um primitivo O (Idem), ausente na impressão da Praça da Figueira. Essa particularidade verifica-se nas impressões executadas no centro de Le Rozier (THUAULT e VERNHET 1986: pág. 112, fig. 13), que constituem um paralelo perfeito para o exemplar lisboeta. Este aspecto deverá ter alguma incidência cronológica porque implica uma –ligeira- maior degradação do punção.

Noutro sentido, e dada a laboração de *Pudens* estar atestada quer em La Graufesenque quer em Le Rozier, e dadas as relações de dependência do segundo centro citado em relação ao primeiro (Idem), não podemos com segurança atribuir o vaso da Praça da Figueira a uma ou a outra proveniência, embora pelas razões acima indicadas Le Rozier seja mais provável.

94	Le Roz. La Gra.	Drag. 29	C 3	Pudens	FPVDEN	P141	70-85 d.C.
----	--------------------	----------	-----	--------	--------	------	------------

**Figura 41**

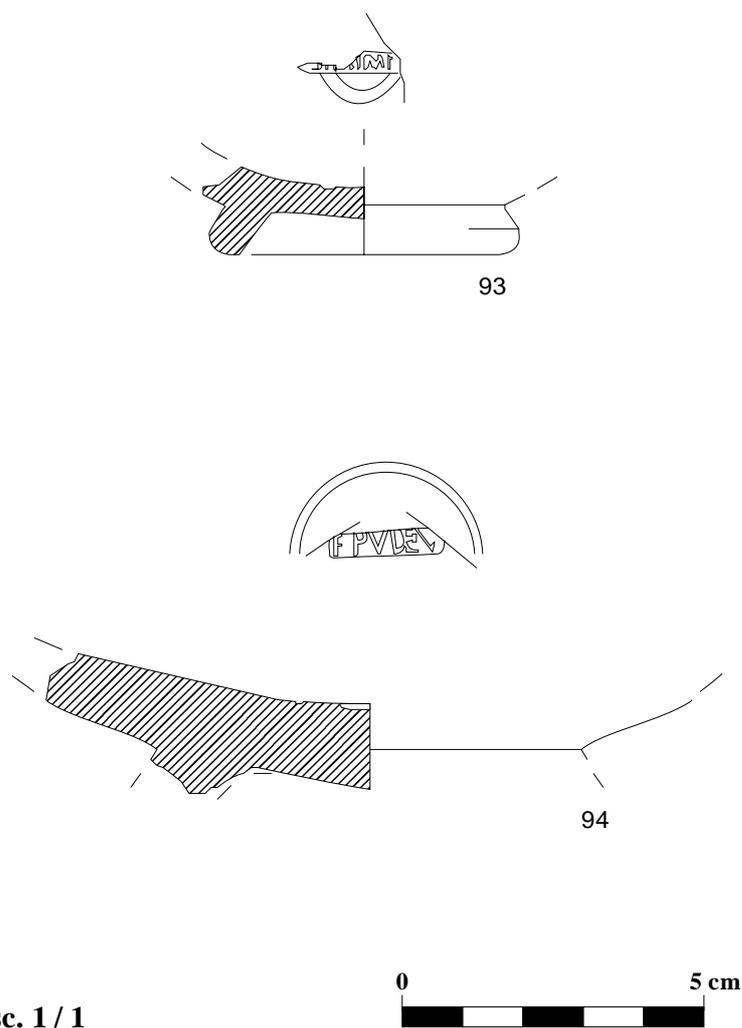


Figura 41-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 93, de Primus i, e n.º94, de Pudens.

**Qui( )** (Daf: pág. )– n.º 95

A impressão de *Qui( )*, um pouco deficiente, tem apenas um paralelo datado no conjunto de *sigillata* sud-gálica de La Nautique-Narbonne (FICHES et al. 1979: pág. 191, fig. 4, n.º 66), estampada em doze exemplares da forma Drag. 27 (Idem: pág. 193).

95	La Gra.	Drag. 24/25	A 3	Qui( )	QVI	—	55-65 d.C.
----	---------	-------------	-----	--------	-----	---	------------

**Rufinus ii** (POLAK 2000: pp. 308-310)– n.ºs 96 - 98

Não conseguimos encontrar paralelo exacto para a marca n.º 94, de *Rufinus ii*. Contudo, as impressões de punções deste oleiro encontradas em contextos datados historicamente remetem-nas para a fase inicial da sua produção, dado que as que contêm a expressão OF(*icina*) aparecem associadas aos momentos mais avançados, testemunho fornecido quer por vasos quer por contextos (POLAK 2000: pág. 308; HARTLEY e DICKINSON 2001: pág. 28).

O perfil e grande espessura do fragmento permitiu atribuir o suporte a uma forma Drag. 29.

As impressões n.ºs 97 e 98 têm paralelo datado no Erdlager-Hofheim, abandonado nos inícios do século II d.C., mas a sua presença em determinados vasos de Vechten levaram Polak a atribuir ao punção uma utilização entre 60 e 80 d.C. (POLAK 2000: pág. 310).

Não conseguimos encontrar uma classificação tipológica satisfatória para o vaso com o n.º 98. O corpo é muito similar às taças tronco-cónicas Drag.33, mas a morfologia do bordo é completamente distinta, como o são a delicadeza do pé e a ausência de caneluras no corpo. A designação utilizada é contestável, mas não encontramos melhor expressão para traduzir a configuração do vaso, encontrado num dos poucos contextos fechados da Praça da Figueira, formado com maior probabilidade antes de 70 d.C.

O tipo em que se encontra impressa a marca n.º 98, bem como as suas características formais, permitem rever a proposta avançada para o exemplar de Vechten para uma data mais alta do que a indicada pelo investigador holandês (Idem).

96	La Gra.	Drag. 29	B 4	Rufinus ii	RVF(...)	R 31	65-80 d.C.
97	La Gra.	<i>Afim de</i> Drag. 33	A 2	Rufinus ii	RVFINI	R 28	60-70 d.C.
98	La Gra.	Ritt. 8	B 2	Rufinus ii	RVFINI	R 28	60-75 d.C.

Figura 42

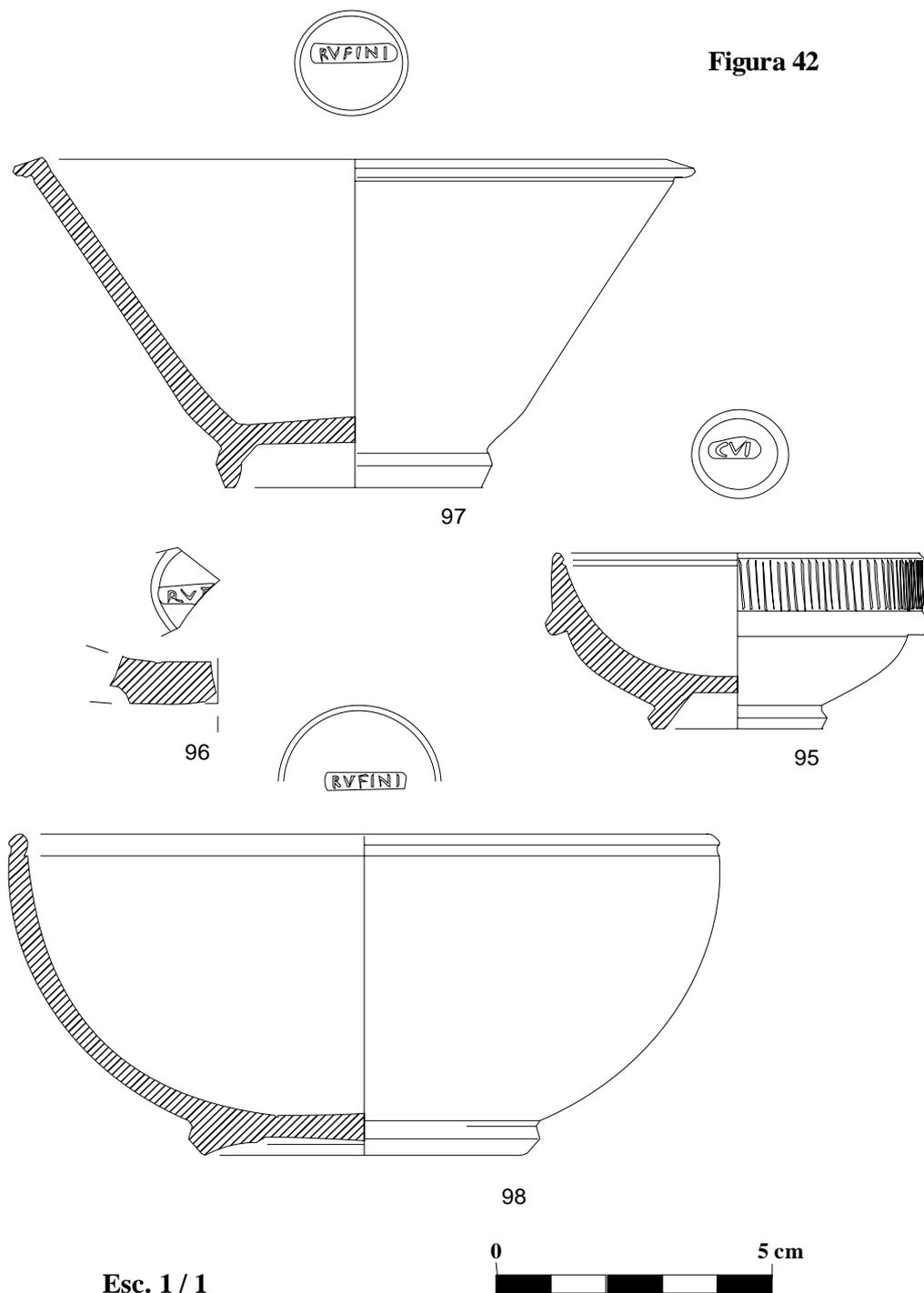


Figura 42-vasos sud-gálicos com a marca n.º 95, de Qui( ), e n.ºs 97 a 98, de Rufinus ii.

*Sabinus* (*Gr.II*) (POLAK 2000: pp. 313-315)– n.ºs 99 - 103.

Os vasos da Praça da Figueira assinados por *Sabinus* deverão corresponder a um dos oleiros deste nome que laboraram em La Graufesenque e em Le Rozier. Marinus Polak tentou, sem sucesso, proceder à sua distinção, mas não o conseguiu senão para os que indicam o *praenomen* (POLAK 2000: pág. 313). Estabeleceu, porém, dois grupos distintos de significado cronológico: um primeiro, de letra cuidada, e um segundo, mais tardio, de letra de traçado mais descuidado (Idem). É neste segundo que se deverão incluir as marcas da Praça da Figueira, oriundas de La Graufesenque, pois não se identificam com as atestadas em Le Rozier (THUAULT e VERNHET 1986: pág. 112, fig.13) .

Hartley e Dickinson supõem que a actividade do *Sabinus* que utilizou os punções atestados em Lisboa se terá desenvolvido entre 50 e 85 d.C. (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 214), apesar de não disporem de suficientes contextos datados (HARTLEY DICKINSON 2001: pág. 29). Polak, com base em contextos da época de Domiciano avança o limite superior até aos finais do século I d.C. (POLAK 2000: pág. 313).

A marca n.º 99 é executada com o mesmo punção das impressões dos vasos encontrados no navio Cala Culip IV, naufragado cerca de 80-85 d.C. (HARTLEY DICKINSON 2001: pág.22, n.º 12.1 e pág. 29), no forte de Carlisle, edificado entre 71 e 74 d.C., no campo estabelecido durante os Flávios em Heddernheim, em *Segontium*, forte construído em 78 d.C., e numa sepultura de Winchester, datada da época de Domiciano (POLAK 2000: pág. 314). Com o recurso a estes elementos, tratar-se-á de um punção utilizado entre cerca de 70 e 100 d.C.,

A impressão n.º 100, com o texto (S)abinio, está atestada em Vechten nas formas Drag. 27 e 24/25, e é-lhe atribuída uma datação em torno do ano 70 d.C., (Idem: pág. 315).

Muito semelhante à anterior é a marca n.º 101, em que o texto –completo- é retrógrado. Não tendo conseguido encontrar paralelos exactos para a impressão, a semelhança entre ambos sugere a cronologia aproximada que indicámos.

Incompleta, a marca n.º 102 integra-se no referido segundo grupo de punções *Sabinus*, considerado o mais tardio (POLAK 2000: pág. 313).

A marca n.º 103 presta-se a duas leituras mais prováveis: *Albani* ou *Sabini*. A regularidade da letra patente nos punções do primeiro oleiro mencionado exclui-o, sendo assim mais do que provável a sua atribuição ao *Sabinus* do Grupo ii.

<b>99</b>	La Gra.	Drag.15/17	C 3	Sabinus	OF.SAB(...)	S 4	70-100 d.C.
<b>100</b>	La Gra.	Drag.33	C 3	Sabinus	ABINIO	S 17	60-80 d.C.
<b>101</b>	La Gra.	Drag. 27	B 4	Sabinus	SABINIO (retro)	-----	60-80 d.C.
<b>102</b>	La Gra.	Prato ?	C 3	Sabinus	(...)ABINI	-----	60-100 d.C.
<b>103</b>	La Gra.	?	B 2	Sabinus	(...)BINO	-----	60-100 d.C.

Figura 43

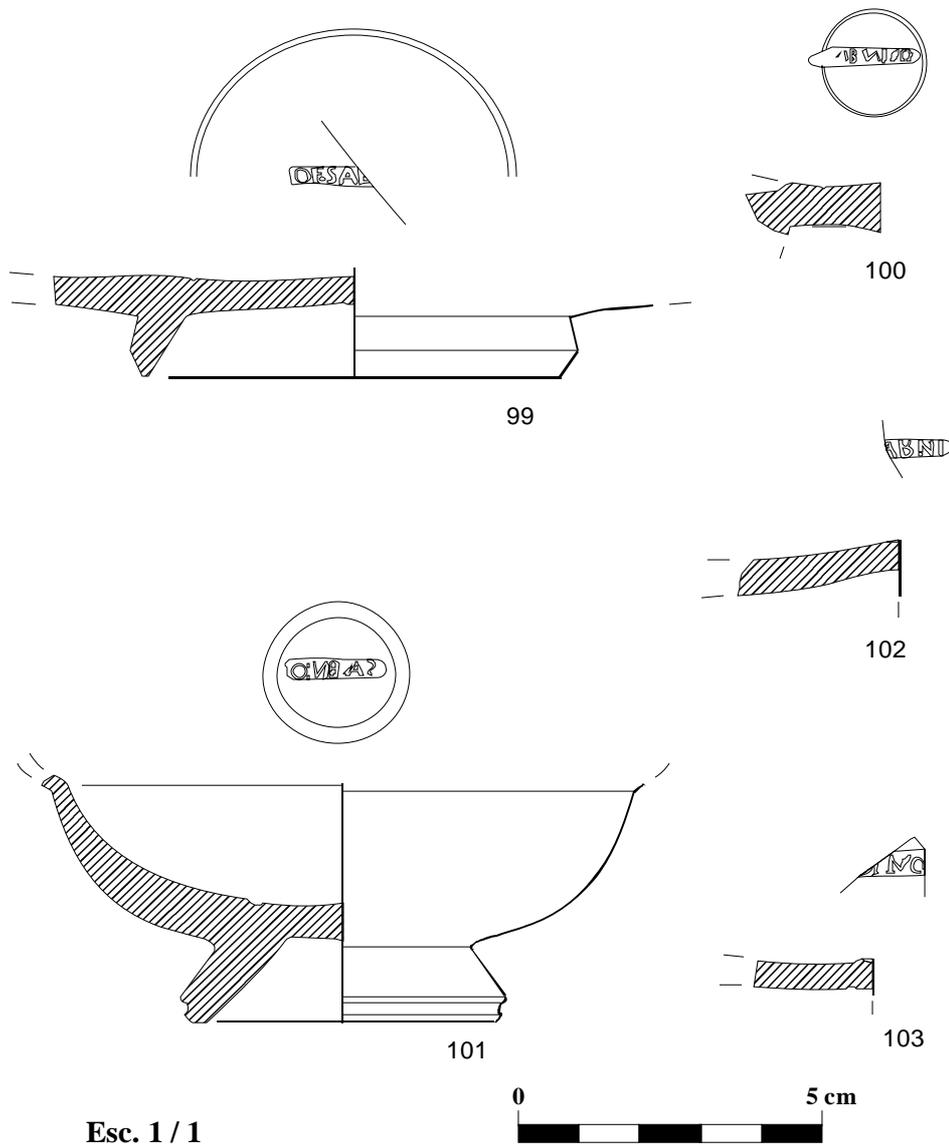


Figura 43- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 99 a 103, de Sabinus.

**Secundus iii** (POLAK 2000: pp. 325-327)– n.º 104

Polak distingue três oleiros com este nome, embora admita a existência de um número maior em relação aos dois primeiros que diferenciou (POLAK 2000: pág.322).

Certos pormenores da grafia são exactamente os mesmos do punção S 91 de Vechten, aliás executado sobre a mesma forma (Idem: pág. 325), em especial o formato idêntico do nexu VN (que no exemplar holandês agrega também o D) e a forma geral dos restantes caracteres. A mesma observação é possível para a marca n.º 150 de Usk, datada de 50-65 d.C., só que aí o nexu é ND (HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 214). Não corresponde porém a nenhuma destas impressões.

Foi com base na verosimilhança de contemporaneidade dos paralelos indicados de Vechten e Usk com a marca da Praça da Figueira que propomos a cronologia indicada.

<b>104</b>	La Gra.	Drag.15/17	B 2	Secundus iii	OF.SECVND	-----	65-90 d.C.
------------	---------	------------	-----	--------------	-----------	-------	------------

**Senicius** (POLAK 2000: pp. 328-329)– n.º 105

A marca de *Senicius* está estampada num prato Drag.18. *Senicio* e *Senecio* foram considerados como oleiros distintos por Oswald, mas segundo Polak deverão corresponder a um mesmo indivíduo (POLAK 2000: pág. 328).

O oleiro laborou em La Graufesenque entre a época de Cláudio e, pelo menos, 80-85 d.C., pois encontra-se atestado no naufrágio de Cala Culip IV (HARTLEY e DICKINSON 2001).

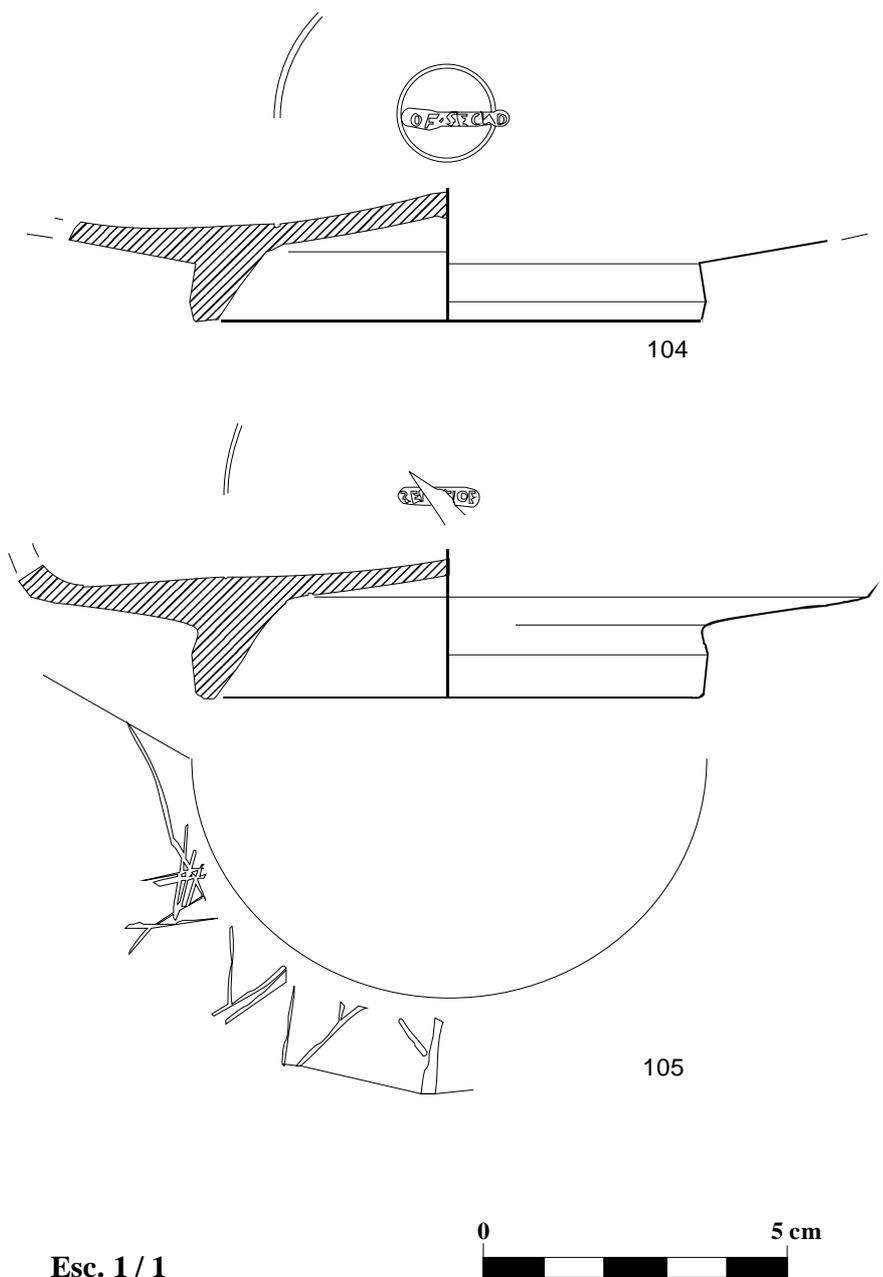
Não conseguimos encontrar paralelo para o punção utilizado, em que o S é retrógrado. A fractura não permite distinguir se a letra seguinte ao N é um I ou um E, grafado como tal ou como duplo I, estando ambas as variantes atestadas (Idem). Os punções com utilização de duplo I estão presentes na “fossa de Cluzel 15”, datada com maior probabilidade de 60-65 d.C. (Idem: pp. 328 e 410), e aqueles com a grafia *Senecio* estão atestados apenas para o intervalo 40-70 d.C. (Idem: pág. 328). A distância entre os restos do N e do C permitem excluir ambas as hipóteses e ler I.

A utilização da fórmula *F(ecit)*, presente na impressão da Praça da Figueira, é mais utilizada entre os principados de Cláudio e de Vespasiano (conf. Idem: pp. 328-329), razão por que propomos o limite superior do intervalo indicado.

Na parede externa foi gravado um grafito após a cozedura, de que se lê L(?)MAL(...).

<b>105</b>	La Gra.	Drag.18	A 3	Senicius	SEN[?]CIO F (S retro)	-----	45 – 75 d.C.
------------	---------	---------	-----	----------	--------------------------	-------	--------------

Figura 44



Esc. 1 / 1

Figura 44-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 104, de Secundus iii, e n.º 105, de Senicius.

*Senome*( ) (POLAK 2000: pág. 330)– n.º 106

Oswald atribuiu uma marca de texto semelhante à da Praça da Figueira a *Cnaeus Seno*, proposta rejeitada por C. Bémont que desenvolve uma impressão semelhante de *Glanum* como *Senonis* (BÉMONT 1976: pp. 74-75). A investigadora francesa revê mais tarde a sua proposta para *Senome*( ), a avaliar pela listagem que elaborou em colaboração Bourgeois e que consta dos DAF (DAF: pág. 285). O conteúdo da marca pode, porém, prestar-se a confusão, por permitir quer um desenvolvimento *Seno m(anus)* quer *Senom(e...)*. Polak interpreta-o neste último sentido, dada a perfeita semelhança com punções de texto mais desenvolvido que incluem o carácter E, indicando os paralelos datados do forte legionário de Wroxeter, edificado em 52/7 d.C. e abandonado cerca de 87 d.C., e dos contextos de destruição de 61 d.C. de Colchester (POLAK 2000: pág. 330).

106	La Gra.	Drag.24/25	A 1	Senome( )	SEKOM	S 119	50-70 d.C.
-----	---------	------------	-----	-----------	-------	-------	------------

*Seuerus ii* (POLAK 2000: pp. 332-334)– n.º 107

Polak distingue dois oleiros com o *cognomen Seuerus* activos em La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 332).

A marca corresponde a uma detectada em Vechten numa taça Drag.27 sem Sulco no pé, característica morfológica evolucionada dentro da forma.

A impressão encontra paralelos de sítios datados historicamente e “contextos fechados”: no Erweiterungslager de Hedderheim, no forte de Nijmegen, edificado em 69/70 d.C., numa sepultura dos finais do século I d.C., próxima deste sítio legionário, em Rottweil, sítio abandonado na mesma época, e Saalburg, forte construído em 83/85 d.C. (Idem: pág. 333).

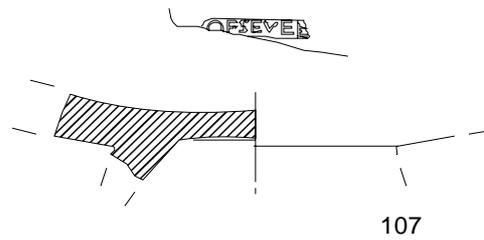
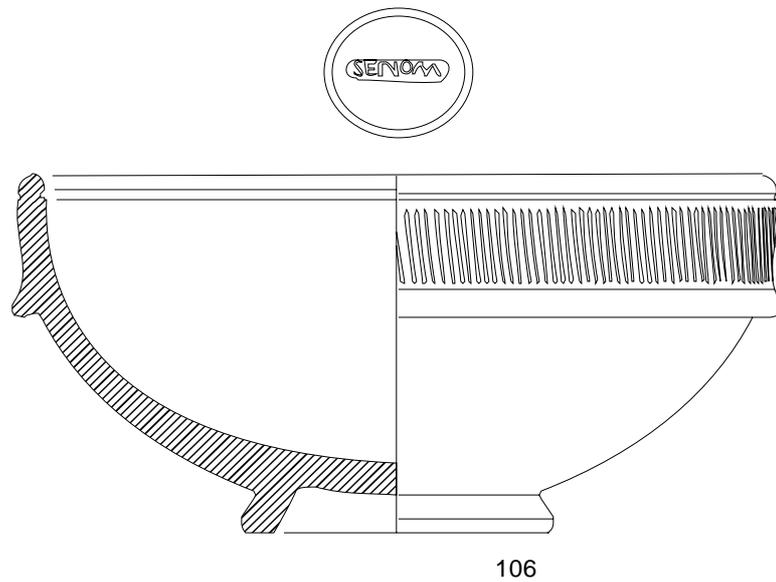
107	La Gra.	Drag.27	A 4	Seuerus ii	OFSEVER	S 138	70-95 d.C.
-----	---------	---------	-----	------------	---------	-------	------------

*Siluanus* (POLAK 2000: pp. 335-337)– n.º 108 - 109

Um paralelo exacto para a impressão n.º108 da Praça da Figueira foi encontrado em Vechten, próximo de uma impressão num vaso que proveio da “Fossa de Gallicanus” de La Graufesenque, formada em 55-60 d.C. (POLAK 2000: pág. 335), mas não exactamente correspondente.

A cronologia avançada por Polak considerou a aplicação do mesmo punção de Vechten, equivalente à impressão da Praça da Figueira, em vasos Ritt.5, pelo que o limite inferior indicado foi recuado para 35 d.C. (Idem).

Figura 45



Esc. 1 / 1



Figura 45-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 106, de Senome( ), e n.º 107, de Severus ii.

A marca n.º 109 de *Silvanus* encontra impressões idênticas na ocupação próxima do Trajanusplein-Nijmegen, cujo limite superior se situa em 69/70 d.C., na forma do vaso Drag. 27 de Vechten com a mesma marca e, a sua presença nas formas Drag.24 e Ritt.8, induziram a cronologia indicada (POLAK 2000: pág.313).

108	La Gra.	Ritt.8	A 2	Silvanus	SILVANI <sup>o</sup> F	S147	40-60 d.C.
109	La Gra.	Drag. 15/17	A 4	Silvanus	SILVANI	S152	45-65 d.C.

*Silvinus ii* (POLAK 2000: pp. 337-338)– n.º 110

A impressão da marca é deficiente, pelo que a sua identificação se revelou difícil. Existe, contudo, um paralelo exacto em Vechten, estampado em dezasseis exemplares da mesma forma, também com Sulco no pé (POLAK 2000: pág. 337).

A listagem de paralelos recolhidos em contextos datados inclui os fortes de Carlisle, construído em 72/74 d.C., Chesterholm, edificado cerca de 90 d.C., Salisberg, na década de 90 d.C., e no estabelecimento artesanal de Wilderspool, estabelecido na mesma década, que forneceram a M. Polak a indicação da cronologia, conjuntamente com o aspecto formal das taças acima mencionado (Idem).

110	La Gra.	Drag.27	C 4	Silvinus ii	QFS(...) <sup>o</sup> VIN	S166	65-90 d.C.
-----	---------	---------	-----	-------------	---------------------------	------	------------

*Silvius* (POLAK 2000: pág. 338)– n.º 111

A impressão de *Silvius* está um pouco borrada, mas encontra paralelos exactos em Vechten, na mesma forma, e nos contextos datados da Keramiklager-Oberwinterthur, depósito destruído cerca de 69/70 d.C., Rheingonheim, forte ocupado entre cerca de 40 d.C. e 72/73 d.C., e no campo de Riegel, abandonado em época flávia (POLAK 2000: pág. 338).

111	La Gra.	Drag. 24/25	C 4	Silvius	OFISILVI	S171	55-75 d.C.
-----	---------	-------------	-----	---------	----------	------	------------

*Vapuso* (POLAK 2000: pp. 344-346)– n.º 112

A impressão da Praça da Figueira tem paralelo nos contextos datados do forte de Aislingen, destruído em 69/70 d.C., de Erdlager-Hofheim, ocupado entre cerca de 40 e 70 d.C., Velsen 1, evacuado cerca de 40 d.C., e numa sepultura de Xanten, que continha um outro vaso marcado por *Maccarus*, dados que motivaram a cronologia apresentada (POLAK 2000: pág. 345).

112	La Gra.	Drag.15/17	C 2	Vapuso	VAPVSO	V 4	30-60 d.C.
-----	---------	------------	-----	--------	--------	-----	------------

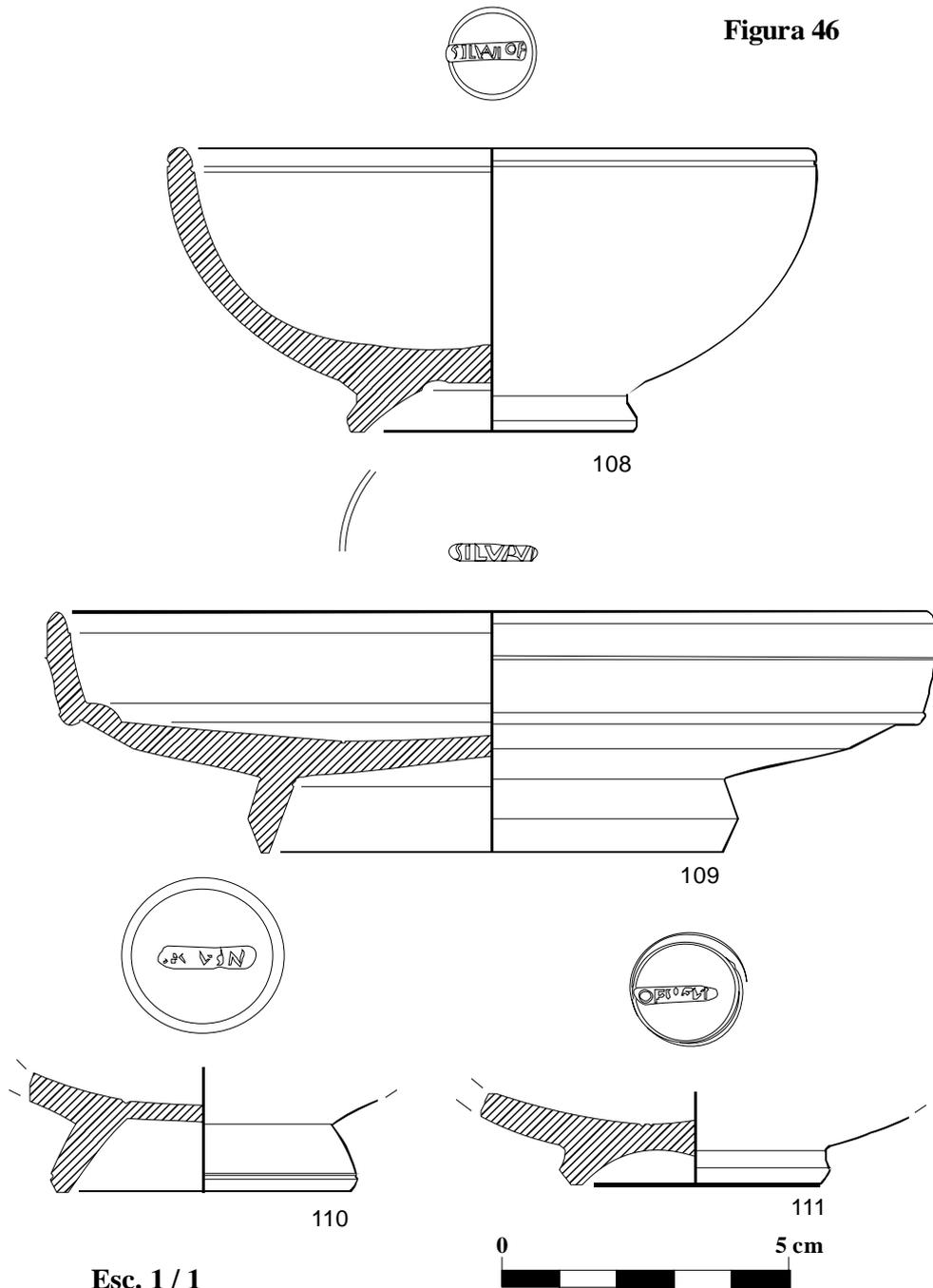


Figura 46-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 108 e 109, de Silvanus, n.º 110, de Silvanus ii, e n.º 111, de Silvius.

**Vitalis i** (POLAK 2000: pp. 353-354)– n.º 113

*Vitalis i* esteve activo em La Graufesenque entre 45 e 70 d.C. (POLAK 2000: pág. 353; equivalente ao *Vitalis i* de Hartley e Dickinson, que defendem o mesmo espectro cronológico- HARTLEY e DICKINSON 1993: pág. 214).

O punção utilizado é de reduzidas dimensões devido ao pequeno tamanho da taça onde foi estampada a marca, de que o único paralelo exacto proveniente de contexto datado é uma taça Drag. 27 encontrada numa sepultura do cemitério de Hunerberg-Nijmegen, pré-flávia (POLAK 2000: pág. 353).

113	La Gra.	Drag. 24/25	A 3	Vitalis i	OVIIA	V 58	50-70 d.C.
-----	---------	-------------	-----	-----------	-------	------	------------

**Vitalis ii** (POLAK 2000: pp. 354-358)– n.º 114

*Vitalis ii* esteve activo em La Graufesenque já em 70 e, a sua laboração prolongar-se-ia até cerca de 110 d.C., tratando-se do oleiro mais bem representado em Vechten, com não menos de 213 marcas (POLAK 2000: pág.354).

A marca da Praça da Figueira está em estado muito fragmentário, mas a sua correspondência é perfeita com o exemplar de Vechten V61, aplicado sobre um prato de tamanho grande da forma Drag. 18 decorado internamente a roetilha, no que concorda com as características do fragmento lisboeta, apresentando no vaso holandês a particularidade de um P final, que Polak interpreta como correspondente à inicial do nome de um assalariado de *Vitalis* (Idem).

Os paralelos para a impressão correspondem aos contextos bem datados dos fortes de Chesterhom e Faimingen, construídos cerca de 90 d.C., Echzell, edificado em 92/97 d.C. ou 100/101 d.C. e Corbridge, construído em 86/87 e ocupado até 103 d.C. (Idem).

114	La Gra.	Prato	A 2	Vitalis ii	[OF.VI]TAL [IS.P]	V 61	80-110 d.C.
-----	---------	-------	-----	------------	----------------------	------	-------------

**Vof( ) Angius ou Vofangius** (OSWALD 1931: pág. 17)- n.º 115

O fragmento de marca n.º 115 apresenta um *ductus* muito cuidado, e apesar de truncado é possível atribuí-lo ao oleiro *Vof( ) Angius*, que laborou em La Graufesenque, segundo Oswald durante os Flávios (OSWALD 1931: pág. 17; DAF: pág. 286). Não se conseguiu repertoriar na bibliografia consultada nenhum paralelo para a marca recolhido em contexto bem datado.

115	La Gra.	Prato	C 2	Vofangius ou Vof( )Angius	(...)FANGI (...)	V 61	70-100 d.C.
-----	---------	-------	-----	------------------------------	---------------------	------	----------------

Figura 47

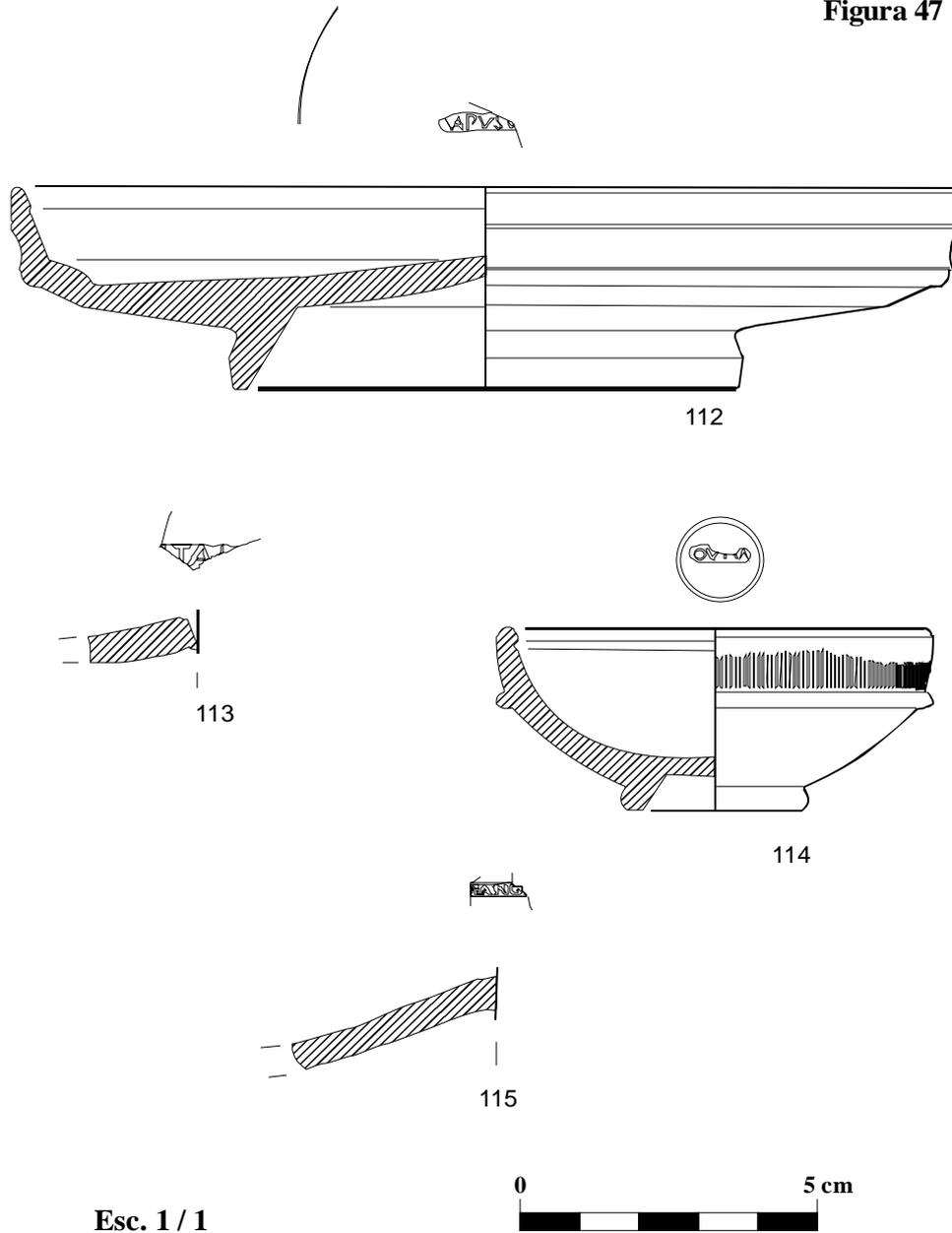


Figura 47-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 112, de Vapuso, n.º 113, de Vitalis i, n.º 114, de Vitalis ii, e n.º 115, de Vof( ) Angius/Vofangius.

### Marcas iletradas/grafomorfas - Oleiros não Identificados- n.ºs 116 – 117

O perfil dos vasos e os paralelos próximos para o tipo dos diferentes punções iletradas/grafomorfas recolhidos na Praça da Figueira (grupo Y- POLAK 2000: pp. 359), remetem para uma cronologia dos imperadores Cláudios e uma proveniência de La Graufesenque.

116	La Gra.	Drag.18	A 2	?	IIFIN(...) VII (F <i>retro</i> )	Grupo Y	40-70 d.C.
117	La Gra.	Drag.27	C 4	?	OI(L ou C)MI.	Grupo Y	40-70 d.C.

### Marcas incompletas- Oleiros não Identificados- n.ºs 118 - 142

#### Ē( ) –n.º 118

A marca apresenta algumas semelhança com o punção de *C. Exomnius Albinus* inventariado em Vechten (POLAK 2000: pág. 163) mas, apesar da compatibilidade da forma do vaso, o estado de conservação da impressão não autoriza a atribuição.

118	S.G.	Ritt. 8	C 4	?	[?]E(...)	-----	< 80 d.C.
-----	------	---------	-----	---	-----------	-------	-----------

#### N( ) – n.º 119

A fragmentariedade da marca deixa ler apenas a letra inicial N, podendo atribuir-se a qualquer um dos onze oleiros sud-gálicos com o nome começado por esta letra (DAF: pág. 283), exceptuando-se Niger, que utiliza uma grafia distinta.

119	S.G.	Drag. 29	B 4	N(...)	N(...)	-----	> 40 d.C.
-----	------	----------	-----	--------	--------	-------	-----------

#### ( )qe( ) – n.º 120

O texto está muito fragmentado, distinguindo-se apenas dois caracteres, não tendo sido possível encontrar exemplos de marcas com esta sequência de letras nas publicações consultadas. A datação proposta resulta do contexto em que foi recolhido o fragmento de prato (ver capítulo 7).

120	S.G.	Prato	A 3	?	(...)QE(...)	-----	< 70 d.C.
-----	------	-------	-----	---	--------------	-------	-----------

#### ( )a – n.º 121

A fórmula final é sobretudo utilizada em La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 40).

121	La Gra.?	Drag.24/25	B 3	?	(...)AOFI	-----	70 d.C.
-----	----------	------------	-----	---	-----------	-------	---------

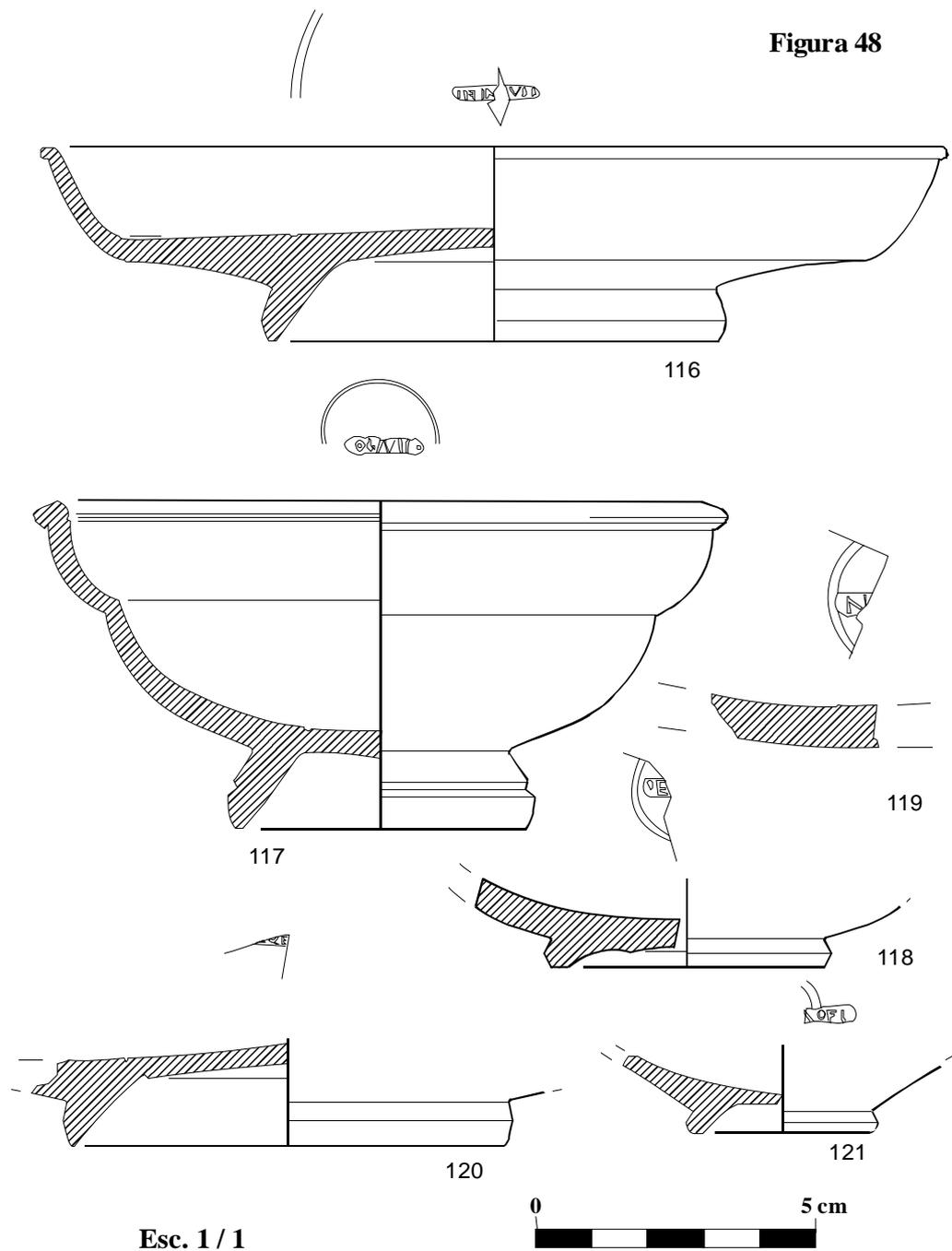


Figura 48- Vasos sud-gálicos com as marcas grafomorfas/iletradas n.ºs 116 e 117, e não atribuídas n.ºs 119 a 121.

( )*ac* (ou o) – n.º 122

A marca encontrava-se muito danificada, não tendo permitido, sequer, uma leitura conclusiva do último carácter na altura da inventariação, pois integra o conjunto das que não conseguimos localizar.

A cronologia foi indicada, tendo presente a forma em que foi colocada a marca, mas é de pouca utilidade por corresponder a um tipo fabricado ao longo de quase toda a produção de La Graufesenque, com um declínio acentuado a partir de cerca de 60 d.C., mas estando presente ainda em contextos flávios como o do naufrágio de Cala Culip IV, datado de 80-85 d.C., entre outros (POLAK 2000: pp. 117-118).

122	La Gra.?	Drag.24/25	A 3	?	(...)AC (ou O)	-----	30 – 100 d.C.
-----	----------	------------	-----	---	-------------------	-------	------------------

( )*ar* – n.º 123

A impressão apresenta uma fórmula final muito característica das produções iniciais de terra sigillata de La Graufesenque e Lezoux, e que se desdobra *ar*(*retina*), isto é, empregando uma adjectivação do substantivo *arretinum*, com intenção propagandística, que com o uso serviria depois para designar a própria produção na época (HARTLEY 2002: pág. 135). Não foram numerosos os oleiros rutenos que empregaram esta fórmula final, muito bem datada da época de Tibério, e lida com garantia a partir de uma marca de *Scotus*, que desenvolvia o texto “*aretinu*” (Idem).

As características macroscópicas da pasta permitem classificar a taça lisboeta como procedente de La Graufesenque.

123	La Gra.?	Ritt.5	B 4	?	(...)AR	-----	20 – 40 d.C.
-----	----------	--------	-----	---	---------	-------	--------------

( )*an* – n.º 124

A grafia do n.º 124 aproxima-se da empregue nos punções utilizados por *Siluanus*, mas o estado de conservação da marca impede-nos de identificar a impressão como correspondente a esse oleiro, pois existem outras hipóteses igualmente plausíveis como, por exemplo, *Licinus*, *Murranus* ou *Albanus*.

124	S.G.	Drag. 18 ?	B 4	?	(...)AN	-----	< 70 d.C.
-----	------	------------	-----	---	---------	-------	-----------

( )*ano* – n.º 125

O vaso que ostenta o n.º 125 apresenta duas caneluras concêntricas, traçadas com alguma irregularidade no fundo interno, que permitem identificar a forma e remeter para as suas variantes mais tardias (PASSELAC e VERNHET 1993: pág. 574).

Figura 49

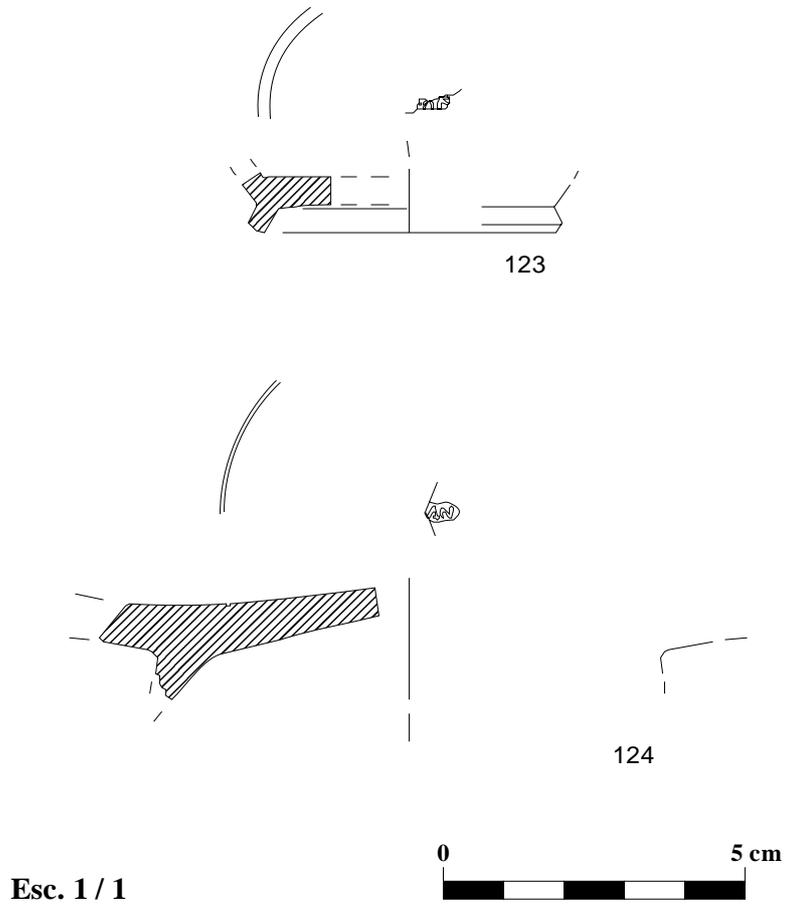


Figura 49-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 123 e 124, não atribuídas.

Tal como para o número anterior, são vários os oleiros a que poderia ser atribuído o punção.

125	S.G.	Drag. 33	B 3	?	(...)ANO	-----	> 60 d.C.
-----	------	----------	-----	---	----------	-------	-----------

( )*i* – n.ºs 126-127

Marcas muitos danificadas que não permitem a identificação dos oleiros. As cronologias foram indicadas a partir das atribuídas às formas de prato em que estão estampadas (PASSELAC e VERNHET 1993). O n.º 127 apresenta, na parede exterior do fundo, um grafito cruciforme, executadp pós-cozedura.

126	S.G.	Drag.15/17	B 3	?	(...)I	-----	< 70 d.C.
127	S.G.	Drag. 18	C 3	?	(...)I(?)	-----	< 70 d.C.

( )*ici* – n.º 128

É possível que a impressão pertença a Felix, oleiro de La Graufesenque, mas não conseguimos estabelecer a correspondência do punção.

128	La Gra.?	Drag.18 ou 15/17	C 4	?	(...)ICI	-----	> 40 d.C.
-----	----------	------------------	-----	---	----------	-------	-----------

( )*i(?)m* – n.º 129

A marca encontra-se muito fragmentada. A datação apresentada fundamenta-se na existência de vestígios de decoração a rosetilha no fundo interno do prato, característica que remete o vaso para uma fase da produção sud-gálica efectuada ainda sob Tibério (PASSELAC e VERNHET 1993). A última letra corresponde à fórmula *m(anus)*.

129	S.G.	Prato	B 2	?	(...)[?]M	-----	20-40 d.C.
-----	------	-------	-----	---	-----------	-------	------------

( )*io* – n.º 130

A marca está muito truncada, sendo impossível atribuí-la com segurança a um qualquer um dos oleiros de um grupo vasto que inclui, por exemplo, *Bio*, *Senicio*, ...

A fórmula final é sobretudo utilizada em La Graufesenque (POLAK 2000: pág. 40).

A cartela é muito regular e a gravação dos caracteres muito cuidada, o que sugere uma época mais alta. Confirmando esta suposição, o perfil da peça e as dimensões da base apontam como mais provável uma datação durante o principado dos imperadores Cláudios.

130	La Gra.?	Drag.27	C 4	?	(...)IO.OF	-----	40-70 d.C.
-----	----------	---------	-----	---	------------	-------	------------

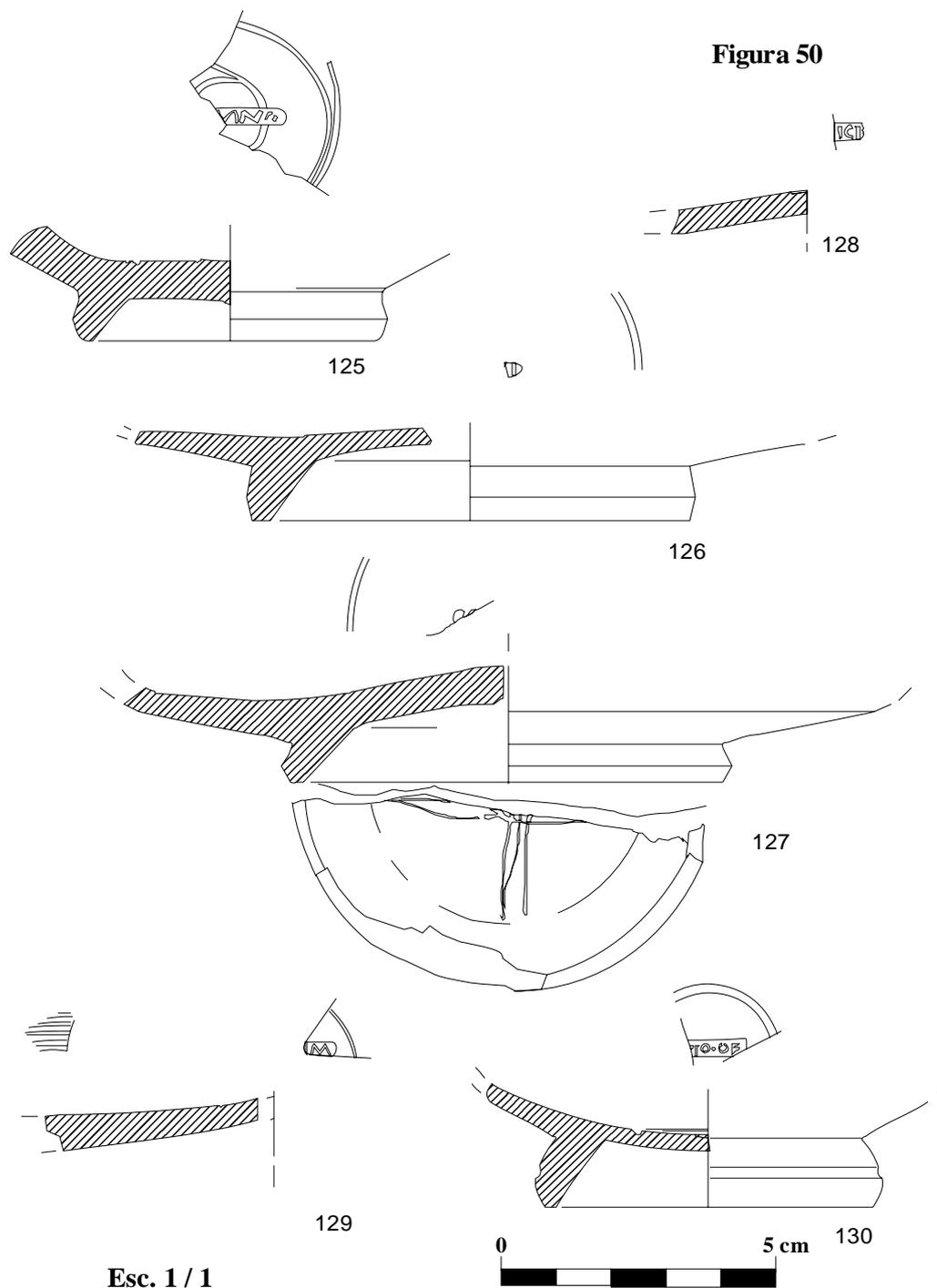


Figura 50-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 125 a 130, não atribuídas.

( )*m* - n.º 131

A marca encontra-se muito fragmentada. A datação apresentada fundamenta-se nas características morfológicas do prato (PASSELAC e VERNHET 1993). A última letra corresponde à fórmula *m(anus)*.

131	S.G.	Drag.15/17	B 4	?	(...)M̄	-----	40-70 d.C.
-----	------	------------	-----	---	---------	-------	------------

( )*ni* – n.º 132

Marca muito fragmentada que não permite a identificação do oleiro.

132	S.G.	Prato	B 3	?	(...)NI	-----	> 40 d.C.
-----	------	-------	-----	---	---------	-------	-----------

( )*no* – n.º 133

O fragmento mostra apenas as duas letras finais. Pela tipologia corresponderá a uma taça Ritt.5 ou 9, apresentando um revestimento ainda muito aproximado do aspecto das produções itálicas suas contemporâneas, especialmente o revestimento exterior.

133	S.G.	Taça	B 4	?	(...)NO	-----	20-50 d.C.
-----	------	------	-----	---	---------	-------	------------

( )*o* – n.ºs 134-135

Marcas muito danificadas, de que se conservam apenas os limites da impressão e vestígios da última letra, um O. A cronologia indicada para o prato deriva do tipo formal do vaso (PASSELAC e VERNHET 1993b).

134	S.G.	Drag. 15/17	C 2	?	(...)Ō	-----	40-70 d.C.
135	S.G.	Taça	A 1	?	(...)Ō	-----	20-120 d.C.

( )*ti(?)* – n.º 136

A forma do vaso com a marca n.º136 encontra paralelo próximo nos números 1210 e 1212 a 1215 de *Baelo Claudia*, que Bourgeois e Mayet relacionam com as taças Ritt.5 e Hermet 23, atestada em Montans (BOURGEOIS e MAYET 1991: pág. 95 e pl.XV). Tal como na cidade da Bética, a pasta e o revestimento não são atribuíveis, porém, a Montans (Idem).

136	S.G.	Belo 1210-1212/5	A 2	?	(...)TI(?)	-----	20-40 d.C.
-----	------	------------------	-----	---	------------	-------	------------

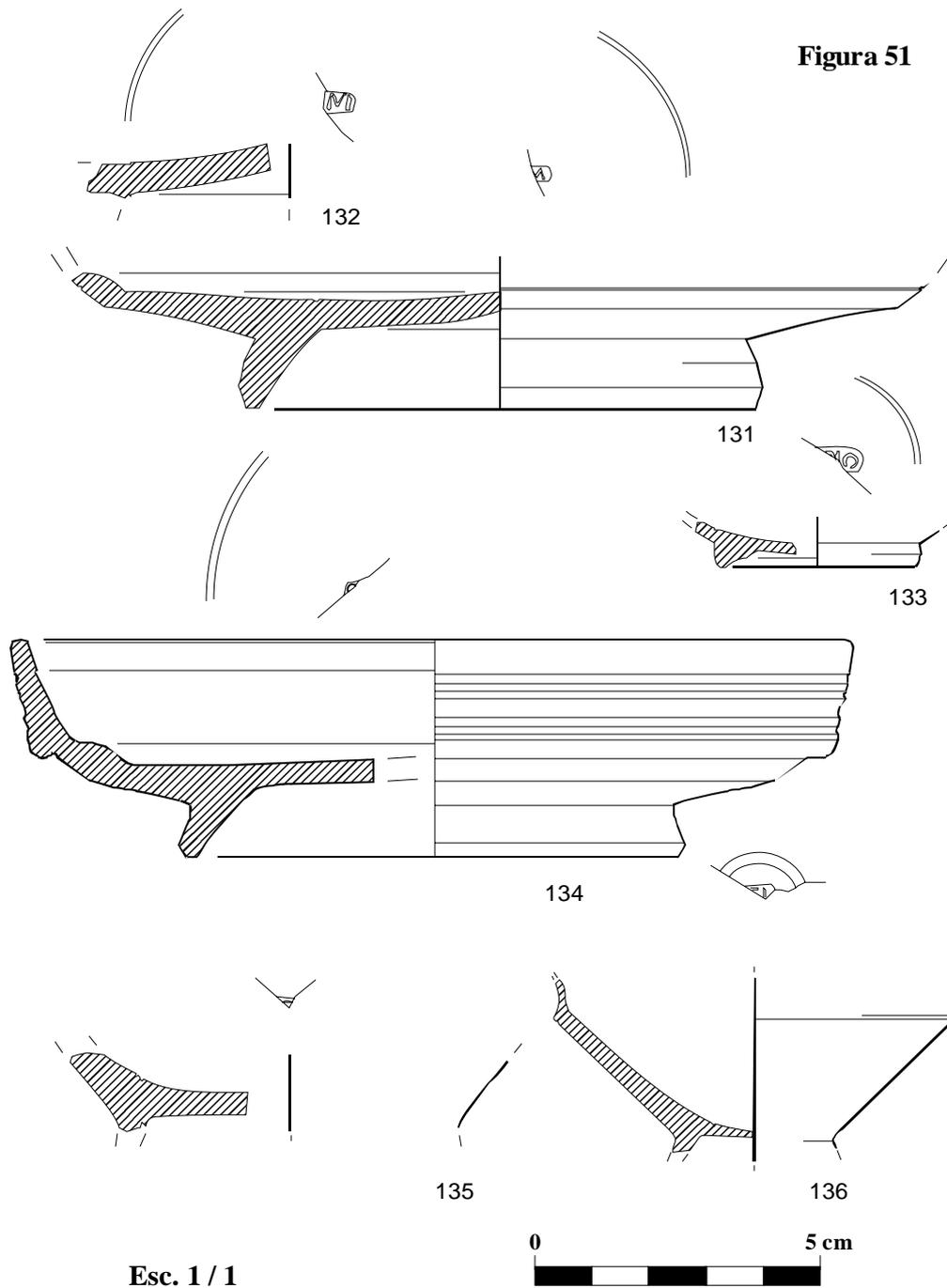


Figura 51-Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 132 a 136, não atribuídas.

( )n( ) – n.º 137

Marca muito truncada, que não permite a identificação do oleiro. Cronologia proposta a partir do tipo formal a que deverá corresponder o prato.

137	S.G.	Drag. 18 ?	B 3	?	(...)N(...)	-----	> 40 d.C.
-----	------	------------	-----	---	-------------	-------	-----------

( )oi(?) ( ) – n.º 138

Vestígios de marca, de que se reconhecem ainda duas letras, mesmo estas de leitura problemática. Cronologia indicada a partir das características formais do vaso.

138	S.G.	Drag.27	A 3	?	(...)OI(?) (...)	-----	40-70 d.C.
-----	------	---------	-----	---	------------------	-------	------------

( ) [??] – n.º 139

Vestígios de marca. Cronologia indicada a partir das características formais do vaso. Apresenta grafito na parede externa do fundo, (...)VIV(?).

139	S.G.	Drag.27	B 3	?	(...) [??]	-----	40-70 d.C.
-----	------	---------	-----	---	------------	-------	------------

( ) – n.ºs 140 – 144

A proposta apresentada baseia-se estritamente nas características formais dos vasos, destacando-se, nomeadamente: no n.º 141 a espessura das paredes e o perfil geral, maciçado, característica correspondente a uma morfologia evolucionada da taça de pequeno tamanho desta forma (POLAK 2000: pág. 119); para o número 143, a ligeira convexidade da parede, a proporção entre o diâmetro e a altura e as dimensões do anel do pé, que apontam para a época situada entre Cláudio e Nero (POLAK 2000: pp. 121-123).

140	S.G	Drag.15/17 ?	A 4	?	(...)	-----	40-70 d.C.
141	S.G	Drag.27	A 4	?	(...)	-----	40-70 d.C.
142	S.G	Drag.27	C 4	?	(...)	-----	40-70 d.C.
143	S.G.	Drag. 24/25	B 3	?	(...)	-----	40-70 d.C.
144	S.G.	Drag.33	B 2	?	(...)	-----	50-70 d.C.

### **Oleiro não Identificado – marca não observada- n.º145**

A marca n.º 145 pertence ao grupo das que não nos foi possível observar. O desenho que acompanhava a inventariação do Museu da Cidade mostrava uma sequência de caracteres de fácil identificação: OF.M(?)MO. As ausências da letra interrogada, da indicação dos espaçamentos do texto e de decalque ou fotografia neste único caso, impediu-nos de arriscar a leitura, que corresponderá, com muita segurança, a um de dois oleiros sud-gálicos já representados na Praça da Figueira por mais de uma marca: *Memor* e *Mommo*.

145	La Gra.	Drag.33	----	Memor ou Mommo	OF.M[?]MO	-----	50-70 d.C.
-----	---------	---------	------	----------------	-----------	-------	------------

Figura 52

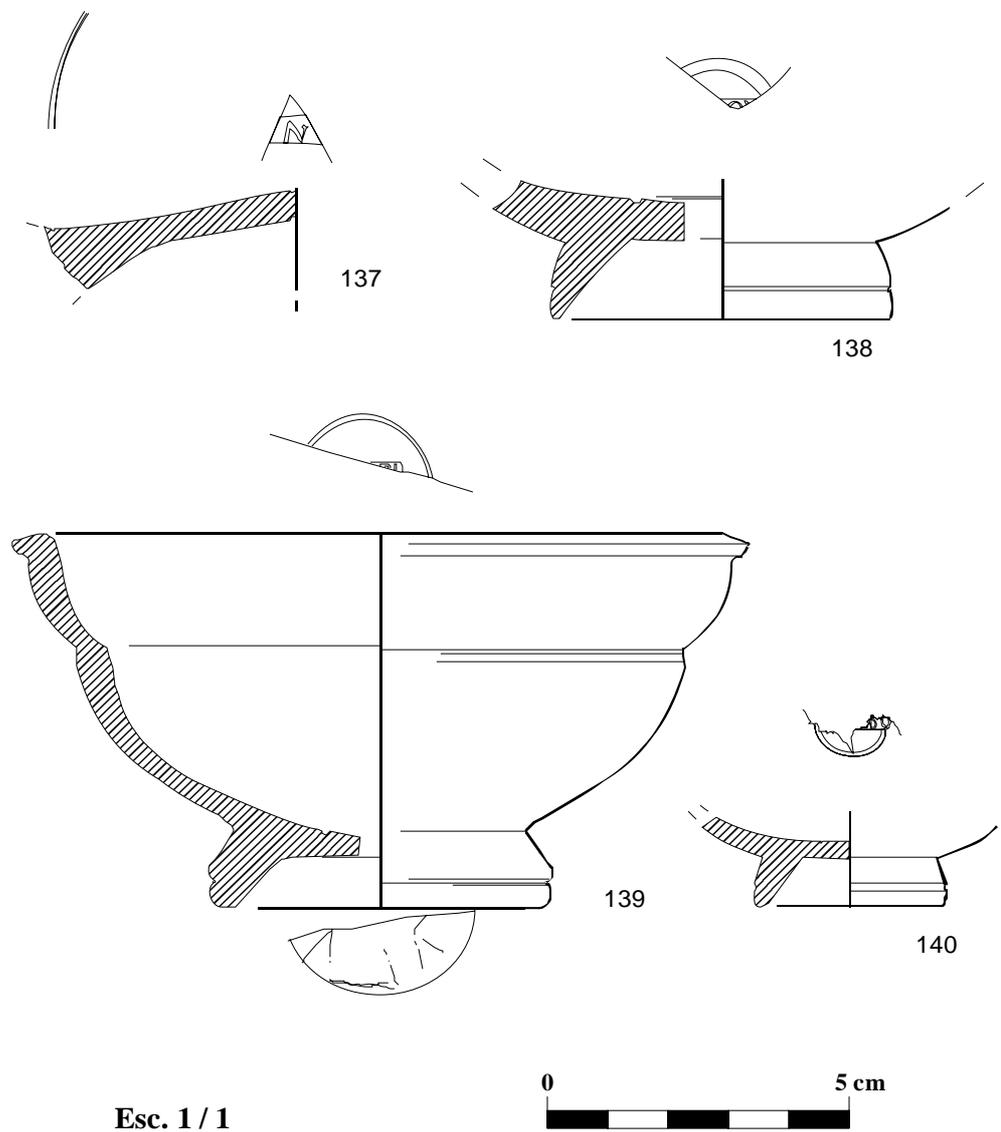


Figura 52- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 137 a 140, não atribuídas.

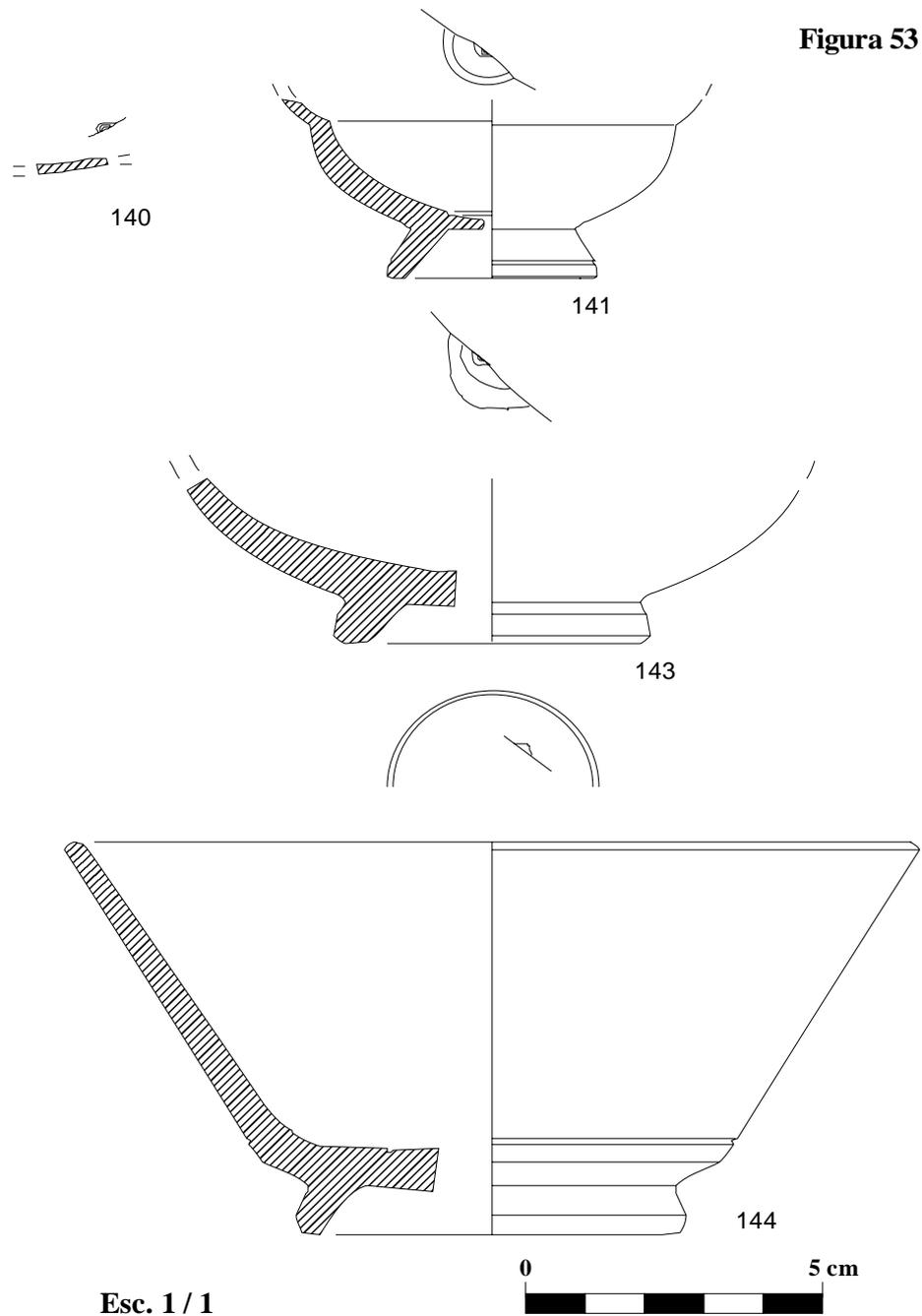


Figura 53- Vasos sud-gálicos com as marcas n.ºs 140 a 144, não atribuídas.

## 6.5. As “marcas de oleiro” em produções hispânicas da Praça da Figueira.

### 6.5.1. Os estudos sobre “marcas de oleiro” em *terra sigillata* hispânica.

As primeiras publicações que apresentaram “marcas de oleiro” hispânicas, surgiram na segunda metade do século XIX e inícios do século XX, em Espanha e Portugal, embora os vasos marcados fossem classificados sob a denominação de “vasos aretinos”.

Dever-se-ia a August Oxé a primeira referência à possibilidade da existência de olarias de *sigillata* na Hispânia, situando-as em Trício e nos finais do século I d.C. (MEZQUÍRIZ DE CATALÁN 1961: pág. 4).

Apesar da atribuição de uma origem peninsular a vasos de Numância por Ramón Mélida, foi apenas em 1912 e 1925 que Serra Villaró estabeleceu de forma segura a existência de olarias hispanas, localizadas através de moldes e fornos em Abella e de moldes em Solsona (Idem).

O ritmo de publicação da *sigillata* hispânica encontrada em diversos locais da Península, mas também no Norte de África, prosseguiu durante os anos posteriores a um ritmo moderado, com contributos portugueses e espanhóis.

1958 constituiu um ano importante no domínio do conhecimento desta classe cerâmica: P. Atrián publica o descobrimento das oficinas de Bronchales e, sobretudo, M. Á. Mezquíriz publica a escavação de Pamplona, que se constituiu num marco até hoje fundamental para a definição das cronologias e da evolução da produção hispana (intervenção de M. Sotomayor em ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999: pp. 9-10; BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995), com contributos na mesma altura de dados das escavações do *Decumanus* A de Ampúrias (Idem).

O estudo de Pamplona enquadrava-se na intensa actividade de compulsão de trabalhos dedicados ao tema por Mezquíriz, surgindo sem surpresa a primeira síntese geral da produção em 1961, da sua autoria (MEZQUÍRIZ DE CATALÁN 1961).

A investigadora reuniu aí boa parte dos materiais até então recolhidos, abordando múltiplos aspectos da *sigillata hispânica*, desde os fornos à tecnologia de fabrico, os estilos e motivos decorativos, as “marcas de oleiro” e, sobretudo, estabelece as primeiras bases de uma tipologia formal específica para os fabricos hispanos, elaborada com base cronológica estratigráfica.

Poucos anos a publicação desta síntese surgiu em Marrocos a primeira monografia regional sobre “marcas de oleiro” hispânicas (BOUBE 1965). O seu autor, Jean Boube, ao

tratar especificamente as marcas aborda de igual forma outros aspectos mais directamente relacionados com a matéria, desde os tipos de vasos produzidos até às pastas, estabelecendo a partir de observações macroscópicas duas séries distintas de fabricos (Idem).

Na década de 70 do século XX ocorreriam desenvolvimentos importantes para o conhecimento da produção hispana de *sigillata*: anunciando a existência do centro de Los Villares- Andújar em 1971, no ano seguinte Manuel Sotomayor Muro procede às primeiras escavações (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 19); em La Rioja, Tomas Garabito Gomez e Solovera iniciam os seus trabalhos nas olarias localizadas em Trício, e M.A. Mezquíriz a investigação sobre as de Bezares (a simultaneidade da actividade nos dois locais provocou, na altura algum atrito entre os investigadores- ver por exemplo GARABITO GÓMEZ 1978: pág. 30, nota 15).

Em 1978 T. Garabito publica a segunda monografia de folgo sobre *terra sigillata* hispânica, dedicada ao estudo das oficinas da região de La Rioja localizadas em Trício, Bezares e Arenzana de Arriba (Idem). Nele se trataram de forma detalhada as marcas identificadas nos sítios produtores, abordando a sua distribuição na Hispânia e Mauritânia Tingitana, bem como tendo-se apresentado tentativas de historiar as relações entre diferentes indivíduos identificados nas marcas (Idem: especialmente pp. 289-338).

Em 1982 realizou-se no Museo Arqueológico Nacional (Madrid) uma reunião de especialistas dedicados ao estudo da *T. S.* Hispânica (AAVV 1983). Aí procedeu M. A. Mezquíriz Irujo à apresentação da revisão das suas propostas de tipologia formal, fundamentando-as (MEZQUÍRIZ IRUJO 1983a e 1983b), inicialmente destinada à “Enciclopédia Atlante“, que por atrasos de publicação acabou por ser editada apenas em 1985 (MEZQUÍRIZ 1985: pp. 99 e segs).

Na mesma ocasião, L.C. Juan Tovar publica os primeiros elementos de uma olaria situada em Talavera de la Reina, a primeira a ser conhecida na Lusitânia (JUAN TÓVAR 1983). Entre os elementos aqui colectados merece especial destaque o achado do punção de *Calvinus Pr( )*, executado sobre um fragmento de bordo de prato Drag. 15/17 (Idem: pág. 167).

Em 1984 inicia-se o período das segundas sínteses, com a publicação da monografia de Françoise Mayet (MAYET 1984). Neste trabalho, a investigadora francesa dedica uma atenção especial à epigrafia *sigillaria*.

Inspirada pelos estudos que se vão produzindo sobre as produções itálicas e, sobretudo, gálicas, vocacionou o seu trabalho para o âmbito da história económica (o que é mencionado no próprio subtítulo- Idem). Procurou, através das marcas, proceder à análise

das estruturas sociais das oficinas hispanas, da organização do trabalho e das estruturas de mercado (Idem), abordadas de forma insuficiente até então, independentemente da validade -na actualidade- de algumas das propostas avançadas.

Na prossecução dos objectivos do seu trabalho, Mayet elaborou o *Corpus* de “marcas de oleiro” da produção hispana mais completo até ao momento. Procedeu ao estudo mais aprofundado da epigrafia *sigillaria* hispânica até à actualidade, pela primeira vez parametrizando os dados: categoriza as formas das cartelas, analisa a grafia e os formulários, e elabora o primeiro (e único) catálogo de punções existente, ilustrando a totalidade dos exemplares.

Seguindo orientações iniciadas com Mayet, Urbano Espinosa elaborou o estudo prosopográfico de uma família originária de *Tritium Magallum*, os *Mamilii*, e da importância da sua produção oleira para a promoção municipal, demonstrada de forma conclusiva para o caso do *flamen* e *decurialis T.Mamilius Praesens* (ESPINOSA 1988: pág. 267), e procurando a correspondência de uma série de nomes patentes em marcas de La Rioja com indivíduos mencionados epigraficamente em Trício e Tarragona, aventando uma cronologia sequencial para quatro oleiros (Idem: pág. 271).

Em 1985, prejudicado pelos atrasos da edição, o “Atlante” de Mezquíríz (MEZQUÍRIZ 1985) não acrescentaria novos dados substanciais sobre as “marcas de oleiro” relativamente ao trabalho que mencionámos antes.

Elementos importantes para a compreensão da génese da *terra sigillata* hispânica foram produzidos nesta época, sobretudo do papel desempenhado pelas influências itálica e sud-gálica. Em relação à primeira, Pérez González documentou em Herrera de Pizuerga uma oficina *figlinaria* de um *Lucius Terentius*, ligada ao assentamento militar da legião *IV Macedonica* (PÉREZ GONZÁLEZ 1989). No que respeita à segunda, Romero Carnicero destacou os oleiros *Asiaticus* e *M.C.R.* (ROMERO CARNICERO 1984 apud 1999), que hoje sabemos que o primeiro não corresponde ao homónimo que laborou em Trício, mas o segundo trata-se de *M.Cor( ) Reburinus*, atestado em Arenzana de Arriba – La Rioja (SÁENZ PRECIADO 2000 a: pág. 289).

Os estudos sobre *sigillata* hispânica assistiram a outros desenvolvimentos nos anos posteriores: por um lado foram caracterizadas determinadas produções em novos lugares, destacando-se a região de Granada/Málaga (SERRANO RAMOS 1991; 1999b); por outro, certos fabricos específicos, como a denominada produção “Tipo Peñaflor”, enfatizaram a influência da *sigillata* itálica na origem da produção hispânica (AMORES, KEAY 1999; SERRANO RAMOS 1999a); por fim, certas regiões apresentaram desenvolvimentos do

ritmo de trabalho sobre as colecções disponíveis, de que se destaca o País Valenciano que, motivado pela crítica de Ribera i Lacomba de 1982 ao “estado da arte” nessa zona (RIBERA i LACOMBA 1982: pp. 210-211), passou de uma das áreas da Península Ibérica com mais escasso conhecimento sobre marcas em *terra sigillata* para a região que possui, na actualidade, o quadro regional mais completo para as várias produções marcadas. Como nota, registem-se também perplexidades, como a da não inclusão da *sigillata* hispânica no “Dicocer”, dedicado a uma região onde está atestada a presença desta classe e, inclusive a sua produção (PY 1993).

Em 1997 teve lugar em Andújar a reunião de homenagem a M. Á. Mezquiríz, onde se procedeu à revisão dos elementos sobre os principais centros produtores. Para além das questões de precisão e de actualização dos repertórios de “marcas de oleiro”s (para o grupo de La Rioja- SÁENZ PRECIADO 1999; para Andújar- SOTOMAYOR et al. 1999), infelizmente limitados à transcrição dos textos, permaneceu válida a crítica estrutural às bases das cronologias das produções hispânicas alto-imperiais feita em 1995 por Buxeda e Tuset (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995).

Neste sentido o contributo das publicações mais recentes tem sido decepcionante porque as escavações modernas, apesar do seu registo geralmente mais apurado, não têm permitido recolher vasos marcados em contextos bem datados que permitam ultrapassar os, já clássicos, fundamentos estratigráficos proporcionados por Pamplona e Ampúrias (Idem).

De um ponto de vista metodológico, e desde meados dos anos 1990, aplicaram-se técnicas informáticas, mas com resultados que se esgotam em publicações tradicionais (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 64, nota 30).

O principal desenvolvimento recente, e citando M. Pilar e Carlos Sáenz Preciado, é o de estar-se “a começar os estudos sobre a comercialização das olarias, o impacte económico e cultural, o fenómeno dos *negotiatores*, as relações existentes entre os diferentes centros produtores” (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 64), de que aliás apresentam um estudo fundamental para o grupo de maior difusão, o de La Rioja (Idem).

Carlos Sáenz Preciado elaborou a revisão de outras bases crono-estratigráficas de sítios hispânicos que não Ampúrias e Pamplona (aceitando as críticas a dados fornecidos por estes sítios formuladas em BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995), como Lugo, Bilbilis e Santacara-Navarra, na óptica do esclarecimento da laboração dos oleiros mais antigos documentados em marcas em *terra sigillata* hispânica (SÁENZ PRECIADO 2000a: especialmente pp. 288-289).

Desenvolvimento importante foi noticiado por Maria Pilar Sáenz Preciado, de as escavações de 1998-1999 por si dirigidas, e ainda em desenvolvimento, terem detectado cinco fornos e entulheiras de momentos diferentes das olarias do sítio de El Quemao (Arenzana de Arriba-La Rioja) (SÁENZ PRECIADO 2000b): aí se documentaram catorze oleiros já atestados anteriormente para o local, entre os quais alguns dos de maior difusão da *terra sigillata* hispânica como *Flaccus Tritiensis*, *Lapillius* e *L.Valerius Paternus*, conjuntamente com outros desconhecidos no sítio como *Maximus*, *L.Aci( ) Sot( )*, *Lucius Valerius Firmus* e *Cornelius Firmus* (SÁENZ PRECIADO 2000b). De especial interesse parece tratar-se uma área porticada para o exterior, dotada de pátio interno, correspondente à olaria de *Agilianus*, que permitirá conhecer melhor a arquitectura dos espaços (Idem: pág. 295).

Com o prosseguimento o prosseguimento do tratamento das diversas colecções e os novos dados proporcionados pelas escavações mais recentes ficarão criadas as condições para se poder proceder à elaboração de um novo *Corpus* que actualize o elaborado por Mayet (MAYET 1984).

### **6.5.2. Problemáticas nos estudos das produções de *terra sigillata* hispânica.**

O menor estágio de desenvolvimento do estudo das “marcas de oleiro” da *sigillata* hispânica alto-imperial, comparativamente com o das restantes produções coevas, tem fundamentos estruturais, históricos. Uma primeira razão que se poderia considerar relaciona-se com a mais recente identificação da produção. Não tem, porém, qualquer validade, se comparamos o tempo decorrido entre a identificação de outras produções cerâmicas da mesma época, mesmo na Hispânia, e o espectacular desenvolvimento e apuramento, produzidos em tempo bastante mais curto, conseguido para outras produções peninsulares: de uma muito longa lista de exemplos poderíamos referir todo o conjunto de distintos tipos anfóricos identificados e caracterizados, de lucernas, ou até de alguns fabricos de cerâmica comum.

O âmbito da difusão, pela sua quase circunscrição a Portugal, Espanha e Norte de África, poderia corresponder a outro dos fundamentos do menor conhecimento sobre a *sigillata* hispânica alto-imperial. No entanto, noutros contextos, produções similares de circulação ainda mais restrita, como a “*sigillata* de Colchester”, obtiveram uma qualidade informativa muito superior (TYERS 1996: pp. 114-116).

Outro tipo de fundamentos justificam, parcialmente, o “estado da questão”. Na área geográfica de difusão da *terra sigillata* hispânica alto-imperial não foi, até ao momento, detectado e/ou estudado nenhum “contexto selado” do tipo loja, naufrágio ou equivalente (para exemplos relativos aos outros grupos de *sigillata* ver RHODES 1989), nem de contextos datados historicamente, de cronologia fina, que incluam *sigillata* marcada.

Noutro sentido, a frequência da marcação das cerâmicas pelas olarias hispanas é muito inferior à verificada noutros fabricos de *sigillata*, podendo-se citar os dados colhidos por Mayet em 1984, que consegue repertoriar apenas cerca de 700 marcas legíveis em toda a Península Ibérica e Marrocos (MAYET 1984: pág. 109, fig. 9).

Contudo, o factor de maior peso a considerar será o da estruturação da investigação das “arqueologias” dos países onde se produziu e comercializou vasos hispânicos durante os séculos I e II d.C., aparentemente menos vocacionada para a abordagem da matéria e limitada por factores de carácter político, económico e cultural (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995: pág. 184).

É certo que se têm produzido avanços significativos, como os relativos ao aprofundamento dos conhecimentos sobre as produções “singulares” hispânicas, que ajudam a compreender a génese do fenómeno (ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999). Mas estes desenvolvimentos positivos, que alargaram os enquadramentos, não resolveram (nem era essa a sua intenção) as limitações cronológicas crónicas que se colocam no estudo da *terra sigillata* hispânica alto-imperial (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995).

Buxeda e Tuset elaboraram recentemente uma apreciação crítica de uma das problemáticas principais: os fundamentos cronológicos da T.S. Hispânica (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995). Nesse trabalho os autores desmontam os pressupostos e as bases elaboradas por Mezquiríz na sua primeira síntese (MEZQUÍRIZ CATALÁN 1961), nomeadamente a pouca fiabilidade que devem merecer hoje os resultados da escavação de Pamplona, conduzida segundo um método de estratigrafia geológica, e a perspectiva genética e linear/una da evolução da produção (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995: pág. 181).

A segunda fase das sistematizações (AAVV 1983, MAYET 1984, MEZQUÍRIZ 1985), apesar de introduzir os importantes elementos resultantes da descoberta e investigações produzidas sobre Andújar, continua a repousar a sua periodização nas bases das escavações realizadas nos anos 40 e 50 e na perspectiva de dependência formal das

produções hispânicas relativamente às importações sud-gálicas (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995: pág. 182).

Uma das problemáticas que Buxeda e Tuset apenas mencionam é o da adscrição pela generalidade dos estudos de marcas e vasos isentos aos centros produtores principais do grupos de La Rioja e de Andújar (Idem: pág. 182).

A distinção de pastas foi primeiramente estabelecida por Jean Boube em 1965, definindo dois grandes grupos de pastas: A e B (BOUBE 1965: pp. 61-72), cuja origem foi posteriormente identificada como correspondendo àqueles dois grupos.

Esta caracterização permanece válida hoje em dia. Só que, não aparecem documentadas, nos estudos de conjuntos que tivemos ocasião de consultar (ver bibliografia), as outras olarias que terão laborado em época alto-imperial: Talavera de la Reina (JUAN TOVAR 1983), Málaga (Cartuja, Albaicin, Singilia Barba, Alameda-MEZQUÍRIZ 1985; SERRANO RAMOS 1999), Sabadell-Barcelona, Tarragona (Montroige e Ruidoms), Ercávica, Segóbriga, Bronchales, Abella, Solsona, Pamplona, Tiermes, Uxama e Liédana (AAVV 1983; MEZQUÍRIZ 1985). Os dados que resultaram na identificação desta longa lista correspondem ou a escavações antigas (como por exemplo Abella e Solsona), ou a sítios onde se supõe terem laborado em *sigillata* pelo achado de moldes e/ou punções.

O nosso desconhecimento das características da produção e difusão destas olarias constitui um óbice importante à utilização exclusiva da observação macroscópica como parâmetro de atribuição de proveniência das *sigillatas* hispânicas, sendo preferível uma maior prudência e metodologias alternativas consequentes, como o recurso mais intensivo às análises laboratoriais e o estudo de elementos mais bem fundamentados, no caso as “marcas de oleiro” (BUXEDA i GARRIGÓS e TUSET i BERTRÁN 1995: pág. 181).

### **6.5.3. Tipologia e cronologia das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* hispânica.**

Deve-se a Françoise Mayet o estabelecimento da primeira tipologia das formas das marcas hispânicas (MAYET 1984: pp. 110-111).

As “marcas de oleiro” hispânicas apresentam características tomadas das suas fontes de inspiração sobretudo gálicas, mas também itálicas, e as olarias utilizaram de forma distinta os modelos adquiridos, assumindo uma identidade própria.

Um dos aspectos mais salientes é a dimensão geralmente muito superior das marcas das produções peninsulares. Esta característica permitiu um desenvolvimento dos textos

impraticável nos punções das outras origens, o que talvez explique, parcialmente, alguma particularidade das fórmulas adoptadas.

O conteúdo dos textos é, como nas produções gálicas e itálicas, variado, e o nome do oleiro/proprietário apresenta-se desde a forma de siglas reduzidas até à nomeação de *nomen*, *cognomen* e fórmula. A particularidade neste aspecto reside na contemporaneidade dos diferentes desenvolvimentos praticada nos mesmos centros produtores.

O texto contém, na maioria dos casos, as expressões abreviadas *officina* e/ou *executato* (MAYET 1984: pág. 112). Ao contrário das produções de La Graufesenque, onde a utilização da expressão é interpretada na actualidade como correspondente a uma maior capacidade produtiva da olaria (POLAK 2000: pp. 149-151), certas marcas numericamente bem atestadas não utilizam a expressão (Cf. MAYET 1984), de onde o termo terá que ter assumido na Hispânia outro significado. Este poderá corresponder apenas a um fenómeno de imitação, perpetuado por tradição oleira.

Existem outros caracteres que mostram bem a diversidade da produção hispana: enquanto que em Trício se adoptam geralmente as caneluras concêntricas a enquadrar a impressão, em Andújar esta prática está quase ausente do registo (Idem: pág. 110).

O formato da cartela foi categorizado por Mayet em oito tipos: rectangular, rectangular de ângulos arredondados, rectangular de ângulo direito, rectangular de extremidades bífidas, *tabula ansata*, “entalhe”, *planta pedis* e motivo vegetal (Idem).

Como a própria autora esclarece, a sua tipologia é bastante simplificada e não compreende a distinção de tipos mais elaborados de cartela, como as marcas em que o texto possui uma cercadura de configuração variada, que inclui desde o contorno interno paralelo aos limites da impressão, sublinhados, ou contornos em *tabula ansata* no interior de punções rectangulares (Idem: pág. 111). Estes últimos poderão ter sido inspirados pelas impressões do oleiro de La Graufesenque *L. Cosius Virilis*.

A autora não utilizou, porém, o mesmo critério de não discriminação destas “variantes” ao considerar uma marca vegetalista (tipo 8).

Os tipos 1 a 4 estão representados ao longo de toda a produção hispânica, não possuindo, portanto, significado cronológico.

O tipo 5 não aparece representado nos oleiros mais tardios da produção (Cf. MAYET 1984).

O tipo 6 é atribuído por Mayet às fases mais tardias da produção de Andújar (Idem), o que viria a ser confirmado pelo desenvolvimento da investigação daquele centro andaluz (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pp. 22-24).

O tipo 7 é conhecido apenas por uma marca de Mérida (Idem: pp. 111 e pág. 164, n.º 496).

Mayet não incluiu na sua definição formal as marcas intra-decorativas. O trabalho recente de Sotomayor, Roca e Fernández sobre Andújar classifica-as genericamente em três grupos: cartela rectangular com letras incisas, letras incisas sem cartela e inscrição decorativa (SOTOMAYOR et. al. 1999: pág. 21). Os dois primeiros tipos são comuns ao grupo de La Rioja e a Andújar, porém, o último referido só é conhecido até agora em Andújar e, dentro deste centro, na produção mais antiga (Idem).

Pelas razões antes expostas a propósito das problemáticas no estudo da *terra sigillata* hispânica, e pela diversidade formal dos punções contemporâneos e de até de um mesmo oleiro, o tratamento das “marcas de oleiro” em fabricos hispânicos adopta uma abordagem distinta das produções itálicas e gálicas congêneres.

#### **6.5.4. Catálogo das “marcas de oleiro” em produções hispânicas da Praça da Figueira.**

A escavação arqueológica de 1962 permitiu a recolha de fragmentos de quatro vasos de produção hispânica com marca de oleiro, conjunto alargado pelos trabalhos de 1999-2001 que acrescentaram dezoito novos exemplares.

Do estudo específico das impressões efectuadas em *terra sigillata* hispânica há a destacar o registo seguro de quatro novos punções (n.ºs 147, 152, 156 e 157), três pertencentes a oleiros conhecidos (n.ºs 147, 156 e 157) e um passível de ser atribuído a um novo oleiro hispânico, embora sob reservas (n.º 152).

Para outros casos, a fragmentariedade da marca e a má qualidade da estampagem não permitem afirmar estarmos em presença de novos registos.

Como referimos em capítulo anterior, dedicado aos estudos referentes às produções hispânicas (6.5.1 e 6.5.2.), aspectos essenciais da sua caracterização, sobretudo cronológica, encontram-se num estágio de desenvolvimento que não permite ainda uma fina definição das datações das impressões, problema que se colocam à investigação sobre a matéria e que resultou evidente na catalogação das marcas hispânicas da Praça da Figueira.

C( ) A( ) (MAYET 1984: pág. 124)- n.º 146

As marcas do oleiro hispânico C( ) A( ) são, por vezes, dificilmente distinguíveis das de C.A( )H( ), considerando a semelhança dos textos dos punções de ambos os oleiros

e a grafia utilizada pelos gravadores de punção, muito aproximada na maioria dos casos. A impressão n.º 146 da Praça da Figueira encontra-se completa e a sua leitura permite atribuí-la, com segurança, a C( )A( ).

Mezquíriz tentou o desenvolvimento do texto referente ao nome do oleiro como Ca(*ius*) MEZQUÍRIZ 1985: pág. 123), não adoptado pela maioria dos investigadores (MAYET 1984: pág. 39; SOTOMAYOR MURO 1999: pág. 39). Talvez a investigadora tenha sido sugestionada pelos dois últimos textos da sua listagem que atribui a Ca(*ius*) (MEZQUÍRIZ 1985: pág. 123), colhidos de J. Boube que os leu CA, como Mezquíriz, embora interrogativamente (BOUBE 1965: pág. 130). Consultámos a obra deste investigador e as imagens das três impressões (Idem: pp. 131- n.ºs 22 e 23, 132- n.º 25 e 26 e 256, fig. 23) correspondem a punções de CAH (ver infra).

C( )A( ) laborou em Andújar em época flávia segundo Sotomayor Muro, M.Roca Roumens e I. Fernández García (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 33). F. Mayet, contudo, opinara anteriormente em situar C( )A( ) nos momentos finais da produção, por ser o oleiro mais representado na “entulheira 1” de Andújar, onde foram exclusivamente recolhidas taças Drag. 37 e “as formas lisas apresentavam claramente uma qualidade da pasta e verniz correspondente à última fase da laboração das oficinas” (MAYET 1984: pág. 39).

Os investigadores espanhóis situam o final da actividade do centro em torno dos meados do século II d.C., e integram a actividade de C( )A( ) na Fase II de Andújar, iniciada durante a dinastia dos Flávios (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 33). Durante esta fase as formas produzidas em maior abundância são as formas clássicas Drag. 37, 27, 15/17 e 35/36 (Idem), o que concorda com os dados da “entulheira 1”. Por outro lado, a taça Drag. 27 já não é produzida nos momentos finais, durante a Fase III de Sotomayor e outros, iniciada num momento impreciso, contemporâneo ou posterior aos finais do século I d.C. (Idem).

A cronologia de actividade de C( )A( ) ficaria bem estabelecida a partir dos dados de escavação do centro produtor de T.S. Hispânica de Cartuja (Granada). Aí registou-se o aparecimento de vasos com a sua marca (não produzidos localmente), associados a um conjunto de *sigillata* sud-gálica do último terço do século I d.C. (SERRANO RAMOS 1999: pp. 140-141).

Estes argumentos permitem situar a actividade de C( )A( ) seguramente em época flávia, podendo talvez ter prolongado a sua laboração pelos inícios do século II d.C.

O alto desenvolvimento do pé e a configuração menos habitual da face interior do fundo, aliás dotada de uma canelura concêntrica, permite classificar a forma do vaso como Drag. 27 mas também como Drag.36, não atestada para este oleiro.

A observação dos vasos assinados C( )A( ) (MAYET 1984: pl. XXIV, n.ºs 30 e 35) e da forma geral da taça Drag. 27 produzida em Andújar (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 44, fig.2), mostra pés muito distintos (Idem: pág. 44, fig.2). Os vasos Drag. 35 provenientes daquele centro bético mostram características mais aproximadas ao vaso da Praça da Figueira (MAYET 1984: pl. XXV; SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 44, fig.2), bem como os da formas Hispânica 19, mas nestas o diâmetro é maior pelo que serão de excluir.

C( )A( ) tem fabrico atestado apenas para os prato Drag. 15/17 e taça Drag. 27 e (SOTOMAYOR MURO et al.1999: pág. 39), pelo que o vaso da Praça da Figueira poderá corresponder com maior probabilidade ao tipo de taça mencionada.

A impressão é muito aproximada à marca n.º 78 de Mayet (MAYET 1984: pl. CCIX), mas a cartela e a grafia do C apresentam algumas diferenças. Não podemos afirmar tratar-se de marcas executadas com punções diferentes, porque pode ter ocorrido um reavivar dos caracteres entre o exemplar inventariado por Mayet e o a da Praça da Figueira. A ser assim, o n.º 147 representaria um momento mais avançado.

146	Andújar	Drag. 27 ou 36	C 2	C( )A( )	EXOFCA	M. 78 similis	70- 110 d.C.
-----	---------	-------------------	-----	----------	--------	------------------	--------------

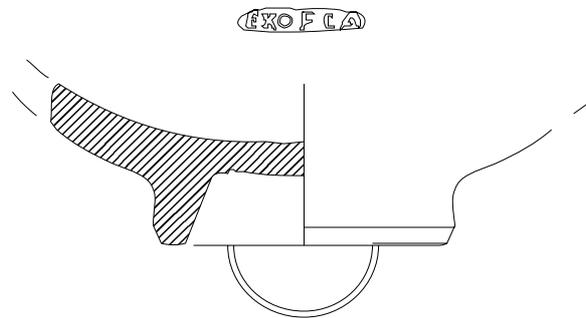
**C. A( ) H( )** (MAYET 1984: pp. 124-125)– n.ºs 147 – 149

C. A( ) H( ) é considerado um oleiro de época “provavelmente flávia” pelos investigadores que mais se têm dedicado ao estudo do centro de Andújar, onde desenrolou a sua actividade (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 39). Integrado na Fase II da vida daquele centro produtor da Bética (ver comentário a CA, supra), tem produção conhecida de taças Drag. 27 e pratos Drag. 15/17 (SOTOMAYOR MURO et al. 1999: pág. 39).

A marca n.º 147 apresenta uma cartela de formato ovalado e um texto não repertoriado ainda entre os punções do oleiro: .EXOFCAH. A grafia corresponde à utilizada nos vasos assim marcados, mas apresenta as particularidades do ponto colocado no início da marca e do maior afastamento entre as letras O e F.

A taça Drag. 27 onde foi impresso o punção corresponde ao tipo 1 das três variantes de pé definidas por Jean Boube para esta forma (BOUBE 1965: pág. 58, fig. 19,1).

**Figura 54**



146

**Esc. 1 / 1**



Figura 54- Vaso hispânico com a marca n.º 146, de C.A.

Os n.ºs 148 e 149 correspondem a impressões executadas deficientemente, de limites um pouco distintos. A sobreposição de ambas permite verificar, porém, terem sido efectuadas com o mesmo punção, correspondente ao utilizado na marca de Mayet n.º 98 (MAYET 1984: pl. CCIX). Ambos os vasos correspondem a taças da forma Drag. 27, nas variantes do pé 2 e 3 de Jean Boube (BOUBE 1965: pág. 58, fig. 19,2 e 3).

147	Andújar	Drag. 27	C 2	C A H	.EXOFCAH	Hapax	70-100 ? d.C.
148	Andújar	Drag. 27	C 2	C A H	EXOFCA(H)	M.98	70-100 ? d.C.
149	Andújar	Drag. 27	C 2	C A H	EXOFCAH	M.98	70-100 ? d.C.

### *Flaccus* (MAYET 1984: pág. 133)– n.º 150

A marca n.º 150 foi executada com o mesmo punção do n.º 188 de Mayet, de que a autora transmite existirem numerosos exemplares que atribui a *Flaccus*, que trabalhou em Trício (MAYET 1984: pág. 134).

O fragmento permite uma classificação na forma Drag. 24/25.

A boa qualidade da pasta e do revestimento, muito homogéneo e brilhante, conjuntamente com a tipologia formal, permitem remeter o vaso e a marca para as fases mais recuadas da produção de Trício (SÁENZ PRECIADO 1999 e 2000a).

Na face externa do fundo foi gravado o grafito pós-cozedura OA, incompleto.

150	Trício	Drag. 24/25	B 1/3	Flaccus	(...)ACCI	M.188	60 d.C.
-----	--------	-------------	-------	---------	-----------	-------	---------

### *Lapillius* (MAYET 1984: pp.141-143)- n.º 151

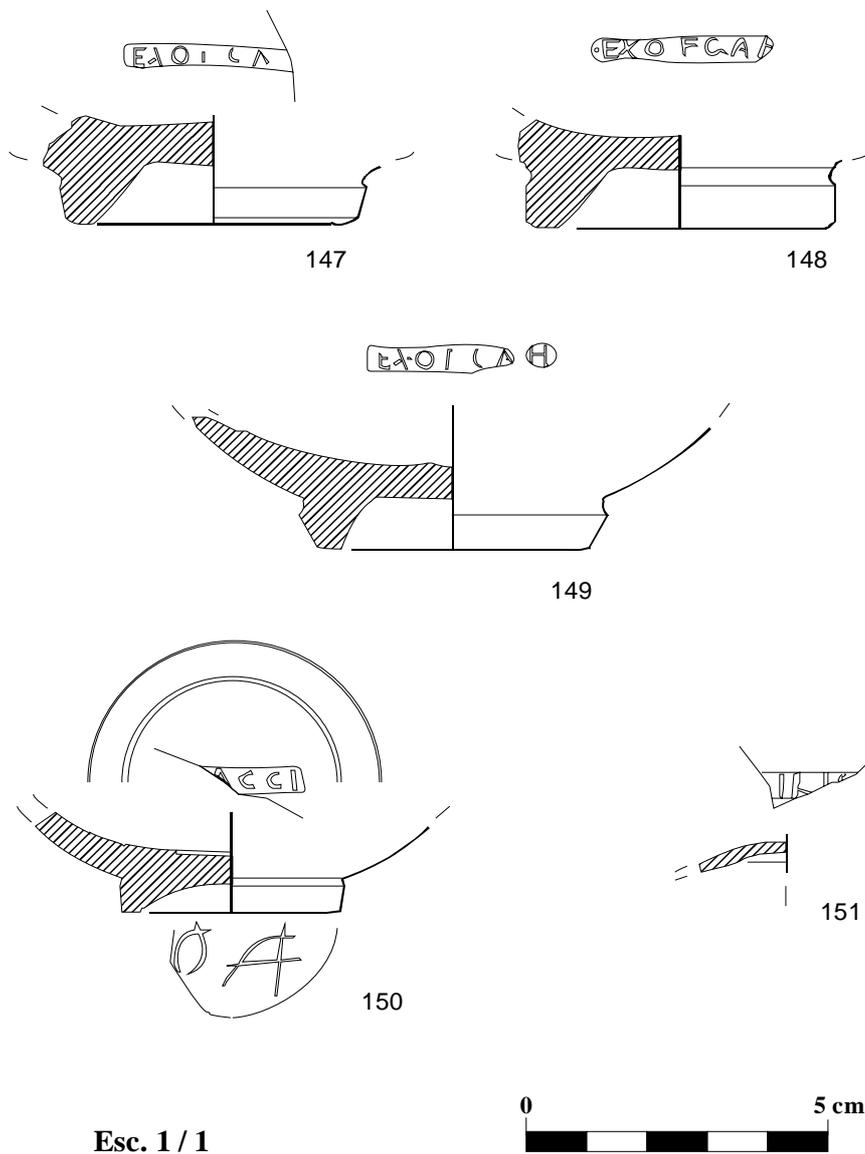
*Lapillius* desenvolveu a sua actividade oleira em Trício e El Quemao (SÁENZ PRECIADO 1999: pp. 106-107 e 2000b: pág. 295).

As suas marcas seguem um traçado muito peculiar das letras, nomeadamente do L, cursivo.

A marca da Praça da Figueira está muito fragmentada e é de muito pequenas dimensões, mas as características do *ductus* autorizam a sua identificação com a dos punções de assinaturas *Lapilli* (MAYET 1984: CCXII). É, no entanto, impossível determinar se pertence a um dos punções já registados, bem como a forma do vaso.

151	Trício	?	A 1/ 3	Lapillius	(...)ILLI(...)	-----	60 - 110 d.C.
-----	--------	---	-----------	-----------	----------------	-------	---------------

Figura 55



Esc. 1 / 1

Figura 55-Vasos hispânicos com as marcas n.ºs 147 a 149, de C.A.H., n.º 150, de Flaccus, e n.º 151, de Lapillius .

*Petronius / Petronius Eros* (?) (MAYET 1984: pág. 163)- n.º 152

A marca não se encontra registada nas várias listagens disponíveis (MAYET 1984; MEZQUÌRIZ 1985; SÁENZ PRECIADO et al. 1999), embora um *Petronius* sem indicação do *cognomen* seja mencionado naquela por M.P e C. Sáenz Preciado (SÁENZ PRECIADO et al. 1999: pág. 118), e incluído no índice geral da obra coordenada por M.Roca e I.Fernández, com a indicação de pertencer ao grupo de La Rioja (ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999: pág. 294).

A marca que suportou essa referência é dada como proveniente da cidade de Valência, mas o trabalho citado de M. Pilar e C. Sáenz Preciado, que comporta uma listagem da dispersão das marcas do grupo de Trício/La Rioja, não indica a bibliografia (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 118). O trabalho monográfico de Montesinos i Martínez dedicado à *terra sigillata* hispânica recolhida naquela cidade não menciona o oleiro nem a marca (MONTESINOS i MARTÍNEZ 1992, especialmente as pp. 516-522 ). O dedicado às marcas da generalidade das produções de *sigillata* da mesma cidade, da autoria de A. Ribera i Lacomba, descreve uma única marca PETEROOFI, que atribui a *Petronius Eros* (RIBERA i LACOMBA 1981: pág. 238, n.º 17) e que os referidos investigadores de La Rioja aliás mencionam.

Os oleiros de *nomen Petronius* e *cognomen* conhecido, activos em La Rioja, ambos de Trício, apresentam tipos de marcas bastante diferenciados: *Petronius Eros* adopta textos de grafia muito semelhante mas onde a expressão *oficina* aparece a seguir ao nome, não empregando a versão *ex of* (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 118); *Petronius Aestinianus* é conhecido apenas por impressões de extremidades bífidas e a grafia é muito distinta (MAYET 1984: pl. CCXVI, n.ºs 484-485); *Petronius Far*( ) é conhecido apenas por uma marca, em que o texto remete para o final a expressão *Ofi*( ) (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 119).

A exposição dos elementos acima citados permite colocar a hipótese de estarmos em presença de um novo oleiro de nome *Petronius*, não documentado até ao presente. A alternativa, porém, é a de que a marca represente um momento inicial da actividade de *Petronius Eros*, valorizando-se a semelhança da grafia dos punções conhecidos deste oleiro e uma característica dos seus textos que é a abreviatura do *nomen* na versão PET, caso único entre os *Petronii* que mencionámos acima.

A classificação da forma ofereceu também algumas dificuldades, especialmente pela ausência do ônfalo na parte externa do fundo, característica muito comum nos vasos saídos das oficinas de Trício, origem a que atribuímos ao vaso pelas características morfológicas

da peça e análise macroscópica da pasta. Apesar da existência de configurações do perfil do fundo semelhantes ao da taça da Praça da Figueira nas formas Drag. 24/25, 27 e 35 de Trício (GARABITO GÓMEZ 1978; MAYET 1984), não arriscámos a sua classificação.

Na face externa do fundo foi gravado um grafito pós-cozedura, fitomórfico.

152	Trício	Taça	A 1	Petronius (Eros?)	EXOFPET	M.98	60-150 d.C.
-----	--------	------	-----	----------------------	---------	------	-------------

### *PT* (MAYET 1984: pág. 160)– n.º 153

A marca de *P T* corresponde a um dos exemplares que não conseguimos localizar nos depósitos do Museu da Cidade. O desenho esquemático que acompanhava o inventário não deixa dúvidas de atribuição.

As marcas de *PT* predominam totalmente em Andújar na “entulheira 2” (MAYET 1984: pág. 39).

Sotomayor Muro, M.Roca e I. Fernández situam a actividade de *PT* na sua Fase II, durante o período dos imperadores Flávios, estando atestado nas formas Drag.15/17 e 27 (SOTOMAYOR 1999: pág. 42 e ver comentários à marca n.º 148).

153	Andújar	Drag. 15/17	-----	<i>P T</i>	EXOFPT	-----	70-100 d.C.
-----	---------	-------------	-------	------------	--------	-------	-------------

### *Saturninus* (MAYET 1984: pp. 168-170)- n.º 154

Da marca apenas se conservam as duas letras terminais e vestígios de uma outra.

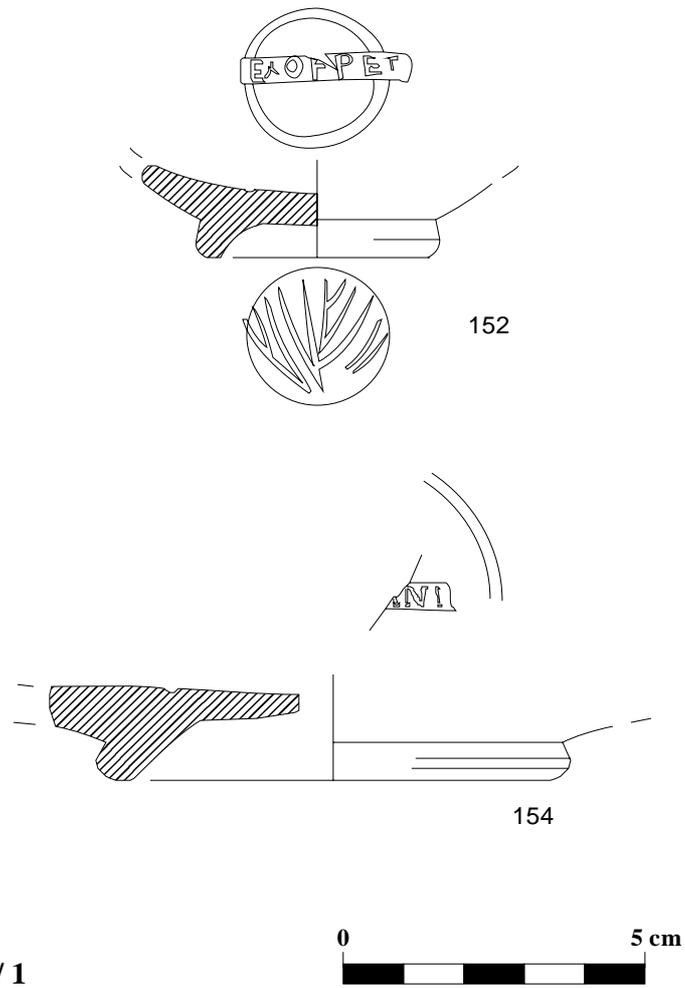
A consulta das imagens de marcas hispânicas levou à adscrição da impressão a *Saturninus*, oleiro de Trício (Arenzana de Arriba- SAÉNZ PRECIADO 1999: pág. 122), sendo bastante característico o traçado, por vezes sinuoso do *R*, patente nos seus punções (MAYET 1984: pág. 112).

A impressão é quase coincidente com a do punção utilizado para produzir a marca n.º 539 inventariada por Mayet (Idem: CCXVII), diferenciando-se apenas pelas pequenas incisões nas zonas terminais inferiores dos caracteres. A sobreposição de ambos os desenhos permite afirmar a identificação das marcas como produzidas pelo mesmo punção, sendo a impressão de Lisboa executada com anterioridade à da de referência (proveniente de *Volubilis*- Idem: pág. 168).

O oleiro produziu pratos Drag. 15/17 e taças 27, razão que nos leva a propor uma identificação da tipologia, com reservas.

154	Trício	Drag. 15/17?	B 3	Saturninus	(...)RNI	M.539	50-110 d.C.
-----	--------	--------------	-----	------------	----------	-------	-------------

Figura 56



Esc. 1 / 1

Figura 56-Vasos hispânicos com as marcas n.ºs 52, atribuível a Petronius Eros, e n.º 154, de Saturninus.

**Scapula** (MAYET 1984: pág. 171) n.º 155

O oleiro *Scapula* é conhecido apenas por uma marca de Barcelona, executada na mesma forma do vaso de Lisboa (SAÉNZ PRECIADO 1999: pág. 122; MAYET 1984: pág. 170, n.º 556) e com o mesmo punção (MAYET 1984: pl. CCXVII). Mayet atribui o oleiro a Trício, com dúvidas (Idem: pág. 171).

Uma canelura dupla marca a divisão entre os dois quartos de círculo da parede, característica que ocorre algumas vezes no mesmo tipo de vasos em produção sud-gálica da época de Nero (contextos de Usk- MANNING 1993: pág. 157, n.ºs 135,136 e 143).

Esta observação, conjuntamente com a boa qualidade da pasta e revestimento levaram-nos a propor uma datação em torno da época de Nero.

155	Trício	Drag. 27	B 1/3	Scapula	(...)VLAE	M.556	50-80 d.C.
-----	--------	----------	-------	---------	-----------	-------	------------

**Segius Tritiensis ?** (MAYET 1984: pág. 171)- n.º 156

A marca, muito fragmentada, permite apenas a leitura dos três últimos caracteres: RII (ou T). A última letra de haste vertical alargava na sua parte superior, já quase no limite superior em contacto com a cartela, pelo que poderia ser lida como T. Da consulta resultou que o único oleiro que utilizava um texto com uma sequência final RIT grafada daquela maneira (isto é, sem nexos ou ligações) era *Segius Tritiensis*: impressões n.ºs 569 e 571 de Mayet (MAYET 1984: pág. 171).

Esta hipótese de identificação adequava-se às características observáveis macroscopicamente na pasta e verniz, e na presença de ônfalo na parede externa do fundo, mais praticada nos fabricos do grupo de La Rioja. No mesmo sentido, o *ductus* do “R” apresentava afinidades com o punção n.º 568 de Mayet, utilizado por *Segius Tritiensis* (Idem: pl. CCXVIII).

A identificação que propomos para o oleiro, que laborou em Arenzana de Arriba (SAÉNZ PRECIADO 1999: pág. 122), é no entanto feita com alguma margem de reserva. A origem riojana é, no entanto, denunciada pelas características macroscópicas da pasta.

156	Trício ?	Drag. 27	A 1	Segius Tritiensis ?	(...)RIT	-----	50-150 d.C.
-----	----------	----------	-----	---------------------	----------	-------	-------------

**Valerius Maternus** (MAYET 1984: pág. 181)- n.º 157

As marcas como a do presente exemplar têm leituras diversificadas: T. Garabito Gómez, M.A. Mézquiriz e F. Mayet lêem apenas *VAL(erius) M( )* (GARABITO GÓMEZ 1978: pág. 316; MEZQUÍRIZ 1985: pág. 140 e MAYET 1984: pág. 181), ao passo que as

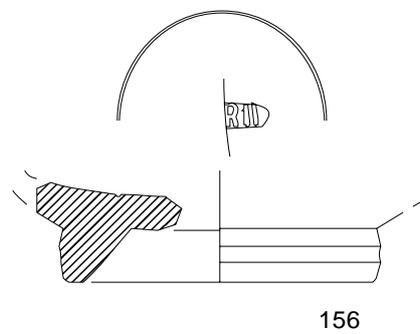
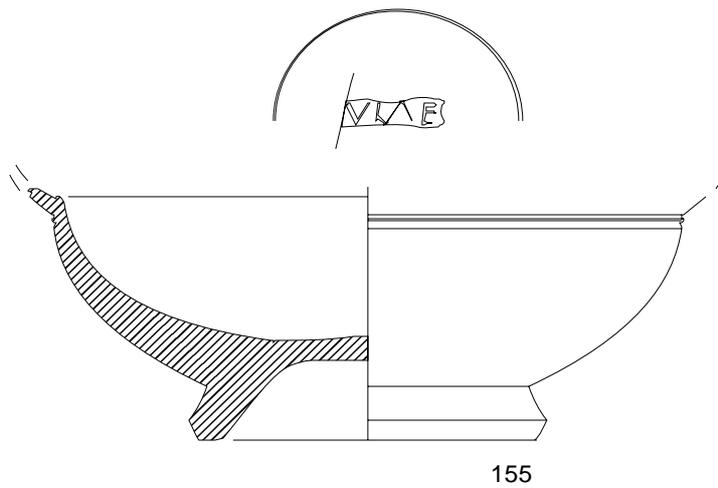
**Figura 57****Esc. 1 / 1**

Figura 57-Vasos hispânicos com as marcas n.ºs 155, de Scapula, e n.º 156, atribuível a Segius Tritiensis.

leituras mais recentes já apresentam o desdobramento do *cognomen M(aternus)* (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 130; listagem de ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999: pág. 295).

*Valerius Maternus* trabalhou em Trício, conhecendo-se produção sua de taças Drag. 27 e pratos 15/17 (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 130).

O punção utilizado para produzir a impressão n.º 157, com paralelos em Lugo e León (SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 130), evidencia pormenores epiráficos iguais aos do punção que serviu para marcar o prato Drag. 15/17 de Trício, que Mayet regista sob o n.º 673, entre os quais se destaca o formato arcaico do L (MAYET 1984: pág. 181).

O formato da cartela, de extremidades bífidas, remete para momentos não próximos da fase inicial da laboração de Trício (SÁENZ PRECIADO 1999).

157	Trício	Drag. 27	A 1	Valerius Maternus	OFVAL MA	-----	60-110 d.C.
-----	--------	----------	-----	-------------------	----------	-------	-------------

#### *Valerius Paternus* (MAYET 1984: pp. 181-185)- n.º 158

Do texto, muito incompleto, é possível ler um vestígio de letra de haste vertical seguida de EPA, o que permite reconstituir com grande probabilidade [VA]LE(*rius*) PA(*ternus*), um dos oleiros de Trício de maior difusão. As características macroscópicas de pasta e verniz denunciavam tratar-se de um fabrico com esta origem.

*Valerius Paternus* trabalhou em Trício, sendo a assinatura com maior número de punções conhecidos (Cf. SÁENZ PRECIADO 1999: pp. 130-132). Porém, a consulta das listagens disponíveis não revelou nenhum texto do oleiro com esta sequência, pelo que fomos levados a concluir tratar-se do registo de um novo punção.

158	Trício	?	B 3	Valerius Paternus	(...)LEPA	-----	60-110 d.C.
-----	--------	---	-----	-------------------	-----------	-------	-------------

**Figura 58**

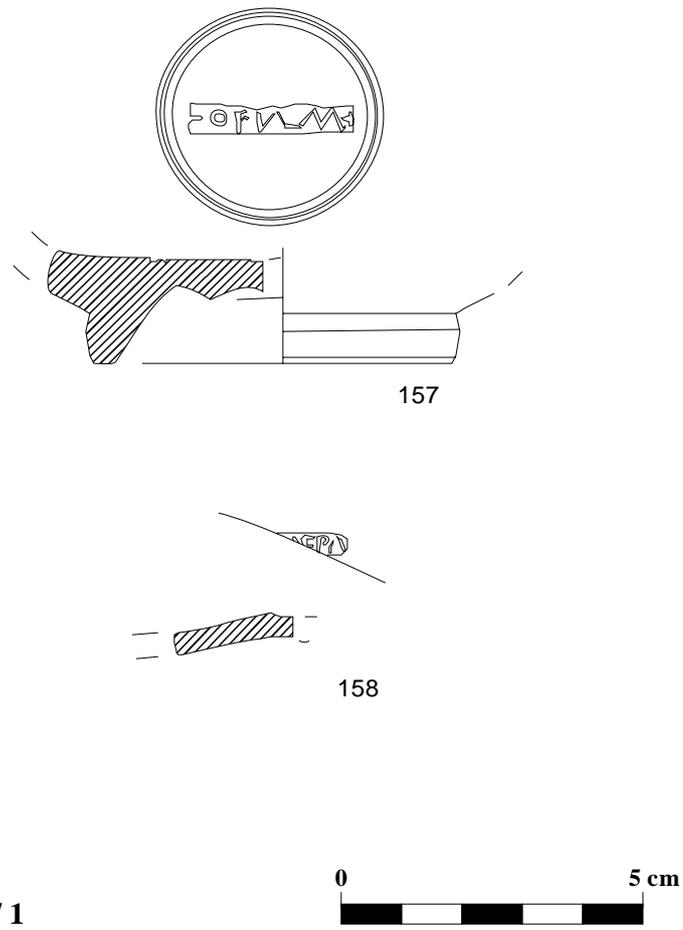


Figura 58- Vasos hispânicos com as marcas n.ºs 157, de Valerius Maternus, e n.º 158, de Valerius Paternus.

**Oleiros não identificados/ Marcas grafomorfas- n.ºs 159-160**

A impressão n.º 159 apresenta um formato de extremidades bífidas, tipo de marca utilizada nos fabricos hispânicos em momentos que não os iniciais, parecendo corresponder a uma taça grande das formas Drag. 29 ou 29/37, pelas características da pasta não produzida em Andújar.

O n.º 160 corresponde a uma taça com as características da produção do principal centro produtor da Bética.

<b>159</b>	Trício ?	Drag. 29, 29/ /37 ou 37 ?	B 1	?	LVIII(...) (L invertido ?)	-----	50-150 d.C.
<b>160</b>	Andújar	?	C 2	?	LII(...) (L invertido ?)	-----	50-150 d.C.

**Oleiros não identificados/ Marcas incompletas- n.ºs 161-167.**

As impressões n.ºs 161 a 163 foram executadas sobre vasos que, pela observação macroscópica das pastas, atribuímos a fabricos do grupo de La Rioja.

As marcas n.ºs a 167, integram-se no grupo de exemplares que não conseguimos localizar.

<b>161</b>	Trício	Drag. 27	A 1	?	EXOF(...)	-----	50-150 d.C.
<b>162</b>	Trício	Drag. 27	A 1	?	A(? ...)	-----	50-150 d.C.
<b>163</b>	Trício	Indet.	A 3	?	(...)OF	-----	50-150 d.C.
<b>164</b>	Trício	Drag. 15/17	A 1	?	(...)	-----	50-150 d.C.
<b>165</b>	?	Prato	----	?	FNC(?) (...)CEN	-----	50-150 d.C.
<b>166</b>	?	?	----	?	EXOF(...)	-----	50-150 d.C.
<b>167</b>	?	?	----	?	.EXOF(...)	-----	50-150 d.C.

Figura 59

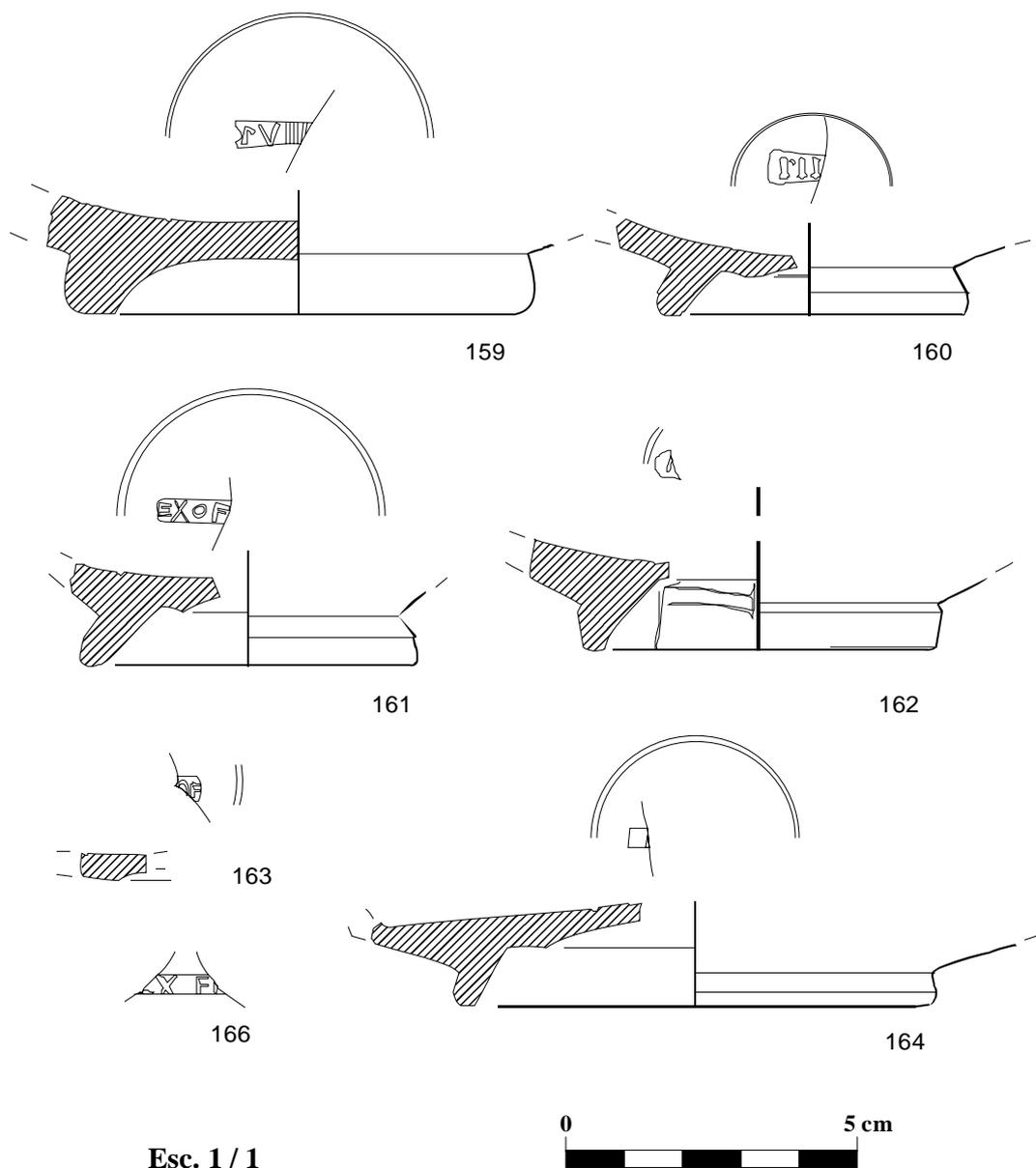


Figura 59-Vasos hispânicos com as marcas n.ºs 159 e 160, grafomorfas/iletradas, e n.ºs 161 a 164, não atribuídas. Reproduz-se também a marca n.º 166, obtida a partir de fotografia.

## 7 . Contextualização estratigráfica das “marcas de oleiro” da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da evolução urbana de Olisipo.

A intensa dinâmica do sítio da Praça da Figueira ao longo do período de dominação romana justifica que apenas uma pequena parte do conjunto de “marcas de oleiro” tenha sido recolhida em contexto estratigráfico coevo ou aproximado do período de fabrico ou de descarte dos vasos.

No que se refere aos fabricos itálicos presentes, bem representados à escala da cidade, apenas quinze dos trinta e três exemplares foram colectados naquele tipo de contextos. O panorama não é distinto para os fabricos gálicos, onde o fenómeno de remobilização em formações posteriores se acentua, tal como para o caso dos hispânicos, embora, neste particular, se tenha que ter em conta as dificuldades acrescidas de atribuição cronológica que caracterizam o estado actual dos conhecimentos sobre o grupo (PÉREZ GONZÁLEZ 1989; BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995).

Ainda assim, e para alguns aspectos fundamentais que interessam ao estudo da dinâmica urbana de *Olisipo*, o contributo das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira é relevante: está-se a fazer referência ao momento de instalação de um primeiro urbanismo alto-imperial na área, correspondente à Fase II definida no âmbito do presente trabalho, bem como aos inícios da utilização funerária da zona, uma segunda intervenção urbanística, profunda, equivalente aos primeiros momentos da Fase III, da mesma periodização.

- **Fase II**

Unidades estratigráficas arenosas, de grande extensão, recobriram a maior parte da área depois edificada, tendo sido interpretadas como depositadas com intenção regularizadora. Os materiais datantes, recolhidos em associação a estas entidades, são escassos, usualmente em estado muito fragmentário. Incluem *terra sigillata* de fabrico de tipo itálico e um exemplar classificado como sud-gálico (Drag. 17A). Neles se incluem escassos fragmentos de vasos das formas Consp.4.4.1, 18.2.1, 22 e 23, junto com fragmentos de pratos de forma indeterminada e de taças tronco-cónicas que, pelo seu estado de conservação, não são classificáveis num tipo formal específico.

Foi nestes ambientes que foram colectadas as “marcas de oleiro” bilíneas n.ºs **16** e **25**, respectivamente, fundos de vasos dos tipos Consp. B.4.14 e B.7.1. A informação

transmitida pelas formas e marcas remete ambas para um largo intervalo compreendido entre 15 a.C. (n.º 25- datado de 15 a.C. – 5 d.C.) e 20 d.C. (n.º 16- 1 a 20 d.C.), pelo que o seu contributo para a aferição cronológica dos contextos de proveniência é limitado.

Contudo, e da combinação dos elementos proporcionados por vasos e marcas, em conjunto, parece provável que o momento de formação das unidades estratigráficas tenha ocorrido já durante o principado de Tibério, se se valorizar a presença do exemplar de prato de fabrico gálico meridional mencionado *supra*, mas também as taças da forma Consp.23, que terão substituído no período daquele Imperador as do tipo Consp.22 (*Conspectus*; PASSELAC 1993a).

Três contextos, correspondentes às unidades 8933, 8060 e 8260, e unidades de enchimento associadas, foram interpretados como fossas detríticas, tendo fornecido outros elementos que permitem situar com maior precisão a fase II.

Em 8933, de particular interesse por se encontrar justaposta e afectada pela construção do piso mais antigo presente num dos sectores da “Via Norte”, foi recolhido um conjunto, na maior parte fragmentário, de vasos em *terra sigillata*, exclusivamente de fabrico de tipo itálico, acompanhados por outros materiais cerâmicos (ver Quadro 7 e Figura 61). Entre estes identificaram-se duas “marcas de oleiro” bilíneas (n.ºs –13 e 30, ver *supra*).

	3	1	1	1	2	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1
Prato																
C.12																
C.12.1																
C.18																
C.18.2.1																
C.18.2.2																
C.18.2.4																
C.19.2.1																
Taça																
C.22 ?																
C.22.1.2																
C.22.1.4																
C.32.2.1																
C.25 ou 31																
Cálice																
Indeterminado																

Quadro 7- Conjunto de formas em *terra sigillata* recolhido no contexto 8933.

As cerâmicas finas romanas citadas estavam acompanhadas por outros materiais, entre os quais uma fíbula do “tipo Aucissa”, fragmentos de ânforas béticas (da Classe 25/Dressel 20 ? e um bordo que poderá, talvez, ser integrado na Classe 24/Oberaden 83) e de fabrico lusitano, diversos fragmentos de lucernas, provavelmente oriundas da Península Itálica e da Bética, bem como cerâmica comum, em que as pastas denunciam um claro domínio de fabricos locais/regionais sobre os exógenos, na sua maioria talvez béticos.

As marcas remetem a formação da fossa para datações posteriores a 5 a.C. (exemplar n.º13). A presença de uma taça, com decoração aplicada de espiral no bordo (ver figura

Figura 60

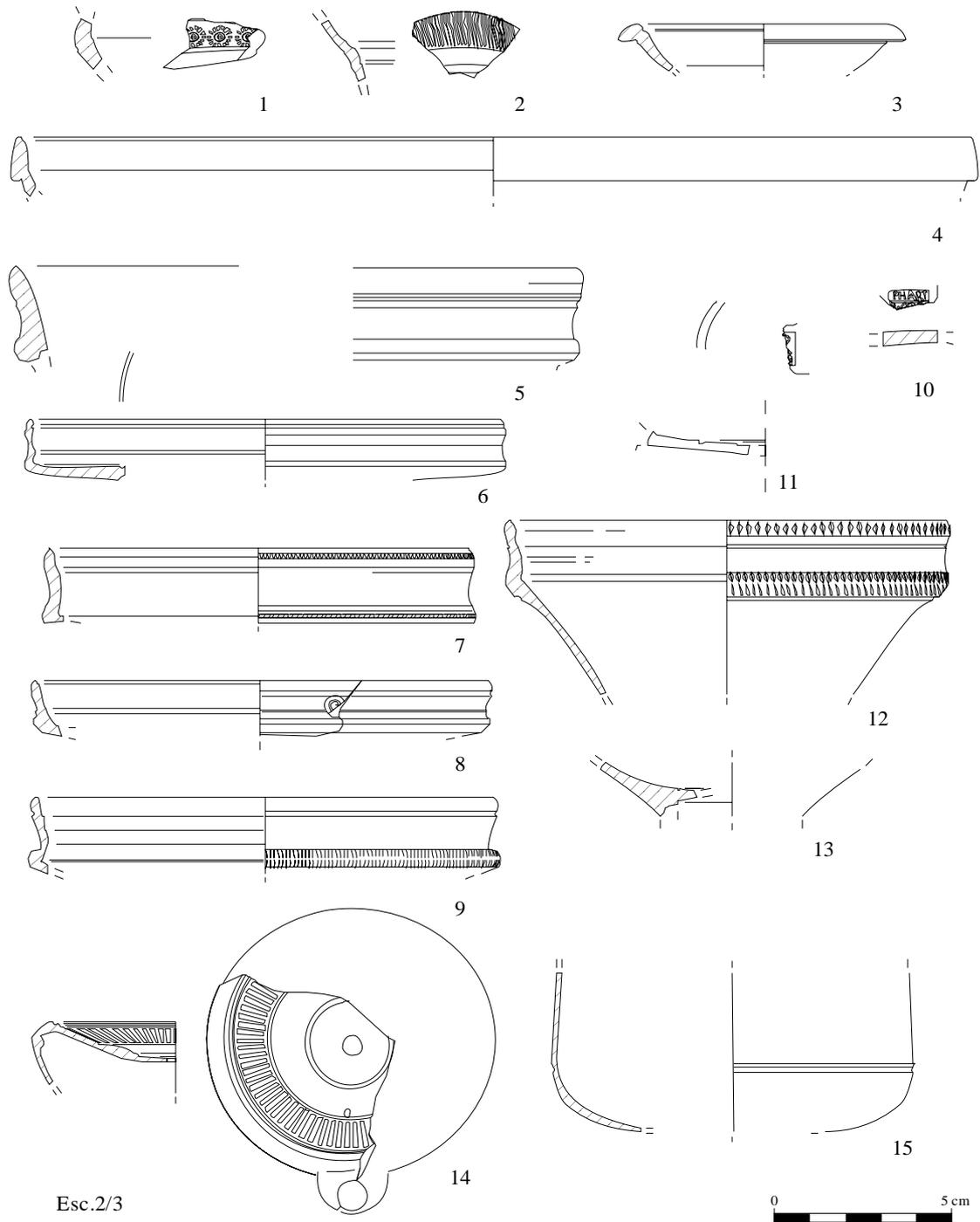


Figura 60- Seleção de materiais datantes recolhidos em associação à unidade 8933: terra sigillata de tipo itálico (1-13), lucerna de provável fabrico itálico (14) e vaso em “cerâmica de paredes finas” de provável fabrico itálico (15)..

47, n.º 8), remete a deposição de todo o conjunto para momentos situados já dentro do principado de Tibério (*Consp. 47*).

O contexto 8060 corresponde a uma outra fossa detritiva, localizada numa área marginal à necrópole que lhe é posterior, onde se manifestou também a presença largamente maioritária de *terra sigillata* itálica, com ocorrência de fragmentos de produções gálicas meridionais (ver *infra* Quadro 8). A par de muitos fragmentos de pequena dimensão, foram recolhidos alguns vasos mais completos, o que deverá ter significado em função do processo da formação da unidade, que, contudo, não se consegue descortinar no momento.

Do conjunto cerâmico, abundante, destaca-se alguma “cerâmica cinzenta” (apresentando formas já romanizadas), “cerâmica de verniz vermelho pompeiano”, de fabrico campano (fragmentos de dois pratos da forma Luni 5), “cerâmica de paredes finas”, bética (de decoração “arenosa”- forma Mayet XXXVII), e lucernas, de provável produção itálica. Duas destas ostentam iconografia reportável aos mitos hercúleos: numa primeira, do tipo formal Dressel 9A, figura o Deus em luta com um centauro (fig. 62, n.º29), alusão ao seu quarto trabalho; na outra, de volutas, apesar de incompleto, o personagem atacado por um cão deverá identificar-se, também, com Hércules, em função dos seus atributos (massa) (fig.62, n.º30), devendo tratar-se de uma figuração do décimo trabalho do Deus, correspondendo assim o cão a *Orthus*, o guarda do rebanho de vacas de *Gerion*.

32	3	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	10	22	5	3	1	1	1	1	2	6	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	5	1	1	4	9
Prato indet. (It.)	Prato indet. (S.G.)	Consp. B.2.8	Consp. 4	Consp. 11	Consp. 12	Consp. 18.1.1	Consp. 18.2	Consp. 20.3	Drag. 17A	Drag. 18	Consp. 50.3.1	Taça indet. (It.)	Taça tr.-cónica (It.)	Taça hemisf. (It.)	Taça hemisf. (S.G.)	Consp. B.3.2	Consp. B.4.2	Consp. 7	Consp. 9	Consp. 17	Consp. 22	Consp. 22.1.1	Consp. 22.1	Consp. 24	Consp. 26	Consp. 27.1.2	Consp. 33	Drag. 24	Drag. 27	Ritt. 5	Cálice (It.)	Cál. corpo hemisf.(It.)	Consp. R.4.4.1	Consp. 38 / Skyphos	Indet. (It.)	Indet. (S.G.)

Quadro 8- Conjunto de formas em *terra sigillata* recolhido no contexto 8060.

Neste contexto foi recolhida a maior concentração de “marcas de oleiro” itálicas da Praça da Figueira, de cronologia heterogénea: os exemplares do tipo *in planta pedis* n.ºs **2** e **32**, posteriores a 15 d.C., n.º **7**, datado de entre 10 a.C. e 10 d.C., n.º **9**, datado de 5 a.C. a 40 d.C., n.º **14**, posterior a 1 d.C., **15**, atribuído ao intervalo 1-15 d.C., n.ºs **17** e **22**, situáveis entre 1 e 20 d.C., n.º **23**, de entre 20 a.C. e 1 a.C., e **27**, de entre 1 e 30 d.C. (ver *supra*).

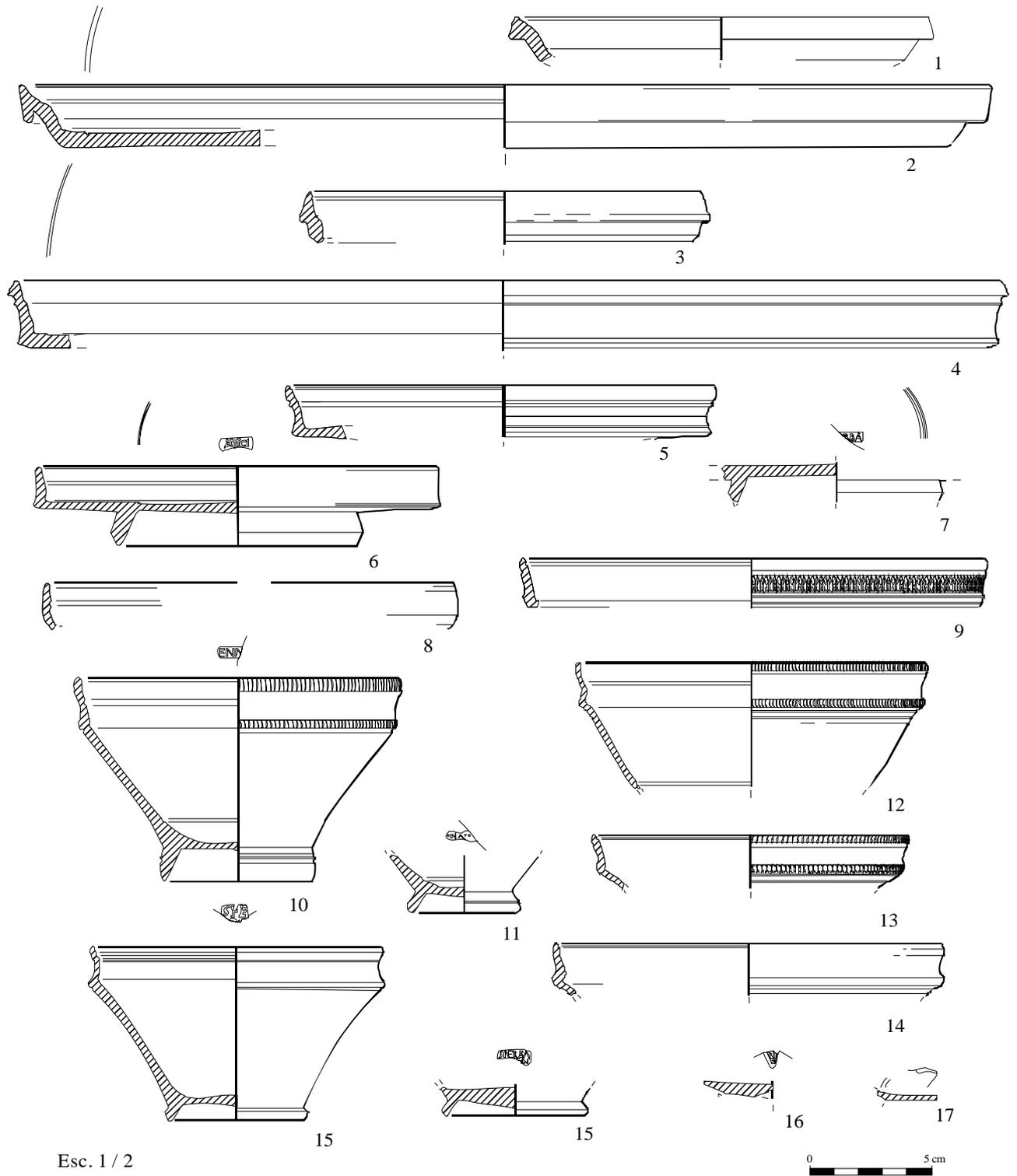
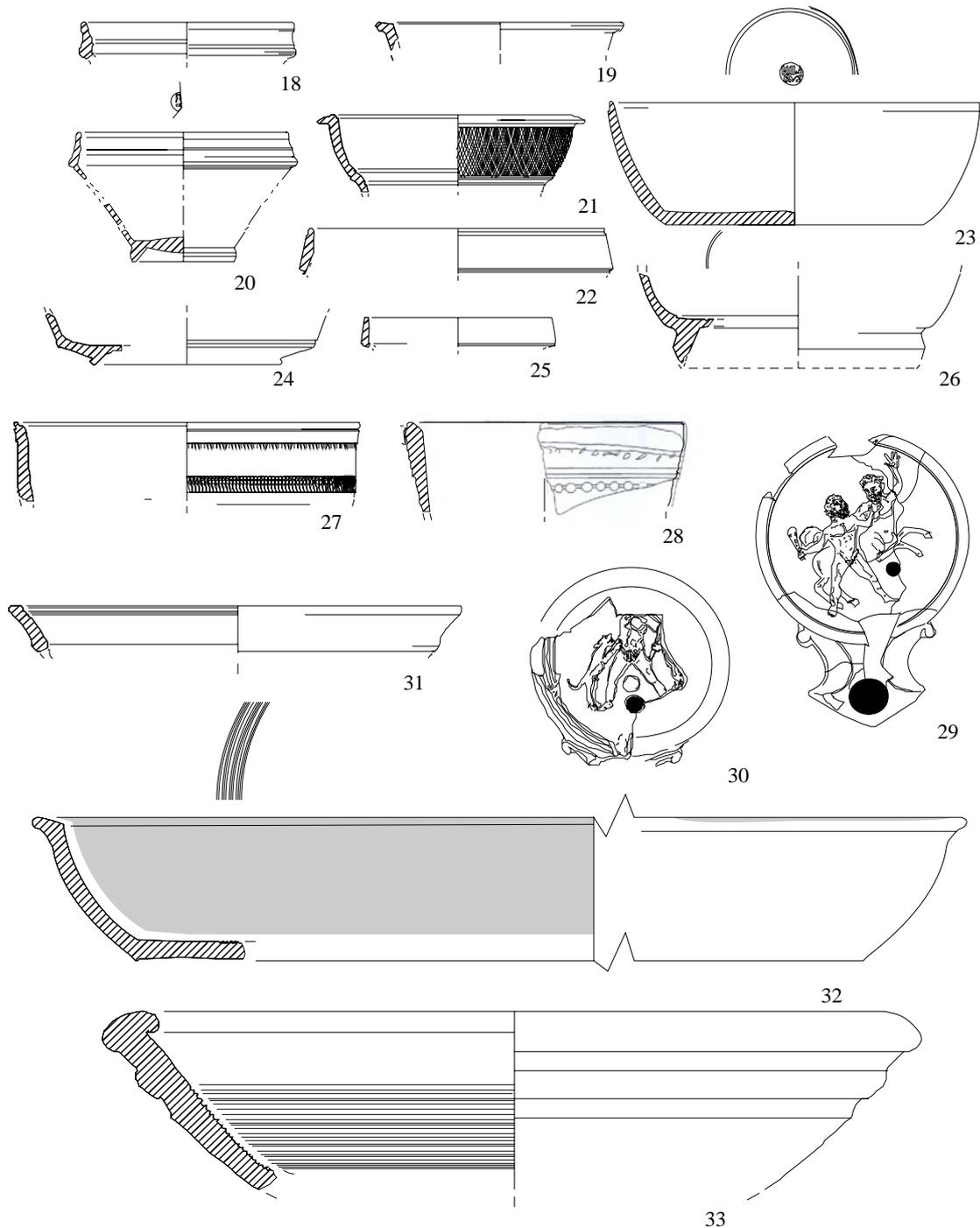


Figura 61- Conjunto de pratos (1-9) e taças (10-17) em terra sigillatática recolhido no contexto da U.E. 8060.



Esc. 1 / 2

0 5cm

Figura 62- Conjunto de taças, cálices e *skyphos* em *terra sigillata* itálica (17-28), lucernas, em fabrico itálico (?) (29-30), taça em “cerâmica de tipo Peñafior” (31), prato em “cerâmica de engobe vermelho pompeiano” (32), e almofariz bético em cerâmica comum (33), recolhidos no contexto da U.E. 8060.

Tal como o contexto anteriormente apresentado, também o contexto 8060 terá sido formado em data dentro do principado de Tibério, muito embora o “facies” da *sigillata* presente (*supra*, Quadro 8) sugira um momento mais avançado que 8933, informação que se pode induzir a partir das “marcas de oleiro” mas também da ocorrência de fabricos gálicos meridionais.

O contexto 8300 relaciona-se, directamente, com o grande espaço murado, revelado no sector escavado a sudoeste na intervenção da Praça da Figueira de 1999-2001. Aqui, em proporção, a *sigillata* sud-gálica era superior ao número de fabricos oriundos da Península Itálica (ver Quadro 9). Conjuntamente com a cerâmica, foi recolhido um dupôndio emitido na ceca de *Emerita* durante o principado de Tibério e um outro numisma, mas que pelo “flan” poderá corresponder a um *as*. O seu contributo cronológico deverá ser aferido em função do período da sua circulação.

1	1	1	3	1	2	2	1	1	1	1	1	3	3	1	5
Consp. 4.6	Consp. 20.4	Consp. 21.4	Drag. 17B	Ritt. 1	Prato indef. (It.)	Prato grande (S.G.)	Consp. 22	Consp. 27.1	Consp. 12	Drag. 24	Drag. 33	Drag. 24/25	Drag. 27	Taça hemisf. (It.)	Indeterminados.(S.G.)

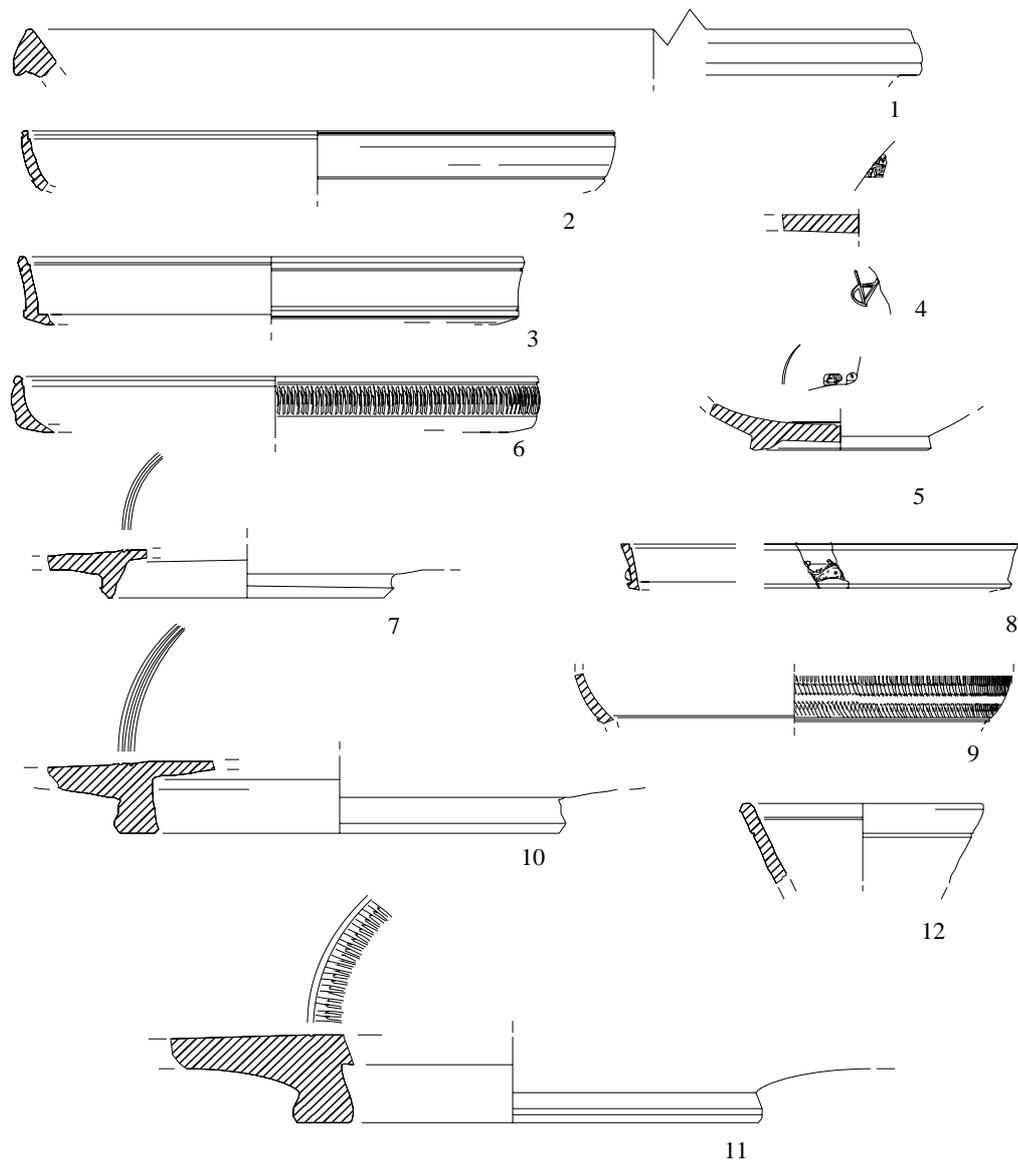
Quadro 9– Conjunto de de formas em *terra sigillata* recolhido no contexto 8300.

Apenas se recolheram aqui duas marcas: os exemplares, itálicos e de tipo bilínear, n.ºs 5 e 6, datados, respectivamente, de 5 a.C. a 20 d.C. e de 1 a 10 d.C. (ver *supra*)

A cronologia de ambas as impressões não é inteiramente concordante com o “facies” da amostragem de *terra sigillata*. Este é, outrossim, compatível com os dados revelados nas outras unidades estratigráficas associadas às construções desta zona (“Via Norte”, “Via Secundária” e espaço murado), onde se referenciaram escassos conjuntos cerâmicos com as mesmas características: nos enchimentos de preparação para o piso da “Via Secundária”, especificamente, foram encontrados fragmentos de um cálice sud-gálico da forma Drag. 1, de um almofariz da forma Ritt. 12, com a mesma origem, e outros, também gálicos meridionais, de taças Drag. 24/25 e 27 e pratos Drag. 15/17.

Pode-se concluir, portanto, que as construções em referência, incluindo um primeiro pavimento da “Via Norte” do sector escavado a Sul em 1999-2001 na Praça da Figueira,

Figura 63



Esc. 1 / 2

0 5 cm

Figura 63- Seleção de vasos em *terra sigillata* de fabrico de tipo itálico (1-8) e gálico meridional (9-12), recolhido no contexto da U.E. 8300.

terão sido edificadas durante ou após o período do Imperador Tibério, com maior probabilidade entre os finais deste principado e os inícios do de Cláudio.

A análise dos dados contextuais correspondentes à Fase II permite concluir, em síntese, que embora a utilização da área da Praça da Figueira se inicie durante o período de Tibério, e a esta época corresponda a cronologia de algumas das estruturas presentes, será apenas no final daquele principado ou, mais provavelmente, já sob Cláudio (inícios do principado deste Imperador), que a área sofre mais profundas remodelações urbanísticas, que documentarão uma maior dinâmica e intensidade da ocupação da zona.

- **Fase III**

Os contextos correspondentes aos momentos mais antigos da Fase III da periodização utilizada no presente trabalho apresentam-se com uma diversidade de tipologias funcionais: sepulturas (“Conjunto I-3” do “acompanhamento” de 1961, associado ao “Edifício Funerário Sudeste” escavado em 1962, bem como os conjuntos funerários recolhidos no “Compartimento B” do mesmo edifício depois recolhidos), fossas, provavelmente associadas a práticas e/ou rituais funerários (9013, 8632 e talvez 9514), unidades estratigráficas associadas à edificação da “Via Norte”, especialmente no sector escavado mais a norte em 1999-2001 (9907, 9908).

As unidades estratigráficas articuladas com a edificação da estrutura viária assumem uma relevância maior para o conhecimento da evolução urbanística de *Olisipo*. Como foi referido atrás, em referencia ao faseamento apresentado (Capítulo 4), a dinâmica estratigráfica revelada em ambos os sectores intervencionados da “Via Norte” gerou a percepção de representarem situações distintas: a Sul a edificação inicial seria mais antiga, atribuível à Fase II e depois objecto de repavimentação, ao passo que a Norte, tratar-se-ia de uma estrutura integralmente nova, resultante de uma remodelação profunda que obliterou os testemunhos da primitiva e assumindo, com grande probabilidade, uma orientação um pouco diferente.

Os artefactos, recolhidos em associação com as unidades de preparação para o assentamento do piso da “Via Norte” (U.e.s 8874 e 9907- sector Norte), encontravam-se em estado sempre muito fragmentário. O conjunto de *terra sigillata* recolhido inclui vasos de fabrico itálico e sud-gálico, sendo estes maioritários (ver Quadro 10).

Figura 64

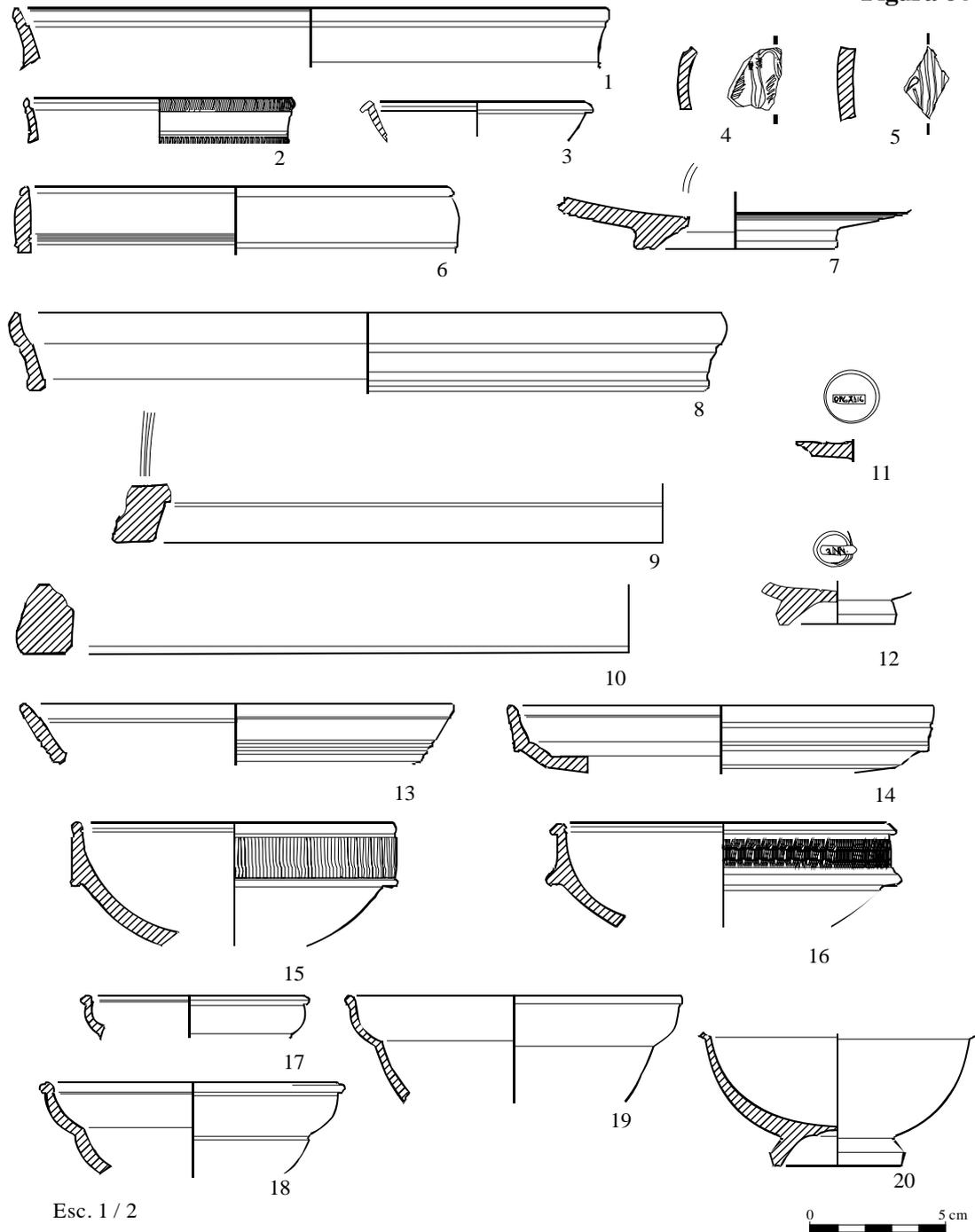


Figura 64- Seleção de vasos de *terra sigillata* itálica (1-3), gálica (4-18) e hispânica (19-20), colectados nos contextos de reformulação da “Via Norte” de *Olisipo*

1	1	3	2	2	6	1	1	1	1	3	3	3	1	1
Prato indet. (It.)	Prato indet. (S.G.- Montans)	Consp. 18.2.1	Drag. 15/17	Drag. 15/17 (Hsp.)	Drag. 18	Taça indet. (S.G.)	Consp. 22.1-5	Consp. .23	Consp. 31	Drag. 24/25	Drag. 27	Drag. 27 (Hsp.)	Indet. (It.)	Indet. (S.G.)

Quadro 10– *Terra sigillata* associada às U.E.s 9907, 9908 e 8874.

A única “marca de oleiro” recolhida nestes ambientes, o n.º 37, é em fabrico sud-gálico de La Graufesenque, e detém uma cronologia situada entre 40 e 70 d.C. A circunstância de se ter recolhido o exemplar sud-gálico n.º 64, datado de 45 a 65 d.C., no contexto interpretado como de primeira repavimentação da “Via Norte”, no sector a Sul, reforça a probabilidade de o conjunto destas acções sobre a estrutura viária ter tido lugar ainda na época dos Imperadores Cláudios.

Os contextos funerários reconhecidos em 1961 e 1962, mais significativos do que os colectados em 1999-2001, foram entendidos como de particular utilidade para a balizagem dos momentos mais antigos da utilização da área como necrópole.

Dentro destes, o “Conjunto I-3” detém um interesse suplementar, pois apresenta uma ligação evidente com o “Edifício Funerário SE”. As condições de recolha, efectuada pelo pessoal do Metropolitano, deixam poucas dúvidas desta relação, como se depreende do “croquis” da sua localização em corte, apresentado por Irisalva Moita (MOITA 1968: pág. 35).

A sepultura era uma de três, alinhadas junto a um muro que depois se veio a revelar o limite interior de um compartimento do referido monumento, tendo sido encontrada sob um pavimento em *opus signinum* (MOITA 1968: pág. 35), mais tarde identificado por Fernando Bandeira Ferreira (FERREIRA 1962a: pág. 112).

No interior do *ossilegium*, destruído aquando do achamento, foi colectado um espólio numeroso e diversificado que incluía: um púcaro de duas asas de fabrico local/regional; dois pequenos potes decorados a rosetilha; uma lucerna; cinco unguentários de vidro tingido de azul; sete vasos em *terra sigillata* sud-gálica (dois pratos e cinco taças de dimensões diferentes) (MOITA 1968: pág. 35).

As peças em cerâmica comum datáveis, dois pequenos potes cinzentos decorados a roletilha, de possível fabrico norte-alentejano, remetem para um intervalo cronológico entre os meados do século I d.C. e o primeiro quartel do séc. II d.C. (NOLEN 1985: pp. 113-116). O conjunto de unguentários em vidro corresponde ou a cronologias situadas a partir de Cláudio/Nero e até aos finais do século I d.C. (tipo 8 de Isings- ISINGS 1959), ou a um período de Tibério aos Flávios (tipo 6 de Isings- Idem). Contudo, e de acordo com a investigadora holandesa, a cor do vidro, tingido de azul, remete para os momentos mais avançados da produção do segundo tipo formal presente (Idem: pp. 22-23).

Os sete vasos de *terra sigillata*, todos originários de La Graufesenque, correspondem a formas dominantes sobretudo no período dos imperadores Cláudios. A análise das datações das marcas permite aferir com maior precisão o momento da prática do enterramento. No contexto estão presentes: uma impressão de cronologia um pouco mais recuada, o n.º 54, datado de 30 a 60 d.C.; três inseríveis no período de maior exportação de vasos lisos, o n.º 43, situável entre 55 a 65 d.C., e os n.ºs 106 e 113, datados de 50 a 70 d.C.; finalmente, três outros de um período posterior a 60 d.C., o n.º 50, de 60 a 80 d.C., o n.º 97, de 60 a 70 d.C., e o n.º 47, de 60 a 75 d.C.

Com o contributo das “marcas de oleiro” é possível sugerir que o sepultamento terá sido praticado, com maior probabilidade, na década de 60 do século I d.C., embora qualquer data até 80 d.C. seja admissível.

O “Conjunto I-3” encerra um interesse suplementar: o significado da composição funcional do conjunto de vasos. Nele estavam presentes dois pratos, cinco taças médias e uma pequena em *terra sigillata*, o que mostra a preponderância de objectos ligados à ingestão de líquidos e/ou alimentos liquefeitos, carácter que aparece reforçado pela presença dos dois pequenos potes roletados e do púcaro biansado, em cerâmica comum.

Um outro conjunto de vasos ostentando “marca de oleiro” foi recolhido no interior do mesmo edifício funerário, no “Compartimento B”. A apresentação dos resultados da escavação deste ambiente não permite caracterizar, de forma inteiramente satisfatória, o tipo de práticas realizadas. A escavação de 1962 revelou o que parece ser um conjunto, sucessivo no tempo, de zonas de combustão, que receberam diferentes designações (FERREIRA 1962a: pp. 109 e seguintes), e que podem ser interpretadas como diferentes *ustrina-busta* (ver figura 50), embora tal não resulte integralmente seguro com base nos elementos fornecidos pelo “Diário das Escavações” (Idem).

Foi possível destrinçar alguns dos conjuntos, com uma representatividade muito distinta de vasos em *terra sigillata*: “B\_28\_1/ B\_28\_2 e 2a”, com um número elevado de exemplares (Idem: pág. 89) “28\_12”, “A Norte do pote e à cota -50”,





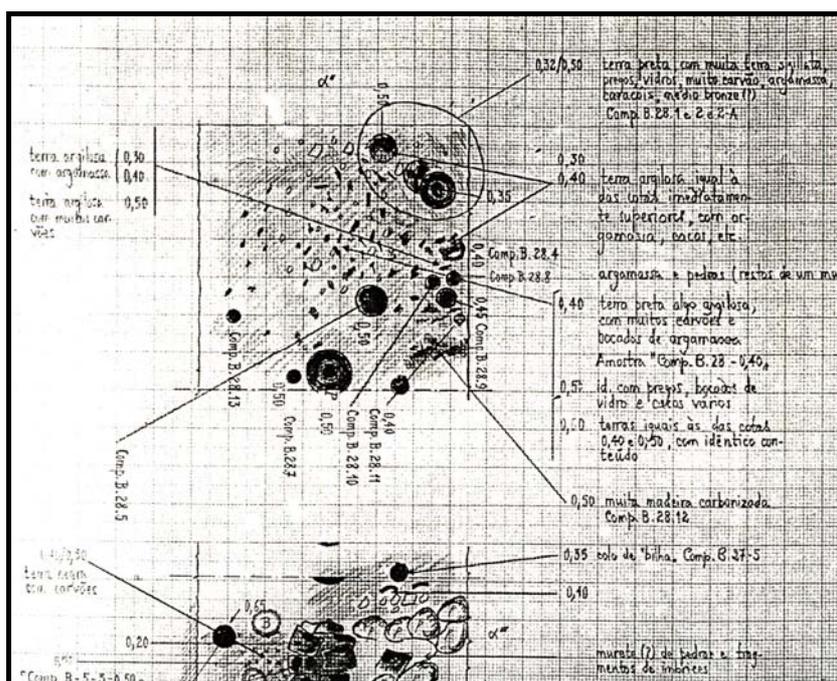


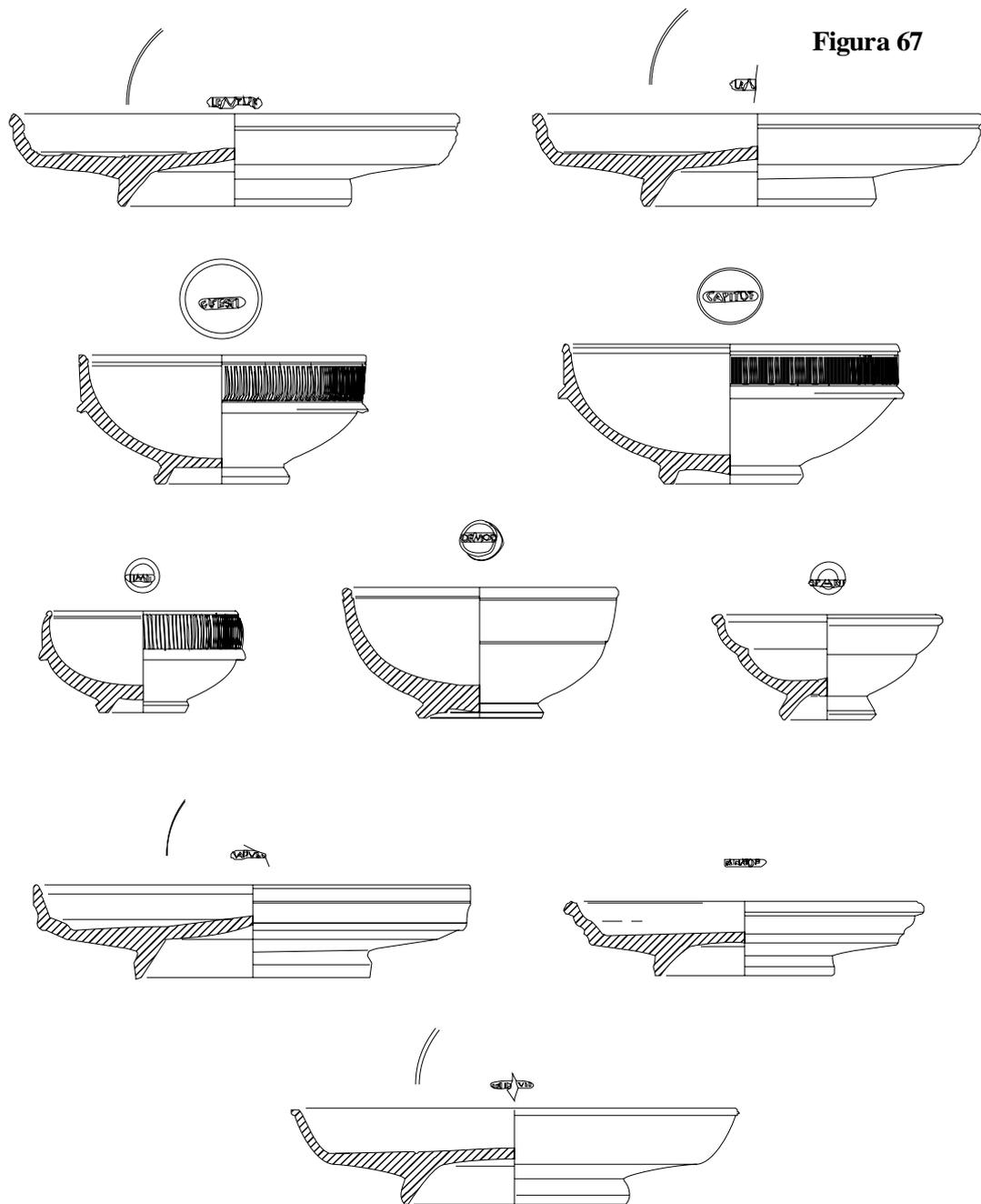
Figura 66- Plano de escavação do “compartimento B”, com a localização de “28\_2 e 2A” (canto superior direito), segundo F. Bandeira Ferreira (FERREIRA 1962a: pág. 110A).

(com «croquis» da localização exacta, o pote, uma urna cinerária, seria depois referenciado por “urna P”- Idem) e “28\_S cota -50”. Outras referências respeitam a potes/ollae isoladas, dispostas verticalmente.

O primeiro dos conjuntos, “B\_28\_1/ B\_28\_2 e 2a”, incluía um número alargado de vasos em *terra sigillata* gálica, compreendendo as seguintes marcas estudadas: os exemplares n.ºs 71 e 72, datados de 45 a 70 d.C., n.º 55, de 50 a 70 d.C., n.º 49, de 40 a 60 d.C., n.º 59, de 40 a 75 d.C., n.º 83, de 50 a 70 d.C. e o n.º 39, com uma cronologia de 40 a 70 d.C.

Ao grupo de “marcas de oleiro” corresponde uma baliza cronológica situada entre 50 e 75 d.C., mas tal como acontecera com o “Conjunto I-3”, a década de 60 do século I d.C. surge como período mais provável, em função da concentração das datações obtidas naquele período.

Num plano um pouco inferior do Compartimento B, também no Edifício Funerário Sudeste, foi identificado o contexto “28\_12”/“A Norte do pote e à cota -50”. Apesar de estar assinalada uma mancha de combustão, os «croquis» de disposição dos achados não permitem perceber se se tratava de uma entidade estratigráfica íntegra, e os dados de escavação relatados também não o esclarecem (FERREIRA 1962a: pp.112). Contudo, a circunstância de os vasos se encontrarem intactos sugere a sua funcionalidade funerária, e



Esc. 1 / 2

0 5 cm

Figura 67- Vasos de *terra sigillata* gálica colectados em 1962 no interior do Compartimento B do Edifício Funerário Sudeste: 1- “B \_28\_1/ B\_28\_2 e 2a” (1-7) e “28\_12”/“A Norte do pote e à cota -50” (8-10).

o facto de se encontrarem num plano inferior pode ser interpretado como uma acção anterior, executada num espaço de tempo que até pode ter sido curto.

Foram três as marcas estudadas, provenientes deste contexto: as n.ºs **82** e **113**, datáveis de 30 a 60 d.C., e a iletrada n.º **116**, situável num intervalo de 40-70 d.C.

Mais uma vez nos encontramos perante o mesmo âmbito cronológico já atestado para o compartimento, embora no caso presente, com datas ligeiramente mais recuadas.

O início do funcionamento do Edifício Funerário Sudeste da Necrópole Noroeste de *Olisipo* pode, assim, ser situado com grande fiabilidade a partir do período de Nero, afinal muito compatível com as observações de âmbito cronológico produzidas para a profunda remodelação que afectou os troços da “Via Norte” escavados na Praça da Figueira.

A intervenção de 1999-2001 não produziu a identificação de contextos comparáveis aos das campanhas de 1961/1962, que acabámos de apresentar. Ainda assim, foi possível identificar algumas entidades, de provável funcionalidade funerária e do período que interessa no âmbito do presente trabalho, que proporcionaram a recolha de “marcas de oleiro” em *terra sigillata*. Trata-se de estruturas negativas, qualquer uma delas afectada por acções posteriores, em época romana.

A fossa 9014 localizava-se perto do muro de limite da “Via Secundária” em D7. Trata-se de uma estrutura de configuração ovalada, que revelou no seu interior um número elevado de recipientes em cerâmica comum local/regional, em bom estado de conservação (muitas das peças conservam o perfil completo), três exemplares de “cerâmica de verniz vermelho pompeiano” (um prato da forma Aguarod 4/6, um da forma Aguardo 6 e outro inclassificável tipologicamente), vários exemplares de vasos em “cerâmica de paredes finas” oriundas da Bética (representando as formas XXXVII, XVIIIb, XXXIVa e XXXIV, este em fabrico “casca de ovo”), fragmentos assignáveis a sete lucernas (formas Dr. 20 e 27?), escasso material anfórico (onde se contam três ânforas de produção dos fornos de Peniche, a par de exemplares lusitanos da Classe 20-21/Dressel 14 e Dressel 7/11, béticos da Classe 25/Dressel 20 e um da Classe 15/Haltern 70) e fragmentos atribuíveis a vinte e um vasos distintos em *terra sigillata*.

A composição do conjunto de *sigillata* era bastante heterogénea, pois aí se contavam fabricos sud-gálicos, mas também um exemplar tardo-italico e outro de tipo itálico. Este último elemento, distanciado cronologicamente dos restantes, deverá testemunhar a longevidade de conservação do vaso pelo(s) seu(s) detentor(es).

Funcionalmente, apresenta uma relação taça/prato padronizado de 7/9, um valor equilibrado. Este dado, articulado com a presença o cálice tardo-italico, do *skyphos* itálico e

da taça decorada Drag. 30, terá significado quanto à acção que originou a formação do contexto, o que parece reforçado pelos elementos do restante conjunto cerâmico. A interpretação aventada foi a de se tratar dos restos de um banquete funerário, embora a hipótese careça de ser reforçada no futuro com uma análise mais alargada e de outra índole.

2	3	4	2	3	1	1	1	1	2
Prato (S.G.)	Drag. 15/17	Drag. 18	Taça	Drag. 24/25	Drag. 27	Ritt. 8	Drag. 30	Cálice (T.-It.)	Skyphos It.)

Quadro 10– Conjunto de de formas em *terra sigillata* recolhido no contexto 9014.

As “*marcas de oleiro*” de 9014 constituem um conjunto representativo de seis oleiros distintos: a n.º 19, com uma cronologia atribuída de 60-80 d.C., a n.º 46, de 30-50 d.C., a n.º 74, de 55-65 d.C., a n.º 77, de 35-55 d.C., a n.º 91, de 50-70 d.C. e a n.º 120, muito incompleta, datada em função do contexto. A análise das indicações cronológicas fornecidas pelas marcas mostra a existência de dois grupos: um de vasos mais antigos, que inclui os exemplares n.ºs 46 e 77, e outro que inclui a impressão tardo-italica n.º 19, e as gálicas n.ºs 74 e 91, mais centrado nas décadas de 50 e 60 do século I d.C.

Muito embora o contexto possa ter sido formado até cerca de 80 d.C., a apreciação mais consistente é a de que a sua datação se deva situar entre cerca de 60 d.C. e 70 d.C.

O recinto funerário localizado em E/F-3/4 corresponde a um espaço tendencialmente rectangular, de 6,85 m *in fronte* por 6,60 m *in agro*. Reduzido no seu perímetro, quase totalmente ao alicerce (U.E. 9523), foi alvo de uma intervenção em época tardia (séc. III d.C. ?), altura em que foi rompido na fachada pela instalação de um embasamento, profundo, que suportava um conjunto de silhares almofadados de grande dimensão, reutilizados talvez como escada de acesso ao interior.

A única utilização funerária atestada no recinto foi a de uma sepultura de incineração, também tardia no quadro da utilização da necrópole. Contudo, e como a maior parte do interior do recinto foi violada em época islâmica, pela implantação de um poço, é admissível a existência de outras utilizações não documentadas, pelo que a sepultura aludida não deverá ser sobrevalorizada na hora de avaliar a cronologia de utilização da construção. Neste particular, a circunstância do interface entre o alicerce e a superestrutura se situar à cota 4.02 m indica que o recinto corresponderá, temporalmente, à fase de utilização do primeiro piso de via detectado neste sector da escavação da “Via Norte” (F/I-1/4).

Figura 68

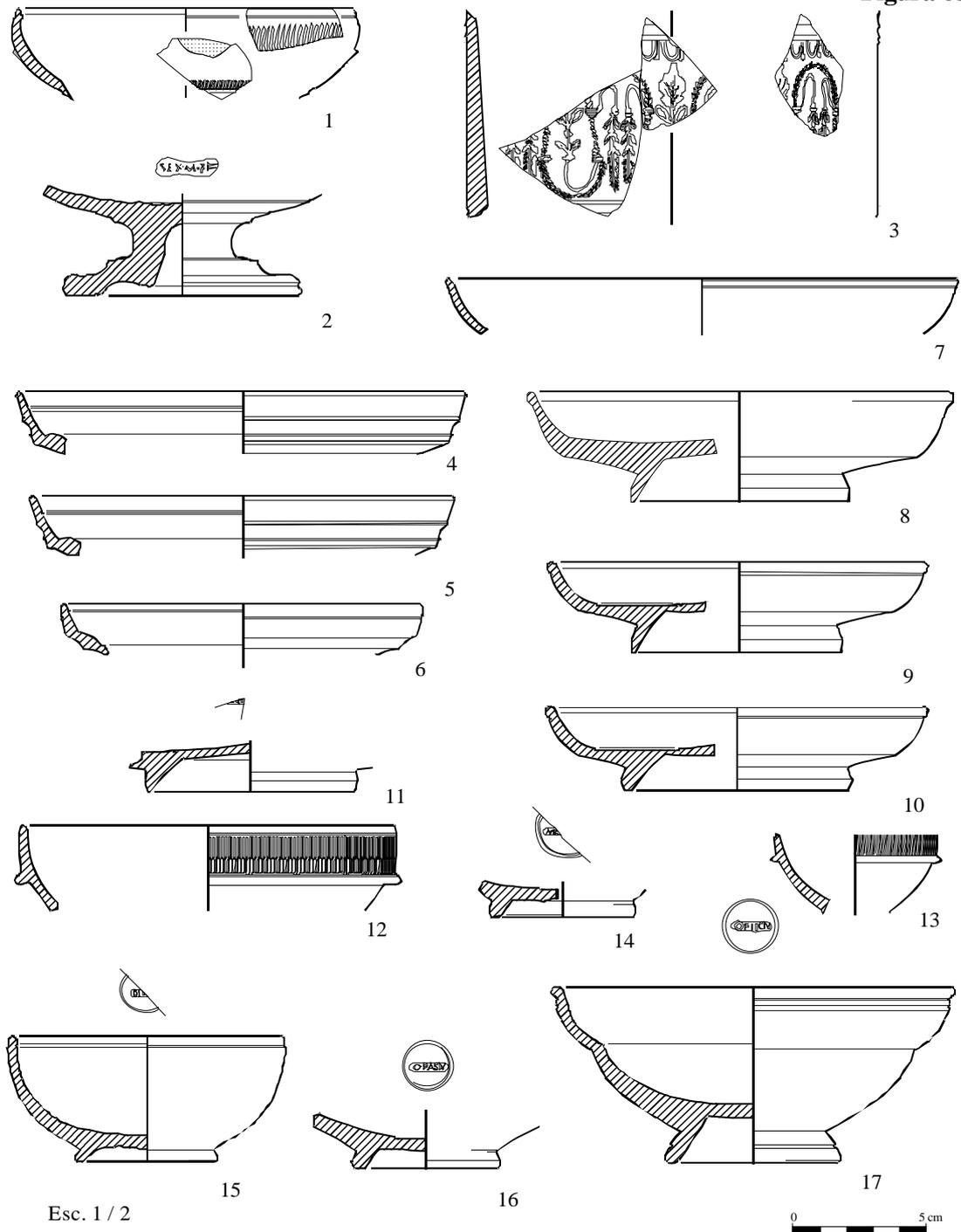


Figura 68- Vasos de *terra sigillata* recolhidos no contexto da estrutura negativa 9014: skyphos em fabrico de tipo itálico (1), cálice tardo-itálico (2), taça decorada sud-gálica (3) e pra tos (4-11) e taças (12-17), no mesmo fabrico.

A unidade estratigráfica 9514 correspondia a uma estrutura negativa em forma de calote esférica, afectada pela regularização para a construção do recinto funerário mencionado. No interior da fossa, que não podemos caracterizar de um ponto de vista funcional, pontuavam dois pesos de tear, fragmentos de uma taça em vidro azulado, da forma Isings 3, e de três vasos em *terra sigillata*, de fabrico sud-gálico. Um dos exemplares em *terra sigillata* possuía a particularidade de ser classificável na forma Vernhet A1, tipo pertencente aos denominados “fabricos flavianos”, iniciados cerca de 60 d.C. (PASSELAC e VERNHET 1993), mas correspondia a um fabrico marmoreado, denunciando, portanto, tratar-se de um vaso oriundo de La Graufesenque e do período de 40-70 d.C. Dos dois pratos Drag.18 que acompanhavam este vaso, apenas um conservava a marca: trata-se da impressão n.º 66 do catálogo, com uma datação situada entre 50 e 70 d.C. A conjugação dos dois indicadores cronológicos remete a formação de 9514 para o intervalo de 60-70 d.C.

A vala de fundação do alicerce do muro de recinto era visível apenas na zona da fachada Sul deste, onde alargava, onde foi registada uma laje em calcarenito, talhada, parcialmente incorporada no alicerce e no enchimento da referida vala (9522). Para além de outras inclusões, esta última unidade revelou dois pesos de pesca circulares, fragmentos de parede de formas inclassificáveis de vasos em *terra sigillata* e um fundo de prato Drag. 15/17, todos sud-gálicos, uma asa de ânfora da Classe 20/21-Dressel 14 em fabrico lusitano e fragmentos de cerâmica comum. O fundo mencionado ostentava a marca n.º 99 do catálogo, datável do período de 70 a 100 d.C.

A ausência de alguns fabricos de cerâmica fina (*terra sigillata* hispânica e clara africana) poderia não ser significativa por si só, dada a escassez de elementos datantes. Porém, esta informação, e a relação estratigráfica com as restantes unidades, em particular com a 9514 (ver *supra*), parece dar alguma consistência a uma proposta cronologia de edificação do recinto funerário num momento próximo do principado de Vespasiano.

No vértice SE da área escavada em 1999-2001 foi descoberto o embasamento quadrangular, maciço, e muro de recinto associado (4309), que provocaram a destruição de uma estrutura negativa de planta rectangular, apenas parcialmente reconhecida (4312) e escavada na unidade 8259 (unidade de preparação para a instalação do primeiro piso da “Via Norte” e estruturas relacionadas).

Próximo da unidade 4312, foram encontrados dois tijolos rectangulares, *bipedales*, em entidades do registo interpretadas como relacionadas com as acções de edificação do muro de recinto e embasamento referidos. Um deles possuía colagem com um fragmento

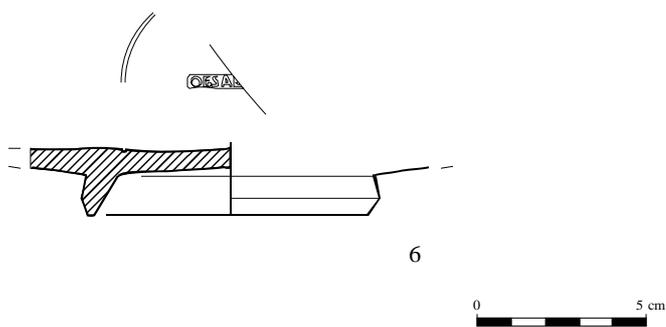
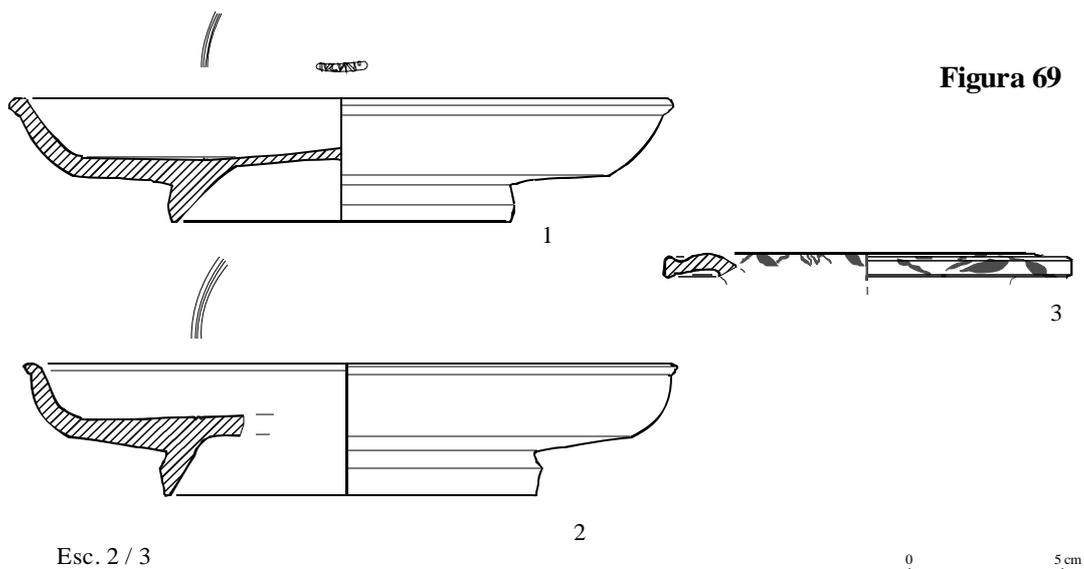
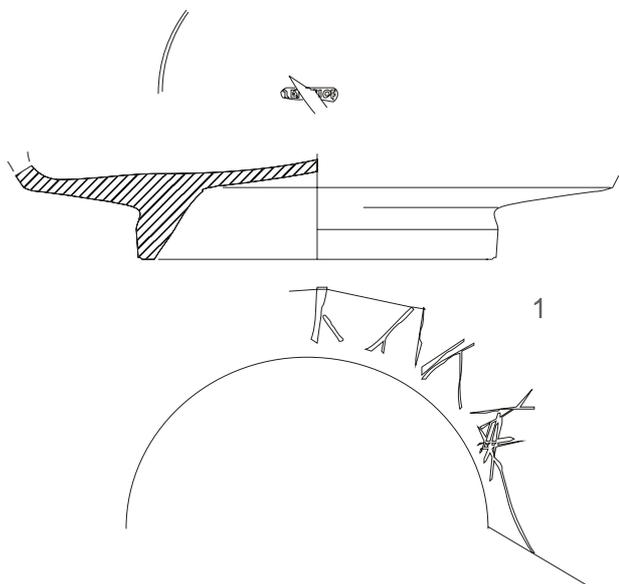


Figura 69- Vasos de *terra sigillata* recolhidos no contexto da estrutura negativa 9514 (1-3); fotografia da unidade estratigráfica 9514 em curso de escavação (5); fundo de prato recolhido em 9514 (6).

encontrado no interior da estrutura negativa, pelo que deveriam estar, originalmente, relacionados com ela. No seu enchimento não foram encontrados quaisquer vestígios, bio-antropológicos ou antracológicos, que sugerissem uma funcionalidade funerária. Contudo, dada a pouca potência conservada e a circunstância de 4312 e seu enchimento 4313 manterem uma relação clara de anterioridade com o muro 4309 (parte dos artefactos fôra absorvido pela argamassa), que as obliterou intensamente, aquela hipótese de funcionalidade não pode ser excluída.

A U.E. 4313 revelou vários fragmentos de um mesmo prato da forma Drag.18 em *terra sigillata* sud-gálica, com a marca n.º 105, datada com maior probabilidade do período 45-75 d.C. O prato marcado, único elemento datante do contexto, remete-o para uma cronologia lata, situada entre os principados de Cláudio e Vespasiano.



Esc. 2/3



Figura 70- Prato em *Terra sigillata* sud-gálica da U.E. 4313.

A totalidade do restantes vasos em *terra sigillata* comportando “*marcas de oleiro*”, recolhidos na Praça da Figueira, foi colectado em contextos de épocas não coevas à da sua execução (restantes acções da Fase III e Fases IV e V da periodização).

Decerto que a presença de uma parte destes vasos resultará de distintos eventos que terão tido lugar no âmbito funerário do espaço: banquetes funerários, libações, oferendas e

sepulturas destruídas pelas sucessivas acções. Mas, de facto, a maior parte da *terra sigillata* foi encontrada remobilizada nos contextos formados aquando dos acontecimentos que marcam a ruptura entre as fases III e IV, a aludida “desmonumentalização” da necrópole, e momentos posteriores.

Apesar deste enquadramento funerário, de que os vasos poderiam constituir um testemunho indirecto, ele está longe de poder ser garantido para a quase totalidade do conjunto: outras práticas comuns em época romana imperial poderão justificar a sua presença, como a utilização de pontos de despejo de desperdícios originados noutra quadro funcional urbano (lixeiras, montureiras), que certamente incluiriam vasos amortizados.

Neste sentido, e em função dos objectivos do presente trabalho, resultou algo decepcionante que nenhuma das impressões sobre fabricos hispânicos, sobre os quais se sente maior carência de datações contextuais precisas (BUXEDA I GARRIGÓS e TUSET I BERTRÁN 1995), tenha sido recolhida num enquadramento estratigráfico que permitisse fixar cronologias: para todos os exemplares será possível aventar datações posteriores às supostas para a marcação, nomeadamente porque estavam, invariavelmente, associados a formas de *terra sigillata* clara africana A de cronologias mais baixas.

Em sentido inverso, o facto de este grande conjunto de vasos constituírem uma amostragem de alguma expressão quantitativa, aleatória quanto aos mecanismos que estão na origem da sua atestação no local, autorizou o seu tratamento não diferenciado, e a interpretação do seu sentido feita de forma globalizante, relevante no âmbito do estudo da economia da cidade romana.

Apesar das limitações impostas pela história do local, foi de enorme valia o contributo das impressões sobre *sigillata* da Praça da Figueira para a definição das datas de formação de contextos essenciais para a compreensão da Necrópole Noroeste de *Olisipo*. Da sua análise, exposta no presente sub-capítulo, transpareceu a intensa actividade ocorrida, sobretudo, no principado de Nero, que parece corresponder a um dos mais importantes períodos edilícios no espaço funerário estudado.

Em função dos elementos disponíveis no momento, àquela mesma época corresponderá, com maior probabilidade, o início da utilização da área da actual Praça da Figueira como área funerária, não tendo sido encontrados elementos consistentes que a permitam recuar no tempo. Corroborando este entendimento apresentam-se os dados

colhidos na escavação da Encosta de Santana 2002, para onde se desenvolvia a Necrópole Noroeste: o espólio associado à sepultura mais antiga datável encontrada no local (MURALHA et al. 2002), um *ustrinum*, correspondia a um prato Drag. 18 sud-gálico, com “marca de oleiro” de *Ardacus* de La Graufesenque, datada de 45-60 d.C. (ver Anexo B), mas este indicador terá que ser colocado em relação com o restante “mobiliário”, no qual avulta uma taça em “cerâmica de paredes finas”, no fabrico bético denominado de “casca de ovo”, que remete já, pelo mais cedo, para o principado de Nero (LOPES MULLOR 1989).

Mas as práticas funerárias da Praça da Figueira constituem uma consequência da existência de um eixo estruturante do espaço: a “Via Norte” de *Olisipo*.

Segundo os dados colhidos na Praça da Figueira, esta estrutura terá sido edificada durante os principados de Tibério e Cláudio e com uma orientação ligeiramente distinta, conforme se mencionou a propósito dos contextos da Fase II. Nesta época, a ocupação do espaço lateral a este eixo principal, pontual, é-nos de finalidade desconhecida.

Um pouco mais tarde, provavelmente sob Cláudio, edificou-se a “Via Secundária”, perpendicular à “Via Norte” de *Olisipo*, talvez uma travessia do Vale da Baixa, embora seja legítimo colocar como hipótese o tratar-se de um primeiro acesso ao vizinho circo.

Nos momentos iniciais da Fase III a “Via Norte” seria alvo de profunda reformulação, e os materiais recolhidos nos contextos associados a esta, particularmente a *terra sigillata*, apontam para uma cronologia situável entre Cláudio e Nero. Desconhece-se se as actividades construtivas que incluíram esta intervenção urbanística foram executadas na sequência de um novo programa para esta zona do *suburbia* olisiponense, como já foi sugerido (SILVA 1997 e 1999), ou se se tratou de uma reforma mais particularizada.

De qualquer das formas, os elementos colectados nas intervenções da Praça da Figueira, apontam para uma rápida ocupação do espaço com finalidade funerária, compreendendo edifícios complexos, ocorrida durante o período de Nero.

O principado daquele Imperador parece, portanto, corresponder a um momento de actividade edilícia de relativa intensidade na área da actual Praça da Figueira, sugerindo este elemento e as obras de renovação do Teatro Romano de Lisboa, promovidas pelo Augustal *Caius Heius Primus* na mesma época (HAUSCHILD 1990), poder tratar-se de um fenómeno urbanístico de âmbito mais alargado, ocorrido na cidade de *Olisipo*.

Figura 71

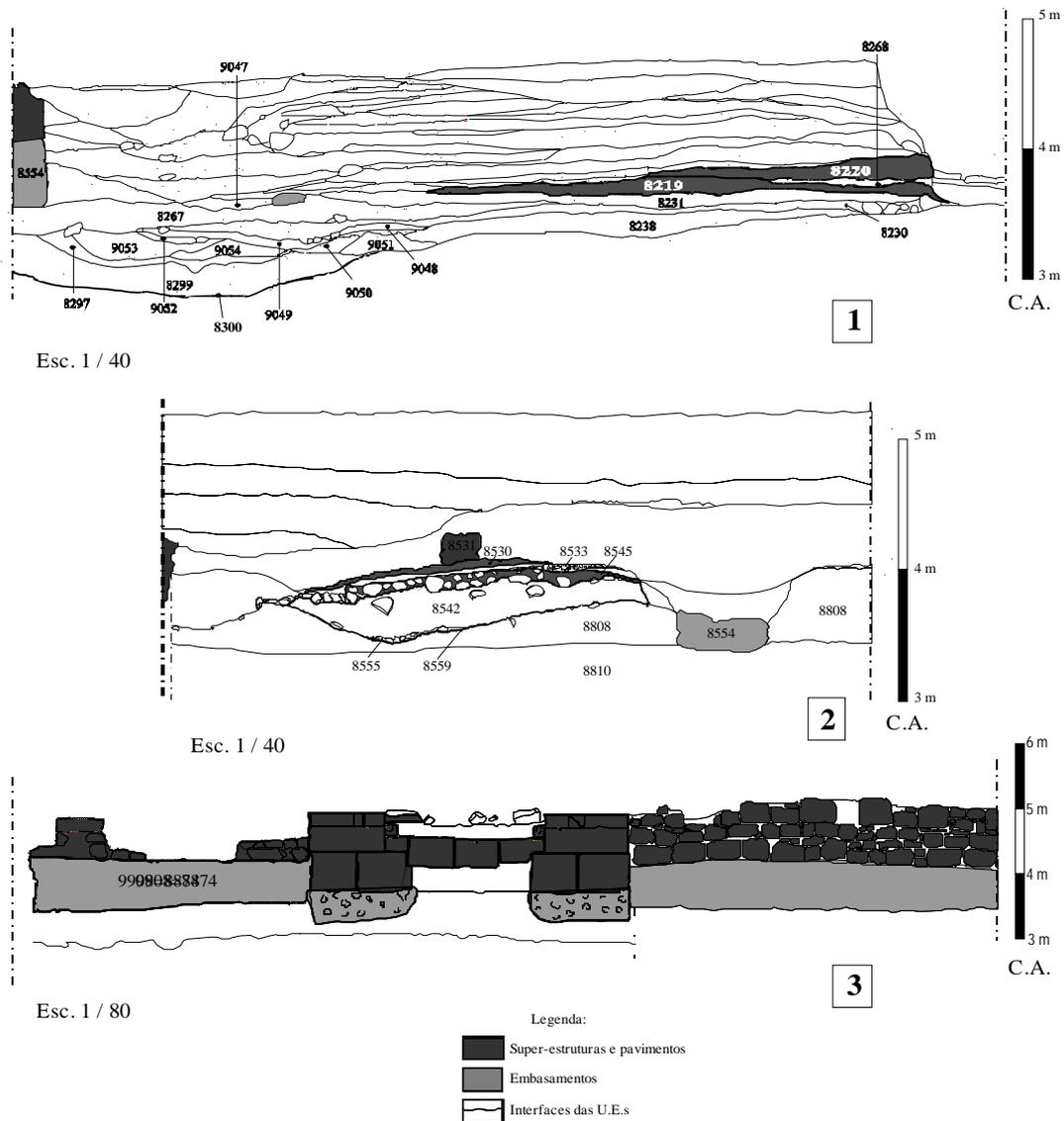


Figura 71 - Três leituras estratigráficas da ocupação romana da Praça da Figueira:

- 1- Perfil Norte em F 8/9, com indicação do primeiro piso da “Via Norte” de *Olisipœ* da U.E.830 0;
- 2- Perfil Este em F 7, com indicação dos dois pisos da “Via Secundária” e U.E.8559.
- 3- Perfil interno e alçado da área funerária com porta porticada, com indicação da U.E.9 908/8874.

## 8. Considerações finais.

### Questões prévias...

O enorme volume de estudos sobre a *terra sigillata* produzidos ao longo de mais de um século de investigação pôs em evidência múltiplas qualidades que hoje se reconhece ao “grupo cerâmico”, desde o seu fácil reconhecimento e identificação até, e sobretudo, à qualificação da informação cronológica e de origem que os vasos geralmente encerram, razão porque hoje constitui um domínio especializado de pesquisa a que é atribuída uma determinada peculiaridade.

Antes de aprofundar, especificamente, a análise global do significado do conjunto de “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira, interessa questionar se este carácter distintivo conferido pela arqueologia ao “grupo cerâmico” teve algum tipo de correspondência na antiguidade, em particular no que respeita à história económica alto-imperial romana: isto é, se seria dotado de uma eventual especificidade enquanto produto e os diferentes significados assumidos pelo seu consumo.

Quanto ao primeiro aspecto, deverá considerar-se as menções literárias às designações porque era conhecida, as indicações que a esse respeito foram até agora proporcionadas pela epigrafia sigilar, mas também os elementos proporcionados por contextos arqueológicos específicos no âmbito do seu transporte, comercialização e consumo.

As menções das fontes literárias da Antiguidade a fabricos de olaria assimiláveis à *terra sigillata* são limitadas e resumem-se a umas poucas referências, pontuais. As mais antigas datam dos primeiros anos do século II a.C. e correspondem a “*samiis vasis*”, expressão que ocorre em duas falas de textos dramaturgicos de Plauto, *Bachides* e *Captiui*, com probabilidade assignáveis à *terra sigillata* oriental A (RIZZO 2003: pág. 63). A equivalência desta designação a cerâmicas de barro vermelho revestidas à mesma cor encontra-se corroborada por um texto bastante tardio, de Santo Isidoro de Sevilha, que transmite a convicção de que teria sido na ilha helénica que o procedimento havia sido inventado (Idem e nota 2). Outra referência, bem mais conhecida, é da autoria de “Plínio, O Velho”, que nas *Naturalis Historia* elencou um conjunto de distintas produções oleiras a que se atribuíam proveniências de *Samos*, *Arretium*, *Pergamum*, *Surrentum*, *Hasta*, *Saguntum* e *Pollentia* (PUCCI 1985: pág. 365; RIZZO 2003: pág. 63 e nota 1), passíveis, parcialmente, de se identificar com *sigillatas*.

Sendo possível que outras denominações tenham sido aplicadas no mundo romano, considerando a sua extensa área geográfica, a correspondente diversidade cultural e a longevidade da categoria cerâmica, o termo utilizado em ambiente cultural itálico na época de Augusto para se referir à *terra sigillata* de tipo itálico correspondia à adjectivação *arretinum/arretina vasa* (Idem).

As indicações transmitidas pela epigrafia sigilar corroboram este entendimento, estando atestado o emprego do termo em impressões executadas sobre fabricos gálicos e orientais que procuraram copiar os modelos itálicos (POLAK 2000; KENRICK 2000), mas também em produções itálicas não arretinas, de Pozzuoli (BELTRÁN LLORIS LLORIS 1990: pág. 66). Neste último caso, a utilização da expressão *arret(inum) ver(um)* (Idem) confirma que à designação, e em consequência ao vaso, estava associado um atributo, distintivo, de qualidade.

Os contextos arqueológicos correspondentes ao trânsito e comercialização de mercadorias, parecem corroborar a especificidade da *sigillata* enquanto produto, sugerida pelo uso de uma denominação própria. A essa conclusão chegou Michael Rhodes a partir da repertoriação crítica dos casos de lojas de olaria, armazéns de cerâmica, pontos de descarga e/ou de descarte portuário, naufrágios e outras cargas em trânsito, conhecidos à data da sua publicação (RHODES 1989).

O transporte marítimo parece indicar que, nos navios mercantes de maior porte, portanto os que percorriam a maior parte do trajecto que ligava os centros de produção aos locais de consumo e de redistribuição, os vasos em *sigillata* eram “complementares” em termos de calado face aos produtos alimentares transportados em ânforas (caso de Port Vendres II- COLLS et al. 1977) ou outros produtos “pesados” (telhas no naufrágio de Pudding Pan Rock, apesar do número de *sigillata* e vasos de “verniz negro” de Lezoux- RHODES 1989: pág.46), aparecendo isoladamente ou em associação a outros “produtos” específicos (lucernas, vidros, paredes finas e terracotas - Idem).

Nos casos de certos pontos portuários de recepção e redistribuição, quer fluviais quer marítimos, a presença largamente maioritária da *sigillata* em relação a outros “produtos” parece indicar uma maior especificidade dos locais respectivos e deste momento do trânsito (La Nautique / Narbonne- GUY et al. 1978, “London Bridge 1830” e “Regis House” / Londres – RHODES 1986). Contudo, as poucas cargas conhecidas, marítimas e terrestres, relativas ao transporte daqueles locais para pontos secundários de redistribuição, matizam o panorama antes definido, como sugerem os elementos proporcionados pela pequena embarcação conhecida como Cala Culip IV (86 ânforas, 1475 vasos de paredes finas, 42

lucernas e 2761 vasos de sigillata de La Graufesenque- NIETO PRIETO 2001: pág. 19) ou a “caixa Atkinson” de Pompeia, não encetada aquando da erupção de 79 d.C. (14 vasos em *terra sigillata* de La Graufesenque e lucernas de fabrico norte-italico- RHODES 1989: pág. 45).

Outros enquadramentos geográficos, particularmente os locais desprovidos de acesso portuário, terão necessariamente apresentado outro tipo de soluções: Represas (Beja) poderá corresponder a uma *uilla* que desempenhou funções importantes no abastecimento de *terra sigillata* à cidade próxima de *Pax Iulia* ao longo de várias centúrias (LOPES 1994), mas a inexistência de quaisquer escavações conhecidas no sítio que documentasse estruturas arquitectónicas compatíveis com a função proposta, e a própria longevidade do suposto papel desempenhado no comércio de “cerâmicas finas romanas”, constituem objecções de relevo.

Os contextos arqueológicos interpretados como correspondentes a pontos de venda da *sigillata* no âmbito dos povoados são mais expressivos da especificidade do “grupo cerâmico”.

As “lojas” conhecidas até ao momento em cidades de alguma importância (RHODES 1989: pp. 52 - 55) sugerem uma relação estreita urbanística entre elas e os eixos viários fundamentais, sendo encontradas normalmente muito próximas do *forum*, mesmo quando se trata de aglomerados dotados de portos movimentados (*Aquincum*, *Cosa*, Colchester, Corbridge e Wroxeter- Idem: pág. 49; RHODES 1986: pág. 201; à listagem acrescente-se Obberwinterthur- EBNÖTHER et al. 1994). Situação similar ocorre quando estão associadas a assentamentos militares, tendo sido encontradas em localização comparável à dos aglomerados urbanos, isto é, próximas da *principia* (Idem).

Noutro sentido, a maioria das “lojas” até agora reconhecidas evidenciou ou exclusivamente vasos em *terra sigillata*, ou estes associados a outros “artefactos delicados” (vidro, estatuetas em terracota, outras “cerâmicas finas”) ou muito específicos, como os almofarizes (RHODES 1989: pp. 52-55).

O conjunto de elementos apresentado parece, portanto, fundamentar uma proposta de reconhecimento da especificidade dos vasos em *terra sigillata* enquanto produto, válida para áreas geográficas e contextos culturais muito distintos, datados do período que interessa no âmbito do presente trabalho.

O outro aspecto a ter em consideração prévia, respeita ao próprio significado cultural e social do consumo dos vasos. Os dados proporcionados pela arqueologia são abundantes, mas nem sempre de fácil interpretação. Se para os locais de carácter militar, certos sítios

rurais ou funerários se conhecem mais ou menos bem os contornos funcionais e sociais de formação dos contextos arqueológicos, para boa parte dos restantes os elementos de caracterização são insuficientes, em particular os de carácter urbano.

O estudo dos sítios militares romanos ocidentais e dos *limites* germânicos dos séculos I a.C. e I d.C., permitiu atestar que este tipo de fabricos se encontra estreitamente vinculado a “uma determinada forma de estar romana”, e que o abastecimento deste tipo de vasos se constituiu numa necessidade fundamental para os elementos do exército (MORILLO CERDÁN et al. 2003: pág. 303) a par de outros bens como os alimentares (Idem; CARRERAS MONFORT 1999) ou a própria moeda (WELLS 1992 apud DESBAT et al. 1997: pág. 238).

O carácter eminentemente “romano” do consumo de *sigillata* resulta evidente da análise comparativa entre sítios de diferentes características: veja-se a disparidade entre o número de “marcas” de fabricos itálicos revelado em sítios do Noroeste Peninsular com ocupação militar e apresentado pelos povoados indígenas próximos (PÉREZ GONZÁLEZ 1989; MORILLO CERDÁN et al. 2003), ou os achados conhecidos, também de *sigillata* itálica, que se verificaram nos *castella* do SO da Hispânia, próximos a povoados onde se desconhece a presença daquela cerâmica fina (MAIA 1987), ou ainda o número elevado de marcas gálicas repertoriado nos estabelecimentos militares da *Germania Inferior*, de que Vechten é um caso expressivo (POLAK 2000).

O carácter específico da *terra sigillata* provocou, inclusive, o surgimento do seu fabrico nalguns sítios legionários, de capacidade de compulsão muito diferente, como os vasos assinados “P.FLOS”, produzidos em Haltern, e talvez em simultâneo em Colónia, presentes em Neuss, Anreppen, Mainz, Wiesbaden e Andernach (VON SCHNURBEIN 2003: pp. 95-96), ou os assinados por “L.TERENTIVS”, “VRNE/VRKE” e “I.R/I.K”, com origem em Herrera de Pisuerga (PÉREZ GONZALEZ 1989: pp. 391-397), de produção escassa e difusão mais restrita, mas onde um dos oleiros se assumiu, epigraficamente, como figlinário da legião (Idem).

Mesmo que a importância atribuída ao exército na disseminação do uso e comercialização da *terra sigillata* no Ocidente durante o principado de Augusto tenha sido recentemente revista, e lhe seja hoje atribuído um papel importante, mas longe de exclusivo (WELLS 1992 apud DESBAT et alii 1997: pág. 238), ao longo do século I d.C. os vasos em *sigillata* permaneceram um produto especialmente apreciado em contextos militares, podendo-se exemplificar esta condição com a disparidade de resultados obtidos no estudo

comparado entre o assentamento militar de *Vindonissa* e o *uicus*, próximo, de *Viturdum* (PAULI-GABI e MEYER-FREULER 1999, especialmente pp. 28-30).

Sucessora de uma tradição anterior, das cerâmicas de “verniz negro” itálicas, a *sigillata* assumiu-se como elemento de romanidade, e a expansão do seu uso traduz um pouco o ritmo da integração dos espaços no mundo romano.

Neste sentido, e como elemento de avaliação prévia ao consumo de *terra sigillata* em *Olisipo*, os dados sobre os momentos iniciais do processo de integração do Estuário do Tejo no mundo romano apresentam-se contraditórios: os poucos elementos disponíveis para o território parecem indicar a existência de contactos itálicos prévios às campanhas de *Decimus Junius Brutus* (SOUSA 1996a), ao passo que os indicadores colhidos no povoado, abundantes no Castelo de São Jorge, apontam para um grande impacto da intervenção militar de 138 a.C., desprovida de testemunhos materiais antecedentes (PIMENTA 2004).

A procura de cerâmicas finas de tipo romano na região, no século I a.C., poderá ter-se devido, em parte, à fixação de indivíduos já fortemente romanizados, incluindo itálicos de origem. A epigrafia atesta a presença deste tipo de onomástica (RIBEIRO 1994: pág. 85), mas é posterior em um século ou dois, e não pode por isso ser utilizada como argumento sólido. Por outro lado, as intervenções arqueológicas na cidade e na região não proporcionaram ainda evidências de assentamentos dos séculos II e I a.C. com uma arquitectura caracteristicamente romana, e a existência de sítios de pequena dimensão, dedicados à exploração agro-pecuária, é anterior à incorporação do território na esfera de Roma (ARRUDA 1993; CARDOSO 1994).

No entanto, outros dados arqueológicos, como a cerâmica de tipo campaniense e respectivas imitações, usualmente consideradas como bom indicador do processo de romanização (ARRUDA 1993), ocorrem com frequência em sítios da região com continuidade de ocupação atestada para épocas posteriores, alto-imperiais: Prazeres (Lisboa- informação inédita do autor), Cacilhas (Almada- SOUSA 1996a: pág. 41) e *uillae* de Armez, Casal de Pianos, Ermidas, Funchal, Marcador, São Miguel de Odrinhas, São Marcos, Granja dos Serrões, Casal do Silvério (Sintra- Idem: pp. 45- 46), Freiria e Miroiços (Cascais- Idem: pp. 42-43). O mesmo panorama, embora com uma distribuição mais alargada, é apresentado pelas ânforas deste período, que aliás integravam as mesmas cargas no transporte marítimo que trouxe ambas as classes cerâmicas à região (FABIÃO 1993: pág. 248).

A despeito das necessárias cautelas a adoptar na interpretação de informação proveniente de contextos pouco esclarecedores, como parece ser o caso, dado não haver

referência à ocorrência daquelas cerâmicas em estratigrafia coeva para os sítios do *ager* (Idem), é admissível, a partir deste tipo de evidência, a relativa precocidade da romanização do território face ao contexto da fachada atlântica peninsular (MANTAS 1990, RIBEIRO 1994), o que significa que muitos dos locais citados poderão ter tido origem em época tardo-republicana, ou sofrido então forte impulso integrador.

Os elementos enunciados preconizam, noutro sentido, que não só boa parte dos circuitos regionais de redistribuição que serviriam depois para a disseminação da *terra sigillata* já se encontravam estabelecidos, como, também, que o tipo de hábito de consumo se encontrava enraizado à data, ao menos entre os habitantes da península de Lisboa. Pode-se, neste âmbito, perspectivar que o porto de *Olisipo* terá funcionado como pólo redistribuidor das importações no Estuário do Tejo.

Subsiste, neste âmbito, a problemática colocada pelos elementos colhidos na cidade, especificamente a escassez de importações atestadas para os dois primeiros terços do séc. I a.C.: no Castelo de São Jorge, a zona de cumeada do povoado, a presença de campaniense B é reduzida e a C está ausente (em estudo pelo autor, em colaboração), o que concorda com a informação proporcionada pelas ânforas (PIMENTA 2003 e 2004); também no povoado, mas nas margens do rio, na Rua de São João da Praça, os dados não se apresentam muito distintos (LEITÃO et al. 2004).

É possível que, ao longo deste lapso de tempo, outros locais tenham assumido maior importância no contexto da circulação de produtos no Baixo Tejo: isso está comprovado para Santarém, que assume lugar de destaque a partir do segundo terço do século I a.C., mormente com a presença de César (VIEGAS 2003a), mas ignora-se o papel desempenhado pelas baías e enseadas da área do estuário de comprovada utilização na Antiguidade, que podem ter detido uma relevância um pouco além da sua suposta complementaridade, casos de Colares, Cascais ou Cacilhas.

Neste último sítio, que prosseguiria em época romana imperial a sua ocupação como atestam as unidades de transformação de pescado ali encontradas (AMARO 1994; SANTOS et al. 1996), a ocupação do século I a.C. está comprovada por material cerâmico (Idem). Esta atestação de actividade da baía/enseada de Cacilhas nos finais da tardo-república deverá ser colocada em relação com o sítio que serviria portuariamente, Almaraz, o outro grande povoado sidérico da embocadura do Tejo (para além de *Olisipo*), de onde foi dado a conhecer um conjunto de materiais que incluía um núcleo relevante de ânforas dos finais da república (Classes 4, 5, 32 e Lomba do Canho 67), acompanhado de “cerâmica campaniense”, “cerâmica de paredes finas” e uma lucerna (BARROS e

HENRIQUES 1997). Como apontamento, refira-se que o elemento conhecido que documenta a última fase de ocupação do povoado de Almaraz é um fundo, não classificável, em *terra sigillata* de tipo itálico (Idem: pp. 101 e 106, n.º 46).

O caso de Cacilhas poderá constituir um exemplo de uma situação similar ocorrida noutros locais da região estuarina do Tejo, incluindo a aparentemente importante mancha de sítios da margem Norte que proporcionaram recolhas de material tardo-republicano, que poderão explicar a escassez de testemunhos assignáveis às décadas centrais do século I a.C. em *Olisipo*. A hipótese carece, contudo, de suporte material bem mais sólido que a fundamente.

### **... as “marcas de oleiro” da Praça da Figueira no tempo...**

O método de avaliação diacrónica das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* mais comumente adoptado na investigação (ex.: MAYET 1978, MAYET e BOURGEOIS 1991; TYERS 1993: pág. 127), em especial na portuguesa (DIAS 1977, DIAS 1978, FARIA et al. 1987, CARVALHO 1994, MORAIS 1998a, QUARESMA 2002, VIEGAS 2003a, 2003b e 2003c) adopta os períodos de laboração das oficinas, distribuindo por principados os oleiros representados num sítio.

Outras metodologias vêm sendo também aplicadas, como o cálculo do “volume médio anual de importação”, que parte do pressuposto de que a cada grupo de produção de *sigillata* –itálico, gálico, hispânico e africano- corresponde um determinado período principal de importação em função de um quadro regional das importações definido previamente. Esta abordagem, empregue pela primeira vez em 1994 por Maria da Conceição Lopes a propósito e no contexto do material de Represas (LOPES 1994: pág. 95 e seguintes), vem desde então sendo adoptada em trabalhos recentes portugueses para outros sítios, nomeadamente os referentes aos conjuntos recolhidos em Santarém (VIEGAS 2003a), Braga (MORAIS 1998) e Monte Mózinho (CARVALHO 1994), e trata as “marcas de oleiro” de forma diferenciada, utilizando os princípios metodológicos expostos no parágrafo anterior.

Dias Diogo, em 1980, aproveitou os seus *corpora* de “marcas de oleiro” itálicas e gálicas em Portugal para efectuar o balanço das flutuações de importação de *terra sigillata* com aquelas origens (DIOGO 1980a, 1980b e 1984). Apercebendo-se da diferente representatividade de marcas face ao número de vasos, e do peso na amostragem dos resultados obtidos em Conímbriga, utiliza este sítio como referência para a calibração dos valores das frequências: partindo de uma proporção de 48 marcas para 744 vasos ali

contabilizados para as produções itálicas, estabelece uma relação de representatividade de cada marca de 1 para 15,5 vasos; adoptou o mesmo procedimento para a produção sud-gálica, obtendo uma relação de representatividade de 1 marca para 12 vasos, resultante da presença de 132 marcas em 1584 vasos identificados (DIOGO 1980a: pág. 6). Da mesma forma, para a aferição das frequências das “marcas de oleiro”, contabilizou cada exemplar ao longo do seu respectivo espectro cronológico, procedendo depois ao somatório dos valores absolutos obtidos no interior de intervalos temporais regulares e à sua conversão em percentagem face ao total (Idem).

Os estudos de Marinus Polak sobre as “marcas de oleiro” da *terra sigillata* sud-gálica de La Graufesenque, recolhidas no sítio holandês de Vechten, visaram outro tipo de objectivos, nomeadamente a definição morfométrica da evolução diacrónica dos vasos (POLAK 1994 e 2000). Já foram antes explicitados neste trabalho os pressupostos distintos assumidos por Polak, comuns também a Kenrick, Hartley e Dickinson (KENRICK 2000, HARTLEY *apud* TYERS 1996), de que importa referir, de novo, a preocupação de definição cronológica das marcas propriamente ditas, obtida a partir de “contextos datados externamente”, da atenção aos respectivos suportes formais e da suposta diacronia de utilização dos punções que se manifesta na sua progressiva degradação.

Para a aferição dos elementos que pretendeu atingir, Polak considerou a distribuição do valor unitário de cada impressão ao longo de intervalos cronológicos de cinco anos (POLAK 2000: pág. 401- Appendix B). Assim, a uma marca executada com um punção a que é atribuída um período de utilização entre 45 e 70 d.C. corresponderá um valor de 0,20, distribuído pelos diferentes intervalos 45-49, 50-54, 55-59, 60-64 e 65-70 (Idem).

Comparativamente, esta última opção metodológica parece apresentar algumas vantagens em relação aos métodos antes citados: a avaliação obtida pelos valores do “volume médio de importação” escamoteiam as frequências dos vasos que não se situam dentro do quadro geral percebido para o Ocidente peninsular, predefinido, e que pode não corresponder necessariamente à história de um sítio determinado; no que diz respeito aos cálculos que consideram os espectros cronológicos de laboração de cada *officina*, a presença num local de uma impressão atribuída a uma determinada olaria não pressupõe que esta tenha para aí exportado os seus produtos ao longo de todo o período da sua laboração; finalmente, o cômputo elaborado através da contabilização do valor unitário de cada marca ao longo da baliza cronológica da respectiva olaria, confere grande distorção ao somatório total, derivado da mesma problemática da metodologia antes referida mas, e sobretudo, da relação que assim se estabelece entre a extensão do intervalo e a sua efectiva

representatividade, onde às marcas de intervalo longo é conferido maior peso, ao passo que, pelo contrário, são subvalorizadas as marcas de mais curto intervalo, que detêm uma datação mais precisa.

A metodologia proposta por Marinus Polak, ao partir da datação da impressão e não do tempo de laboração dos oleiros, obvia alguns dos problemas apontados, e, também, ao distribuir o valor unitário de cada marca por intervalos regulares, acaba por traduzir estatisticamente o grau de probabilidade de atribuição cronológica de cada marca, ultrapassando assim as dificuldades de ponderação dos resultados obtidos para os totais. Foi, por estas razões, adoptada no presente trabalho para a avaliação dos ritmos de importação para os diferentes locais e sítios do ocidente peninsular considerados, tendo-se optado também por fazer representar os dados em valores unitários de frequência de marca, por se ter entendido traduzirem melhor a representatividade quantitativa dos diferentes grupos e das diferentes amostragens.

Contudo, permanece por resolver a questão da frequência de marcação. A título de exemplo, Stephen Marsh, ao elaborar o estudo do volume de importação de *sigillata* gálica na *Britannia* ao longo dos séculos I e II d.C. partiu do pressuposto de que a cada vaso corresponde uma representatividade diferente em função do centro de onde é originária, da cronologia dentro deste e da tipologia formal presente na amostragem (MARSH 1981 *apud* TYERS 1996: pp. 40-41). O investigador britânico concluiu da existência de ciclos regulares de maior ou menor compulsão de vasos com uma duração de cerca de 20 anos (“Curvas de Marsh”- *Idem*: pág. 41), pelo que na sua apreciação de vasos e/ou “marcas de oleiro”, ponderou que a representatividade de um exemplar em *terra sigillata* gálica da época de Trajano corresponderia a três do período inicial dos Flávios e a, de um e meio a três, para o período de 150-160 d.C. (*Idem*).

Este problema não se colocará relativamente aos fabricos de *sigillata* itálica presentes na Praça da Figueira, pois eram quase invariavelmente marcados. Mas coloca-se, com pertinência, para as referidas produções gálicas, atestadas no local, que registam uma diminuição nos hábitos de marcação em relação a tipos formais específicos a partir de 60 d.C., e em relação aos fabricos hispânicos, que registam uma grande irregularidade de marcação em todas as formas. Esta observação justifica a advertência de os gráficos obtidos não poderem ser lidos de forma linear e directa, não se tendo encontrando solução para o problema colocado pelos dois últimos grupos de produção citados.

Tomando como indicador a proporção de impressões presentes na Praça da Figueira (Gráfico 5, *infra*), está documentada uma importação relevante de vasos desde 5 a.C.,

muito embora seja admissível a existência de vasos mais antigos, que contudo não recuarão da data de 20 a.C.

Ora, este elemento parece significativo, tomando em linha de conta que os contextos de cronologia mais recuada escavados no local são, seguramente, posteriores a 15 d.C. (ver supra, Capítulo 4: pp. 39-43; Capítulo 7: pp. 226-232). Ele comprova que, na época de Tibério e em *Olisipo*, existe uma quantidade de vasos já antigos entre a “massa circulante” de *terra sigillata* de tipo itálico (tomando emprestado o termo da história monetária e empregando-o aqui em sentido similar).

### GRÁFICO 5

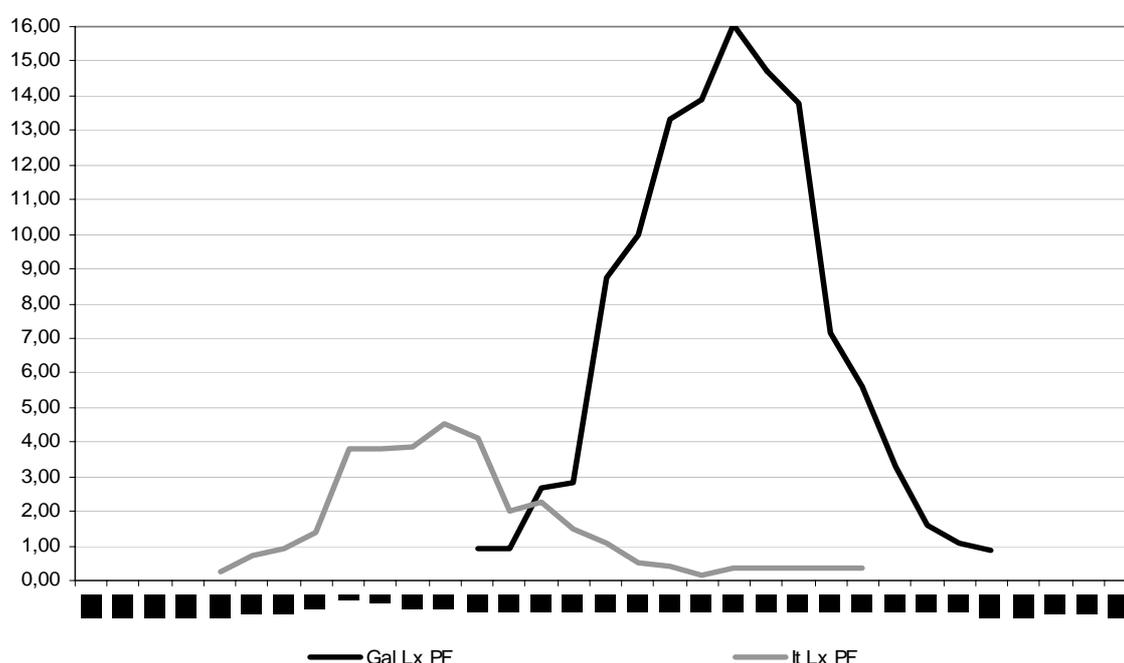


Gráfico 5- Frequências da ocorrência quinzenal de “marcas de oleiro” dos grupos itálico e gálico da Praça da Figueira.

Este dado presta-se a explicações múltiplas, que podem, inclusive, ser parcialmente cumulativas: ou traduz especiais hábitos no manuseamento dos vasos de *sigillata*, que incluem cuidados na sua manutenção e preservação conferindo-lhes assim maior longevidade; ou significa a existência de um período, compreendido entre a mudança da Era e aos inícios do principado de Tibério (ver gráfico 5, supra), em que se teria verificado um maior volume de importação, pelo que, a “massa circulante” de vasos compreendia um número mais elevado de vasos que permaneceram a uso; finalmente, esta existência de uma quantidade relevante de vasos mais antigos nos contextos posteriores do local pode

constituir uma evidência de dificuldades no aprovisionamento de *sigillata* em *Olisipo* na época de formação dos primeiros contextos da Fase II.

Salvaguardando as limitações quantitativas da amostragem, que condicionam à partida os resultados obtidos, os indicadores da Praça da Figueira apontam para um crescendo das importações de vasos, contínuo e paulatino, atingindo um pico nos meados-finais do principado de Nero.

Apesar de encerrar conteúdo económico, que poderá corresponder a um crescimento populacional e/ou ao incremento comercial e dos intercâmbios de *Olisipo* naquela época, este valor mais alto atingido com Nero não deverá, contudo, ser sobrevalorizado: por um lado, porque, como foi antes exposto ao tratar os aspectos contextuais e de faseamento, a década de '60 do século I d.C. deverá corresponder a um momento de especial actividade no local, podendo daí ter resultado uma maior acumulação de vasos na zona; por outro, porque na actividade de La Graufesenque, o centro produtor que então abastecia *Olisipo* de forma dominante, se regista uma quebra acentuada do hábito epigráfico a partir desta data (Daf; PASSELAC e VERNHET 1993; POLAK 2000).

No mesmo sentido do ponto anterior, a quebra abrupta das “marcas de oleiro” gálicas da Praça da Figueira, registada a partir de Vespasiano (Gráfico 5), corresponde a um ciclo de maior complexidade de análise: por um lado, ela deverá traduzir o período de quebra das importações com aquela origem, que na realidade deverá ter ocorrido de forma mais “suavizada”, por outro, porque corresponderá ao início da maior importância das importações de fabricos peninsulares béticos e riojanos (MAYET 1984, ROCA ROUMÉNS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999), mas também à introdução dos primeiros vasos em *terra sigillata* africana clara A. No seu conjunto, o principado de Vespasiano inaugura uma fase de maior competitividade entre a diversidade de origens dos vasos (gálica, africana e hispânica, e ainda, itálica- fabricos tardo-itálicos).

Por problemas intrínsecos aos estudos da *sigillata* hispânica (BUXEDA i GARRIGÓS e Tuset i BERTRÁN 1995), não foi possível atribuir cronologias precisas aos vasos da Praça da Figueira.

Contudo, segundo os investigadores mais dedicados ao estudo dos dois grandes centros produtores hispanos, a marcação dos vasos terá ali cessado nos meados do século II d.C. (MAYET 1984; ROCA ROUMÉNS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999). Por consequência, é admissível que a maior parte das “marcas de oleiro” identificadas se situem entre esta baliza e, no máximo, a década de 70 do século I d.C.. Este entendimento é reforçado pela circunstância de, nos contextos escavados na Praça da Figueira datados da

época de Nero, estarem quase ausentes vasos hispânicos (apenas na U.E. 9907 se documentaram dois fragmentos, já desprovidos de impressão- ver Capítulo 7, pp. 234-235), sugere que a sua importação significativa para *Olisipo* se terá iniciado apenas no principado de Vespasiano. A observação aparece corroborada por uma evidência negativa: a ausência, no sítio, de impressões imputáveis aos denominados “oleiros hispânicos precoces”, que se supõem activos sob Cláudio e Nero (PÈREZ GONZÁLEZ 1989; SERRANO RAMOS 1999a, SÀENZ PRECIADO 2000a).

A menor proporção das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* hispânica (22x), face ao número mais elevado dos grupos itálicos (33x) e gálicos (112x), é interpretável de várias formas. Deixando de parte a muito irregular frequência de marcação nos fabricos peninsulares, o factor concorrencial deverá ser determinante na expressão algo discreta dos fabricos hispânicos: ficou comprovado que os vasos oriundos da Gália meridional continuaram a chegar a *Olisipo* com alguma expressão mesmo em época de Domiciano (Gráfico 5, supra); as produções africanas de *terra sigillata* clara africana A, que estão presentes na Praça da Figueira de forma comedida na época flávia (em 729 fragmentos inventariados no momento, apenas foram detectados sete exemplos dos tipos Hayes 3a e 5a em *terra sigillata* clara africana A), irrompem no registo ao longo do século II d.C. em quantidades consideráveis (inventariada perto de centena e meia de fragmentos daquela produção classificáveis como das formas Hayes 8a,9a, 9b, 14a, 14b, 14/17 e 26); outras classes de materiais, como o vidro ou alguns fabricos locais/regionais em cerâmica comum poderão ter sido empregues com a mesma funcionalidade de vasos em *sigillata*, substituindo-os.

### **...as fontes de aprovisionamento...**

A amostragem obtida na Praça da Figueira é, relembre-se, reduzida. Por consequência, está limitada nos seus resultados, e deverá ser entendida como um indicador, que requer outros desenvolvimentos a produzir futuramente pela investigação sobre a mesma matéria. As observações produzidas sobre o possível significado do conjunto deverão ser, portanto, ser entendidas com as cautelas que a fraca expressão quantitativa aludida aconselha, constituindo tão só uma primeira abordagem.

Na Praça da Figueira documentaram-se fabricos itálicos oriundos de Arezzo, Pisa e Pozzuoli, e eventualmente, da Itália Central e Vale do Pó (ver gráfico 6).

No cômputo geral, os vasos oriundos de Arezzo são maioritários, mas devem essa posição à maior frequência de impressões saídas das oficinas de grande compulsão ligadas a *Publius Cornelius*, que à sua conta estão atestadas por sete vezes.

GRÁFICO 6

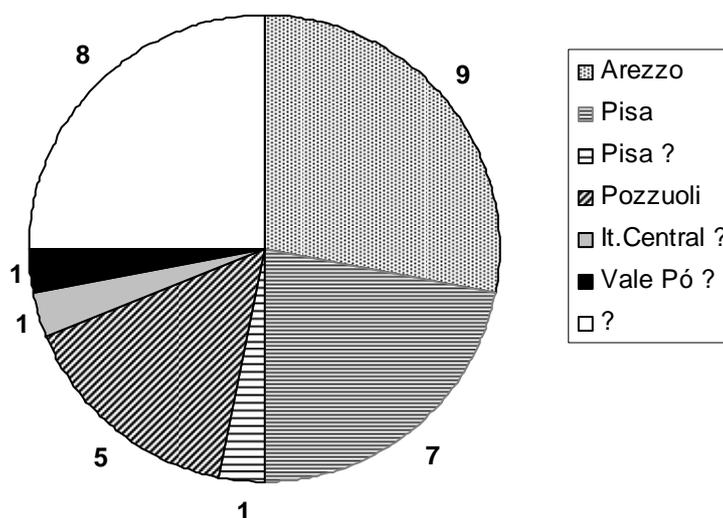


Gráfico 6- Gráfico polar representando as origens de sigillata do grupo itálico, de acordo com as “marcas de oleiro”.

Considerando os intervalos cronológicos atribuídos às marcas, até à última década d.C. não se comprovou no local lisboeta qualquer importação exterior a Arezzo, quadro que só parece alterar-se a partir de um momento situado nos últimos anos a.C.

Apesar de Arezzo manter alguma representatividade a partir daquela data, Pisa assume também lugar de destaque, sobretudo em virtude da deslocação para aí ocorrida das oficinas de *Cneus Ateius* em 5 a.C. (KENRICK 1997), sendo de notar que os oleiros atestados com esta origem não se esgotam nos das oficinas “ateianas”. De qualquer das formas, Pisa já constituía o porto marítimo de escoamento da produção de Arezzo, por força da relação de ambos os centros com o rio Arno, estavando bastante interligados no âmbito da produção e partilhando os mesmos circuitos comerciais (Idem).

A partir da mudança da Era, e prolongando-se pelas décadas seguintes, ocorrem também produtos com outras origens: Pozzuoli, Itália Central e Vale do Pó (na Sé Catedral comprovaram-se importações destes dois sítios e acrescentou-se também Vasanello- ver infra e Anexo B). Destes, destaca-se a posição atingida por Pozzuoli, com sete exemplares (dados, mais uma vez comprovados pelos da Sé Catedral, onde estão presentes mais três

marcas com esta origem - Idem), o que deverá resultar das relações estabelecidas entre o porto de *Olisipo* e o porto campano, um dos mais importantes centros portuários marítimos da Península Itálica, particularmente no abastecimento a Roma, papel que manteve até ser mais tarde suplantado por Óstia.

Excluindo-se as marcas de *Publius Cornelius*, para as quais se admite um intervalo superior até c.40 d.C., as importações mais tardias de *terra sigillata* de tipo itálico que compõem a amostragem mantêm este quadro, havendo a registar o desaparecimento da comprovação da importação de vasos de Arezzo a partir de 20 d.C. (na Sé esta situação é matizada pela ocorrência de uma impressão de *Caius Murrius*, datada de 15-35 d.C.- Anexo B, vide infra).

Com base no conjunto de vasos de tipo itálico conservando a marca, Pisa manteria ligações com *Olisipo*, constantes, e que teriam sequência com a produção tardo-itálica, na época minoritária face ao número de vasos gálicos meridionais. Os exemplares de marca tardo-itálica, vêm, aliás, documentar uma longevidade da conexão entre os dois portos até ao período de Nero-Vespasiano.

A importação olisiponense de vasos sud-gálicos está documentada na Praça da Figueira, com segurança, para o intervalo 20-40 d.C., a partir de elementos contextuais, tipos formais (ver *supra*, Capítulo 7), e também, seguramente, por marcas (o exemplar n.º **123**, pág. 197, não coloca reservas, mas outras impressões constantes do catálogo também abrangem este período).

O conjunto gálico estudado é bastante similar aos restantes conhecidos na Hispânia meridional, onde La Graufesenque funcionou, quase em exclusivo, como o grande centro abastecedor ao longo de um período lato, entre os principados de Cláudio e de Domiciano.

No entanto, e como se tem verificado para outros sítios, também na Praça da Figueira se atestou a presença de produtos gálicos com outras origens, circulando em simultâneo com vasos de La Graufesenque, embora de forma largamente minoritária: se a presença de um vaso de Le Rozier (marca n.º **94**, pág. 191) se compreende, dado tratar-se de um pequeno centro gerido pelos oleiros de La Graufesenque (THUAULT e VERNHET 1986), merece saliência a comprovada presença de um fabrico de Lezoux (exemplar n.º **82**, pág. 175), testemunhando a chegada de escassos vasos centro-gálicos. Complementando o quadro de importações gálicas, foram também recolhidos fragmentos de vasos imputáveis a Montans, representados de outras formas que não por marcas (ver *supra*, Quadro 10- pág. 239).

A importação de vasos oriundos de La Graufesenque está comprovada até aos últimos anos do século I d.C., época em que terá sofrido uma grande competitividade por parte das produções hispânicas, particularmente as lisas, mas também das primeiras importações de *terra sigillata* africana clara A, que iriam dominar depois toda a segunda metade do século II d.C.

Em função das dificuldades de atribuição de cronologias rigorosas às “marcas de oleiro” hispânicas, a que recorrentemente se aludiu neste trabalho (ver sub-capítulo 6.5.2., pp. 210-212), não existe absoluta segurança sobre o momento em que se verificaram as primeiras importações de *terra sigillata* produzida na península. Porém, e como se viu antes, os dados contextuais comprovaram a sua presença, parca e pontual, em contextos da Praça da Figueira da época de Nero (ver supra, Capítulo 7, em especial o Quadro 10, pág. 239 e fig.64, n.ºs 19 e 20, pág. 238, onde se representou uma taça Drag. 27, em que a pasta denuncia um fabrico de Andújar, e um fundo de prato Drag. 15/17, pelas mesmas razões assimilável ao grupo de Trício, encontrados ambos em J7).

Admitindo que a generalidade das marcas hispânicas presentes no local lisboeta se enquadra no período de maior compulsão de vasos dos dois grandes centros peninsulares, entre os Flávios e os meados do século II d.C. (MAYET 1984; ROCA ROUMÉNS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999), também estes se terão confrontado com a importância atingida em Lisboa pelas importações africanas, sobretudo a partir dos inícios do século II d.C.: se bem que os dados sejam ainda preliminares, o inventário das recolhas da intervenção de 1999-2001 (ainda não concluído), acusou a existência de 539 fragmentos de *terra sigillata* africana clara A (153 tipologicamente classificáveis), dos quais apenas sete eventualmente flavianos (cinco formas Hayes 3a e dois da forma Hayes 5a), contra os cento e quarenta e sete enquadráveis no período Antonino (estão presentes as formas Hayes 8a- 2x-, 9a -27x-, 3c- 12x-, 14a -16x-, 6b -2x-, 8b -1x-, 9b -33x-, 14b 6x-, 14/17 -11x- e 17 -32x).

As “marcas de oleiro” hispânicas da Praça da Figueira, o grupo de produção menos representado, comprovaram a importação dos dois grandes centros produtores peninsulares, estando ausente evidência, sob esta forma, para os restantes. Os centros oleiros assim documentados na Praça da Figueira mostram um predomínio de 13/5 do grupo de Trício sobre o de Andújar.

Este dado não deverá ser, contudo, sobrevalorizado, visto desconhecer-se a frequência de marcação em ambos os grupos: em Represas (Beja), por exemplo, o estudo de M. Conceição Lopes demonstrou, a partir da análise macroscópica das pastas, a

existência de uma repartição equilibrada entre ambas as produções, ao passo que as marcas revelaram uma relação de 35/16 entre impressões atribuíveis, respectivamente, ao grupo de Trício e a Andújar (LOPES 1994 e Anexo B), sugerindo que o hábito epigráfico seria menos frequente no centro da Bética.

Neste sentido, e apesar de estarmos perante um mercado repartido entre o centro tarraconense e o bético, é admissível quer uma relação equilibrada, quer um predomínio do grupo de La Rioja, que a verificar-se não seria esmagador.

Os estudos sobre *terra sigillata* hispânica vêm sublinhando a distinta forma de difusão dos produtos por parte dos dois grandes centros: Andújar, conectada por via fluvial e, depois, marítima, com boa representação no Norte de África (BOUBE 1965; MAYET 1984; SOTOMAYOR MURO et al. 1999); Trício, com uma comercialização dos produtos em larga escala feita por via terrestre, muito embora se admita uma canalização de vasos também para o litoral catalão via Ebro (MAYET 1984; SAÉNZ PRECIADO 1999).

Tomando como referência a amostragem da Praça da Figueira, o aprovisionamento de *Olisipo* em vasos de produção hispânica parece ter sido feito ambas as vias, marítima e terrestre.

Contudo, se o itinerário utilizado no aprovisionamento de vasos oriundos da Bética é consensual, por via marítima, o mesmo não se passa com os produtos riojanos que chegaram a Lisboa, porque não têm que, forçosamente, ter percorrido as vias terrestres em direcção a Mérida, considerada como o grande centro redistribuidor lusitano, comprovadamente dominante em relação a diversos outros locais do ocidente lusitano (MAYET 1978, 1984, 1990). De facto, o achado frequente de fabricos de Trício em diversos sítios do litoral hispânico, inclusive de forma preponderante em locais portuários da própria Bética, como *Baelo Claudia* (BOUGEOIS e MAYET 1991), bem como o papel redistribuidor a nível provincial reconhecido a outros portos, como por exemplo Valência (MONTESINOS I MARTÍNEZ 1992), sugerem um fluxo importante desta produção via Ebro e, depois, ao longo da costa peninsular, para ocidente.

### **...os oleiros atestados na Praça da Figueira...**

A amostragem de oleiros itálicos da Praça da Figueira é limitada, dispersa por um número proporcionalmente elevado de manufacturas: em vinte e oito impressões legíveis, estão presentes vinte/vinte e um oleiros, número que se reduz um pouco, se se considerar que quatro são dependentes de dois outros atestados no local.

O oleiro mais representado na Praça da Figueira é *Publius Cornelius*, com cinco exemplares e dois outros de escravos das suas oficinas. Trata-se de um dos produtores itálicos de maior volume de produção: possui abundante compulsão de vasos decorados fabricados a molde (TROSÓ 1991), é um dos “principais” com maior número de “dependentes” (KENRICK 2000: pp. 15-24) e está representado por uma ampla dispersão dos seus produtos em torno do Mediterrâneo, com incidência especial na Hispânia.

Os escravos deste oleiro atestados na Praça da Figueira, *Phart(enius ?)* e *Speratus*, apresentam uma capacidade de compulsão muito distinta, e parecem estar remetidos à produção de vasos lisos. Antes do presente trabalho, o primeiro era só conhecido por uma marca de Ampúrias, hoje desaparecida (OCK-CD ROM: vaso 26289). *Speratus*, por seu turno, é um dos mais prolíficos escravos de *Publius Cornelius*, conhecendo uma difusão alargada (OCK-CD-ROM).

Em concorrência na Hispânia com *Publius Cornelius*, encontrava-se *Cneus Ateius*. A Praça da Figueira revelou apenas uma impressão seguramente saída das suas oficinas, do tipo *planta pedis*, por consequência, tardia no quadro da laboração destas. A outra, que poderá também ser-lhe atribuída, menciona apenas o cognome, podendo, por isso, ter sido executada noutra enquadramento. A circunstância de apresentar de extremos bífidos, torna-a igualmente enquadrável num momento distante da actividade inicial das oficinas “ateianas”.

De âmbitos cronológicos anteriores, médio-tardo augústeos, são as marcas de dois escravos de *Cneus Ateius*: *Eros (?)* e *Primus*, qualquer deles de compulsão mediana.

Ainda do âmbito “ateiano”, foi documentada uma marca em *planta pedis* de *Xanthus*, aliás *Cneus Ateius Xanthus*, porque elaborada num período em que já obtivera a manumissão. Prolífico oleiro itálico, activo durante um longo período, possui produção marcada efectuada em Pisa, onde se desenrolou o essencial da actividade das suas oficinas, mas também em La Muette/Lyon, aqui isoladamente ou associado a *Zoilus* (KENRICK 2000: pág. 50).

Todos os restantes oleiros estão representados por apenas uma marca. Continuando a utilizar como critério de avaliação da capacidade de compulsão de vasos quer a dispersão, quer a frequência de ocorrências conhecidas (OCK-CD ROM), neles se poderia distinguir três grupos de produtores: o dos de grande compulsão, como *Hilarus/Nonius Naevius Hilarus*, *Murrius* e *A. Annius Crispus*; os de média capacidade, incluindo *Atticus iii*, *Caius Vibienus*, *Lucius Vibius*, *Ennius*, *Vrbanus* e *Volusus*; de menor representatividade, *Amandus i*, *Philargurus i* e *Tarquitius*. *SPE* constitui um caso particular, por se julgar

corresponder a oleiro ainda não identificado, mas será integrável necessariamente no último grupo enunciado.

O quadro das importações de *terra sigillata* de tipo itálico obtido a partir da amostragem de marcas da Praça da Figueira, apresenta alguns traços sugestivos no que se refere aos oleiros atestados no local, que parece de realçar.

Em primeiro lugar, a mais forte representatividade das grandes oficinas, com aquelas ligadas a *Publius Cornelius* em posição maioritária face às dos “ateianos”, fenómeno já antes documentado em Conimbriga, com base mais sólida (ALARCÃO 1975a: pág. 8). Esta supremacia tem significado económico, que parece acentuado pela cronologia das “marcas de oleiro” “ateianas”, na sua maioria correspondentes a tipos mais tardios que os do seu “concorrente”.

A despeito dos dois agrupamentos de oficinas citados, e de, contando com as oficinas consigo relacionadas, deterem em conjunto uma cota que quase perfaz metade do número de vasos da Praça da Figueira que preservaram marca, a atestação de nove outros oleiros de grande e média capacidade de compulsão parece demonstrar a complexidade do mercado olisiponense de *terra sigillata* de tipo itálico.

Em segundo lugar, e tendo presente a estreita relação no quadro da produção e das rotas de comercialização entre Arezzo e Pisa, parece de destacar a frequência atingida na Praça da Figueira pelo grupo de oleiros de Pozzuoli, sobretudo no período tardo-augústeo, continuando documentados após 15 d.C., eventual indicador da competitividade deste porto campano com os dois locais do Arno, como se viu antes, predominantes.

Os oleiros gálicos representados na Praça da Figueira superam as seis dezenas, se se considerarem as marcas de oficina muito incompletas que permitem rejeitar a sua atribuição àqueles legíveis. Quarenta e um estão atestados por apenas uma impressão, oito por duas (*Aquitanus*, *Castus*, *Chres( )*, *Crestio*, *Lentulus*, *Modestus*, *Murranus* e *Siluanus*), quatro por três (*Licinus*, *Memor*, *Mommo* e *Rufinus ii*), dois por quatro (*Annius* e *Emius*) e um por cinco (*Sabinus gr.II*).

Ambos os indicadores, o número de oleiros representado no sítio e a baixa frequência atingida individualmente, generalizada, traduzem um mercado de *terra sigillata* complexo, muito parcelado, onde nenhum oleiro parece ter dominado o aprovisionamento da cidade. Noutro sentido, e com alguma probabilidade, os mesmos elementos espelham o estado ainda insípido sobre os conhecimentos sobre a matéria obtidos até ao momento para Lisboa, que se traduzem na escassez de marcas conhecidas até agora.

É extremamente difícil conhecer, com precisão, a compulsão de vasos da maioria dos oleiros identificados. Se a quantidade de marcas corresponde a maior volume de produção, tomando como referência os elementos recolhidos por Castellano Castillo, que listou os oleiros mais atestados na Hispânia (CASTELLANO CASTILLO 2000: pág. 158, fig.3), os mais representados na amostragem da Praça da Figueira estão, igualmente, ali bem colocados. O panorama proporcionado pela dispersão hispânica de cada oleiro, que se poderá perspectivar numa relação proporcional entre número de sítios e volume de compulsão, é similar (BELTRÁN LLORIS 1990).

Os únicos casos discrepantes são os de *Annius*, *Emius* e *Lentulus*, para os quais existe fundamento de dois tipos: os dois primeiros oleiros utilizaram punções que parte dos investigadores interpretam como grafomorfos, como já foi exposto a esse propósito no catálogo das “marcas de oleiro” gálicas (grupo Y de Polak- POLAK 2000), ao passo que, outros autores os individualizam e/ou preferem adscrever (por exemplo, Adília Alarcão e Françoise Mayet, para o caso de *Annius*- conf. ALARCÃO 1975b e MAYET 1978; as mesmas especialistas, conjuntamente com muitos outros autores, para o caso de *Emius/a*-conf. Daf, MAYET 1975b, BOURGEOIS e MAYET 1991, LOPES 1994); *Lentulus*, por seu turno, aparece representado por duas marcas, mas ambos os pratos estampados foram recolhidos no mesmo contexto funerário, sendo portanto admissível uma explicação que se pode hipotetizar como relacionada com a sua aquisição por um mesmo indivíduo (ver supra, Capítulo 7).

Ao contrário do que havia sucedido com a produção de tipo itálico, para uma parte significativa dos oleiros gálicos presentes na Praça da Figueira, sete (aproximadamente 12%), pode aplicar-se designação de oleiros de escassa produção e/ou difusão, em função dos repertórios disponíveis (OSWALD 1931, BELTRÁN LLORIS 1990 e POLAK 2000). Nestas circunstâncias encontram-se *Axinus*, *Auetus*, *Cabucatus*, *Dontio*, *Minatio*, *Senome*( ) e *Vofangius/Vof*( ) *Angius*. É provável que os vasos lisos por si marcados tenham acompanhado exemplares decorados assinados por outros oleiros, admitindo a suposição de Allard Mees relativamente à capacidade de intervenção dos “oleiros decoradores” gálicos na venda dos produtos (MEES 1994, dados que parecem reforçados pelos resultados contextuais colhidos em Obberwinthertur- EBNÖTHER et al. 1994). Esta será uma pista para desenvolvimentos futuros da pesquisa sobre os oleiros gálicos, que não se pôde executar no momento por não estarem ainda tratados os vasos decorados recolhidos na intervenção de 1999-2001.

A presença de uma impressão de *Minatio* assume especial significado, por se tratar de oleiro atribuído pelos estudos a Lezoux (Daf; ver apartado anterior, supra). No caso presente, há a destacar o contributo do sítio lisboeta para o conhecimento do próprio oleiro, que até agora se encontrava atestado em contextos mais tardios do que o identificado na Necrópole Noroeste de *Olisipo*, observação reforçada pelo tipo formal do prato onde a marca se encontra, um Drag. 16 (ver sub-Capítulo 6.5.4, supra). A partir dos dados apresentados pôde recuar-se a laboração de *Minatio* para 60 d.C., ou antes.

Documentando um clima de complexificação das redes de abastecimento verificado em plena segunda metade do século I d.C., surgem dois testemunhos de importação de fabricos tardo-italicos, assinados pelos pisanos *C.P.P.* e *Sextus Murrius Festus*.

O grupo de oleiros que assina este fabrico é muito limitado, e os atestados na Praça da Figueira correspondem aos que maior difusão conheceram. Ambos caracterizam dois momentos distintos da produção, sendo o primeiro considerado mais antigo, estabelecendo a ponte com os últimos fabricos de *sigillata* de tipo itálico tardio (PUCCI 1985: pp. 378-379; MEDRI 1991: pp.27-28).

*Sextus Murrius Festus* é considerado um dos mais importantes oleiros do grupo, estando bem representado na Hispânia litoral (Balears, País Valenciano, Cartagena, Alicante, *Baelo Claudia* e Alcácer do Sal- BELTRÁN LLORIS 1990: pág. 72; OCK:CD-ROM). Com laboração atestada sobretudo para momentos contemporâneos e posteriores ao principado de Domiciano, compulsou abundantemente vasos lisos e decorados (MEDRI 1991), isolado e em associação com *Sextus Murrius P( )* (Idem e OCK: pp. 290-292). Relembre-se que o vaso da Praça da Figueira remete para as cronologias mais recuadas da laboração do oleiro, indicação fornecida quer pelo tipo formal, um cálice, quer pelo contexto de proveniência.

As “marcas de oleiro” das produções hispânicas recolhidas na Praça da Figueira correspondem, maioritariamente, a artífices de maior difusão e volume de produção: *C.A.*, *C.A( )H( )*, *Flaccus*, *Petronius Eros(?)*, *Segius(?) Tritiensis*, *Saturninus*, *Lapillius* e *Valerius Paternus*. Novamente, a baixa frequência de impressões atingida individualmente mostra um mercado complexo, aparentemente parcelado, com excepção para *C.A( )H( )*, que parece mostrar alguma especialização do oleiro bético no abastecimento de vasos a *Olisipo*.

De menor expressão é *Valerius Maternus*, que significativamente se documenta pela primeira vez na Lusitânia, sendo conhecido antes e apenas no âmbito dos centros

produtores do grupo de La Rioja (Trício e El Quemao- SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 130), na Meseta (El Quinto/Toledo- Idem) e no Noroeste Peninsular (Lugo e León- Idem).

*Scapula*, que só era conhecido por uma impressão de um outro sítio peninsular (Barcelona- SÁENZ PRECIADO 1999: pág. 122), surge representada uma segunda vez através do exemplar da Praça da Figueira, tendo sido utilizado o mesmo punção para obter a impressão.

O conjunto dos oleiros hispânicos é diminuto, sugerindo a competição a que os produtos deste grupo estiveram sujeitos por parte dos fabricos norte-africanos a partir dos finais do século I d.C.-inícios do século II d.C., bastante acessíveis a um mercado onde o aprovisionamento, de longa distância, era essencialmente marítimo.

### **...os vasos da Praça da Figueira numa perspectiva funcional...**

O padrão de importação de um determinado local resultou não apenas da forma como ele se inseriu na rede de intercâmbios estabelecida em época romana, mas também da capacidade aquisitiva dos vários elementos da sua comunidade e dos processos activos correspondentes à adaptabilidade desta a hábitos culturais forâneos, nas suas múltiplas asserções.

O contributo dos dados arqueológicos para o conhecimento deste último aspecto é relevante, e pode escalonar-se em dois tipos distintos de abordagem. Por um lado, a análise da totalidade dos vasos atestados no sítio, normalmente representados por fragmentos, como fonte para o estudo genérico do tipo de vasos importados. Por outro, através da observação da composição dos conjuntos de vasos presentes em contextos bem determinados, como os correspondentes a descartes bem definidos ou à sua utilização em contexto funerário. Estes últimos proporcionam informação relevante que, de alguma maneira, permite entrever as formas como foram utilizados os recipientes ou, com maior propriedade, a composição funcional de conjuntos de vasos.

Para qualquer um dos casos a informação não é abundante e não deixa de colocar alguns problemas de interpretação: por exemplo, para os conjuntos básicos de prato/taça de fabrico de tipo itálico encontrados em quadro de descarte em Prima Porta/Villa Giulia (Roma), que apresentam uma relação de 1/2, Klynne calcula que a mais elevada representatividade das taças se deve à sua mais frequente substituição resultante do tipo de uso a que estavam sujeitas e da sua maior fragilidade (KLYNNE 2002: resumo); aos contextos funerários, por seu turno, coloca-se outro tipo de problemas, destacando-se o de corresponderem na generalidade a actos praticados sobre um indivíduo, isolado do

respectivo contexto social e/ou familiar do seu quotidiano, no qual utilizaria os vasos com os restantes indivíduos com os quais se relacionava.

Apesar das observações produzidas acima, a limitação apontada aos contextos funerários constitui também a sua grande virtualidade, pois eles correspondem a um acto de selecção e deposição de vasos tendo em vista uma reprodução, algo relativa é certo, de um aspecto do quotidiano. Neste sentido, e admitindo que terá existido variabilidade na composição dos conjuntos de sítio para sítio em função de factores sociais, económicos e culturais, é relevante a apreciação dos contextos deste tipo proporcionados pelas intervenções arqueológicas da Praça da Figueira.

Conforme foi possível apreciar em apartado próprio (Capítulo 7), os contextos funerários olisiponenses que interessam para este tipo de abordagem não são numerosos e incluem ocorrências de dois grupos distintos de conjuntos: os que incluem vasos múltiplos e os que compreendem dois dos elementos básicos (prato/taça).

Os três contextos funerários do âmbito cronológico do presente trabalho, onde o mobiliário incluía vasos múltiplos, provêm do Edifício Funerário Sudoeste, escavado em 1961/62 (ver quadro infra).

#### QUADRO 11

Contexto	Cronologia	Composição		
		Pratos	Taças Médias	Taças Pequenas
"Conjunto I-3"	década de 60 d.C.	2 (Drag. 15/17)	4 (3 Drag. 24/25; 1 "afim" Drag. 33)	1 (Drag. 24/25)
"B_2_2a e 2"	Nero-Vespasiano	2 (Drag. 18)	3 (2 drag. 24/25; 1 Ritt.8)	2 (Drag. 24/25 e 27)
"Junto da urna P, -50"	Vespasiano	2 (Drag.16 e 18)		

Quadro 11– Mobiliários funerários do séc. I d.C. que incluíam vasos múltiplos.

Trata-se de um número exíguo de casos, onde não pode deixar de se salientar a existência de um traço comum, a presença de dois pratos, bem como a presença de cinco taças, de dimensões variáveis, em dois deles.

Outras necrópoles do ocidente hispânico, coetâneas, revelaram a mesma irregularidade na composição de conjuntos funerários de vasos múltiplos em *sigillata* apresentada pela Necrópole Noroeste de *Olisipo*. Apesar de numerosas escavações, o panorama apresentado pelas publicações portuguesas é de tal forma limitado que apenas se conseguiu repertoriar exemplos nas necrópoles de Paredes (Alenquer) (PEREIRA 1970), Casal de Pianos (Sintra) (MONTEIRO 2003), Santo André (Ponte de Sor) (NOLEN e DIAS 1981), Valdoca (Aljustrel) (ALARCÃO e ALARCÃO 1966), Padrãozinho (Elvas) e Serrones (Elvas) (VIANA e DEUS 1955) (Quadro 12).

## QUADRO 12

Necrópole	Contexto	Composição			Ref. Bibliográfica
		Pratos	Taças	Outras formas em t.s.	
Encosta de Santana	"Ustrinum"	1 (Drag. 18)			MURALHA et al. 2002: pág. 246
Casal de Pianos	Sepultura 1/2	2 (Consp. 18.2 e 15/17)			MONTEIRO 2003: pág. 22.
Paredes	"Dolium funerário"	2 (Drag. 15/17)	1 (Ritt. 8)		PEREIRA 1970: pág. 55
Santo André	Sepultura B.5	2 (Drag. 15/17)			NOLEN e DIAS 1981: pp.137-138, fig. II
Santo André	Sepultura B.8		4 (Drag. 27, 33 e 2x 24/25)		Idem,; pp. 142-143, fig. X-XI
Santo André	Sepultura E.4		4 (35 e 3x Drag. 27)		Idem: pp. 154-155, fig. XXXIV
Santo André	Sepultura E.10	2 (Drag. 15/17)	3 (Drag. 33 e 2x Drag. 27)		Idem: pp. 159-160, fig. XLII
Santo André	Sepultura G.3	5 (4x Drag. 15/17 e Hispânico 4)	1 (Drag. 27)		Idem: pp. 163-165
Santo André	Sepultura B.5	1 (Drag. 18)	1 (Drag. 33)		Idem: pág. 140, fig. VII
Padrãozinho	Sepultura 46	1 (Drag. 15/17)	3 (2x Drag. 27)	1 (jarro)	VIANA e DEUS 1955: pág. 15, fig.8, n.º 15 e fig. 10, n.ºs 103, 109, 97, 128)
Padrãozinho	Sepultura 82	1 (Drag. 15/17)	2 (médias)		Idem: pág. 19, fig. 10, n.ºs 100-105)
Padrãozinho	Sepultura 38	1	1		Idem: pp. 8-15
Padrãozinho	Sepultura 49	1	1		Idem: pp. 8-15
Padrãozinho	Sepultura 40	1			Idem: pp. 8-15
Padrãozinho	Sepultura 15		1		Idem: pp. 8-15
Padrãozinho	Sepultura 47		1		Idem: pp. 8-15
Serrones	Sepultura 7	2	2		Idem: pág. 24, fig. 16 n.º 28, 19, n.º 67 e 20, n.º133
Serrones	Sepultura 8	2	2		Idem: pág.24, fig. 20, n.º 134
Serrones	Sepultura 26		2		Idem: pág. 28, fig. 16, n.ºs 31 e 32
Serrones	Sepultura 27		2 (Drag. 35 e 27)	1 taça decorada (Drag. 29)	Idem: pág. 28, fig. 16, n.ºs 18, 27 e 30
Serrones	Sepultura 39	2			Idem: pág. 31, fig. 19, n.ºs 63 e 70
Serrones	Sepultura 52		2		Idem: pág. 31, fig. 16, n.ºs 9 e 26
Serrones	Sepultura 81		1	1 (copo)	Idem: pág. 32, fig. 17 n.ºs 92 e 115
Serrones	Sepultura 6	1 (Drag. 35)	1 (Drag. 36)		Idem: pág. 24, fig. 16 n.º 29 e 19, n.º 67
Serrones	Sepultura 29	1 (Drag. 35)			Idem: pág. 28, fig. 16, n.º 33
Serrones	Sepultura 53	1	1		Idem: pág. 31, fig. 16, n.ºs 58 e 59a
Valdoca	Sepultura 1	1	1		ALARCÃO e ALARCÃO 1966: pág. 8, Est. I, 1
Valdoca	Sepultura 28	1	1		Idem; pág. 20, Est. IV, 28

Quadro 12- Mobiliários funerários de sepulturas da Lusitânia ocidental que incluíam vasos em *terra sigillata* dos séculos I e II d.C.

Os contextos funerários citados parecem, portanto, documentar a ocorrência frequente de composições incluindo dois pratos e um número variável de taças numa área alargada do ocidente da Lusitânia. Com eventual significado cultural e económico, em Valdoca, entre centenas de sepulturas documentadas, o número de vasos em *sigillata* só raramente ultrapassava a unidade, e, nos casos em que tal acontecia, os fragmentos publicados não parecem corresponder a mobiliários funerários mas antes resultar da abertura das estruturas negativas para a prática dos sepultamentos, pelo que não foram considerados (sepulturas 123, 130, 152, 164 e 471- conf. ALARCÃO e ALARCÃO 1966).

De qualquer das formas, e em função dos escassos dados disponíveis, parece existir uma diferenciação de significado funcional, logo cultural, nos conjuntos de vasos múltiplos entre diferentes regiões romanizadas: com base nos contextos funerários cordoveses, foi possível definir para a capital “serviços” compostos por três pratos, três taças médias e três pequenas (VAQUERIZO GIL 2002: pág. 290); Polak, com base no conjunto do material do sítio militar de Vechten definiu conjuntos sud-gálicos, não funerários, de quatro pratos, quatro taças médias e quatro pequenas padronizadas (POLAK 2000: pág. 168).

Em simultâneo, e nas mesmas necrópoles, ocorrem esporadicamente “serviços” de relativa complexidade, a par da também frequente composição mais elementar prato/taça, de maior carácter individual, que em muitos casos está representada apenas por um dos elementos na medida em que o outro está figurado por um vaso de outra classe (cerâmica comum) ou vidro. Situação similar verifica-se igualmente noutras necrópoles meridionais peninsulares, onde ocorre também a composição mais elementar, como na sepultura n.º XIII da Necrópole Sudoeste de *Baelo Claudia* (REMESAL RODRÍGUEZ 1979: pág. 25, fig. 16) ou a n.º 34 da Necrópole cordovesa de La Constancia (VAQUERIZO GIL 2002: pág. 303, fig. 5).

Os contextos de descarte da Praça da Figueira forneceram, também, elementos sobre a composição funcional dos “serviços” que incluíam vasos em *terra sigillata*.

O mais relevantes correspondem a deposições em fossa, antes mencionadas, e que denotam alguma evolução entre o período de Augusto e Tibério e a época de maior difusão das produções gálicas, genericamente situável entre os principados de Cláudio e dos Flávios.

Entre os contextos mais antigos, tiberianos, destaca-se o correspondente à U.E. 8060, onde está atestada a ocorrência de um prato de grandes dimensões, um *skyphos*, um número mínimo de nove pratos de tamanho médio, de vinte e uma taças médias e pequenas e de um número indeterminado, mas plural, de cálices decorados de corpo hemisférico e um de

corpo tronco-cónico. Pode-se conjecturar sobre se à formação deste contexto não terá estado associado qualquer acto socializante, que justificasse a presença de um tão elevado número de vasos em cerâmica fina, particularmente em *sigillata* (presentes estão também outras classes de produção, como as lucernas, a “cerâmica cinzenta”, “cerâmica de verniz vermelho pompeiano” e de “paredes finas” e um almofariz bético, todas elas, como as ânforas, representadas por muito escassos exemplares), mas não existem outras evidências (contextuais ou de enquadramento) que o fundamentem.

Relativamente contemporâneo do anterior, o quadro apresentado pela fossa detritica 8933 é bastante distinto, pois aqui equivale-se praticamente o número de taças e pratos. Esta circunstância sugere não se tratar de um descarte alongado no tempo, que resultaria numa outra representatividade das taças. 8933 apresenta um conjunto mais incompleto, dada a ausência de elementos relevantes, como os pratos de grande dimensão e também os *skyphoi*.

Formado com probabilidade no principado de Nero, o contexto 9033 corresponde a uma fossa onde se recolheu uma quantidade elevado de cerâmica comum de produção local/regional em bom estado de conservação, um pequeno número de lucernas, fragmentos de ânforas (com dois exemplares mais bem conservados- a parte inferior de uma ânfora bética e as partes inferior e superior de um contentor de fabrico de Peniche), dois vasos de “cerâmica de paredes finas” e um conjunto de *sigillata* que incluía sete pratos distintos, um número mínimo de seis taças, uma taça decorada tronco cónica, um cálice de corpo hemisférico e dois *skyphoi*. A interpretação ainda preliminar para a acção que originou a formação do contexto é a de que as evidências são compatíveis com os restos dos vasos que terão servido um banquete funerário, o que lhe confere um especial interesse.

Os contextos citados, mais provavelmente 8060 e 9033, deverão documentar situações em que o descarte incidiu sobre um conjunto de vasos usado de forma socializante. Aparte as diferentes proporções entre pratos e taças que ambos apresentam, a principal distinção na funcionalidade dos vasos de *terra sigillata* num quadro gregário, verificável através dos dados da Praça da Figueira para os principados de Tibério e Nero, é a do decréscimo no tempo no número de vasos decorados presente e a ausência do prato de grande tamanho no conjunto mais tardio, observação que aliás parece confirmada pelo cessar do seu fabrico por volta desta data (PASSELAC e VERNHET 1993). Esta interpretação parece corroborada pelos dados proporcionados pela fossa 8630, de funcionalidade ritual, próxima de 9033 e de cronologia semelhante, onde se recolheu um conjunto de vasos lisos muito incompletos inteiramente em fabrico sud-gálico a par de dois

cálices mais completos em fabrico de tipo itálico, um de corpo hemisférico e outro do tipo R.9.2.1 com decoração aplicada, recipientes bem mais antigos que o resto do conjunto (datável do principado de Nero-Vespasiano) e que poderão traduzir a necessidade da sua cuidada conservação derivada da não importação de vasos deste tipo nesta data e da permanência do hábito do seu uso, pelo menos em circunstâncias de especial significado para o seu detentor, como seria indubitavelmente o caso presente.

As informações transmitidas pelos elementos contextuais citados documentam a existência de utilizadores olisiponenses de *terra sigillata* a partir da época médio-tardo augustea, familiarizados com os usos a que os vasos eram sujeitos e as práticas a eles associadas, sendo no entanto mais difícil aventar o enquadramento socio-cultural correspondente a esta atestação, mais fácil de explicar para outros enquadramentos como o de Santarém, onde foi possível aventar a sua conexão com um aumento demográfico do aglomerado e com uma “elite administrativa” residente (VIEGAS 2003: pág. 97).

Um outro tipo de perspetivação mais genérica é proporcionada pela análise da totalidade dos vasos presentes num sítio, representados por fragmentos e vasos, que metodologicamente podem considerar, ou não, a estratigrafia do local. Este tipo de abordagem, de maior tradição na investigação, originou a criação de conceitos analíticos, de que se destaca o de “Serviços” e o de “Binómio”.

Estudos clássicos sobre a *terra sigillata* desenvolveram a noção de “Serviços”, a que se atribuiu um conteúdo, em simultâneo, funcional e cronológico (LOESCHKE 1909 apud *Conspectus*: pág. 46-47). As observações que lhe deram origem foram elaboradas sobre sítios bem datados historicamente, concretamente Haltern, onde foi possível constatar, para momentos diferentes e curtos no tempo, distintas associações de vários tipos formais apresentando detalhes similares, e que, pela sua morfologia, seriam utilizados com funcionalidades distintas.

Aplicado inicialmente aos fabricos de tipo itálico, alastraria depois aos fabricos gálicos (os “serviços flavianos” definidos por Vernhet- VERNHET 1986: pág. 99), com base na consideração de contextos do centro produtor de La Graufesenque (Idem). O mesmo sucederia mais tarde com as produções hispânicas (SOTOMAYOR MURO 1976; AAVV 1983; MAYET 1984) e tardo-padananas (*Conspectus*: pág. 50).

Entretanto, a investigação foi disponibilizando um volume abundante de observações acerca da ocorrência de formas em múltiplos sítios de distinto enquadramento histórico e geográfico. O acumular de informação implicitamente colocou em questão a

operacionalidade do conceito no que respeitava aos seus aspectos funcionais, razão porque a sua aplicação se faz hoje sobretudo em referência ao seu significado cronológico.

Neste sentido, na *terra sigillata* de fabrico de tipo itálico presente na Praça da Figueira, tomando como referência os contextos referenciados e o conjunto de “marcas de oleiro” estudado, predominam os vasos atribuíveis ao “Serviço II” de Haltern, embora os “Serviços III” e “IV” estejam, também, atestados. Este tipo de representatividade sugere como período de maior volume de importação a época tardo-augústea e inicial de Tibério, no que concorda com os resultados obtidos no estudo das impressões das oficinas representadas em Lisboa e com os do outro grande centro do Vale do Tejo, Santarém (VIEGAS 2003a).

Em paralelo com a noção de “Serviços”, vem-se utilizando também a de “binómios”. Embora admita outras asserções, este último termo vem sendo empregue a propósito das combinações entre as formas básicas mais comuns e “padronizadas” das várias produções: menos frequentemente acerca de vasos itálicos, sobretudo as taças Consp.22 e 23 e os pratos 18 e 20, colocadas em relação com os “Serviços” definidos para Haltern, amiudadas vezes salientando a evolução no tempo da relação proporcional entre as taças gálicas Drag. 24/25 e 27 e os pratos 15/17 e 18 (MILLET 1981 apud TYERS 1996; QUARESMA 2002), apenas marginalmente em relação aos fabricos hispânicos, salientando a ligação da taça Drag.27 ao prato 15/17 (AAVV 1983 e 1999).

Independentemente dos fabricos em referência, e da mesma forma que “Serviços”, a “binómio” é atribuído um valor essencialmente cronológico, embora o significado funcional esteja aqui mais presente. Contudo, e para o caso em que é mais empregue, o das produções gálicas, existe um condicionante profundo à maioria dos resultados apresentados: a excessiva atinência ao tratamento tipológico não acompanhado pelo equivalente estudo morfométrico. Por outras palavras, de um ponto de vista funcional, e para a composição dos “serviços” a uso num determinado local ou contexto, pouco interessa a proporção entre o número de pratos e taças padronizadas (na asserção de Polak- POLAK 1994 e 2000), dado este procedimento não considerar a distinção dos tamanhos dos vasos em presença, o que é particularmente relevante para o caso das taças lisas.

Não dispondo ainda dos números totais das formas em fabrico gálico da Praça da Figueira, foi entendida como não ajustada a opção metodológica de encarar como amostragem os exemplares que ostentam “marca de oleiro”, pelas razões seguintes: em primeiro lugar está subjacente o diferente comportamento dos vasos no momento de quebra, havendo a garantia de que certas formas propiciam melhor a conservação da marca do que outras; em segundo lugar, porque certas formas deixam paulatinamente de ser marcadas a

partir do principado de Nero e outras, novas, nunca o foram (“serviços flavianos”, a taça Drag. 37, o *skyphos* Hermet 14, parte das formas fechadas decoradas).

Ainda assim pode aduzir-se estarem representadas maioritariamente as taças Drag. 24/25 e 27 (20 e 25 exemplares, respectivamente), os pratos Drag. 15/17 e 18 (9 vezes cada, sendo difícil a atribuição tipológica de 14 outros pratos), sendo a Drag. 29 a única forma decorada documentada por “marcas” (em 4 ocasiões).

No que às produções hispânicas se refere, e admitindo como período de maior difusão a época flávia e inicial dos Imperadores Antoninos, estão atestadas na Praça da Figueira as formas mais comuns em contextos peninsulares próximos como Santarém (VIEGAS 2003a), Chões Salgados (QUARESMA 2002): a taça Drag. 27 (oito vezes) e o prato Drag. 15/17 (2 vezes). Não pode deixar de se referir em relação a este aspecto que o “binómio” em causa difere substancialmente do produzido na Gália (ALARCÃO 1975b: pág. 69, n.2) onde, recorde-se, a taça e o prato estavam associados a outros tipos formais (Drag. 24/25 e 18). Tendo presente a suposição de substituição progressiva dos fabricos gálicos pelos peninsulares, a escolha dos modelos mais compulsados pelas olarias hispânicas terá de interpretar-se como correspondente a uma evidência da peculiaridade do gosto provincial (MAYET 1984), podendo, de alguma forma, questionar-se se não será necessário repensar a pertinência da aplicação deste modelo de estudo definido para outras paragens aos territórios ibéricos.

Um outro aspecto para o qual vem sendo chamada a atenção é a diferença de representatividade de distintos tipos formais menos ocorrentes, como indicador de capacidade aquisitiva diferencial de um sítio (PÉREZ GONZÁLEZ 1989; QUARESMA 2002). Trata-se de matéria difícil de discernir quanto aos fabricos de tipo itálico, ainda pouco padronizados, mas facilmente constatável no que diz respeito aos gálicos, onde essa formatação é evidente (POLAK 1994).

Exemplo das assimetrias na distribuição é o das taças Drag.33. Pegando nos elementos disponibilizados por José Carlos Quaresma (QUARESMA 2002: pág. 173-174 e quadro 18), é marcante o contraste entre sítios como *Baelo Claudia* e Mérida, onde está registada, respectivamente, duas e uma vez apenas e Santarém, com 3/246 (nmi- VIEGAS 2003: pág. 103), Tróia, com 4/286 (ÉTIENNE et al. 1994: pág. 32, fig. 9) Represas, com 183/2071, e as escavações modernas Conímbriga, onde se recolheram cerca de 20 exemplares (ALARCÃO 1975b: pág. 70, fig.1). A amostragem correspondente às “marcas de oleiro” da Praça da Figueira permitiu assinalar a presença de 6 exemplares no conjunto de 109 produções

gálicas, padrão ligeiramente superior mas mais aproximado aos sítios com representação média citados antes.

As formas decoradas marcadas estão mal representadas por “marcas de oleiro” na Praça da Figueira, estando atestada uma marca de cálice Tardo-Itálico, com a totalidade dos exemplares gálicos conservando impressão atribuíveis ao tipo Drag. 29, que ocorre por quatro vezes. Nenhum vaso decorado em fabrico hispânico está atestado por marca. Tomando em linha de conta a maior dificuldade de identificação de impressões em vasos decorados, nomeadamente os de outras tipologias não atestadas assim, o presente trabalho não disponibiliza matéria suficiente para um estudo desta natureza, remetendo-se este assunto, como muitos outros ainda no âmbito da *terra sigillata*, para o desenvolvimento posterior da investigação sobre o sítio.

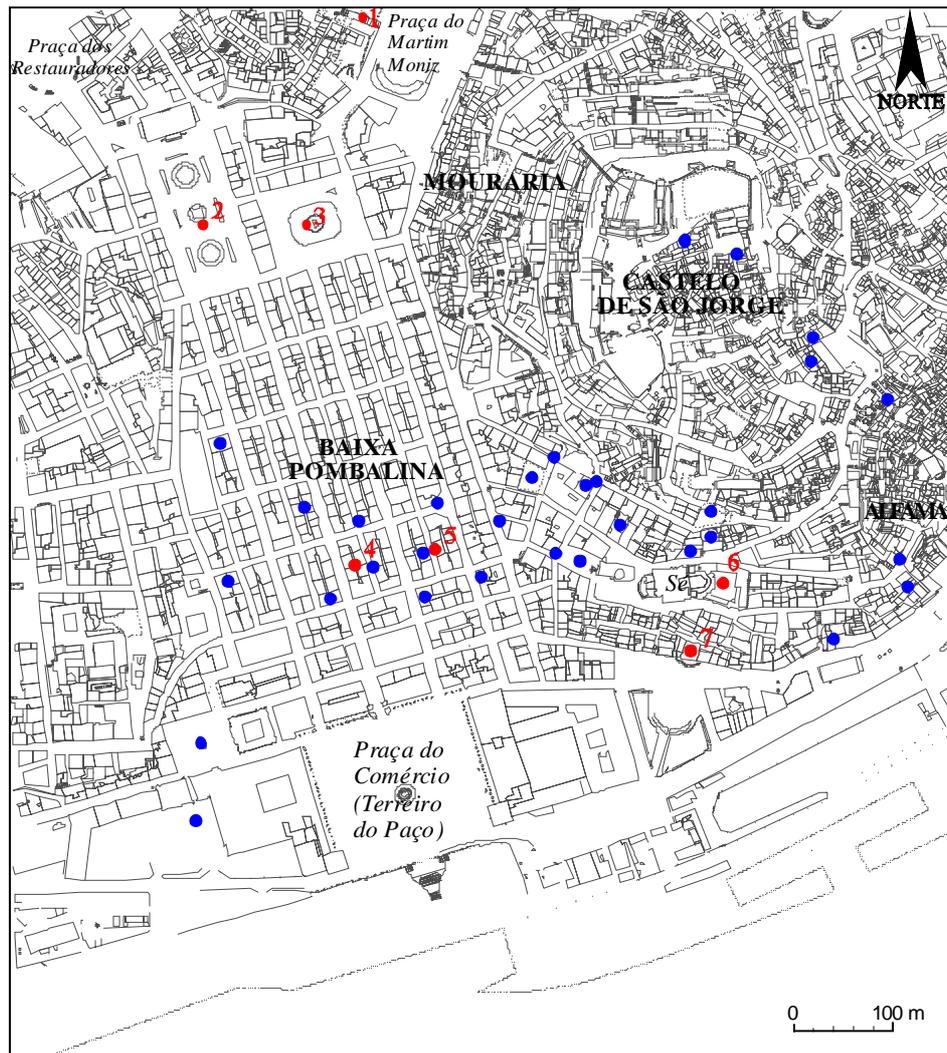
### **... comparação dos perfis de importação da Praça da Figueira e dos Claustros da Sé de Lisboa...**

O número publicado de impressões em *terra sigillata* recolhidas nas intervenções arqueológicas urbanas da cidade Lisboa é bastante reduzido no momento, e limita-se às nove colectadas no “acompanhamento” de 1961/1962 da Praça da Figueira (MOITA 1968), a quatro do Rossio (SEPÚLVEDA et al. 2002), duas da Rua dos Douradores (SEPÚLVEDA et al. 2003) e duas outras do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, apresentadas no catálogo respectivo (AMARO 1995) (Figura 72). Trata-se de uma amostragem insuficiente para uma definição do perfil de importação deste tipo de cerâmica pela cidade, tomando em consideração a quantidade de intervenções e a extensão atingida por algumas delas.

Assim, e para se proceder à avaliação do significado do conjunto em estudo no quadro da cidade, foi sentida a carência de contrastar a informação proporcionada pelo sítio com a de outros pontos. Esta necessidade resultava, essencialmente, de dois aspectos: o hipotético condicionamento da amostragem da Praça da Figueira pelo tipo funcional dos contextos presentes, que directa ou indirectamente poderiam resultar do enquadramento funerário do local, mas também porque as estratigrafias mais antigas de interesse remontavam apenas a momentos já dentro do principado de Tibério, restringindo desta forma o limite cronológico inferior de análise e condicionando consequentemente as considerações acerca do significado do conjunto.

Atendendo aos resultados obtidos nas diversas intervenções urbanas de Lisboa que revelaram contextos de época romana, os Claustros da Sé Catedral assumiram-se como os

Figura 1



### Legenda:

- Locais de Lisboa com “marcas de oleiro” em *terra sigillata* atestadas
 

1- Encosta de Santana	5- Rua dos Douradores
2- Rossio	6- Casa dos Bicos
3- Praça da Figueira	7- Claustros da Sé Catedral
4- Rua dos Correios (NARC)	
- Outros locais de Lisboa com presença de *terra sigillata* (séc. I-II d.C.)

Figura 72- Locais de Lisboa onde se verificou o achado de *terra sigillata*

de maior relevância por permitirem uma maior contrastação e complementaridade: no momento trata-se, à excepção do *cardine* detectado, do único sítio com estruturas de carácter inequivocamente não público revelado no interior do recinto murado alto-imperial de *Olisipo*, de um local escavado em extensão e disponibilizando a totalidade da diacronia romana, aí representada através de materiais e/ou construções.

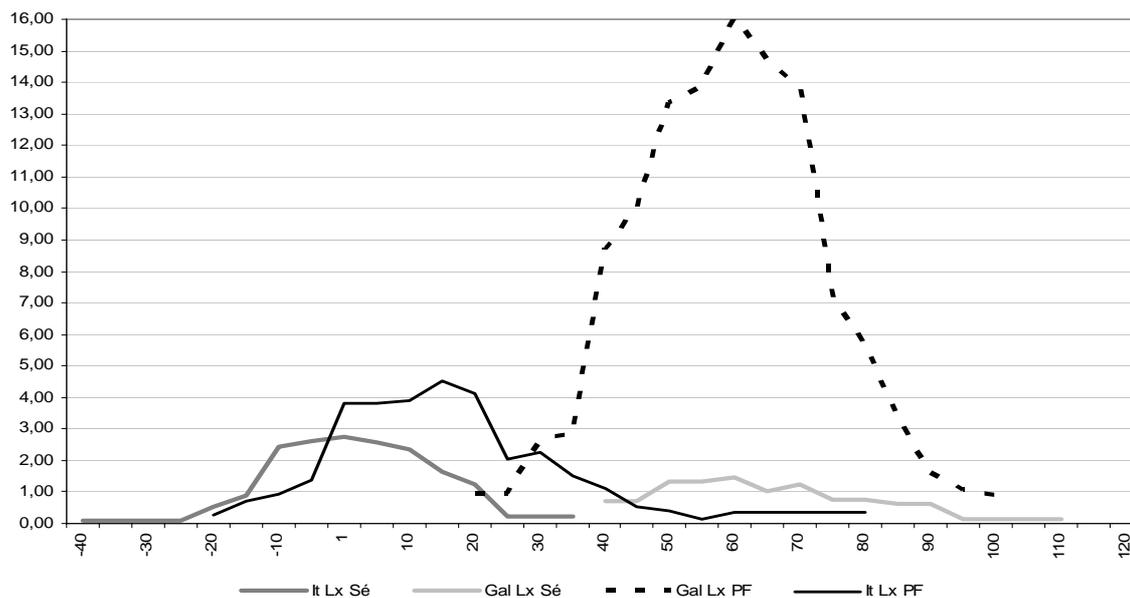
Por último, houve lugar à consideração das “marcas de oleiro” entretanto colectadas quer na intervenção urbana da Encosta de Santana/Martim Moniz, espaço de utilização funerária periférica da Necrópole Noroeste, como do Rossio, onde subjaz o circo olisiponense, que urbanisticamente terá que ser posto em relação com a área da Praça da Figueira.

O conjunto de marcas em produções itálicas da Praça da Figueira e dos Claustros da Sé Catedral indica um grau de probabilidade razoável para o início das importações em torno de 20 a.C. (gráfico 7). Os comportamentos de ambos os sítios são, porém diferentes, sendo admissível a ocorrência de vasos marcados antes desta data na Sé, concretamente desde os inícios da produção, hipótese ausente da amostragem da Praça da Figueira, que se poderia explicar pela instalação da necrópole, ocorrida em momento mais tardio.

Porém, a probabilidade de uma datação antiga é remota, dado à marca em causa, A.V., impressa sobre uma taça tronco cónica de tipologia indeterminável (ver Anexo B), ser atribuído um intervalo muito lato, que pode atingir até o principado de Tibério. De notar que a importação de *terra sigillata* da Península Itálica para datas recuadas está comprovada por uma marca radial, ainda inédita, recolhida na intervenção arqueológica de 1982 na Casa dos Bicos (em fase de estudo por Eurico de Sepúlveda e Clementino Amaro-informação disponibilizada pelos investigadores).

Apesar de apresentarem um número total de “marcas de oleiro” aproximado, os perfis obtidos para os dois sítios são ligeiramente distintos, com os indicadores da Sé a apresentar um crescimento inicial mais pronunciado a partir do intervalo de 15-10 a.C. e uma quebra sensível a partir da mudança da Era, contínua e paulatina até 25 d.C. Sendo aqui menos provável a atestação pelas “marcas de oleiro” da importação de produtos itálicos a partir daquela data, os valores não denunciam a presença de impressões pertencentes a vasos marcados após 35 d.C. (*idem*), o que se deverá justificar pela vivência do sítio.

## GRÁFICO 7



**Gráfico 7-** Frequências da ocorrência quinzenal de “marcas de oleiro” dos grupos itálico e gálico na Praça da Figueira e Claustros da Sé.

Na Praça da Figueira os resultados obtidos apresentam um perfil distinto, acusando maior crescimento a partir de 5 a.C. e valores estáveis até 20 d.C., com a curva a registar uma quebra de perfil semelhante, mas mais tardia, a partir deste momento e até 45 d.C., o que significa uma maior importância dos produtos denominados itálicos tardios (GOUDINEAU 1968; KENRICK 2000) no local, provavelmente representativos da cidade no seu todo. Aliás, apesar de baixos, os indicadores indiciam uma importação de vasos oriundos da Península Itálica até aos inícios do principado de Domiciano, atestados por duas produções de *terra sigillata* tardo-itálica, pisana, assinada por *C.P.P.* e *Sextus Murrus Festus*, fabrico ausente da Sé.

Os oleiros representados em ambos os locais apresentam outro tipo de problemática: as 18 marcas da Catedral que possibilitaram leitura correspondem todas a oleiros distintos (Anexo B) e, destes, nenhum se encontra representado entre os 21 presentes na Praça da Figueira. Como interpretar este dado? Tratar-se-á de um sintoma do pouco que se conhece do quadro das importações itálicas em Lisboa, que se apresenta assim de grande complexidade, muito parcelado, denunciando conseqüentemente uma maior riqueza do conjunto total da cidade ? ...

De assinalar a ausência na Sé de vasos assinados de *Cneus Ateius/Ateius*, também escassamente atestado na Praça da Figueira por quatro impressões (duas de *Ateius* e duas outras de escravos das suas oficinas), e a fraca representação das olarias ligadas a *Publius Cornelius*, através de dois escravos.

Ao contrário da Praça da Figueira, onde se documentou uma maior longevidade na importação de vasos da Península Itálica que se sobrepõe às importações oriundas da Gália meridional, a curva de marcas da Catedral assinala um hiato entre ambos os grupos. Não só esse hiato acontece, como os níveis obtidos para as importações gálicas são muito baixos, o que representa um quadro bastante distinto do obtido para a Praça da Figueira.

Os nove oleiros gálicos identificados nas escavações dos Claustros da Sé laboraram em La Graufesenque, de onde serão originários os vasos com marca legível. Tal como aconteceu para os fabricos itálicos, destes apenas dois (*Capitus/o* e *Rufinus ii*) estavam já documentados na Praça da Figueira, não estando aqui seguramente presentes os sete restantes, entre os cerca de sessenta atestados na área da Necrópole Noroeste (Praça da Figueira e Encosta de Santana). Trata-se, novamente, de uma evidência da complexidade do mercado olisiponense, desta vez no período de maior difusão dos vasos oriundos da Gália meridional, que se deverá também ao estado actual dos conhecimentos.

Os trabalhos arqueológicos da Sé revelaram um conjunto urbanístico alto-imperial composto por uma infra-estrutura pública de circulação e áreas residenciais/comerciais anexas. Julgamos ser esta a razão para o hiato cronológico acima mencionado e para as baixas frequências dos fabricos gálicos, que terão sido contemporâneos do funcionamento das estruturas urbanísticas, que assim não proporcionaram a existência de áreas de descarte naquela área.

O conjunto hispânico recolhido na Catedral é composto por sete exemplares, dos quais três oriundos de Andújar e quatro do grupo de Trício. Trata-se de uma amostragem equilibrada, muito aproximada ao quadro de repartição de mercado entre os dois centros produtores já definido na Praça da Figueira. A sua presença poderá relacionar-se com momentos de revitalização do espaço urbano no local, dado este estar em uso em meados do séc. II d.C., a data mais tardia admissível para as “marcas de oleiro” hispanas (MAYET 1984; ROCA ROUMÉNS e FERNÁNDEZ GARCÍA 1999).

### **...comparação com a curta distância...**

A partir da época de Augusto multiplica-se a presença de assentamentos do Vale do Tejo e Península de Lisboa com atestação de cerâmicas finas de importação, *sigillata*

incluída. Os conjuntos conhecidos são, geralmente, pouco numerosos, reflectindo o reduzido investimento da investigação no conhecimento da rede de povoamento romana antes dos anos 90 do século XX, altura em que se verificou um acentuado acréscimo das intervenções.

Deixando de parte o caso de Santarém (VIEGAS 2003a e 2003b), perspectivado adiante noutro enquadramento, o número de “*marcas de oleiro*” em *terra sigillata* colectado nos restantes sítios é bastante reduzido, e restringe-se, de montante para jusante, aos sítios de Azeitada (Almeirim- QUINTEIRA 1998), Paredes (Alenquer- DIOGO 1980a), Povos (Vila Franca de Xira- DIAS 1998), Colaride (Cascais- elementos inéditos fornecidos por Guilherme Cardoso e Eurico Sepúlveda) e Camarral (Palmela- FERNANDES e CARVALHO 1996).

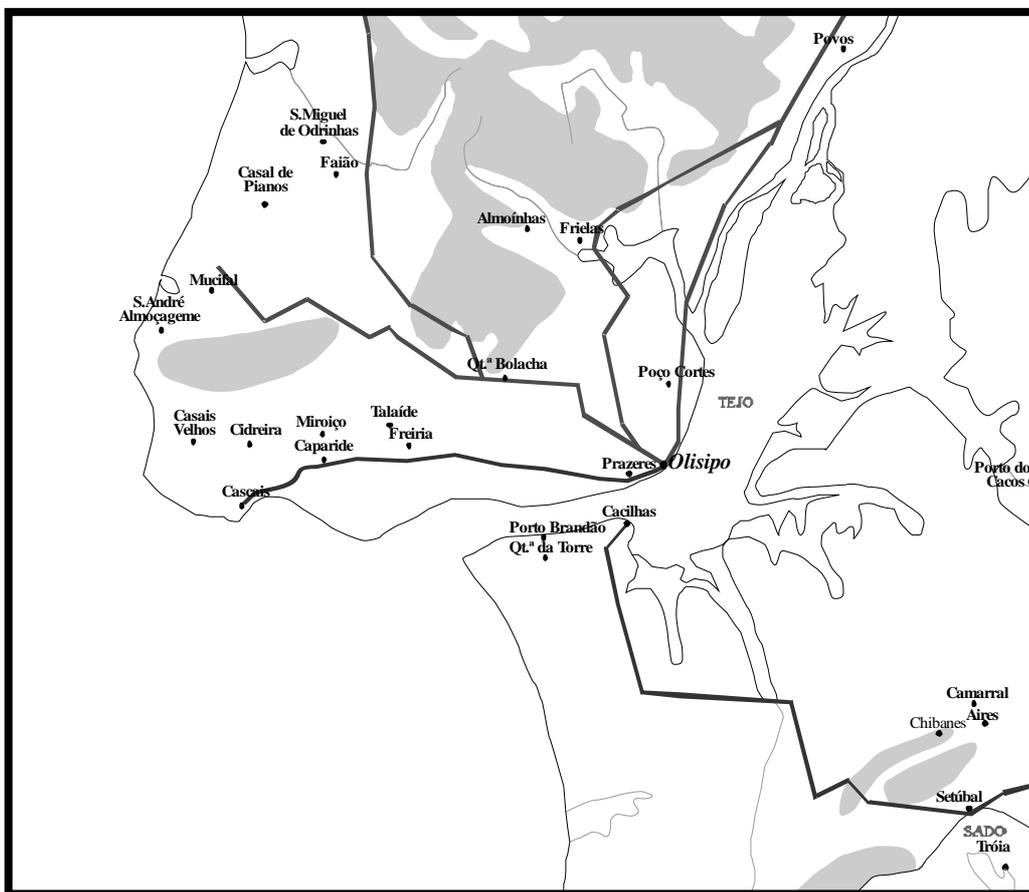


Figura 73- Localização de sítios com ocupação romana dos estuários dos rios Tejo e Sado, com indicação dos mencionados no texto.

Do conjunto destes sítios há a ressaltar a ocorrência de marcas itálicas apenas na *uilla* de Colaride (ver Anexo B) e no sítio de Azeitada (uma marca de *Cneus Ateius Xanthus* classificada erroneamente como sud-gálica- QUINTEIRA 1998: n.º 40), que documentam a

importação de *sigillata* itálica do “período tardio” (GOUDINEAU 1968). Complementando esta informação, a importação de vasos da Península Itálica neste período está também atestada em Cacilhas (forma Goudineau 42- SANTOS et al. 1996: pág. 230), Miroiços (CARDOSO 2005), Parede Bem Feita e Casal de Pianos (MONTEIRO 2003).

Os locais acima citados revelaram também exemplares gálicos, na totalidade atribuíveis a La Graufesenque. As cronologias da maioria das impressões centra-se nos meados do principado de Nero e até ao final do de Vespasiano, o que é particularmente patente em Azeitada (QUINTEIRA 1998), onde apenas um caso de caso é de época exclusivamente cláudia, com dois casos de marcas que podem atingir cronologias do final de época flávia em Povos (DIAS 1998: 21, n.º1) e Paredes (DIOGO 1980A: 110), sendo possível admitir que esta última tenha atingido até os principados dos primeiros Antoninos. A exiguidade da amostra mais não permite do que comprovar alguma relevância das importações sud-gálicas nos momentos finais do período definido tradicionalmente como de grande difusão para o Ocidente da Península Ibérica (ALARCÃO 1975, MAYET 1978, DIOGO 1980a e 1984).

Indícios de outras naturezas, recolhidos noutros locais, introduzem alterações ao panorama que se acabou de descrever.

Na “*uilla*” de Frielas (Loures), intervenções recentes permitiram a recolha de um pequeno conjunto de *terra sigillata*, do qual ressalta a presença de, apenas, três fragmentos de vasos oriundos do sul da Gália, na totalidade atribuídos a Montans (SILVA [2004]: pág. 11, quadro 1). Os contextos de recolha daquelas cerâmicas não foram, porém, muito esclarecedores, pois apesar da instalação da “*uilla*” ser situada pelos escavadores nos meados do século III d.C.-inícios do séc.IV d.C, datação obtida a partir da análise das estruturas reveladas (Idem: pág. 13), aqueles vasos de *sigillata* documentarão por força uma ocupação anterior do espaço que remontará aos séculos I-II d.C. e que, portanto, não estará ainda caracterizada. Esta indução de existência de uma ocupação anterior parece também reforçada pela frequência atingida pelos vasos em *sigillata* africana clara A presentes no sítio (25 exemplares- Idem: pág. 11, quadro 1).

O pequeno conjunto gálico de Frielas, oriundo de Montans, encontra poucos paralelos na região, com um único caso conhecido, dubitativo, na necrópole de Casal de Pianos (Sepultura 6-MONTEIRO 2003: pág. 28). Bem próximo de Frielas, na *uilla* das Almoínhas, a amostragem acusa a presença de vasos apenas atribuídos a La Graufesenque (dos quais dois classificáveis como Drag.35 e Knorr 78- OLIVEIRA 2001: pág. 85),

confirmando as informações transmitidas pelas “marcas de oleiro” em produções gálicas da Praça da Figueira.

Este mesmo panorama ocorre de forma mais expressiva em Azeitada (presentes as formas Drag. 15/17, 18, 24/25, 27, 30, 33, 35 e 37- QUINTEIRA 1998: pág. 162), Povos (formas Drag. 15/17, 18, 24/25, 27 e 33- DIAS 1998), Santo André de Almoçageme (SOUSA 1989- onde as quantidades de sud-gálica são tratadas estatisticamente, mas sem indicação das formas), Alto da Cidreira (formas Drag. 15/17, 18, 24/25, 36 e 33- NOLEN 1988: pp. 74-76) e Quinta da Bolacha (formas Drag. 35/36, 27 e talvez 30- MIRANDA e ENCARNAÇÃO 1997: pp. 17 e ss.), quadro completado por exemplares de outros locais de que se podem citar Talaíde (Drag. 27 dotada de canelura na parede exterior do pé- CARDOSO e CARDOSO 1993: fig. 6, n.º 2), Cacilhas (formas Drag. 15/17 e 27 - SANTOS et al. 1996: pág. 230) ou Camarral (formas Drag. 24/25, 27, 18 e 29- FERNANDES e CARVALHO 1996: fig. 5, pág. 131).

É certo que entre as várias centenas de fragmentos *sigillata* gálica da Praça da Figueira repertoriados até ao momento se detectaram somente quatro fragmentos em que as pastas denunciavam, com segurança, uma origem em Montans, situação aliás análoga à verificada para Santarém (VIEGAS 2003a). Estas observações documentam uma importação muito marginal destes produtos para o Vale do Tejo, circulando do Norte Peninsular para Sul, no essencial nunca penetrando áreas distantes do litoral, de que o exemplo mais modelar é o cantábrico (PÉREZ GONZÁLEZ 1989: pág. 324; PÉREZ GONZÁLEZ, et al. 1998). Tal não explica a “concentração” de Frielas, situação excepcional que encontra um bom paralelo no sítio “interior” da *uilla* do Monte da Cegonha (Vidigueira) (LOPES 1989), que também constitui um caso aparte no no respectivo quadro regional (LOPES 1994; ALARCÃO et al. 1990). Talvez factores bem mais peculiares estejam na base deste tipo discrepante de ocorrências, mas não os conseguimos entrever ainda, tampouco o seu significado.

Nos sítios que temos vindo a apreciar, as “marcas de oleiro” hispânicas constituem uma escassa minoria, estando representadas apenas em Colaride (ver Anexo B), Azeitada (QUINTEIRA 1998: n.º 20) e Camarral (FERNANDES e CARVALHO 1996: pág. 120, n.º 4; ver Anexo B), não proporcionando, por isso, elementos suficientes de análise.

Os conjuntos de *terra sigillata* hispânica recolhidos nos sítios da região corroboram as observações produzidas a propósito das “marcas de oleiro” com aquela origem da Praça da Figueira, ao mostrar ou equilíbrio ou, mais frequentemente, uma tendência de predominância do grupo de Trício sobre os produtos provenientes do centro de Andújar:

em Frielas 7/6 exemplares, respectivamente (SILVA 2004: pág. 11, quadro 1), no Alto da Cidreira 17/4 (NOLEN 1988: pp. 75-77), em Povos 54/26 (DIAS 1998: pág. 16) e uma proporção desconhecida em Azeitada, mas seguramente repartida, de acordo com a descrição de “pastas e vernizes” elaborada (QUINTEIRA 1998: pp. 169-173).

Tal como nas cidades antigas de Santarém ou Lisboa, os assentamentos da região vêm revelando conjuntos importantes de vasos de manufactura hispânica. Neles se incluem formas que se supõem dos momentos iniciais da fase de maior expansão comercial do grupo, como as Drag. 29 e 24/25 (Almoínhas- SILVA 2001: pp. 84-85) ou a Ritt. 8 (Azeitada- QUINTEIRA 1998: pág. 169).

Apesar da repertoriação de outras formas, o serviço básico composto pelo prato Drag. 15/17 e a taça Drag. 27 surge como dominante, estando as formas atestadas em locais bem disseminados geograficamente como Colaride (ver Anexo B) e Alto da Cidreira (NOLEN 1988: pág. 76-77), Frielas (SILVA [2004]), Povos (DIAS 1998), Azeitada (QUINTEIRA 1998) e Camarral (FERNANDES e CARVALHO 1996: pág. 120, 4- ver Anexo B).

Para finalizar este apartado, convém salientar que a validade das interpretações elaboradas a partir dos sítios da região se encontra ainda bastante limitada pela escassez de dados compulsados, pois desconhece-se ainda a maior parte dos conjuntos de *terra sigillata* resultantes dos trabalhos arqueológicos conduzidos no território, o que inclui também sítios de há muito intervencionados.

### **...o significado das amostragens de *Olisipo* para a definição do seu papel no âmbito do consumo e redistribuição de *terra sigillata* no ocidente peninsular...**

O número de “marcas de oleiro” relacionável com as primeiras exportações de *terra sigillata* da Península Itálica para o actual território português e Galiza é, em comparação com outros territórios peninsulares como a Catalunha e o Levante, reduzido. Este elemento, de aparente menor relevância, traduz uma menor intensidade do fluxo de cerâmicas finas para os territórios ocidentais, então em estádios distintos de assimilação por Roma.

Mesmo nas áreas do Sudoeste, tradicionalmente considerado como mais “romanizado”, as ocorrências detectadas são escassas, e estão limitadas pela margem do Tejo: a geografia dos tipos iniciais de “marcas” itálicas, radiais, só recentemente abarcou esta área, graças aos contributos de Catarina Viegas, que publicou o único exemplar conhecido de Santarém (VIEGAS 2003a e 2003b), e de Eurico Sepúlveda, que, entre o material colectado na Casa dos Bicos em 1981/1982, identificou para Lisboa um outro,

infelizmente ilegível (informação do próprio e de Clementino Amaro, a quem se agradece a autorização de divulgação).

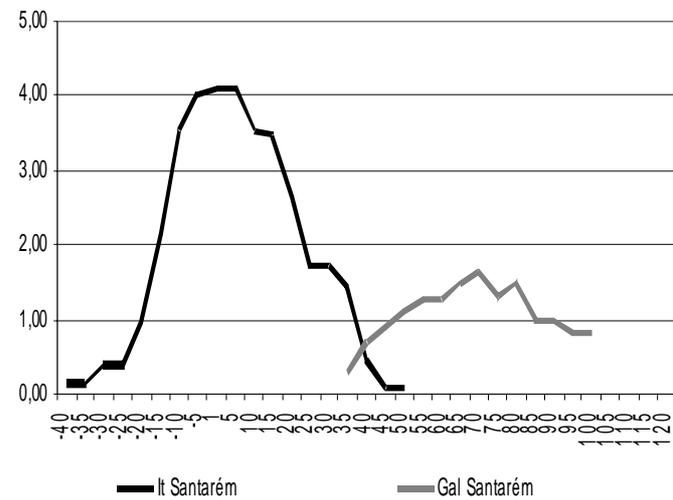
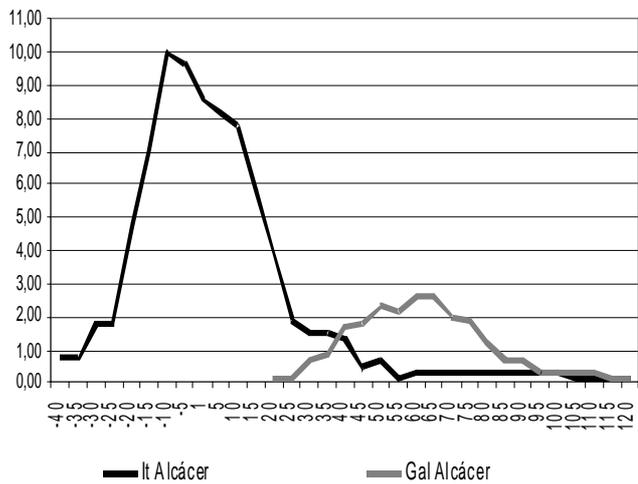
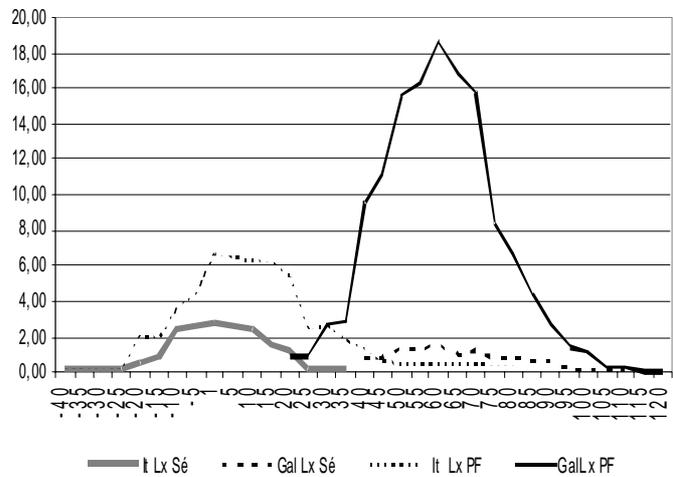
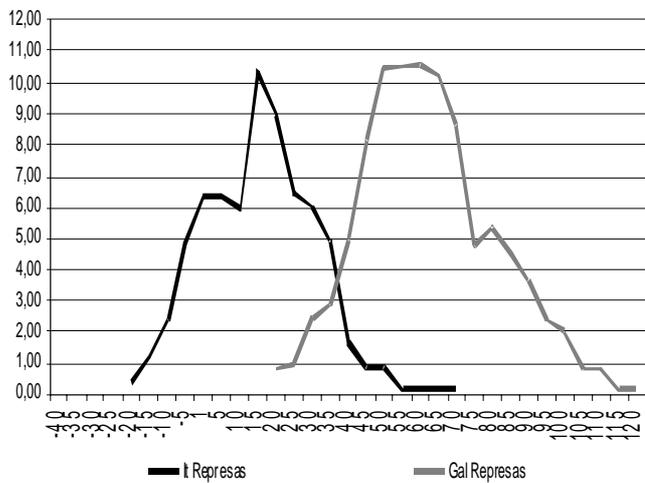
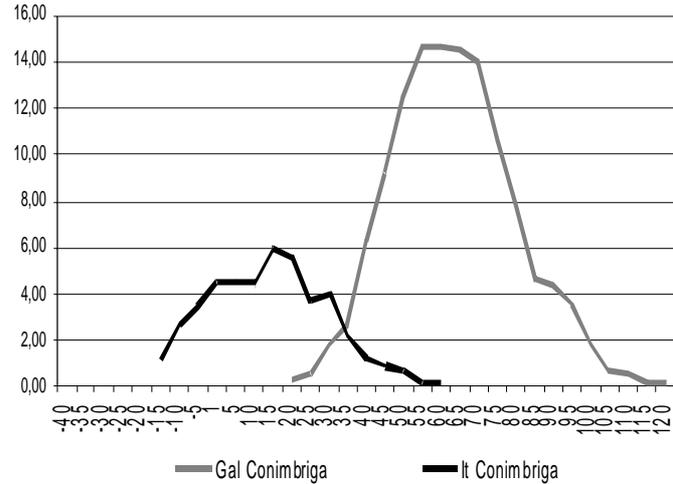
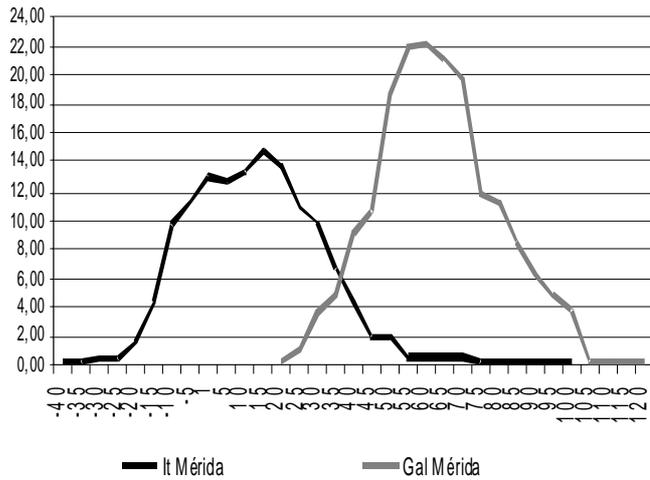
A dispersão das impressões itálicas no Sul de Portugal parece sugestiva, concentrada em alguns locais, bem relacionados comercialmente por via marítima, de que Alcácer e Lisboa seriam os exemplos maiores.

No interior desta vasta região, fora dos grandes aglomerados a maioria das ocorrências respeita a sítios vinculados à fixação de populações exógenas (MAIA 1987), eventualmente itálicas, e corresponde aos denominados “*castella*” como os de Manuel Galo, Castelo das Guerras ou Castelo da Lousa (Anexo B). A concentração nestes locais é, porém, mais aparente que real, e traduz um profundo desconhecimento da matéria no SO peninsular, sendo de esperar que centros urbanos relevantes nos inícios do Império, de que se destacam Évora e Beja, proporcionem amostragens significativas, conservadas inéditas no momento.

Os conjuntos de marcas analisados, que em boa parte reproduzem os resultados obtidos pela investigação mais recente sobre diversos sítios ou conjuntos (MORAIS 1998a; VIEGAS 2003a e 2003b; SEPÚLVEDA et al. 2000; OCK-CD-ROM), proporcionaram leituras algo distintas para os diversos locais, que apesar de não colocarem em causa o quadro geral de há muito traçado pelos estudos sobre a matéria (ALARCÃO 1971 e 1975a; MAYET 1978, DIOGO 1980b e 1984), matizam um pouco a perspectiva algo monótona das importações itálicas para o ocidente peninsular.

Assim, e tendo aplicado a mesma metodologia e os mesmo pressupostos expostos antes, a propósito da definição da evolução das importações verificadas na Praça da Figueira e Claustros da Catedral, é patente que a importação de vasos do chamado período arcaico da *sigillata* itálica (GOUDINEAU 1968), a ter ocorrido em Lisboa, foi-o em muito pequenas quantidades, em situação aproximada à verificada para Alcácer e Santarém, onde os valores indiciam uma maior probabilidade de ocorrência.

Nestes momentos iniciais de importação de vasos itálicos, Alcácer avulta entre os sítios lusitanos como aquele onde a intensidade do fluxo se verificou mais cedo, concordando com as anteriores leituras para o local (DIOGO 1980a; FARIA et al. 1988). Apesar da sua baixa expressão numérica, e das cautelas que ela advoga, é de notar que Santarém apresenta uma curva inicial das importações similar à da cidade do Sado, o que já foi explicado, com base mais sólida e alargada, por Catarina Viegas, que apresentou a hipótese de este comportamento estar relacionado com as funções administrativas



instaladas no aglomerado a partir de Augusto (VIEGAS 2003a: pág. 97), tendo suposto também para *Scallabis* o papel de principal centro redistribuidor de *sigillata* no Vale do Tejo, condicionado aos resultados obtidos para Lisboa (Idem: pág. 294).

Neste sentido, o contributo apresentado demonstra, com base apenas nas “marcas de oleiro” (ver gráficos 11 e 13), que a verificar-se a função desempenhada por Santarém no quadro do Vale do Tejo proposta por C.Viegas, ela terá que ter ocorrido apenas nas décadas iniciais da importação, sendo a partir daí, e com este tipo de fundamento, impossível aferir qual dos dois sítios deteve a primazia na redistribuição dos vasos na região. Ainda assim, e salvaguardando de novo a exiguidade das amostragens disponíveis para ambos os locais, os indicadores de Santarém registam uma quebra manifesta a partir da primeira década do século I d.C., no que não é acompanhada pelos dois de Lisboa, Claustros da Sé e Praça da Figueira.

O sítio que mais se aproxima dos resultados obtidos para *Scallabis* é, a vários níveis, Alcácer do Sal. É certo que, ao contrário do material de Santarém, resultante de escavações recentes e bem controladas, a maioria das impressões dadas a conhecer da cidade do Sado provêm, na sua maioria, de recolhas ocasionais, efectuadas em circunstâncias pouco ou nada esclarecedoras em termos contextuais (FARIA et al. 1988). Porém, em sentido contrário e também em oposição, o conjunto alentejano de “marcas de oleiro” itálicas corresponde ao terceiro mais numeroso do país, e detém uma expressão quantitativa que se tem que relevar.

Tal como Santarém, Alcácer atinge o seu “floruit” em data que se pode qualificar de precoce, cerca de 10 a.C., mas atingindo valores equivalentes aos registados para Mérida (ver gráficos 8 e 12), os mais elevados do ocidente da Hispânia. Contudo, e enquanto os restantes sítios registam um crescimento paulatino, à excepção de Santarém onde se verifica uma estagnação que se prolongará até cerca de 5 d.C., os indicadores de *Salacia* decaem decisiva e continuamente, como já se havia observado (DIOGO 1980b; FARIA et al. 1988).

No período médio e tardo-augústeo, Lisboa apresenta padrões do volume de importação, aferidos a partir das marcas, similares aos de Mérida, Repesas (que traduzirá o quadro de *Pax Iulia*) e Conimbriga (ver gráficos 8 a 11). Trata-se de um progressivo aumento do fluxo de vasos em direcção ao ocidente hispânico, que resultará de um clima económico favorável proporcionado por múltiplos factores, de entre os quais se podem citar o desenvolvimento urbanístico e das infraestruturas de comunicação, à escala provincial.

Até este momento, os centros abastecedores de *sigillata* que forneceram os mercados provinciais em causa haviam sido, essencialmente, os ligados ao âmbito do rio Arno, Arezzo e Pisa. Note-se que Mencheli atribui à produção de Pisa, o porto de escoamento dos produtos de ambos os centros, um carácter orientado para a dupla natureza comercial, “livre” e institucional, abastecendo igualmente mercados urbanos e rurais, mas também os militares, onde os vasos acompanhavam os contentores anfóricos contendo as produções alimentares resultantes das explorações agrícolas do *ager pisanus* (MENCHELI 1997: pp. 193-195).

Data dos momentos iniciais deste período, em torno da mudança da Era, o aparecimento no mercado hispânico das produções das grandes oficinas que dominam, de forma minoritária, o panorama dos fornecedores deste tipo de olaria, que merecem uma atenção detalhada: as ligadas a *Publius Cornelius* e o vasto grupo, heterogéneo, dos “ateianos”, concorrenciais na península (ALARCÃO 1975a: pág. 8).

As oficinas ligadas a *Publius Cornelius*, com importante produção decorada (TROSÓ 1991), estão representadas no território em apreço por vasos marcados em seu nome, mas também por vinte e cinco dos seus escravos. Este dado ilustra bem a importância da orientação da exportação destas olarias para o ocidente do Império, particularmente para a totalidade da Hispânia. Esta concentração na Península Ibérica, motivou inclusive a interrogação de P.Kenrick “did Cornelius own estates in Spain with consequent shipping interests?” (KENRICK 2000: pp. 45-46). Na realidade, desconhece-se o fundamento para este fluxo singular do grupo de manufacturas de Arezzo-Cinelli.

Uma das explicações plausíveis para esta ocorrência, alternativa à aventada por Kenrick, é a participação de *P.Cornelius* no abastecimento militar aos efectivos estacionados no Noroeste.

Os dados proporcionados pelo estudo das “marcas de oleiro” destes locais (LUGO-CARREÑO GASCÓN 1997, admitindo uma funcionalidade militar; Astorga, Herrera de Pisuerga e León- MORILLO CERDÁN e GARCÍA-MARCOS 2003) – evidenciaram grande heterogeneidade nos respectivos fornecedores. Assim, as olarias em causa apenas se apresentam muito atestadas num dos assentamentos militares, León (12/51 impressões- MORILLO CERDÁN e GARCÍA-MARCOS 2003: pág. 298), ao passo que nos restantes estão-no de forma discreta (Idem: pp. 297 e 299; CARREÑO GASCÓN 1997: pág. 20).

No entanto, outra natureza de informação permite, porventura, entender melhor o perfil de importação dos assentamentos militares do NO hispano, que se relaciona

estritamente com as necessidades específicas daquele tipo de consumo: as produções decoradas.

Figura 74

- Cneus Ateius (3)
  - ▣ Cneus Ateius (5)
  - Cneus Ateius (?)
  - ▤ Ateius (2)
  - ▥ Ateius (3)
  - ▦ Ateius (5)
  - ▧ D ( ) Cn. Ateii
  - ▨ Eros ? Cn. Ateii
  - ▩ Primus Cn. Ateii
  - Cn. At. Euhodus
  - Cn. At. Euryalis
  - ▬ Cn. At. Mahes
  - ▭ Cn. At. Xanthus (2)
  - ▮ Cn. At. Zoilus (2)
- 
- Publius Cornelius (2)
  - ① Anteros
  - ② Anthus
  - ③ Apollo
  - ④ Atticus
  - ⑤ Auctus
  - ⑥ Diomedes
  - ⑦ Epigonus
  - ⑧ Faustus
  - ⑨ Felix
  - ⑩ Firmus
  - ⑪ Fructus
  - ⑫ Gemellus
  - ⑬ Heracla
  - ⑭ Himerus
  - ⑮ Ingenius
  - ⑯ Memor
  - ⑰ Phart(enius)
  - ⑱ Phile( )
  - ⑲ Philonicus
  - ⑳ Plocamus
  - ㉑ Potus
  - ㉒ Primus
  - ㉓ Quartio
  - ㉔ Speratus
  - ㉕ Staius

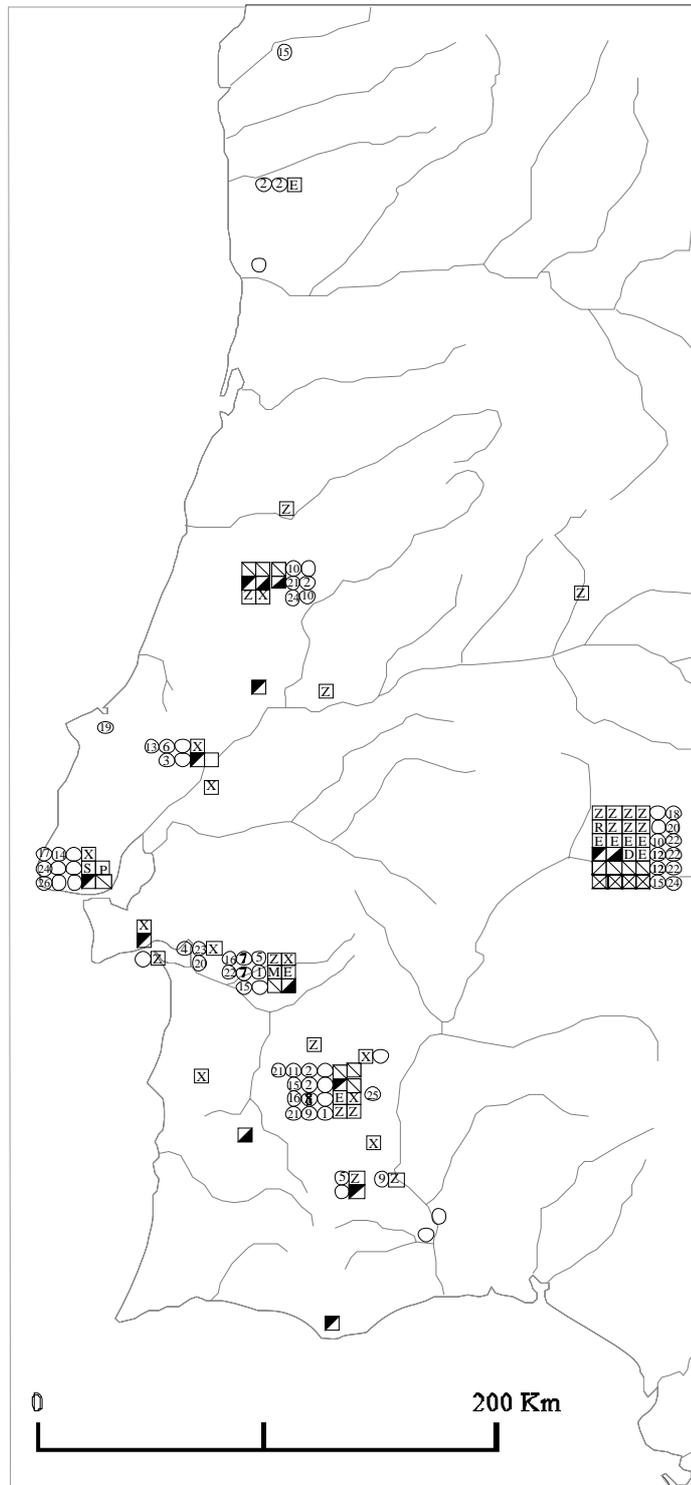


Figura 74- Distribuição dos vasos dos vasos marcados por oleiros ligados ao grupo dos “ateianos” e às oficinas de *Publius Cornelius* no ocidente peninsular.

Já antes Pérez González havia chamado a atenção para a importância destes fabricos para os indivíduos itálicos deslocados na península (PÉREZ GONZÁLEZ 1989). Ora, atentando-se nas listagens de oleiros atestados por marcas em Herrera, Astorga e León (MORILLO CERDÁN e GARCÍA-MARCOS 2003), executadas na quase totalidade dos casos sobre produções lisas (que acompanhariam as ornadas), delas ressalta a mais alta frequência atingida aqui pelos “oleiros decoradores” (na asserção utilizada, noutro contexto, por A. Mees- MEES 1994) do que em contextos urbanos. Encontram-se, neste caso, os “rasinianos”, os “perennianos” e *Publius Cornelius*.

Neste sentido, o Vale do Tejo poderá ter desempenhado algum papel na circulação dos abastecimentos militares (ou nos de maior carácter institucional), arqueologicamente atestados no NO com base noutro tipo de evidências, nomeadamente a anfórica (CARRERAS MONFORT 1998).

Existem outros argumentos a favor do papel que o Vale do Tejo poderá ter desempenhado no trânsito dos produtos de *Cornelius*.

De acordo com C.Troso, que dedicou um estudo monográfico à produção decorada “corneliana”, os vasos ornados destas olarias apresentam-se pouco difundidos no Reno (TROSÓ 1991: pág. 61) e na Gália interna (Idem: pág. 62), mas estão assinalados em pontos diversos da *Britannia* (Idem: pág. 62). Destacou, a esse propósito, a representatividade atingida pelos produtos decorados de *P.Cornelius* em Conimbriga, claramente dominantes com os seus 26 fragmentos, mas também na *Mauritania Caesarensis* e no extremo marroquino (Idem). A única explicação plausível que se afigura para este tipo de distribuição, no que à Hispânia respeita, é a de que ela só poderá resultar de uma circulação efectuada por via marítima ao longo das costas atlânticas da Península Ibérica, que justificaria assim as ocorrências portuguesas como as de Alcácer do Sal (FARIA et al. 1998), Chões Salgados/Miróbriga (DIAS 1977: pág. 363), Braga (MORAIS 1998a) ou da própria Praça da Figueira (material em fase de preparação para publicação, onde, pelo menos, cinco fragmentos são classificáveis como saídos das oficinas “cornelianas”).

Ainda em referência ao papel que *Olisipo* poderá ter desempenhado no período pleno e tardo-augústeo enquanto porto de ligação da rota atlântica, mas agora numa óptica distinta, é contrastante a proporção entre “ateianos” e “cornelianos” no ocidente peninsular (ver figura 74, pág. 294).

Ao passo que em Mérida o primeiro “grupo” está em posição dominante, numa proporção de 2/1, em todo o restante território, à excepção de Conimbriga (onde, como se

referiu antes, em contrapartida não se registou um único vaso decorado “ateiano” mas um número elevado de “cornelianos”- ALARCÃO 1975a: pág. 8), as marcas de “cornelianos” são mais frequentes, o que sugere que a capital da Lusitânia utilizou circuitos de abastecimento de *sigillata* itálica, nas duas primeiras décadas da Era, distintos dos da restante província. Este entendimento parece reforçado pela menor frequência aí atingida pelos produtos de Pozzuoli (ver gráfico 20, em comparação com os restantes), que conhecem uma difusão essencialmente costeira (OCK-CD-ROM).

Tomando em consideração que Alcácer e Santarém se encontravam então já em perca (ver gráficos 12 e 13, pág. 291), o único porto com condições para desempenhar o principal papel redistribuidor à escala regional era, justamente, *Olisipo*, onde em apartado próprio se chamou a atenção para a representação atingida pelas marcas das oficinas ligadas a *P.Cornelius*.

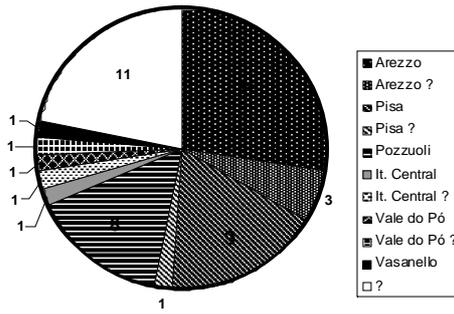
È também nas duas primeiras décadas do século I d.C. que se verifica uma maior complexificação nas fontes de aprovisionamento de *terra sigillata* para o território que aqui interessa.

Este fenómeno dá-se quer através da diversificação dos centros produtores, quer a nível dos próprios oleiros, surgindo agora com maior frequência testemunhos de olarias de pequena compulsão. Período de maior competitividade em relação a Arezzo, no qual o grande centro terá momentaneamente perdido mercados fundamentais como Roma (KLYNNE 2002 e 2003), resultou no aparecimento de vasos itálicos com origem fora do âmbito do Arno. Na fachada atlântica peninsular, datam deste período a maioria das marcas adscritas a Pozzuoli, que apresenta uma melhor representatividade nos locais mais ligados aos circuitos marítimos dos portos atlânticos, com destaque para *Olisipo*, onde a proporção de marcas do porto campano é mais elevada.

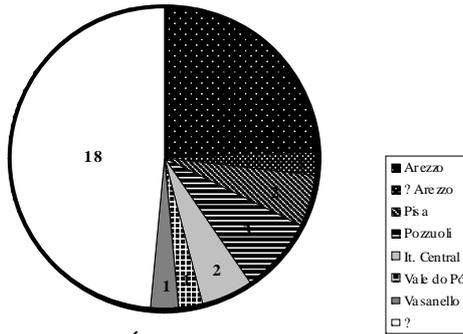
Os inícios do principado de Tibério marcam, genericamente, o momento decisivo de inversão no fluxo de vasos de tipo itálico para o ocidente hispano. No entanto, os resultados gráficos demonstram, invariavelmente, que esta quebra não é totalmente compensada pela afluência de vasos com outras origens, nomeadamente gálica (ver gráficos 8 a 13, pág. 291). Mais uma vez, deverá tratar-se de um resultado mais aparente que real, muito provavelmente fundamentado no atomismo dos intervalos atribuídos pela investigação.

Nas décadas de 20 e 30 d.C., de acordo com as escassas impressões reveladas nos dois locais lisboetas tratados, a *terra sigillata* de tipo itálico que continuou a afluir a Lisboa era oriunda de Pisa.

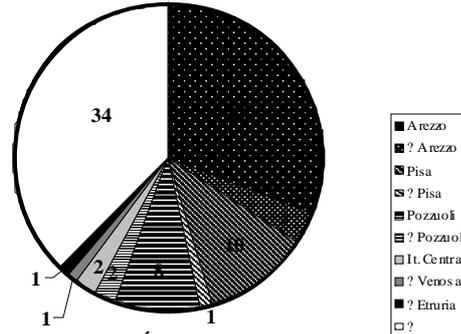
**GRÁFICO 17**  
**LISBOA (PF+SÉ+ESA) (50)**



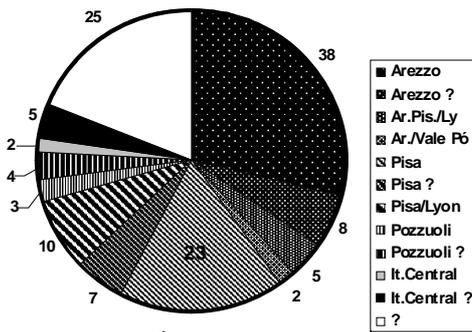
**GRÁFICO 18**  
**SANTARÉM (39)**



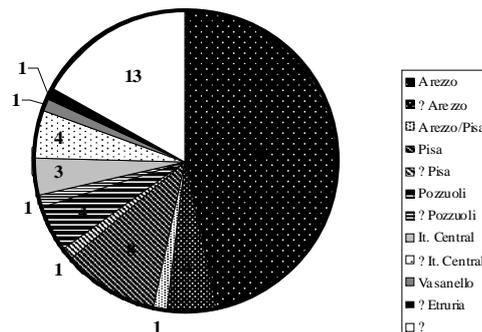
**GRÁFICO 19**  
**REPRESAS (90)**



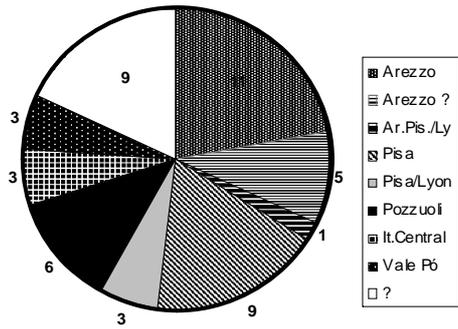
**GRÁFICO 20**  
**MÉRIDA (132)**



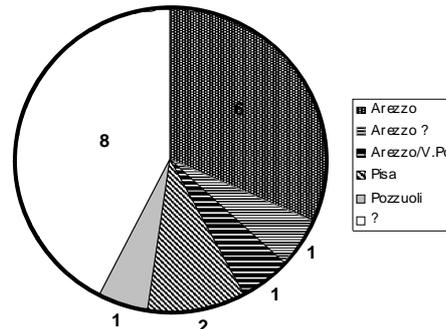
**GRÁFICO 21**  
**ALCÁCER (76)**



**GRÁFICO 22**  
**CONIMBRIGA (50)**



**GRÁFICO 23**  
**BRAGA (19)**



Gráficos 17 a 23- Fontes de aprovisionamento de terra sigillata itálica no ocidente peninsular.

Esta observação deverá ser colocada, mais uma vez, em relação com as rotas comerciais que bordejavam a Península Ibérica pelo atlântico, nas quais o porto de *Olisipo* pode ter assumido um papel de relevo. Refira-se que na *Britannia* se revelaram, para os momentos imediatamente anteriores à conquista de Cláudio e fases iniciais desta, quantidades importantes de fabricos pisanos assinados por elementos do grupo “ateiano”, nomeadamente *Crestus*, *Xanthus* e *Zoilus* (MENCHELI 1997: pág. 193), que ocorrem em diversos locais da Hispânia (BELTRÁN LLORIS 1990), dois deles com boa representação ou distribuição na área que aqui interessa (ver figura 74, pág. 294).

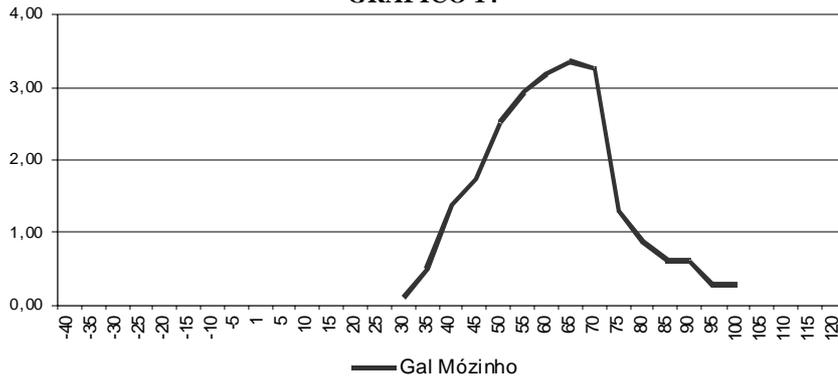
O tratamento proporcionado às “marcas de oleiro” mostra que a substituição de vasos de tipo itálico por outros da Gália meridional nos mercados peninsulares ocidentais correspondeu a um processo paulatino, também iniciado na década de 20 d.C. (Idem).

O perfil de importação de vasos gálicos evidenciado por Lisboa corresponde ao definido para outras cidades como Braga, Conimbriga, Mérida e *Pax Iulia* (representada por Represas) (ver gráficos 8 a 11, pág. 291). Os mesmos resultados foram obtidos com o tratamento quantitativo de locais que proporcionaram conjuntos de menor expressão, como os de Monte Mózinho (CARVALHO 1994), Chões Salgados/Mirobriga ? (QUARESMA 2002 e 2003), Tróia (Anexo B) e Balsa (correspondente ou representada por Torre de Ares-NOLEN 1988) (Gráficos 14 a 17, pág. 299), onde as ligeiras discrepâncias nas curvas dos gráficos se devem ao maior peso que uma só marca encerra face a uma amostragem diminuta.

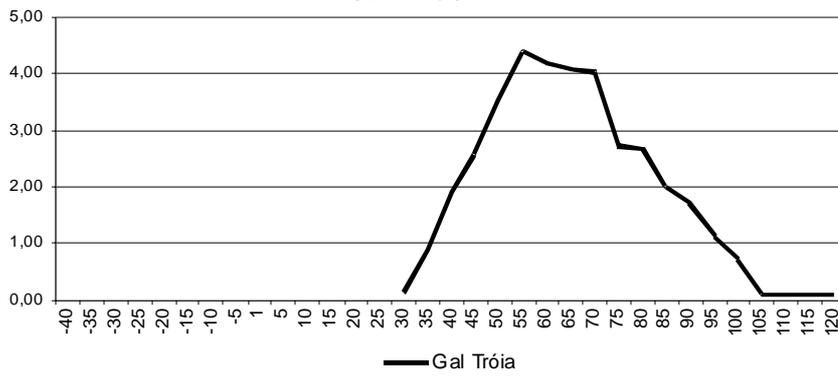
As mesmas leituras, com correspondência nas outras zonas mais meridionais da Península Ibérica, haviam sido há muito obtidas pelos trabalhos, hoje clássicos, como os de Françoise Mayet a propósito das marcas de Mérida (MAYET 1978), de Adília Alarcão sobre os vasos de Conimbriga (ALARCÃO 1975b), ou da colecção de Baelo *Cláudia* (BOURGEOIS e MAYET 1991). Neles se definiu um período de maior intensidade de importação, compreendido entre os principados de Cláudio e Vespasiano, tendo-se concluído que a *terra sigillata* sud-gálica, responsável pela percentagem esmagadora das importações de fora da Hispânia, deixara de ser importada cerca de 70-80 d.C. (AAVV 1975: pág. 41).

Os mesmos estudos comprovaram que o centro de La Graufesenque fora o responsável pela maior percentagem das importações gálicas, quadro que se esbate um pouco nas áreas próximas ao Golfo de Biscaia, onde se verificou o predomínio dos fabricos de Montans.

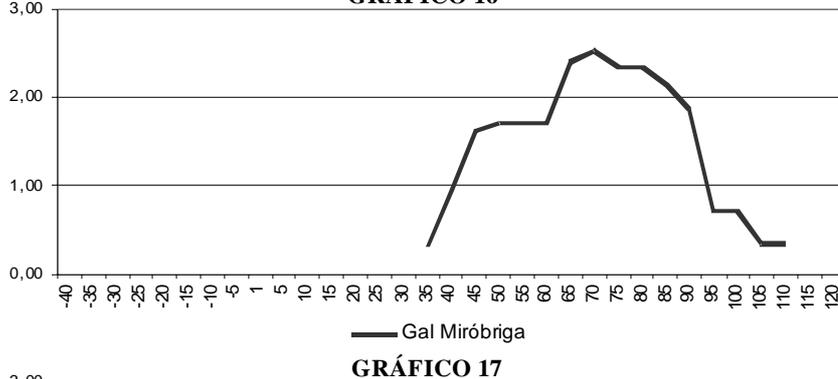
**GRÁFICO 14**



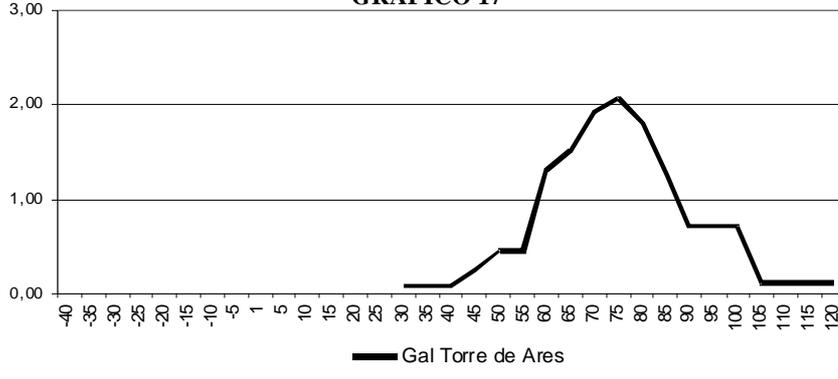
**GRÁFICO 15**



**GRÁFICO 16**



**GRÁFICO 17**



A importância de Montans é, porém, marginal, mesmo na sua área de influência na Hispânia. O caso cantábrico, a que já fizemos antes alusão, é bem ilustrativo das competências dos seus produtos nestes mercados: o estudo do eixo Castro Urdiales-Luliobriga-Herrera de Pisuerga mostrou um balanço com La Graufesenque em que Montans era dominante no primeiro sítio, costeiro, equilibrado no segundo, e minoritário no terceiro (PÉREZ GONZÁLEZ et al 1998), asseverando Pérez González que observações similares foram produzidas para outras áreas na Meseta (PÉREZ GONZÁLEZ 1989: pág. 322).

Os sítios com os quais se contrastou a amostragem lisboeta evidenciaram quadros semelhantes quanto aos oleiros atestados, maioritariamente de La Graufesenque: um panorama complexo, muito parcelado, de difícil interpretação quanto à natureza do comércio que originou a presença dos vasos.

Em data recente, Castellano Castillo formulou hipóteses explicativas quanto às ocorrências dos oleiros sud-gálicos na Hispânia, a propósito da importante colecção proveniente das escavações do anfiteatro de Cartagena (CASTELLANO CASTILLO 2000). No trabalho, o investigador divide os oleiros em dois grupos: um primeiro, correspondente aqueles quase exclusivamente representados nas áreas mediterrânicas, subdividindo-o em dois sub-grupos distintos, onde incluiu, num, os atestados nas áreas costeiras da Península, abarcando também a Bética atlântica e a Lusitânia, noutro, os que o estão em toda a Hispânia; no segundo grupo, considerou os oleiros presentes em simultâneo na Hispânia, Península Itálica e Mauritania Tingitana (Idem: pp. 162- 164). Com base na análise a que procedeu, concluiu da possibilidade de especialização nalguns mercados por parte de alguns oleiros sud-gálicos, que teriam utilizado uma rota preferencial junto à costa hispana em direcção ao Marrocos atlântico (Idem: pág. 164).

A proposta, que pode estar correcta, não resultou totalmente operativa por razões que importa esclarecer. Em primeiro lugar, porque os repertórios com que lida a investigação são limitados, sentindo-se há muito a carência de um *corpus* actualizado para a produção sud-gálica. Em segundo lugar, porque há pressupostos que não foram tidos em conta e que limitam a validade da análise, dos quais se destacam: a avaliação da capacidade de compulsão de vasos dos distintos oleiros e a verificação da sua atestação noutros contextos que não o africano e o itálico, nomeadamente na *Britannia* e *Germania*, mercados com níveis de consumo de vasos sud-gálicos bastante mais elevado do que aqueles, por força dos importantes contingentes militares aí localizados.

Por esta razão, os oleiros em que Castellano Castillo se baseou para aventar a referida rota Narbonne-Cartagena-África (*Mommo, Vitalis, Secundus, Iucundus, Patricius,*

*Sabinus, Murranus, Crestio, Silvanus e Primus*- Idem: pág. 164), encontram-se igualmente bem atestados no campo holandês de Vechten (POLAK 2000: pp. 419-421), bem como noutros assentamentos militares da *Germania Inferior* (Idem: pág. 49). Curiosamente, e apesar da amostragem da Praça da Figueira ser muito repartida, todos eles também se encontram presentes em Lisboa. Eles equivalem, apenas, aos sud-gálicos de La Graufesenque com maior capacidade produtiva, que comprovadamente exportaram para todo o ocidente do Império.

Este conjunto de observações, demonstra que as “*marcas de oleiro*” em *terra sigillata* de La Graufesenque não se prestam ao mesmo tipo de tratamento que as itálicas, não servindo assim alguns dos propósitos do presente trabalho, especificamente de contribuir para esclarecer a natureza do comércio de vasos que teve lugar em *Olisipo*.

Como vem acontecendo noutros sítios do ocidente hispânico, verifica-se que os momentos finais de importação de vasos gálicos sobrepõem o principado de Domiciano. Neste particular as “*marcas de oleiro*” podem não constituir um indicador suficiente para ilustrar os momentos mais tardios deste tipo de consumo, apesar de estar documentada a possibilidade, escassa, de se terem atestado na Praça da Figueira exemplares deste período.

Em sentido diverso, Pérez González chamou a atenção para “nos ocuparmos, cada vez mais, de achados «ocasionais»”, a propósito de um exemplar centro-gálico encontrado em Herrera de Pisuerga, datável dos Antoninos (PÉREZ GONZÁLEZ 1989: pág.122).

Fabricos de Lezoux estavam já presentes em Tossal de Manizes (*Lucentum*), onde está atestado o oleiro *Ortus Paullus*, em *Ilici*, numa proporção de 0,81% do total da *sigillata* estudada (QUARESMA 2003- Quadro 11, pág. 169) e Mérida, onde está presente um vaso marcado por *Donatus* (MAYET 1978: n.º 73, onde também apresenta os casos, dubitativos, de duas marcas de *Viuus*- Idem: n.ºs 190 e 191). Em situação similar está o centro produtor de Banassac, que conheceu também alguma difusão peninsular, estando documentada sobretudo através de vasos decorados, em Torre de Ares (Tavira- NOLEN 1988, sete exemplares), Miróbriga, Valência e Sagunto (QUARESMA 2003- Quadro 11, pág. 169).

A despeito da sua pequena expressão quantitativa, parece ser sintomática a presença de importações oriundas de Lezoux em locais onde também se verificou a ocorrência de fabricos tardo-itálicos, coevos: Tossal de Manizes (RIBERA i LACOMBA 1989), *Ilici* (MONTESINOS I MARTINEZ 1998), Torre de Ares (NOLEN 1988), Herrera de Pisuerga (PÉREZ GONZÁLEZ 1989) e, agora, Lisboa (Praça da Figueira).

Paralelamente aos produtos da Gália, como se viu maioritários em *Olisipo* a partir de Cláudio e até Domiciano, circularam também na Hispânia vasos oriundos da Península Itálica, da produção denominada Tardo-Itálica (PUCCI 1985). Ocorrem produtos padanos, testemunhados exclusivamente por escassos exemplares decorados, em Tróia (SEPÚLVEDA 1998 e 2004), registando-se a ausência de “marcas de oleiro” com esta origem. Todavia, o maior volume de importação é proveniente do *ager pisanus*, que se encontra bem atestado, quer por marcas de oficina, quer por vasos decorados.

Os oleiros atestados na fachada atlântica da Lusitânia (ver figura 7) correspondem a boa parte do limitado número dos que compõem o grupo: *C.P.P.* (Lisboa e Alcácer do Sal- FARIA et al. 1988), *Sextus Murrius Festus* (Lisboa e Tróia- Anexo B), *Sextus Murrius P( )* (Alcácer- FARIA et al. 1988), *Lucius Rasinius Pisanus* (Tróia-SEPÚLVEDA 2004 e Torre de Ares- NOLEN 1994) e *M.C.Capito* (“margens do Sado”- DIOGO 1980b).

É significativo que *C.P.P.* esteja presente, por ser considerado um dos primeiros oleiros tardo-italicos e um dos que estabelece a relação de continuidade entre os fabricos itálicos tardios e os do grupo a que pertence (PUCCI 1985; MEDRI 1991). Este dado, que significa a importação do grupo cerâmico para Lusitânia ocidental desde os momentos iniciais da sua elaboração, aparece reforçado pelo suporte da marca de *Sextus Murrius Festus* encontrada na Praça da Figueira, um cálice decorado, e pelo contexto onde se verificou o seu aparecimento, datável genericamente do principado de Nero-Vespasiano (ver Capítulo 7). Em sentido contrário, as impressões de *Lucius Rasinius Pisanus* representarão momentos de importação mais avançados, situados desde os finais do século I d.C. aos meados do seguinte.

O quadro de distribuição à escala peninsular confirma as indicações fornecidas pela amostragem do sudoeste lusitano, ao qual se parece circunscrever a difusão mais ocidental deste fabrico: *Sextus Murrius Festus* está também documentado em Ibiza (FERNÁNDEZ et al. 1992), Tossal de Manizes (RIBERA i LACOMBA 1989), Cartagena e *Baelo Claudia* (BELTRÁN LLORIS 1990: pág. 72); *Sextus Murrius T( )* em Ilici (MONTESINOS I MARTINEZ 1998: pág. 260), *Baelo Claudia*, Alicante, Ampúrias, Elche e Sagunto (OCK-CD-ROM) e Ibiza (FERNÁNDEZ et al. 1992); *Sextus Murrius P( )* em Málaga (SERRANO RAMOS e ATENCIA PAEZ 1981: pág. 92), Tarragona, Ampúrias, Elche, Sagunto, Lleida, Alicante, Tossal de Manizes, *Pollentia*, Córdova, *Baelo Claudia*, Celsa e Valeria (BELTRÁN LLORIS 1990: pág. 72); *Lucius Rasinius Pisanus* em *Pollentia* (Idem: pág. 74), Ampúrias, Cartagena, *Pollentia* (OCK-CD-ROM) e Ilici (MONTESINOS I MARTÍNEZ 1998: pág. 260).

Figura 75

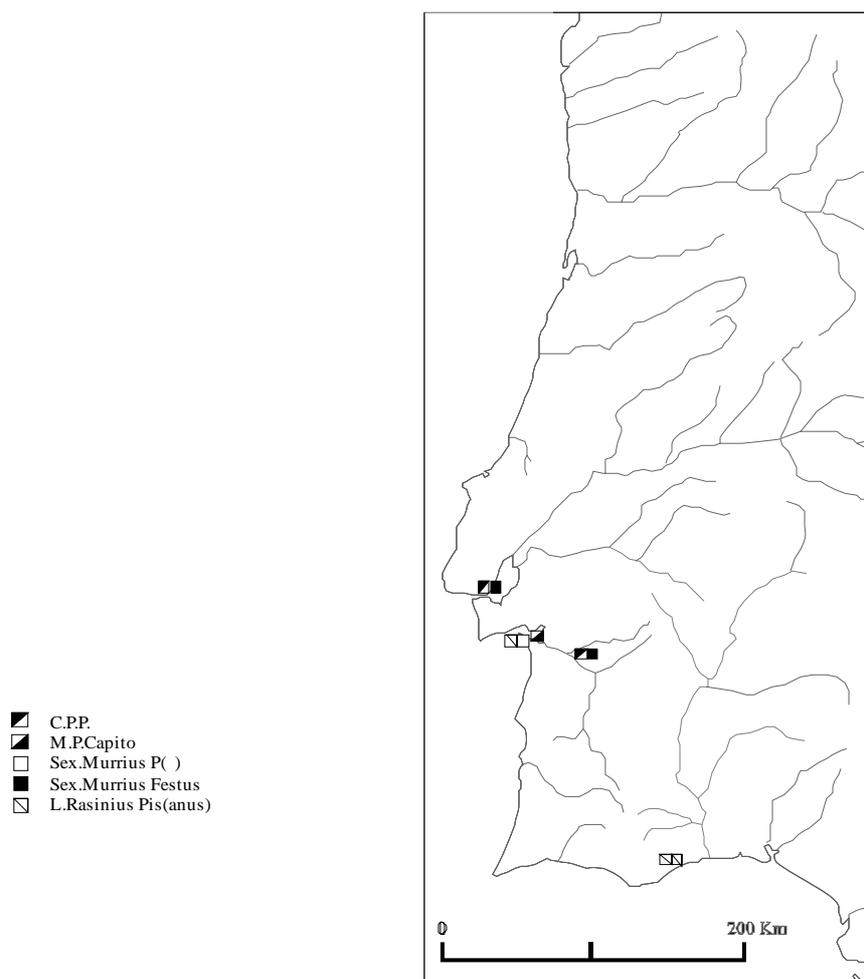


Figura 75- Dispersão das marcas de oleiros tar-do-itálicos no ocidente peninsular.

A geografia dos achados das “marcas de oleiro” enunciadas não esclarece as rotas preferencialmente utilizadas na disseminação dos vasos tar-do-itálicos na Península Ibérica, mas concorre, com segurança, para que se possa advogar uma difusão eminentemente marítima. Dada a distribuição patenteada, é admissível que tenham sido utilizadas rotas ao longo da costa gaulesa, as mesmas que serviam adiante a difusão da *sigillata* gálica, mas outras ocorrências sugerem a utilização, porventura preferencial, da rota que, vinda da Península Itálica, fazia escala em Ibiza. Esta hipótese explicaria o aparente papel preponderante dos portos a Sul de Valência na circulação destes produtos para ocidente (RIBERA I LACOMBA 1989; MONTESINOS i MARTINEZ 1998), dado que naquela cidade estão ausentes os fabricos tar-do-itálicos pisanos (MONTESINOS i MARTINEZ 1992) e, em contrapartida, os hispânicos são abundantes (Idem), o que se justifica por ter desempenhado na época um papel redistribuidor dos fabricos peninsulares similar ao de

Mérida (RIBERA i LACOMBA 1981; MONTESINOS i MARTINEZ 1992). Entre os portos destaca-se *Lucentum* (Tossal de Manizes), onde está reunida a maior colecção de terra sigillata tardo-itálica pisana na Hispânia, conhecida até ao momento (RIBERA i LACOMBA 1981).

As evidências olisiponenses, proporcionadas pelas “marcas de oleiro” das produções tardo-itálicas, já haviam antes sido atestadas em Santarém com outro suporte (VIEGAS 2003a e 2003b). Apesar da sua discreta representatividade, os dados deverão ser devidamente valorizados por documentarem a constância das ligações entre o Baixo Tejo, e a fachada atlântica da Lusitânia em geral, e o comércio marítimo oriundo da Península Itálica, comprovadamente activo entre os meados do século I d.C. e os meados do século II d.C.

Noutro sentido, os elementos em apreciação matizam, novamente, o quadro clássico do consumo da terra sigillata definido para a Hispânia, que estabelecia o esquema de aparente simplicidade na sucessão itálica/sud-gálica/hispânica, já antes rechaçado por Pérez González a propósito de Herrera de Pisuerga (PÉREZ GONZÁLEZ 1989: pp. 315-317): o lapso de tempo em que circularam os produtos tardo-itálicos é simultâneo com o da grande difusão peninsular dos fabricos gálicos meridionais, hispânicos e africanos, estes, sobretudo, a partir dos finais do século I d.C. e nas zonas costeiras.

As primeiras importações olisiponenses de vasos de fabrico hispânico não podem ser remontadas a momentos anteriores ao principado de Nero, em função do estudo dos contextos escavados sítio (ver Capítulo 7) e das dificuldades de atribuição cronológica precisa que caracterizam o estado actual dos conhecimentos sobre a terra sigillata de fabrico peninsular.

Os oleiros atestados em *Olisipo* deverão ter estado activos principalmente entre os Flávios e os primeiros Imperadores Antoninos, ilustrando, aparentemente, um mercado que se encontrava bastante parcelado, como acontecera já com as produções de tipo itálico e, sobretudo, gálicas. O grupo, é extenso, composto por *Aem(ilius) Pat(ernus)* (Claustros da Sé), *C. A( )*, *C. A( ) H( )* (Praça da figueira), *L.C( ) A( )* (Claustros da Sé), *Flaccus* (Praça da Figueira e Encosta de Santana), *Lapillius*, *Petronius Eros*, *PT*, *Saturninus*, *Segius Tritiensis* (?), *Scapula*, *Valerius Maternus*, *Valerius Paternus* (Praça da Figueira).

A contrastação com outros locais do ocidente peninsular revelou um dado inesperado, referente ao Vale do Sado. Os elementos colhidos no âmbito do presente trabalho para o esta área provocam alguma perplexidade, ao patentear a total ausência de “marcas de oleiro” atribuíveis com segurança ao centro de Andújar, ou alternativa, e na melhor das

hipóteses, a clara preponderância aqui patenteada pelo grupo de Trício, quando se reconhece a importância da região na elaboração de preparados piscícolas, se supõe o seu papel significativo no âmbito do comércio marítimo, e estão atestados outros produtos importados da Bética (ânforas, “cerâmica de paredes finas”) que demonstram as ligações a esta província (ÉTIENNE et al. 2000).

É certo que os materiais disponíveis resultam, quase em exclusivo, de recolhas avulsas e sem contexto arqueológico definido, dado que as escavações mais importantes efectuadas ultimamente em Alcácer e Tróia permanecem inéditas ou, quando foram publicadas, foi adoptada uma abordagem que privilegiou, justificadamente, outras matérias (Idem). Os conjuntos oriundos destes dois sítios, aparentemente os locais de maior peso na economia do Sado nos séculos I e II d.C., são, portanto, de composição totalmente aleatória. Mas trata-se de amostragens significativas para a produção hispânica, porque são conjuntos de alguma expressão quantitativa que relativizando o seu carácter de aleatoriedade.

Noutro sentido, o repertório de oleiros presentes também foge a uma certa “normatividade”: em Tróia estão presentes *Attius Paternus* (2x), *Cantaber* (2x), *C.I.A.E.F.*, *Clodius*, *Flaccus Tritiensis* (2x), *Iulius*, *Maluti*( ), *Octavius Maternus* (2x), *Trebius Tritiensis* e *Valerius Paternus* (Anexo B); em Setúbal *Flaccus Tritiensis* (Idem); em Alcácer do Sal *Attius Paternus* (2x), *Cantaber* (4x), *Flaccus*, *Flaccus Tritiensis*, *Lapillius*, *Maternus*, *Quelid*( ), *Sempronius*, *Titus Fulvius Paternus* e *Valerius Paternus* (2x) (Anexo B).

Trata-se de um conjunto atribuível ao grupo de Trício, onde os oleiros de maior difusão e compulsão de vasos estão, à proporção, pouco representados: casos de *Valerius Paternus*, *Lapillius* e *Sempronius*. Em contrapartida, *Attius Paternus*, *Cantaber*, *Octavius Maternus* e *Flaccus Tritiensis*, que se poderiam classificar de média dimensão dada a geografia da distribuição dos seus produtos (SÁENZ PRECIADO 1999), estão melhor testemunhados. Outros, como *C.I.A.E.F.*, são conhecidos apenas no respectivo centro produtor, no caso Bezares, e em mais um sítio, neste particular, em Mérida (2x) (Idem e Anexo B).

A maioria dos oleiros hispânicos presente nos sítios do Sado estão bem atestados na capital provincial, em especial os de maior volume de produção como *Valerius Paternus* (82 x), que deteve uma especial relação comercial com a capital (MAYET 1978), *Lapillius* (20 x) e *Sempronius* (10 x) (Idem), mas também os de média compulsão como *Cantaber* (4x), *Octavius Maternus* (3x) e *Flaccus Tritiensis* (3x) (Anexo B).

O conjunto dos elementos apresentados, condicionados ao momento da investigação, sugere que o comércio da *terra sigillata* hispânica do Sado se vinculou mais estreitamente à capital provincial, em claro contraste com as zonas próximas de Sines-Chões Salgados/Miróbriga ?-Ilha do Pessegueiro (Idem, DIOGO et al. 1997; DIAS 1977; SILVA e SOARES 1993; em especial, QUARESMA 2001 e 2003), Beja (São Cucufate-ALARCÃO et al. 1990; Represas- LOPES 1994; Anexo B) ou o Baixo Tejo (VIEGAS 2003a e 2003b; Anexo B). É justamente com estas áreas que o perfil de importação de *sigillata* hispânica de Lisboa mais se assemelha, por terem evidenciado repartições entre os dois grandes centros produtores, equilibradas ou, em alternativa, com preponderância de um ou outro dos centros produtores.

Em contraste com estes quadros de importação, nas zonas costeiras do Sul, Andújar predomina a partir de Sines (Anexo B), Ilha do Pessegueiro (SILVA e SOARES 1993: pág. 93) e até Torre de Ares (Tavira), onde o pequeno conjunto estudado evidencia um domínio do centro bético 17/4 (NOLEN 1998: pág. 75-77), ilustrando as competências que estes fabricos detiveram no actual Algarve, que lhe era mais próximo e com o qual mantinha relações económicas privilegiadas.

No extremo oposto da região que vimos tratando, o NO está exclusivamente abastecido por produtos oriundos do grupo de Trício, via Astorga (SÁENZ PRECIADO 1999), como exemplificam as colecções de “marcas de oleiro” hispânicas de Braga e Monte Mózinho (Anexo B). A presença em Lisboa de uma marca de *Valerius Maternus*, conhecido num lugar da Meseta, em Lugo e León (Idem: pág. 130), constitui um caso sugestivo, mas ainda insuficiente para argumentar de uma qualquer relação directa do porto do Tejo com esta zona.

Ao Norte de Lisboa, Conimbriga apresenta um quadro similar ao do NO, mas com clara predominância dos oleiros hispanos *Lapillus* e *Valerius Paternus*, estando também bem representados *L.Sempronius/Sempronius* e *Flaccus* (MAYET 1975: pág. 203), o que demonstra a forte ligação a Emerita no abastecimento em *sigillata* (Idem: pág. 204). Relembre-se o papel redistribuidor destes produtos desempenhado pela capital lusitana, onde o fabrico de Trício é exclusivo (MAYET 1975, 1984 e 1990).

A ocorrência em Lisboa de vasos marcados saídos das oficinas de *Valerius Paternus* enquadra-se no perfil de importação definido para este oleiro, que exportou com especial intensidade para Mérida. Contudo, no SE da Hispânia, Valência desempenhou papel similar, e o oleiro está também bem atestado ali (MONTESINOS i MARTINEZ 1992: pág. 512), podendo hipoteticamente admitir-se um outro trajecto, marítimo, para o vaso encontrado em Lisboa. A ausência de exemplares assinalados ao longo do litoral algarvio e



alentejano, contudo, não reflecte a prevalência do circuito terrestre via Mérida, mas tão só o vazio de informação sobre a matéria que resulta do estado actual dos conhecimentos nessas áreas. Ainda assim, e com base nos elementos disponíveis parece mais provável justificar a presença da marca por um trajecto conectado às redes de distribuição emeritenses.

Para o oleiro *Lapillius*, igualmente representado de forma exígua, é possível aventar hipóteses alternativas de circuito. Da observação da sua distribuição no ocidente peninsular (figura 76) poderá aventar-se um percurso ao longo da via *Olisipo-Bracara*, mas a proposta carece ser corroborada por outros dados não acessíveis no momento.

Lisboa e Colaride (Cascais) (Anexo B) correspondem aos pontos mais setentrionais atingidos pelos produtos oleiros béticos documentados por “marca de oleiro”. Este dado deverá ser colocado em relação quer com as observações produzidas em Santarém, solidamente alicerçadas, onde Andújar predominou sobre o grupo de La Rioja (VIEGAS 2003a: pp. 143 e 161), quer com as disponíveis para o Vale do Sado, onde, como se viu antes, os indicadores para o centro bético são escassos. No seu conjunto, a interpretação que se afigura mais plausível é a de que, no período de principal difusão e circulação dos vasos hispânicos, compreendido entre os Flávios e a primeira metade do século II d.C., em termos económico o Vale do Tejo esteve mais fortemente conectado à Bética do que os portos do Sado, o que parece comprovado pela frequência atingida em *Olisipo* por outras classes cerâmicas com aquela origem (“cerâmica de paredes finas”, ânforas olearias, lucernas, atestadas frequentemente nos contextos da Praça da Figueira, desde épocas precoces, como se viu no Capítulo 7).

Em jeito de síntese, o estudo das “marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira, demonstrou grande variabilidade e riqueza informativa, patente no número de oleiros e repectiva escassez de atestação, mas também na comprovação da circulação, mesmo que em pequena medida, de vasos oriundos de centros pouco difundidos nos restantes territórios da Hispânia romana.

Esta complexidade do mercado de *Olisipo*, verificada desde o início da importação dos vasos atestada, nos finais do século I a.C., acentua-se a partir dos meados do século I d.C., período durante o qual as redes comerciais regionais activas no ocidente peninsular registam uma diferenciação de zonas de influência no aprovisionamento de vasos em *terra sigillata*. O fenómeno parece ter-se agravado nos finais do século e até aos meados do seguinte, correspondendo a uma manifestação do processo de afirmação de Olisipo como o mais importante centro portuário da fachada atlântica hispânica.

**BIBLIOGRAFIA**

- AAVV (1975) - *A Propos des Céramiques de Conimbriga*. Separata de *Conimbriga*, 14, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra.
- AAVV (1983) - *Monografia: Terra Sigillata Hispánica*. Separata de *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, Monografías, 2, Museo Arqueológico Nacional, Madrid.
- AAVV (1998) - *Transparências Imperiais. Vidros Romanos da Croácia*. Skira Editore, Milão.
- ALARCÃO, A.M (1958) - *Sigillata Hispânica em Museus do Norte de Portugal*. Separata da *Revista de Guimarães*, 68, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.
- ALARCÃO, A.M.; ALARCÃO, J. (1967) - Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas), in *Arquivo de Beja*, 23-24, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 292-320.
- ALARCÃO, A.M. (1971) - A «Terra Sigillata» Itálica em Portugal, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*, vol. II, Junta Nacional da Educação, Coimbra, pp. 421- 431.
- ALARCÃO, A.M. (1975a) - Les Sigillées Italiques, in *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, *Les Sigillées*, Diffusion E. De Boccard, Paris, pp. 3- 66.
- ALARCÃO, A.M. (1975b) - Les Sigillées Sud-Galiques, in *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, *Les Sigillées*, Diffusion E. De Boccard, Paris, 1975, pp. 69-149.
- ALARCÃO, Adília M. (1983) - Os métodos de investigação laboratorial e o estudo da T.S.H., in *Monografia: Terra Sigillata Hispánica*, Separata de *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 2, Monografías, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, pp. 141-145.
- ALARCÃO, J. (1991) - *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América, Forum da Historia, Mem Martins, 1991.
- ALARCÃO, J.; ALARCÃO, A. (1966) – O espólio da necrópole da Valdoca, in *Conimbriga*, 5, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 7-104.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. ; MAYET, F. (1990) - *Les villas romaines de São Cucufate*. Diffusion de Boccard, Paris.
- ALARCÃO, J. (1992) - A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana, in *Cidades e a História (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987)*, Fundação Calouste Gulbenkian , Serviço de Belas-Artes, Lisboa, pp. 73-127.
- ALARCÃO, J. (1994) - Lisboa romana e visigótica, in *Lisboa Subterrânea*, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, Lisboa, pp. 58-63.

- AMARO, C. (1994) - A Indústria Conserveira na Lisboa Romana”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, pp. 69-74.
- AMARO, C. (1995) - *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Fundação Banco Comercial Português, Lisboa.
- AMORES, F.; KEAY, S.J. (1999)- Las Sigillatas de Imitación Tipo Peñaflor o una Serie de Hispánicas Precoces, in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenaje a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Universidad de Málaga, Málaga, pp. 235-252.
- ANDRADE, C.A.C.F. (2001) - *Reconstituição do Enchimento do Esteiro da Baixa de Lisboa, Estuário do Tejo- Relatório Final*. Praxis XXI, Lisboa (edição policopiada).
- AQUILÉ ABADIAS, J. (1987) - *Las cerámicas africanas de la ciudad romana de Baetulo (Hispania Tarraconensis)*. Council for British Archaeology, British Archaeological Reports International Series, 137, Londres.
- ARCELIN, P. ;TUFFREAU-LIBRE, M. (dir.) (1998) - *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray, Collection Bibracte, 2, Glux-en-Glenne.
- ARRUDA, A.M.; DIAS, A.C. (1985) – O sítio romano-árabe da Lezíria: 1. A Terra Sigillata Itálica e Sudgálica, in *Conimbriga*, 24, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 111-124.
- ARRUDA, A.M. (1993) – A conquista, in *História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. II, *O mundo luso-romano*, Ediclube, Alfragide, pp. 161-178.
- ARRUDA, A.M. (1994) – A Península Ibérica entre o Norte atlântico e o oriente mediterrânico nos inícios do I milénio a.C., in *Lisboa Subterrânea*, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, Lisboa, pp. 52-63.
- ALBIACH, R.; MARÍN, C.; PASCUAL, G.; PIÀ, J.; RIBERA, A.; ROSSELLÓ, M.; SANCHIS, A. (1998) - La cerámica de época de Augusto procedente del relleno de un pozo de Valentia (Hispania Tarraconensis), in *Actes du Congrès d'Istres (21-24 de Mai 1998)*, Société Française pour d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, Istres, pp.139- 166.
- BALIL, A., LUENGO, M.L., MUÑOZ, M. (1992) - 1.1. Terra Sigillata Itálica, in *Arcóbriga II- Las Cerámicas Romanas*, Intitución Fernando El Catolico, Saragoça, pp.7-14.
- BALTAZAR, L. (1985) – Marcas de Oleiro em «Terra Sigillata» de Tróia (Setúbal), *Almadan*, 4-5, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp.14-16.
- BĀLUTĀ, C. (1997) - A typical example of the local Terra Sigillata from Apulum, in *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta*, 35, R.C.R.F., Abingdon, pp.209 – 210.

- BARKER, P. (1977) - *Techniques of Archaeological Excavation*. B.T.Batsford, Londres, 1977.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1997) – A última fase de ocupação do Almaraz, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Monografias-Arqueologia, Almada, pp. 97-107.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guia de la Cerâmica Romana*. Libros Pórtico, Saragoça.
- BÉMONT, C. (1976) – *Recherches Méthodologiques sur la Céramique Sigillée- Les vases estampillés de Glanum*. École Française de Rome, Bibliothèque des Écoles Françaises d’Athènes et Rome, n.º 227, Roma.
- BÉMONT, C. (1986), Pour un bilan des recherches récentes, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: imitations, produits, relations*, Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, 6, Paris, pp. 13-15.
- BERNAL, D. ; LORENZO, L. (Eds. Cient.) (2002)- *Excavaciones Arqueológicas en la Villa Romana del Puente Grande (Los Altos del Ringo Rango, Los Barríos, Cádiz)- Una ventana al conocimiento de la explotación económica de la Bahía de Algeciras entre el siglo I y el V d.C.*. Universidad de Cádiz, Cádiz.
- BET, P. e VERTET, H. (1986) - Centre de Production de Lezoux, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: imitations, produits, relations*, Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, 6, Paris, pp. 138-145.
- BET, P. ; DELAGE, R. ; VERNHET, A. (1994) - Lezoux et Millau. Confrontation d’idées et de données, , pp. 19-42.
- BIRD, J. (1986) - Samian Wares”, in *The Roman Quay at St.Magnus House, London-Excavations at New Fresh Wharf, Lower Thames Street, London 1974-1978*, London and Middlesex Archaeological Society, Special Paper, 8, Londres e Oxford, pp. 139 – 185.
- BOCQUET, A. ; PICON, M. (1994) - La Graufesenque et les autres ateliers de la Gaule du Sud: problèmes d’analyses et de techniques, in *Actes du Coloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l’Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp. 75-82.
- BOST, J.P. ; CAMPO, M. ; COLLS, D. ; GUERRERO, V. ; MAYET, F. (1992) - *L’Épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du III siècle après Jésus-Christ*. Centre Pierre Paris, Publications du Centre Pierre Paris, 23, Paris.

- BOUBE, Jean (1965) - *La Terra Sigillata Hispanique en Maurétanie Tingitane 1- Les marques de potiers*. Direction des Musées et Antiquités du Maroc, Études et Travaux d'Archéologie Marocaine, I, Rabat..
- BOURGEOIS, A. ; MAYET, F. (1991) – *Belo VI – Les Sigillées – Fouilles de Belo*. Casa de Velásquez, Collection de La Casa de Velásquez, 34, Archéologie, 14, Madrid.
- BRANCO, Fernando Castelo (1961) - Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole ?, in *Revista Municipal*, 91, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp. 61–75.
- BUGALHÃO, J.C. (2001) - *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 15, Lisboa.
- BUGALHÃO, J. (2003) - Mandarim Chinês, Lisboa-Contextos Romanos, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000)*, Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, ARQA, Amadora, pp. 127 - 146.
- BUXEDA I GARRIGÓS, J. e Tuset I BERTRAN, F. (1995) - Revisió crítica de les bases cronològiques de la terra sigillata hispanica, in *Pyrenae*, 26, Universidad de Barcelona, Barcelona, pp. 171-188.
- CAEIRO, J.O.S. (1977) - Marcas de oleiro em «terra sigillata» itálica do Castelo das Guerras (Moura), in *Setúbal Arqueológica*, 2-3, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Setúbal, pp. 419-422.
- CAEIRO, J.O.S. (1978)- A Sepultura nº 3 da Necrópole da Herdade do Reguengo (Vaia Monte), in *Setúbal Arqueológica*, 4, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Setúbal, pp. 203-210.
- CARDOSO, G. (2005) – *A presença romana em Cascais – um território da Lusitânia ocidental*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Cascais, Lisboa.
- CARDOSO, J.L.; CARDOSO, G. (1993) - Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, in *Oeiras Arqueológica*, 4, Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras, Oeiras, pp. 1-126.
- CARDOSO, J.L. (1994) - Do Paleolítico ao Romano –Investigação Arqueológica na Área de Lisboa- os últimos dez anos: 1984-1993, in *Almadan*, Série 2, 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 59-74.
- CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R. (1997) - Contribuição para o conhecimento da ocupação Pré-Histórica de Lisboa: os Materiais da Praça da Figueira, in *Olisipo*, II Série, 5, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, pp. 7-12.

- CARNEIRO, A. (2004) - *Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*. Edições Colibri, C.M.Fronteira, C.M.Cascais.
- CARREÑO GASCÓN, M.C. (1997) – *Marcas de alfarero sobre terra sigillata halladas en Lucus Augusti*. Ediciós do Castro, Anejos de Larouco, 3, Lugo.
- CARRERAS MONFORT, C. (1998) – Britannia and the imports of Baetican and Lusitanian Amphorae, in *Journal of Iberian Archaeology*, 0, Adecap, Porto, pp. 159-170.
- CARRETERO VAQUERO, S. (2000) - *El Campamento romano del Ala II Flavia en Rosinos de Vidriales Zamora*. *La Cerâmica*. Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo», Zamora, Universidad SEK, Santiago do Chile.
- CARVALHO, A.F.; ALMEIDA, F.J.N.S. (1996) - Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991)*. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D.Quixote, Col. *Nova Enciclopédia*, 54, Seixal, pp. 137 – 155.
- CARVALHO, T.P. (1994) - As marcas de oleiro da sigillata de Mozinho, in *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, 10-11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Museu D. Diogo de Sousa, Braga, pp.91-112.
- CARVALHO, T.P. (1998a) - *A terra sigillata de Monte Mozinho (Contributo para a história económica do povoado)*. *Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993 para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia*. Museu Municipal de Penafiel, Cadernos do Museu, 3, Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida-II, Penafiel.
- CARVALHO, P.C. (1998b)- *O Fórum de Aeminium*. Instituto Português de Museus, Maia.
- CASTELLANO CASTILLO, J.J. (2000) - La terra sigillata del área del anfiteatro romano de Carthago Nova, in *Saguntum- Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 32, Universitat de València-Departament de Prehistòria i d'Arqueologia, València, pp. 151-168.
- CASTILHO, J. (1939) - *Lisboa Antiga. Segunda Parte- Bairros Orientais* (2ª Ed. Anotada por A.A. Vieira da Silva), vol. I. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- CLARCKE, J. (1933) - The Roman Fort at Cadder, near Glasgow- being an account of the excavations conducted under the auspices of the Galsgow Archaeological Society, in *Bulletin of the Royal Commission of Ancient and Historical Monuments of Scotland*, Royal Commission of Ancient and Historical Monuments of Scotland, Glasgow, pp. 121-124.
- COMAS, M. ; LLOBET, C. ; PADRÓS, P. ; PUERTA, C. ; RODRÍGUEZ, M. (1994) - Observations sur les sigillées du sud de la Gaule à Baetulo (Badalone, Espagne), in *Actes du Coloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp. 83-94.

- COLLS, D. ; ÉTIENNE, R. ; LEQUÉMENT, R. ; LIOU, B. ; MAYET, F. (1977) – É pave Port vendres II et le commerce de la Bétique a l’époque de Claude, in *Archaeonautica*, 1. Centre Nacional de la Recherche Scientifique, Paris.
- COOL, H.E.M. (1998). Early Occupation at St. Mary’s Abbey, York: the evidence of the glass, in *Form and Fabric- Studies in Rome’s material past in honour of B.R.Hartley* (Ed. Joanna Bird), Oxbow Monograph 80, Oxbow Books, pp. 301- 305.
- CUMONT, F. (1966) - *Recherches sur le symbolisme funéraire des romains* (2<sup>a</sup> Ed.). Librairie orientaliste Paul Geuthner, Paris.
- CURLE, J. (1911) – *A Roman Frontier and its people – The fort of Newstead in the Parish of Melrose*. Society of Antiquaries of Scotland, Glasgow, 1911.
- Daf- (1986) - *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*. Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, n.º 6, Paris.
- DANNELL, Geoffrey (1998) - Brian Rodgerson Hartley, in *Form and Fabric-Studies in Rome’s material past in honour of B.R.Hartley*, Oxbow Books, Oxbow Monographs, n.º 80, pp.xi-xvi.
- DANNELL, G. (2002) –Law and Practice: Further thoughts on the organization of the potteries at la Graufesenque, in *Céramiques de La Graufesenque et autres productions d’époque romaine – Nouvelles Recherches – Hommages à Bettina Hoffmann*, Éditions Monique Mergoïl, Archéologie et Histoire Romaine, Millau, pp. 211-242.
- DELGADO, M. (1975) - Les Sigillées Claires”, in *Fouilles de Conimbriga*, vol.IV, *Les Sigillées*, Diffusion E. De Boccard, Paris, pp.249-313.
- DEMAROLLE, J.M. (1995) - La sigillée ornée de l’atelier de Metz: approche méthodologique de décors a arcades et a festons, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 34, R.C.R.F., Alba Regia, pp.187-194.
- DENEAUVE, J. (1974) - *Les Lampes de Carthage* (reimpr.). Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- DESBAT, A. ; PICON, M.; DJELLID, A. (2000) - Le début des importations de sigillées à Lyon, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 36, R.C.R.F., Abingdon, pp.513 – 523.
- DIAS, Luisa Ferrer (1977) - «Terra sigillata» de Miróbriga (conservada no Museu Municipal de Santiago do Cacém)”, in *Setúbal Arqueológica*, 2-3, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Setúbal, pp.361-408.
- DIAS, Luisa Ferrer (1978) - As marcas de «terra sigillata» do Castelo de Alcácer do Sal, in *Setúbal Arqueológica*, 4, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Setúbal, pp.145-154.

- DIAS, L.F. (1998) - Terra Sigillata da Villa Romana de Povos (Vila Franca de Xira). Estudo preliminar, in *Cira- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 6, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp.13-24.
- DIAS, M.M.A. (1984)- Um epitáfio romano achado em Lisboa, in *Euphrosyne- Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, vol.12, Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 235 – 238.
- DICKINSON, B. (1986) - Potter’s Stamps and Signatures on the Samian, in *The Roman Quay at St.Magnus House, London- Excavations at New Fresh Wharf , Lower Thames Street, London 1974-1978*, London and Middlesex Archaeological Society, Special Paper, 8, Londres e Oxford, pp.186-198.
- DICKINSON, B. (1996) - Samian Potter’s Stamps, in *Draggonby Report on Excavations at an Iron-Age and Romano-British Settlement in North Lincolnshire*, vol. 2, Oxbow Books, Oxbow Monograph, 61, Londres, pp. 591 – 594.
- DIOGO, A.M.D. (1980a) - *Marcas de «Terra Sigillata» Sudgálica em Portugal*. Grupo de Estudos de Cultura Antiga, Lisboa.
- DIOGO, A.M.D. (1980b) - *Marcas de «Terra Sigillata» Itálica em Portugal*. Grupo de Estudos de Cultura Antiga, Lisboa.
- DIOGO, A.M.D. (1984a) - Noções operatórias sobre a t.s. itálica e sudgálica em Portugal. Alguns Aspectos, in *Revista de História Económica e Social*, 14, Lisboa, pp. 49-65.
- DIOGO, A.M.D. (1984b) - O material romano da 1ª Campanha de Escavações da Alcáçova de Santarém, in *Conimbriga*, 23, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.111-141.
- DIOGO, A.M.D. (1985) - Algumas notas sobre a *terra sigillata* em território português, in *Pyrenae*, 21, Universidad de Barcelona, Barcelona, pp. 141-149.
- DIOGO, A.M.D.; FARIA, J.C.; FERREIRA, M. (1987). Fornos de ânforas de Alcácer do Sal. *Conimbriga*, 26, pp.77-111.
- DIOGO, A.M.D.; TRINDADE, L.; COSTA, J.M. (1997) - Marcas de sigillata provenientes de Sines, in *Vipasca-Arqueologia e História*, 6, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 115-118.
- DIOGO, A.M.D.; TRINDADE, L. (1999b) - “Estudos Arqueológicos efectuados pelo G.T.T.R.L. no Martim Moniz e sua envolvente”, *Olisipo*, II Série, 8, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, pp. 44 – 54.
- DIOGO, A.M.D.; TRINDADE, L. (2000) - Elementos sobre o cemitério do adro da Igreja de São Domingos, in *Estudos de Lisboa - Séculos XV a XIX. I Colóquio Temático (6-7 de Novembro de 1998)*, *Arqueologia e História*, 52, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 59 – 71.

- DIOGO, A.M.D.; TRINDADE, L. (2000b) - Vestígios de uma unidade de Transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3-1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp.181-204.
- DOOL, J.; PENTNEY, J. (1998) - A bibliography of the works of B.R.Hartley, in *Form and Fabric- Studies in Rome's material past in honour of B.R.Hartley*, Oxbow Books, Oxbow Monographs, n.º 80, Londres, pp. xix-xxvii.
- DUARTE, A.L.; AMARO, C. (1986), “A Casa dos Bicos- A Cidade e a Arqueologia, in *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Instituto Português do Património Cultural, Trabalhos de Arqueologia, 3, Lisboa, pp. 143-154.
- DURÁN CABELLO, R.M. (2004) – *El teatro y el anfiteatro de Augusta Emérita – Contribución al conocimiento histórico de la capital de Lusitania*. Council for British Archaeology, British Archaeological Reports International Series, 1207.
- EBNÖNTHNER, C. ; MEES, A. ; POLAK, M. (1994) - Le dépôt de céramique du vicus de Viturudunum-Oberwinterthur (Suisse). Rapport préliminaire, in *Actes du Colloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l' Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp.127-132.
- ENCARNAÇÃO, J.; FERNANDES, L. (1997) - Urna cinerária romana da Praça da Figueira”, in *Olisipo*, II Série, 5, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, pp.15-19.
- ENCARNAÇÃO, G.; MIRANDA, J.A. (1997) – *Villa romana da Quinta da Bolacha-Campanha de Abril/Maio de 1997*. Gabinete de Arqueologia Urbana, ARQA, Relatórios, 4.
- ENNABLI, A. (1987) - La Nécropole de Raqqada, in *Les Lampes de Terre Cuite en Méditerranée des origines à Justinien (Table ronde du C.N.R.S. tenue à Lyon du 7 au 11 décembre 1981)*, G.S.-Maison de l'Orient, Travaux de la maison de l'Orient, 13, Lyon, pp. 91-93.
- ESPINOSA, U. (1988) - Riqueza mobiliária y promoción política : los Mamili de Tritium Magallum”, in *Gerión*, 6, Universidad de Alicante, Alicante, pp.263-272.
- ÉTIENNE, R. ; MAKAROUN, Y. ; MAYET, F. (1994) – *Un grand complex industriel à Tróia – Portugal*. Diffusion de Bocard, Paris.
- ETTLINGER, E. (1983) - The terra sigillata of the excavation at Sa Portella. Alcudia, Mallorca. Italian, Gaulish and Hispanic Wares, in *Pollentia 3. Estudio de los Materiales –I- Sa Portella (Excavaciones 1957-1963)*, The William Bryant Foudation, Palma de Maiorca, pp. 47- 88.
- ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTH-RUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SHNURBEIN, S.V.; WELLS, C.M.; ZABEHLICKY-SCHEFFWNEGGER, S. (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archaeologischen Instituts zu Frankfurt A.M., Materialien zu römische-germanische Keramik, 10, Bona.

- FABIÃO, C. (1993) – As actividades económicas, in *História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, vol. II, *O mundo luso-romano*, Ediclube, Alfragide, pp. 242-248.
- FABIÃO, C. (1994) - Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa, in *Penélope-Ler e Desfazer a História*, 13, Edições Cosmos, Cooperativa Penélope, Lisboa, pp. 147-162.
- FARIA, A.M. (1995)- Plínio-O-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas Hispano-Romanas localizadas no actual território português, in *Vipasca-Arqueologia e História*, 4, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 89-99.
- FARIA, J.C.; FERREIRA, M.; DIOGO, A.M.D. (1987) - Marcas da Terra Sigillata de Alcácer do Sal, in *Conimbriga*, 26, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.61-76.
- FARIA, J.C. (1998) - Algumas notas acerca do provável *Forum* de Salacia *Imperatoria* (Alcácer do Sal). *Conimbriga*, 37, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 185-199.
- FARINHA, J.S.B. (1989) – O metropolitano e a Baixa de Lisboa – condições geo-técnicas e históricas. *Metropolitano de Lisboa, Cadernos do Metropolitano*, 1, Lisboa.
- FERNANDES, I.C.; CARVALHO, A.R. (1996) - Elementos para uma Carta Arqueológica do Período Romano no Concelho de Palmela, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991)*, Câmara Municipal do Seixal e Publicações D.Quixote, Col. Nova Enciclopédia, 54, Seixal, pp. 111-135.
- FERNANDES, L. (1997) - *Os capitéis da Lusitânia*, *Dissertação para a obtenção do grau de Mestre*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (edição policopiada).
- FERNÁNDEZ, J.H.; GRANADOS, J.O.; GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (1992) – *Marcas de Terra Sigillata del Museo Arqueológico de Ibiza*. Museo arqueológico d'Eivissa, Direcció general de Cultura, Consejeria de Cultura, Govern Balear, Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, 26, Ibiza.
- FERREIRA, F.A.R.B. (1962a) - *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*, Junta Nacional da Educação, Lisboa, (manuscrito- exemplar policopiado a partir de microfilme).
- FERREIRA, F.B. (1962b) – , in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2º semestre, Lisboa, pp.
- FERREIRA, O.V.; ANDRADE, R.F. (1964) - Algumas marcas de oleiro em terra sigillata de Vipasca (Aljustrel), in *Revista de Guimarães*, 74, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, pp.317-322.

- FERREIRA, S.L.B. [da Veiga] (1969a) - *Marcas de Oleiro em Território Português. Dissertação de Licenciatura em História*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa (edição dactilografada).
- FERREIRA, S.V. (1969b) - Marcas de oleiro em Território Português, in *O Arqueólogo Português*, III Série, 3, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, pp. 131-77.
- FERNÁNDEZ, J.H.; GRANADOS, J.O.; GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (1992) - *Marcas de Terra Sigillata del Museo Arqueológico de Ibiza*. Museo Arqueològic d'Eivissa, Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, 26, Ibiza.
- FICHES, J.L.K ; GUY, M. ; PONCIN, L. (1979) - Un lot de vases sigillées des premières années du règne de Néron dans l'un des ports de Narbonne, in *Archaeonautica*, 2, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, pp. 185-219.
- FIGUEIREDO, Á. (2001) - Death in Roman Iberia: Acculturation, resistance and the diversity of beliefs and practices, in *Era Arqueologia- Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, 3, Era-Arqueologia, Lisboa, pp. 90-109.
- FÜLLE, G. (1997) - The internal organization of the Arretine Terra Sigillata industry: problems of evidence and interpretation, in *Journal of Roman Studies*, 87, Society for Roman Studies, Londres, pp. 111-155.
- GASPAR, A.; GOMES, A.M.; SEQUEIRA, M.J.; SILVA, R.B.S. (1997) - Arqueologia Urbana em Lisboa, in *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia (Vila Real, 1997)*, vol. VII, *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*, Adecap, Porto, pp. 53-74.
- GOMES, A.M.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; MENDES, H.C.; VALONGO, A. (2004) - Intervenção Arqueológica o Grupo Desportivo do Castelo (Lisboa), in *Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2004)*, Adecap, Universidade do Algarve, Faro (no prelo).
- GARABITO GÓMEZ, Tomás (1978) - *Los Alfares Romanos Riojanos. Producción y Comercialización*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Bibliotheca Praehistorica Hispana, 16, Madrid.
- GENIN, M.; VERNHET, A., dir. (2002) - *Céramiques de La Graufesenque et autres productions d'époque romaine – Nouvelles Recherches – Hommages à Bettina Hoffmann*. Éditions Monique Mergoïl, Archéologie et Histoire Romaine, Millau.
- GENTY, P.Y. (1994) - Aspiran, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, n.º 6, Paris, pp.113-116.
- GOMES, F. (1994), Mercados, in *Dicionário de História de Lisboa (dir. Francisco Santana e António Sucena)*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, pp. 575-576.

- GOMES, A.M.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; MENDES, H.C.; VALONGO, A.; S. (2004) - Intervenção Arqueológica na Antiga Casa Sommer, ), in *Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2004)*, Adecap, Universidade do Algarve, Faro (no prelo).
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) - *El mundo funerario romano en el País Valenciano- monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. De C. – VII d. de C.*. Casa de Velázquez, Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert», Madrid e Alicante.
- GOUDINEAU, C. (1968) – *La céramique arétine lisse – Fouilles de l’École Française à Bolsena (Poggio Moscini), 1962-67.* École Française de Rome, Mélanges de l’École Française de Rome, 4, Paris.
- GROS, P.; TORELLI, M. (1992) - *Storia dell’urbanística-Il mondo romano.* Editori Laterza, Roma e Bari.
- GUERRA, A. (1995), *Plínio-O-Velho e a Lusitânia.* Edições Colibri, col. Arqueologia e História Antiga, 1, Lisboa.
- HARRIS, E.C.(1991) - *Princípios de Estratigrafia Arqueológica.* Editorial Crítica, Col Crítica Arqueologia, Barcelona.
- HARTLEY, B.R.; DICKINSON, B.M. (1993) – The Samian Stamps Catalogue, in *The Roman Pottery. Report on the Excavations at Usk, 1965-1976.* University of Wales Press, Cardiff, pp.207-218.
- HARTLEY, B.; DICKINSON, B. (2001) - 2. The Evidence for the date of the Potters’ Stamps from Culip IV, in *Excavacions Arqueològiques Subaquàtiques a Cala Culip.3. Culip IV: La Terra Sigil.lata decorada de La Graufesenque*, Museu d’Arqueologia de Catalunya, Centre d’Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, Monografies del CASC, 3, Girona, pp. 21-32.
- HAUSCHILD, T. (1990) - Das Römische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-1988”, in *Madriider Mitteilungen*, 31, Philip Von Zabern, Mainz, pp. 348-392.
- HEDINGER, B. (1999) - La production de céramique entre Vindonissa et Eschenz. État de la question, in *Actes du Congrès de Fribourg (13-16 de Mai 1999)*, Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, Fribourg, pp. 19- 24.
- HELENO, M. (1965) - A estação lusitano-romana da Praça da Figueira, in *Ethnos*, 4, Lisboa, pp. 305-308.
- HOCHULI-GYSEL, A. (1999) - L’Arc Alpin: la céramique à l’´epoque romaine dans les grisons et dans la Vallée du Rhin Alpin, in *Actes du Congrès de Fribourg (13-16 de Mai 1999)*, Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, Fribourg, pp. 125- 130.
- HOFMANN, B. (1986), *La céramique Sigillée.* Editions Errance, Colection des Hesperides, Paris.

- HOFMANN, B. (1986a) - Banassac, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, n.º 6, Paris, pp. 103-110.
- ISINGS, C. (1957) – *Roman glass from dated finds*. J.B.Walters, Archeologica Traiectina edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico, Groningen e Jacarta.
- IZQUIERDO, M.T. (1994) - Les sigillées gauloises de Santa Maria del juncal (Irún, Pays Basque). Apports à l'étude de la diffusion des productions montanaises dans le nord de la péninsule Ibérique, in *Actes du Coloque de Millau (Millau 1994)*, Société pour l'Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp. 103-114.
- JACOB, J.P.; LEREDDE, H. (1986) - Pour une étude socio-professionnelle des ateliers de potiers gallo-romains, , in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, n.º 6, Paris, pp. 21-23.
- JUAN TOVAR, L.C. (1983)- Elementos de Alfar de Sigillata Hispánica en Talavera de la Reina (Toledo). Alfares de Sigillata en la cuenca del Tajo, in *Terra Sigillata Hispánica, Monografías Arqueológicas*, Separata del Boletín del Museo Arqueológico Nacional, I, 2, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 1983, 165-175.
- JUAN, L.C. (1992) - 1.3. Terra Sigillata Hispánica, in *Arcóbriga II- Las Cerámicas Romanas*, Institución Fernando El Catolico, Saragoça, pp. 35 - 134.
- KEAY, S.; CREIGHTON, J.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2001) - *Celti (Peñaflor) – La Arqueología de una Ciudad Hispanorromana en la Baetica: Prospecciones y Excavaciones 1987-1992*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Monografías Arqueológicas, 12, Sevilla.
- KENRICK, P.M. (1990) - Potter's stamps, in *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archaeologischen Instituts zu Frankfurt A.M., Materialien zu romische-remanische Keramik, 10, Bona, pp.147-148.
- KENRICK, Philip M. (1997) - Cn. Ateius – the inside history, in *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta*, 35, R.C.R.F., Abingdon, pp. 179 – 190.
- KENRICK, Philip M. (2000) - Part I, in *Corpus Vasorum Arretinorum* (2ª Ed., revista e ampliada), Dr. Rudolf Habelt GMBH, Bona, pp. 3- 50.
- KENRICK, P. (2002) – Italian sigillata potters in the first century AD– «Modest men, not even little Wedgewoods». Or were they ?, in *CSAD Newsletter*, 9, Centre of Study of Ancient Documents, Oxford University, Oxford, pp.1-4.
- KLYNNE, A. (2002) - Resume, in *Terra Sigillata form the Villa of Livia, Rome, Comsumption and Discard in the Early Principate*, University of Uppsalla, Uppsalla.

- KLYNNE, A. (2003) – Central Italian sigillata during late Augustan period – petty producers or successful competitors in a lucrative market ?, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 38, R.C.R.F., Abingdon, pp.11-26.
- LAUBENHEIMER, F.; ALBAGNAC, L. (1986) - Jonquières et Saint-Saturnin, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, n.º 6, Paris, pp. 117-120 .
- LEITE, A.C. (1987) - Lisboa Romana, in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, pp. 82-86.
- LEITE, A.C. (1993) - O Hospital Real de Todos-Os-Santos, in *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, pp. 5-15.
- LEITÃO, M.; PIMENTA, J.; CALADO, M. (2004) - As ânforas romanas da Intervenção Arqueológica na Rua de São João da Praça (Lisboa), in *Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2004)*, Adecap, Universidade do Algarve, Faro (no prelo).
- LIMANE, H. (1992) - La céramique du Sud de la Gaule à Lixus, in *Lixus (Actes du colloque organisé par l’Institut des Sciences de l’Archéologie et du Patrimoine de Rabat avec le concours de l’École Française de Rome, Larache, 8-11 Novembre 1989)*, École Française de Rome, Col. École Française de Rome, 166, Roma, pp. 299-303.
- LOPES, M.C. (1989) - Sigillata de Montans no Monte da Cegonha (Vidigueira), in *Conimbriga*, 28, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.223-228.
- LOPES, M.C. (1994) – *A Sigillata de Represas – Tratamento Informático*. Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Conimbriga-Anexos, 2, Coimbra.
- LUGINBÜHL, T. (1999) - Les ateliers de potiers gallo-romains en Suisse occidentale: Nyon, Lousanna et Yverdon, in *Actes du Congrès de Fribourg (13-16 de Mai 1999)*, Société Française pour l’Étude de la Céramique Antique en Gaule, Fribourg, pp. 109- 123.
- MACIEL, J. (1994) - Lisboa Romana”, in *Olisipo*, II Série, 1, Número Especial-Comunicações ao Simpósio Lisboa em Discussão, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, pp. 33-42.
- MADRID-FERNÁNDEZ, M. (1999) - Les marques de potiers sur la Terra Sigillata de la ville romaine de Baetulo (Badalone, Barcelone), in *Actes du Congrès de Fribourg (13-16 de Mai 1999)*, Société Française pour l’Étude de la Céramique Antique en Gaule, Fribourg, pp. 279- 289.
- [MAIA], M.G.P. (1971) - *Contribuição para o estudo da terra sigillata de Tróia de Setúbal. Dissertação da Licenciatura em História*, Faculdade de Letras de Lisboa Lisboa, (edição dactilografada).

- MAIA, M.; MAIA, M. (1974) - A villa romana de D.Pedro (Beja)- 1ª Campanha de escavações, in *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*, vol.2, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 121–138.
- MAIA, M. (1974) - 1ª Campanha de escavações realizada no Cerro do Castelo do Manuel Galo (Mértola)- Uma possível fortaleza romana, in *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*, vol.2, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp.139–174.
- MAIA, M.G.P. (1978) - Uma imitação em cerâmica comum, de um prato em sigillata hispânica, in *Setúbal Arqueológica*, 4, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Setúbal, pp. 211-213.
- MAIA, M. (1983) - *Decimus Iunius Brutus* e o significado do amuralhamento de Olisipo, in *Sintria*, 1-2, tomo 1, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, pp. 95-106.
- MAIA, M.A. (1987) - *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural (Dissertação de Doutoramento em pré-História e Arqueologia)*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa (edição policopiada).
- MANDRUZZATO, A (1988) - La sigillata italica in Sicilia. Importazione, distribuzione, produzione locale, in *Aufstieg und Niedergang der Römische Welt*, II, *Principat*, 11.1, *Sizilien und Sardinien*, Walter de Gruyter, Berlin e Nova Iorque, pp. 414 – 449.
- MANNING, W.H., Ed. (1993) – *The Roman Pottery. Report on the Excavations at Usk, 1965-1976*. University of Wales Press, Cardiff.
- MANTAS, V.G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia, in *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires ( Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, pp.149-205.
- MANTAS, V.G. (1999) - Olisipo e o Tejo, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp.15-41.
- MARICHAL, R. (1986) - Nouveaux aperçus sur la vie et la structure des ateliers de La Graufesenque d’après des comptes de potiers, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, 6, Paris, pp. 17-20.
- MARICHAL, R. (1988) - *Les graphites de La Graufesenque*. Centre National de la Recherche Scientifique, 47ème Supplément à Gallia, Paris.
- MARTIN, T. (1986a) - Montans, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implatations, produits, relations*, Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, 6, Paris, pp. 58-71.

- MARTIN, T. (1986b) - Centre de Montans: atelier de Crambade, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 72-77.
- MARTIN, T. (1986c) - Saint-Sauveur, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 78-84.
- MARTIN, A. (1994) - Nouvelles observations sur a sigillée sud-gauloise en Italie, in *Actes du Coloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp.115-126.
- MARTIN, A. (1997) - Sigillata wasters from Ostia ?, in *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta*, 35, R.C.R.F., Abingdon, pp. 199-202.
- MARTINS, M.; DELGADO, M. (1990) - As necrópoles de Bracara Augusta. A. Os dados arqueológicos, in *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, 6-7, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Museu D.Diogo de Sousa, Braga, pp. 41-186.
- MAYET, Françoise (1973) - Marques de potiers sur sigillées hispaniques à Conímbriga, in *Conimbriga*, 12, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 5-65.
- MAYET, Françoise (1975) - Les Sigillées Hispaniques, in *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, *Les Sigillées*, Diffusion E. De Boccard, Paris, pp. 153-245.
- MAYET, F. (1978) – Les Importations de sigillée à Mérida au Ier Siècle de notre Ère, in *Conimbriga*, 17, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.79-100.
- MAYET, Françoise (1983), “Epigraphie et sigillée hispanique”, Madrid, Monografías Arqueológicas, Separata del Boletín del Museo Arqueológico Nacional, I, 2, pp. 147-149.
- MAYET, Françoise (1984), *Les Céramiques Sigillées Hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, Paris, Centre Pierre Paris, 12.
- MAYET, F. (1990) – Mérida: Capitale Économique ?, in *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires ( Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, pp. 207-213.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C.T. (2002) – L'atelier d'Amphores d'Abul – Portugal. Diffusion de Boccard, Paris.
- MEDRI, M. (1996) – *La terra sigillata tardo-italica decorata*. Università di Siena, Studia Archaeologica, 60, Siena.
- MEES, A.(1994) - Potiers et moulistes. Observations sur la chronologie, les structures et la commercialization des ateliers de terre sigillée décorée, in *Actes du Coloque de*

- Millau (Millau 1994), Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en Gaule, Millau, pp.19-42.
- MENCHELLI, S. (1997) - Terra Sigillata Pisana: Fornitures Militari e «Libero Mercato», in *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta*, 35, R.C.R.F., Abington, pp. 191-198.
- MÉZQUIRIZ CATÁLAN, M.A. (1961) - *Terra Sigillata Hispânica*. The William L. Bryant Foundation, Monografias sobre Cerâmicas Hispânicas, I, Valência.
- MEZQUÍRIZ IRUJO, M.A. (1983a) - Tipología de la Terra Sigillata Hispânica, in *Terra Sigillata Hispânica-Monografías Arqueológicas*, Separata del Boletín del Museo Arqueológico Nacional, I, 2, Madrid, pp. 123-131.
- MEZQUÍRIZ IRUJO, M.A. (1983b) - Cerámica Sigillata Hispânica. Historia y Criterios Tipológicos, in *Terra Sigillata Hispânica-Monografías Arqueológicas*, Separata del Boletín del Museo Arqueológico Nacional, I, 2, Madrid, pp. 133-136.
- MEZQUÍRIZ, M.A. (1985) - Terra Sigillata Ispanica, in *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale*, II, *Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Imperio)*, Instituto della Enciclopedia Italiana, Roma, pp.97-174.
- MOITA, I. (1964-1966) - Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro 1960), in *Revista Municipal*, 101-111, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- MOITA, I. (1968) - Achados de época romana no sub-solo de Lisboa, in *Revista Municipal*, ano 19, 116-117, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp. 33-71.
- MOITA, I.; LEITE, A.C. (1986) - Recuperar Olisipo a partir de Lisboa, in *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, Instituto Português do Património Cultural, Trabalhos de Arqueologia, 3, Lisboa, pp. 55-67.
- MOITA, I. (1993) - As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos, in *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, pp. 20-22.
- MOITA, I. (1994) - *O Livro de Lisboa*. Expo'98, Lisboa'94, Livros Horizonte, Lisboa.
- MONTEIRO, M. (2003) – *A Necrópole de Casal de Pianos (São João das Lampas, Sintra)- Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa (edição policopiada).
- MONTESINOS i MARTINEZ, J. (1992) - Terra Sigillata en Valentia: productos hispánicos, in *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana- Homenaje a Enrique Pla Ballester*, Serviço de Investigación Prehistórica, Série de Trabajos Varios, n.º 89, Valência, pp. 469-537.

- MONTESINOS i MARTINEZ, J. (1998) – Comercialización de Terra Sigillata en Ilici(Elche, Comunidad Valenciana). Real Academia de Cultura valenciana, Sección de Prehistoria i Arqueología, Série Arqueológica, 16, Valência.
- MORAIS, R. (1998a) - Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: Da fundação até à Época Flávia, in *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, 14-15, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Museu D. Diogo de Sousa, Braga, pp. 47-135.
- MORAIS, R. (1998b) - *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas em Bracara Augusta*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Museu D. Diogo de Sousa, Cadernos de Arqueologia-Monografias, 8, Braga.
- MOREIRA, J.B. (2002) - *Cidade romana de Ebburobrittium Óbidos*. Mimésis, Colecção Ciência, Arqueologia, Vila Nova de Famalicão.
- MORENO ALMENARA, M.(1997)- *La Villa Altoimperial de Cercadilla (Córdoba)- Analisis Arqueológico*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Arqueología série Monografias, Sevilla.
- MORENO ALMENARA, M. (1998) - Importaciones e imitaciones de cerámica romana en el yacimiento de Cercadilla (Córdoba)- Siglos I al III d.C., in *Anales de Arqueología Cordobesa*, 9, Universidad de Córdoba, Córdoba, pp.247-272.
- MORILLO CERDÁN, A.; GARCÍA MARCOS, V. (2003) – Importaciones itálicas en los campamentos romanos del norte de Hispania durante el periodo augusteo e julio-claudio, *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 38, R.C.R.F., Abingdon, pp.295 – 304.
- MOSER, F.; TILHARD, J.L. (1987) - Un nouvel atelier de sigillée en Aquitaine, in *Aquitania-Révue Inter-Régionale d'Archéologie*, 5, Fédération Aquitania, Bordéus, pp.35-121.
- MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M.C. (2002) – Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa), in *Almadan*, 2ª Série, 11, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 245-246.
- NIETO PRIETO, J. (1986) - El Pecio Culip IV: Observaciones sobre la Organización de los Talleres de Terra Sigillata de La Graufesenque, in *Archeonautica*, 6, Centre National pou la Recherche Scientifique, Paris, pp.81-119.
- NIETO, X. e PUIG, A.M. (2001) -, *Excavacions Arqueològiques Subaquàtiques a Cala Culip.3. Culip IV: La Terra Sigil.lata decorada de La Graufesenque*. Museu d'Arqueologia de Catalunya, Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, Monografies del CASC, 3, Girona.
- NOGALES BASARRATE, T. (2000) - *Espectáculos en Augusta Emerita*. Ministério de Educación, Cultura e Deporte, Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, Monografias Emeritenses 5, Mérida.

- NOLEN, J.U.S.; DIAS, L.F. (1981) – A necrópole de Santo André- Parte II- Os materiais, in *Conimbriga*, 20, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.33- 179.
- NOLEN, J.U.S. (1985) - *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança, Vila Viçosa.
- NOLEN, J.U.S. (1988) - A Villa romana do Alto da Cidreira (Cascais)- Os materiais, in *Conimbriga*, 27, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 61-140.
- NOLEN, J.U.S. (1991) - *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares- Balsa incluindo o espólio ósseo e medieval*. Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Lisboa.
- OCK- OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK; P. (2000) - *Corpus Vasorum Arretinorum* (2ª Ed., revista e ampliada). Dr. Rudolf Habelt GMBH, Bona.
- OLEIRO, J.M. (1950) - «Terra Sigillata». A propósito de algumas marcas de oficinas sud-gálicas encontradas em Portugal, in *Actas del VI Congreso Arqueológico del Sudeste (Alcoy, 1950)*, Institución Fernando El Católico, Cartagena, pp. 225-229.
- OLEIRO, J.M.B. (1951) - Elementos para o estudo da «Terra Sigillata» em Portugal. 1. Marcas de oleiro encontradas no País, in *Revista de Guimarães*, 61, 1-2, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, pp. 81-111.
- OLIVEIRA, A.C. (2001) - A uilla das Almoínhas (Loures, Portugal), in *O Arqueólogo Português*, IV Série, 19, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 65-94.
- ORTON, Clive (1980) - *Mathematics in Archaeology*. Collins, Col. Collins Archaeology, 3, Londres.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1997) - *La Cerámica en Arqueologia*. Crítica, Crítica Arqueologia, Barcelona.
- OSWALD, F. (1931) - *Index of Potters' Stamps on terra sigillata (Samian Ware)*. Margidunum.
- OSWALD, F.; PRICE, T.D. (1920) – *An Introduction to the study of Terra Sigillata treated from a chronological standpoint*. Longmans, Green and Co., Londres.
- PASSELAC, M. (1986a) - Les premiers ateliers, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 35-38.
- PASSELAC, M. (1986b) - Bram, La terre sigillée gallo-romaine, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 48-51.

- PASSELAC, M.; SABRIÉ, R.; SABRIÉ, M. (1986) - Centre de production de Narbonne, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: imitations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 52-55.
- PASSELAC, M. (1993a) - Les sigillées italiennes, in *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è. – VII ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam)*, Lattara, 6, Association pour la recherche Archéologique en languedoc Oriental, Lattes, pp. 554-568.
- PASSELAC, M.; VERNHET, A. (1993) - Les sigillées sud-gauloises, in *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è. – VII ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam)*, Lattara, 6, Association pour la recherche Archéologique en languedoc Oriental, Lattes, pp. 569-580.
- PAUC, R. (1986) - Carrade, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: imitations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 84-89.
- PAULI-GABI, T.; MEYER-FREULER, C. (1999) - La céramique de I.er siècle en contextes militaires et civils: étude comparative sur la base des données de Vindonissa et de Vitodurum, in *Actes du Congrès de Fribourg (13-16 de Mai 1999)*, Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, Fribourg, pp. 25- 44.
- PEACOCK, D.P.S. (1982) - *Pottery in the Roman World: an ethnoarchaeological approach*, Longman, Londres e Nova Iorque.
- PEACOCK, D.P.S.; WILLIAMS, D.F. (1986) - *Amphorae and the Roman Economy*, Longman, Longman Archaeology, Londres e Nova Iorque.
- PEREIRA, M.A.H. (1970) – O dolium cinerário, com skyphos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer), in *Conimbriga*, 9, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 45-74.
- PÉREZ ALMOGUERA, A. (1990) – La «terra sigillata» de l'antic Portal de La Magdalena, in *Monografies d'Arqueologia Urbana*, 1, Ajuntament de Lleida, Lleida, pp. 1-156.
- PÉREZ GONZÁLEZ, F. (1989) - *Cerámica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia-España). La Terra Sigillata*. Universidad SEK, Santiago do Chile.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C., ILARREGUI GÓMEZ, E., FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (1998)- Marcas de alfareros sobre t.s. en Cantabria, Separata de *De les estructures indígenes a l'organització provincial romana de la Hispania Citerior*, Ítaca, Anexos, 1. Barcelona, pp. 501-516.
- PÉREZ OUTEIRIÑO, B. (1990) - *Sellos de alfarero en terra sigillata italica encontrados en Mérida*. Museo Nacional de Arte Romano, Cuadernos Emeritenses, 3, Mérida.

- PICON, M., CARRE, C., CORDOLIANI, M.L., VICHY, M., HERNANDEZ, J.A., MIGNARD, J.L. (1975) - Composition of the La Graufesenque, Banassac and Montans Terra Sigillata”, in *Archaeometry*, 17, 2, Antiquarian Society, Londres, pp. 191-199.
- PICON, M. (2002) – Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point, in *Céramiques de La Graufesenque et autres productions d'époque romaine – Nouvelles Recherches – Hommages à Bettina Hoffmann*, Éditions Monique Mergoil, Archéologie et Histoire Romaine, 7, Millau, pp. 139-163.
- PIMENTA, J. (2003) – Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa), in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6-2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 341-362.
- PIMENTA, J. (2004) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, (edição policopiada).
- POBLOME, J.; BRULET, R.; BOUNEGRU, O. (2000) - The concept of sigillata. Regionalism or integration ?, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 36, R.C.R.F., Abindon, pp. 279-283.
- POBLOME, J.; BOUNEGRU, O.; DEGRYSE, P.; VIAENE, W.; WAELKENS, M., ERDEMGIL, S. (2001) - The sigillata manufactories of Pergamon and Sagalassos, in *Journal of Roman Archaeology*, 14, 1, Ann Harbor, Michigan, pp. 143 – 165.
- POLAK, M. (1994) - Quelques aspects de l'évolution de la sigillée lisse de La Graufesenque, in *Actes du Colloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp. 63-75.
- POLAK, M. (1998) - Old wine in new bottles. Reflections on the organization of the production of terra sigillata at La Graufesenque, in *Form and Fabric-Studies in Rome's material past in honour of B.R.Hartley*, Oxbow Books, Oxbow Monographs, n.º 80, Oxford, pp. 115-121.
- POLAK, M. (2000) - *South Gaulish Terra Sigillata with Potters' Stamps from Vechten, Nijmegen*. R.C.R.F., *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, Supplementum 9, Nijmegen.
- POVEDA NAVARRO, A.M. (1999) - Las Producciones de Terra Sigillata Hispánica y su comercialización en el Sureste de Hispania, in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenaje a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Univ Málaga, Málaga, pp. 209-230.
- PUCCI, G. (1985) - Terra Sigillata Italica, in *Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale, II, Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Imperio)*, Instituto della Enciclopedia Italiana, Roma, pp. 359- 406.
- PUCCI, G. (1993) – I bolli sulla terra sigillata: fra epigrafia e storia económica, in *The inscribed economy. Production and distribution in the Roman empire in the light of*

- instrumentum domesticum* (ed. W.V.Harris), Ann Harbor, Journal of Roman Archaeology Supplementary Series, 6, Ann Harbor, Michigan, pp.73-79.
- PY, M., dir (1993) - *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è. – VII ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, Lattara, 6, Association pour la recherche Archéologique en languedoc Oriental, Lattes.
- QUARESMA, J.C. (1999) - Terra Sigillata Africana, Hispânica, Foceense Tardia e Cerâmica Africana de Cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém), in *Conimbriga*, 38. Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.137 – 200.
- QUARESMA, J.C. (2002) - *Terra Sigillata Sud-Gálica num Centro de Consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga ?) (Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (edição policopiada).
- QUARESMA, J.C. (2003) - *Terra Sigillata Sud-Gálica num Centro de Consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga ?)*. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 30, Lisboa.
- QUINTEIRA, A.J.F. (1998) - Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim), in *Conimbriga*, 37, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 151 – 183.
- RAPOSO, J.C.; DUARTE, A.L. , eds. (1999)- *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991)*. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D.Quixote, Col. *Nova Enciclopédia*, 54, Seixal.
- RAYNAUD, C. (1993a) - Cerâmica africaine Claire A, in *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è.- VII ème s. de n. è) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, Lattara *Mélanges d’histoire et d’archéologie de Lattes*, 6. Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, Lattes, pp. 170-174.
- RAYNAUD, C. (1993b)- Cerâmica africaine Claire C, in *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è.- VII ème s. de n. è) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, Lattara *Mélanges d’histoire et d’archéologie de Lattes*, 6. Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, Lattes, pp. 185-189.
- RAYNAUD, C. (1993c)- Cerâmica africaine Claire D, in *Dicocer- Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è.- VII ème s. de n. è) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, Lattara *Mélanges d’histoire et d’archéologie de Lattes*, 6. Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, Lattes, pp. 190-197.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1979) – *La Necropolis Sureste de Belo*. Ministerio de Cultura, D.G.P.A.A.M., S.G.A., Excavaciones Arqueológicas en España, 104, Madrid.

- RHODES, M. (1986)- Dumps of unused pottery near London Bridge, in *The Roman Quay at St. Magnus House, London- Excavations at New Fresh Wharf, Lower Thames Street, London 1974-1978, London*. London and Middlesex Archaeological Society (Special Paper, 8), Londres, pp. 199-203.
- RHODES, M. (1989)- Roman Pottery lost «en route» from the Kiln Site to the User- a Gazetteer, in *Journal of Roman Pottery Studies*, 2, Society for the Roman Pottery Studies, Londres, pp. 44-58.
- RIBEIRO, F.N. (1958)- «Terra Sigillata» encontrada nas Represas - Beja – I-II- Marcas de Oleiro, in *O Arquivo de Beja*, 15, 1-4, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 71- 121.
- RIBEIRO, J.C. (1994)- Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea, in *Almadan*, 2, 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 75-95.
- RIBERA i LACOMBA, A. (1982)- Las marcas de terra sigillata de Valentia, in *Saguntum*, 16, Universitat de València, València, pp. 209-246.
- RIBERA i LACOMBA, A. POVEDA NAVARRO, A. (1994)- La comercialización de la terra sigillata sudgálica en el País Valenciano, in *Actes du Coloque de Millau (Millau 1994)*, Société Française pour l' Étude de la Céramique Antique en France, Millau, pp. 95-102.
- RIZZO, G. (2003) – Instrumentum Urbis I – *Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'Impero*. École Française de Rome, Collection de l'École Française de Rome, 387, Roma, 2003.
- ROCA ROUMENS, M. (1979) – *Sigillata Hispanica Producida en Andújar (Jáen)*. Instituto de Estudios Giennenses, Jáen, 1979.
- ROCA ROUMENS, M- (1983)- El centro de producción de TSH de Andújar, in *Separata do Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, I, 2., Museo Nacional de Arqueología, Monografías Arqueológicas, Madrid, pp. 159-164.
- ROCA ROUMENS, M. (1992)- Sobre la presencia de ciertas marcas, en terra sigillata itálica, en Pollentia y Tarragona”, in *Miscel.lània Arqueològica a Josep M. Recaesens*, Estarraco, Tarragona, pp. 105- 113.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M.I., Eds., (1999) - *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenáge a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*. Universidade de Málaga, Málaga.
- RODRÍGUEZ, A., JUAN, L.C. (1992)- 1.2. Terra Sigillata Gálica, in *Arcóbriga II- Las Cerámicas Romanas*. Intitución Fernando El Catolico, Saragoça: pp. 15-34.
- ROMERO CARNICERO, M.V. (1985)- *Numancia I- La Terra Sigillata*. Ministerio de Cultura, Excavaciones Arqueológicas en España, 146, Madrid.

- ROMERO CARNICERO, M.V. (1999) - Producciones Singulares In SERRANO RAMOS; I.; ROCA ROUMENS, M., eds., *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenáge a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*. Málaga: Universidade de Málaga, p. 253-258.
- SÁENZ PRECIADO, M.P.; SÁENZ PRECIADO, C. (1999)- Estado de la cuestión de los alfares Riojanos: La Terra Sigillata Hispánica Altoimperial, in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenáge a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Universidade de Málaga, Málaga, pp. 61-136.
- SÁENZ PRECIADO, C. (2000a) – Las primeras producciones de sigillata hispánica. Asiaticus y M.C.R.: dos alfareros precoces en Bilbilis (Catalayud, Zaragoza), in *Salduie*, 1, Departamento de Ciências de La Antigüedad – Universidad de Zaragoza, Saragoça, pp. 283-294.
- SÁENZ PRECIADO, M.P. (2000b) –Avance sobre la excavación del centro alfarero romão de El Quemao (Trício, La Rioja), in *Salduie*, 1, Departamento de Ciências de La Antigüedad – Universidad de Zaragoza, Saragoça, pp. 295-302.
- SALVADO, S. (1994)- 2. Lisboa Evolução: Período Romano, in *Dicionário de História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, pp.503-509.
- SÁNCHEZ BARRERO, P.D.; GÓMEZ NIEVES, B. (1998)- Caminos peri-urbanos de Mérida. In *Mérida Excavaciones Arqueológicas 1998-Memória*. Mérida: Consórcio Merida Ciudad Monumental, p. 549-569.
- SANTOS, V.; SABROSA, A.; GOUVEIA, L.A. (1996) - Carta Arqueológica de Almada- Elementos da Ocupação Romana, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991)*. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D.Quixote, Col. *Nova Enciclopédia*, 54, Seixal, pp. 225 – 236.
- SANTOS, V.; MARQUES, J. (1997) – Intervenção de Emergência num Edifício da Baixa de Lisboa – CNN- Companhia Nacional de Navegação, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Monografias-Arqueologia, Almada, pp. 145-159.
- SCHNURBEIN, S.V. (1982) - *Die unverzierte Terra Sigillata aus Haltern. Mit einem Beitrag von J. Lasfargues und M. Picon*. Aschendorff Münster, Bodenaltertümer Westfalens, 19, Munique.
- SCHNURBEIN, S.V. (2003) - Augustus in Germania and the new town of Waldgrimes, in *Journal of Roman Archaeology*, 16, 1, Ann Harbor, Michigan, pp. 93-108.
- SCHINDLER, M. e SCHINDLER-KAUDELKA, E. (1997) - Früheste glatte Sigillata mit waagrecht gestrecktem und deren reduktionsformen zu Conspectus Form 10, in *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta*, 35. Abingdon: R.C.R.F., pp. 203 – 208.

- SCHINDLER-KAUDELKA, E.; FASTNER, U.; GRUBER, M. (1998) - Note sur les sigillées italiques à décor appliqué, in *Actes du Congrès d'Istres (21-24 de Mai 1998)*, Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, Istres, pp. 251-261.
- SEPÚLVEDA, E. (1996) - Terra Sigillata Tardio-Itálica (Padana) proveniente de Tróia de Setúbal, in *Al-madan*, II Série, 5, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 13-17.
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J.C.; FARIA, M. (2000) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: *terra sigillata*, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3, 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 119-152.
- SEPÚLVEDA, E.; VALE, A.; SOUSA, V.; SANTOS, V.; GUERREIRO, N.(2002)- A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 245-275.
- SEPÚLVEDA, E.; GOMES, N.; SILVA, R.B. (2003) - A Intervenção Arqueológica urbana da Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Lisboa): 1- *A terra sigillata*, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 401-414.
- SEPÚLVEDA, E. (2004) - Os Murrii –Oleiros tardo-itálicos, in *Musa - museus, arqueologia & outros patrimónios*, SIDS, MAEDS, Setúbal, pp. 123-136.
- SERRANO RAMOS, E. (1991) - *Terra Sigillata Hispánica de los alfares de Singilia Barba*, Universidade de Málaga, Málaga, 1991.
- SERRANO RAMOS, E. (1983) - Dispersión de la Sigillata Hispánica fabricada en los talleres de la Bética, in *Monografías Arqueológicas- Terra Sigillata Hispânica*, Separata do Boletín del Museo Arqueológico Nacional, I, 2, Museo Nacional de Arqueología, Madrid, pp. 151-157.
- SERRANO RAMOS, E. (1999a) - “Producciones Hispánicas Precoces”, in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenáge a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Universidade de Málaga, Málaga, pp. 231-233.
- SERRANO RAMOS, (1999b) - Centros Productores de la T.S-H. en las Provincias de Granada y Málaga, in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenáge a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Universidade de Málaga, Málaga, pp. 138-167.
- SILVA, A.A.V. (1944) - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa romana)*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- SILVA, Ana Raquel (2002) [2004]- A uilla de Frielas: Tempo, Espaço e Funcionalidade, in *Arqueologia como Documento*, Museu Municipal de Loures, Loures, pp. 12-17.
- SILVA, C.T.; SOARES, J.; DIAS, L.F. (1981) - Trabalhos Arqueológicos na Ilha do Pessegueiro (1980), in *Setúbal Arqueológica*, 6-7, Assembleia Distrital de Setúbal, . Setúbal, pp. 219 - 247.

- SILVA, C.T.; SOARES, J.; DIAS, L.F.; COELHO-SOARES, A. (1982) - Escavações Arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (Sines)-Notícia da 2ª Campanha (1981), in *Arquivo de Beja*, 2ª Série, 1, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 11- 45.
- SILVA, C.T.; SOARES, J. (1993) - *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.
- SILVA, C.T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES J. (1987) - Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão), in *Setúbal Arqueológica*, 8, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, pp. 203 - 220.
- SILVA, C.T. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal- a oficina romana do Largo da Misericórdia, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991)*, Câmara Municipal do Seixal, Publicações D.Quixote, Col. *Nova Enciclopédia*, 54, Seixal, pp. 43-54.
- SILVA, R.B. (1997) - As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Monografias Arqueologia, Almada, pp. 193 – 205.
- SILVA, R.B.; GUINOTE, P. (1998) - *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e dos Objectos*. Grupo de Trabalho do Ministério da educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- SILVA, R.B. (1999) - Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinh, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp.43-65.
- SILVA, R.B. (2000) - As concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa, in *Actas das Sessões do III Colóquio Temático «Lisboa- Utopias na viragem do milénio Ribeirinha» (Forum Roma, 30 de Junho a 2 de Julho de 1999)*, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp.229-241.
- SLANE, K.W. (2001) - Fine tableware produced at Sagalassos, in *Journal of Roman Archaeology*, 14- 2, Michigan, Ann Harbor, pp. 635- 638.
- SOTOMAYOR MURO, M. (1977) - Fabricantes y estilos de sigillata decorada de Andújar (Jaén), in *Cronica del XV Congreso Nacional de Arqueologia*, Universidad de Zaragoza, Seminario de Arqueología, Saragoça, pp. 1047- 1056.
- SOTOMAYOR MURO, M. (1983) - Problemas de atribución y cronología de vertederos de TSH, in *Terra Sigillata Hispânica-Monografías Arqueológicas*, Separata do *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, I, 2, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, pp. 137-140.

- SOTOMAYOR MURO, M.; ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (1999) - Centro de producción de Los Villares, Andújar (Jaén), in *Terra Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenaje a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Universidade de Málaga, Málaga, pp. 19-135.
- SOUSA, É.M. (1989)-Ruínas Romanas de St.º André de Almageme. «Terra Sigillata», in Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia – Tomar e o seu território – 17 a 19 de Março de 1989, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Tomar, pp. 85-91.
- SOUSA, É.M. (1996a) - Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra, in *Conimbriga*, 35, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 37 – 58.
- SOUSA, É.M. (1996b)- Terra *Sigillata* marmoreada proveniente de Tróia de Setúbal, in *Conimbriga*, 35, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 207-215.
- STENICO, A. (1960) – *La Ceramica Arretina I – museo Archeologico di Arezzo, Rasinius I*, Cisalpino.
- STENICO, A. (1966) – *La Ceramica Arretina II – Collezione Diverse, Punzioni, Modelli, Calchi, etc.*, Cisalpino.
- TARRATS BOU, F. (1992)- Terra sigillata del Passatge de Cobos (Tarragona): les marques de terrisser, in *Miscel.lània Arqueològica a Josep M. Recaesens*, Estarraco, Tarragona, pp. 155-176.
- TASSAUX, D. ; TASSAUX, F. ; CAILLAT, P. ; MAURIN, L., SANTROT, M.-H. ; STARAKIS ; J. ; TRONCHE, P. (1984) - Aulnay de Saintonge. Un camp militaire Augusto-Tibérien en Aquitaine, in *Aquitania*, 2, Presses Universitaires de Bordeaux, Bordéus, pp. 104-123.
- THUAULT, M. ; VERNHET, A. (1986) - Le Rozier, in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*. Maison des Sciences de l’Homme, Documents D’Archéologie Française, 6, Paris, pp. 110-113.
- TORRES, C. (1994) - Lisboa Muçulmana. Um espaço urbano e o seu território, in *Lisboa Subterrânea*, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura ‘94, Lisboa, pp. 80-91.
- TOYNBEE, J. M. C. (1996) - *Death and Burial in the roman World* (2 Ed.). John’s Hopkins University Press, Baltimore.
- TROSO, C. (1991) - *Il Ceramista Aretino Publius Cornelius. La produzione decorata a rilievo*, La Nuova italia Editrice, Pubblicazione della Faoltà di lettere i Filosofia di Pavia, 63, Paris.
- TYERS, P. (1993) – Plain Samian, in *The Roman Pottery. Report on the Excavations at Usk, 1965-1976*, University of Wales Press, Cardiff, pp.125-160.

- TYERS, P. (1996) - *Roman Pottery in Britain*, Batsford, Londres, 1996.
- WELLS, C.M. (1990) – A note on the term «pre-sigillata», in *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archäologischen Instituts zu Frankfurt A.M., *Materialen zu romische-remansche Keramik*, 10, Bona, pág. 4.
- WETTER, C. (1993) - *The Lundström Collection of Terra Sigillata in the Museum Department of Classical Archaeology and Ancient History Göteborg University* . Svenska Institutet i Rom, col. *Skrifter Utgiana av Svenska Institutet i Rom*, 8, 19, Estocolmo.
- VALE, A; FERNANDES, L. (1997) - Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedo IV (Rossio) em Lisboa, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada ,Divisão de Museus, col. *Monografias Arqueologia*, Almada, pp. 109 -121.
- VALE, A. (2000) - *Relatório da Intervenção Arqueológica da Praça D. Pedro IV (Lisboa)*. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2 volumes, Lisboa (policopiado).
- VALE, A.; SOUSA, V. (2003) - A Barreira do Circo de Olisipo, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Uabana (Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000)*, Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, ARQA, Amadora, pp. 177 -186.
- VAQUERIZO, D. V., ed. (2001) - *Funus Cordobensium- Costumbres Funerarias en la Cordoba Romana*. Seminario de Arqueologia - Universidad de Córdoba, Córdoba.
- VAQUERIZO, D. V., ed. (2002) - *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano – Actas del Congreso Internacinal celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 de junio, 2001)*. Seminario de Arqueologia - Universidad de Córdoba, Córdoba.
- VASCONCELOS, J. L. (1900a) - *Analecta Epigraphica lusitano-romana*. 9. Inscrição de Olisipo, in *O Arqueólogo Português*, 5, Museu Etnológico Português, Lisboa, pág. 173.
- VASCONCELOS, J. L. (1900b)- *Antiguidades romanas de Lisboa. Últimos descobrimentos*. 1. Largo de São Domingos. In *O Arqueólogo Português*, 5. Lisboa: Museu Etnológico Português, p. 282-283.
- VASCONCELOS, J. L. (1900c) - *Antiguidades de Cárquere*, in *O Arqueólogo Português*, 5, Museu Etnológico Português, Lisboa, pp. 206-212.
- VERNHET, A. (1986a) - L'éssor des ateliers entre 30 et 120 ap. J.C., in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implatations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 39-41.

- VERNHET, A. (1986b) - Centre de Production de Millau: atelier de La Graufesenque., in *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*, Maison des Sciences de l'Homme, Documents D'Archéologie Française, 6, Paris, pp. 96-103.
- VIEGAS, C. (2003a) - *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém- Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 26, Lisboa.
- VIEGAS, C. (2003b)- Terra sigillata imports in Santarém (Portugal), in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 38, R.C.R.F., Abingdon, pp. 323-330.
- VIEGAS, C. (2003c) - Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve, Portugal), in *Actes du Congrès de Saint Romain-en-Gal (21-24 de Mai 2003)*, Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, Saint Romain en Gal, pp. 641-646.
- VIEGAS, J.C.G. ; GONZALEZ, A.G.B. (1994) - Aqueduto romano da Amadora, in *Almadan, 2ª Série, 3, Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 29-35.
- VIANA, A. ; DEUS, A.D. (1955) – Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal), Separata de *Archivo Español de Arqueología*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Español de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro, Madrid.
- WELLS, C.M. (2000)- The Earliest Italian Terra Sigillata at Carthage, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 36, R.C.R.F., Abingdon, pp. 503-504.
- WIDEMANN, F., PICON, M., ASARO, F., MICHEL, H.V., PERLMAN, I. (1975) - A Lyons branch of the pottery-making firm of Ateius of Arezzo, in *Archaeometry*, 17, 1, Antiquarian Society, Londres, pp. 45-59.
- ZABELICKY-SCHEFFENEGGER, S. (1995)- Der Italianer in Ephesos, in *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*, 34, R.C.R.F., Alba Regia, pp. 253-271.